

La formación en el deporte y el Olimpismo en Argentina.

Sergio Ricardo Quiroga.

Cita:

Sergio Ricardo Quiroga (2002). *La formación en el deporte y el Olimpismo en Argentina*. En *Coletânea de textos em estudos olímpicos*. (Brasil): Editora Gama Filho.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/sergio.ricardo.quiroga/52>

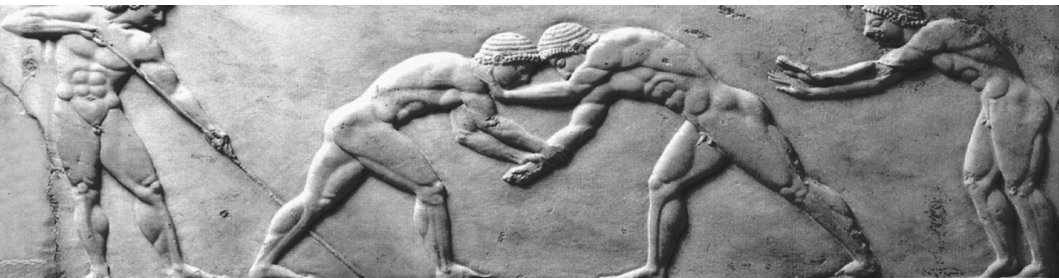
ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pgPS/g3H>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. *Acta Académica* fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite:
<https://www.aacademica.org>.

Coletânea de textos em



Estudos Olímpicos

Volume 1

Marcio Turini
Lamartine DaCosta
editores

Rio de Janeiro, 2002

Ficha Catalográfica

Coletânea de textos em estudos olímpicos / Editores Marcio Turini, Lamartine DaCosta.

Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.

2v.: il., gráf., tabelas

872 p.

ISBN 85-7444-033-7

1. Jogos olímpicos. 2. Olimpismo. 3. Paraolimpíadas.
4. Jogos olímpicos – História. 5. Mulher nos jogos olímpicos.
I. Turini, Marcio. II. DaCosta, Lamartine.

CDD. 796.48



Reitor **Sergio de Moraes Dias**

Vice-Reitor Acadêmico **Carlos Antonio Lopes Pereira**

Vice-Reitor Administrativo **Edmundo Vieites Novaes**

Vice-Reitor de Desenvolvimento **Sergio Norbert**

Pró-Reitor de Assuntos Internacionais **Manuel Soares Pinto Barbosa**



Editor **Dante Gastaldoni**

Capa e projeto gráfico **Évlen Joice Lauer Bispo**

Supervisão dos textos **Lamartine DaCosta**

SUMÁRIO

- 11 Apresentações
- 25 Parte 1
 - Conferências de abertura do Fórum Olímpico Rio de Janeiro 2002**
 - 27 The Collections of the Olympic Studies Centre
Olympic Museum – Lausanne
Profa. Nurla Pulg
 - 39 Olimpismo e Ideologia - O Desporto ao serviço da humanidade
Prof. Dr. Gustavo Pires
- 69 Parte 2
 - Formação e Pesquisa, AOI, AON's, Centros de Estudos Olímpicos, GPEO, AOB-COB**
 - 71 Academia Olímpica Brasileira: desafios para o século XXI
Prof. Ms. Otávio Tavares
 - 83 Centro de Excelência da 'Asociación Iberoamericana' de Academias Olímpicas
Profa. Dra. Marcia De Franceschi Neto-Wacker
 - 89 Escuela y Educación Olímpica - tensiones teóricas y culturales
Sergio Ricardo Quiroga Macleimont
 - 103 Validação de matriz analítica para análise da produção acadêmica em Educação Física - focalizando a produção em natação
Profa. Patrícia Neto Fontes, Profa. Marina Pace Alves, Prof. Dr. Helder Guerra de Resende, Profa. Patrícia Ayres Cavalcante Monenegro
 - 107 Projeto Jogos Olímpicos de Inverno do Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro - 1ª Fase: levantamento da formação profissional dos instrutores de Montanhismo e Escalada na França
Profa. Cris Costa

111 Parte 3

**Epistemologia, Abordagens Multidisciplinares
da Temática Olímpica, Estudos do Meio Ambiente**

- 113 A verdade é enganosa e a certeza é vã: reflexões sobre as Ciências do Esporte e a Ciência Pós-Normal
Prof. Dr. Alexandre Palma & Profa. Ms. Monique Assis
- 131 O Movimento Olímpico e o Meio Ambiente no contexto da Rio+10
Profa. Karla Palva
- 141 Educação Física e Esportes Olímpicos: interpretações epistemológicas
Profa. Ms. Nádia Souza Lima da Silva & Prof. Dr. Lamartine Pereira DaCosta
- 153 Obstáculos, reflexos e relações presentes nas narrativas constituintes do campo científico e profissional na Educação Física
Prof. Dr. Antonio Jorge Soares
- 157 O Homem médio como referência para as tribos da Educação Física: Quetelet e Galton – antagonismos na compreensão da natureza humana
Profa Ms. Fabíola Nunes Salgueiro & Prof.Dr Hugo Rodolfo Lovisolo
- 181 Previsões do futuro da Educação Física na década de 1990 versus Agenda de Berlin de 1999
Prof. Dr. Lamartine Pereira da Costa, Prof. Ana Flávia Paes Leme, Prof. Cristiano Belém, Prof. Elaine B. Carneiro & Prof. Marcio Turini Constantino

199 Parte 4

Filosofia e Olimpismo, Ética Profissional, Violência, Doping e Fair Play nos Esportes

- 201 Reação dos profissionais de Educação Física e Esporte diante do Código de Ética Profissional
Profa. Ms. Ana Flávia Paes Leme de Almeida

- 203 Preliminares ao Fair Play: contribuições para a (de) formação moral do indivíduo através da Educação Física e Esporte
Prof. Ms. Eduardo Montenegro
- 219 A prática do Fair Play no contexto da culturalidade
Prof. Ms. Marcio Turini Constantino
- 229 Valores do Fair Play nas aulas de Educação Física e na prática esportiva dos alunos das Escolas Agrotécnicas Federais
Prof. Ms Cristiano Meiga Belém
- 243 Uma reflexão filosófica sobre o processo do Olimpismo na relação da Physis, tendo o esporte como meio e o ser humano atleta como o fim
Prof. José Antonio Martins Júnior, Profa. Elizabeth dos Santos Moraes & Prof. Dr. Heron Beresford
- 247 O resgate do conceito de Physis a partir de Martin Heidegger para um repensar do Olimpismo
Md. Maria Inês Guedes de Oliveira Lopes, Prof. Dr. Heron Beresford & Prof. Dr. Manoel José Gomes Tubino
- 257 A Areté e o Fair Play na organização do Movimento Olímpico Contemporâneo
Kátia Rubio, Marcelo Albuquerque, Adriano Carvalho, Felipe Moraes, Marcelo Souza & Maria Lucia S. Silva
- 259 Análise de atividades de Fair Play em olimpíada escolar como reforço do desenvolvimento do espírito esportivo
Prof. Ms. Marcio Turini Constantino
- 273 Uma compreensão axiológica e fenomenológica do remo na perspectiva da Corporeidade e da Motricidade Humana
Profa. Janaina de Souza Marinho Teles Côdea & Prof. Dr. Heron Beresford
- 275 Coubertin e os valores religiosos dos esportes modernos
Prof. Dra. Leidina Helena Silva
- 279 Esteróides anabólicos na prática da musculação por homens de 20 a 40 Anos
Melissa Giglio

- 281 Uma sondagem sobre o tema do Fair Play no contexto da produção acadêmica do curso de graduação do Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Heron Beresford, Rafael Botelho & Renata Costa de Oliveira
- 289 Ciência e tecnologia no esporte versus ciência do homem: uma tentativa de resgate de um ideal olímpico humanizado
Prof. Dr. Heron Beresford
- 313 Promoção do espírito Olímpico no Tênis: da Formação Inicial nas Ruas ao Esporte de Alto Rendimento
Prof. Leonardo José Mataruna dos santos & Prof. Márcio Velasco Tercitano

323 Parte 5

Educação Olímpica e Pedagogia na Educação Física e Esportes

- 325 O multiculturalismo nos materiais didáticos de Educação Olímpica: uma análise crítica
Profa. Ms. Marta Corrêa Gomes
- 343 Educação Olímpica no ensino fundamental
Profa. Letícia Godoy
- 355 Fundamentos do Judô aplicados à Educação Olímpica e ao desenvolvimento do Fair Play
Prof. Dr. Emerson Franchini
- 373 O Olimpismo na formação do professor de Educação Física
Prof. Paul Julius Stanganelli
- 379 Yoga para atletas: uma contribuição transdisciplinar para o esporte de alto rendimento e a Educação Olímpica
Profa. Lila Peres
- 395 A Educação Física no ensino noturno das escolas de Niterói – RJ: um estudo piloto
Profa. Elaine Carneiro
- 405 A criança em desenvolvimento no meio líquido
Profa. Helena Alves D'Azevedo & Profa. Cidara Loguercio Souza

- 407 Motricidade e Educação: uma perspectiva epistemológica
Profa. Mamel Botelli, Profa. Nazaré Cristina Carvalhozaré & Profa. Dra. Nilda Teves
- 411 Educação Olímpica no Espírito Santo: um relato de experiência
Prof. Marcio Becall Tononi
- 419 A auto-exclusão nas aulas de Educação Física: uma necessidade a ser estudada
Elaine Marla Nunes Agular & Profa. Dra. Ludmila Mourão/ UGF – Lires
- 421 Parte 6
Gestão esportiva e da informação, Marketing Esportivo, Cidades Olímpicas e Escolha das Sedes dos Jogos Olímpicos
- 423 Los Juegos Olímpicos: comunicación e intercruces intelectuales
Sergio Ricardo Quiroga Macleimount
- 437 La formación en el deporte y el Olimpismo en Argentina
Sergio Ricardo Quiroga Macleimont
- 449 Ambiente virtual de aprendizagem da Ginástica Olímpica: "G.O. Virtual"
Profa. Ms. Flávia C.P. Santos
- 451 Em busca de uma base para o esporte olímpico no Brasil: política pública e gestão da Educação Física, do Esporte e do Lazer no Brasil
Prof. Ms. Ademir Muller
- 473 O marketing como ponto de partida para elaboração de projetos de cidades candidatas aos Jogos Olímpicos
Prof. Ms. Vicente Ambrósio
- 499 Desafios olímpicos e experiências em mega-eventos esportivos
Profa. Andréia D'Aluto dos Santos
- 501 Avaliando preliminarmente capacitação técnica, financeira e de gestão para a candidatura aos Jogos Olímpicos
Prof. José Araújo Koff

507 Revisitando os temas de viagem e turismo para a escolha da cidade sede dos Jogos Olímpicos, usando os Métodos da Revisão Histórica e do Benchmarking

Profa. Arianne Carvalho

529 A função do marketing nos Jogos Olímpicos

Cassiano S. Leal

553 Sobre o ocaso dos estudos em administração esportiva e o impacto na formulação das políticas públicas para o Esporte e o Lazer no Brasil

Prof. Ms. Leandro Nogueira

559 Jogos Olímpicos e os meios comunicacionais: identidades culturais, tecnológicas e científicas

Profa. Ms. Vera Regina Camargo

569 O Centro Esportivo Virtual , a comunidade de esportes e os Estudos Olímpicos

Prof. Dr. Laércio Elias Pereira

577 Empreendedorismo no Esporte Olímpico e na Educação Física do Brasil

Prof. Jose Artur de Oliveira

581 Parte 7

História do Esporte, Gênero, Amadorismo e Turismo no Movimento Olímpico, Memorabilia Olímpica

583 O historiador e geógrafo Pierre de Coubertin: a América do Sul no contexto da globalização do Movimento Olímpico (1894 – 1927)

Prof. Dr. Lamartine P. DaCosta

595 A participação feminina nos Jogos Olímpicos

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho

607 A participação dos países anfitriões nos Jogos Olímpicos

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho

617 Critérios de verificação do desempenho olímpico de um país

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho

627 Desempenho dos países da América Latina nos Jogos Olímpicos: um estudo do Esporte Latino-Americano em Jogos Olímpicos

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho

- 653 Berlim-1936 e o corpo a serviço da nação:
organizando e disciplinando o futebol
Prof. Plínio Labriola Negreiros
- 683 Pesquisa, memória e documentação: notas sobre
o Acervo Olímpico "Henrique Licht"
Silvana Vilodre Goellner
- 691 Uma perspectiva histórica sobre os Jogos Olímpicos: da pré-
história dos Jogos a Barão de Coubertin e o Ideal Olímpico
**Prof. André Luiz de Britto Teles Côdea, Profa. Janaina de
Souza Marinho Teles Côdea & Prof. Dr. Heron Beresford**
- 705 História das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos
Prof. Ms. Fabiano Pries Devide
- 737 Jogos Romanos: versão pobre dos Jogos Gregos
Prof. Dr. José Maurício Capinussú
- 745 Histórias que contam a história: a memória do Movimento
Olímpico Brasileiro, revivida por seus medalhistas
**Kátia Rubio, Dario Custódio, Carla de Pierro,
Cléber Guilherme, Hélio R. da Silva & Laura Soares
Rubio**
- 747 Higienismo e Olimpismo: campo de disputas entre
Positivismo e Humanismo?
Prof. Ms. Edivaldo Gols Junior
- 761 Mulheres no poder: Um caminho para a re-escrita
da História Olímpica
Profa. Doutoranda Maria Cecília de Paula Silva
- 763 A mulher olímpica: tradição versus inovação
na busca pela inclusão
Profa. Ms. Ana Miragaya
- 793 Refletindo sobre a participação e o comando de mulheres
como técnicas de equipes esportivas de alto nível
Profa. Ms. Gabriela Aragão Souza de Oliveira
- 811 Elementos para uma geografia dos Jogos Olímpicos
Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus
- 829 Maria Lenk: as três revoluções que levaram
a gentil nadadora da atlética às olimpíadas de 1932
Profa. Ms. Ana Miragaya

- 831 Vozes femininas e o esporte olímpico no Brasil
Profa. Dra. Ludmila Mourão
- 851 Evolução da concepção do amadorismo no Movimento Olímpico Internacional: uma aproximação conceitual
**Prof. Ms. José Geraldo do Carmo Salles &
Prof. Dr. Antonio Jorge G. Soares**
- 869 Estudos de gênero em aulas de ginástica localizada
Profa. Iomar Feltal

Apresentação

A efetivação dos VII Jogos Sul Americanos em quatro capitais brasileiras evidenciam o esforço do Comitê Olímpico Brasileiro em captar eventos que possam beneficiar não apenas os nossos atletas e as nossas confederações nacionais, gerando um legado importante para a cultura esportiva, mas que sirvam igualmente para alavancar economicamente nossas cidades e nosso país.

A divulgação resultante dos Jogos incrementa o turismo, e a sua realização resulta em um enorme fator gerador de rendas e empregos, beneficiando consideravelmente toda a população da cidade e do estado participante. São importantes oportunidades de negócios que se criam, atraindo capital de investimento para setores como hotelaria, restaurantes aviação, entretenimentos, ampliando os negócios para o comércio em geral.

Paralelamente a estas atividades, torna-se essencial criar uma atmosfera científica e cultural, que traga reflexos importantes para a educação e a promoção da filosofia olímpica. Por esta razão, desejo congratular a Academia Olímpica Brasileira pela realização do Fórum e pela divulgação deste excelente material didático, editado em conjunto com a Universidade Gama Filho, que sem dúvida terá grande importância na divulgação e promoção do Olimpismo em nosso país. Meus sinceros agradecimentos aos editores e autores dos textos aqui apresentados, pelo seu excelente trabalho em prol do conhecimento das idéias de Pierre de Cubertain e de sua aplicação em nosso meio.

Dr. Carlos Arthur Nuzman

Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro

Prefácio

Sinto-me honrado por prefaciara “Coletânea de Textos em Estudos Olímpicos”, que reúne um conjunto expressivo e relevante de trabalhos originais e de reflexão sobre o Olimpismo, cujas abordagens teórico-metodológicas envolvem perspectivas diagnóstica, de fundamentação ou propositiva.

Com esta obra, a comunidade terá a possibilidade de constatar que as perspectivas de estudos sobre o Olimpismo não se reduzem a prescrições científicas, mas revelam profícuas linhas de investigação relacionadas com análises críticas e interpretações socioculturais.

O sentido de estarmos, mais uma vez, sediando um Fórum Olímpico, deve-se ao investimento acadêmico do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Educação Física da Universidade Gama Filho (PPGEF-UGF) no desenvolvimento de uma linha de pesquisa a qual denominamos Identidade Cultural e Olimpismo. Já são quase dez anos de formação intelectual e desenvolvimento de estudos sobre a temática, divulgados sob a forma de artigos, de livros, de coletâneas e de comunicações científicas em eventos acadêmicos no Brasil e no Exterior.

O Prof. Dr. Lamartine DaCosta e seus parceiros de pesquisa vêm, ao longo desses anos, realizando um exemplar trabalho de incentivo a formação de novos pesquisadores. Esse processo envolve a qualificação e a oportunidade de alunos dos cursos de mestrado e doutorado da UGF, e de outras Universidades brasileiras, realizarem estágios de aprofundamento em Universidades Europeias.

A possibilidade de organizar, pela segunda vez, o Fórum Olímpico é um honroso reconhecimento às nossas realizações de estudo e de reflexão sobre o tema. Juntamente com o PPGEF-UGF, hoje já temos núcleos de pesquisa em seis Universidades brasileiras dando sentido e conteúdo a este Fórum com os trabalhos pluritemáticos reunidos nesta Coletânea.

O Fórum e a Coletânea convergem na direção de três objetivos. Em primeiro lugar, destaco o profícuo ambiente de conhecimento, debates e de possibilidades de sínteses propositivas que vem fundamentar e dar sentido às intervenções profissionais especializadas. Em segundo lugar, destaco a oportunidade de viabilizar o acesso dos interessados ao tema, considerando que a literatura existente, em sua expressiva maioria, está redigida em outros idiomas. Não podemos deixar de ressaltar o notório amadurecimento acadêmico dos núcleos de pesquisa instituídos em diversas instituições que, neste curto espaço de tempo, os quais já são capazes de demonstrar, de forma inequívoca, sua qualificação em termos de reflexão e propostas de intervenção.

Finalmente, destaco a brilhante iniciativa de reunir em torno das sessões do Fórum, e desta Coletânea, segmentos empresariais afins, os dirigentes esportivos e a comunidade acadêmica para debaterem e criarem possibilidades de parcerias, vislumbrando o desenvolvimento do esporte brasileiro orientado por uma perspectiva ética pautada nos princípios humanísticos da cidadania emancipada e do multiculturalismo.

Prof. Dr. Helder Rezende

Diretor do Departamento de Educação Física
Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro

Mensagem da Academia Olímpica Brasileira - COB

A realização dos VII Jogos Sul Americanos em nosso país criou a oportunidade de realizar o Fórum Olímpico juntamente com o Congresso Sul Americano de Medicina do Esporte, evidenciando uma posição clara da Academia Olímpica Brasileira no sentido de promover a educação olímpica e a medicina e ciências do esporte em nosso meio.

A filosofia olímpica está apoiada não apenas em uma excelente programação esportiva, mas sobretudo na utilização do esporte como um fator de aprimoramento do homem, de sua cultura e de uma grande preocupação relacionada com a proteção do meio ambiente em que vivemos.

Desde a criação da Academia Olímpica Brasileira, determinada pelo Dr. Carlos Arthur Nuzman em 3 de agosto de 1998, sempre houve uma orientação constante de seus dirigentes em preparar especialistas que fossem fatores de promoção do olimpismo e de sua filosofia em nosso meio acadêmico. A publicação destes trabalhos, feita pela Universidade Gama Filho em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro, é um exemplo claro dessa linha de atuação.

Como presidente AOB, desejo expressar meus agradecimentos ao COB, à Universidade Gama Filho, aos editores e autores dos textos aqui apresentados, pela excelência do material didático que desenvolveram, o que sem dúvida demonstra claramente a excepcional qualificação de nossos educadores na área do olimpismo.

Prof. Dr. Eduardo Henrique De Rose

Presidente da Academia Olímpica Brasileira

FÓRUM OLÍMPICO 2002

Antecedentes e Organização

O Fórum Olímpico é um evento acadêmico nacional aberto à participação nas áreas de esporte, educação física, medicina do esporte e conhecimentos afins, realizado a cada dois anos em uma universidade do país por intermediação da Academia Olímpica Brasileira - AOB, órgão do COB. O primeiro Fórum Olímpico foi organizado de modo experimental pela Universidade Gama Filho - UGF, Rio de Janeiro, em 1997 com cerca de 40 participantes (13 trabalhos). Em 2000, este mesmo evento promovido pela UFRGS - EEF em parceria com o COB e apoio do CNPq, reuniu 400 participantes em Porto Alegre - RS com 87 contribuições apresentadas.

Esta última versão do Fórum Olímpico teve como grupo alvo para participação e produção de trabalhos acadêmicos os alunos da graduação em Educação Física da EEF e como enfoque principal o esporte de alta competição. Neste sentido, as federações esportivas do Estado do RS foram convidadas a participar no Fórum com o objetivo de estabelecer e estreitar relações (oferta e demanda de pesquisas, oportunidades de trabalho, projetos em conjunto, uso de laboratórios etc). Por sua vez, os professores da graduação e pós graduação da EEF mediarão os debates e apresentaram sua própria produção para um público ainda pouco envolvido com universidades de um modo geral (COB, Confederações, Federações, Ligas e clubes federados).

O Fórum de Porto Alegre teve também a presença de palestrantes estrangeiros de renome internacional na área de Estudos Olímpicos, o que originou um perfil de alto nível acadêmico para um congresso nacional.

O Fórum Olímpico 2002 pretende consolidar o modelo criado pela UFRGS mas dando maior ênfase à pesquisa e ao papel dos

curso de pós graduação *stricto sensu*. Neste sentido, a participação de alunos da graduação continuará fundamental porém na justa medida de suas possibilidades e contribuições acadêmicas. Com esta opção, a contribuição do Fórum 2002 para a Academia Olímpica Brasileira e demais instituições relacionadas com o Comitê Olímpico Brasileiro, consistirá no fortalecimento dos Estudos Olímpicos, área de conhecimento ainda em desenvolvimento no Brasil. Neste sentido, definiu-se tanto a parceria entre o COB e a UGF para a realização do evento quanto a perspectiva de apoio da CAPES e do CNPq, além de possível intercâmbio com outras academias olímpicas do América Latina, África de língua portuguesa, Portugal e Espanha.

Objetivos

- (1) Expandir e desenvolver os Estudos Olímpicos nos cursos de pós graduação *stricto sensu* em Educação Física por meio de maior intercâmbio entre Instituições de Ensino Superior.
- (2) Consolidar as linhas e/ou grupos de pesquisa e disciplinas existentes dedicados aos Estudos Olímpicos em universidades brasileiras.
- (3) Ampliar o conhecimento sobre oportunidades oferecidas pelo Movimento Olímpico (Comitê Olímpico Internacional - COI, Centro de Estudos Olímpicos do COI, Solidariedade Olímpica e Academia Olímpica Internacional - Grécia) em termos de auxílio a pesquisas, estágios e bolsas.
- (4) Dar maior consistência e visibilidade à oferta de pesquisas científicas produzidas por universidades brasileiras, criando interfaces com os propósitos das entidades do esporte olímpico nacional.
- (5) Dar participação e acesso aos alunos de graduação em Educação Física à disciplina de Estudos Olímpicos e aos eventos e programas da Academia Olímpica Brasileira - COB.

Tema Central

"Estudos Olímpicos: Abordagens Multidisciplinares e Temas de Pesquisas"

Parceria / Apoio

Institucional : COB / UGF; Financeiro: CAPES e CNPq ; Divulgação: CEV.

Realização

Por motivo da realização dos Jogos Sul - Americanos no Brasil no início do mês de agosto de 2002, o Fórum Olímpico 2002 ajustou-se ao programa geral daquele evento internacional. DATAS DE REALIZAÇÃO: 25 - 28 de julho de 2002; LOCAL: Hotel Intercontinental, São Conrado, Rio de Janeiro; DENOMINAÇÃO: VII Congresso Sul-Americano de Medicina do Esporte / Fórum Olímpico 2002 - Rio de Janeiro.

Presidente do Forum

Prof. Dr. Helder G. de Rezende - UGF

Presidente da AOB - COB

Prof. Dr. Eduardo De Rose, membro de comissões do COI e da Agência Mundial Anti-doping - WADA ; Presidente da Federação Internacional de Medicina do Esporte.

Conferencistas Internacionais

Profa. Nuria Puig , Coordenadora das Relações Internacionais do Centro de Estudos Olímpicos - COI, Lausanne, e Prof. Dr. Gustavo Pires, professor da Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa

Coordenador do Forum

Prof. Dr. Lamartine DaCosta - UGF, membro da Conselho de Pesquisas do Centro de Estudos Olímpicos do COI e da Comissão de Ética e Educação da WADA.

Comissão Científica

Prof. Dra. Ludmila Mourão (UGF), Prof. Dr. Alberto Reppold (UFRGS), Prof. Dr. Edison Valente (UFAL), Prof. Dra. Katia Rubio (USP), Prof. Dr. Renato Miranda (UFJF), Prof. Ms. Otávio Tavares Guimarães (UFES), Prof. Ms. Georgios Hatzidakis (UNIBAN) e Prof. Ms. Leticia Godoy (UFPR).

Comissão Organizadora

Prof Ms. Guilherme Pacheco - UGF, Prof. Ms. Leandro Nogueira (UFRJ), Prof Dr. Sebastião Votre (UGF), Prof. Dr. Maurício Capinussú (UFRJ), Prof. Dr. Dietman Samulski (UFMG), Prof. Luiz Scipião Ribeiro (UGF), Prof. Dra. Neise Abreu (EA-RJ), Prof. Ms. Maurício Bara Filho (UFJF), Prof. Ms. Nelson Todt (PUC-RS / UFRGS-GPEO), Prof. Ms. Roberto Mesquita (PUC-RS / UFRGS-GPEO) , Prof Dr. Paulo Farinatti (UERJ) , Prof Dr. Eron Beresford (UERJ), Profa. Arianne Carvalhedo (UGF) , Prof. Dante Gastaldoni (Editora Gama Filho) , Prof. Ms. Marta Gomes (UGF) e Prof. Cátia Duarte (UGF).

Públicos Alvo

(A) Professores, pesquisadores e alunos das Instituições de Ensino Superior em Educação Física, de cursos de pós graduação stricto sensu e de graduação (últimos períodos) ; (B) Professores e pesquisadores de temas olímpicos atuantes em universidades brasileiras; (C) Dirigentes, técnicos e funcionários das entidades de alta competição diretamente relacionados ao Comitê Olímpico Brasileiro.

Apresentações e Debates

Conferências, mesas redondas e apresentação oral de trabalhos com moderadores e debatedores.

Livro do Fórum

Os textos remetidos ao Fórum foram submetidos previamente à apreciação de membro (s) da Comissão Científica e estão incluídos

no presente livro, contendo 117 contribuições. “Coletânea de Textos Estudos Olímpicos”. Editores do livro: Prof. Ms. Marcio Turini e Prof. Dr. Lamartine P. DaCosta.

Temas para a programação do Fórum

A temática do Fórum acompanha a tradição multidisciplinar dos Congressos Olímpicos realizados em consonância com os Jogos Olímpicos a cada quatro anos. Nestes termos, sugerem-se as seguintes áreas de conhecimento das apresentações e debates:

Formação e Pesquisa , funcionamento da IOA, Academias Olímpicas Nacionais, Centros de Estudos Olímpicos, Grupos de Pesquisa em Estudos Olímpicos (GPEO) e AOB-COB; Epistemologia , abordagens multidisciplinares da temática olímpica e estudos de meio ambiente e esporte na perspectiva dos Jogos Olímpicos; Filosofia e Olimpismo, ética profissional, violência, doping e fair play no esporte; Educação Olímpica e pedagogia na Educação Física e esportes; Gestão Esportiva , marketing esportivo, cidades olímpicas e escolha das sedes dos Jogos Olímpicos; História do esporte, gênero , amadorismo, e turismo no Jogos Olímpicos, Memória e memorabilia olímpica; Legados cultural, social, e político dos Jogos Olímpicos; Artes segundo Coubertin e museu olímpico; Esporte para Todos na tradição de Coubertin , programas de incentivo à pratica de atividades esportivas e lazer esportivo; Treinamento Esportivo e busca de talentos; Representações sociais dos heróis olímpicos e perfil dos atletas olímpicos; Apoio de laboratórios ao treinamento de alta competição, psicologia esportiva, bioquímica, fisiologia, biomecânica, ergonomia e psicofisiologia; Doping e funcionamento da Agência Mundial Anti-doping - WADA; Rituais e cerimônias dos Jogos Olímpicos, sociologia e antropologia do esporte.

A programação final do Fórum resultou das contribuições recebidas e da conseqüente redistribuição por temas de maior concentração em termos de problemática olímpica.

CD - Rom do Fórum

O livro do Fórum Olímpico 2002 foi produzido sob forma de CD - ROM, dando condições de reduzir o tempo de produção e de criar

facilidades para a distribuição no início do evento. Cinco outros livros relacionados com “Estudos Olímpicos” foram incluídos CD - ROM, constituindo assim uma mini - biblioteca de Estudos Olímpicos.

Estágios e Bolsas no exterior

Os futuros candidatos brasileiros a estágios e bolsas (alunos da graduação, profissionais, mestrandos e doutorandos) nas entidades olímpicas de exterior via Academia Olímpica Brasileira - COB, foram convidados a apresentar trabalhos escritos sobre temas vinculados ao Olimpismo, ao Movimento Olímpico e aos Jogos Olímpicos, nas condições e formatos estipulados para a “Coletânea de Textos em Estudos Olímpicos”. Estas contribuições estão incluídas no presente livro para uso posterior da Comissão de Seleção da AOB-COB com a finalidade de dar base à avaliação anual de candidatos.

Contribuições à distância

Contribuições na temática olímpica de aluno da graduação e de profissionais que não possam se deslocar para o Rio de Janeiro para suas apresentações individuais foram aceitas para avaliação com declaração por escrito de sua impossibilidade de viagem e contra pagamento da taxa de inscrição (depósito após a aprovação da Comissão Científica). Participantes à distância da América Latina, África, Portugal e Espanha foram dispensados de pagamento de taxas.

Inscrições

O Fórum Olímpico 2002 assumiu um limite de 200 participantes (excluem-se neste total os participantes à distância). Assim sendo, houve pré - inscrição sem pagamento de taxa para se priorizar as primeiras inscrições, os grupos alvo do Fórum e a participação com trabalhos escritos. As pre-inscrições foram encaminhadas via sítio da AOB na Internet no endereço constante abaixo.

Taxas de Inscrição

Professores de graduação e pós graduação: R\$25,00; Alunos de graduação: R\$15,00; Alunos de pós graduação: R\$20,00; Profissionais e outros: R\$25,00. O pagamento somente será feito após confirmação da inscrição diretamente ao candidato, com instruções bancárias.

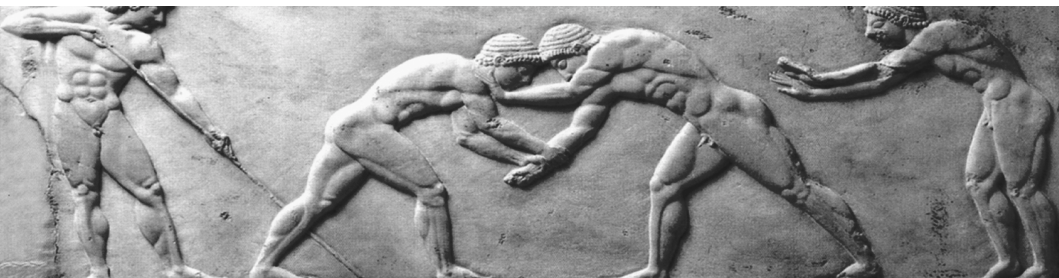
Divulgação e informações suplementares

Demais pormenores do evento foram divulgados a partir de 03 de abril de 2002 pelo sítio da AOB na Internet, administrado pelo web-master da AOB, Prof. Ms Nelson Todt, tendo com endereço: <http://www.academiaolimpicabrasileira.hpg.ig.com.br/index.htm>

Prof. Dr. Lamartine P. DaCosta

Coordenador do Fórum Olímpico 2002,
Rio de Janeiro (25 - 28/06/2002)

Parte 1



Conferências de abertura do Fórum Olímpico
Rio de Janeiro - 2002

The collections of the Olympic Studies Centre Olympic Museum - Lausanne

Nuria Puig

Head of External Relations
for the Olympic Studies Centre
International Olympic Committee, Switzerland

1 - Introduction

The Olympic Studies Centre (OSC) was created to preserve the memory of the Olympic Movement and co-ordinate and promote research, teaching and publications connected to Olympism. It belongs to the Olympic Museum, installed in Olympic Park in Lausanne-Ouchy since 23 June 1993.

The Olympic Museum engages in activities which go beyond the framework generally reserved for museums. It organises permanent and temporary exhibitions, not just within its own premises but also outside, conferences and symposiums on subjects related to sport and Olympism; publishes works ranging from exhibition catalogues to university studies; disseminates news on the Olympic Movement, IOC and Museum activities; plays a direct part in the Games of the Olympiad and the Winter Games; regularly welcomes Olympic champions and international dignitaries; and works closely with the IOC.

The Olympic Museum and Studies Centre is one of the world's biggest centres for written, visual and sound information on the Olympic Movement and the Olympic Games. As a result, it is a permanent link between Olympism and the general public – with more than one and a half 1.7 million visitors in June 2002, but also

with the media and institutions all over the world devoted to studying and following the Olympic Movement.

The OSC reinforces this permanent link with the outside world by responding to requests from the general public, media representatives, researchers and students. Four main objectives prevailed when it was created:

- 1) To preserve the memory of the Olympic Movement, from its origins to the present day, in all its forms and particularly in the form of written, photographic, sound or film-based information.
- 2) To facilitate the management of the IOC by furnishing past and current information required by its representatives in the exercise of their duties.
- 3) To allow researchers and any other person interested in the Olympic Movement access to the historical documents of the IOC, offering them good conditions for consultation and training.
- 4) To assist and promote research and academic initiatives related to the dissemination of Olympism.

In view of these objectives, the Olympic Studies Centre is divided into seven departments or services:

- the IOC historical archives
- the library
- the documentation service
- the photographic service
- Images and Sound
- the education service
- the external relations service

The OSC also collaborates with a Research Council composed of specialists from the academic world recognised for the quality of their research and publications on Olympism and bringing their expertise to the different projects of the OSC and particularly to the research grant programmes.

The Internet site (www.museum.olympic.org) introduces all the services and activities of the Museum and Olympic Studies Centre.

2 - The IOC historical archives

The aim of the archives department is to preserve the historical heritage of the International Olympic Committee and disseminate the memory of the Olympic Movement.

The collections of the Historical Archives, stored at the Olympic Museum, are composed of more than 870 linear meters of written documents tracing the history of the IOC from 1894 to 1984. The operational archives concerning the period from 1985 to the present day are still based at the IOC headquarters. The head of the historical archives is also responsible for the operational archives in order to ensure a continuous information flow.

Focussing on the organisation and the running of the IOC, the series of files available for consultation are grouped under the following categories:

- The Pierre de Coubertin bequest – Coubertin was the man behind the revival of the Games, and the earliest documents date back to 1889.
- The correspondence of the former IOC presidents and members who have been the leaders of the IOC, such as Demetrius Vikelas, Henri de Baillet-Latour, Sigfrid Edström, Avery Brundage, Lord Killanin or Juan Antonio Samaranch.
- The reports of Sessions, Executive Boards and IOC Working Groups.
- The organisation of the Games of the Olympiad and the Olympic Winter Games.
- The correspondence with the Olympic International Federations and the National Olympic Committees.
- General IOC correspondence, concerning all files reflecting the overall organisation of the institution and its contacts with the outside world.

The creation of the Rules of Access to the IOC Archives (also available at the Olympic Museum website www.museum.olympic.org, Olympic Studies Centre and Archives service), based on the European Record-keeping Standards, has made it possible for the public to have access to the archives and to ensure free and equal access.

During the past four years, an increasing number of researchers as well as the grant holders of the OSC postgraduate research grant programme have visited and consulted the archives. These PhD students and young teachers, highly-specialised in the various aspects of the Olympic Movement, have put our knowledge of the collections to the test with their precise questions and demanding requests. The originality of some findings have confirmed our feeling that the historical archives of the IOC are a gold mine for anyone who spends some time studying them.

3 - The Library

The library is the department responsible for the acquisition and management of books on Olympism. It aims to offer the public and the Olympic Family the fullest possible collection of books on the Olympic Movement and other fields of knowledge on sport (philosophy, psychology, sociology, economy, technology, medicine, the arts, etc).

The library offers 18,000 monographs, 250 current periodical titles and 70 CD-ROMs, on the following subjects:

- candidates cities files and Olympic Games official reports;
- the Olympic Review and the Olympic Charter;
- publications of the International Sports Federations (ISF) and National Olympic Committees (NOC);
- medical and scientific publications supervised by the IOC Medical Commission ;
- graduate and postgraduate theses on the Olympic Games and the Olympic Movement;

- precious reserve collection of ancient books (the oldest dating from the 16th century) and art books containing original engravings;
- books for a young audience (documentaries and comic strips).

The computerised catalogue of the library may be accessed from the French-speaking Switzerland University Library Network (RERO) from the main universities and from all over the world via the Internet <http://www.rero.ch/reroweb/chameleon.html>

The quarterly lists of new acquisitions created by the library are also archived (since January 1999) and may be accessed at the Museum's website (www.museum.olympic.org in the Olympic Studies Centre and Library sections).

The services offered by the library are the following:

- **Loan service:** up to six books per month may be borrowed by anyone resident in Switzerland. Loans by correspondence (Switzerland and abroad) are possible, but only through a library which offers an inter-library or international loan service (no direct loans to individuals).
- **Ordering articles** from the SIRC (Sport Information Resource Centre): this paying service is mostly addressed to students and researchers wishing to obtain an article which is not available at the library.
- **Free-access:** the library is organised in such a way as to give its visitors free access to all its sections. There are tables and chairs for visitors and readers to consult books, and there are also a photocopier and computer terminals with internet access (to the IOC and Museum websites only) and CD-ROM drives.
- For students, researchers and readers, a closed **study room** offers an environment conducive to concentration and appropriate work equipment (including a micro-film player and computers).

In collaboration with the other OSC departments, the library welcomes visits by students from university or sport-specialised courses to introduce the premises and services of the library to them. Upon

request, this information service may be followed by a training course enabling students to better manage the research tools (catalogues, databases, CD-ROMs, the Internet, etc.).

4 - The documentation service

The documentation service, which provides the link between the historical archives and the library, offers a wealth of information compiled in more than one thousand theme-based files.

The collections are related to the history of the Olympic Movement, the IOC and its members, the different Games of the Olympiad and Olympic Winter Games and the evolution of the Olympic programme. Some thematic files deal specifically with Olympic subjects such as the Olympic symbol, the role of the media or the Olympic athletes and sort in general.

These files are composed of various material such as:

- brochures, guidebooks, etc. produced on the occasion of the Olympic Games or any other sport event,
- press releases,
- information file published by the IOC and the Olympic Museum.

The documentation service also has an internal database containing the names of all the athletes and the results by sport and event. The information concerning the medallists is accessible from the IOC website.

The documentation staff are responsible for answering the 300 monthly requests for information, in co-ordination with the other services of the OSC, and for assisting the researchers coming to the centre.

5 - Photographic service

The photographic service as well as the Images and Sound department aim at preserving the audio-visual heritage of the IOC

and actively collaborate with external organisations world-wide (including newspapers and magazines, TV channels, production companies, etc.) and IOC and Olympic Museum productions.

The collections of the photographic service consist of more than 430,000 listed photographic documents of which main themes are:

- Historical documents tracing the epic of the Summer Olympic Games (from Athens 1896 to the last Games) and the Winter Olympic Games (from Chamonix 1924 to the last Games).
- Activities, news and events of the IOC and the Olympic Museum (sessions, congresses, visits, etc.).
- Posters, medals, torches, sports equipment and Olympic objects.

More than 80,000 photographic documents have been digitised and catalogued in a computer database and are available for consultation.

To enhance its collection, the service uses the latest Kodak numerical technologies.

The programme for the restoration of photographic documents is also financed by Kodak and carried out by a specialised company. Old photographic documents, once restored, are conserved in an area specially designed for this purpose in the Museum basement. So far, all the photographs of the Olympic Summer Games from 1896 to 1936 have been restored as well as those of the first Winter Games of 1924.

The photographic service receives about 900 requests per year coming from the IOC and the Olympic Museum and from external sources (individuals, companies, Olympic Movement bodies, the media, press, etc.) for the preparation of publications, exhibitions, etc.

6 - Images and Sound

The audio-visual archives consist of more than 18,200 hours of films on:

- The Olympic Games from Athens 1896 to the last edition: mondovision, official films, etc.
- Meetings of the IOC.
- Portraits of Olympic Family personalities.

The exploitation of moving images is carried out with the aid of two film production units and one virtual film production station (broadcast quality), recording rooms, and viewing rooms, using the latest technology.

As mentioned above, the Images and Sound and photographic services are active both in internal production and in collaboration with external bodies. The Images and Sound department thus regularly participates in the production of exhibitions, and IOC and Museum events and external productions.

In addition, the programme of new acquisitions of Olympic films is continuing thanks in particular to films made on the basis of our collections.

The restoration of films is also an important activity. The department thus restored films of the Olympic Games in St Moritz in 1928 and 1948, Garmisch in 1936, and Berlin in 1936 and Melbourne in 1956, amateur 16mm films, etc.

7 - Education service

Since the Olympic Museum opened in 1993, young visitors have been able to take advantage of a service created with them in mind. This structure has developed considerably over the years, both in terms of human resources and in terms of the services offered.

The education service's mission is to promote Olympic education through the production of teaching materials. It is aimed at children and representatives of educational and other institutions for young people.

The activities of the service can be divided into two main categories:

7.1 - Activities organised at the Olympic Museum

The content of the permanent and temporary exhibitions is made available to the young public through specially adapted guided tours,

“discovery” visits, forums and workshops. Various scenarios are developed around the principal themes of the Olympic Movement and the Games.

Information packs allow the children to prepare their visit, whilst interactive discovery leaflets facilitate their work on-site. Every year, on average, 30,000 children and adolescents use the Museum’s educational supports during their visit.

Organised principally for young adults, forums tackle the latest news relative to Olympism or sport in general. For younger children, workshops offer a more hands-on and play-orientated approach to the components and values of the Olympic Movement.

For each of these activities, the service is able to provide documentary back-up adapted for a young audience.

7.2 - Children and teenagers’ information and documentation service

The service has also concentrated its efforts on producing publications such as:

- Information kits (ten to be produced by the end of 2002) on the main topics related to the Olympic Movement.
- How Well Do You Know the Olympic Games ? – 15 questions to get to know the Olympic Games

These documents are available to the general public and can be sent in response to request for information via the IOC website.

8 - External Relations service

The main objective of the external relations service is to encourage and support research and academic activities connected with Olympism and strengthen the links between the Olympic Movement and the International Academic Community.

In addition to regularly disseminating the OSC’s activities and

developing its contact network, the service focuses its attention on three different kinds of projects:

9 - Grant programmes

Since 1999, the OSC with the support of the Research Council has organised an annual Postgraduate Research Grant Programme. This programme aims to offer young researchers interested in the Olympic Movement the opportunity to come to the OSC to consult the collections with the support of our librarians and documentalists. It is intended for postgraduate students currently studying for a master's degree or a PhD and for university teachers who have obtained their postgraduate or master's degree during the previous five years.

In addition to the scholarships mentioned in the framework of collaboration with the International Olympic Academy (IOA), every year the OSC also welcomes three participants of the seminar on Olympic studies for postgraduates organised by the IOA in Olympia.

Finally, a new grant programme, the result of collaboration with Olympic Solidarity, completes the list of existing grants programmes. It will enable National Olympic Committee and the university world in countries where resources for research and academic activities on Olympism are limited to benefit from the support of the OSC.

10 - Collaboration programmes

These are intended for institutions which are already active in the field of Olympic education, research and documentation and generally aim at developing common projects such as the organisation of symposiums or the carrying out of specific research.

The different Olympic Studies Centres in the world (for example the centres of the Autonomous University of Barcelona in Spain, of Western Ontario in Canada, and New South Wales in Australia) are among our leading partners in these collaboration programmes,

along with other academic and Olympic institutions also interested in research on and the dissemination of Olympism such as the Centre for Research on Sport and Olympism of the University of Franche-Comté (France).

11 - The organisation of congresses and symposiums

Every year, since 1995, the OSC organises a symposium in collaboration with the International Chair in Olympism of the Autonomous University of Barcelona. The symposiums organised so far have been devoted to the following themes: Olympic ceremonies (1995), Olympic villages (1996), television and the Olympic Games (1998, in collaboration with the IOC Radio and TV Commission) and volunteers (1999).

In 2001, the OSC has organised in collaboration with the Institute of Sport Sciences and Physical Education of the University of Lausanne, the 11th IASI World Congress.

A symposium on the Legacy of the Olympic Museum will be organised in collaboration with the Autonomous University of Barcelona from 14 to 16 November 2002 at the Olympic Museum.

13 - Conclusion

Over the last few years the OSC has grown considerably and its organisation has changed substantially. This development reflects the importance that the IOC and the Olympic Movement attach not only to the conservation of the historical heritage of the Olympic Movement, but also to education and the dissemination of the values of Olympism.

At the beginning of the third millennium, the different services of the OSC continue to work to enrich and preserve our collections and, in particular, to improve access to the Olympic memory. As such, making good use of the possibilities offered by the Internet is one of the centre's current challenges.

In addition, the projects and activities of the OSC aim to disseminate the educational values of Olympism but also to strengthen the links between the academic community and the Olympic Movement. Projects such as guidelines on archiving for Organising Committees for the Olympic Games, National Olympic Committees and International Sports Federations or Olympic Solidarity scholarships are also among our priorities and should enable us to make information, educational projects and the study of Olympism accessible to as many people and institutions as possible world-wide.

Olimpismo & Ideologia - o desporto ao serviço da humanidade

Prof. Dr. Gustavo Pires

Professor Catedrático da Faculdade de Motricidade Humana
da Universidade Técnica de Lisboa.

Para que cem se entreguem à cultura física é necessário
que cinquenta pratiquem desporto. Para que cinquenta pratiquem
desporto, é necessário que vinte se especializem.
Para que vinte se especializem, é necessário que cinco
sejam capazes de proezas espantosas.

Pierre de Coubertin (1931)
Mémoires Olympiques

1 - Aspectos Iniciais

A questão é a de saber se estamos preparados para mudar?

Há mais de dois mil anos Confúcio afirmou que “se o homem não der atenção aos problemas quando eles ainda estiverem longe, vai ter que se preocupar quando se aproximarem”, Hoje em dia, os analistas do futuro dizem que o século XXI será um século de sistemática instabilidade, desordem e desintegração social. As duas ou três próximas décadas serão um tempo de grande complexidade e de mudanças cruciais nos domínios social, político e económico Na realidade, estamos a viver tempos de grandes mudanças, pelo que a única coisa que podemos tomar como certa é que a mudança é a única coisa que não mudará. Em conformidade, a questão que se coloca às pessoas, às organizações e às sociedades é a de saber o que fazer agora?

Muito embora alguns tenham afirmado que a “história chegou ao fim” e, em consequência, terminado o tempo das ideologias, o que é facto é que a ideia de que deve haver uma intervenção política é ainda muito forte no que diz respeito à necessidade de intervenção e envolvimento da generalidade das pessoas, muito embora também haja um sentimento generalizado que nos tempos que correm, consubstanciar essa intervenção política seja muito difícil.

O movimento desportivo, em termos mundiais, encontra-se, também, numa profunda crise de mudança. Problemas relativos à corrupção, doping, exploração do trabalho infantil, economia subterrânea, comercialismo, violência e, entre outras, a um profissionalismo precoce, estão a ferir de morte o desporto moderno. Nos últimos quarenta anos, que correspondem à fase de “take off” (arranque) do desporto moderno, foram praticados os mais diversos excessos. Mas a este respeito temos de mais uma vez recordar as palavras de Coubertin quando dizia, em princípios dos anos trinta, que “a ideia de suprimir os excessos é uma utopia dos não desportistas.” No entanto é necessário dar atenção aos problemas enquanto eles ainda estiverem longe.

Em conformidade, o que o mundo do desporto espera do Movimento Olímpico (MO) e do Comité Internacional Olímpico (CIO), após a renovação acontecida a partir de 1999, é a capacidade prospectiva que, aproveitando a ideia de Gaston Berger, se traduz na necessidade de ver longe e com amplitude, analisar em profundidade, arriscar e pensar na humanidade. De facto, uma nova estrutura organizacional, um código de conduta ética, limite de idade, sistema de candidaturas, foram assuntos discutidos que vão certamente fazer mudar de rumo o MO depois dos tristes casos de corrupção de Salt Lake City e Nagano.

Mas será só isto, suficiente para afastar o MO de todas as críticas de que tem sido alvo? Estamos em crer que não. De facto, o mundo do desporto foi envolvido pelo dinheiro e pelo comercialismo desenfreado, e o MO, infelizmente, deixou-se enredar em processos que lhe abalaram profundamente o prestígio e a credibilidade.

O que somos levados a questionar, é se não seria previsível aquilo que aconteceu, quando o CIO já vinha a ser questionado sobre o assunto há diversos anos?

Muito provavelmente, foi necessário acontecer o que aconte-

ceu, para que as mudanças acontecidas e outras que se espera venham a acontecer, tomassem forma. Na realidade, o CIO não pode ser visto como um clube de super homens e mulheres livres de qualquer tentação e acima de qualquer suspeita. A corrupção, veio de fora para dentro na medida em que vivemos numa sociedade em que os valores cada vez pesam menos. Por exemplo, os americanos, entre os 18 e os 34 anos de idade, 79% acredita não haver um padrão absoluto no que diz respeito à ética. Tal como Jennings, M. (1999) refere, 73% deles aceitaria contratar o empregado de um concorrente para obter informações confidenciais. A mesma investigação apurou que somente 60% de presos admitiu poder ter tal comportamento! Em conformidade, é necessário pensar de novo qual o papel do desporto no quadro da vida humana, sob pena do desporto, se transformar definitivamente numa simples forma de alienação de massas, em sociedades que, nesta era da globalização dos comportamentos, caminham tendencialmente para a perda de princípios e de valores.

DeSensi, Joy (1996) faz referência à natureza capitalista das modernas sociedades envolvidas por uma lógica do comércio e do lucro. Esta lógica, tem vindo a afectar os valores do mais simples cidadão, àqueles que devem ser preservados pelas grandes organizações como o CIO e pelos próprios estados. No que diz respeito aos estados, dos mais diversos países, podemos verificar um cada vez maior reforço da sua intervenção no mundo do desporto de alta competição, como forma de tirar proveito, a nível político-partidário, das vitórias das respectivas equipas nacionais. Foi significativa a posição do presidente bielorusso Alexander Lukashenko, responsável pelo Comité Olímpico do seu país (!), quando informou os atletas que iam participar nos Jogos Olímpicos de Sydney, que as medalhas conquistadas seriam recompensadas. "Apresentem resultados e terão um apartamento e dezenas de milhares de dólares que lhes permitirão viver com conforto para o resto da vossa vida. Comprarei o que vocês precisarem, sejam armas, barcos, fatos de banho ou roupa interior." (Copyright © 1999 Associated Press) A Bielo-Rússia conquistou 17 (3 + 3 + 11) medalhas em Sydney. Não sabemos se o presidente cumpriu a sua promessa.

Por outro lado, se pensarmos que os direitos televisivos suportam 50% das receitas de marketing do CIO, que em Atlanta orça-

ram os 895 milhões de dólares e que em Atenas, muito provavelmente, vão atingir 1482 milhões, podemos verificar que toda a lógica do MO deve obedecer a critérios muito bem definidos no que diz respeito à utilização do dinheiro bem como aos comportamentos dos membros do CIO, sob pena de tudo poder ser novamente posto em causa. Jacques Rogge, já deu alguns sinais de que não está disposto a continuar a política de fausto do seu antecessor. E, a este respeito, para salvaguarda do bom-nome da organização não pode haver cedências. Em quaisquer circunstâncias, os valores que devem presidir ao MO devem ser salvaguardados em termos de vértice estratégico pelo CIO, que para o efeito deve prosseguir com as reformas em bom tempo iniciadas por António Samaranch.

Nos tempos que correm, o CIO pode ser o verdadeiro guardião dos valores que devem presidir ao desporto em geral e ao MO em particular, sob pena do desporto se transformar numa actividade circense, dominada pelo império da violência, da corrupção, do doping, da exploração do trabalho infantil, ou da economia subterrânea, que hoje infelizmente já envolve o mundo do futebol (Vassort, Patrick, 2002) e que ameaça alastrar por outras modalidades desportivas.

Nesta conformidade, o presente trabalho tem como objectivo em primeiro lugar, argumentar que não há desporto sem ideologia. Em segundo lugar, apresentar um modelo conceptual de análise do desporto moderno. Em terceiro, arguir que o desporto do futuro, só tem legitimidade se for organizado no quadro do desenvolvimento humano. Para que isto seja possível, aliás de acordo com o que está expresso na Carta Olímpica, é fundamental transformar o Olimpismo numa alavanca de desenvolvimento, efectivamente ao serviço da humanidade.

2 - Tempo de Ideologias

A questão é a de saber se ainda necessitamos de ideologias?

A ética enquanto filosofia procura determinar os propósitos da vida humana e os meios para os alcançar. Enquanto reflexo do comportamento moral deve ser um assunto de todos os dias pelo que é também fundamental para aqueles que nas mais diversas

organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, são responsáveis pela idealização e determinação das políticas em matéria de desporto. A ética deve orientar os decisores políticos no sentido das políticas desportivas estarem ao serviço do desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano, de acordo com a posição das Nações Unidas é um processo através do qual se procura alargar as oportunidades das pessoas no sentido delas poderem expandir as suas capacidades, terem uma vida longa e saudável e acederem ao conhecimento e aos recursos necessários a uma vida decente.

Nesta perspectiva, as políticas desportivas não são uma simples questão de controlo do consumo de drogas proibidas, resultados internacionais, grandes eventos ou, entre outros, de assuntos de natureza legal. No domínio do desporto, a política também tem de significar desenvolvimento humano e a correspondente dimensão ética relativa às necessidades das pessoas onde quer que elas estejam. Nesta perspectiva, o desporto deve ser um instrumento de promoção da democracia ao serviço do desenvolvimento.

A ética configura um conjunto de princípios básicos e de crenças de validade universal. No entanto, devemos considerar que a questão ética não é um conceito estático, limitado por certas formas fixas e determinadas práticas. Nenhum modelo de princípios éticos pode ser assumido como de aplicação universal, dado a diversidade de valores culturais e experiências históricas dos povos. Quer dizer, existe uma diferença entre a validade teórica e a aplicação de ordem prática. Do mesmo modo, o desporto tem de encontrar os mais diversos processos de desenvolvimento de acordo com as características de cada país. No entanto, a questão que se coloca é a de saber como preservar estes valores se, após o desmoronar da União Soviética e seus satélites, os governos dos mais diversos países do mundo deixaram que o desporto fosse envolvido numa lógica económica da qual também beneficiam? Essa lógica, desprovida de quais quer valores para além daqueles que presidem ao mercantilismo mais feroz, está a pôr em causa o desenvolvimento do desporto moderno, no quadro dos valores do desenvolvimento humano. Em conformidade, agora que nos estamos a preparar não só para vivermos neste novo século e milénio, talvez seja necessário, no quadro do Olimpismo moderno, perguntar, uma vez

mais, se o desporto enquanto expressão pessoal do corpo e do espírito pode exprimir pelo seu desenho social e organizacional uma perspectiva política e ideológica?

A função da ideologia no desporto, de um ponto de vista geral, deve ser um conjunto de conceitos que permitem tornar o desporto útil para a sociedade em geral e para os mais diversos grupos sociais em particular. Contudo, se olharmos para o espectro político que organiza as sociedades nesta passagem de século temos de reconhecer que vivemos tempos de grande confusão. As ideologias políticas que no passado deram confiança e perspectivas de uma vida melhor às pessoas já não estão a responder à maioria das suas necessidades. A questão está em saber se essa ausência de resposta se fica a dever às pessoas que já não são as mesmas, à sociedade que se modificou, ou aos sistemas ideológicos que deixaram de responder às questões mais prementes da sociedade global.

No que diz respeito às pessoas, sabemos que desde a segunda metade do século passado alguns líderes políticos têm vindo a argumentar que a ideologia chegou ao fim. Por exemplo, no ano de 1962, John F. Kennedy afirmou: "Eu gostaria de dizer uma palavra acerca da diferença entre mito e realidade. Muitos de nós fomos, durante vários anos, condicionados para ter um ponto de vista político, Republicano ou Democrata - liberal, conservador, moderado. Mas, o que é facto é que a maioria dos problemas, ou pelo menos muitos deles que agora temos de enfrentar, são problemas técnicos e administrativos. Eles são muito sofisticados pelo que não se ajustam a uma grande maioria dos 'movimentos apaixonados' que, tantas vezes, aqueceram o País no passado. Agora eles lidam com questões que estão para além da compreensão da maioria das pessoas." Claro que o mundo, hoje, sabe que este tipo de perspectiva acabou na Baía do Porcos, em Watergate e, entre outras, na tragédia do Vietname. No que diz respeito à sociedade, sabemos que o sonho de qualquer político sem escrúpulos é poder funcionar sem princípios, sem valores, quer dizer, sem ideologia. No que diz respeito à ideologia, começa a ser claro, nos mais diversos países do mundo, que as pessoas precisam de quadros de referência para poderem funcionar de acordo com determinados padrões de civilidade. Quando não os têm, porque não lhes deram através da educação, vão à procura deles e, geralmente, os resultados obtidos

não são os mais recomendáveis. É evidente que a cultura que está a envolver o mundo do desporto, não é a mais recomendável, no entanto, os estados e os organismos desportivos nacionais ou internacionais, também não têm promovido outra.

Em conformidade, o Olimpismo, enquanto sistema de valores, não pode deixar de ser um quadro ideológico ao serviço do desenvolvimento humano, sob pena de não servir para nada. O desporto só por si nada significa se não ligar, a educação, o ensino, o espectáculo desportivo, a um projecto de desenvolvimento humano. Mas há quem diga que não. Que o desporto nada tem a ver com a ideologia. Se é preciso fazer que se faça. Não vale a pena perder tempo a pensar nas opções possíveis, “just do it”. No entanto, também aqui vale a pena voltarmos aos valores eternos no pensamento humano.

Para Aristóteles, o conhecimento tem de ser obtido através de um sistemático estudo da lógica. A lógica, enquanto disciplina normativa, ao propor-se determinar as condições da verdade nos diferentes domínios do saber, acaba por determinar os fundamentos das ideologias enquanto sistemas mais ou menos coerentes de ideias, que os mais diversos grupos sociais apresentam como uma exigência da razão. Enquanto estudo e determinação dos modos de pensamento discursivo, permite evitar as contradições entre os quadros teóricos e a práxis política. Nestes termos, negar a ideologia é negar o pensamento, é assumir a “derrota do pensamento” (Finkelkraut, Alain, 1987) no quadro das sociedades modernas, aceitando um conformismo pós moderno em que o pensamento está ausente de um cada vez maior número de actividades entre elas o desporto que assumirá essa outra característica dum pós modernismo que é o puerilismo. Estará o Olimpismo a entrar na categoria dos conceitos em que o pensamento deixou de existir, quer dizer, foi derrotado? É que em muitas circunstâncias, até pelo comportamento inconsciente dos seus dirigentes, o desporto já atingiu um estado pueril.

As teorias ideológicas, definem o seu objecto de estudo em termos de certas identidades (princípios de identidade) que se acredita organizam o processo de reflexão, o conhecimento e as circunstâncias de ordem ética. Deste modo, a ideologia é entendida como uma estrutura de ideias, crenças, concepções, categorias e

sistemas de pensamento, concebidos para explicarem e transformar o mundo. Portanto, entendemos a ideologia como um conjunto sistematizado de princípios que ligam a percepção do mundo a valores explícitos de ordem moral e ética. O que é que seria o mundo se não existissem valores de ordem ética e ideológica? Ortega y Gasset (1883-1955), argumentava em "A Rebelião das Massas" (1929) que a democracia de massas podia ser conduzida a ser dominada por mediócras em vez de liderada por elites intelectuais. De alguma maneira, é isto que está a acontecer no mundo do desporto. Claro que ainda necessitamos de ideologias, quer para a organização social em geral, como, também, para determinados sectores específicos da sociedade tal como o desporto, sob pena do desporto se transformar num alienador de massas, sem qualquer significado para o desenvolvimento humano. Sem princípios, moral, ética, conhecimento, é completamente impossível gerir e desenvolver o desporto ou outro aspecto qualquer da vida social, económica e política. Deste modo, a ideologia tem de ser, em primeiro lugar, uma estrutura de conceitos, capaz de, em segundo lugar, interpretar o sentido dos acontecimentos, para, em terceiro lugar, anunciar a mudança, de acordo com a necessidade humana da superação e da busca da transcendência. É nesta busca da transcendência, que entendemos deve ser encontrada a vocação e a missão do Olimpismo moderno.

No nosso ponto de vista, a transcendência humana inerente ao próprio Olimpismo, não pode ser separada do desenvolvimento sustentável. De acordo com as Nações Unidas, sustentabilidade significa conseguir suprir as necessidades das gerações actuais sem comprometer os direitos e as oportunidades das gerações vindouras. Significa, a necessidade de haver equidade intra gerações e inter gerações. Deste modo, o desenvolvimento humano é um processo de alargamento da qualidade das escolhas que as pessoas podem realizar. No entanto, o referido alargamento tanto deve considerar as gerações actuais como as futuras, sem sacrificar qualquer delas em benefício das outras. E não pode ser cego, já que o acesso às escolhas tem de ultrapassar as assimetrias sociais, do género, da idade ou a geografia.

Na realidade, o Olimpismo até pode enfatizar o desenvolvimento sustentável em relação a uma concepção limitativa que o relaciona

exclusivamente com a dimensão ambiental do desenvolvimento. Mas não é suficiente, porque as políticas desportivas geridas numa perspectiva insustentável, como é por exemplo o gigantismo e o comercialismo dos Jogos Olímpicos modernos, significa que a promoção do desporto não está a ser realizada de acordo com os interesses das actuais e futuras gerações. De acordo com Gilgert Heebner, as anomalias são sempre significativas. Por isso, não podemos aceitar de todo a opinião de Richard Pound, ex. responsável pelo marketing do COI, quando faz a seguinte pergunta: "Se tirarmos o sponsoring e o comercialismo do desporto o que é que nos resta?" E é o próprio que nos dá a resposta: "Uma sofisticada e bem afinada máquina, desenvolvida durante um período de 100 anos, mas sem gasolina."

Reduzir o Olimpismo a uma mera questão de contabilidade, ou até só de resultados desportivos, no fundo, trata-se duma vitória da incultura sobre uma cultura de milhares de anos que pertence à história da humanidade. É evidente que o dinheiro é importante, mas um desporto sem valores e, conseqüentemente, sem estar ao serviço da humanidade, acaba por transformar-se numa actividade alienante, dominada pelo império brutal de massas acéfalas e corroida pelos mais diversos estigmas que hoje começam a ferir de morte o sonho de Coubertin.

De acordo com Vilfredo Pareto (1848 – 1923) as "políticas sociais, geralmente, começam com o princípio de que a mudança é boa se conseguir fazer com que alguém fique melhor sem que alguém fique pior." De acordo com esta ideia, a Carta Europeia do Desporto, adoptada pelo Comité de Ministros dos países membros da Comunidade Europeia, em 24 de Setembro de 1992, diz-nos que os governos devem assegurar que de uma geração para outra, as actividades desportivas devem ser levadas a cabo "de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável." Na perspectiva de Habermas (1993), trata-se de um diálogo necessário entre gerações actuais com as futuras. É desta maneira que entendemos o acordo de cooperação realizado entre o CIO e o Banco Mundial em 21 de Novembro de 1996 com o objectivo de promover um desenvolvimento humano sustentável e aumentar a tolerância e a compreensão entre indivíduos e culturas. O Sr. Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, que competiu em 1956

nos Jogos Olímpicos enfatizou a especial importância do acordo: “Pessoalmente tem um grande significado para mim. Eu conheço os ideais do Movimento Olímpico pelo que sou capaz de compreender a sua coerência com o trabalho do Banco Mundial. Queremos dar às pessoas principalmente àquelas dos países mais pobres, uma razão para acreditarem num futuro mais brilhante, a oportunidade para realizarem o seu potencial humano. Queremos um Mundo mais pacífico, sustentado na tolerância, cooperação e desenvolvimento sustentável.”

O Olimpismo tem de ser esta capacidade de pôr as gerações passadas em diálogo com as actuais e as futuras. O desenvolvimento sustentável, significa precisamente a inteligência do diálogo entre aqueles que transmitiram um legado, aqueles que momentaneamente o detêm e aqueles que, no futuro, o vão receber. Se houver uma quebra num dos elos deste diálogo, o desenvolvimento humano, claro que fica comprometido.

Nestas circunstâncias, é necessário saber em que modelo de organização estamos a funcionar, para que depois possamos decidir pelas justas e apropriadas políticas. Tal como Habermas (1993) afirmou, a legitimidade das normas sociais deve ser avaliada pela aceitação da “situação de discurso ideal”. O problema é que para além dos discursos e dos acordos entre dirigentes políticos e desportistas, em muitos países do mundo, uma medalha olímpica vale cem mil vezes mais do que mais cem mil praticantes desportivos. Quando esta atitude ocorre, não existem condições de “discurso ideal” e é isso que o Olimpismo tem de combater. Neste domínio, a célebre ideia da “pirâmide de Coubertin” com que iniciámos este trabalho, é completamente posta de lado, e o princípio olímpico que nos diz que “mais importante do que vencer é participar”, completamente subvertido aos ditames do rendimento, da medida, do recorde, do espectáculo, do profissionalismo precoce e de dirigentes que só vêem o Olimpismo e os Jogos Olímpicos como instrumentos da sua promoção pessoal, em que os praticantes desportivos são o que menos interessa.

Estamos a mudar duma sociedade sustentada na lógica estandardizada da civilização industrial, para uma outra baseada na dinâmica do conhecimento. Portanto, agora a questão já não se coloca relativamente ao “como é que as coisas devem se feitas?”,

mas “porque é que as coisas são feitas dessa maneira?” Isto significa compreender e acreditar no conceito fundamental de transcendência humana. Nestas circunstâncias, a ideologia é um conjunto de assunções (formas ideais, estudo sistemático da lógica, busca da transcendência, situações de discurso ideal, método hipotético-dedutivo) com as quais as pessoas se relacionam consigo próprias, com as outras, com as organizações, com a sociedade, com o desporto e a própria vida. Estas assunções, organizam, orientam e sustentam o comportamento das pessoas em relação a cada contexto. Deste modo, a génese e a validade do Olimpismo, não podem mais ser separadas e ignoradas como, de alguma maneira foram no passado, duma perspectiva técnica, ideológica, política e estratégica que tem a ver com o próprio desenvolvimento humano. Aliás a própria Carta Olímpica reconhece este aspecto fundamental, quando no nº 2 do capítulo 1º, relativo à missão do CIO, diz concretamente que “o CIO deve “colaborar com os organizadores e autoridades públicas ou privadas competentes a fim de colocar o desporto ao serviço da humanidade.” Assim há que realizar um grande esforço para obviar à contradição existente entre aquilo que as pessoas e as organizações deviam fazer e aquilo que na realidade fazem, no domínio das políticas desportivas.

A interpretação do desporto pode variar de acordo com a posição ideológica segundo a qual é analisado, tendo em consideração as duas principais categorias da vida humana: o jogo e o trabalho. Estas categorias, descrevem a maneira como a ideologia relativa ao desporto pode ser interpretada tendo em consideração a respectiva importância de cada uma delas no que diz respeito ao padrão de vida humano.

A primeira questão é: Qual das duas categorias – jogo ou trabalho – é a categoria absoluta da vida.

A segunda questão é: Será que a resposta à primeira questão tem significado no quadro do processo de desenvolvimento do Olimpismo moderno?

Para os marxistas, o trabalho é a condição básica da existência humana e o seu modo original de expressão. Para eles, a primazia do trabalho sobre o jogo é uma questão de consequências ideológicas. O divertimento, as distrações e o descanso, tornaram-se necessidades que de acordo com Hoberman (1989), representam uma con-

cessão realizada pelos marxistas. Álvaro Cunhal, antigo secretário-geral do Partido Comunista Português, em entrevista à revista do semanário "Expresso" (20/4/96) afirmava: "Nós os marxistas dizemos que o género humano começou a ser género humano no dia em que o homem produziu os seus instrumentos de trabalho." Segundo Lanfant, Marie-Francoise (1972:143) "no contexto socialista a noção de tempo livre é socialmente valorizada, pois é uma conquista do socialismo, enquanto que aquela do lazer remete para valores individualistas de coloração burguesa. É moralmente condenável". Numa perspectiva que, podemos dizer, ultrapassou a esquerda pelo lado esquerdo, emergente de Maio de 1968, a economia capitalista "criou uma falsa consciência na mente dos oprimidos e dos opressores. A economia capitalista "criou um sistema desportivo que explora os atletas e muitas vezes reflecte o violento e mecanizado ritmo do trabalho." (Kidd, Bruce, 1980). Para Brohm, Jean-Marie (1972), o desporto reflecte as categorias do sistema industrial capitalista.

Por outro lado, na óptica liberal, o lazer, como expressão da mente, é a categoria básica da existência humana e a forma original do desenvolvimento humano. A primeira e primitiva actividade da vida é, sempre livre, efusiva, plena, o que significa "a expressão liberal de energias pré-existentes" (Gasset, y Ortega, 1924). Todas as acções utilitárias são meras reacções a necessidades básicas, consideradas como funções vitais de segunda categoria. De acordo com este ponto de vista, as destrezas motoras são elaboradas no jogo para adquirirem progressiva utilidade no mundo do desporto formal.

Quer dizer, tudo tem de ser repensado e readaptado a uma sociedade que está a organizar uma nova estrutura de tempo, em que o trabalho e o lazer, muito provavelmente, vão deixar de ser as actividades diametralmente opostas que foram no passado. É evidente que, nestas circunstâncias, o ideal olímpico tem de ser, também, reequacionado num quadro previsível em que, muito certamente, num futuro próximo, deixará de existir a separação que hoje existe entre as duas categorias fundamentais da organização social, o trabalho e o lazer. Aliás, se olharmos para os Jogos Olímpicos modernos, sobretudo a partir de Barcelona 92, eles já traduzem esta realidade em que é muito difícil estabelecer os limites entre trabalho e lazer.

Em conformidade, a resposta à pergunta com que iniciámos o presente capítulo só pode ser afirmativa.

3 - Um Modelo Conceptual Sustentável

A questão agora tem a ver com o impacto que as ideologias têm na capacidade dos governos e as grandes organizações internacionais como o CIO, determinarem políticas desportivas. O problema agora tem a ver com a necessidade de passar da teoria à prática, o que não é fácil.

A sociedade industrial ensinou as pessoas o que fazer e como as coisas deviam ser feitas. Num ambiente industrial complexo e turbulento, os políticos têm sido pressionados pelo sentido de urgência e envolvidos numa atitude estratégica que, no fundo, tem resultado em menor qualidade das soluções, na medida em que estas acabam por estar desligadas dos verdadeiros problemas das pessoas. O sentido de urgência tem afastado os dirigentes e gestores da génese dos problemas do desporto que dizem respeito ao processo de desenvolvimento humano. Todas as evidências indicam que, em muitos países, os governos e as grandes organizações internacionais, deviam actuar fora de um imposto sentido de urgência, de forma a protegerem os cidadãos e os seus próprios interesses.

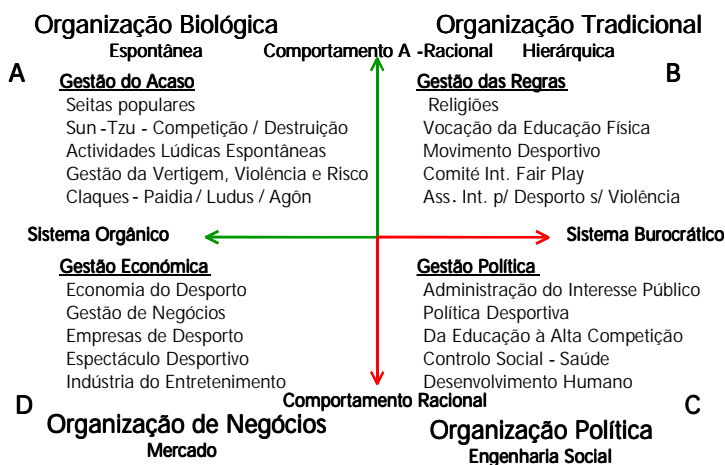
Para dar um sentido às coisas e uma direcção à estratégia, são necessários modelos que ajudem a equacionar as situações e a organizar as soluções. Em conformidade, um modelo conceptual ideológico de desenvolvimento do desporto, torna-se uma questão de importância e qualidade e não de urgência e quantidade. Por isso, é necessário compreender verdadeiramente os significados de situação desportiva e de nível desportivo (Paz, C., 1973), para que depois possa ser possível engendrar uma ideia estratégica sustentável acerca do futuro que se deseja construir.

Para de alguma maneira responder às questões que temos vindo a colocar, pensamos ser necessária a existência de um modelo teórico que nos permita compreender a dinâmica do desporto moderno num quadro conceptual inteligível. O desporto dos nossos dias, é uma actividade humana multidimensional (movimento, jogo, competição, institucionalização, projecto) que assume uma geometria variável, de acordo com o contexto em que a dimensão projecto estiver a ser realizada (Pires, G., 1994), na medida em que a dinâmica desportiva se tem de adaptar constantemente à complexidade e velocidade de mudança do ambiente social, económico e

político. A nossa ideia, é que o Olimpismo pode e deve acompanhar esta dinâmica, porque só assim sobreviverá. A nossa ideia é que o Olimpismo enquanto processo de desenvolvimento humano tem que cruzar todas as actividades desportivas, sob pena de o desporto deixar de ter valor social, e até mesmo poder transformar-se numa actividade humana mais geradora de externalidades de sinal negativo do que de sinal positivo.

Quadro 1

Áreas Organizacionais



Em conformidade, sentimos que é necessário um modelo que nos ajude a compreender o sistema global, para que, dentro de determinados parâmetros, possamos cruzar ideias e experiências e, deste modo organizado, provocar a mudança e eventualmente o progresso.

O quadro que apresentamos procura estabelecer um espectro de ambientes ideológicos a partir dos quais é possível entender a organização do desporto moderno e do próprio Olimpismo. Como se sabe, a ideia de Olimpismo tocou em toda a organização do desporto durante o século XX.

O mundo do desporto, hoje, organiza-se através dos mais diver-

sificados modelos que se podem caracterizar, através de um gráfico constituído por dois sistemas de eixos que caracterizam uma perspectiva mais ou menos racional ou a-razional de gerir o fenómeno desportivo e um outro eixo em que se considera uma outra perspectiva mais ou menos burocrática ou orgânica. Quer dizer, um eixo em que, do ponto de vista organizacional, se procura definir um sistema “burocrático versus orgânico” e outro, em que, do ponto de vista pessoal, se considera um comportamento “racional versus a-razional”. Vejamos então, o que é que se passa no interior de cada um dos quadrantes (A, B, C, D) que resultam do cruzamento dos eixos considerados.

3.1 - Organização Biológica

A questão que se coloca é a de saber se ainda vivemos nas mesmas categorias de vida que vivemos no passado. Como podemos ver, no nosso modelo, o ambiente (A) é caracterizado por todo um conjunto de actividades espontâneas, que vão da religião à arte da guerra, à competição e violência que caracterizam as mais diversas actividades humanas. Como se sabe, o desporto encontra as suas raízes, entre outras, naquelas actividades. No quadrante (A) procuramos considerar o desporto em primeiro lugar na sua perspectiva antropológica e, em segundo, numa perspectiva actual, como válvula de escape pessoal e social. Neste sentido, estamos a considerar não só as actividades informais e “inorganizadas” na perspectiva de Pociello (1991), mas também outras actividades sociais mais ou menos duras ou doces, tais como as diversas formas de violência, vertigem, algazarra, sejam elas legais ou ilegais, algumas pertencendo à cultura institucionalizada, outras, a uma subcultura que em qualquer dos casos contribui para estabelecer o equilíbrio da organização social espontânea, gerida através do acaso. Estamos no domínio dum processo de adaptação constante, de ajustamento aos acontecimentos desconhecidos, por alternativa a soluções de compromisso ou soluções contingenciais, em relação àquilo que é respectivamente conhecido e certo e desconhecido e incerto.

3.2 - Organização Histórica e Tradicional

O desporto moderno é um produto da civilização industrial e o seu desenvolvimento organizacional, acontecido nos últimos duzentos anos, foi gerido de acordo com os princípios do industrialismo, quer dizer, daquilo a que Toffler, A. (1984) designou de “código oculto da civilização industrial: Concentração; Centralização; Especialização; Estandarização; Maximização; Sincronização. Estes princípios, ao influenciarem a sociedade em geral e o desporto em particular, provocaram um salto qualitativo nas práticas desportivas, do orgânico para o burocrático, da espontaneidade das seitas religiosas para as religiões formais, do desporto informal e inorganizado para o desporto formal do mundo do associativismo desportivo.

Também as pessoas de todo o mundo e dos mais variados regimes, foram educadas de acordo com o sistema de comando e controlo, fortemente hierarquizado, do mundo industrial. Em consequência, o movimento desportivo foi organizado à imagem e semelhança do próprio industrialismo. Aquilo que o modelo anterior tinha de orgânico, este tem de burocrático com a institucionalização de todo um conjunto de normas e procedimentos, impostos através dos mais variados códigos, implementados por diversas organizações. Trata-se, portanto, de gerir as regras segundo a necessidade de manter a tradição e a urgência de promover a mudança. Este quadrante, representa o mundo do desporto formal, do desporto federado, da pirâmide desportiva com os clubes na base as federações e confederações internacionais no topo. A burocracia institucionalizada é a-racional, porque, na grande maioria das vezes, as normas não se explicam por um padrão de racionalidade ou irracionalidade, mas, simplesmente, porque a cultura específica determina que seja assim.

As pessoas e as organizações reagem, muitas vezes com violência, a este modelo organizacional, porque os estados e os governos não lhes deixam margem de manobra para resolverem os seus problemas e expressarem as suas ideias. Como se sabe, o desporto formal, enquanto prática exclusiva, tem sido, muitas vezes, usado, principalmente pela juventude, sem quaisquer perspectivas de vida, para expressar a sua revolta contra uma sociedade falha de oportunidades em que é obrigada a viver.

O Olimpismo, enquanto fenómeno congregador de ideias, vontades, solidariedades e práticas desportivas do ensino ao alto rendimento – de cada um segundo as suas possibilidades, para cada um segundo as suas necessidades –, tem um papel não só desportivo como social de primordial importância, no quadro do desporto formal. Se considerarmos que segundo a Organização Internacional do Trabalho (2002) há 246 milhões de crianças a trabalhar em todo o mundo, das quais 8.4 milhões estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, 5.7 milhões são obrigadas a trabalhos forçados, 1.8 milhões estão envolvidas em negócios de pornografia e prostituição, 0,6 milhões participam em actividades ilícitas, incluindo o tráfico de droga, 0.3 são recrutadas para os conflitos armados, temos de perceber que o Olimpismo enquanto quadro ideológico que deve presidir ao desporto federado, pode ter, tem de ter, uma palavra a dizer nesta chaga da humanidade. No entanto, na perspectiva de Avery Brundage, aceitamos que “num mundo imperfeito como o nosso, se se deve deixar de praticar desporto, cada vez que as leis humanas são violadas, nunca haverá competições internacionais”. A nossa proposta, num quadro de desenvolvimento humano, tem a ver com uma perspectiva de intervenção a montante, quer dizer, antes dos problemas surgirem, de forma a evitá-los e, quando for caso disso, resolvê-los.

O Olimpismo não pode servir para o desporto andar a correr atrás dos problemas da humanidade, numa perspectiva de tentar resolvê-los em regime de urgência. Em nossa opinião, o Olimpismo deve ter como estratégia uma política de antecipação e o movimento desportivo ou o movimento olímpico que em teoria até podem coincidir, são espaços de intervenção que não é legítimo que vivam à margem das misérias do mundo, mas, pelo contrário, devem prosseguir uma política para as ajudar a resolver.

3.3 - Engenharia Social – Organização Política

Durante o século passado, a maioria dos regimes políticos utilizaram o desporto como um instrumento de promoção dos respectivos poderes sem que tivessem qualquer ideia acerca do que o desporto deveria e poderia ser do ponto de vista ideológico. A ideologia esteve, e em demasiadas circunstâncias continua a estar, fora

da ideia de desporto, na medida em que o desporto tem estado demasiado envolvido numa perspectiva pragmática à margem de qualquer perspectiva ideológica. Em muitas situações, o desporto foi usado para promover regimes políticos como tivemos a oportunidade de ver durante a “guerra fria”. De facto, o desporto no século XX foi usado como um instrumento sob o ponto de vista ideológico inerte, pelos mais diversos regimes para promover os respectivos projectos políticos. Nos anos trinta, Benito Mussolini, inspirado no Nazismo, foi o primeiro político a reparar que os Campeonatos do Mundo podem ser peças feitas à medida de qualquer líder nacionalista. Mussolini compreendeu que a vitória no desporto podia motivar as pessoas a andarem pelas ruas a cantarem alegremente, independentemente de viverem ou não num regime democrático, terem uma economia estável, ou uma vida decente. Na mesma década, a URSS idealizou um programa de educação física sob o mote “prontos para a defesa e o trabalho”. Franco em Espanha e Salazar em Portugal usaram o desporto como uma arma para controlar os respectivos regimes. A máxima de Stroessner para o desporto, enquanto presidente do Paraguai, era “o corpo ao serviço da pátria”. Também o Brasil teve a sua versão fascista de utilização do corpo através do desporto no consulado de Getulio Vargas (Costa, Lamartine, 1999).

Durante os últimos cinquenta anos do século passado, o mundo do desporto foi conduzido pela rivalidade entre os estados Unidos da América e a União Soviética. Nos EUA Robert Kennedy afirmava em 1964: “É de interesse nacional que nós voltemos a ganhar a nossa superioridade olímpica e que uma vez mais demos ao mundo uma prova da nossa força interior e vitalidade”. Os boicotes aos jogos de Moscovo e de Los Angeles, foram algumas das consequências mais visíveis duma política de confrontação das grandes potências através do desporto. Aliás, os boicotes já vinham de trás. Em 1956, o Egipto, o Iraque e o Líbano tinham boicotado os Jogos de Melbourne em protesto contra o controlo anglo-francês do Canal do Suez. Os Países Baixos, a Espanha e a Suíça boicotaram igualmente os Jogos de Melbourne, em protesto contra a invasão da Hungria. Em Montreal, 33 países africanos representando mais de 400 atletas boicotaram os Jogos em protesto contra a política do apartheid.

Mas, pese embora todas as dificuldades, os governos não deixaram de continuar a apostar em “projectos olímpicos”. Por exem-

plo, nos Jogos Olímpicos de Roma (1960), os Canadianos conseguiram somente uma medalha de prata em remo. Em 1970, segundo Bruce Kidd, professor na Universidade de Toronto que competiu pelo Canadá nos Jogos de 1964 (Time, July 15 1996 vol. 148, nº 3), na Administração Trudeau, o investimento no desporto aumentou significativamente. O desporto no Canadá profissionalizou-se, os atletas começaram a ser pagos pelo estado e foram fundadas diversas organizações profissionais para acelerar o desenvolvimento. Trudeau, esperava que uma participação olímpica com sucesso, poderia promover a unidade nacional. Estes esforços, foram ainda incrementados com uma política muito agressiva de realização de grandes eventos internacionais, construção de novas instalações desportivas, formação de novas lideranças e mobilização da população através dos resultados das equipas nacionais sem que os objectivos referentes à construção de uma unidade nacional tivessem sido alcançados.

K. Roberts (1992) afirma que o desporto está num processo de desagregação. O problema é que este processo de desagregação está a fazer com que o estado perca completamente o seu controlo. A alta competição, o desporto amador, os clubes, a generalização da prática, estão a perder a antiga interdependência ideológica para além da interdependência em termos de recursos humanos, organização recursos e fontes de financiamento. O autor conclui: “o desporto está a tornar-se numa entidade menos coerente o que significa que a perspectiva de construir uma coerente e especializada ciência do desporto está em retrocesso.” É o que está a acontecer a diversas instituições e organizações desportivas por todo o mundo. Nesta situação, os governos deixaram de saber o que fazer, e como tal, fazem aquilo que lhes vem à cabeça, à margem de qualquer gestão política do interesse público.

Deste modo, quando uma situação atinge uma enorme confusão, a melhor estratégia é começar tudo de novo e apurar o que é que o desporto dos nossos dias, em termos de responsabilidade do estado, realmente representa no processo de desenvolvimento humano. Claro que se pode continuar a correr atrás dos acontecimentos. No entanto, de uma maneira geral, as pessoas não aceitam aquilo a que podemos chamar de “cocacolização do desporto” como uma estratégia dos governos para aligeirarem responsa-

bilidades, deixando para o mundo das organizações comerciais, que no fundo se servem do desporto para vender os próprios produtos, uma responsabilidade que deve competir ao estado. Quando isto acontece, significa que os governos não estão a cumprir a sua missão, e estão a transformar os seus cidadãos em meros clientes, esquecendo-se que cada cliente antes de o ser, é um cidadão com direitos inalienáveis.

Por tudo isto, o Olimpismo pode ter um papel de fundamental importância ao contrariar este estigma das sociedades modernas, que é o da total incapacidade do estado gerir o fenómeno desportivo, através, por um lado, de uma dinâmica burocrática, através da institucionalização das regras, e, por outro através duma dinâmica de racionalidade pela defesa do interesse público.

Sem princípios, moral, ética, confiança, e liderança, é praticamente impossível conduzir o processo de desenvolvimento do desporto de acordo com as expectativas das pessoas e das suas necessidades. Em nossa opinião, quando a confusão é generalizada, o melhor é regressar às origens, aos ideais Olímpicos que podem determinar os objectivos e estabelecer o rumo para o desporto moderno.

3.4 – Mercado

O desporto é um efectivo transmissor de imagens, ideias concretas e valores. Desde a performance dos atletas e das vitórias das equipas nacionais, até aos escândalos do mercado de venda de bilhetes, que volta e meia ocorrem aquando da organização de grandes eventos desportivos, o desporto, para o melhor e para o pior, cada vez tem mais impacto nos sistemas nacionais de comunicação de massas.

A indústria do desporto, é hoje simultaneamente um mercado de negócios que pode vir a ser um dos de maior significado no mundo contemporâneo. Segundo a "Sport Business" (24 Maio, 2002), o mercado desportivo chinês representa 5 biliões de dólares americanos por ano. Este valor está estimado para cerca de 100 milhões de consumidores pertencentes a uma classe média. No entanto, as potencialidades são enormes se considerarmos que a população chinesa já ultrapassou os mil milhões. Neste sentido, as grandes multinacionais, na gestão dos seus negócios, estão a to-

mar posições na perspectiva de conseguirem vantagens competitivas através de uma posição estratégica vantajosa.

Tal como foi referido no “VIII Forum do Desporto” realizado em Salzburg, a 25 Novembro 1998 o desporto enfrenta três categorias de problemas: (1) Um comercialismo exagerado; (2) Falta de protecção para os jovens atletas; (3) Doping. É evidente que o principal problema é o comercialismo na medida em que envolve e potencia os outros. Neste sentido, a pergunta que se coloca é a de saber em que medida o Olimpismo enquanto instrumento de desenvolvimento humano, pode lidar com o comercialismo que hoje envolve o mundo do desporto, sem se deixar contaminar por ele.

Nos últimos anos, grandes grupos da comunicação social da indústria do entretenimento têm vindo a adquirir um número cada vez maior de clubes de futebol. Por exemplo, o grupo francês “Canal Plus” controla o Paris Saint-Germain e o Servette Genève. A companhia inglesa ENIC (England National Investment Co.), com sede em Londres, comprou 54% do Slavia de Praga. Esta companhia, é detentora de grande parte do AEK de Atenas e do Vicenza de Itália e de uma importante parte do Glasgow Rangers’s da Escócia. Georges Soros é o accionista principal do Vasco da Gama do Brasil e Silvio Berlusconi, com a Media Partners, é o dono do AC Milan e o mais entusiasta defensor da Super Liga. Rupert Murdoch comprou 5% do capital do Sunderland que é o quarto clube da BSkyB controlada por Murdoch que tem, ainda, acções no Manchester United, Leeds e Manchester City. Em Portugal, a média Capital, é detentora do estoril-Praia Futebol SAD e do SAD Leiria. Os próprios Jogos Olímpicos correm o risco de deixar de ser uns jogos de atletas ou de países para passarem a ser uns jogos de marcas.

Empreendedores como Rupert Murdoch e outros, bem como organizações tais como a Alemã Kirch, as holandesas Morgan Granfell, Ing Barings e UBS, pretendem dominar a indústria do entretenimento através de grupos de companhias com uma estratégia de integração vertical numa cadeia de valores económicos, representados por empresas específicas. O objectivo é controlar a produção de conteúdos e a distribuição. No entanto, como se sabe, estas grandes organizações, quando menos se espera entram em colapso como aconteceu, por exemplo, à Kirch ou à ISL dei-

xando em estado de sítio muitas organizações do mundo do desporto, sobretudo do mundo do futebol.

Entretanto, outras grandes empresas como a Disney, Time Warner, Bertelsmann, Viacom Group e, provavelmente, a Sony e a Microsoft de Bill Gates estão também a competir por uma posição na indústria do entretenimento global. Em conjunto, são proprietários de satélites, redes de transmissão, serviços de televisão, discos e companhias de música. Estúdios de Hollywood, empresas de produção, televisões por cabo, filmotecas, produtoras de software, bases de imagem digitalizada, editoras bem como clubes e empresas do desporto, estão a apostar numa forma integrada no mundo do entretenimento. Estamos no domínio da gestão do desporto, da gestão de negócios, do espectáculo desportivo e da economia do desporto.

Se hoje é reconhecido que o desporto em geral pode interferir na economia, o futebol em particular fá-lo com grande incidência. Mas se considerarmos os Jogos Olímpicos os efeitos ainda podem ser mais significativos. No entanto, é bom que se entenda que nem sempre é de sinal positivo. Há desporto gerador de externalidades de sinal negativo que não podem deixar de ser consideradas. Por exemplo, todo o processo de candidatura à organização de Jogos olímpicos, deve obrigar a procedimentos, garantias e decisões que afastem candidaturas aventureiras sem a mínima consistência e ainda menos viabilidade em que a única coisa que procuram é o efeito de anúncio, em benefício de dirigentes desportivos ou políticos de moralidade duvidosa. A ideologia Olímpica tem uma palavra a dizer a este respeito e está de alguma maneira a dizê-la.

Nas mais diversas áreas e sectores da política desportiva o Olimpismo, directa ou indirectamente, deve ser o arauto das diferentes necessidades dos mais diversos estratos sociais e propor as soluções mais ou menos auto-sustentadas em função das respectivas necessidades e anseios das populações. O problema que é universal, é que no curto prazo, uma medalha Olímpica vale mais do que um milhão de pessoas a praticar desporto. E tem de ser o próprio Olimpismo a contrariar esta tendência, em defesa do próprio Olimpismo.

4 – Em Síntese

Aos olhos dos cidadãos do mundo Ocidental, depois do colapso da União Soviética e dos seus satélites, o capitalismo parece que triunfou. Como supostamente o capitalismo triunfou, o sector privado tornou-se bom e o público mau. Agora parece que o mercado está transformado no novo deus e o marketing numa nova religião, mesmo no domínio do desporto. Neste sentido, as preocupações actuais são com a “marketinguiação”, provocada pelo processo de globalização que, no fundo, está a transformar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O movimento olímpico parece que entrou nesta dinâmica frenética que acabará por se virar contra as pessoas.

Temos de chamar às pessoas clientes para as tratar decentemente? Esta é a pergunta que nos deixa Henry Mintzberg (1996).

De facto, segundo este autor, o capitalismo não triunfou. O que triunfou foi o equilíbrio.

O problema é que a lógica do triunfo do capitalismo está a colocar as sociedades ocidentais em profundo desequilíbrio. Será que também o estrondoso êxito dos Jogos Olímpicos, está a colocar o Olimpismo numa situação de profundo desequilíbrio? Entre os valores do humanismo e os valores do dinheiro?

A promoção do mercado tornou-se, nos últimos anos, como que uma palavra de ordem, muito embora, hoje, seja reconhecido que a perspectiva liberal da economia de mercado não está a resolver todos os problemas. Desde logo os que têm a ver com o direito à saúde, à habitação, ao trabalho, à educação e ao desporto e em consequência do Olimpismo. A economia de mercado, nos seus excessos, está mesmo a colocar o Olimpismo fora de balanço. Considerando que as anomalias são sempre significativas, temos de perceber que o mundo está a viver uma crise se princípios e de valores tendo em consideração não só as responsabilidades do mercado como aquelas que competem ao estado. Na realidade, a humanidade na abertura do sec. XXI, enfrenta uma enorme crise caracterizada pelo aumento da pobreza num mundo assimétrico e sobretudo injusto, a degradação do ambiente, crise essa que se agrava devido à falta de visão dos países desenvolvidos. O fim dos anos oitenta, foi o fim da crença no centralismo da economia pla-

neada em que o estado assumia todas as funções e o mercado não era nada. O fim dos anos noventa foi o fim dos mercados não regulados, em que o mercado foi deus e o estado reduzido a uma capacidade de intervenção muito reduzida. O desporto e o Olimpismo foram vítimas destes excessos, pelo que agora é urgente que se proceda um reequilíbrio de todo o sistema.

Espera-se que neste início do sec. XXI se comece a olhar para as pessoas e os seus direitos, numa verdadeira dimensão humana. Nesta conformidade, boas opções políticas desenvolvidas a nível nacional e internacional devem ser aceites do ponto de vista normativo em salvaguarda de valores éticos, sustentados pela cooperação internacional entre estados, a sociedade civil e o sector privado. (Asbjørn Eide, 1998). Numa estratégia global, é imperativo ligar o crescimento económico à justiça social, considerando também o desporto, onde o negócio dos grandes eventos desportivos promovidos pelos países ricos, têm sido suportados pelos países de mais baixo nível de desenvolvimento humano. A violação dos direitos humanos tem sido contactada demasiadas vezes, nos mais diversos aspectos da indústria ligada ao desporto. De acordo com as Nações Unidas, a comunidade internacional deve formular códigos de conduta no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores do desporto. É uma questão moral e ética quando vemos jogadores como Ronaldo, Michel Jordan e outros, a serem indirectamente pagos por países pobres nos quais as despesas públicas em educação e saúde decaíram de 2.0% do PIB em 1986–90 para 1.8% in 1991–96.

Vivemos no mesmo Planeta pelo que as pessoas, estejam elas onde estiverem são, pelo menos moralmente, afectadas pelos mais diversos acontecimentos que acontecem nos quatro cantos do Mundo. O falhanço das políticas liberais respeitantes ao mundo do desporto recomendam uma nova vocação para o Olimpismo (aliás de acordo com o n.º 12 do Capítulo 1º), no sentido de haver uma maior responsabilização na promoção do desporto para a generalidade das pessoas, e não exclusivamente a promoção do desporto de alto nível ligado aos negócios.

Tal como foi referido no Relatório de 1999 do Banco Mundial, apesar dos avanços significativos no último quartel do século XX a pobreza está a avançar significativamente em muitas partes do mundo, especialmente naqueles afectados por conflitos. Em nossa

opinião o Olimpismo tem uma palavra a dizer no restabelecimento de todo um equilíbrio necessário em busca dum desporto melhor. E o desporto só pode ser melhor se o Olimpismo for assumido como um instrumento de combate das misérias do desporto e do Mundo. A cultura formata o modo como vemos o mundo. O desporto, como um instrumento cultural é uma chave fundamental para desenvolver um projecto a nível mundial no qual podem ser desenvolvidas novas políticas que modifiquem as atitudes das pessoas e dos governantes no sentido de assegurar um desenvolvimento sustentado numa cultura de paz. Vemos o Olimpismo como motor de todo este processo.

A assumpção de que a racionalidade do mercado vai resolver todos os problemas, é seguramente uma desilusão. Isto significa que o estado não pode esperar que o mercado resolva todos os problemas relativos ao desporto enquanto instrumento de desenvolvimento humano. Para além dos apoios humanos, materiais, financeiros e informacionais o desporto deve ser influenciado por um conjunto de normas éticas devem ser garantidas por organizações supranacionais como o CIO na certeza de que o desenvolvimento do desporto, em última análise, é um processo de desenvolvimento humano, em que cada um e todos buscam a transcendência individual e colectiva.

A ideologia necessita de uma concepção de justiça, quer dizer, um sentido acerca daquilo que é justo e injusto e a este propósito o Olimpismo não pode deixar margem para dúvidas. Contudo, a análise ideológica acerca do desenvolvimento do desporto não requer que as pessoas tenham uma graduação em filosofia da justiça para poderem discutir e argumentar as razões acerca daquilo que está certo e errado no que diz respeito ao desenvolvimento do desporto. A filosofia acerca da justiça geralmente é demasiado abstracta para que possa permitir julgamentos acerca de políticas sociais particulares, sobretudo naqueles domínios que são cruzados por uma dinâmica emocional como é o caso do desporto. Tal como Balkin J. M. (1998) referiu, uma pessoa pode saber exactamente qual o significado de justiça sem que com isso tenha de ser capaz de a definir exactamente.

5 – Conclusão

Em muitas circunstâncias o desporto tem sido gerido numa base internacional ou intergovernamental. A partir do momento em que o desporto aumenta as suas relações com a economia real, por exemplo, através do profissionalismo, clubes empresas ou mercados de acções, reduz o poder efectivo dos governos nacionais. É o que está a acontecer com diversas instituições e organizações por todo o mundo. O ponto crítico deste debate é o de saber até onde é que o desporto irá no processo de globalização e a atitude política que os governos adoptarão no sentido de promoverem um sistema desportivo útil a um nível nacional. O processo de globalização abriu a caixa de Pandora. Em conformidade, também as organizações supranacionais não podem deixar de estar comprometidas com os caminhos que o desporto está a trilhar, sobretudo quando o seu processo de desenvolvimento se afasta do próprio desenvolvimento humano.

Estamos a viver uma situação muito estranha considerando o decréscimo do poder das nações sobre os respectivos sistemas desportivos. O processo de globalização está a envolver todo o mundo e em consequência a fazer decrescer a efectividade dos governos a nível de cada país. Isto significa que o mundo do desporto, em muitas circunstâncias, se encontra em regime de roda livre, a funcionar à margem de quais quer valores e de qualquer ideia estratégica, pelo que uma organização como o CIO acaba por ficar com responsabilidades acrescidas.

Tal como a maioria das religiões assumem um papel de controlo social através dos seus valores, das suas práticas, das suas normas e regulamentos, também o Olimpismo deve ser transformado num código de ética e de conduta no âmbito do desenvolvimento do desporto, enquanto instrumento de desenvolvimento humano tanto para os estados como para as demais organizações desportivas. O Olimpismo tem de se transformar numa espécie de religião para o desporto, sob pena do desporto descambar para práticas que nada têm a ver com a dignidade humana.

Em conformidade, precisamos de novos líderes capazes de promoverem um sistema desportivo tanto a nível nacional como internacional de cariz democrático, preocupado com as ideias, sentimentos e necessidades das novas gerações, de acordo com as necessidades provocadas pelas grandes transformações sociais que estão a acontecer à escala do

Planeta. Como toda a gente sabe, os líderes do futuro estão hoje na escola e o problema é que numa grande maioria de países do mundo existe uma grande diferença entre o discurso dos líderes políticos e os programas que deles resultam.

A organização do desporto moderno, é um sistema complexo que operara através de diversas formas institucionais. Contudo, não existem instituições perfeitas que funcionem sempre bem para todos os tipos de sociedades. Nestas circunstâncias, o desporto também deve ter em termos ideológicos um programa de acção à escala do planeta. Para que tal possa acontecer, e de certo modo já está a acontecer com a Solidariedade olímpica, é necessário a existência de modelos interpretativos que possibilitem uma análise em profundidade do próprio sistema desportivo.

É necessário um envolvimento sustentado através dum processo político inovador que coloque novamente em equação os verdadeiros e eternos valores do desporto. Este desafio que inclui o emprego para todos, segurança social, saúde, tem de ser conseguido através da integração do desporto nas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida das populações. Para cumprir este desiderato devem ser respondidas duas questões fundamentais:

- Como gerir os problemas sociais que estão a afectar o mundo do desporto?
- Como construir uma visão alargada a nível mundial respeitante a uma estratégia de transformação?

Responder a estas questões, significa desenvolver uma visão estratégica com possibilidade de ser gerida a nível do terreno, quer dizer:

- Uma visão de longo prazo;
- A capacidade de agir localmente com um perspectiva global, tal como Theodore Levitt referiu.

Estes aspectos não podem deixar de ser considerados como cruciais no quadro do Olimpismo moderno, porque se não o forem, é o próprio Olimpismo que fica em causa, por ausência de valores humanos e duma estratégia de organização do futuro.

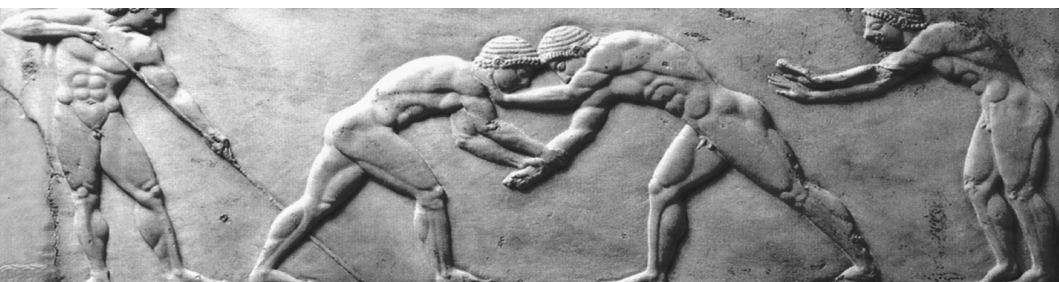
Referências Bibliográficas

- ASBJØRN, Eide (1998) Human Rights, Policy Frameworks, and the Role of the State and the Market in *Fulfilling Economic and Social Rights, Report on Oslo Symposium, United Nations Development Programme Human Development and Human Rights*, The Royal Ministry of Foreign Affairs of Norway, 2,3 October.2-3 OCTOBER 1998
- BACHRACH, Susan (2000) *The Nazi Olympics Berlin 1936*, Boston new York London, Little Brown and Company.
- BALKIN J. M. (1998) *Cultural Software: A Theory of Ideology*, New Haven, Yale University. Press.
- BROHM, Jean-Marie (1972) Une Politique Ouvrière: Le P. C.P. et la Collaboration de Classes, in: *"Sport Culture et Répression"* Paris, Maspero.
- CARVALHO, A. Melo (1986) *O que é o Olimpismo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- COUBERTIN, Pierre (1931) *Mémoires Olympiques*, Paris, Editions Revue "EPS".
- DRUCKER (1992) *Managing for the Future*, Butterworth – Heinemann Ltd.
- GASSET, Ortega (1987) *A Origem Desportiva do Estado*, Lisboa, Direcção-Geral dos Desportos (1st publish 1924).
- GIDDENS, Anthony (1996) *Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta.(publish in English 1990).
- GUAY, Donald (1993) *La Culture Sportive*, Paris, PUF, Col. Pratiques Corporelles.
- HABERMAS, Jurgen (1993) *Justification and Application*, GB, Policy Press.
- HANDY, Charles (1998) *The Hungry Spirit*, New York, Random House.
- HOBERMAN, M. John (1984) *Sport and Political Ideology*, U.S.A., University of Texas Press.

- HUIZINGA, J. (1951) *Homo Ludens*, Essai sur la Fonction Social du Jeu, Paris, Gallimard.
- IOC (1996) The International Olympic Committee – *One Hundred Years, The Idea – The Presidents – The Achievements*, Lausanne, Vol.: I, II, III.
- IOC (1997) *Charte Olympique*, Lausanne.
- JENNINGS, Andrew (2000) *The Great Olympic Swindle – When the World Wanted its Games Back*, GB, Simon & Schuster UK Ltd.
- KIDD, Bruce (1980) *The Political Economy of Sport*, Ottawa, Canadian Association for Health Physical Education and Recreation.
- LANFANT, Marie-Françoise (1972) *Les Théories du Loisir*, Paris, PUF.
- LENSKYJ, H. Jefferson (2000) *Inside the Olympic Industry – Power, Politics, and Activism*, Albany, State University of New York Press.
- MAGNAME, George (1964) *Sociologie du Sport Situation du Loisir Sportif dans la Culture Contemporaine*, France, Gallimard.
- LAMARTINE, P. Costa (1999) Superman Supreme – Fascist Body as Political Icon – Global Fascism, in : *“The International, Journal of the History of Sport”*, Vol. 16, n 4, special issue.
- MEYNAUD, Jean (1966) *Sport et Politique*, Paris, Payot.
- MILLER, David (1992) - *Revolución Olímpica, Biografía olímpica de Juan Antonio Samaranch*, Barcelona, Ediciones Península. Prefácio de Sua Magestade o Rei de Espanha.
- MINKIN, H. Barry (1995) *Future in Sight - 100 of the Most Important Trends, Implications and Predictions for the New Millennium*, New York, Macmillan, Business.
- MINTZBERG Henry (1996) Managing Government, Governing Management; in: *“Harvard Business Review”*, May-Jun.
- PAZ, Castejon (1973) *La Rationalization des Choix en Matière de Politique Sportive Esquisse d’une Metodologie Les Instruments Conceptuels*, Strasbourg, Conseil de L’Europe.
- PIRES, G. (1989) *A Estrutura e a Política Desportivas: O Caso Português, Estudo da Intervenção do Aparelho Estatal no Sistema*

- Desportivo Português*, Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Doutor em Motricidade Humana.
- PIRES, G. (1994) Do Jogo ao Desporto, Para uma Dimensão Organizacional do Conceito de Desporto. Um Projecto Pentadimensional de Geometria Variável, In. "Ludens", Vol.14, nº1, Janeiro - Março.
- PIRES, G. (1996) *Desporto e Política – Paradoxos e Realidades, Funchal, O Desporto Madeira*.
- PIRES, G. (1996) O Olimpismo como Instrumento de Organização do Futuro, in: *Desporto e Política – Paradoxos e Realidades, Funchal, O Desporto Madeira*.
- POCIELLO Ch. (1991) Nouvelles Approches in: "*Sports et Société, Approche Socio-Culturelle des Pratiques*", Paris, Vigot.
- ROBERTS, K. (1992) *The Disintegration of Sport*, in: *Sport and Physical Activity, Londosn, E&FN Spon*, The proceedings of the AIESEP World Convention.
- SIMON, V. & JENNINGS, Andrew (1992) *Los Senores de los Anillos. Poder, Dinero y Doping en los Juegos Olímpicos*. Barcelona, Edicions Transparència, SA El Triangle.
- SPÀ, Moragas et al (1995) *Television in the Olympics – International Research Project*, London, John Libbey & Company Ltd.
- TOFFLER, Alvin (1984) - *A Terceira Vaga*, Lisboa, Livros do Brasil, trad. Fernanda Pinto.
- VASSORT, Patrick (2002) A Fossa Mafiosa do Futebol Mundial, in: *Le Monde Diplomatique*, nº 39, ano 4, Junho de 2002, Ed. Portuguesa.
- WATERS, Malcolm (1995) *Globalization*, London, Routledge.
- ZVI, Lamm (1984) Ideologies in a Hierarqchal Order, USA, in: "*Science and Public Policy*", February.

Parte 2



Formação e Pesquisa, AOI, AON's,
Centros de Estudos Olímpicos,
GPEO, AOB-COB

Academia Olímpica Brasileira: desafios para o século XXI

Prof. Ms. Otávio Tavares

Professor assistente do
DG/CEFD/Universidade Federal do Espírito Santo

1- Introdução

Quando alguém se propõe a pensar um tema pelo viés de suas perspectivas futuras, o exame das experiências passadas de predição do futuro, tem revelado que esta é uma empresa perigosa. Nada a comentar quando os exercícios de predição ‘do que vem’ se encerram na dimensão da magia e do transcendente. Estes são campos mesmo da crença, ainda que muitas vezes travestidos de um discurso de racionalidade, como por exemplo andaram e andam prometendo as chamadas ‘ciências esotéricas’. Mas, quando a proposta de pensar o futuro, comentar suas possibilidades, ameaças e promessas, vem condicionado por uma forma racional e acadêmica, então se é forçado a reconhecer que a maioria das previsões sobre o futuro conheceu bem mais o erro que o acerto. Observe-se, contudo, que isto não significa dizer que, por oposição, a maioria dos acertos se deu por obra do acaso.

Parece bastante evidente hoje que a complexidade do cenário do desenvolvimento humano nos impõe, se queremos ser honestos e/ou cautelosos, cada vez mais usar fórmulas já tradicionais do discurso científico tais como: “parece”, “indica”, “sugere”, e outras. A pretensão de constituição de uma ciência histórica que elaborasse modelos capazes de não só explicar o passado como também prever o futuro, tem sido gradualmente substituída por modelos mais interpretativos, muitas vezes fecundados por aportes teóricos das

chamadas 'ciências exatas', tais como a complexidade, a incerteza e o caos. Isto não significa dizer que compartilhamos de um ceticismo científico sobre o futuro.

O que desejo expressar aqui é que devemos evitar a tentação de prevermos fenômenos e fatos como se eventos exatos fossem. Assim, no correr deste texto, procurarei me manter no limite da perspectivação de cenários a partir da leitura do presente, da prospeção de desenvolvimentos em relação à experiências anteriores e da observação de tendências¹. Torna-se então evidente que nossa abordagem aqui baseia-se no entendimento de que o que chamamos de desafios para o futuro são antes de mais nada os problemas do presente colocados na perspectiva de sua superação.

Dentro deste contexto, me dedicarei a examinar tópicos que apresento como desafios para a ação futura da Academia Olímpica Brasileira (AOB) mas que, penso, podem ser estendidos à outras instituições e pessoas ligadas à área olímpica em nosso país.

2 - Primeiro Desafio

Penso que o primeiro desafio da Academia Olímpica Brasileira (AOB) é o de sua própria constituição, da transformação de seus objetivos e possibilidades em realidade. Ou seja, posicionar-se institucionalmente de maneira mais clara dentro da estrutura do Movimento Olímpico no Brasil.

Em um ambiente historicamente voltado para a prática e desconfiado dos 'teóricos' e dos 'intelectuais', a AOB terá que, em primeira instância, mostrar-se útil para o dirigentes do esporte no Brasil. Isto significa vencer inclusive a tradição da maioria das academias olímpicas do mundo, adornos politicamente corretos da estrutura olímpica incentivados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), com pouca ou nenhuma realização significativa. Ou também o *modus operandi* daquelas Academias realmente envolvidas com o estudo e o desenvolvimento do Olimpismo que, como a Academia Olímpica Internacional (Grécia), estão predominantemente voltadas para o debate escolástico dos fundamentos humanísticos do Olimpismo.

No âmbito da recém fundada AOB (25/08/1997), numa primeira abordagem, os estudos olímpicos tem sido tratados na perspec-

tiva da produção do conhecimento, do auxílio à formação de pesquisadores e da elaboração de estudos voltados às questões nacionais. A AOB tem buscado estes objetivos através da constituição da estrutura mais enxuta e barata possível. A ambição é que a AOB seja, na realidade, o encontro de pessoas, a realização de estudos e o intercâmbio de informações, tendo como meio principalmente o virtual.

Embora, por si só estes já sejam desafios importantes, a AOB necessita mais. É importante que a AOB demonstre ao COB e as confederações sua 'utilidade', e isto só será alcançado na medida em que ela conseguir realizar a ponte entre o mundo acadêmico, seja em que área de concentração for, e o dia-a-dia do desenvolvimento esportivo nacional. É perceptível que atualmente é muito grande a distância entre as universidades e centros de pesquisa e as organizações dirigentes do esporte nacional, com prejuízos para ambas as partes. Neste sentido, o Fórum Olímpico 2000 foi um exemplo concreto de como esta idéia pode ser desenvolvida.

Outro ponto crítico reside na posição da AOB em relação ao projeto acalentado pelo COB de criação de uma 'universidade do esporte'. O quer que isto venha a ser, esta 'universidade', em última análise, estará voltada para preparação de recursos humanos para o esporte de alto rendimento, o que implica necessariamente na mobilização de recursos materiais e humanos das mais diversas áreas. Qual o papel destinado e/ou possível para a AOB nesta instituição? Os membros da AOB precisam discutir ativa e rapidamente esta questão. Penso que a AOB deve estar gradualmente envolvida de alguma forma em programas de desenvolvimento de técnicos, atletas, dirigentes e demais profissionais ligados ao esporte. A Academia pode, por exemplo, vir a ser o canal brasileiro para os programas de desenvolvimento esportivo patrocinados pela Solidariedade Olímpica ou mesmo auxiliar com *expertises* e pessoal qualificado a direção do COB no atendimento às diversas solicitações institucionais que lá chegam quase que diariamente. Enfim, colocar-se não só na perspectiva da produção do conhecimento como também no sentido de sua aplicação. Somente assim a AOB garantirá junto ao COB o acesso a um volume maior de recursos, elemento indispensável a superação dos outros desafios que se colocam diante dela.

3 - Segundo Desafio

Um segundo desafio para mim, seria o de dar conta da grande variedade e complexidade dos temas ligados ao Olimpismo. Originalmente o Olimpismo está baseado na tríade 'esporte, cultura e educação'. Não irei discutir aqui os limites e as possibilidades assim como a realização deste trinômio olímpico. Basta reconhecer a evidente complexidade presente para um Movimento que se propõe internacional e independente em realizar tais objetivos coordenadamente.

Não obstante estas constatações, é possível perceber que a crescente importância do esporte e do Movimento Olímpico no mundo contemporâneo, colocou sobre ele novas responsabilidades. Tomando emprestado o conceito de *mimesis* de Norbert Elias, diria que o Movimento Olímpico internacional mais do que fazer parte do sistema mundial de poder conforme estabelecido pelo sociólogo finlandês Paavo Seppanen (1987), exemplifica e reflete as modificações do cenário contemporâneo. O recente *slogan* da campanha institucional do COI, "Celebrando a Humanidade" é a perfeita tradução da ousada, e diriam os críticos, megalômana missão autoimposta de representar o que a humanidade tem de melhor. Isto significa atrair sobre o Movimento Olímpico toda a sorte de expectativas e cobranças. Tentando colocar isto em termos, significa dizer hoje que questões como a do atleta, da mulher, da preservação do meio-ambiente, da saúde, da ética, da justiça, da democracia e do multiculturalismo estão presentes de uma forma ou de outra na agenda olímpica.

Neste contexto, a medida que a dimensão do Olimpismo vai transcendendo o esporte puro e simplesmente, vai ficando também cada vez mais complexo e espectro administrativo olímpico. Não casualmente, são em número cada vez maior as comissões criadas para assessorar o comitê executivo do COI nestas diversas interfaces criadas com o Movimento Olímpico. Gradualmente o mesmo fenômeno vai se repetindo na esfera dos comitês olímpicos nacionais.

Por outro lado, aumentam também na mesma proporção, o número de áreas pertinentes aos estudos olímpicos, o que significa, em tese, a exigência de um esforço maior por parte das

academias olímpicas para acompanhar e estudar temas diversos, sem perder porém o sentido central da área.

Aqui surge evidentemente um impasse. Como conciliar assuntos tão diversos sem aumentar desmesuradamente sua estrutura? Este parece ser um grande desafio. Em face da expectativa da Academia como um centro promotor do Olimpismo, o crescente número de questões relativas ao Movimento Olímpico impõe um desafio constante. Talvez a resposta a esta questão esteja na flexibilidade da estrutura e não no seu crescimento puro e simples. Provavelmente a melhor solução seja a AOB colocar-se de maneira aberta à pessoas interessadas a estudar este ou aquele tema pelo viés olímpico. Orientando, criticando, encaminhando, fornecendo apoio bibliográfico e abrindo oportunidades, por exemplo.

4 - Terceiro Desafio

Um terceiro desafio para a AOB está na formação de quadros, de pessoal academicamente qualificado. Hoje é escasso o número de pesquisadores brasileiros interessados em estudos olímpicos. Ainda que possa ser dito que importa aqui mais a qualidade que a quantidade, o fato de termos apenas uma linha de pesquisa financiada e pequenos e incipientes centros de estudos olímpicos torna a questão da formação crítica. Todavia, considerados os recursos materiais e financeiros disponíveis assim como as características tradicionais do Movimento Olímpico, a Academia deve colocar-se como uma agência para a formação de pesquisadores do Olimpismo. Não parece ser viável, pelo menos por enquanto, transformar a AOB em um núcleo de formação acadêmica.

Seu papel, neste âmbito, deverá residir na interligação entre os diversos centros de estudos olímpicos nacionais e do estrangeiro, facilitando o contato entre professores e alunos destes centros. Neste sentido, deve passar necessariamente pela AOB a seleção dos participantes das Sessões Internacionais e dos alunos para os Seminários de Pós Graduação em Olimpismo da AOI, assim como deve ser papel da AOB incentivar a participação brasileira nos outros eventos realizados pela Academia de Olímpia Antiga como os encontros

de diretores de escolas de educação física ou de jornalistas esportivos, por exemplo.

Ao colocar-se nesta posição, a Academia pode vir a ser um importante veículo de contato, um indutor dos estudos olímpicos no Brasil e mesmo na América Latina. Assim como, pode ajudar a fornecer um sentido de fluxo à formação de pesquisadores em Olimpismo. Esta idéia de fluxo, com efeito, deve ser examinada com atenção. Não parece ser novidade nenhuma dizer que a formação de um profissional de alto nível é um processo longo, e no caso do Olimpismo, caro. Assim, para evitar o risco sempre presente de potenciais candidatos mais interessados nas viagens que na formação e produção de conhecimento, a perspectiva de fluxo de formação e o potencial de carreira devem ser levados seriamente em consideração.

Também parece ser importante que a Academia assuma uma atitude pró-ativa no sentido da realização de encontros, seminários e, associada a instituições maiores, até mesmo congressos, de modo a auxiliar a promoção do debate e a veiculação da produção desenvolvida. A experiência demonstra que eventos deste tipo servem não só para orientar os estudos, pesquisas e idéias principais de uma determinada área, como também servem de estímulo para novas pesquisas e novos pesquisadores.

5 - Quarto Desafio

Um quarto desafio para a AOB, para mim extremamente ligado à questão da formação, se encontra no fomento à produção de textos sobre Olimpismo voltados para as condições brasileiras. Apesar do avanço recente da produção local, fruto da linha de pesquisa coordenada pelo Prof. Dr. Lamartine DaCosta no Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ), ainda somos bastante carentes de textos que estudem o Olimpismo e as questões relativas ao esporte pelo viés olímpico. Embora interessantes como cultura geral, não me parece que sejam necessários mais incentivos a textos meramente descritivos dos Jogos Olímpicos da Grécia antiga. A história do esporte no Brasil ainda está para ser contada. Para ser justo, vem sendo conta-

da com bastante ênfase nestes quase dez anos de encontros nacionais de história do esporte, lazer e educação física. Todavia há ainda muito para ser descrito e estudado e, me permito dizer, o Olimpismo tem papel central nesta história.

Entendemos o Movimento Olímpico como um grande 'laboratório' para o estudo do esporte sob condições sincrônicas e diacrônicas, possivelmente comparadas, tanto no plano nacional quanto internacional. Assim, no que se refere as múltiplas possibilidades de abordagens da prática esportiva, os estudos olímpicos são um viés importante para a pesquisa. Penso especificamente no caso da sociologia do esporte, na qual em nosso país os estudos são quase inexistentes. Me parecem claras as possibilidades de pesquisa nesta área tendo como eixo o movimento olímpico no Brasil.

Entretanto, apenas agora a publicação de textos na área dá sinais de vencer o 'estrangulamento' dado pela ausência de uma política de publicação de autores de textos de cunho mais analítico tanto nacionais quanto do estrangeiro². A ausência de textos, cuja tentativa pioneira de superação foi feita por 'Estudos Olímpicos' (1999), comprometia a circulação das idéias sobre o tema e a formação de novos pesquisadores, sujeitos a leitura de textos em Inglês principalmente. De qualquer forma, as novas publicações em mídia digital a serem lançadas no Fórum 2002, se por um lado barateiam a divulgação do material, por outro, ainda restringem o manuseio e a consulta mais tradicionais que ainda é feita predominantemente em papel. Talvez a AOB tenha que pensar em formas de, usando o peso específico do COB e parcerias com editoras universitárias e comerciais, estimular a publicação da literatura atualizada da área.

6 - Quinto Desafio

A educação olímpica é para mim o quinto desafio. E talvez o maior deles todos. Ainda mais porque nem o COB e muito menos a AOB tem, em princípio, responsabilidades e autoridade sobre qualquer dos níveis do sistema educacional brasileiro. Esta observação é importante na medida em que por diversas vezes são cobradas às instâncias do Movimento Olímpico internacionais atitudes e deci-

sões absolutamente fora da esfera de competência destas instituições. Então, no que se refere ao assunto educação olímpica, esta ausência de responsabilidade direta sobre o sistema educacional é também por seu turno um grande complicador da questão. Como implementar programas de educação olímpica sem ter ligações diretas com o sistema educacional?

Mas o que seria 'educação olímpica'? Dito de maneira breve, seria um projeto de ação educacional, ou seja um conjunto de ações limitadas e definidas e conteúdo próprio mas não uma metodologia, baseados na prática esportiva e no referencial olímpico e que se utilizasse deles, tanto na prática quanto na teoria, para transmitir valores claramente identificados com o Olimpismo. De todo o modo, a idéia e, conseqüentemente, as experiências de educação olímpica são ainda bastante recentes³. De alguns anos para cá, sediar os Jogos Olímpicos tem sido o mote para que sejam implementados programas específicos nas cidades e regiões onde eles são realizados que buscam de alguma maneira aproveitar positivamente a experiência cultural ímpar que é sediar uma competição olímpica. Infelizmente conhece-se pouco ou nada das características e dos resultados destes programas aplicados.

O conhecimento nesta área tem evoluído mais pela elaboração de consensos do que pelo acúmulo de experiências. Neste caso pode ser dito que a definição de conteúdos e programas tem se dado pelo topo e não pela base. Isto não é necessariamente crítico em face da já mencionada ausência de ligação orgânica entre o Movimento Olímpico e o sistemas educacionais nacionais. Na realidade, as experiências da educação a partir do Movimento Olímpico se mantêm na linha já antevista por Coubertin para superar a dicotomia entre um movimento internacional que se pretendia educativo e as questões nacionais, a exemplificação pela elaboração de modelos.

Examinados os dois principais documentos já feitos no tema (Binder, 1995; Binder, 2000), observa-se que os principais conteúdos abordados se dividem em cinco grandes temas: (1) Os Jogos Olímpicos antigos e do presente; (2) Atividade física e saúde; (3) Fair Play; (4) Multiculturalismo; (5) Excelência. Além disto, no desenvolvimento destes conteúdos são sugeridas atividades destinadas a estimular a transdisciplinaridade e o desenvolvimento cultu-

ral através das artes. Já no plano das academias olímpicas, pode ser dito que o melhor material é aquele produzido pela Academia Olímpica Britânica, a qual, inclusive, tem sido pioneira na capacidade de articular-se com universidade para o desenvolvimento de uma produção de qualidade⁴.

No Brasil, devido ainda ao estágio inicial das atividades da AOB, as tentativas de desenvolvimento de ações de mesmo cunho tem sido objeto de atenção limitada. No entanto, é possível perceber que há ainda muito a ser desenvolvido em termos de qualidade no que tem sido realizado, independente do mérito de terem tentado.

Penso que primeira questão a ser enfrentada no Brasil não é a da articulação entre a AOB e os sistemas educacionais formais. Antes é necessário desenvolver um produto a ser oferecido, o que nos remete a duas outras questões específicas de forma e conteúdo que precisarão serem equacionadas. No que se refere a conteúdo não basta traduzirmos e adaptarmos os materiais já existentes, aliás, de grande qualidade pedagógica. É necessário que pensemos nas necessidades específicas do(s) quadro(s) brasileiro(s). Assim, imagino que 'inclusão' há de ser um dos grandes temas que um projeto de educação olímpica deva tratar, ou como um conteúdo específico, ou como um tema transversal à todos os conteúdos. Em um país com tantas disparidades e exclusões, não é possível que deixemos de abordar este aspecto. Outra questão importante se refere a forma de produção do material. Me parece realístico que trabalhemos sempre com a perspectiva de recursos reduzidos, deste modo, a busca de formas mais baratas de produção é algo que se impõe. A primeira vista, dentro desta perspectiva, a produção e a veiculação virtuais parecem ser a solução mais adequada. Possuem custo muito baixo de produção, praticamente inexistente de distribuição e, permite atualizações constantes com perda muito pequena do material anteriormente distribuído obtendo assim grande economia de recursos. A questão atual reside no número ainda muito baixo de pessoas que possuem acesso ao conjunto 'computador, linha telefônica, impressora', indispensável para a realização desta alternativa. Embora a via virtual pareça ser inequivocamente a alternativa do futuro, as limitações do presente nos condicionam a pensar que tipo e que forma de produto deverão ser preparados, se forem preparados, para que sejam a melhor alternativa possível no presente. A AOB terá que discutir isto brevemente.

7 - Concluindo

Ao apresentar este conjunto de reflexões sobre os desafios que cercam o futuro da Academia Olímpica Brasileira, não pretendi ser exaustivo. Outras pessoas podem pensar em outros desafios para a AOB, acrescentando-os a esta lista, ou mesmo discordar daqueles que apresentei aqui, mas com certeza, todos estaremos de acordo que existem desafios a serem superados. A constituição de uma academia olímpica no Brasil está em pleno desenvolvimento. É ainda um projeto novo, se adequando entre os limites e as possibilidades identificadas. E é da própria natureza deste processo que os desafios surjam e se multipliquem.

Tenho também consciência que alguns dos desafios que entendendo devam ser superados, estão certo desacordo com a estrutura da AOB inicialmente planejada. São puramente expressões de uma visão estratégica que possuo da AOB e, que penso ser importante que venha a ser implantada. Isto não significa dizer que haja de minha parte uma oposição com o que tem sido feito até agora. Muito pelo contrário. Conhecendo as especificidades que regem as ações do Movimento Olímpico no Brasil, a estratégia de implantação da Academia tem se revelado a mais adequada.

Evidentemente, tudo do que aqui foi discutido merece um aprofundamento maior. Cada uma destas questões, no processo de suas resoluções, pode e deve ser estudada em um nível de profundidade bem maior. Este texto é então, em última análise, um levantamento, um rol do que pode ser no futuro a AOB. Que sejam realizadas estas e outras projeções para o desenvolvimento do Olimpismo em nosso país.

Referências Bibliográficas

BETTI, M. 'Educação Física, Esporte e Cidadania'. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 20, n. 2 e 3, Abril a Setembro de 1999, pp. 84-92.

BINDER, D. (ed.) *Keep the Spirit Alive*. You and the Olympic Games. Lausanne: International Olympic Committee, 1995.

_____. (ed.) *Be a Champion in Life*. Athens: Foundation of Olympic and Sport Education, 2000.

GIRGINOV, V. & PARRY, J. *Olympic Themes* [CD-ROM]. London: University of Luton / University of Leeds / British Olympic Foundation, [2000].

SEPPANEN, P. *As Olimpíadas - Uma Perspectiva Sociológica*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura, 1987.

TAVARES, O. e DaCOSTA, L.P. (Ed.) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999, pp.6-12.

Notas

¹ Creio ser sempre útil neste tema recordarmos a posição do pensador alemão Walter Benjamim, para quem o *presente não deve ser entendido como o resultado previsível de um desenvolvimento necessário*.

² O volume de textos em estudos olímpicos a serem lançados neste Fórum é um sinal positivo de avanço ao mesmo tempo que demonstra a existência de uma produção não revelada até então.

³ O que não tem impedido que o tema já tenha sofrido 'censura acadêmica'. Um exemplo pode ser dado pela maneira como Mauro Betti trata o tema em artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 20, n. 2 e 3, Abril a Setembro de 1999, pp. 84-92.

⁴ A este respeito constate-se o CD-ROM Olympic Themes, produzido através de uma parceria com as universidades de Luton e Leeds. Cf. www.luton.ac.uk/olympic.

Centro de Excelência da 'Asociación Iberoamericana' de Academias Olímpicas

Profa. Dra. Marcia De Franceschi Neto-Wacker

Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos - Universidade Gama Filho
NetoWacker@t-online.de

1 - Introdução

Este é um projeto preliminar com vistas a criação de um CENTRO DE EXCELÊNCIA, que tem por finalidade primordial a produção do conhecimento e a formação de massa crítica, em língua portuguesa e espanhola, na área do Olimpismo.

O CENTRO DE EXCELÊNCIA terá como linha orientadora um curso de pós-graduação em nível de mestrado e posteriormente doutorado, conectado com uma Universidade de um dos países membros, prioritariamente Espanha ou Portugal que fazem parte da Comunidade Européia, o que daria maior reconhecimento ao título a ser obtido.

A produção científica bem como todos os cursos serão desenvolvidos em língua portuguesa e/ou espanhola. Todos os alunos, professores, estudiosos e outros, que desejarem fazer parte do centro terão que fazê-lo em uma das duas línguas oficiais.

Através de um trabalho sério e revolucionário, pretende-se transformar o CENTRO DE EXCELÊNCIA, no prazo de 04 anos, em um dos centros de ponta da pesquisa mundial, reconhecido internacionalmente e procurado por pesquisadores interessados em desenvolver estudos na área do Olimpismo.

O Centro estará subordinado diretamente a ASOCIACIÓN IBEROAMERICANA DE ACADEMIAS OLÍMPICAS e conectado com as Academias Olímpicas que compõem a associação.

Futuramente todas as academias nacionais poderão ter como referência o CENTRO DE EXCELENCIA que dará suporte técnico e científico para as mesmas.

2 - Estrutura referencial

Inicialmente a base do Centro será o curso de Mestrado e doutorado. Os alunos serão responsáveis, com a orientação dos professores, pela produção científica, que será colocada a disposição das Academias Olímpicas, do COI, das Universidades, etc.

Posteriormente poderão ser criados cursos de curta duração, encontro para Juventude, cursos específicos, etc. Todos terão sempre como referência a estrutura do curso de pós-graduação.

O Curso de Mestrado terá a duração de dois anos, ao final do qual os alunos terão que entregar uma tese, a qual será publicada. Após a conclusão do Mestrado, os alunos poderão candidatar-se ao Doutorado, onde terão que elaborar uma nova tese no período máximo de 02 anos.

No caso dos alunos que desejarem somente fazer o doutorado, o período será de 03 anos, onde eles terão que realizar estudos obrigatórios relativos ao Olimpismo.

O curso será de pós-graduação em Olimpismo, sendo que os alunos deverão optar por uma das quatro linhas de pesquisa:

- História Antiga e Arqueologia;
- História Moderna e Contemporânea;
- Educação Olímpica;
- Tópicos Especiais

O curso contará com 05 professores doutores com dedicação exclusiva ao programa, que falem obrigatoriamente um dos idiomas oficiais, sendo 01 o coordenador pedagógico e responsável pelas disciplinas básicas e 04 responsáveis pelas linhas de pesquisa.

Cada um dos responsáveis pelas linhas de pesquisa, orientará

04 alunos de mestrado, que entrarão anualmente e 02 alunos de doutorado. No total, a partir do quarto ano de existência do Centro, eles estarão responsáveis, anualmente, por 12 alunos, entre mestrandos e doutorandos.

Os professores convidados para os cursos de extensão deverão ter reconhecimento internacional e falarem obrigatoriamente um dos dois idiomas oficiais.

No que se refere a Arqueologia, este será o primeiro curso a oferecer este tipo de especialização à nível internacional.

3 - Clientela

Os candidatos ao curso do CENTRO DE EXCELENCIA seriam indicados pelas Academias Nacionais membros da associação, sendo que poderão ser aceitos até 03 candidatos indicados diretamente pela associação.

A idade máxima para iniciar o curso de Mestrado é de 40 anos e o doutorado 45 anos.

Todos os alunos terão que falar e escrever fluentemente espanhol ou português.

Os outros pré-requisitos serão definidos de acordo com o que for estabelecido com a Universidade a qual o curso estará vinculado.

4 - Estrutura Pedagógica

Os alunos terão que frequentar obrigatoriamente os seguintes cursos, a serem desenvolvidas pelas linhas de pesquisa:

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

Jogos Olímpicos da Antiguidade

Arqueologia Esportiva

HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Jogos Olímpicos Modernos I

Jogos Olímpico Modernos II

EDUCAÇÃO OLÍMPICA

Esporte e Educação

Educação Olímpica

TÓPICOS ESPECIAIS

Aspectos Sociológicos e Econômicos

Aspectos Filosóficos e Éticos

Além dos 08 cursos desenvolvidos pelas linhas de pesquisa, eles também participarão de mais quatro disciplinas básicas, nomeadas a seguir:

- Vida e Obra de Pierre de Coubertin
- Metodologia da Pesquisa Científica I
- Metodologia da Pesquisa Científica II
- Projeto de Pesquisa Científica

Os alunos também participarão de 02 Cursos de Extensão por ano, de temas específicos, para os quais serão convidados profissionais especializados, que durante uma semana discutirão um tópico em profundidade. Os cursos de Extensão serão abertos a participação externa.

Todos os alunos participarão de duas viagens de uma semana cada, durante o período do curso. Uma para a Grécia e uma para Lausanne.

5 - Produção científica

Semestralmente serão publicados 04 volumes, cada um referente a uma das linhas de pesquisa, contendo artigos produzidos pelos alunos, professores e convidados. Além disso, serão publicadas todas as teses de mestrado e doutorado.

As publicações serão distribuídas para todas as Academias Olímpicas que são membros da Associação, fornecendo assim o material necessário para o desenvolvimento dos respectivos programas de trabalho.

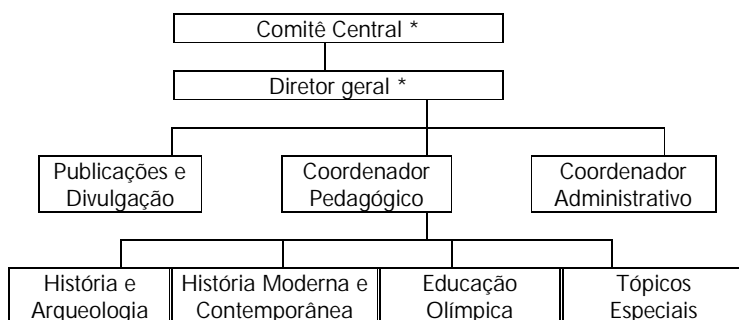
Toda a produção científica será obrigatoriamente em língua portuguesa e/ou espanhola.

Com um alto nível de publicação, rapidamente, o Centro passará a ser um ponto de referência científico a nível internacional.

6 - Estrutura do centro

O centro deverá ser vinculado a uma Universidade, através de convênio, que validará o diploma a ser obtido. O centro, apesar de vinculado, terá autonomia pedagógica e administrativa, dentro do que for permitido pela lei do país onde será fundado.

A estrutura do Centro será a seguinte:



* Cargos sem remuneração

Quanto as questões financeiras, o centro poderá tornar-se auto-sustentável a partir do quarto ano de funcionamento.

Escuela y Educación Olímpica. tensiones teóricas y culturales

Sergio Ricardo Quiroga Macleimont

Director del Centro de Estudios Olímpicos *José B. Zubiaur*¹

Resumen

La escuela, ha sido el lugar natural donde muchos niños adquieren por primera vez la noción general sobre lo que es el deporte y es allí donde el docente debe exhibir los fundamentos de una educación física amplia y diversa y emparentarlas con buenas actitudes y practicas saludables. La inclusión de temas relativos al Olimpismo, el fomento del reconocimiento hacia él a través de los docentes en general y de los profesores de Educación Física en particular, con relaciones transversales y material didáctico especial dentro del proyecto curricular de cada establecimiento, el intercambio con participantes de las academias nacionales e internacional , las proyecciones filmes, videos, audiovisuales, etc. con acento especial en los periodos de disputa de los Juegos Olímpicos, Panamericanos, Sudamericanos, el contacto con investigadores y estudiosos del deporte el olimpism, la investigación de temas propios y exclusivos del Olimpismo, las sesiones especiales del tipo de las Academia Olímpicas para docentes y estudiantes de Educación Física, y la aplicación de los sistemas de búsqueda de material en soportes informáticos resultan alternativas potencialmente enriquecedoras.

La educación olímpica puede contribuir para que la educación física en las escuelas sea integral y de calidad a la luz de los retos que el nuevo milenio plantea. El olimpismo puede ocupar un espacio junto a otros contenidos en una concepción de educación física integral.

1 - Introdução

Una preocupación central de la educación en general ha sido reflexionar y construir las formas cómo las personas se inician en la tarea de distinguir el bien y el mal, entre lo justo y lo injusto, entre lo debido y lo indebido. La enseñanza y el aprendizaje de estas distinciones es una cuestión compleja, controvertida y añeja. Y lo mismo ocurre cuando pretendemos pensar en los valores de la educación física y de deporte. Dice Berrido Pérez(2001) que *“hablar de valores es tan interesante como complejo, pues viene a ser lo mismo que hablar del propio ser humano”*.

La escuela, ha sido el lugar natural donde muchos niños adquieren por primera vez la noción general sobre lo que es el deporte y es allí donde el docente debe mostrar y exhibir los fundamentos de la educación física y deportivos amplios y diversos y emparentarlos con buenas actitudes y practicas saludables.

El Manifiesto de la Educación Física (FIEP/1970), definió a la Educación Física como «el elemento de Educación que utiliza, sistemáticamente, las actividades físicas y la influencia de los agentes naturales: aire, sol, agua, etc. como medios específicos», y donde la actividad física es considerada un medio educativo privilegiado (Manifiesto Mundial de la Educación Física, FIEP, 2000:10) En ese documento, el ejercicio físico fue identificado como el medio específico de la Educación Física y sus objetivos fundamentales resultaron: cuerpo sano y equilibrado, aptitud para la acción y valores morales.

2 - Educación y Valores

Para la tradición clásica o aristotélica existe en la persona un deseo natural del bien y de la felicidad. El aprendizaje moral consiste en adquirir el arte de la investigación y práctica del bien. La presencia de prácticas guiadas acordes a la naturaleza racional y social del hombre permite adquirir las virtudes que conducen al bien y a la felicidad. En tanto, en la tradición mo-

derna o kantiana se relaciona la fundamentación de los valores con la autonomía de la razón frente a los condicionamientos naturales y/o sociales. Este modelo propugna que los estudiantes desarrollen su actitud crítica y reflexiva frente a los valores y normas. La enseñanza de los valores puede ser entendida en tres sentidos:

Cuadro 1 – Sentidos de los valores	
Sentido curricular	Los contenidos están en el trabajo sobre contenidos de diversas áreas.
Sentido institucional	La responsabilidad de su enseñanza compromete a todos los integrantes de la comunidad escolar
Sentido social	No son contenidos exclusivos del ámbito escolar, sino que se aprenden en la vida cotidiana.

La Asociación Europea de la Educación Física (EUPEA) en la Reunión del Comité Directivo en Ghent (1997), buscando una identidad de la Educación Física en Europa estableció (Manifiesto Mundial de la Educación Física, FIEP, 2000:11,12):

- *La Educación Física es la única posibilidad de contribución para todos los alumnos, no existiendo Educación en la Escuela sin la Educación Física;*
- *La Educación Física objetiva el desarrollo de un aprendizaje y salud, y es esencialmente un medio de enseñanza de la actividad física como una parte de la experiencia educacional de los alumnos;*
- *Cada país tiene su propia identidad cultural, donde en general, cada alumno, independiente de la habilidad, sexo, etnia o base cultural, tiene el derecho de experimentar un programa de Educación Física que promueva.*

Berrido Pérez (2001) señala con acierto que en la educación física con respecto a los valores existen las siguientes tendencias educativas:

Cuadro 2 –Tendencias educativas de los valores	
Tendencias educativas	conceptos
Deportiva	Aprendizaje, práctica y perfeccionamiento de los deportes
Expresiva	Importancia al ámbito de la expresión en general
Lúdica	El juego como elemento unitario de su intervención didáctica
Atávica	Transmisión de juegos, actividades lúdicas, motrices tradicionales y populares.
Catártica	La E.F. actúa como lugar de compensación y desahogo anímico y de fatiga intelectual, en conjunto con las otras áreas.
Integral	Educación dirigida a la mejora de los aspectos intelectuales, motrices, afectivos, relacionales, y de capacidades.

Aisenstein, A., Ganz, N., Perczyk, J. (2001:190) señalan en *“El deporte en la escuela. Los límites de la recontextualización”* que cuando se utiliza los reglamentos deportivos en la escuela a menudo se propone como un aprendizaje rutinario y no “como una necesidad de operativizar las posibilidades de estrategias comunicativas y motrices”. Los autores caracterizan el deporte escolar como un deporte de adultos, que los reglamentos deportivos no se adaptan generalmente a las posibilidades motrices de los alumnos. Juan José Santiago (2002) señala que en nuestro tiempo no existe una gran acuerdo en la opinión de los estudiosos del fenómeno deportivo, sobre los beneficios que éste trae a la sociedad, con respecto a los valores positivos y negativos que el deporte dice promover.

Bellido Pérez (2001) señala que pensar en un concepto de educación física integral es un *concepto ambicioso* por la diversidad de los factores de intervención, pero lo que hace que este tipo de educación física sea distinto a las demás según el autor es que debiera tratarse con igualdad a todos los contenidos e intentar el desarrollo de todos los elementos de la personalidad.

3 - Aproximaciones a una idea de educación olímpica en la escuela

La utilización de la actividad física como medio educativo proviene de la Grecia Antigua donde la relación entre valores del cuerpo y valores de la educación tienen su expresión más acabada (Vásquez Gómez, 2000:32) Los orígenes de lo que hoy llamamos deporte se remontan al siglo VIII, momento en el que existe un testimonio escrito de la cultura helena (Homero) y que se designa con los nombres de *La Ilíada* y *La Odisea* el momento (776 ad C.) en la que aparece la primera lista de vencedores olímpicos que lleva el nombre de Corebo (González Aja 2001:15) La autora afirma que el tradicional espíritu agonal o espíritu de competición en el ámbito de la sociedad aristocrática y guerrera de la época arcaica representaba el sentimiento de victoria y acentuaba el valor que la gloria daba al vencedor, el *kleos*, que lo unía a los dioses (González Aja, 2001:17)

La Carta Olímpica consiste en la verdadera constitución del Movimiento Olímpico y sirve como manual de misiones y funciones. Su constante revisión y modificación se efectúan para ponerse en práctica a partir de la realización de los Juegos de cada olimpiada. De tal manera que la ultima versión del 11 de septiembre del 2000 cita entre sus ocho Principios Fundamentales del Movimiento Olímpico:

...“el Olimpismo es una filosofía de vida que exalta y combina en conjunto armónico las cualidades del cuerpo, la voluntad y el espíritu. Aliando al deporte con la cultura y la educación, el Olimpismo se propone crear un estilo de vida basado en la alegría del esfuerzo, el valor educativo del buen ejemplo, y el respeto por los valores éticos y los principios fundamentales universales” (2)...(*Carta Olímpica*).

...“el Movimiento Olímpico tiene por objetivo contribuir a la construcción de un mundo mejor y más pacífico, educando a la juventud a través del deporte practicado sin discriminaciones de ninguna clase y dentro de un espíritu olímpico, que exige comprensión mutua, espíritu de amistad, solidaridad y juego limpio” (6) (*Carta Olímpica*).

4 - El Olimpismo y Argentina

La creación del Comité Olímpico Argentino (COA) se produce el 31 de diciembre de 1923, sin embargo, el movimiento olímpico es anterior ya que desde 1894 el Comité Internacional originario tenía entre sus miembros al Dr. José Benjamín Zubiaur pedagogo entrerriano, quién es el primer argentino que integra el Comité Olímpico Internacional (COI). Zubiaur conoció a Coubertin en Europa durante 1889-1890 y compartían conceptos de pedagogía deportiva, pero el educador latinoamericano no pudo viajar a las sesiones del organismo y fue reemplazado en 1907 por Manuel Quintana, que sería más tarde presidente de la república. No pudo lograr conformar el Comité Olímpico Nacional, pero inscribió en 1908 a su compatriota y patinador Torromé. (Revista Olímpica 1975:23-24)

En 1910 y en conmemoración del Centenario de la Independencia Argentina se celebraron en Buenos Aires unos Juegos Olímpicos no oficiales que enfurecieron a Coubertin que deseaba preservar la utilización del simbolismo olímpico, pero sirvieron para difundir la idea olímpica en estas latitudes (Revista Olímpica 1975:24).

5 - Primeros Juegos Panamericanos en Argentina

Cuenta Victor Lupo (2001:10) que durante los Juegos Olímpicos de 1932 en Los Angeles se realizaron los primeros contactos no oficiales de representantes de países americanos y México propuso la integración de la Confederación Deportiva de América y más tarde en Berlín '36 se afirmó esta estrategia de celebración periódica de los Juegos Deportivos Panamericanos. En Agosto de 1948 se realiza el Segundo Congreso Panamericano donde se confirma a Buenos Aires y se fija el año 1951 como el nacimiento de los Juegos Panamericanos (Lupo V. 2001:10). Cuando es designada Buenos Aires como sede panamericana comienza la organización de los Juegos Panamericanos, teniendo en cuenta las actuaciones de los atletas argentinos en los Juegos Olímpicos de Londres donde lograron 7 medallas. El Comité organizador estaba presidido por el Presidente de la Nación, Gral. Juan Domingo Perón quién asiste el 18 de julio de 1950 a la inauguración de la Casa del Deporte desde donde anuncia la compra de 400 hectáreas de terrenos en la

localidad de Ezeiza para construir la Villa Olímpica de los Juegos. El 3 de setiembre de ese año se inauguraba la sede central de los Juegos Panamericanos (el estadio del Racing Club) con una capacidad de 100.000 espectadores (Lupo V. 2001:10) Los Panamericanos de Buenos Aires registraron la participación de 2513 atletas provenientes de 21 países en 18 deportes (Lupo V. 2001:12) y más tarde, en 1995 la experiencia panamericana se repetiría en Mar del Plata y otras sedes de la Argentina.

6 - El olimpismo en las escuelas

6.1 - Experiencias aisladas

Distintas experiencias han sido desarrolladas en Latinoamérica. En Argentina, en 1995 se realizó una experiencia en el Hogar Escuela “*Almirante Brown*” de la ciudad de Villa Mercedes (San Luis) donde estudian niños humildes. Se brindaron charlas para los niños de distintos grados y se mostraron distintos videos. Finalmente se realizó un intercambio epistolar con una escuela australiana, resultando dificultosa la comunicación por el idioma en especial.

Otra de ellas es la formulada en el Instituto Sacratísimo Corazón de Jesús de la ciudad de Buenos Aires donde coordinado por la academista Prof. Mariela Vigano se llevó a cabo un proyecto Institucional basado en el Olimpismo en la Educación Primaria y en el Nivel Inicial. Este iniciativa abarca todos los niveles y todas las áreas. Durante un mes los chicos trabajaron con contenidos vinculados al Olimpismo y participaron sumando puntos para sus equipos, modalidad en la que se trabajó en la experiencia. APAOA (Asociación de Participantes de la Academia Olímpica Argentina) fundada en el año 2000 ha brindado la capacitación a todos los docentes de la institución y han desarrollado charlas para todos los niveles y a se han organizado actividades educativas para todos los niños de los diferentes grados para que éstos puedan aplicar en las mismas.

7 - La investigación reciente en Escuela, Educación y Olimpismo

Moreno Vilchez, A.B. (2000:51) sintetiza las investigaciones formuladas por el Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte de Barcelona y califica de "mínima" a la presencia de programas de educación Olímpica en Internet. La autora menciona que en la web del fantástico centro español están presentes las iniciativas del Comité Olímpico Australiano "Olympic Education Kits" (1995), la Canadian Olympic Association (Spirit of Canada. Olympics 96 (1996) La Asociación Olímpica Británica "Olympic Issues" (1996), la Amateur Olympic Foundation de Los Angeles, An Olympic Premier, el Comité Olímpico Aleman, "Schülerolympiade" (1998), la Academia Olímpica de Singapur, Olímpica Education Kit" y U-U- Olympic PBS Cyber School. Señala Moreno Vilchez que en general existe escasa información en las web oficiales del Comité Olímpico Internacional. De manera reciente se han incorporado otras iniciativas como el Grupo de Investigación *Valores, Escuela y Olimpismo* del Centro de Estudios Olímpicos "José B. Zubiaur" que comenzó a funcionar en abril del 2002 y que se inicia a través del dictado del curso "*Escuela y Olimpismo*" en julio del 2001 en el marco del congreso anual de la Federación Internacional de Educación Física (FIEP)² en Córdoba, Argentina. El grupo de estudio deberá formular una propuesta para las escuelas argentinas en un plazo mediano.

Una primera aproximación a una interpretación pedagógica general de los principios del Movimiento Olímpico es definida por el Lic. Daniel de la Cueva (2000) en una magnífica elaboración denominada *El Olimpismo en el Sistema Educativo Formal* :

- "La participación masiva, ampliación de las oportunidades individuales dentro del deporte y del juego (Según Pierre de Coubertin: "la nueva democracia juvenil").
- Deporte como Educación, desarrollo de oportunidades genuinamente educativas, que asista individualmente al proceso del crecimiento del niño y el joven.
- Deportividad: el fomento del alto nivel de deportivismo, cosa descrita y ejemplificada por Pierre de Coubertin como "el nuevo

código de caballerosidad” que hoy se conoce popularmente como el “Juego Limpio”.

- Intercambio cultural e integración de las artes plásticas y de las bellas artes en las celebraciones olímpicas.
- Entendimiento Internacional: la creación de un movimiento en el que sus miembros trasciendan lo racial, lo religioso, lo económico y político; un sentimiento fraternal que promueva el entendimiento y contribuya a la paz mundial.
- Excelencia: persecución de la excelencia como objeto de la ejecución y el desempeño”

Daniel De la Cueva (2000) propone además como tareas para el docente la inclusión de temas relativos al Olimpismo, el fomento del reconocimiento hacia el Olimpismo, a través de los docentes en general y de los profesores de Educación Física en particular, con relaciones transversales y material didáctico especial dentro del proyecto curricular de cada establecimiento y los textos de otras materias ya mencionadas, las Charlas de los participantes de las Sesiones de la Academia Olímpica Argentina y de la Academia Olímpica Internacional, proyecciones filmes, videos, audiovisuales, etc. Con especial énfasis en los periodos de disputa de los Juegos Olímpicos, Panamericanos, Sudamericanos, la investigación de temas propios y exclusivos del Olimpismo, las sesiones especiales del tipo de las Academia Olímpicas para docentes y estudiantes de Educación Física, cuyas actividades básicas incluirán charlas, grupos de discusión, elaboración de trabajos grupales e individuales, prácticas de deportes, información gráfica y audiovisual, etc. y la aplicación de los sistemas de búsqueda de material en soportes informático. La capacitación docente es estratégica a la hora de pensar en el desarrollo de la educación olímpica al seno de las escuelas y al conjunto de organizaciones educativas. La presencia del “olimpismo” o de la “historia y tradiciones olímpicas” resultan temas que no ha tenido aún la atención suficiente de los Profesorados de Educación Física, las universidades e instructorados con curriculum en deporte y educación física.

Sin duda que estamos en deuda a la hora de formular un esquema, un curriculum adecuado para los distintos niveles que diseñe y

potencie la enseñanza de la educación olímpica en el sistema escolar. Frente a esa construcción debemos hechar una mirada al carácter anglosajón del fenómeno deportivo de tan sólo 200 años (Elias, Dunning 1992) y al carácter eurocentrista del fenómeno olímpico. Debemos tener en cuenta que el fenómeno olímpico como fenómeno social, político, económico, etc. trasciende los marcos estrictamente deportivos y de la educación física con lo que frecuentemente se lo asocia en la región latinoamericana.

La educación olímpica puede contribuir para que la educación física en las escuelas sea integral y de calidad a la luz de los retos que el nuevo milenio plantea. El olimpismo puede ocupar un espacio junto a otros contenidos en una concepción de educación física integral y su riqueza como fenómeno que trasciende el marco estrictamente “deportivo” puede coadyuvar, enriquecer y exponerse junto con otras disciplinas escolares.

Referencias Bibliográficas

- AISENSTEIN, A., GANZ, N., PERCZYK, J. (2001) *“El deporte en la escuela. Los límites de la recontextualización”* en *Estudios sobre Deporte*. Compiladores Angela Aisenstein, Roberto Di Giano, Tulio Guterman y Julio Frydenberg. EUDEBA. Universidad de Buenos Aires, Argentina, p.167-198.
- BAZACO BELMONTE, María Jesús (2000) *“El Deporte Olímpico y la Educación”* en *La Educación Olímpica*. Ayuntamiento de Murcia, Tenencia de Alcaldía de Deporte. Murcia, págs.55-76.
- BARNEY ROBERT K. (1993) *“Golden Egg or Foals Gold? American Olympic Commercialism and the IOC Report”* Report of Sessions, International Olympic Academy (Lausanne) 7-22 July.
- BELLIDO PÉREZ, M. (2001) *Educación Física y valores: propuestas y aprendizajes*, comunicación Congreso FIEP 2001, Córdoba, Argentina.
- CARTA OLÍMPICA, Versión 2001, Comité Olímpico Internacional, Lausana, Suiza.

- DE LA CUEVA, Daniel (2000) *"El Olimpismo en el Sistema Educativo Formal"*, Sesión de Fundación Asociación de ExAcademistas Olímpicos, Córdoba 2000
- Manifiesto Mundial de la Educación Física, FIEP, 2000, Córdoba 2000, Argentina.
- DONNELLY PETER (1996) *"Preolympism: Sport Monocultura as Crisis and Opportunity"* Quest, 48,
- DOWNING T. (1995) *"Olympism on Screen "* Olympic Review 25-2.
- ELIAS - DUNNING (1986) *Deporte y ocio en el Proceso de Civilización*. 1ª Edición en español. México. Fondo de Cultura Económica. 1992. Pág. 86-94.
- GONZALEZ AJA, María Teresa *"Los orígenes del Olimpismo y la Educación"* en La Educación Olímpica. Ayuntamiento de Murcia, Tenencia de Alcaldía de Deporte. Murcia, págs.55-76.
- HERNÁNDEZ VÁZQUEZ (2000) *"El Ocio deportivo en la escuela"* en La Educación Olímpica. Ayuntamiento de Murcia, págs 123-155.
- LUPO VÍCTOR F. (2001) *I Juegos Deportivos Panamericanos (25 de febrero al 8 de marzo de 1951) A 50 Años de la Actuación más brillante del Deporte Argentino*, Revista Mundo Amateur Nº 38, Año XXI, Febrero del 2001, págs. 10-15.
- LOLAND SIGMUND (1995) *"Coubertin´s Ideology of Olympism from the perspective of the history of the ideas"* Olympika. The International Journal of Olympic Studies 4.
- PONCE, LUCAS E. (2000) *Educación Física. Una visión de su historia*. Córdoba. Triunfar.
- MACALOON, JOHN (1992) *Barcelona 92: The perspective of Cultural Anthropology*. En The keys to the Success. Centre d'Estudis Olímpics i del Sport, Universitat Autònoma. Barcelona.
- MILLER DAVID (1992) *"Olympic Revolution: The Biography of Juan Antonio Samaranch"* London Pavilion Books Ltd.
- MORENO VILCHEZ, ANA BELÉN (2000) *"La educación olímpica"* en La Educación Olímpica. Ayuntamiento de Murcia, Tenencia de Alcaldía de Deporte. Murcia, págs.45-55.

- QUIROGA MACLEIMONT, SERGIO RICARDO (2001) *"Valores en Educación Física y Deporte. Aproximaciones a una idea de educación olímpica"*. En CD BOOKS Junio del 2001, págs. 6-7.
- REVISTA OLÍMPICA (1975) *Argentina y el Olimpismo*, Comité Olímpico Argentino, "Enero-Febrero, Número 87-88, Comité Olímpico Internacional (COI), págs. 23-35.
- SANTIAGO, JUAN JOSÉ (2002) *El desarrollo de valores sociales positivos dentro del deporte escolar* en Lecturas: Educación Física y deporte, abril, Año 8, número 47.
- INTERNET <http://www.efdeportes.com> (Abril, 2002).
- SEGARRA VICÉNS, Eduardo (2000) *"La Educación Olímpica"* en La Educación Olímpica. Ayuntamiento de Murcia, Tenencia de Alcaldía de Deporte. Murcia, págs. 13-43.
- VÁZQUEZ GOMEZ, Benilde (2000) *"Educación Deportiva escolar"* en La Educación Olímpica. Ayuntamiento de Murcia, pág 31-53
- ZONA EDUCATIVA, (1998) *"Los Valores Morales en la Escuela"*, Ministerio de Cultura y Educación de la Nación, Buenos Aires, Argentina. Agosto de 1998, pág. 42-45.

Notas

¹ Bolivia 967 - 5730 Villa Mercedes (San Luis) ARGENTINA - TE 0054-2657-423743 - FAX 0542657-430366 - Olympiccentre@yahoo.com.ar

The Press Bulletin of the Centre for Olympic Studies "José B. Zubiaur" (September 2001) "The FIEP was celebrated the Sudamerican Congress (International Physical Education Federation) and the 7th Meeting of Physical Education of Mercosouth (Common Market of the South) in Cordoba (Argentina) between July, 6th and 10th 2001, called **"The Values of Physical and Sport"**. In this opportunity Prof. Sergio Ricardo Quiroga Macleimont, the Director of the Centre for Olympic Studies "José Benjamín Zubiaur" was coordinate the course

"School and Olympism". The academic task pretend to meet the sport ideas of the last century, the notions of Olympism, the heresy of Coubertin thinking and the idea of sport as culture. Sergio said, "this experience is fantastic for me. FIEP 2001 means the possibility to discuss the philosophy of sport and olympism in this wonderful and tranquility place. Our best efforts if we want a new and qualitative physical education is began to take practice ideas about how the olympism can helped the physical education". In the meeting was participating about 250 participant of the main countries of Latin-América. Other academics who participated were German Gall (Germany), Carlos Zalazar (Chile), Mario Demers (Canada) Amilcar Colman (Brazil), Milton Felker (Brasil), and Manuel Bellido Perez (Spain). The congress was organized by Prof. Jorge Otanez, FIEP delegate for Argentina.

Validação de matriz analítica para análise da produção acadêmica em Educação Física - focalizando a produção em natação

Profa. Patrícia Neto Fontes

UniFOA / PPGEF-UGF

Profa. Marina Pace Alves

Especialização Educação Física & Cultura-UGF

Prof. Dr. Helder Guerra de Resende

PPGEF-UGF

Profa. Patrícia Ayres Cavalcante Monenegro

UFAL / PPGEF-UGF

Resumo

O presente estudo teve como objetivo testar e validar uma matriz analítica, com a finalidade de posteriormente, analisar e classificar as tendências temáticas e teórico-metodológicas da produção acadêmica (artigos, teses e dissertações), que, no presente estudo, focaliza a natação como objeto principal ou secundário de pesquisa. No entanto, a matriz proposta pode ser aplicada na análise da produção acadêmica de outros campos e objetos temáticos relaci-

onados à educação física, esporte e atividades físico-esportivas na perspectiva do lazer. No sentido de testar e validar a matriz analítica utilizou-se, num primeiro momento, um processo qualitativo de validação das categorias e dos respectivos indicadores de análise. Esta validação foi realizada por cinco especialistas com formação em nível de pós-graduação *stricto-sensu* e com experiência acadêmica e profissional em natação e/ou metodologia da pesquisa. Para testar a aplicabilidade da matriz analítica, realizou-se a análise preliminar de dezessete dissertações de mestrado catalogadas e disponibilizadas no NUTES, concluídas a partir de 1990. A matriz analítica é constituída das seguintes categorias: a) tipo de estudo; b) fonte de dados; c) técnica / instrumento de coleta dos dados; d) técnica de análise dos dados; e) foco a natação; f) área temática do estudo; g) sentido do estudo (Quadro 1).

**Quadro 1 - Exemplo de Matriz Analítica da
Produção Acadêmica Relacionada à Natação**

CATEGORIAS		INDICADORES			
Foco da Natação		Objeto central do estudo		Objeto secundário do estudo	
Área Temática do estudo	Fisio logia	Terapêutico/ Reabilitação		Análise Psicológica	
	Biomecânica		Análise Sociocultural	História	Lazer
	Metodologia de Ensino		Promoção da Saúde		Bioquímica
	Aprendizagem Motora		Desenvolvi mento Motor		Nutrição
	Qualificação Profissional		Qualidades Físicas		
	Formação Profissional		Treinamento/Rendimento Atlético		
	Utilitário		Pedagógi co	Salva mento	Outros
	Sentido do estudo	Diagnóstico			
Denúncia					
Fundamentação					
Propositivo /aplicativo			Metodologia		
			Técnica de execução		
			Teste		
			Programa		
Outros					
Tipo do Estudo	Ensaio				
	Revisão de Literatura				
	Estudo de Caso / Relato de Experiência				
	Pesquisa (Original)	Abordagem qualitativa (descritiva / analítica)			
		Abordagem quantitativa (experimental)			
Fonte de Dados	Indivíduos	Crianças	(Descrever características da amostra)		
		Jovens			
		Adultos			
		Idosos			
	Literatura (livros, artigos, teses e dissertações)				
	Animais de experimentação				
Documentos (leis, programas, planejamentos, súmulas etc.)					
Outros					
Técnica/Instrumento de Coleta dos Dados	Inquirição	Questionário (aberto, fechado)			
		Escala			
		Entrevista (estruturada, semi-estruturada)			
	Observação	Participante			
		Não participante			
	Testes	Construídos pelo Pesquisador			
Padronizado					
Leitura Documental					
Técnica de Análise dos Dados	Documental				
	Descritivo/analítico				
	Experimental				

CATEGORIAS	INDICADORES		
Foco da Natação	Objeto central do estudo		Objeto secundário do estudo
Área Temática do estudo	Fisiologia	Terapêutico/Reabilitação	Análise Psicológica

O processo de validação foi realizado nas perspectivas intra-analistas (nível de acordo entre pré e pós análise de um mesmo analista) e inter-analistas (nível de acordo entre dois analistas), tendo sido obtido como índice de validação o percentual de 90% de acordo. A análise dos dados revelaram os seguintes resultados: (a) somente 29,4% das dissertações focalizam a natação como objeto central de estudo; (b) os estudos não revelam uma incidência temática privilegiada, havendo uma distribuição equilibrada entre diversos sub-temas como sociocultural, análise psicológica, qualificação do profissional de natação, treinamento esportivo, fisiologia do exercício entre outras; (c) 76,5% das dissertações caracterizam-se como estudo diagnósticos; (d) todas as dissertações são pesquisas originais, sendo 47% classificadas como sendo de abordagem metodológica quantitativa, 41.2% de abordagem metodológica qualitativa e 11.8% de abordagem quanti-qualitativa. Em termos de objetivo específico, a matriz analítica pode ser considerada válida e exequível para cumprir as finalidades de análise da produção acadêmica em diferentes temas de investigação na área da educação física, esporte e atividades físico-esportivas na perspectiva do lazer.

Projeto Jogos Olímpicos de Inverno do grupo de pesquisas em Estudos Olímpicos da Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro

1ª Fase: levantamento da formação profissional dos instrutores de Montanhismo e Escalada na França

Profa. Cris Costa

Mestranda - UGF / PPGEF / GPEO

Université Lyon 1 - FRANCE

O Projeto Jogos Olímpicos de Inverno da UGF/ GP em Estudos Olímpicos assumiu como base em seu primeiro estágio a Universidade de Lyon, na França, a partir da qual se processa deste março de 2002, um reconhecimento da formação de monitores e técnicos em atividades afins aos esportes de inverno e correspondente Jogos Olímpicos. A primeira área de investigação escolhida foi Montanhismo e Escalada em razão da existência de atividades de certo porte destes esportes no Brasil.

Em particular a Escalada no Brasil passa por um momento de estruturação de modelos de formação profissional. Como auxílio a este processo um estudo histórico comparativo está sendo executado entre dois países: o Brasil, nosso país de origem e a França, o primeiro país no mundo a organizar-se e reconhecer legalmente as

profissões da montanha. A orientação acadêmica da investigação comparativa tem sido feita no Brasil pelo Prof. Dr. Lamartine DaCosta (UGF) e na França pelo Prof. Dr. Therry Terret (Université Lyon).

Apesar de atualmente constataremos dois esportes diferentes: a Escalada e o Alpinismo; e apesar de divergências entre alguns autores, adotamos a corrente que se fundamenta na Escalada como produto das necessidades advindas do Alpinismo, portanto tendo sua origem neste esporte. O que justifica o aprofundamento no estudo das origens da profissão de Guia de Alta Montanha.

O Monitor de Escalada, no entanto, surge na França na década de 80. Porém, a semelhança entre a fase embrionária de estruturação dos profissionais do Alpinismo e a fase a qual o Brasil atravessa atualmente, também se soma como justificativa ao interesse no estudo da origem da formação profissional Alpina.

Veremos que, na França, após a II Guerra Mundial, a iniciativa de oficializar os modelos de formação da montanha esta intimamente ligada ao movimento fascista francês (Governo de Vichy), dos primeiros anos da década de 1940. O estado francês apoiado sempre em um discurso de educação moral, fortalecimento da nação, melhora da auto-estima do povo e etc, financiou e direcionou o crescimento dos esportes de montanha. Para tal desenvolveu uma campanha publicitária intensa, bem como financiou a criação e estruturação de instituições de ensino e ainda criou leis que impulsionaram o desenvolvimento do esporte no país.

Observaremos também que anterior a essa fase já existia uma organização estabelecida. E ao analisarmos tais origens, veremos que as questões que impulsionaram sua organização transitam entre a identidade cultural montanhesa e a reserva de mercado de trabalho. O que consequentemente, gerou conflitos entre o estado e as instituições, no período pós-guerra. Significativamente, mas não de modo inesperado pode-se antever o mesmo choque no processo que se instala no Brasil. Entretanto em uma outra escala, pois as diferenças culturais podem produzir consequências completamente diferentes no embate.

E por isso nos questionamos se no Brasil, os guias terão unidade e representatividade para assegurar seu espaço? Ao mesmo tempo, se será possível impulsionar e dar corpo às iniciativas de profissionalização hoje existentes sem uma intervenção governamental?

Por outro lado quais seriam as intenções atrás dos discursos de organização profissional no Brasil? Existe realmente a preocupação para com a segurança dos praticantes? Ou é apenas uma questão de reserva de mercado? Esta última é uma questão difícil de ser desvinculada de qualquer profissão. Entretanto, será que existe a profissão de instrutor de escalada no Brasil?

Na França a profissão de monitor de Escalada foi estabelecida em 1985. O período entre os anos 80 e 90 então é marcado pelas discussões antecedentes e resultantes da criação deste título. Às resistências dos Guias de Alta Montanha, a delimitação do mercado de trabalho e estruturação do conteúdo de formação. Um processo melhor detalhado posteriormente que veio da demanda criada pelas alterações surgidas entre as décadas 70 e 80.

Neste período, a França assim como todo o universo da montanha sofre uma transformação liderada pelos EUA: a invenção do código de ética do *livre*, uma mudança que não só altera as "regras" da prática como também altera seus significados. E acabou por dividir os esportes, criando a Escalada, sua prática como jogo de movimentos corporais; a invenção das competições; e completa transformação na concepção clássica do Alpinismo. Dai as divergências entre a existência de ruptura ou não.

Mais uma vez a intervenção do governo assegura o desenvolvimento da Escalada na França. O estado, que depois de 1940 controla os esportes, muda mais uma vez suas leis garantindo espaço para as atividades *plain air* (ao ar livre) nas escolas. E a Escalada, pelo baixo custo e possibilidade de realização em ginásio (estruturas artificiais) é amplamente difundida, principalmente no início da década de 90.

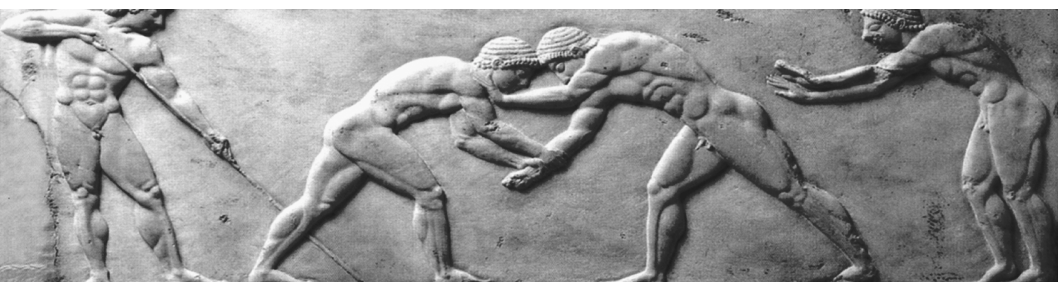
Atualmente existem muitos profissionais envolvidos com o esporte Escalada na França, que não é um mercado de trabalho assegurado somente aos Guias ou aos monitores. Ao observarmos a organização institucional na França, veremos que a existência de dois ministérios, um de juventude e esporte e outro da educação, o que possibilita assim a abertura de brechas para a atuação neste campo profissional. Consideramos esse um ponto positivo porque não só auxilia o desenvolvimento do esporte, como abre espaço para um mercado profissional sólido.

Tentamos com este relatório levantar questões a serem pensadas e discutidas a respeito da fundamentação a qual estamos nos

fiando, e aos possíveis caminhos a serem tomados daqui em diante. Não é, em hipótese alguma, a intenção deste estudo levantar um modelo europeu a ser seguido, com algumas “adaptações à nossa realidade”. Esperamos que a observação histórica comparativa de um outro país possa nos ampliar as perspectivas de discussões, nos auxiliando a criar nosso modelo, se chegada à conclusão da necessidade de tal vetor de desenvolvimento.

Em termos mais amplos, cogitando-se do Projeto Jogos Olímpicos de Inverno, pretende-se a partir da formação profissional dos diversos esportes de montanha e de neve alcançar a dinâmica de desenvolvimento e intervenção por parte de instituições, tais como governo, federações, clubes, centros de treinamento e de estudos, universidades, comitês olímpicos nacionais etc.

Parte 3



Epistemologia, abordagens
multidisciplinares da temática olímpica,
estudos do meio ambiente

A verdade é enganosa e a certeza é vã: reflexões sobre as Ciências do Esporte e a Ciência Pós-Normal

Prof. Dr. Alexandre Palma

UGF - alexandrepalma@domain.com.br

Profa. Ms. Monique Assis

UGF - assis@uol.com.br

1 - Introdução

De um modo geral, a produção do conhecimento no campo da educação física tem se consolidado em duas grandes áreas. Com raras exceções, pode-se estabelecer que as pesquisas versam sobre questões referentes aos domínios da biodinâmica ou sobre os aspectos sócio-culturais.

Dentro da visão hegemônica de ciência, nada há de se espantar, cada tribo desenvolve seu trabalho de acordo com seu paradigma e tudo aquilo que o pressupõe. Contudo, talvez estes estudos, embora de vital importância, podem não dar conta da complexidade que abarca os objetos estudados.

Desde o início do século XX, tem se discutido o problema do determinismo de modo mais sistematizado (Heisenberg, 1999). Porém, o grande problema não está só nas determinações, mas, também, no modo, freqüente e equivocado, com que se encara os achados. Como um “ponto final”! A pretensão da ciência em decidir final-

mente sobre um assunto, sem dúvidas, de modo tão óbvio e decisivo, fez Machado de Assis deliciar seus leitores com o personagem Dr. Simão Bacamarte, em "*O Alienista*". Os aspectos fundamentais da ciência, portanto, não estão somente na previsibilidade. Como ensina Gould (2001), um fenômeno pode até ser previsível, quer surja de modo direto de uma causa ou indiretamente como uma consequência. Contudo, a questão-chave está centrada na natureza e caráter da explicação dada.

Além disto, embora, possamos ser capazes de aplicar alguma (ou o máximo de) objetividade, as decisões são, na verdade, repetidamente subjetivas e nossos preconceitos, quase sempre, engolfam nossas incertezas. É preciso, então, tentar dar conta também desta questão.

Foi neste sentido, que a construção deste estudo seguiu em direção às propostas de pensar a complexidade dos fenômenos, especialmente, pautando-se no modelo teórico de Funtowicz *et al.* (1994 e 1997) e Palma *et al.* (2001), que tratam da superação da "ciência normal", proposta por Thomas Khun (1997).

Os problemas postos, deste modo, são: a) Em que medida a "ciência normal" torna-se frágil frente a sua própria imponência de encontrar o Real e a certeza?; e, b) Quais as contribuições da ciência pós-normal na tentativa de superação diante da complexidade do conhecimento?.

O objetivo geral deste estudo é, então, apresentar um modelo teórico possível de ser utilizado nas análises dentro dos campos da educação física e do esporte. Como objetivos específicos, busca-se apontar as fraquezas da ciência normal, bem como, discutir as contribuições da ciência pós-normal.

Assim, a proposição deste modelo poderá ser útil, na medida em que pode contribuir para um novo modo de olhar e analisar os problemas provenientes do campo.

2 - Ciência Normal

O debate epistemológico, durante a última década de 60, observou a introdução dos termos "ciência normal" e "paradigma". A concepção historicista de Thomas Kuhn buscou questionar o progresso

da ciência, admitindo-o como um processo marcado pelas revoluções do pensamento, ao contrário da vigente idéia, da época, que o concebia como um acúmulo gradativo de novos dados.

Seu principal escrito foi, sem dúvida, *"A estrutura das revoluções científicas"* (1997), o qual lança estas e outras idéias importantes para análise do conhecimento científico, bem como, de suas grandes transformações. Em sua trajetória, Kuhn ficara bastante impressionado com os embates epistemológicos ocorridos no "Center for Study in the Behavioral Sciences", em 1958/59. O que lhe chamava atenção era a extensão de desacordos, em torno das questões da escolha dos métodos e problemas legítimos, entre os cientistas sociais. Para Kuhn, por mais que houvesse controvérsias nas ciências naturais, nas ciências sociais a situação decorria, ao que lhe parecia, por não saberem caracterizar o método, de modo conveniente. Sobre este fato, posteriormente, Kuhn (1997) considerou que o "atraso" das ciências sociais era dado pelo seu caráter "pré-paradigmático", o que não ocorria com as ciências naturais, por serem "paradigmáticas".

Dentre os vários conceitos, por ele apresentado, os "paradigmas" estão no centro desta questão e é, talvez, um dos termos kuhniano mais discutidos. Kuhn (1997; p. 13), define inicialmente "paradigmas" como *"as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência"*.

O autor, porém, reconheceu, mais tarde, a deficiência do termo e comentou que os cientistas, de um modo geral, teriam respondido à questão dizendo que partilham de uma teoria ou de um conjunto de teorias. Desejando que o termo pudesse ser usado neste sentido, Thomas Kuhn sugeriu adotar outro termo para este sentido: "matriz disciplinar"; "'disciplinar' porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; 'matriz' porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada" (Kuhn, 1997; p. 226).

Kuhn indica, ainda, que o termo "matriz disciplinar" abriga diferentes componentes. Um primeiro componente são as "generalizações simbólicas", consideradas expressões, as quais são empregadas sem dissensão pelos membros da comunidade. Um outro componen-

te define-se como “crenças em determinados modelos”. Um terceiro grupo são os valores.

Há um quarto tipo de elemento presente na matriz disciplinar. Os paradigmas como “exemplos compartilhados” ou “exemplares” são soluções concretas de problemas que os iniciantes encontram em sua educação científica. Tais soluções indicam, através dos exemplo, como devem realizar seus trabalhos. Por outro lado, a “ciência normal” caracteriza-se, por seu reduzido interesse em produzir grandes novidades, tanto no que se refere aos conceitos, quanto aos fenômenos. Na verdade, o objetivo da “ciência normal” não é descobrir estas grandes novidades, isto porque seu intuito é, primeiro, aumentar o alcance e a precisão com os quais o paradigma pode ser aplicado. Para Kuhn, então, o progresso se dá pelo maior consenso em torno de como deve ser conduzido a prática científica.

Ora, o que se percebe é que a comunidade científica adota a “ciência normal” ao compartilhar de um paradigma. Neste sentido, os experimentos são standardizados e dedicam-se à resolução de problemas padronizados. Assim, as “anomalias” não são consideradas como casos refutadores da teoria, mas, antes, como quebra-cabeças a serem resolvidos. As revoluções ocorrerão quando este paradigma tornar-se insuficiente para responder os problemas. As anomalias podem colocar a integridade explicativa do paradigma em sérias dificuldades e, quando isto ocorre, é comum ter início a um período de “revisão intelectual” (Oliva, 1994).

É neste sentido, que se configuram as noções de “paradigma”. Ambos interagem e formam a estrutura mental que serve para classificar e abordar os fenômenos. Isto significa que a construção de uma pesquisa começa, já com algumas idéias a respeito da questão (Fourez, 1995).

3 - Ciência pós-normal

Atualmente, está cada vez mais difícil admitir a visão determinista da ciência clássica. O “demônio de Laplace”, que se acredita capaz de calcular os fenômenos a partir de algumas informações necessárias e de leis gerais, é, hoje, colocado à prova. Esta ciência, auto-denominada objetiva, que busca isolar e reduzir seu objeto ou

foco de estudo, omite que o conhecimento do objeto, seja ele físico, biológico ou sociológico, não pode estar dissociado de um sujeito que conhece, com raízes em uma cultura e uma história. É, pois, necessário combater a simplificação que oculta o ser e toda sua complexidade.

O'Connor (1999) aponta para as diferenças entre as perspectivas denominadas "cartesiana" e "complexidade". A perspectiva cartesiana tem privilegiado a descrição objetiva como base para obter o conhecimento teórico sobre a realidade. O conhecimento deve ser simplificado e pode ser calculado, predito. O conhecimento é, ainda, concebido como uma certeza e está encerrado em si mesmo. A perspectiva da complexidade reconhece a pluralidade de análises, em conversação, que podem contribuir para resolução dos problemas. Deste modo, a diversidade de perspectivas e modos de conhecimento coexistem numa pluralidade irreduzível.

Uma "nova ciência", então, se apresenta para desafiar as possibilidades de cálculo, para permitir um papel cada vez maior das incertezas, indeterminações, contradições e dos fenômenos aleatórios e com liberdade para inscrever todo conhecimento na contribuição do avanço da ciência.

Sem dúvida, foi na física, mais precisamente na mecânica quântica, que estas discussões tomaram corpo. Ao poder explicar a luz por partículas descontínuas ou ondas luminosas caracteriza-se a ruptura do princípio do terceiro excluído e o surgimento do princípio da indeterminação. De uma maneira geral, Heisenberg (1999) mostra que nada obriga abandonar qualquer das interpretações. Este mesmo autor estende, com os devidos cuidados, esta compreensão às outras ciências e formas de conhecimento. Para ele, mesmo os conceitos do senso comum poderão ser bastante úteis.

Estas considerações impuseram relações de incerteza sobre o conhecimento científico. Funtowicz et al. (1993, 1994 e 1997), Ravetz (1999), Ravetz *et al.* (1999) e Palma et al. (2001) explicaram que diferentes tipos de incertezas podem ser expressos e usados para a avaliação da qualidade da informação científica e propuseram um debate acerca destas análises. Ravetz *et al.* (1999) destacam, ainda, uma questão bastante interessante: "Que importante área da ciência está imune aos problemas de incerteza e conflito de valores?". Para os autores, esta é a medida pela qual toda ciência tem tornado-se "pós-normal".

O debate proposto por estes autores muito se assemelha ao discurso elaborado por Edgar Morin (1983). Ao ponderar sobre o problema epistemológico da complexidade, comenta o quão incerto e frágil é a “aventura” de tentar compreender os fenômenos nos moldes clássicos. E avança tentando mostrar que o problema não está, necessariamente, em que cada um perca sua própria competência especializada, mas, antes, em que não desenvolva, suficientemente, a articulação com outras competências que, ligadas em cadeia, engendram o “anel epistêmico” do novo conhecimento.

A complexidade é para Morin (1990), neste sentido, interpretada *grosso modo* de duas formas. Primeiro, como um tecido de constituintes heterogêneos associados e, segundo, como o tecido de acontecimentos, ações, interações, determinações e acasos que constituem o mundo fenomenal em relação com os traços inquietantes da confusão, da contradição, da desordem, da ambigüidade, da incerteza etc.

Em concordância com este pensamento, Funtowicz *et al.* (1994) apontam que em resposta aos novos problemas, a tradição científica tem sido inadequada e os sistemas complexos tornaram-se o foco de uma inovação importante para pesquisa e aplicação em muitas áreas do conhecimento.

Para estes autores, embora já exista alguma diferença entre sistemas simples e complexos, parece ser mais proveitoso distinguir os sistemas complexos “ordinários” (comuns) dos “emergentes”. A “complexidade ordinária”, de padrão mais comum, é uma diversidade de elementos que se presta para complementaridade da competição e cooperação, de tal modo que poderiam manter a estabilidade do sistema contra perturbações que lhe oprimiria. Por outro lado, a “complexidade emergente” frequentemente oscila entre hegemonia e fragmentação. Não há uma única causa, nem um único efeito, eles se caracterizam pela não-linearidade.

Assim, reduzir a sociedade humana ou suas organizações em sistemas complexos ordinários poderia resultar numa compreensão irreal. Deste modo, torna-se importante integrar conceitos aparentemente paradoxais num processo de “destruição criativa”. Esta pluralidade de perspectivas, longe de ser um problema, torna-se essencial ao conhecimento. É com esta nova “ferramenta conceitual” que se pode produzir um entendimento filosófico deno-

minado “ciência pós-normal”. O termo “pós-normal” é utilizado por Funtowicz *et al.* (1993, 1994 e 1997) para caracterizar a superação do pensamento denominado “ciência normal”, elaborado por Thomas Kuhn (1997), em que a norma para a prática científica eficaz seria a resolução de quebra-cabeças dentro de um paradigma que ignora questões mais amplas.

A dinâmica de um sistema complexo emergente perpassa pela compreensão de um sistema caótico, onde os enormes números de perturbações tornam incertas as predições. Mesmo aquelas perturbações consideradas mínimas podem, em longo prazo, resultar em erros. Bergé *et al.* (1996) ao explicarem o modelo de Lorenz, conhecido como “efeito borboleta”, comentam que a partir deste modelo percebeu-se que um minúsculo erro inicial em seus cálculos, em razão de um arredondamento, provocava um erro que crescia exponencialmente à medida que o cálculo prosseguia, até alcançarem resultados completamente sem relação com os anteriores.

Foi possível para Lorenz, então, descobrir o efeito considerável da sensibilidade às condições iniciais (SCI). O pesquisador, assim, formulou o modelo, onde considera que “uma pequena perturbação, tão fraca quanto o bater de asas de uma borboleta, pode, um mês depois, ter um efeito considerável, como o desencadeamento de um ciclone, em razão de sua amplificação exponencial, que age sem cessar enquanto o tempo passa” (Bergé *et al.*, 1996; p. 203).

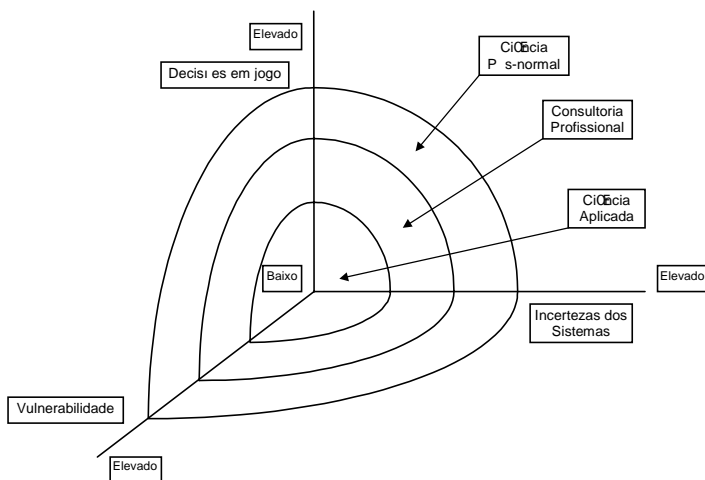
Numa compreensão análoga, o esporte comporta inúmeros aspectos em interação. Assim, para estudá-lo não se deveria desconsiderar o contexto em que o mesmo está inserido ou será desenvolvido. Muitas vezes, uma perturbação considerada mínima pode ter efeitos devastadores. Estudos recentes (Gembris *et al.*, 2002) destacam que elementos ao acaso, no dia da competição, poderiam influenciar sobremaneira o rendimento, independente do plano de treinamento ou equipamento esportivo utilizado. Enfim, a perturbação em um aspecto pode desencadear problemas ainda maiores em outros.

É deste modo que Morin (1990) ensina que: a) “um todo é mais do que a soma das partes que o constituem”, uma vez que, tomando como exemplo o rendimento esportivo, este é mais que a “soma” de todos os seus elementos (treinamento, equipamentos, controle,

adversários etc.) que os constituem; b) “o todo é menor que a soma das partes”, na medida em que o rendimento, como um todo, não permite a plena expressão de cada elemento, pois estes estão inibidos; e c) “o todo é simultaneamente mais e menos que a soma das partes”, pois o rendimento esportivo apresenta-se como um sistema dinâmico e complexo.

De acordo com a complexidade emergente, o modelo matemático, apesar de legítimo, pode não ser suficiente para analisar de forma completa as propriedades de um sistema. Funtowicz *et al.* (1993 e 1997) buscam, então, repensar as análises científicas à luz deste entendimento e sugerem que a resolução dos problemas ou tomada de decisões se dê através de um diagrama biaxial em função de dois atributos: a) “incertezas dos sistemas” e b) “decisões em jogo”, o qual Palma *et al.* (2001) acrescentam mais um atributo: a “vulnerabilidade” (figura 1).

Figura 1. Diagrama triaxial das estratégias para resolução dos problemas



Resumidamente o esquema proposto por Funtowicz *et al.* (1993 e 1997) e Palma *et al.* (2001) para resolução dos problemas comporta três níveis, a partir da interseção dos atributos. Um dos atributos

tos refere-se à “incerteza dos sistemas”. Quando a incerteza em relação a um determinado conhecimento é mínima, a solução Kuhniana é aceita e pode-se dizer que prevalece o nível da “ciência aplicada”, ou seja, os conhecimentos científicos, aqui aplicados, são precisos para resolver os problemas. O nível da “consultoria profissional” dar-se-á quando for necessário introduzir algo a mais e torna-se importante negociar com os problemas e utilizar diferentes metodologias para resolvê-lo. No nível da “ciência pós-normal” as incertezas estão mais elevadas e fica evidente a pluralidade de disciplinas que se legitimam sobre a questão. Neste momento, existe um elevado conteúdo de incerteza nos conhecimentos ou mesmo ignorância sobre o assunto.

Contudo, ainda que sejam baixas as incertezas em relação ao conhecimento (ciência aplicada), se as “decisões em jogo” apresentarem-se elevadas ocorrerá a necessidade de alcançar os outros níveis dos atributos. As “decisões em jogo” referem-se aos custos financeiros, aos benefícios e interesses dos grupos envolvidos. Assim, não basta o conhecimento científico que se tem sobre o objeto, mas, também, o poder que os diversos grupos interessados dispõem.

Por fim, um último atributo refere-se à vulnerabilidade. É possível afirmar a existência de uma “vulnerabilidade individual” diretamente ligada à questão biológica, mas, também, ao comportamento pessoal, às condições cognitivas, ao acesso pessoal às informações, entre outros. Além disto, deve-se considerar, também, na avaliação da vulnerabilidade, os fatores presentes no grupo social que podem influenciar a vulnerabilidade pessoal. É desta forma, que suscita a importância da “vulnerabilidade social”, a qual considera as condições socioeconômicas da comunidade.

As dificuldades de resolução dos problemas e tomada de decisões, dentro desta compreensão, dependeria do ponto formado a partir dos componentes dos três atributos. Neste sentido, as decisões ou resultados científicos, poderiam comportar, por um lado, argumentos de elevadas incertezas e, por outro, uma grande contestação a respeito da qualidade do conhecimento científico apresentado pelo opositor. Somado a isto, há, ainda, todos os interesses comerciais ou corporativos que apreciam o resultado das decisões e as dificuldades inerentes à fraqueza do grupo social ou do próprio indivíduo (Funtowicz *et al.*, 1997).

Na verdade, pode-se considerar que cada eixo é em si complexo e que cada atributo sofre e gera interferências sobre os demais. Além disto, há uma tendência em valorar cada eixo, ou seja, em atribuir valores, quantificá-los, uma vez que se trata de um modelo geométrico. Por outro lado, talvez seja possível compreendê-lo em sua essência, e não como escalas matematizáveis. Por certo, o interesse em se utilizar uma representação gráfica pode estar ligada ao fato de que as operações lógicas são particularmente fáceis de descrever quando se aplica a regiões do plano ou do espaço.

Considerações mais recentes, no entanto, admitem que as dimensões são inseparáveis (Ravetz, 1999), e que as próprias decisões do pesquisador, como a escolha de testes estatísticos e gerenciamento dos dados chamados de “outlier”, comportam elementos de subjetividade.

Outro ponto a ser considerado refere-se à produção de saber e quem são os atores sociais envolvidos capazes de formular algum tipo resposta ou solução para os problemas. Para Funtowicz *et al.* (1993 e 1997), os especialistas, por vezes, encontram-se incapazes de oferecer respostas conclusivas para os problemas complexos que enfrentam. Deste modo, as preocupações do público, bem como os conflitos e controvérsias que circundam as análises e gerenciamentos dos riscos gerados por este, não podem ser rotulados de ignorantes e irracionais.

Embora, o conhecimento científico, tradicionalmente, mostre-se seguro e com o controle dos fenômenos, atualmente, dentro desta perspectiva de complexidade e incerteza, coloca-se que a qualidade dos resultados da pesquisa passa pela ampliação dos olhares, onde os afetados pelo problema poderiam e deveriam participar do debate. De fato, o conflito entre especialistas e o público pode conduzir para aumentar o conhecimento científico, uma vez que, para este último, há um “saber-fazer”, um entendimento das condições locais que poderiam permitir detectar, menos laboriosamente, os dados relevantes e, assim, ajudar na resolução dos problemas.

Estes novos participantes, então, denominados de “comunidade ampliada de pares”, atuam, com o objetivo de garantir a qualidade dos resultados, transmitindo habilidades específicas, além

de enriquecer as comunidades científicas tradicionais. Porém, é preciso compreender que este fenômeno não é, simplesmente, um resultado das pressões éticas e políticas que recaem sobre a ciência quando o público está preocupado (Funtowicz *et al.*, 1993 e 1997).

4 - Análises de casos a partir da ciência pós-normal

A questão central deste estudo focaliza o debate acerca das restrições impostas pelo determinismo e das possibilidades de exploração de novas estratégias científicas. O modelo propõe abrigar a complexidade do fenômeno estudado em sua diversidade e sua aplicação implica em análises diferenciadas sobre rendimento esportivo.

O motivo dessa preocupação encontra-se na necessidade de se realçar a importância da contribuição do pensamento complexo, o qual permite um enriquecimento das abordagens nas ciências do esporte, ao contrário da “ciência normal”, a qual imputa uma única interpretação dos fenômenos.

A partir destes pressupostos busca-se refletir sobre dois aspectos amplamente discutidos no campo da educação física e esportes.

4.1 - O esporte de alto rendimento

Tome-se como exemplo o estabelecimento de uma marca esportiva. Um dos pontos discutíveis, de imediato, são as “incertezas do conhecimento” que podem ser destacadas sobre as formas empíricas de planejamento (Matveiév, 1986; Bompa, 1986 e Verkhoshanski, 1998). Se por um lado, a forma de periodização do treinamento é exaltada pelos dois primeiros autores, o último repudia sua elaboração. Decerto, Verkhoshanski (1998) está correto ao apontar a falta de “cientificidade” na elaboração da periodização. Dentro do que se entende como ciência (ciência normal), fica claro suas críticas. Contudo, dentro da perspectiva da ciência pós-normal seria possível e coerente aceitá-la. Além disso, as possibilidades de adaptação e o momento ótimo para alcance de um determinado

rendimento não são nada seguros, bem como, há sempre os riscos de sobretreinamento. Bompá (1986) e Matvéiev (1986) consideram que para alcançar determinada marca esportiva o atleta deveria estar a aproximadamente 2% da marca desejada. No entanto, são tantos os fatores influenciadores, além da própria adaptação fisiológica (Gembris *et al.* 2002), que torna-se incerta qualquer previsão quanto ao resultado final.

É possível destacar, entre estes fatores, as questões psicológicas; as condições climáticas e ambientais (vento, umidade relativa do ar, temperatura, altitude, fuso horário, etc.); condições dos equipamentos e instalações esportivas utilizadas; o adversários, seus desempenhos e comportamento; entre outros aspectos.

Por outro lado, há ainda os “interesses em jogo”, que podem ser facilmente destacadas com os casos de poder, corrupção financeira e drogas, que estão presentes no desporto contemporâneo. As desconfiças sobre os casos de doping, tão aparentes, mas pouco descobertos. Vale, aqui, conferir alguns argumentos apresentados por Simson *et al.* (1992; p. 245):

“A milionária IAAF finalmente iniciou os testes com seu ‘grupo móvel’. No primeiro ano, a partir de maio de 1990, conseguiram testar apenas 113 atletas em todos o mundo. Nenhum teste deu positivo, e nenhum teste foi realizado em cidadãos norte-americanos. Há questões relativas a liberdades civis nos Estados Unidos, no que diz respeito a testes aleatórios. Nebiolo (Presidente da Federação Internacional de Atletismo) não pretende dizer aos norte-americanos, patrocinadores tão ricos, que têm o direito de não fazer os testes”.

Simson *et al.* (1992) segue, ainda, levantando vários fatos comprometedores às organizações desportivas internacionais e mesmo de algumas federações nacionais. Além disto, pode-se destacar os empreendimentos que diferentes ditaduras se lançaram para aumentar o prestígio junto à população ou atenuar a insatisfação da mesma. Não parece difícil reconhecer o uso político do esporte (Esteves, 1975 e Ramos, 1984).

A questão da “vulnerabilidade”, também, pode ser facilmente identificada, ao considerar as dificuldades que grupos sociais se

encontram frente a necessidade de se obter recursos para pesquisar e dar suporte científico ao treinamento; para obter equipamentos ou para se dedicar inteiramente aos treinos.

Neste sentido, cada técnica ou modelo de investigação científica ou mesmo outras formas de conhecimento, como por exemplo o saber do próprio atleta, tem sua própria contribuição a oferecer e não se deve desprezá-los. Enquanto saberes do mesmo fenômeno, eles não poderiam ser tratados como excludentes, mas, de outro modo, complementares.

Dentro desta perspectiva, a redução do fenômeno “esporte” em sistemas complexos ordinários poderia resultar numa compreensão irreal. Parece interessante integrar “verdades” aparentemente paradoxais. Esta pluralidade de perspectivas pode, de fato, ser essencial ao conhecimento. E é através desta nova “ferramenta conceitual” que se poderá pensar de modo complexo.

4.2 - O esporte como meio para inclusão social

Vários profissionais de educação física do Rio de Janeiro estão partindo para vivenciar as possibilidades do esporte em comunidades de baixa renda, trazendo as possibilidades do jogo e da técnica para corpos, que como tradutores do texto/contexto social, carregam em si o estigma da exclusão social.

Corpo do asfalto e corpo do morro, cada um banhado por diferentes caldos sociais, dentro de uma lógica determinista, são levados a crer que o esporte atenuará o abismo social que existe entre eles.

Percebe-se que diferentes grupos da sociedade civil, com interesses diversos interagem nesse movimento de tornar o esporte uma prática comum na favela. Pautando-se no bordão da inclusão social, esses projetos entram em cena no espaço social da favela, produzindo, principalmente, crenças, fantasias e ilusões.

Etimologicamente a palavra inclusão, do latim *includere* significa abranger, compreender, envolver. Incluir socialmente remeteria a uma idéia de abrangência, de sociabilidade, ou como propõe Castel (1998), de filiação. Seguindo a linha de pensamento desse autor e transpondo para o objeto do presente estudo, o termo inclusão social através do esporte, coloca a prática esportiva como

um suporte de inscrição na estrutura social, como um resgate dos excluídos em algumas redes de sociabilidade. Cada grupo social recria significados para a palavra inclusão que refletem seus desejos e crenças. Inclusão como resgate da identidade étnica, como possibilidade de sair da favela e se tornar famoso, como profissão, como estratégia de marketing, como incentivo fiscal e o que mais o imaginário de cada grupo permitir.

As certezas não são, assim, tão consolidadas. Questões fundamentais despontam: o esporte possui realmente a capacidade de promover a inclusão social, num país fortemente marcado pelas desigualdades sociais? É papel do esporte servir de meio para ascensão social? O esporte pode substituir o Estado em seu papel de resgatar a cidadania? Não existem contradições entre as práticas e relações presentes no esporte de rendimento e os discursos exaltados nos projetos sociais?

Parece que o esporte não tem sido visto como apenas um direito do cidadão, mas, antes, como uma “entidade”, como uma fórmula ideológica, com amplos poderes, capaz de “salvar o mundo”, seja promovendo a inclusão social, a formação do caráter, o afastamento das drogas e da criminalidade, a saúde, etc. Segundo Welsh (2001; p.144), “hoje conhecendo-se atletas como o jogador de basquetebol Dennis Rodman, que publicou um livro intitulado ‘Bad as I wanna be’ (Mau bem como eu quero ser), ninguém mais pode acreditar na afinidade do esporte com a ética”.

Ao invés disso, segundo Welsh (2001), o esporte desenvolveu novas afinidades impressionantes com a estética. Isto fica óbvio pelo novo estilo das roupas esportivas, pela crescente atenção ao elemento da performance estética, pelo prazer estético do espectador, de modo que o esporte se tornou um espetáculo para diversão da sociedade de entretenimento.

Num pensamento afinado com a ciência normal, o esporte parece atrelado somente ao aspecto ético. E sua estetização o que produz? Como fica a questão da cidadania, dos direitos e da igualdade? Como o mercado interfere? Todas estas questões merecem, indubitavelmente, análises mais cautelosas.

Viabilizando todos esses projetos, estão patrocinadores como Petrobrás, Banco Itaú, BNDES, Shell Brasil que, imbuídos em melhorar a imagem da empresa junto à opinião pública, investem em ações sociais de grande visibilidade. Um trecho do projeto da participação social da Shell Brasil aponta para essas direções.

"Os investimentos na área cultural, sem dúvida, contribuíram para que a Shell Brasil consolidasse uma imagem positiva junto à opinião pública. Atenta aos anseios da sociedade brasileira, a companhia tem procurado estar mais presente em projetos comunitários, além dos seus tradicionais patrocínios. Nesses projetos, a Shell Brasil interage, forma parcerias, e também aprende com a comunidade".

Quanto aos interesses em jogo, então, vale a pena observar nas chamadas dos patrocinadores, o viés mercadológico de suas iniciativas: "o social dá lucro"; "o social pode valer a pena"; "muito além da caridade", entre outros. Somado a isto, pode-se questionar os reais interesses dos profissionais envolvidos nestes projetos, das comunidades em questão e do governo.

Pensar a questão da vulnerabilidade, neste momento, parece ser um tarefa não muito difícil. Dentro da cidade do Rio de Janeiro pode-se encontrar grandes desigualdades sociais. Em estudo realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ainda não publicado, mas divulgado pela mídia (O Globo, 2001), o Rio de Janeiro ocupa a quinta posição no ranking nacional, atrás de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e Brasília, com IDH de 0,766. Contudo, chama a atenção os contrastes da cidade. O bairro Lagoa apresenta um IDH de 0,902, comparável à Itália, enquanto Acari apresenta 0,573, semelhante a países africanos, como a Argélia. Na opinião de especialistas isto traduz um século de diferenças. No abismo entre estes opostos encontra-se uma distribuição de IDH que vai do alto ao baixo desenvolvimento humano, tais como: Jardim Botânico (0,896), Botafogo (0,851), Méier (0,835), Jardim Sulacap (0,768), Taquara (0,739), Piedade (0,731), Bangu (0,699), Benfica (0,686), Vigário Geral (0,650), Mangueira (0,622), Complexo da Maré (0,597) e Rocinha (0,591).

Dados do censo demográfico de 2000, a taxa de crescimento, na cidade do Rio de Janeiro, de setores sub-normais (favela) é de 2,4% ao ano, enquanto o resto da cidade cresce apenas 0,38% ao ano. Isto significa, que as favelas crescem em um ano o que o "asfalto" leva mais de seis anos para crescer no conjunto. Em 2000, o número de favelados já passa de um milhão (Cezar, 2002).

Do montante da população de favelas, quantos indivíduos possuem, de fato, acesso à prática esportiva, e tudo que ela envolve (instalações, uniforme, material, informações, etc.)? Qual a disponibilidade de tempo, as condições nutricionais, o estado geral de saúde ou, mesmo, a segurança à integridade física que eles dispõem?

Grupos específicos, com menor poder de barganha, definido em função de interesses coletivos de grupos sociais mais amplos, tornam-se, muitas vezes, incapacitados de reagir. O enfraquecimento do Estado, a debilitação biológica, a carência de opções de escolha, as desigualdades sociais, a falta de informações etc., são todos aspectos que podem contribuir para o cenário de vulnerabilidade.

O aspecto político da vulnerabilidade revela que seu maior problema é a ausência de poder, que impede os “vulneráveis” de perceberem como as carências são impostas e seus interesses obstruídos.

5 - Últimas Considerações

Investigar o fenômeno esporte e suas relações, não pode, então, ser tratado como uma tarefa simples. O presente estudo buscou apontar para os aspectos referentes à complexidade que envolve tal fenômeno. As análises, pois, precisam partir da compreensão de que os fenômenos são complexos e, como tais, exigem outros “modos de olhar”, ou seja, a incorporação da ciência pós-normal.

Por fim, cabe ressaltar que este estudo não pretendeu esgotar as possibilidades de entendimento sobre a temática. À luz dos pressupostos teóricos realçados neste trabalho, a presente análise é, sem dúvida, uma das muitas histórias possíveis. Formas de “olhar” diferentes desta, por certo, constituirão outros estudos. Do mesmo modo, temas que, aqui, despontaram, mas que não foram profundamente abordados, tais como, a atividade física relacionada à saúde, a formação universitária dos profissionais de educação física ou as imposições do mercado, poderão se constituir em futuras propostas de pesquisas.

Referências Bibliográficas

- BERGÉ, P.; POMEAU, Y. & DUBOIS-GANCE, M. *Dos ritmos ao caos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- BOMPA, T. *Theory and methodology of training: the key to athletic performance*. Iowa: Kendal/Hunt, 1986.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEZAR, P.B. *Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002.
- ESTEVES, J. *O desporto e as estruturas sociais*. Lisboa: Prelo, 1975.
- FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J.R. Science for the post-normal age. *Futures*. 25(7): 739-755, 1993.
- FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J.R. Emergent complex systems. *Futures*. 26(6): 568-582, 1994.
- FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J.R. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. IV(2): 219-230, 1997.
- GEMBRIS, D.; TAYLOR, J. & SUTER, D. Sports statistics: trends and random fluctuations in athletics. *Nature*. 417: 506, 2002.
- GOULD, S.J. *Lance de dados: a idéia de evolução de Platão a Darwin*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HEISENBERG, W. *Física e filosofia*. Brasília: Editora UnB, 1999.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- MATVÉIEV, L. *Fundamentos do treino desportivo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1983.

- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- O'CONNOR, M. Dialogue and debate in a post-normal practice of science: a reflexion. *Futures*. 31: 671-687, 1999.
- O GLOBO, *Retratos do Rio*. 24 de março de 2001.
- OLIVA, A. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas* (Vera Portocarrero, org.), pp. 67-102, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- PALMA, A. & MATTOS, U. Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 8(3): 567-590, 2001.
- RAMOS, R. *Futebol: ideologia do poder*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- RAVETZ, J.R. *What is post-normal science*. *Futures*. 31: 647-653, 1999.
- RAVETZ, J.R. & FUNTOWICZ, S. Post-normal science – an insight now maturing. *Futures*. 31: 641-646, 1999.
- SIMSON, V. & JENNINGS, A. *Os senhores dos anéis: poder, dinheiro e drogas nas olimpíadas modernas*. São Paulo: Best Seller, 1992.
- VERKHOSHANSKI, Y. Verso una teoria e metodologia scientifiche dell allenamento sportivo. Roma: *Gen-Giu*, 1998.
- WELSCH, W. Esporte – visto esteticamente e mesmo como arte?. In: Denis L. Rosenfield (org.). *Ética e estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 142-165, 2001.

O Movimento Olímpico e o Meio Ambiente no contexto da Rio+10

Profa. Karla Paiva

karlapaiva@bol.com.br

Os problemas ambientais no mundo, nas últimas três décadas, levaram ao questionamento da relação do ser humano com o meio ambiente. A partir de 1972, emergia a movimentação dos representantes dos governos voltados à busca de um tratamento global dos problemas ambientais.

Desse momento, em 1972, com a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, resultou a criação e a adoção de acordos internacionais com vista à proteção ambiental para a própria sobrevivência do homem na Terra. Tem-se, então, o marco inicial das discussões da temática ambiental por parte dos representantes dos governos, sociedade civil organizada, organizações não governamentais e organismos da ONU.

Os resultados foram a criação de instrumentos formais como a “Declaração sobre o Ambiente Humano” (ou Declaração de Estocolmo) - uma declaração de princípios que deveriam governar as decisões concernentes às questões ambientais - e o “Plano de Ação para o Meio Ambiente” que convocava todos os países, inclusive organismos das Nações Unidas, bem como todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções para uma série de problemas ambientais existentes.

Em 1988, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução determinando a realização, até 1992, de uma conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento que pudessem avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental desde

a Conferência de Estocolmo de 1972. Na sessão, que aprovou essa resolução, o Brasil ofereceu-se para sediar o encontro em 1992¹.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas reuniu mais de 100 chefes de Estado, 178 governos, sociedade civil e organizações não governamentais para rediscutir a temática ambiental e rever o modelo de crescimento adotado pelos países. A partir daí, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Destaca-se, como característica marcante dessa Conferência, a apresentação de um novo conceito de desenvolvimento, com o objetivo de reverter o processo de degradação ambiental denominado **desenvolvimento sustentável**.

A proposta para o novo conceito de desenvolvimento da civilização deveria fundamentar-se na racionalização dos recursos naturais, não com interesses imediatistas, mas para que estes continuassem disponíveis para as próximas gerações. Com isso, tendo em vista o desenvolvimento, não se esgotariam os recursos naturais e os conservariam, não inviabilizando o acesso para a atual sociedade, mas promovendo a repartição justa dos benefícios alcançados. Dessa forma, para que esse novo modelo de desenvolvimento fosse adotado, os países necessitariam de instrumentos para nortear uma política global, com estratégias que permitissem interromper e reverter os efeitos da degradação ambiental sem impedir o crescimento.

Como resultado final dessa Conferência, foram aprovados cinco importantes documentos assinados por diversos países:

1º) a Declaração do Rio de Janeiro, contendo vinte e sete princípios que visariam estabelecer uma nova relação homem/meio ambiente, maior observação sobre a proteção dos recursos naturais, a busca do desenvolvimento sustentável e de melhores condições de vida para todos os povos;

2º) a Declaração dos Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, visando a um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas;

3º) a Convenção da Biodiversidade (ou Convenção da Diversidade Biológica) com vista à conservação da biodiversidade, uso sustentável de seus componentes e a divisão equitativa e justa dos benefícios gerados com a utilização de recursos genéticos;

4º) a Convenção sobre Mudança do Clima (ou Convenção sobre Mudança Climática), que, dentre seus fundamentos, encontra-se a preocupação com as atividades humanas, que têm causado uma concentração de gases de efeito estufa, resultando no aquecimento da superfície da Terra e da atmosfera, o que poderá afetar adversamente ecossistemas naturais e a humanidade;

5º) a Agenda 21, que, dentre os documentos aprovados nessa ocasião, não exigiria a formalidade como um tratado internacional, pois não passava pelo procedimento de ratificação do Poder Legislativo dos países, obtendo particular importância por seu ineditismo e por representar um consenso mundial. Constitui um amplo programa de ação a ser implementado por governos, agências de desenvolvimento, Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e grupos setoriais independentes em cada área em que a atividade humana afeta o meio ambiente.

Para tornar possível a prática do novo modelo de desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 se revelou como guia para os governantes, bem como para grupos setoriais independentes, com vista a colocarem em prática, a partir da data de sua aprovação, 14 de junho de 1992, e ao longo do século XXI, em todas as áreas onde a atividade humana poderá incidir de forma prejudicial ao meio ambiente. Trata-se de um documento com princípios que colocam os diferentes “atores”, sejam eles governos, empresas ou instituições, voltados ao planejamento estratégico a caminho do desenvolvimento sustentável no âmbito global e/ou local.

Com a Rio 92, foram realizados progressos significativos em relação às questões ambientais que, por ora, estão relacionadas aos aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento. A Agenda 21 como o ponto de partida para o desenvolvimento sustentável, permitiu a atuação de todos os envolvidos, atendendo ao princípio da participação. A implementação da Agenda 21 pressupôs a integração da sociedade para compartilhar com seus governantes a responsabilidade nas decisões imediatas e futuras.

Paralelamente à realização das Conferências da Organização das Nações Unidas, ocorriam movimentos questionadores sobre o desporto e a sua relação com o meio ambiente.

O compromisso do desporto com a temática ambiental firmou-se na Rio 92 como indica Lamartine P. Da Costa², com a representação do Comitê Olímpico Internacional (COI), nos debates acerca

da participação do mesmo e da mobilização internacional em prol da sobrevivência humana na Terra, apontando a importância do desporto na construção de uma parceria ideal com o movimento ambientalista.

Nesse sentido, o Comitê Olímpico Internacional (COI) considera que, após o esporte e a cultura, o meio ambiente consiste em uma terceira força sustentadora do Movimento Olímpico e considera também que, o espírito olímpico fundamenta-se na filosofia de enquadramento do esporte a serviço do desenvolvimento harmônico entre homens e mulheres e colabora com a construção de um mundo melhor para a educação permanente da juventude através do esporte.

Em 1994, o Comitê Olímpico Internacional (COI) considerou o impacto ambiental do desporto como um dos principais problemas do Movimento Olímpico³. As práticas desportivas depararam-se com a necessidade de ter limites demarcados em face à proteção e conservação do meio ambiente⁴. A fim de estabelecer estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável, o Comitê Olímpico Internacional (COI) criou uma Comissão de Esporte e Meio Ambiente.

Destacamos a participação das instituições do Movimento Olímpico e organizações não governamentais internacionais ambientalistas como o Greenpeace e World Wildlife Fund (WWF), na 3ª Conferência Mundial sobre o Esporte e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1999. Ambos abordaram a perspectiva global do desenvolvimento do esporte e os processos de gerência locais, confirmando a viabilidade da proposta do Comitê Olímpico Internacional na implementação da Agenda 21 do Movimento Olímpico.

A Agenda 21 do Movimento Olímpico deverá servir como uma ferramenta útil para a comunidade dos esportes em todos os níveis, voltados à proteção do meio ambiente e ao alcance do desenvolvimento sustentável, conforme o Princípio 10 inserido na Declaração da Rio 92, ao dizer: "o melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados em vários níveis"⁵.

A cooperação entre os diversos segmentos sociais complementa a implementação da democracia participativa. A participação cívica na preservação e conservação do meio ambiente não é um processo político concluído. Segundo Paulo Affonso Leme Macha-

do, os fundamentos foram eficazmente lançados em todo o mundo, mas o edifício da participação tem muitos setores ainda a serem concluídos⁶.

O Movimento Olímpico possui uma arquitetura institucional internacional precisa e fortalecida, pois abrange organizações esportivas e atletas orientados pelo Comitê Olímpico Internacional.

É interessante o avanço do Comitê Olímpico Internacional ao instituir a Agenda 21 do Movimento Olímpico, pois o este congrega um setor com alta representatividade no esporte, com reflexos não só em Jogos Olímpicos, mas em toda a comunidade esportiva mundial.

O Comitê Olímpico Internacional empenha-se em implementar a política ambiental fundamentada no dever do Movimento Olímpico para com a sociedade e o bem estar da humanidade. Esse compromisso foi assumido pelo Comitê Olímpico Internacional quando inseriu em suas recomendações na Carta Olímpica em 1994 que "deve verificar se os Jogos Olímpicos são organizados em condições que demonstrem responsabilidade quanto aos assuntos do meio ambiente"⁷.

O compromisso assumido pelo Comitê Olímpico Internacional, com vista à implementação da Agenda 21 a ser seguida por toda a comunidade esportiva em todos os seus níveis, revela uma forma de participação e envolvimento no planejamento e na organização ambiental. Nesse sentido encaminha-se essa questão de forma coerente e coordenada entre o próprio Comitê Olímpico Internacional e as Federações Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais e Comitês Organizadores de Jogos Olímpicos.

Salienta-se que a atitude responsável pelos diversos segmentos da sociedade fez com que a Organização das Nações Unidas introduzisse um novo conceito nos documentos internacionais, tal qual o desenvolvimento sustentável introduzido na Rio 92. O conceito de participação nas decisões públicas relativas à temática ambiental, agora denominado **governança**, seja esta no âmbito internacional, nacional, regional e/ou local, cuja característica apóia-se na participação democrática e efetiva de organismos para facilitar a representação da sociedade civil, deverá ter como pressuposto a necessidade de um desenvolvimento sustentável que vá ao encontro das exigências sociais, econômicas e ambientais⁸.

O novo conceito de governança⁹ exige a democratização no

processo de elaboração das decisões públicas, na participação dos diversos componentes da sociedade civil, na definição e implementação das políticas públicas e na execução de procedimentos de controle e de estudos científicos independentes.

O conceito de governança já vem sendo aplicado, na prática, pelo Comitê Olímpico Internacional ao introduzir regras para a realização dos Jogos Olímpicos desde a escolha da cidade anfitriã (realizada através de eleição, uma vez que atendidos os requisitos mínimos de infra-estrutura, segurança e padrões de proteção ambiental) até os detalhes do planejamento ambiental, incluindo medidas preventivas (aplicando diretamente o princípio da prevenção contido no preâmbulo da Convenção da Biodiversidade ao dizer que “é vital prever, prevenir e combater na origem as causas da sensível redução ou perda da diversidade biológica”¹⁰) e medidas corretivas antes, durante e após um evento de esportes.

É necessário salientar que a Agenda 21 indica o princípio da precaução, este também presente nas principais Convenções Internacionais, ao estabelecer regras como a realização do estudo prévio de impacto ambiental para a cidade anfitriã de Jogos Olímpicos enquanto a Comissão de Esporte e Meio Ambiente exige a aplicação desse princípio que se relaciona intensamente com a avaliação prévia das atividades humanas.

O estudo prévio de impacto ambiental insere na sua metodologia a prevenção e a precaução da degradação ambiental. Diagnosticado o risco, pondera-se sobre os meios de evitar o prejuízo. Aí entra o exame da oportunidade do emprego dos meios de prevenção¹¹.

Outrossim, será realizada uma avaliação do impacto ambiental após o evento, tendo como objeto de avaliação o grau de reversibilidade do impacto ou sua irreversibilidade, para posterior aplicação de medidas compensatórias.

Ademais, A Agenda 21 do Movimento Olímpico propõe alguns princípios básicos que devem ser aplicados ao planejamento de eventos esportivos com grande proporção, bem como em ações simples do cotidiano, tais como: evitar a poluição em todas as suas formas; reduzir o desperdício e a conseqüente redução do consumo; usar água, energia e outros recursos com eficiência; administrar o uso de fontes naturais com prudência; respeitar a fauna e seu habitat; comemorar, proteger e respeitar a herança cultural, indi-

gena e histórica do mundo; empenhar-se na instrução e educação ambiental através do esporte; apoiar a ação local e a participação comunitária; desenvolver práticas, métodos e técnicas que reduzam os impactos negativos no meio ambiente.

A governança ambiental deve ter como pressuposto elementar a necessidade de um desenvolvimento sustentável, observando a responsabilidade de cada um dos atores, integrando proteção ambiental, crescimento econômico e desenvolvimento social.

A Organização das Nações Unidas promoverá em setembro de 2002 uma nova conferência para rediscutir a temática ambiental, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul, também conhecida como Rio + 10, por que será realizada uma década depois da Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92).

A conferência possui o objetivo de buscar um consenso na avaliação geral das condições atuais e nas prioridades para ações futuras. As decisões serão dirigidas a reforçar compromissos de todas as partes para que os objetivos da Agenda 21 e de outras Declarações Internacionais sejam alcançados.

Às vésperas da Rio + 10, ano 2002, século XXI, a comunidade internacional já relaciona algumas áreas prioritárias para a atuação no desafio da implementação dos compromissos assumidos na Rio 92, tais como: erradicação da pobreza, modificação dos padrões não sustentáveis de produção e consumo, proteção e gestão da base de recursos naturais do desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e governança para o desenvolvimento sustentável nos níveis internacional, nacional, regional e local.

Apesar da evolução nas normas ambientais, não cessou a degradação do meio ambiente. As diretrizes de declarações internacionais propostas nas últimas décadas, foram em grande parte acolhidas nos textos dos direitos nacionais, como no direito internacional ambiental, embora, algumas delas perderam-se no esquecimento ou não conseguiram superar os obstáculos para a sua implementação¹².

O desafio da comunidade internacional encontra-se justamente no cumprimento de cada objetivo proposto na Rio 92 e os seus

meios de implementação. Muitos países estão renegociando as formas de aplicar as diretrizes das Declarações Internacionais. A implementação da própria Agenda 21 é um grande desafio para os países, principalmente os em desenvolvimento.

Assim sendo, cabe ressaltar o compromisso assumido pelo Comitê Olímpico Internacional, que contribuiu para a introdução de um plano global - a Agenda 21 - voltado à aplicação de novas exigências específicas em práticas locais, que deverão ser submetidas ao planejamento de atividades relacionadas ao desporto, em especial aos Jogos Olímpicos. Prática, portanto, o novo conceito de governança no esporte e meio ambiente voltado à sustentabilidade, aplicando os ditames internacionais inseridos na Agenda 21.

Notas

¹ São Paulo. (1997) *Entendendo o Meio Ambiente: tratados e organizações internacionais em matéria de meio ambiente*. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente. p. 15.

² Da Costa, L. P. (1997) *Meio Ambiente e Desporto: uma perspectiva internacional*. Porto- Portugal: Universidade do Porto. p. 26.

³ Ibidem, p. 23.

⁴ Ibidem, p. 25.

⁵ Soares, G. F. S. (2001) *Direito Internacional do Meio Ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas. p. 602

⁶ Machado, P. A. L. (2001) *Rio + 10, Estocolmo + 30: novos rumos*. Conferência pronunciada no 5º Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo.

⁷ Kidane, F. (1997) O Movimento Olímpico e o Meio Ambiente. In Da Costa, L. P. *Meio Ambiente e Desporto: uma perspectiva internacional*. Porto- Portugal: Universidade do Porto. p. 246.

⁸ Fórum Ministerial Ambiental Mundial: Governança Ambiental Internacional. (2002) *Relatório do Diretor Executivo*. Cartagena –

Colômbia: Organização das Nações Unidas. Conselho de Administração do Programam das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) p. 2.

⁹ MACAHADO, P. A. L. (2002) *Seminário Internacional Direito Ambiental: Rio + 10*. Carta Rio + 10. Escola Superior do Ministério Público da União / Centro Internacional de Direito Comparado do Meio Ambiente da Universidade de Limonges, França. Rio de Janeiro.

¹⁰ MACHADO, P. A. L. (2001) *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros. p. 66.

¹¹ _____. p. 64.

¹² MACHADO, P. A. L. (2001) *Rio + 10, Estocolmo + 30: novos rumos*. Conferência pronunciada no 5º Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo.

Educação Física e Esportes Olímpicos: interpretações epistemológicas

Profa. Ms. Nádia Souza Lima da Silva

Universidade do Estado do Pará
nadalima@aol.com

Prof. Dr. Lamartine Pereira DaCosta

Universidade Gama Filho
lamartine@terra.com.br

Resumo

Na última década, a questão epistemológica, tanto no campo acadêmico quanto no campo da intervenção profissional da educação física e esporte, vem provocando amplas discussões. Muitos especialistas têm produzido e debatido sobre o problema da identidade da área. Muitas propostas surgiram no decorrer das discussões gerando duas grandes matrizes: a matriz científica e a matriz pedagógica. Nos discursos dos diversos especialistas percebemos um grande número de pontos discordantes dentro das propostas, inclusive dentro de uma mesma matriz. Neste ensaio nos propomos a analisar as duas matrizes a partir do pensamento de seus principais representantes não com a pretensão de tecermos críticas, mas sim de a partir de nossa análise expormos algumas dúvidas que pairam sobre o pensamento de seus defensores, e desta forma tentarmos contribuir com o debate em bases correntes. Este, por sua vez, encontraria na tradição olímpica uma de suas referências históricas, pois o problema epistemológico dos saberes esportivos com base em Pierre de Coubertin remonta a 1897.

Palavras-chave: Epistemologia, Educação Física

1 - Introdução

Na última década, a questão epistemológica, tanto no campo acadêmico quanto no campo da intervenção profissional da educação física e esporte, vem provocando amplas discussões entre especialistas em fóruns da área.

Para Lovisolo (1996) estas discussões emanam de duas questões distintas: a questão da hegemonia ou paradigmática, e a questão da legitimidade. A primeira expressa a inquietação dos estudiosos pela impossibilidade de construção de uma tradição disciplinar que ocupe o lugar da multiplicidade dos enfoques disciplinares atuantes no campo das ciências que estudam os esportes, a atividade corporal e a educação física. A segunda implica o conjunto de questões derivadas e vinculadas com a regulamentação legal da vida profissional e com o reconhecimento social e cultural da profissão (delimitação do mercado de trabalho).

Os dois problemas levantados pelo autor não estão logicamente relacionados segundo ele mesmo. A ausência do objeto teórico não afeta nem a regulamentação legal, nem a legitimidade social. A legitimidade da intervenção não depende de se possuir um objeto teórico, esta resulta da vontade de se pretender construir uma imagem profissional diante da sociedade, e de se conseguir regulamentações legais que protejam o exercício da profissão.

A teoria levantada por Lovisolo (1997) para explicar o problema da hegemonia deriva da vontade, por incidências da cultura universitária e da valorização da ciência, de querer converter uma área originalmente de intervenção profissional em uma área de pesquisa disciplinar, o que suscitou da crise gerada pela criação dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, levando os estudiosos a se questionarem se a educação física seria uma ciência ou um campo de intervenção social, e qual matriz teórica seria capaz de sustentar o campo de produção acadêmica e profissional da área.

Na tentativa de encontrar pistas para estas e outras questões, muitas propostas surgiram no decorrer das discussões entre os especialistas, gerando duas grandes matrizes, segundo a leitura de DaCosta (1999).

A Matriz Científica que possui como adeptos, entre outros defensores desta linha de pensamento, Tani (1996) e Sérgio (1999),

defende a educação física / esporte como uma Ciência ou Ciências do Movimento Humano, da Motricidade Humana, dos Esportes ou Cinesiologia¹, acreditando ser possível romper com a sua tradição de intervenção social e transformar a educação física / esporte em uma ciência, conquistando com isso o prestígio e a legitimidade acadêmica e social.

Tendo como maiores defensores Bracht (1999) e Betti (1996), DaCosta identifica uma segunda matriz, a Matriz Pedagógica, que defende o pensamento de manter a tradição da educação física / esporte como um campo de intervenção pedagógica.

Nos discursos de defesa de seus pensamentos, percebemos um grande número de pontos discordantes entre as duas propostas, inclusive entre o pensamento dos diversos especialistas de uma mesma matriz, entretanto, um ponto de acordo está no fato de todos indicarem a necessidade de um elo de ligação que combata a fragmentação² que foi estabelecida ao longo do tempo na área, com o intuito de contribuir com a melhoria da formação profissional, a qual vem sentindo o reflexo negativo desta fragmentação, para que através desta unidade possa ser estabelecida uma intervenção social de qualidade que garanta a legitimidade da profissão.

Neste ensaio nos propomos a analisar as duas matrizes diagnosticadas por DaCosta, a partir do pensamento de seus principais representantes já citados anteriormente, não com a pretensão de tecermos críticas, mas sim de a partir de nossa análise expormos algumas dúvidas que pairam sobre os pensamentos de seus defensores, e desta forma tentarmos contribuir com o debate ora em voga.

2 - Matriz Científica: a busca por uma hegemonia acadêmica

A ciência moderna vem permitindo o aumento cumulativo do saber empírico e da capacidade de prognose, que podem ser postos a serviço do desenvolvimento da sociedade. Na educação física, nas atividades corporais e nos esportes, em virtude da especialização nos campos das ciências e da sua subordinação às disciplinas de origem, a produção de conhecimento é fragmentada disciplinarmente.

Partindo do pressuposto que esta fragmentação não permite uma ligação entre as ciências mães, especialistas passaram a buscar uma identidade epistemológica para a área. Ao longo da última década formularam-se várias propostas como a Cinesiologia, a Ciência do Movimento Humano e as Ciências do Esporte, onde se tenta agrupar as várias áreas disciplinares, com suas tradições próprias, em uma só.

Entretanto, para Lovisolo (1997), a necessidade de um objeto próprio de estudo para a educação física, apontada por especialistas, pauta-se no desejo dos estudiosos em se igualarem em prestígio científico aos pesquisadores de áreas disciplinares tradicionalmente constituídas. O pensamento de Lovisolo se concretiza na fala de Manuel Sérgio (1999) quando afirma ter a motricidade humana a riqueza ontológica e a dignidade conceitual das restantes áreas científicas.

Para Sérgio (1999), a educação física tradicional, como vítima do paradigma cartesiano, não pode ser raiz do conhecimento, dado que isola o físico do intelectual e do moral. O autor afirma em sua obra que a educação física como ciência autônoma não existe. Em sua visão, a educação física só existe como um ramo pedagógico de aplicação do conhecimento de uma nova ciência, chamada Motricidade Humana.

Propor como objeto de estudo a motricidade humana significa para Sérgio transformar as Faculdades de Educação Física em Faculdades da Motricidade Humana, e o termo educação motora tomará o lugar da educação física como campo de intervenção pedagógica. Para tanto os currículos escolares das faculdades de motricidade humana deverão ser compostos pelas disciplinas básicas, de teor biológico, ou de teor meramente técnico-desportivo, além das disciplinas básicas de teor cultural. Assim, para Sérgio, com ciência e consciência, com exploração ilimitada do possível, a Motricidade Humana adquire lugar indiscutível no quadro geral das ciências.

Tani, a partir de 1989, acusando, assim como Sérgio (1999), que a denominação educação física / esporte é restritiva e não abrange a área de conhecimento, passa também a defender a criação de uma nova ciência. O termo eleito pelo autor foi a Cinesiologia, que pode ser definida como a área do conhecimento que tem como objeto de estudo o movimento humano.

A Cinesiologia teria uma estrutura interdisciplinar, constituída por três sub-áreas de investigação: a biodinâmica do movimento humano, o comportamento motor humano, e os estudos sócio-culturais do movimento humano. A educação física e os esportes, assim como na proposta de Sérgio, passariam a ser áreas de aplicação dos conhecimentos desenvolvidos por esta nova ciência.

Desta forma, ambos autores defensores da matriz científica acreditam garantir a unidade acadêmica que falta a educação física.

Entretanto, as estruturas curriculares descritas pelos autores não nos parecem capaz de romper com o paradigma da dependência da educação física dos conhecimentos produzidos pelas ciências mães, ao contrário, cria uma nova ciência que vem intermediar estes conhecimentos com a prática de intervenção. A educação física deste modo fica submissa não mais diretamente as matrizes disciplinares das ciências conhecidas tradicionalmente como tal, mais a uma nova ciência que se acredita ser capaz de unificar, em uma mesma matriz, todo o arcabouço de conhecimento necessário para a formação do profissional que tem como campo de atuação as mais diversas práticas.

A produção de conhecimento enquanto objeto empírico, em nosso entender, não é necessariamente um objeto unívoco. No caso da educação física, das atividades corporais e dos esportes, são realmente objetos, e não objeto.

3 - Pedagogia: a unidade defendida pela Matriz Pedagógica

Na década de 60, Bracht (1999) diagnostica, a partir de um levantamento histórico das produções acadêmicas da área, que a educação física se despedagogiza e ganha um discurso cientificista fundamentado a partir das ciências-mães, onde os profissionais da área passam a se especializar em sub-disciplinas como a fisiologia do esforço e a biomecânica, e não em Educação Física, e a reivindicar o status de ciência. O esporte passa a se impor por prestígio social não apenas como tema deste teorizar acadêmico, como também à própria educação física enquanto conteúdo de sua prática.

Alguns especialistas como Bracht (1992), Betti, 1992 e o Coletivo de Autores (1993), preocupados com a possibilidade da educação física ter a sua própria existência ameaçada, “seja por sua extinção, seja por sua substituição pelo esporte na escola”, vem constituir um pólo de resistência tanto política contra os interesses dominantes ligados ao campo dos esportes, como resistência acadêmica ao cientificismo instaurado na área, reforçando a necessidade de construção de uma Teoria da e para a prática da educação física.

Bracht (1999) nos traz a opinião de que a educação física é uma prática de intervenção pedagógica que tematiza as manifestações da nossa cultura corporal, defendendo que esta não é uma ciência, mas está interessada nas explicações científicas oferecidas pelas diversas abordagens das diferentes disciplinas para fundamentar a sua prática.

Portanto, defende que a construção desta Teoria da e para a prática deve estar pautada num discurso pedagógico como elo de ligação entre as diversas matrizes teóricas adotadas pelos profissionais. Nesse sentido, Bracht (p.32/33) considera que “A EF é uma prática de intervenção e o que a caracteriza é a intenção pedagógica com que trata um conteúdo que é configurado/retirado do universo da Cultura Corporal de Movimento. Ou seja, nós, da EF, interrogamos o movimentar-se humano sob a ótica do pedagógico”.

Desta forma Bracht encontra uma “possível unidade” para a Educação Física na matriz pedagógica, que, por sua vez, encontra nas Ciências Humanas o seu eixo norteador. “A pedagogia da Educação Física enquanto ciência prática tem seu sentido não na compreensão, mas no aperfeiçoamento da práxis” (1992, p. 42).

Comungando em parte com o pensamento de Bracht, Betti (1996) denuncia as limitações impostas pelo desdobramento das propostas de cientificação da educação física, e declarar a sua simpatia pela proposta de Bracht que encontra na pedagogia o princípio integrador que falta à educação física, desde que esta amplie o seu significado e abarque todas as manifestações culturais do movimento humano, pois este autor critica Bracht por reduzir a expressão “prática pedagógica” à escola.

Desta forma Betti se aproxima de Lovisolo (1995) que aponta a educação física / esporte como uma prática de intervenção social, cuja tradição é formular programas de intervenção no plano das atividades corporais. Porém, Lovisolo vai ainda mais longe quando

abrange a discussão para o âmbito do trabalho de formação corporal e da saúde, citando tratar-se de alcançar valores sociais transformados em objetivos dos programas de intervenção, situando a educação física no contexto geral de uma filosofia prática da boa vida.

Acreditando, assim como Bracht, e como os pensadores da Matriz Científica, na necessidade de uma unidade que favoreça uma produção acadêmica que vá ao encontro de uma prática de intervenção de qualidade, Betti propõe a Teoria da Educação Física como uma Teoria da Prática, a fim de fazer o elo de ligação entre as ciências e a filosofia com a prática social. Desta forma, as questões/problemas emergem da prática e o resultado das reflexões filosóficas e das pesquisas científicas, a partir destas, fazem o "*caminho de volta*" sugerindo indicativos para a transformação da mesma.

No caso da Teoria da Educação Física, Betti aponta que as exigências metodológicas concretas de cada pesquisa indicarão a escolha entre as metodologias das Ciências Naturais ou Humanas, ao invés de propor uma possível hierarquia das Ciências Humanas sobre as Naturais como sugere Bracht (1992) em sua proposta, ponto de discordância entre estes. Nesse sentido, não conseguimos compreender uma significativa diferença do que ocorre na atualidade com as produções científicas, a não ser a questão dos problemas a serem pesquisados emergirem da prática, o que desconsidera as pesquisas básicas na área.

4 - Educação física / esporte: uma unidade teórica/ciência é possível?

Betti discorda de Bracht quando este reduz o termo "prática pedagógica" à escola. Se assim entendermos, concordamos com Betti que a proposta de Bracht nos deixa uma grande lacuna. Pois o campo de intervenção profissional do educador físico é muito mais amplo, possui vários objetivos, demandando naturalmente a contribuição de diferentes pontos de vistas disciplinares, o que, segundo Lovisolo (1995), exige um "*mosaico*" de conhecimentos para serem atingidos. Seguindo este raciocínio, quem teorizaria as inúmeras práticas corporais que se encontram fora da escola? É possível abarcarmos tais práticas com a matriz pedagógica?

Em um outro ponto de análise, entretanto, encontramos uma convergência entre o pensamento de Bracht e Betti, que é o fato de ambos apontarem a necessidade de uma unidade teórica da e para a prática, o que, no nosso entender, não difere em termos de organização prática da proposta da matriz científica, pois, uma unidade teórica requer uma matriz disciplinar.

A matriz disciplinar segundo Kuhn (1989) é constituída por todos os objetos de empenhamento de uma determinada comunidade científica, ou seja, os paradigmas que constituem uma disciplina acadêmica, entre os quais cita como sendo os mais centrais as Generalizações Simbólicas, que seriam as expressões desenvolvidas pelo grupo; os Modelos, que fornecem ao grupo as analogias preferidas; e os Exemplares, que são as soluções de problemas concretos aceitos pelo grupo.

Na concepção de Kuhn (p. 359), para entendermos como funciona uma comunidade científica se faz necessário compreendermos estes três componentes da matriz disciplinar, pois qualquer alteração em um deles pode resultar em mudança do comportamento científico, ou seja, na mudança do paradigma.

Refletindo sobre o que nos diz Kuhn, remetemo-nos ao pensamento de Lovisolo (2000) quando cita a existência de “tribos” distintas na Educação Física, que, por usarem Generalizações Simbólicas, Modelos e Exemplares diferentes na resolução de seus problemas, cada uma dessas tribos possui, no nosso entender, paradigmas distintos que acaba por refletir em um amplo diálogo entre os elementos de um mesmo grupo e na grande dificuldade de comunicação entre os diversos grupos, o que, na analogia utilizada por Lovisolo, representaria a falta de pontes que liguem as diversas “tribos” mapeadas pelo autor. Torna-se fácil exemplificar esta falta de comunicação quando imaginamos um texto científico sobre biomecânica sendo lido por um especialista da educação e vice e versa. Ambos tentam explicar sobre seu ponto de vista um mesmo fenômeno, o movimento humano, que, dependendo do objetivo da intervenção profissional, tem a mesma importância acadêmica.

Nesse sentido, para encontrarmos a unidade acadêmica e profissional desejada tanto pelos defensores da Matriz Científica, quanto pelos defensores da Matriz Pedagógica, implicaria no fato de que algumas dessas “tribos” teriam que modificar ou abandonar seus paradigmas em prol desta unidade.

Tal constatação nos remete a algumas questões centrais para reflexão: qual “tribo” abandonaria suas normas e rituais em prol desta unidade? Quais valores determinarão a importância de uma “tribo” em detrimento da extinção de uma outra? E ainda, a questão que nos parece mais relevante por estar ligada diretamente a qualidade das produções acadêmicas e da intervenção profissional: uma unidade em torno de uma única matriz disciplinar daria conta de solucionar todos os problemas decorrentes de uma ampla área de atuação como a nossa? Caso acordemos com o fato da impossibilidade de chegarmos a esta unidade, a solução é aceitarmos a necessidade de criação de distintas faculdades como em algum momento nos incita a refletir Lovisolo?

Não possuímos as repostas para estas e para muitas outras perguntas que ora nos desafia. Entretanto, acreditamos que um bom ponto de partida para sairmos da “crise de identidade”, que a muito e por muitos vem sendo anunciada, é reivindicarmos, ao invés do “status” de uma Ciência/Teoria, a qualidade de nossa intervenção social, reflexo da qualidade de nossa formação profissional e, conseqüentemente, da qualidade das investigações científicas, seja na área das ciências humanas, seja na área das ciências naturais.

Portanto, tendemos a concordar com o já citado pensamento de Lovisolo (1995), que nos aponta que a EF necessita de um “mosaico” de conhecimentos para que possamos atingir os mais diversos objetivos da intervenção profissional. Entretanto, como num mosaico, as peças/disciplinas curriculares devem ser dispostas harmoniosamente e interligadas de modo a dar uma compreensão do todo, ao invés de jogadas indiscriminadamente e sem coerência.

Do mesmo modo refletimos a produção do conhecimento dentro da academia, onde acreditamos ser possível e que devemos conviver com os mais diversos olhares possíveis sobre um fenômeno tão complexo como o é o movimento humano. No entanto, urge a necessidade de se repensar a qualidade e relevância de nossos estudos, no sentido de se garantir que estes venham de fato ao encontro dos anseios da comunidade acadêmica, dos profissionais da área e, em última, porém, principal instância, da sociedade que usufrui os resultados de tais estudos, respondendo questões e solucionando problemas encontrados no nosso amplo campo de atuação profissional.

Afinal, devemos, no nosso entender, somar esforços na perspectiva de melhorarmos a qualidade de nossa intervenção profissional, para que possamos alcançar a tão desejada legitimidade social, solucionando, ou tentando solucionar, o segundo problema apontado por Lovisolo (1996) que é apresentado no início de nossa discussão, e não nos distanciarmos através da luta por uma “unidade disciplinar” em prol de um “status científico”, o que tendemos a concordar ser um mito e não uma realidade, e que devemos reconhecer ser a educação física / esporte um campo de intervenção socialmente significativo, que permite os mais diferentes olhares com objetivos de se encontrar as mais diferentes respostas para os seus diversos e complexos problemas.

Este caminho, de modo significativo para a nossa proposta, foi trilhado por Pierre de Coubertin que nos diversos congressos científicos do Movimento Olímpico nas primeiras décadas do século passado (o primeiro realizou-se em 1897), operou como conciliador de duas tendências opostas: uma que centrava na ciências relacionadas com a medicina para projetar o sentido da prática esportiva e da educação física e outra que se apoiava nas ciências humanas para atribuir valores às atividades físicas normatizadas.

A reconciliação de Coubertin, segundo relata DaCosta (1998), jamais chegou a bom termo pois a ênfase deslocava-se de uma para outra corrente de pensamento sem alcançar unidade e sentido único. Como um dos critérios centrais da epistemologia é o diálogo com a história, sugerimos em conclusão que se mantenha e promova o debate como fez explicitamente Coubertin, mas que façamos opção pela diversidade dos saberes em suas aplicações práticas.

Referências Bibliográficas

- BETTI, M. (1996). Por uma Teoria da Prática. *Motus Corporis*, (3) 2, 73-127.
- BRACHT, V. (1992). *Educação Física e Aprendizagem Social*. Porto Alegre: Magister.
- _____. (1999). *Educação Física & Ciência: cenas de um casamento infeliz*. Ijuí: UNIJUÍ.

- _____ (1993) "Educação Física/Ciências do Esporte: que Ciência é Essa?". *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, 14 (3):111-7
- COLETIVO DE AUTORES (1993). *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez. (Coleção magistério 2º. grau. Série formação do professor)
- DACOSTA, L. P. (1998). *Olympism and the equilibrium of man*. In Mueller, N. *Coubertin and Olympism - Questions for the future*. Niedernhausen: Schors, pp. 188 - 199.
- _____ (1999). Educação Física Hoje: conhecimento científico e legitimidade social em confronto. *Dynamis*, (7) 26.
- KUHN, T. (1989). *A Tensão Essencial*. Lisboa: Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Ed. 70.
- Lovisol, H. (2000). *Atividade Física, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: SPRINT.
- _____. (1995). *A Arte da Mediação*. Rio de Janeiro: SPRINT.
- _____. (1997). *Estética, Esporte e Educação Física*. Rio de Janeiro: SPRINT.
- _____. (1996). Hegemonia e Legitimidade nas Ciências do Esporte. *Motus Corporis*, (3) 2, 51-72.
- MOREIRA, A. F., Silva, T. T. (Orgs.). (1994). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez.
- SÉRGIO, M. (1999). *Um Corte Epistemológico: da educação física à motricidade humana*. Lisboa: Instituto Piaget.
- TANI, G. (1989). Perspectivas da educação física como disciplina acadêmica. In: *Anais do II Simpósio Paulista de Educação Física*. V. 2. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2-12.
- TANI, G. (1996). Cinesiologia, Educação Física e Esporte: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. *Motus Corporis*, (3) 2, 9-50.

Notas

- ¹ Termos usualmente utilizados para denominar tal ciência.
- ² Fragmentação diagnosticada por Lovisolo (2000) que estabelece uma perfeita analogia com a formação de verdadeiras tribos, possuidoras de rituais, normas e concepções próprias e independentes uma das outras. Sendo elas: a tribo da saúde, a tribo do rendimento e a tribo da educação física escolar.

Obstáculos, reflexos e relações presentes nas narrativas constituintes do campo científico e profissional na Educação Física

Prof. Dr. Antonio Jorge Soares
CEFET-RJ- UGF

A educação física se institucionalizou como profissão em nível superior tentando reproduzir o modelo das profissões clássicas, direito, medicina e engenharia. Esse movimento foi o caminho de várias ocupações que se tornaram profissões, por exemplo, serviço social, odontologia etc. Apesar do termo profissão ser entendido pelo homem comum com qualquer trabalho que requer uma intervenção/conhecimento especializado (manual ou não-manual), o termo profissão para os diferentes teóricos da sociologia das profissões está associado: a - à existência de um corpo de conhecimentos abstrato e complexo que exige um aprendizado formal prolongado; b - a uma cultura profissional sustentada por associações; c - a uma orientação para as necessidades da clientela; d - a um código de ética. A medicina é o exemplo mais bem sucedido de profissionalização a partir destes critérios. Várias profissões regulamentadas e de nível superior afirmam possuir uma base de conhecimentos ou autonomia cognitiva do respectivo domínio ou campo profissional. Sabemos que muitas destas ocupações que se tornaram profissões, inclusive das algumas bem sucedidas, possuem um

corpo de conhecimentos que pode ser adjetivado de 'artificial' por ser formado a partir de uma 'mistura' de sistemas teóricos ou disciplinares que não se relacionam diretamente com a intervenção profissional. Profissões desta natureza possuem problemas de exclusividade cognitiva, auto-regulação e de definição clara da jurisdição ocupacional. Contudo, as tentativas de novas profissões em reproduzirem as narrativas das clássicas profissões para os de 'dentro' e para os de 'fora' indicam, fragilmente, a simples emulação de status e a luta para garantir legalmente uma determinada jurisdição no mercado.

O problema da articulação entre o conhecimento produzido e a intervenção foi lido historicamente no campo da educação física como falta de exclusividade cognitiva ou de um corpo de conhecimento que sustente a referida profissão pelos intelectuais da área, datando tais narrativas pelo menos a partir da década de 1950. Entretanto, este é uma espécie de argumento ligado a concepção atributivo-funcionalista para explicar as dinâmicas profissionais. Este tipo de modelo ou trajeto institucional das profissões se torna limitado por pensar as etapas da profissionalização a partir dos atributos da profissionalização trilhados pela medicina e direito, como exemplos bem sucedidos na garantia de monopólio. Entretanto, o trajeto de profissionalização seguido pela medicina e pelo direito seu deu em contextos totalmente diferenciados, tanto político quanto cultural, e não pode ser generalizado como modelo para todas as profissões. Por exemplo, o curso de teatro e de dança foram institucionalizados em nível superior, mas não seguiram tal trajeto na busca de legitimação ou emulação de status. Por esta razão, a medicina e seu aparato de institucionalização aparecem nas narrativas do nosso campo como o exemplo ideal que não foi (mas deveria ser) seguido pela educação física. O efeito desse processo é a disseminação de uma baixa auto-estima generalizada entre os educadores físicos.

A educação física se institucionalizou no Brasil e em outros países transformando diferentes ocupações vinculadas às atividades corporais como profissão de nível superior. A educação física ao entrar no ambiente universitário passou a incorporar e/ou sofrer com os valores e os objetos de disputa que governam o campo universitário e científico. A educação física e suas modalidades de

intervenção provavelmente foram vistas como hereges ao entrarem na universidade. É verdade que não podemos esquecer que a educação física ainda hoje parece fundamentar suas diferentes intervenções no conhecimento empírico. Além disso, sempre foi encarada como uma atividade quase-manual e sabemos que na estratificação das profissões esta modalidade sempre esteve no nível mais baixo da escala. Esses motivos seriam mais do que suficientes para pensarmos como os hereges dotados de uma tradição empírica e pouco acadêmica entram no campo das profissões de nível superior para buscar meios de igualação e de concorrência.

Quero argumentar que o movimento angustiado de institucionalização de uma nova ciência e/ou o movimento de legitimação e legalização desta profissão, foram gestados a partir dos modelos e ideais das clássicas disciplinas científicas e das profissões que articularam sua legitimidade social a partir de um projeto cientificista. O produto deste processo equivale ao sofrimento psicanalítico do desejo de ser o outro. As buscas intensas de emulação de status, através da afirmação da autonomia teórico/científica e profissional, são marcas discursivas presentes na história do nosso campo. A educação física ao tentar seguir o trajeto clássico de aquisição de status e autonomia, via o discurso científico como fundamento do monopólio profissional, permanentemente reedita o debate clichê do distanciamento entre teoria e prática ou conhecimento intervenção. Esta lógica e esta angústia de pensar a profissão e a formação fermentaram os movimentos de instituição de uma nova ciência e de regulamentação da profissão. Contudo, no debate interno temos obstáculos ao diálogo que torna difícil o estabelecimento de acordos comunitários. A tônica de minha exposição será o levantamento dos obstáculos e contradições presentes na produção destas narrativas sobre o campo.

Referências Bibliográficas

- BACHELARD, G. (1996), *A Formação do Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, P. (1983), *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero.

- BRACHT, W. (1999), *Educação Física e Ciência: cenas de um Casamento (In)feliz*. Injuí: Editora UNIJUÍ.
- DACOSTA, L.P. (1999), *Educação Física Hoje: Conhecimento Científico e Legitimidade Social em Confronto*. Dynamis, vol.7, no.26, pp. 7-14.
- DINIZ, M. (2001), *Os Donos do Saber*. Rio de Janeiro: Revan.
- FENSTERSEIFER, P. E. (1999), Conhecimento, Epistemologia e Intervenção. In Goellner, S.V. (org), *Educação Física e Ciências do Esporte - Intervenção e Conhecimento*. Florianópolis: CBCE, pp. 171-184.
- JAPIASSU, H. F. (1995) *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro, F. Alves.
- LIMA, H. L. A . (2000), Pensamento Epistemológico da Educação Física Brasileira: Das Controvérsias Acerca do Estatuto Científico. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 21 (2/3), Jan./Maio, pp. 95-102.
- MANOEL, E.J. (1999), A Dinâmica do Estudo e Promoção da Atividade Motora Humana: Transição de Fase na EEFE-USP. In: *Revista. Paulista*. Ed. Fis., 13(1): 103-118.
- MANUEL SÉRGIO (1989), *Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana*. Campinas: Papirus.
- POPPER, K. (1992) *Em busca de um mundo melhor*. Lisboa, Fragmentos.
- TANI, G., LOVISOLO, H. E BETTI, M. In: *Revista Motus Corporis*, vol. 3, no.2, dez. 1996, pp. 9-127.
- TUBINO, M.G. (2002), *As Teorias da Educação Física e do Esporte - uma Abordagem Epistemológica*. São Paulo: Manole.
- STEINHILBER, J. (1996), *Profissional de Educação Física... Existe?*. Rio de Janeiro: Sprint.

O Homem Médio como referência para as tribos da Educação Física: Quetelet e Galton – antagonismos na compreensão da natureza humana.¹

Profa Ms. Fabiola Nunes Salgueiro

Graduada em Licenciatura em Educação Física pela UFRRJ,
Pós-Graduada em Ciências do Treinamento de Alto Nível pela UFRRJ,
Graduada em Ciências Sociais pela UERJ e
Mestre em Educação Física pela UGF.
Professora do Município do RJ, UNIVERSO e UNIPLI.
e-mail: fasalgueiro@bol.com.br

Prof.Dr Hugo Rodolfo Lovisolo

Doutor em Antropologia Social. Professor do PPGEF/UGF.

Resumo

Este estudo relaciona e analisa comparativamente as teorias e propostas científicas de Quetelet e Galton com as linhas de pensamento da área acadêmica da Educação Física, além das propostas de Lovisolo de uma fragmentação enquanto tribos: Conservação da Saúde e Potência e suas ideologias antagônicas que se influenciaram por uma oposição histórica, bem como as terminologias pertinentes a ela: Wellness e Fitness, que correspondem a pressupostos de parâmetros médios, princípios de normalidade e exaltação

de excelências do meio esportivo. Assim também a constante preocupação com a qualidade de vida, e também a aceitação de um modelo estético que parece nortear as pesquisas científicas e influenciar mudanças de atitude e de aceitação no contexto social.

1 - Introdução

A fragmentação da Educação Física tem sido discutida por vários pesquisadores, porém pouco ainda se refletiu sobre as crenças ou opiniões antagônicas sob o ponto de vista da formação profissional. Este trabalho tem por meta invocar esta preocupação, atentamos para o fato de que suas raízes históricas advêm de autores, produções e entendimentos diferenciados do conhecimento e da forma de pensar e avaliar o homem no contexto de matrizes disciplinares diversas e, em particular, daquelas geradas no campo das Ciências Sociais. Conhecer a história pode ser uma forma de entendermos melhor o presente.

2 - Adolphe Quetelet: pioneiro do empirismo nas Ciências Sociais.²

O astrônomo belga Lambert Jacques Adolphe Quetelet (1796-1874) talvez tenha sido um dos homens mais importantes no campo do desenvolvimento da estatística social, seus estudos até hoje são compreendidos e reproduzidos e muito pouco foi contestado ou criticado.

Sua produção era extremamente vasta e variada. Muito jovem, em 1819, recebeu seu primeiro título de Doutorado³. Seu estudo especializava-se no campo da Meteorologia, que no século XIX fazia parte da cadeira da astronomia, e sua primeira tentativa foi a construção de um grande observatório em Bruxelas, quando nomeado funcionário público da cidade pelo então ministro Antoine Falck, em 1823. Quetelet rumaria para Paris, onde no famoso observatório da cidade conhece os homens mais eminentes da época Alexis Bouvard e François Arago⁴ (astrônomo com mais influência na Academia Real de Ciência que Laplace).

Seria Bouvard quem ensinaria Astronomia e apresentaria a instrumentação a Quetelet, seus trabalhos influenciaram significativamente a carreira deste.

Suas idas constantes a Paris promoveram muitos encontros importantes, conheceria Laplace⁵ e se tornaria amigo de Fourier. Sua sagacidade e força, além de sua honestidade seriam amplamente elogiados no meio científico, e também seu pronto atendimento a todos que se corresponderiam com ele, enviando cópias de seu trabalho pelo mundo.

3 - A Curva Normal e as Teorias do *L'Homme Moyen* de Quetelet

Em seus estudos sobre a regularidade nos eventos meteorológicos é clara e forte a influência do determinismo no século XIX, tal modo de entendimento influenciará a visão de Quetelet sobre os fatos sociais e sua avaliação do ser humano.

Assim segundo Damatta (1990):

“No determinismo, temos a doutrina segundo a qual as forças que movem realmente a sociedade estão fora da consciência e do controle do sistema enquanto tal. Tais forças, assim, atuam de modo subjacente, como uma espécie de mão oculta. O determinismo como uma doutrina surgida no cenário social das ciências no século XIX, tem uma série de causas, mas creio não ser ocioso mencionar que este é um século onde se formam concepções mais modernas (e mais científicas) de sociedade” (pág. 96).

Em 1833, Adolphe Quetelet escreveu seu primeiro trabalho com R. R. Madden⁶ que se intitulava: *The Infirmities of Genius, Illustrated by Referring the Anomalies in the Literary Character to the Habits and Constitucional Peculiarities of Men of Genius*. Quetelet interessava-se pelos fenômenos sociais e mais adiante aproveita os dados de um outro trabalho de Madden, sobre a longevidade de escolares em diferentes profissões. Seu livro mais famoso seria escrito em

1835 e se chamaria *Sur l'homme et le développement de ses facultés, ou Essai de Physique Sociale*.

Quetelet utiliza-se da curva normal estabelecida pela síntese Gauss-Laplace⁷ fundamentada pelos matemáticos Friedrich Gauss⁸ e Pierre Laplace⁹. Com os dados obtidos pela medição de 5738 soldados do regimento escocês montaria suas primeiras conjecturas a respeito do homem médio. Procurando demonstrar mediante a variância que poderiam ser diagnosticadas as peculiaridades de um tipo racial, de uma nação ou de uma localidade. Quanto a isso novamente corresponde as expectativas determinísticas como exemplifica Damatta:

“O Determinismo situa sempre as forças motrizes básicas: a primeira é a visão da sociedade humana como submetida a forças que ela pode ter criado, mas que ela não pode controlar e que atuam, definitivamente, sobre ela; e a segunda é a que a unidade de estudo não é mais o indivíduo tomado como herói ou covarde, mas raças, classes, ou mesmo unidades muito mais complexas como o inconsciente ou a própria noção de sociedade e de cultura como totalidades abrangentes” (pág. 97).

Adolphe Quetelet preocupou-se então em determinar quais seriam os limites da média que permitiriam uma concepção empírica de normalidade para o homem. Um bom exemplo de uma de suas fórmulas, que ainda é amplamente utilizada principalmente pela medicina e Educação Física, é o IQ (Índice de Quetelet), que mais tarde passou a ser conhecido como Índice de Massa Corporal (IMCQ)¹⁰ e vulgarmente como IMC.

Quando Quetelet criou o índice, considerava que somente com $IQ > 30$ teríamos associação com alguma patologia, como a obesidade, por exemplo. Quetelet não se preocupou com um limite mínimo, fato explicado pela dualidade da Curva Normal (menos infinito e mais infinito). Assim, um lado da curva poderia corresponder as anormalidade e o outro a excelências ou excepcionalidades. Quetelet preocupava-se, então, com as médias e as anomalias¹¹, já que realizava trabalhos muito importantes na área de saúde da cidade de Bruxelas, e esta preocupação chega aos dias de hoje formando parte do cotidiano do profissional da Educação Física.

Diversos são os estudos contemporâneos realizados sobre o IMC, contudo seus limites podem variar dentro de todos eles, chegando aos limites mínimos de IMC de 18,5 e máximo de 25. Em termos de peso, os limites sofreram uma alteração muito grande ao longo do tempo (uma baixa de 10 a 15 quilos) o que equivale dizer que a sociedade moderna preocupa-se em manter um peso muito mais baixo que as sociedades passadas, embora não consiga. Estaríamos diante do peso do estético na mudança dos limites de normalidade? As influências do padrão estético atual, além de causar mudanças na atitude e na forma dos indivíduos se verem, bem como outras anormalidades, também estariam influenciando as pesquisas científicas e as formas de intervenção no campo da alimentação e da atividade corporal? Seriam as doenças “pós-modernas” como a anorexia e a bulimia determinadas pelo modelo estético, difícil de ser atingido pela maioria das pessoas, as doenças do futuro? Vislumbramos então o apogeu dos limites mínimos da Curva Normal e já podemos diagnosticar a preocupação com o outro lado do reverso, sorte a de Quetelet que não vivenciou este caso.

4 - Galton, Durkheim e suas avaliações sobre a Curva Normal do *L'Homme Moyen* de Quetelet.

O sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) através da Curva Normal do *l'homme moyen* de Quetelet monta suas teorias sobre o normal e o patológico. Ao contrário de Quetelet que muito se preocupava em determinar um termo de homem médio por raças e povos, Durkheim se concentrará nas patologias sociais que poderiam ser causadas por um desvio do termo médio. Assim para Durkheim (1973):

“Qualquer fenômeno sociológico, como aliás qualquer fenômeno biológico, é suscetível de revestir formas diferentes apesar de permanecer essencialmente o mesmo. Ora, estas formas são de dois tipos. Uma são comuns a toda a espécie; encontram-se, se não em todos os indivíduos, pelo menos na maior parte deles e apresentam variações de um sujeito para ou-

tro compreendidas entre limites muito próximos. Outras são excepcionais; além de surgirem apenas em minorias, muitas vezes não chegam a durar a vida inteira do indivíduo. São uma exceção tanto no tempo como no espaço¹². Estamos portanto em presença de duas variedades distintas de fenômenos e que devem ser designadas sob termos diferentes. Chamaremos normais aos fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros a designação de mórbidos ou de patológicos. Se se considerar que o tipo médio é ser esquemático que resultaria da reunião num mesmo ser, numa espécie de individualidade abstrata, das características poder-se-á afirmar que o tipo normal se confunde com o tipo médio, e que qualquer desvio em relação a este padrão de saúde é um fenômeno mórbido. É verdade que o tipo médio não pode ser determinado com a mesma clareza com que nos surge o tipo individual dado que os atributos que o constituem não são absolutamente fixos e podem variar.(pág. 416).

Todavia, Francis Galton (1822-1911) não entenderia o fenômeno da mesma forma que Durkheim. No início de seu trabalho ele até concorda com Quetelet que a frequência de características físicas e mentais estão submetidas a “lei do erro”. Mas após alguns estudos, descobre que qualidades humanas desejadas são frequentemente encontradas em um pequeno número de familiares. Desta forma Galton passa a discordar sobre a positividade e centralidade, mais ainda, passava a entender que as características, embora resultado de tendências de centralidade, são medíocres e as anomalias, em contrapartida, passam a ser vistas como excelência. Temos, portanto uma inversão das avaliações. Sob seu ponto de vista, devemos sugerir que o anormal torna-se o são, e o são o medíocre (anormal). O pensamento de Durkheim, visto acima, comprova o antagonismo criado no campo da interpretação dos valores médios. Durkheim e Galton¹³ passam a representar posições polares no entendimento dos valores médios e de seus desvios.

Francis Galton tinha verdadeiro fascínio pelos números, ele era um aristocrata inglês de família muito rica e que pôde sustentar seus estudos. Apesar do fascínio pela matemática nunca foi consi-

derado um hábil e muito menos um gênio. Sua fortuna facilitou as suas pesquisas e podemos encontrar na obra de Roquete-Pinto (1982) um bom exemplo de como funcionavam suas pesquisas. Assim diz o autor:

“Galton (*Natural Inheritance*, p. 72) confessou que o seu primeiro trabalho consistiu em obter o que ele chamou ‘Records of Family Faculties’. Esses repositórios de faculdades familiares foram, na sua maior parte, conseguidos por meio de prêmios pecuniários, que o criador da eugenia dava do seu bolso. O edital que ele lançou à publicidade para obter o material de estudo não é muito conhecido. Vale a pena traduzi-lo:

‘Mister Francis Galton oferece prêmios no valor de 500 libras aos súditos britânicos residentes no Reino Unido que lhe fornecerem, até 15 de maio de 1884, os melhores resumos da sua história familiar. Os referidos resumos serão usados para fins de estatística. A declaração dos nomes das pessoas e dos lugares é exigida apenas como garantia de autenticidade e com o fim de permitir a Mr. Galton comunicar-se com os que atenderem ao seu apelo, nos casos em que isso for necessário. O valor dos resumos será determinado pelo grau de facilidade que eles proporcionarem às investigações científicas descritas no prefácio do livro *Records of Family Faculties*. Este valor dependerá especialmente: 1) da inclusão de cada antepassado direto; 2) da inclusão de breves notas sobre os irmãos de cada antepassado; 3) da menção dos fundamentos sobre os quais a informação é conhecida; 4) da clareza e da concisão das informações.

Os resumos devem ser enviados a Francis Galton - Rutland Gate, 42 - Londres - Londres, S. W. Os prêmios não serão menores de 5 libras, nem maiores de 50 libras.’

Setenta homens e oitenta mulheres responderam utilmente ao chamado de Galton. Aurora do feminismo. (págs. 50-51).

Quetelet e Galton foram os pais da antropometria. Galton acreditava que qualquer coisa poderia ser medida e que esta seria o

critério básico de um estudo científico¹⁴. (Gould, 1999, pág. 67). É claro que isto corresponde ao apogeu das ciências exatas ou da medida que pairava sobre o ar no século XIX. Condorcet¹⁵ foi o primeiro a pensar numa “matemática social” e assim muito contribuiu para uma filosofia da matemática. Hacking(1995) propõe que Auguste Comte(1798 – 1857)¹⁶ pensou primeiro em uma “física social”, mas foi Quetelet que usou sua definição antes dele. Contudo, os estudiosos de hoje consideram que nada havia de Newtoniano na obra de Quetelet, Laplaciano sim, mas jamais Newtoniano. Portanto denominam aquilo que Quetelet fazia como “Meteorologia Social”. Fato realmente interessante imaginarmos os fenômenos sociais cumprindo as regularidades de uma molécula de vapor d’água ou um meteoro, por exemplo. Assim toda a obra de Quetelet pode ser vista de forma totalizante ou global, não subdividida em partes como alguns estudiosos passados a conceituaram.

5 - A Educação Física e sua fragmentação enquanto Tribos

Por considerarmos que as origens históricas da Educação Física dividem-se em linhas de pensamento antagônicas, afinal o *l’homme moyen* difere-se do homem excepcional, ou seja, dizer que para ter saúde e qualidade de vida devemos nos manter na média. E que os especiais, talentosos devem viver na luz e na fama. Assim trabalharemos com o conceito de Lovisolo (1995) a respeito de uma fragmentação e uma divisão de propostas e áreas de atuação profissional que divergem ideologicamente. Desta forma o autor propõe:

“É comum salientar os problemas de identidade das áreas de formação, produção de conhecimentos e intervenção, que tradicionalmente agrupamos sob o nome de Educação Física. Este nome tradicional, centrado originalmente na Educação, desenvolvimento ou formação corporal e esportiva, pareceria que perdeu a capacidade de integrar atividades guiadas por valores, objetivos e campos de atuação tão diferenciados como: educação escolar, esporte competitivo, modelagem corporal, saúde, qualidade de vida, recreação e lazer.” (págs. 9-38).

Lovisol(2000) também propõe nomes para estas tribos, e por considerar suas raízes históricas apenas nos apreenderemos de duas delas¹⁷: a Tribo da Conservação da Saúde e a Tribo da Potência.

6 - Quetelet, *Wellness* e a Tribo da Conservação da Saúde

Os valores referentes à Tribo da Conservação da Saúde dizem respeito a temática ou ideologia da “qualidade de vida”, expressão tão em voga nos tempos modernos e que praticamente caiu no uso da fala cotidiana e tornou-se um núcleo do bom senso. Segundo os pressupostos da Tribo em questão, as pessoas devem manter uma alimentação moderada, atividade física regular, mas com moderação, não fumar, não beber, dormir oito horas por dia, enfim participar dos conceitos de saúde utilizados na medicina preventiva de base individualista. A tribo dos moderados parece orientar-se por valores médios quando trata do sono, da atividade corporal e da alimentação. Os vícios parecem ser considerados excepcionalidades talvez mórbidas. O termo *Wellness* que significa, ao pé da letra, bem estar, a partir da década de 90 começou a circular nos artigos da área médica e da Educação Física, entrelaçando seu sentido com o de qualidade de vida.

A definição de *wellness* tem similaridades ou aproximações com o *l'homme moyen* de Quetelet. Aliás, o próprio autor advertiu a medicina a não se utilizar do seu parâmetro de média, pois cometeria erros gravíssimos. O que diria Quetelet se soubesse que transformaram os limites de seu IQ numa aproximação da média?

As determinações de saúde são usadas como regras médias, como uma receita de bolo, como se todos os homens fossem iguais e o padrão de normalidade fixo e inalterável em termos dos indicadores habitualmente em uso. Apesar da forte atração pelos valores médios e seu papel orientador da intervenção, o discurso destaca a importância da individualidade, quer no diagnóstico, quer nas recomendações para o exercício ou para a alimentação. Os treinadores e nutricionistas “pessoais” expandem rapidamente sua atuação. Na Educação Física fala-se em respeitar o Individualismo Biológico, e prega-se que sejam utilizadas diversas formas de avaliação, e

que não deixam de ser uma extrapolação num modelo de média e de normalidade e apenas nos dão parâmetros para uma aproximação de viabilidade com o termo, se a Educação Física estivesse em voga no século XIX Quetelet também a teria alertado como fez com a Medicina.

O leitor pode perguntar então, por que não abandonamos todas estas teorias antropométricas, se possuem tantas dúvidas? Ernst von Glasersfeld (1917-) fundamenta as teses básicas do Construtivismo Radical¹⁸ e através delas podemos prever algumas justificativas para a existência dessas teorias como fundamento para o conhecimento da área acadêmica da Educação Física: “O construtivismo abandona a exigência de que a cognição seja “verdadeira”, no sentido de refletir a realidade objetiva. Em vez disso, exige-se somente que o conhecimento seja *viável*, no sentido de que precisa estar adequado ao mundo experiencial do conhecedor”. Desta maneira não necessita da verdade, pois só conheço o verossímil, o viável, assim o conhecimento para existir só precisa ser viável, pois só conheço o que produzo, o que crio. Dado que produzimos artificialmente, ou estatisticamente, os valores médios, dado que os criamos em sentido estrito, eles teriam uma poderosa força de atração e um tremendo poder de orientação prático. Assim, por mais que nos referenciemos à individualidade ou individualização da intervenção, apenas operaríamos para compensar, em cada indivíduo, seus desvios em relação aos valores médios? Ou seja, o indivíduo Único seria o homem médio, o individualizado seriam as receitas para dele cada um se aproximar? A medicina ortomolecular não seria outra coisa além da realização mais sofisticada da conciliação da orientação pelos valores médios com caminhos individualizados de aproximação? Assim, a unicidade ou individualidade estaria apenas no grau de administração dos meios?

Uma tese interessante para explicarmos a necessidade da existência dessas teorias poderia ser encontrada na idéia central de cultura de Geertz (1978):

“A cultura é melhor vista não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos - , como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras,

instruções(o que os engenheiros de computação chamam 'programas') – para governar o comportamento. E o homem é o animal mais precisamente dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para ordenar seu comportamento."(pág. 56).

O homem necessitaria dos mecanismos de controle dos valores médios, um bom exemplo está no fato de que nas academias as pessoas gostam e tentam se adequar as médias de avaliação (não que elas realmente consigam) mas parecem sentir uma necessidade quase mórbida de estar sendo sempre avaliadas e por estarem próximas a estes parâmetros, que são de uma certa forma mecanismos controladores. As pessoas parecem ficar satisfeitas quando em algum exame estão situadas na média dos limites superiores e inferiores, não ficam totalmente satisfeitas quando seu valor pessoal está próximo ou mesmo sobre um dos limites da faixa de normalidade. Esse estar no meio dos limites da normalidade outorga uma espécie de supernormalidade. As médias teriam se tornado os objetivos do programa?

7 - Galton, *Fitness* e a Tribo da Potência

O termo *fitness* tem sido muito usado pela mídia e sofreu algumas alterações ao longo do tempo. Na década de 70 apenas designava aptidão, com a influência de Keneth Cooper na década de 80 passou a designar também boa saúde. Já na década de 90, com o declínio das suas propostas alguns autores da Educação Física acharam por bem não usá-lo mais, afinal discordavam das teorias de Cooper e então passaram a usar *wellness*. Contudo *fitness* havia se tornado moda e hoje é encontrado em todos os tipos de produtos e atividades físicas, existindo cursos universitários sobre *fitness*.

A Tribo da Potência, entendida como tribo do desenvolvimento da potência e do treino esportivo, parece situar-se em oposição à Tribo da Conservação da Saúde. Ao invés de pregar a média, e a moderação, o esporte de alto rendimento preocupa-se com as excelências de Galton, com as pessoas que mais divergem do centro da Curva Normal do *l'homme moyen* de Quetelet, ou seja, as pesso-

as com características físicas e genéticas que possam promover um bom rendimento em determinada modalidade esportiva. Galton talvez nos os classificasse de Talento Cinético ou Esportivo. O atleta não pode nem deve levar uma vida moderada. Treina às vezes mais de 8 horas por dia, alimenta-se de uma dieta com alta ingestão calórica, usa drogas que melhorem sua performance e sempre com a conivência de seu treinador (professor de Educação Física ou não) e a farmacologia aparece como o recurso químico para superar os limites físicos. O homem pode ter limitações, a farmacologia não. No sistema de desenvolvimento da potência o sobretreinamento, com seus efeitos negativos, tornou-se uma realidade corriqueira.

Assim, por um lado, levamos a máquina humana ao limite suportável do esforço, a fazemos agir muito além de qualquer valor médio. Por outro, pregamos a moderação para obtermos boa qualidade de vida. Não raro, o mesmo profissional faz as duas coisas. Somos partidos, divididos, irremediavelmente fragmentados? Somos o produto de teorias e práticas contrapostas? Uma delas a serviço da glória, a outra da qualidade de vida; uma a serviço da aventura que aumenta os riscos; a outra a serviço da redução dos riscos. Enfim, somos Quetelet e Galton ao mesmo tempo.

8 - Reflexões Finais

Assim, por um lado, levamos a máquina humana ao limite suportável do esforço, fazemo-la agir muito além de qualquer valor médio. Por outro, pregamos a moderação para obtermos boa qualidade de vida. Não raro, o mesmo profissional faz as duas coisas. Somos partidos, divididos, irremediavelmente fragmentados? Somos o produto de teorias e práticas contrapostas? Uma delas, a serviço da glória, a outra, da qualidade de vida; uma, a serviço da aventura que aumenta os riscos; a outra, a serviço da redução dos mesmos. Enfim, somos Quetelet e Galton ao mesmo tempo; na mesma matriz científica unimos as oposições.

Para que possamos compreender melhor estas questões é necessário tratar de alguns pontos. Primeiramente, deveríamos abordar a questão dos valores éticos por trás dos nossos preceitos de Saúde, valores médios cujos parâmetros de pesquisa de-

vemos a Adolphe Quetelet, e só por este fato, já poderíamos nomeá-lo como Pai das Pesquisas de Qualidade de Vida, Pai do empirismo na Medicina e, mais ainda, Pai da Tribo da Conservação da Saúde¹⁹.

Estes valores, como vimos anteriormente, são preceitos previamente observados em qualquer pesquisa. A moderação sempre foi uma prática moral, uma prática de controle político, mas, é claro, que em termos de saúde, ela tende a fazer sentido. O excesso e a falta constantes realmente nunca puderam ser considerados bons para o organismo, e uma simples observação da maioria já nos fornece dados suficiente para que possamos concordar com Sócrates, Platão ou Aristóteles. Mas estes preceitos também beneficiam um controle de nossas atitudes e, principalmente, de nossa criação. Assim, a busca da saúde através do esporte, da ginástica ou da recreação sempre se relacionou com uma abordagem ética das atividades físicas. Podemos retomar algumas discussões anteriores para entender estes valores éticos como fala das chamadas correntes sociais, que não se apresentam como instituições plenamente definidas ou com formas cristalizadas, mas que exercem sua coerção como abordaria Durkheim (1973), constituindo-se num fato social:

“Reconhece-se pelo seu poder de coação externa que exerce sobre os indivíduos; e a presença deste poder reconhece-se, por sua vez, pela existência de uma sanção determinada ou pela resistência que o fato opõe a qualquer iniciativa individual que tenda a violentá-lo”(pág. 391).

Assim, dentro de uma abordagem funcionalista destes valores éticos relacionados à saúde de toda a população poderíamos perceber que eles exercem um valor coercitivo, ou seja, a alimentação inadequada, a inatividade física, o stress, entre outros, fariam parte de um discurso moralista e funcional do ser saudável e produtivo, e que acima de tudo não onerasse o Estado.

Contudo, a mudança nas nossas práticas esportivas, o surgimento da competição com regras, da mudança de nossas condutas no esporte²⁰ nos afastaram desta abordagem. Hoje, sabemos que a prática de qualquer desporto tende a ser nociva a saúde do atleta; Marcelo Negrao, aos 19 anos, já havia lesionado seriamente o

ombro, e sua vida útil dentro do voleibol foi muito curta. Já Ronaldinho, o fenômeno, passou como um meteoro, tão rápido dentro da história do futebol que hoje em dia sua vida amorosa é muito mais abordada do que sua carreira. O que também nos leva a acrescentar o fascínio que os atletas exercem sobre a população através de suas condutas puramente humanas.

Mas ainda temos que explicar o porquê de agora estarmos tendendo muito mais para um paradigma estético do que ético. E para a compreensão da terminologia estética faz-se necessária uma abordagem de ISER apud ROSENFELD (2001), onde o autor demonstra que esta terminologia sofreu mudanças radicais ao longo do tempo saindo de um conceito disposto por Baumgarten em 1735 da “ciência de como as coisas podem ser reconhecidas (cognise) pelos sentidos”, onde o cognitivo nos dava uma abordagem emotiva para o nosso entendimento da estética no século XX, sendo identificada como atitudes (pág. 35). Assim, segundo o autor: “a estética não é uma entidade firmando-se de modo livre e autônomo, mas funciona como um intermediário, modelando aquilo que está dado com o propósito de prender os sentidos do destinatário.” (pág. 44). Deste modo “a cognição não mais domina quando o apelo do estético incita os sentidos humanos à ação”. (pág. 45). Ao contrário dos valores do passado onde a mente predominava, agora “o corpo herdou o significado outrora todo-abrangente da mente.” (pág. 45).

Refletindo sobre estas questões podemos compreender que o esporte já não faz mais o jogo da ética, como nos tempos dos jogos gregos, onde o controle do corpo denotava o domínio da mente e das emoções, onde, como cita WELSH apud ROSENFELD(2001): “O esporte era uma espécie de triunfo profano da concepção metafísica” (pág. 143), mas agora temos um fascínio pela performance esportiva, pela beleza do corpo dos atletas, um erotismo velado, pela beleza da mecânica de seu movimento, pela contingência dos jogos, pela proximidade das ações desses super-homens com as de uma pessoa comum, pela relação estética e artística que o esporte pode vir a nos fornecer dentro de um contexto popular. Assim, citando novamente WELSH, “No esporte, o estético e o funcional andam de mãos dadas.” (pág. 145).E ainda:

“O que o palco é para o teatro, o campo de jogo, o ringue de boxe, ou a pista de corrida são para o esporte. Tanto a arte como o esporte são, comparados à vida, atividades simbólicas no que diz respeito a sua estrutura(...) O esporte pode apresentar todos os traços da existência humana. E é nisso que reside sua dimensão simbólica.” (pág. 151 e 154).

O que pretendemos é compreender porque temos duas ideologias em ação, *Wellness* e *Fitness*, moderação e excesso, normalidades e patologias, e parece óbvio que as médias e a normalidade deveriam ser os predicados de toda a nossa sociedade. No entanto, vemos surgir com força, a cada dia, uma nova tribo neste rio da Educação Física, esta tribo da estética que prega os pressupostos da moderação e, no entanto se utiliza dos modelos da tribo da potência. Por que corpos tão distantes da realidade da maioria da população, através de sua tendência genética, e que só podem ser conseguidos com o excesso de atividade física, ou seja, fogem da moderação predita como necessária para a longevidade, nutrem cada vez mais este mercado das academias, fascinam a mídia e levam toda a população a patologias por excesso de exercícios e falta de alimentação adequada para o gasto energético em questão. Vemo-nos novamente diante daquele dilema levantado anteriormente por David Hume(2001): o que é comum pode até ser adequado mas não excita, leva-nos a apatia do senso comum, das médias, do anonimato da coletividade. Por isso tendemos a nos apaixonar por aquilo que é difícil de ser conseguido, mas ao mesmo tempo gostamos de perceber que estas pessoas, que vislumbramos com glória e fama, são capazes das mesmas condutas humanas que nos afligem e estão fadadas à mesma contingência do acaso que também nos é propícia. Por isso, podemos concordar com a abordagem de Welsh, em seu excelente artigo “Esporte – visto esteticamente e mesmo como arte?” O esporte moderno ou pós-moderno, como quisermos chamá-lo, cada vez mais se aproxima da dimensão da estética e, é claro, também da arte e assim podemos afirmar que a Tribo da Conservação da Saúde tradicionalmente ainda se baseia em paradigmas de valores éticos, enquanto a Tribo da Potência cada vez mais se aproxima de paradigmas de valores estéticos. Mas como a maior parte da população não pode ser incluída nas exce-

lências de Galton, aproxima-se delas através da Tribo da Estética, unindo assim o antagonismo da moderação da saúde com o excesso das atividades físicas em prol de uma celebração e emancipação do corpo. A Tribo da Potência também tenta se livrar dos excessos e se aproximar do discurso da qualidade de vida, através de uma aproximação com práticas de atividade física de caráter alternativo²¹, fato que pode ser encontrado nos novos treinamentos elaborados para os atletas, que incluem além da meditação, práticas como a dança, o yoga, entre outras.

Além do mais, podemos também tentar compreender porque manter a população dentro de práticas de atividade física constante parece ser tão difícil, afinal tendem a ser anti-naturais à sua rotina, mas ao mesmo tempo percebemos o crescimento gradativo dos mercados do *fitness* e do desporto. O fascínio que os meios de comunicação exercem sobre os predicados de beleza, a constante preocupação em manter corpos malhados que mais se aproximam de um modelo anatômico, levam a população a um paradigma do gosto e da necessidade, ou seja, não conseguem se manter dentro de uma rotina de exercícios que não parece ser tão agradável ao organismo como pregam os “sofistas” da área de saúde, mas precisam se manter dentro dos preceitos estéticos para poderem se integrar, serem aceitos, nos seus grupos sociais.

Podemos propor agora um novo entendimento para o arranjo da nossa visão das tribos. Vide tabela abaixo:

Tribo da Conservação da Saúde	Tribo da Potência
Determinantes de Quetelet	Determinantes de Galton
Médias Wellness	Excelências Fitness
Valores éticos	Valores estéticos
Correntes sociais Fato social	Preceitos de estética como atitudes
Coletividade	Individualidade
Generalidades	Particularidades
Anonimato estatístico	Glória, apogeu, fama

Em apenas dois século mudamos toda a nossa forma de vislumbrar o corpo humano, são mais de trinta quilos de diferença da normalidade e da beleza do século XIX para a normalidade e a beleza do século XXI.

Parece que esta miscelânea que ocorre no meio acadêmico da Educação Física, e conseqüentemente em sua prática profissional, está muito longe ainda de poder ser resolvida.

Este trabalho não pretende levantar uma bandeira para a fragmentação da profissão, mas apenas mostrar parcialmente como a fragmentação se fez. Lovisolo ironicamente diz que teríamos que ter uma Faculdade da Conservação da Saúde e outra da Potência, admitindo uma ruptura no campo do conhecimento da Educação Física, abandonando assim um projeto de unidade nessa área.

Embora os apelos para a individualização tenham se tornado lugar comum, o certo é que o programa orientador aparece como tendo objetivos fixados pelos valores médios de Quetelet. Continuamos, assim, extrapolando os valores do autor. Portanto, caracterizamos nossa formação acadêmica como Queteletiana, contudo nossa prática no mercado tende a ser Galtoniana. Desse modo, pregamos os preceitos da saúde, mas os corpos que compõem nosso modelo de normalidade jamais poderiam ser obtidos através dele, mas somente por uma prática de exercícios intensa que só é caracterizada no meio esportivo, levando-nos para o padrão de aparência dos atletas, como um modelo do que é belo em nossa forma corporal.

Embora não acreditemos que os caracteres adquiridos se transmitem, continuamos a desenvolver a potencialidade como símbolo do poder da Nação, da raça e do indivíduo, segundo as circunstâncias que envolvem nossos jogos. Estamos, tudo indica, presos a uma história da qual fazemos pouco esforço para entender e a circunstâncias atuais que demandam conhecimentos de lares diferentes daqueles nos quais preferencialmente nos formamos. E por isso cabe ao profissional de Educação Física atentar para as pesquisas em outras matrizes científicas que podem elucidar questões relativas a sua fundamentação e prática.

O meteorologista Adolphe Quetelet, através da sua observação da regularidade das moléculas de vapor d'água, foi o grande contribuinte para as pesquisas do campo da saúde e, conseqüentemente, para a Educação Física. E a eugenia de Galton, a necessária contribuição para o treinamento esportivo, e principalmente para o esporte moderno.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, c1985, 4ª edição, 2001.
- AIXKIN, C. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1986.
- BODEI, R. *A Filosofia do Século XX*. São Paulo: Ed. EDUSC, 2000.
- BOUDON, R. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- BRACHT, V. *Educação Física & Ciência: Cenas de um Casamento Infeliz*. Rio Grande do Sul: Ed. UNIJUÍ, 1999.
- CANGUILHEM, G. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- CARNAVAL, P. E. *Medidas e Avaliação em Ciências do Esporte*. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1998.
- CASSIRER, E. *El Problema del Conocimiento*(Vol. IV). México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1986.
- _____. *Ensaio sobre o Homem: Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.
- COOPER, K. H. *Correndo sem Medo*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda., 1987.
- COSTA, V. L. de M. (Org.) *Formação Profissional Universitária em Educação Física*. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1997.
- DAMATTA, R. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1990.
- D'SOUZA, A. & HASSAN, S. & MORGAN, D. *Recent advances in surgery for snoring-somnolasty(radiofrequency palatoplasty)*

- a pilot study: effectiveness and acceptability*. França: Rev. Laryngol Otol Rhinol(Bord); 121(2): 111-5, 2000.
- DURKHEIM, É. *Regras do Método Sociológico*. Rio de Janeiro: Ed. Abril - Coleção "Os Pensadores", 1973.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *História do Pensamento Antropológico*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- FUKUI, A. *Relationship between obesity, total plasma cholesterol and blood pressure in male adults*. Japão: Sangyo Eiseigaku Zasshi; 42(4): 119-24, Julho de 2000.
- GALTON, F. *Hereditary Character and Talent*. Londres: MacMillan's Magazine, vol. 11(Novembro, 1864- Abril, 1865), pp. 157-166, 318-327.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.
- GIDDENS, A. *Política, Sociologia e Teoria Social: Encontros com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- GOULD, S. J. *O Sorriso do Flamingo – Reflexões sobre História Natural*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990.
- _____. *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.
- HACKING, I. *La Domesticación del Azar*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.
- HEATH, C. W. *What people are: a study of normal young men*. Cambridge: Harvard University Press, 1945.
- HUME, D. *Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LAPLACE, P. S. *Ensayo Filosófico sobre las Probabilidades*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- LARAIA, R. de B. *Cultura um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1986.

LOMBROSO, C. *O Homem Criminoso*. Rio de Janeiro: Ed. Faculdade de Direito da Universidade Estácio de Sá, 1993.

LOVISOLO, H. *Educação Física: A Arte da Mediação*. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1995.

_____. *Estética, Esporte e Educação Física*. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1997.

_____. *Atividade física, educação e saúde*. Rio de Janeiro, Ed. Sprint, 2000.

MATHEWS, D. *Medida e Avaliação em Educação Física*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

_____. *Obras Completas*. Madrid: Aguilar (2ª edição e 5ª reimpressão), 1981.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

QUETELET, L. J. A. *Sur L'Homme et le développement de ses facultés ou Essai de Physique Sociale* (edição de 1842). Paris: Librairie Arthème-Fayard, 1991.

RODRIGUES, J. C. *O Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda., 1975.

ROQUETE-PINTO, E. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

ROSENFELD, D. L. (Org.). *Ética e Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ROSS, W. D. *Administrando o Caos dos Dados Biológicos*. Rio de Janeiro: Revista Artus – Revista de Educação Física e Desportos – UGF, vol. 12 – n. 1, Dezembro de 1996.

SICHERI, R. *Epidemiologia da Obesidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

TRIOLA, M. F. *Introdução à Estatística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1999.

VALEN, B. & MUNCK, A. C. *Langtidseffekt av gastrisk avsnoring for stanking. / Long term effects o gastric banding for weight redution*. Noruega: Tidsskr Nor Laegeforen; 120(17): 1995-6, Junho de 2000.

Notas

- ¹ Este artigo refere-se a minha dissertação de mestrado pela UGF.
- ² Precisamos agradecer as contribuições históricas deste trabalho a Universidade de Chicago que disponibilizou uma excelente biografia de Adolphe Quetelet.
- ³ Sua primeira dissertação estava ligada a curva, *the focale*, sendo seus trabalhos subsequentes a respeito da curva cáustica. Assim sua contribuição fazia surgir uma área da Geometria Projetiva.
- ⁴ Seria François Arago quem indicaria o nome de Quetelet para ser secretário perpétuo da Academia Real de Ciência, após a morte de Joseph Fourier (1768-1830) um matemático muito famoso, que contribui para a área da Trigonometria. Cargo que Quetelet ocuparia por 40 anos.
- ⁵ Serão as teorias de Laplace que constituirão a síntese dos trabalhos futuros de Quetelet, assim por bem chamam suas teorias de Laplacianas.
- ⁶ O proprietário de terras Madden era aparentemente famoso em 1833 por um outro trabalho seu *Travels in Turkey*, embora o Dicionário Nacional de Biografias conte que seu maior trabalho era com a cruzada de abolição da escravidão e a luta pela união da Irlanda.
- ⁷ Esta síntese corresponde ao evento probabilístico, por exemplo, de se lançar uma moeda para o ar e saber qual a probabilidade de se ocorrer cara ou coroa em 'n' eventos.
- ⁸ Carl Friedrich Gauss (1777-1855) foi um gênio da matemática, responsável por infinitas teorias como: teorema fundamental da Álgebra, função logarítmica integral, lei normal (associada a Laplace) e lei Binomial.

⁸Pierre-Simon Laplace(1749-1827) teve seus trabalhos ligados a diversas áreas como a Astronomia, Matemática, Estatística e Medicina. Algumas das teorias fundamentadas por ele: Teoria das Probabilidades, Teorias na Mecânica Celeste e algumas leis da Álgebra.

¹⁰Em inglês *Body Mass Index Quetelet*.

¹¹Devemos atentar para isso, afinal alguns autores como Hacking consideram que foi Galton quem introduziu os conceitos de excepcionalidades, contudo Quetelet já os previa através da dupla característica, como um espelho da Curva Normal. Um bom exemplo está na não determinação por ele de um limite mínimo de IQ. A diferença é que Quetelet estudou mais sobre a média e o erro de observação(anomalias) e Galton se utilizou das curvas do autor para voltar seu trabalho e preocupar-se com algo relegado por Quetelet, o lado das excelências.

¹²Pode-se distinguir assim a doença da monstruosidade. A segunda só constitui uma exceção no espaço; não se encontra na média da espécie mas perdura durante toda a vida dos indivíduos em que se encontra. Vê-se aliás que estas duas ordens de fatos só diferem por uma questão de grau e são no fundo de idêntica natureza; as fronteiras entre elas são muito indecisas porque a doença pode fixar-se e a monstruosidade pode perdurar futuramente. Não convém portanto separá-las radicalmente quando se procede a uma definição das mesmas. A distinção entre elas não pode ser mais categórica do que a distinção entre o morfológico e o fisiológico, sendo o mórbido o anormal na ordem fisiológica e o teratológico o anormal na ordem anatômica.(Nota de Durkheim).

¹³ Galton escreveu seu primeiro artigo a respeito em 1865 intitulado *Hereditary character and talent, que originou sua mais famosa obra Hereditary genius escrita em 1869.*

¹⁴ Galton não foi o único a se apaixonar por sistemas de medidas do homem. Outros também se tornaram muito famosos por seus trabalhos. Alguns exemplos são: George Morton, considerado o empirico da poligenia; Paul Broca mestre em craniometria;

Cesare Lombroso com a antropologia criminal; Alfred Binet com a medição de inteligência, além de Charles Spearman e L. Thurstone. Estes autores poderiam até discordar dos dados estatísticos e das teorias matemáticas formuladas para os cálculos, porém uma coisa eles tinham em comum: a crença na eugenia. Ver mais a este respeito em Stephen Gould com "A Falsa Medida do Homem".

¹⁵ Marie-Jean-Antoine-Nicolas de Condorcet(1743 – 1794).

¹⁶ Comte é considerado o pai do positivismo e das Ciências Sociais. Mas o Historiador George Sarton considera isto uma grande injustiça com Quetelet e em seu livro História da Ciência, admite que o título de Pai ou Padrasto das Ciências Sociais deveria ser dividido entre os dois.

¹⁷ As outras tribos propostas em Lovisolo(2000) são: a Tribo da Estética, a Tribo da Educação Física Escolar e a Tribo do Lazer.

¹⁸ Estas teses só estão disponíveis para a consulta através da Internet.

¹⁹ Corrigindo Lovisolo(2000), não deveria ser o retrato de Thommas Hobbes que deveria estar na galeria desta faculdade, mas sim o de Adolphe Quetelet. Assim como deveria ser a foto de Francis Galton na Faculdade da Tribo da Potência e não a de Nietzsche.

²⁰ "O esporte é uma forma liberal de guerra despida de suas compulsões e de sua malignidade." (SANTAYANA apud WELSH, 2001, pág. 150).

²¹ Poderíamos já vislumbrar talvez uma nova tribo no meio da Educação Física, a Tribo dos Alternativos que através de um discurso das práticas orientais como o yoga, o tai-chi-chuan, o Kêmpo, entre outras tende a formar mais uma prática dentro de todo este antagonismo.

Previsões do futuro da Educação Física na década de 1990 versus Agenda de Berlin de 1999

Prof.Dr. Lamartine Pereira da Costa

Prof. do PPGE em Educação Física - UGF

Prof. Ana Flávia Paes Leme

Mestranda em Educação Física - UGF

Prof. Cristiano Belém

Mestrando em Educação Física - UGF

Prof. Elaine B. Carneiro

Mestranda em Educação Física - UGF

Prof. Marcio Turini Constantino

Mestrando em Educação Física - UGF

1- Introdução

A crescente expansão e importância da Educação Física, Desporto e Lazer no Brasil, nas últimas décadas têm resultado em preocupações acadêmicas quanto ao sentido e significado das intervenções dos profissionais da área no meio sociocultural em que exercem atividades. Tais abordagens avaliativas se justificam pelo impacto do Desporto e do Lazer na vida social e cultural brasileira, hoje visível nas relações cotidianas em qualquer região do país, como também pelo porte alcançado pela formação profissional em nível superior nesta área. Note-se, neste caso, que hoje há mais de

200 Instituições de Ensino Superior-IES de Educação Física no Brasil, constituindo uma rede de formação de professores somente ultrapassada pelos EUA em termos internacionais.

A Educação Física é hoje uma profissão regulamentada por lei que possui legalidade social. No entanto, ainda está em busca do seu “amadurecimento” como campo de conhecimento na busca de uma legitimidade social. Alguns autores citam sua própria intervenção como seu fator de legitimidade social.

Do ponto de vista acadêmico, entre diversos questionamentos sobre sentidos e significados da intervenção em Educação Física e Desportos, manifestou-se ao longo da década de 1990 uma crítica epistemológica que inicialmente perquiriu fundamentos e depois validade científica, inclusive por proposições de mudanças na denominação histórica da área.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise da produção do conhecimento em Educação Física na década de 1990 até a Agenda de Berlim (1999). Para a análise da produção do conhecimento em Educação Física na década de 1990 foram utilizadas duas importantes bibliografias da época que contém textos organizados dos principais autores e produtores do conhecimento em Educação Física: *“Pesquisa e Produção do Conhecimento em Educação Física”* (1992) e *“Educação Física e Esportes - Perspectivas para o Século XXI”* (1993). É necessário dizer que o último livro citado teve várias reedições ao longo da década de 1990 e se constituiu nesta década como a principal obra literária sobre o assunto. Já a Agenda de Berlim é um documento de consenso mundial da Educação Física, chancelado pela UNESCO, que faz recomendações e sugestões da Educação Física como uma prática de intervenção social imprescindível para a educação escolar e para o desenvolvimento social.

Buscou-se analisar os textos dos autores da década de 1990 no sentido de perceber como se deu a produção do conhecimento em Educação Física nesta época, beira de entrada de um novo século. A análise da última década de um século sem dúvida nos promove projeções para o novo século ao mesmo tempo em que retrata toda a síntese e evolução do conhecimento produzido ao longo do século XX. Nossa intenção foi a de posicionar esta síntese de conhecimento em relação a proposição apresentada pela Agenda de Berlim.

Desta forma, na análise em questão faz-se necessário fazer uma

breve análise histórica da produção do conhecimento ocidental em atividades físicas até chegarmos na Idade Moderna com Rousseau, a quem consideramos o grande propulsor da produção do conhecimento em Educação e uma marca divisória na história da Educação Física. A partir de Rousseau a nossa análise dar-se-á em três estágios:

1º Estágio: século XIX / década de 1960 – Pedagógico Iluminista

2º Estágio: décadas de 1960 a 1990 – Paradigmas (Modelos de Conhecimento)

3º Estágio: conhecimento voltado para a intervenção (Agenda de Berlim como modelo)

2- Produção do conhecimento em Educação Física – da Antiga Grécia a Rousseau

A Educação Física é uma das mais antigas profissões do mundo. Desde dos Gregos antigos já se cultivava o valor das atividades físicas como um meio de desenvolvimento humano, e sob a denominação *paidotribes*, que era um educador, conselheiro da racionalidade, da vida com o corpo voltado para a saúde, o que modernamente apontamos como (um dos meios de) qualidade de vida. Nos ginásios (*palestras*) da Antiga Grécia a ginástica era um meio de educação dos jovens. Reconhecida por grandes pensadores antigos como Platão, para o qual a ginástica era um exercício para o corpo e para a alma. Os Jogos Olímpicos da Era Antiga que tinha um sentido de honra e de glória para o atleta e o prêmio como o sentido da imortalidade humana. Os antigos gregos desenvolveram o conhecimento acerca da ginástica, jogos e outras atividades físicas não só sob o ponto de vista da prática, mas também um sentido filosófico da ética e da estética.

Com o domínio do Império Romano sob a Grécia, boa parte da visão holística da atividade física helênica perde espaço para o tratamento guerreiro, do treinamento de combate e invasões territoriais romanas. A principal decadência nesta área é vista com a extinção

dos Jogos pelo Imperador Teodósio I, em 476 d.C. Com a ascensão do Cristianismo no período da Idade Média as atividades físicas e corporais são desvalorizadas, afinal a salvação da alma era o mais importante. Assiste-se a mudança do Pensamento Ético Grego para o Pensamento Moral Cristão. Que conhecimento espera-se desenvolver sobre o homem e o seu corpo? Nenhum, pois o conhecimento que se desenvolve é sobre Deus, através do Cristianismo, e como o homem deve agir para salvar a sua alma e não o seu corpo. Aliás, o corpo era taxado como matéria carregada de impurezas (pecados) e deveria ser purificada a alma (catarse, no sentido de Aristóteles) para sua salvação após a morte.

A produção de conhecimento na época medieval ficou limitada pela busca incessante a Deus. Uma nova época era aclamada, uma busca ou um resgate da racionalidade, o livramento do dogma e de tudo aquilo que não podia ser claramente racionalizado. Era necessário livrar-se daquele conhecimento fechado pela fé. Nesse contexto surge um movimento intelectual na Europa nos séculos XV e XVI inspirado na cultura grego-romana – O Renascimento. A ciência racionalista vai ter um grande desenvolvimento nessa época.

O Iluminismo (iluminar), um movimento que surgiu paralelo ao desenvolvimento do capitalismo nos séculos XVII e XVIII, baseado nos ideais de liberdade, educação pública, cidadania (direitos e deveres), foi acompanhado pela crescente ascensão social da burguesia e de sua tomada de consciência como classe social, e que mais tarde culminaria com a Revolução Francesa. Nessa época da Idade Moderna gostaríamos de citar Rousseau, um dos principais inspiradores da Revolução Francesa. Defensor da liberdade glorificou os valores da vida natural e atacou a corrupção, a avareza e os vícios da sociedade civilizada. Rousseau produziu conhecimento acerca da educação (pedagogia iluminista) e foi um defensor do exercício físico como atividade educacional. Como podemos ver em Marinho (1980) que cita Rosseau:

“Quereis, pois, cultivar a inteligência de vosso aluno. Cultivai as forças que ela deve governar. Exercitai continuamente seu corpo; tornai-o robusto e são para o tornar sábio e sensato; que ele trabalhe, aja, corra, grite, esteja sempre em movimento (...) (p. 91)

No contexto de transformação que o mundo vivia naquela época de liberalismo econômico e científico a produção do conhecimento em Educação Física teve um grande impulso e Rousseau representa um dos principais personagens nesta parte da história da Educação Física.

3- Da Pedagogia Iluminista (Séc. XIX) a década de 1960: desdobramentos no Brasil

O Iluminismo, movimento filosófico, religioso, científico e político iniciado na segunda metade do séc. XVII dominando a Europa durante o séc. XVIII caracterizado por uma efervescência de idéias em diversos campos de pensamento e realizações influenciou não somente as artes e a política, mas também a Educação e a Educação Física. É nesta época, na Era Moderna, através das idéias de Rousseau, que a Educação Física toma grande impulso para a produção do seu conhecimento.

No século XIX a Inglaterra utilizou-se dos jogos esportivos para fundamentar uma base pedagógica na educação de seus jovens. O Barão Pierre de Coubertin acreditando no poder educador e integrador dos povos foi o responsável pela renovação dos Jogos Olímpicos. Tais fatos foram primordiais para estabelecer as bases do esporte moderno.

Durante este mesmo período no Brasil, a educação física esteve estreitamente ligada as instituições militares e à classe médica. Havia uma preocupação muito forte com os hábitos de higiene e com a eugenia da raça. A educação física durante um longo período foi utilizada pelos médicos para atender aos seus interesses de caráter higiênico junto à população brasileira. A educação física servia então, para educar o físico e mantê-lo saudável, livrando-o assim das possíveis doenças.

Com a Reforma Couto Ferraz em 1851, a educação física tornou-se obrigatória nas escolas do município da Corte. No início de sua implantação houve um certo desagrado por parte da elite que não via com bons olhos a prática de exercícios físicos pelo fato de associá-los às atividades não intelectuais.

As instituições militares dessa época influenciadas pela corrente filosófica do positivismo também contribuíram para disseminar a

prática das atividades físicas em nome da ordem e do progresso. Acreditava-se, portanto, que com a formação de indivíduos fortes e saudáveis, esses poderiam defender a pátria e seus interesses. No início do século, sob influência do movimento escola-novista, a educação física ensinada nas escolas era baseada nos métodos europeus - sueco, alemão e francês. Já na década de 30, novamente a educação física é vista como um possível instrumento de eugenia. O exército direciona a prática da educação física em prol dos objetivos patrióticos e da preparação pré-militar.

Com o crescente processo de urbanização e industrialização, cabe também a educação física preparar o trabalhador para este contexto, nos anos 30. Com a promulgação da lei de diretrizes e bases de 1961, ficou determinada a obrigatoriedade da educação física para o ensino primário e médio. E o esporte toma força nas aulas de educação física escolar. E o início do processo de desportivização da educação física.

Diante do quadro exposto acima, observamos que o contexto histórico foi determinante para delinear os inúmeros perfis que a educação física apresentou desde o século passado até início dos anos de 1960. E é somente à luz desta contextualização histórica que poderemos entender as várias formas apresentada pela educação física até os dias atuais. Observamos, portanto, que esta época constitui-se na base da formação e estrutura da educação física. E que as futuras evoluções na área, partem destes contextos, como pressupostos, para confeccionar novas propostas pedagógicas.

4 - Os paradigmas como modelos emergentes em Educação Física entre os anos de 60 e 90: a influência como fatores de desenvolvimento de práticas em Educação Física e a instrumentalização do conhecimento

A Educação Física tinha como base a escola e a partir da década de 60 surgiram novos paradigmas, paradigmas estes norteadores da Educação Física. Isto não quer dizer, que ela tenha se afastado do plano pedagógico, mas sim começou a abarcar novos caminhos e direções.

Tubino (1), por exemplo, ao tentar explicar a evolução do esporte de rendimento, utilizou uma divisão do processo evolutivo em referências paradigmáticas. Ele colocou o conceito de esporte numa escala evolutiva em três paradigmas: o primeiro paradigma do esporte como ideário olímpico (amadorismo versus profissionalismo), o segundo paradigma do esporte como uso político-ideológico (capitalismo versus socialismo) e o terceiro paradigma do esporte como negócio (lógica do mercantilismo versus ética esportiva).

Fazendo uma pequena revisão na literatura de autores da década de 90, é possível constatar que alguns deles apontam para novos modelos de conhecimento dentro da Educação Física. Cada um destes autores propõe novos paradigmas a serem seguidos e novas perspectivas da Educação Física para o próximo século. Podemos observar também que, as abordagens metodológicas, curriculares, técnicas e até mesmo epistemológicas são feitas segundo a opinião dos líderes da profissão. Podemos observar isto através do aparecimento de vários Manifestos nesta década, como por exemplo, a Carta de Belo Horizonte de 1984, o Manifesto Mundial da Educação Física- FIEP 2000 e a Carta Brasileira de Educação Física.

Santin (1) enquadra a Educação Física sob dois aspectos: o treinamento desportivo e a estética. “A educação Física está diante dessas duas alternativas. Ou aperfeiçoa as técnicas do rendimento ou se arrisca pelos valores da estética”.(p.62).

Já Tubino (1) traça oito projeções da Educação Física para o início do século XXI:

- 1ª Projeção: Surgimento regular de modalidades esportivas ligadas à natureza
- 2ª Projeção: O aparecimento sistemático de modalidades relacionadas à aventura do homem.
- 3ª Projeção: A proliferação de modalidades esportivas derivadas de artes marciais.
- 4ª Projeção: Tendências das estruturas esportivas se tornarem profissionais em todos os seus aspectos.
- 5ª Projeção: Grandes conflitos nas estruturas de poder das instituições esportivas

6ª Projeção: influência decisiva da mídia sobre o interesse esportivo.

7ª Projeção: Novo papel do Estado diante do esporte

8ª Projeção: Surgirá uma nova ética desportiva.

Betti (1) faz menção a ampla ação do profissional de Educação Física de hoje. "... planejar, executar e avaliar programas de atividades físicas para as mais diversas clientela, nos mais diferentes ambientes e organizações, com múltiplos objetivos é, e ainda será pelo século XXI adentro, a principal (embora não única) tarefa dos profissionais de Educação Física/esporte em nosso país". (p.243)

E Manuel Sérgio (1) propõe a Ciência da Motricidade Humana como a ciência que abarcaria os conhecimentos suficientes e válidos para uma intervenção voltada para o desenvolvimento de uma motricidade complexa, considerando os conhecimentos da Educação Física como insuficientes para este fim.

O próprio desenvolvimento da prática fez com que se aumentasse o refinamento da atividade física e a instrumentalização do conhecimento dentro da Educação Física. De acordo com Laborinha (2) neste particular o domínio das técnicas situam-se no final da década de 70 por inúmeras publicações marcadas pelo tecnicismo que faz com que cada vez mais a Educação Física fique instrumentalizada. Na opinião de Medina (1), esta é uma das preocupações para o futuro desta profissão, porque a instrumentalização excessiva da profissão vai a direção a desumanização do homem:

"Um problema chave desta última década do século XX, a ser enfrentado por todos aqueles que buscam uma garantia de humanização no processo de desenvolvimento das profissões (em direção ao trabalho não alienado e não alienante), refere-se a questão da fragmentação do saber, para a qual a relação das forças produtivas parecem nos empurrar quase que inexoravelmente. O conhecimento científico e tecnológico, geralmente a serviço ou patrocinado por estas forças, priorizou o lucro a limites patogênicos, auxiliando –é preciso reconhecer- na conquista de alguns bens materiais e culturais que facilitaram a vida de muita gente e aliciando o desejo de quase todo mundo pelo consumo destes bens, mas infeliz-

mente ao preço de uma patente desumanização do homem" (p.143)

Assim como as outras ciências, as ditas ciências do esporte geram um conhecimento cada vez mais detalhado e especializado. Neste caso a fonte a destacar é Medina (1) que se refere à questão da fragmentação do saber.

"Paradoxalmente as chamadas ciências do esporte geram um conhecimento progressivamente mais detalhado e elaborado a respeito de seus diferentes meandros, ao mesmo tempo em que nos afasta da melhor compreensão de suas dimensões genuinamente humanas. Produzimos, às vezes, atletas espetaculares sem nos darmos conta do processo de desumanização que envolve os rituais para a sua produção".(p.145)

Apesar do desenvolvimento do conhecimento científico e do surgimento de técnicas na área, Medina (1) atenta para o fato que se faça uso delas sem que o profissional perca o conceito humanístico e pedagógico a quem tradicionalmente seguiu .

5 - O Conhecimento em Educação Física enfocado na Intervenção: A Agenda de Berlim como um exemplo

Realizada em Berlim, de 3 a 5 novembro de 1999, a Conferência Mundial em Educação Física contou com a participação de 250 delegados de 80 países, representando governos, organizações internacionais, organizações não governamentais e Instituições acadêmicas, que culminou com a elaboração de um documento que reconhece e ratifica o importante significado da prática da educação física para o processo de desenvolvimento do ser humano, e sendo reconhecido, como um direito de todos.

As questões tratadas na Conferência resultou na elaboração da agenda (*declaração*) de ação reconhecida como; Agenda de Berlim. O documento elaborado em Berlim teve grande impacto nas deci-

sões e deliberações tomadas na III Conferência de Ministros e altos funcionários do Esporte da UNESCO (III MINEPS), em Punta Del Leste no Uruguai, realizada em dezembro de 1999. Esta presteza na decisão política mostra a importância da Educação Física no âmbito mundial para sociedade.

O quadro 1 apresenta os estágios da produção do Conhecimento em Educação Física.

Quadro 1 - Estágios da produção do Conhecimento em Educação Física			
1º Estágio Século XIX / década de 1960		2º Estágio Décadas de 1960 a 1990	3º Estágio Tendências para o novo século
Pedagógico Iluminista (Projeto de Justiça Social via Educação e Ciência)		Paradigmas (Modelos de Conhecimento)	Agenda de Berlim (Conhecimento para a Intervenção)
Contexto Internacional Desenvolvimento de Métodos de Práticas segundo Pedagogos e Cientistas Eminentes	Evolução no Brasil Desenvolvimento de Métodos Ginásticos de Influência Europeia e Esportivização	Desenvolvimento de Práticas e Abordagens segundo Escolhas de Líderes da Profissão	Mediação do Conhecimento (Enfoque na Intervenção)
Liberdade, Autonomia, Inovação e Conhecimento	Higienismo, Preparação Militar e Pedagogicismo	Domínio do Instrumentalismo	Domínio da Epistemologia e Reforma da Profissão

Podemos considerar um fato precursor da Agenda de Berlim a apresentação no “Congresso de Esportes para Todos”, em Barcelona, 1998, do estudo elaborado por Ken Hardman, que identifica uma crise mundial na Educação Física e alguns tópicos importantes; tais como: diminuição do status da disciplina, diminuição da carga horária, falta de relevância cultural, desprestígio da disciplina no âmbito educacional. O Estudo foi realizado através da aplicação de um questionário em 126 países, realizado pelo Comitê Internacional de Pedagogia do Esporte e seus resultados foram apresentados na Conferência pelo Dr. Ken Hardman, como os *desafios* para Educação Física mundial. São eles:

- Exigência de um estatuto para Educação Física Escolar;
- Reconhecimento da Educação Física Escolar - status, importância;
- Discussão da carga horária - espaço na grade curricular em todos os níveis;

- Treinamento de professores;
- Recursos.

Este documento faz um alerta aos governos quanto à importância da Educação Física em especial para as crianças e na escola.

- Considera a importância da Educação Física para toda criança no mundo (*direito*);
- Considera que a Educação Física contribui estima e da autoconfiança das crianças;
- Contribui para o desenvolvimento do corpo socialização e a prática de comportamentos pró-sociais;
- Reafirma que a Educação Física promove conhecimento e habilidade para a prática de atividades físicas e esportivas, assim como, promove a saúde pública e a prática de atividades de recreação e lazer;
- Reafirma que a Educação Física promove o desenvolvimento fundamentos ético-sociais associados ao espírito de fair play, desenvolvimento de consciência social, preparação dos jovens para situações de competições e colaboração no desenvolvimento do espírito de companheirismo.

Quadro 2 – A importância da Educação Física segundo a Agenda de Berlim			
Educação Física como um direito para todas as crianças	Aulas de EF de qualidade, obrigatórias com n. mínimo de aulas	Formação e capacitação do professor de EF melhoram a qualidade de ensino	Apoio a pesquisa em EF como melhoria na qualidade da aula
A EF como papel fundamental para o desenvolvimento e manutenção da saúde	O valor \$\$\$ da aula de EF na diminuição dos custos com a saúde ao longo da vida.	A importância da prática da EF como agente socializador e de coesão social.	A inclusão da EF nos planos de estudos de organizações financeiras
Dos benefícios da EF e a necessidade de mudança	A EF é o meio mais eficaz para a transmissão de valores de comportamento, habilidades entre outros para as crianças.	A EF permite a inclusão de um maior número de pessoas, independente das diferenças de capacidade, idade, sexo, raça, cultura, religião, etc.	Ajuda na compreensão dos benefícios da prática de atividades físicas por toda a vida, assim como, sua importância para manutenção da saúde.
É a única disciplina escolar que tem o corpo de estudo, a atividade corporal e o	Desenvolvem habilidades que podem ser utilizadas por toda vida, assim como o	Ajuda na compreensão dos limites do corpo e no respeito do próprio	Contribui para o fortalecimento da auto-estima, consciência social.

5.1 - A intervenção em Educação Física como fator emergente no século XXI

Ao reconhecer a Educação Física e esporte como componente fundamental no desenvolvimento humano e social de crianças e jovens e melhora da qualidade de vida, a Agenda de Berlim ratifica a importância da intervenção como fator principal para vencer os desafios do século XXI. Um dos problemas levantados pela Agenda é o aumento da delinquência e violência juvenil (questões sociais, e aumento nos custos de atendimento médicos e de saúde), justificando a implementação de programas de atividade física e esportes e melhor distribuição de aulas (carga horária) em todos os níveis escolares.

Sendo esta intervenção realizada principalmente através da Educação Física Escolar com estratégia para fomentar o conceito de corpo, promoção do bem-estar, saúde, e educação moral dos jovens, melhorando assim, a qualidade de vida e estimulando a socialização através do desenvolvimento de hábitos regulares na busca destes valores. Com a Agenda de Berlim observamos uma tendência de se caminhar para a intervenção, pautada nas necessidades da sociedade, sem deixar de valorizar os princípios originais da própria Educação Física (saúde, educação, lazer), sendo assim, observa-se a relevância do conhecimento como ferramenta para a intervenção.

5.2 - Comparação entre a visão do conhecimento focado em paradigmas e intervenção

A Agenda de Berlim enfatiza a discussão do conhecimento em Educação Física focado na intervenção. De acordo com o documento a intervenção é válida socialmente quando atinge seu objeto, ou seja, os receptores deste conhecimento. Os modelos conhecidos e aplicados eram sempre centrados nos enfoques metodológicos, históricos, fundamentalistas, curricular, epistemológico e técnico do conhecimento. Tais Paradigmas (modelos pré -determinados), muitas vezes eram impostos e usados arbitrariamente na aplicação profissional (intervenção).

Devemos entender as diferenças da maneira de tratar o conhecimento pelo enfoque do paradigma e pelo enfoque da interven-

ção. De forma sucinta, entendemos como paradigma um modelo de conhecimento, ou seja, o conhecimento preestabelecido que é imposto sem a mediação com o ambiente externo da intervenção, seus profissionais e os “consumidores” finais (receptores da intervenção). O conhecimento baseado na intervenção se diferencia do paradigma no momento em que estabelece a mediação dos seus conhecimentos (teorias e técnicas multidisciplinares) com a realidade sócio-cultural.

A Agenda de Berlim reconhece a intervenção como um mediador do conhecimento e seus benefícios aos consumidores da Educação Física. Assim, o profissional ao realizar a sua intervenção deve medir o conhecimento sugerido no meio e o grupo com o qual trabalha. O conhecimento não é mais transferível e determinado, mas constantemente, reelaborado e adequado em função de uma intervenção legítima.

Quadro 3 – Comparação do conhecimento em Educação Física enforcado em paradigmas e na Intervenção		
Início da década de 90	Agenda de Berlim	Observações
Paradigmas eram os norteadores da Educação Física	Enfoque nos grupos alvos, busca pelos objetos de estudo na sociedade.	Da condição arbitrária paradigmática a busca pelo objeto de estudo na sociedade – “tendências”.
Educação Física Paradigmática	Educação Física – Tendências do Conhecimento (Enfoque na Intervenção)	A Intervenção tende a ser o grande desafio da produção de pesquisas direcionadas aos professores interventores.
Os enfoques das pesquisas apresentam abordagens metodológicas, históricas, fundamentalistas, curricular, epistemológicos e técnicos do conhecimento.	A produção do conhecimento em Educação Física voltada à intervenção, que atinja a grupos sociais – “receptores finais”.	Pesquisa Situada

6 – Conclusão

Vimos que os enfoques metodológicos e fundamentalistas do conhecimento em Educação Física foram emergentes entre as décadas de 1960 e 1990. Esses enfoques eram produzidos em modelos de conhecimentos, os quais ficarão conhecidos como “paradigmas”. Fatos que são procedentes no momento em que a maior preocupação na área era a busca de sua identidade. No entanto, alguns desvios ideológicos aconteceram no decurso dessa produção do conhecimento em Educação Física, o que deturpou o seu fazer científico.

Faria Jr. (2) identifica enfoques de investigação como o pedagógico, filosófico, sócio-antropológico, promoção da saúde, biológico e técnico. Os enfoques de pesquisa, para este autor, estão dentro de um processo de paradigmas e estratégias adotados para investigação. Porém na discussão epistemológica da área, ainda hoje, encontramos autores que baseiam suas produções do conhecimento em paradigmas, o que se percebeu nesses anos de história não ser o melhor caminho do fazer científico em Educação Física.

Ao analisarmos a Agenda de Berlim (1999) notamos o enfoque dado à intervenção na produção do conhecimento em Educação Física. Esse documento pressupõe que o melhor caminho para as investigações deve estar baseado na interpretação sócio-cultural do ambiente externo ao qual se intervém o professor de Educação Física. Tal fato já havia sido apontado por Farinatti (2) ao concluir que as pesquisas em Educação Física devem estar atentas ao cotidiano do professor e problematizá-lo, para que sirvam de ferramentas a serem utilizadas por ele. Quando faz referência a palavra ferramenta o autor valoriza a intervenção como elemento de investigação na produção científica em Educação Física.

A legitimidade social da Educação Física indica estar fundamentada na sua intervenção, ou seja, naquilo que ela, como uma prática tem de realmente válido socialmente ao atingir os grupos sociais com os quais trabalha.

É válido citar a Educação Física como uma prática de intervenção, pois é, principalmente, como uma prática que ela se desenvolve. Apesar de todo o desenvolvimento tecnológico e a multiplicação da veiculação das informações, nos dias de hoje, pressupõe-se que o papel do professor de Educação Física como um interventor

de práticas é mediar a multiplicidade de conhecimentos que fundamentam a sua formação teórica com o seu agir (intervir) no contexto da sua “afinidade” dos seus alunos ou clientes e o ambiente sócio-cultural envolvido.

Ao analisarmos as mudanças sociais na época contemporânea, marcada, principalmente, pelo fenômeno da informatização, notamos mudanças nas relações de trabalho. Uma das principais características dessas mudanças é a diminuição do contato humano, explicado pela informatização e a robotização. A Educação Física não deixou de ser influída por tal fenômeno, no entanto, analisando-a do ponto de vista da intervenção e atividade social notamos que ela é, ainda, uma das poucas profissões que se mantém com um forte vínculo de contato humano com seus “receptores finais”. O professor de Educação Física é o responsável por esta “interface” ou mediação. Neste sentido, essa mediação passa a ser uma competência primordial deste profissional. O professor de Educação Física parece, realmente, se consagrar como um interventor social.

O enfoque na intervenção parece ser o contexto epistemológico que devemos fazer nossos questionamentos científicos e direcionar nossa produção científica no raiar do novo século.

Notas

- (1) In MOREIRA, Wagner Wey (Org.). Educação Física e Esportes: Perspectivas para o Século XXI. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- (2) In SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA -SBDEF. Pesquisa e produção do conhecimento em educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.

Referências Bibliográficas

- ICSSPE (1999) Bulletin (28). Agenda de Berlin.
- DA COSTA, Lamartine P. *Formação Profissional em Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil: memória, diagnóstico e perspectivas*. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

MARINHO, Inezil P. *História Geral da Educação Física*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1980.

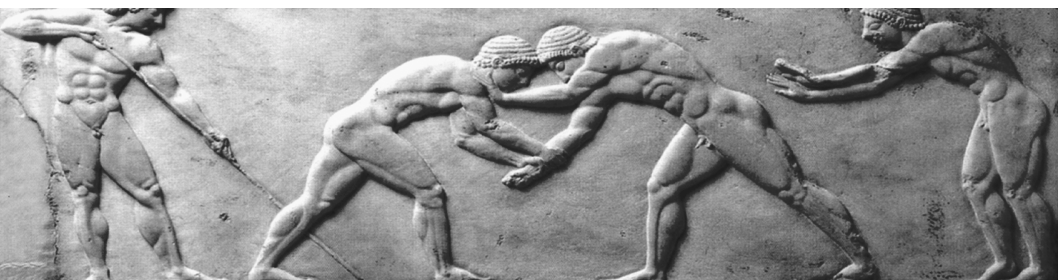
MOREIRA, Wagner Wey (Org.). *Educação Física e Esportes: Perspectivas para o Século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ROSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Clássicos Garnier, 1973.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA -SBDEF. Pesquisa e produção do conhecimento em educação física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.

RAMOS, Jair J. *Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias*. São Paulo: Ibrasa, 1992.

Parte 4



Filosofia e Olimpismo, ética profissional,
violência, doping e fair play nos esportes

Reação dos Profissionais de Educação Física e Esporte diante do Código de Ética Profissional

Profa. Ms. Ana Flávia Paes Leme de Almeida

Academia Olímpica Brasileira

Resumo

A prática de atividades físicas e esportes é um fato comprovadamente freqüente na nossa sociedade, no entanto, tem-se verificado pouca garantia de qualidade no atendimento aos praticantes. Um resultado de tal carência foi a criação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), em 1998, mediante a Lei Federal 9696/98. Esta lei regulamenta a profissão de Educação Física, e exige qualidade nos serviços prestados pelos profissionais filiados a este órgão. O CONFEF manifestou-se primeiramente pela criação de um Código de Ética Profissional, instrumento regulador dos direitos e deveres dos profissionais de Educação Física em suas relações com a sociedade civil. Dada a inexistência de precedentes ao Conselho em evidência, bem como críticas contundentes à criação do próprio CONFEF, desenvolveu-se uma pesquisa com 231 registrados no Conselho Regional do RJ e ES (CREF-01). O propósito foi de se verificar, qualitativamente, a compreensão e a adesão por parte destes profissionais quanto às dimensões morais e éticas previstas no Código de Ética, posto em prática, desde 1999. O instrumento utilizado nesta pesquisa foi um questionário remetido a todos os profissionais registrados no CREF-01 em 2001. Os dados coletados de respondentes voluntários atenderam ao objetivo de se definir um perfil de compreensão e adesão para futuras políticas do

CONFEEF. As respostas ao instrumento foram analisadas pelo programa de estatística *SAS System* por vários cruzamentos, destacando-se a constatação de que 77.1% dos respondentes conhecem e classificam como importante o Código de Ética Profissional. Neste contexto, 32.9% dos respondentes julgam seus pares como não compreendendo o valor da ética em sua profissão; 25% acham o profissional tecnicamente despreparado, portanto sem ética profissional; já 15.4% dos respondentes consideram o profissional ético; 9.2% julgam o profissional como indiferente à sua profissão; e 8.3% interpretam o profissional como corporativista. Em abordagens mais genéricas, o grupo de amostra qualificada tendeu a se vincular ao CONFEEF por adesão voluntária. Finalmente, recomenda-se ampliar a pesquisa a partir do perfil obtido, a fim de verificar sua representatividade no universo de profissionais registrados em cada região do país.

Preliminares ao Fair Play: contribuições para a (de) formação moral do indivíduo através da Educação Física e Esporte

Prof. Ms. Eduardo Montenegro

Doutorando Universidade do Porto e Mestre pela UGF - Rio de Janeiro
emonte@matrix.com.br

1 - Introdução

Desde os antigos filósofos até os nossos dias, buscou-se sempre para a moral uma base filosófica universal. Sob o sentido mais geral, a forma de organização, a seqüência e a evolução das regras construídas pelos indivíduos transcendem a história e a cultura dos povos. Por outro lado, quanto aos conteúdos, a moral vincula-se também ao momento histórico-social específico do indivíduo nas suas relações.

Esclareço que à **abordagem cognitivo-desenvolvimentista** numa **perspectiva Kohlberguiana**¹ é o referencial teórico que orienta as discussões e conclusões deste artigo. Esta perspectiva defende a tese de que o saber é construído pelo indivíduo, e não imposto de fora. Esta construção dá-se por níveis e estágios² e o desenvolvimento moral tal qual o cognitivo segue uma seqüência invariante. Partindo do estágio mais elementar para o mais complexo, em cada um desses estágios o indivíduo vai construindo uma noção de regras sociais, de justiça, chegando a conceitos cada vez

mais diferenciados em vários sentidos filosóficos. Neste sentido esta perspectiva recusa classificar uma ação como moral sem antes saber que razões é que estão por trás dela, e aceita que o desenvolvimento moral é uma construção do sujeito em interação com o meio, e não apenas produto de doutrinações ou de influência deste meio. Cada ser é um e diferente dos demais, e a sua relação com os outros o torna um ser social.

É em função das relações, do comportamento social, que existem leis morais, como orientadora de condutas na relação de um com os outros, dos grupos e da sociedade como um todo. As normas tendem a se uniformizar nos indivíduos de um mesmo grupo social. No entanto, o homem apresenta a capacidade de discernir sobre o que é bom ou mau; os sentimentos de prazer ou dor lhe permitem fazer sistematicamente algum julgamento de valor, de expressar seu juízo, que pode estar em desacordo ou de acordo com o grupo social.

Destacamos o pressuposto construtivista da teoria (associação entre a idade e certos níveis de desenvolvimento moral), por entendermos que o desenvolvimento moral resulta da atividade estruturante do sujeito na sua interação com o meio. Portanto, seu desenvolvimento resulta menos de acomodações passivas ao meio e mais de sua atividade assimilativa e construtora. Este pressuposto construtivista tem um forte vínculo com as questões educacionais, pois de acordo com esta perspectiva o sujeito passa a ser um elemento ativo que constrói gradativamente seus esquemas de julgamento moral a partir de suas experiências de vida. A aprendizagem da moral passa a ser vista, nesta perspectiva, como um processo realizado pelo próprio indivíduo que aprende, e não mais como simples imitação dos modelos adultos. Dessa forma, o desenvolvimento moral pode ser **ensinado**, e as atividades e os conflitos gerados na aula de Educação Física podem e devem ser utilizados como meio de contribuição ao processo de formação moral dos alunos.

No dizer de Kohlberg (1984):

“a essência da moralidade reside mais no sentido de justiça do que, propriamente, no respeito pelas normas sociais, ou mesmo morais. Assim, a moralidade tem mais a ver com considerações de igualdade, de equidade, de contratos sociais e de reciprocidade nas

relações humanas e menos com o cumprimento ou violação de normas sociais, ou até morais”(p.21).

Kohlberg acreditava na universalidade dos princípios morais. Lourenço (1992) estudioso do desenvolvimento moral escreve a respeito da justiça colocando-a acima das regras, dando-lhe a dimensão de um princípio moral, ou seja, um princípio que gostaríamos que fosse seguido por todas as pessoas sempre e em qualquer situação. O princípio de justiça é um princípio abrangente, por estar além das normas morais e sociais vigentes. Dessa forma, os princípios morais são, sobretudo construções racionais do sujeito em interação social.

À medida que o indivíduo aprofunda o seu conhecimento a respeito de si mesmo e sobre o meio em que vive, as suas escolhas vão, paulatinamente, realizando-se segundo princípios morais que orientam a sua conduta. A educação moral, na perspectiva de Kohlberg, consiste mais em promover o raciocínio moral do que propriamente em ministrar conteúdos. Esse postulado nos indica que a **intenção** é fundamental neste processo³. O processo de levar a agir moralmente deve ser entendido no sentido de auxiliar o indivíduo a desenvolver a capacidade de discriminar seus sentimentos⁴ e seus valores dos sentimentos e valores dos outros.

2 - Educação Física - Outros Olhares

BREDEMEIER & SHIELDS (1987), os estudiosos do desenvolvimento moral, apontam que as atividades físicas são um ótimo campo de estudos e reflexões acerca do desenvolvimento moral, pois quando as crianças brincam ou jogam elas não são apenas atores físicos, mas também agentes morais. Neste sentido as atividades de Educação Física proporcionam um contexto educacional, onde estão imbricadas a ludicidade, o prazer, as participações, a competição, os conflitos, as normas, as regras, possibilitando ações intra e interpessoais que de alguma forma revelam o sujeito moral.

Outra variável importante no processo de desenvolvimento moral do indivíduo considerando a escola como espaço desta construção

é a relação que se estabelece entre o professor e o aluno no ambiente de sala de aula. Na perspectiva da aula de Educação Física e dos esportes, o indivíduo, pela própria natureza das atividades ali vivenciadas é colocado frente às mais diversas situações (de cooperação, de conflito, de tomada de decisão individual e coletiva), as quais, muitas vezes, são repletas de questões ambíguas que admitem diferentes respostas. A resposta dada, a decisão tomada pelo indivíduo o define mesmo que seja direcionada por situações eventuais do meio em que vive.

Os sujeitos que vivenciam este processo são construtores ativos de seus esquemas de julgamento moral, cujos esquemas é o resultado da educação que recebe, e no nosso caso específico de como conduzimos pedagogicamente as nossas atividades nas aulas de Educação física e no ensino dos esportes. Pois, educar para a autonomia significa tomar iniciativas próprias e decisões adequadas e responsabilizar-se pelas decisões assumidas, saber criticar a si e aos outros, sempre avaliando e mediando criteriosamente os aspectos que o conduziram a tomar suas decisões.

Assim considerado o indivíduo é um ser que se encontra num processo de atualização contínua, onde, a cada momento, renova-se e renova o meio, interagindo através de experiências vivenciadas no dia-a-dia.

Desta forma, o homem não pode ser visto nem **como meio**, nem **como objeto**; o homem não pode ser equivalente a algo, terá que ser visto sempre como **fim último** do grupo social. Segundo Chauí (1994), a prática ética e o comportamento moral aparecem com o desejo do indivíduo de colocar um basta à violência. Fundamentalmente, nas palavras da autora, a violência consiste em tratarmos um sujeito humano como se fosse objeto, como insensível, desprovido de vontade, capacidade de deliberar, escolher e decidir. Em última instância, seria vê-lo sempre como meio. Coisificar um ser humano é violência e, portanto imoralidade, falta de ética.

Este contexto leva-nos a refletir sobre o imperativo categórico Kantiano “procedes de maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de todos os outros, sempre ao mesmo tempo como fim e nunca como puro meio” (In: PAIM, 1992. p. 18). Kohlberg (1976) afirma que “as virtudes não são muitas. Uma ape-

nas. A justiça" (p. 220). Este princípio exige que se trate a pessoa como fim, nunca como meio. Portanto, um princípio que se coloca não no ser, mas no dever ser, no sujeito cognoscente.

A Educação Física, de uma forma geral, necessita questionar-se a respeito de como pode contribuir para a auto-valorização do homem. Para que isso possa ser alcançado, faz-se necessário que o aluno assuma o papel principal do jogo, e o professor passe de ator principal a agente provocador, desafiador, estimulador; e seja menos restritivo, punidor, moralizador. Em termos educacionais e no sentido do desenvolvimento moral dos indivíduos, as práticas que notadamente visem o interesse comum suscitam geralmente o sentimento de tolerância, de ajuda mútua, de cooperação, de responsabilidade conjunta, e fazem com que o indivíduo seja reconhecido e reconheça no outro elemento fundamental no contexto do qual faz parte.

Neste sentido a **práxis**⁵, no sentido próprio do termo, privilegia a sociedade plural. Sabe-se que as ações humanas, quando realizadas em conjunto, convergentes ao interesse comum, são propiciadoras de resultados mais satisfatórios para o crescimento individual e coletivo.

A prática pedagógica precisa estar voltada para a formação geral dos indivíduos, de forma que possa ser extensível a todos, respeitadas as diferenças individuais. A participação dos alunos em atividades que privilegiem a troca de papéis sociais, o emprego de simulações e jogos, representa para a teoria desenvolvimentista de Kohlberg implicações pedagógicas bastantes positivas, pois uma das características da troca de papéis e das simulações é o seu valor de transferência. Não esquecendo, contudo, que as discussões geradas, o envolvimento e a participação de todos é fundamental para o processo de formação e crescimento do sujeito moral.

A Educação Física, o Desporto, ou qualquer outra atividade, não desenvolvem uma moral desvinculada do sistema social global, pois a moral das atividades físicas não é específica destas atividades, são marcadas por valores que perpassam a sociedade como um todo. Portanto, não se pode pretender uma ética e uma moral próprias à prática dos desportos ou às atividades de Educação Física, que estão impregnadas de simbolismos. Sendo assim, seus sen-

tidos e significados estão atrelados às relações e interações.

A aula de Educação Física enquanto espaço simbólico, constitutiva de significações pode ser criadora de símbolos que reforcem a conformidade social, a docilização da violência, do autoritarismo, da não criticidade das ações, da espera de soluções prontas, vindas sempre da autoridade gerando no indivíduo sentimento de impotência ante o instituído⁶. A orientação, neste caso, parte do pressuposto de que fatores sociais tidos como positivos são relativos, contextuais, e liga-se fundamentalmente ao **modelo** instituído.

Bento (1989, p. 28-29) compara com a realidade alguns princípios atribuídos aos desportos, que são sempre enaltecidos em declarações públicas formais.

Eis algumas destas declarações:

"O desporto conduz (**deveria conduzir!**) a uma forma saudável de vida".

Contudo, o que observamos nas atividades físicas desportivas em nossas escolas, campeonatos escolares, jogos estudantis etc? Será que há uma orientação por parte dos professores e técnicos a respeito dos prejuízos causados pelo doping? Fatos dessa natureza já foram observados em competições infantis, e noticiados pela imprensa.

"O desporto é (**deveria ser!**) um fator de desenvolvimento harmonioso e equilibrado da personalidade".

No entanto, as relações que predominam são por vezes a da força, a da obediência e a da unilateralidade nas relações, promovendo a submissão, a auto-imagem negativa de si por parte de alguns praticantes.

"O desporto é um campo de cultivo do "fair-play", do respeito pela pessoa humana".

Quando vamos a um ginásio, é isto que observamos? Ou nos deparamos com professores e técnicos exaltados, estimulando a violência, naturalizando-a, colocando-a sempre como um recurso legal de que se deve lançar mão sempre que necessário? O **outro** (adversário) é visto quase sempre como **obstáculo** a ser vencido.

Estas questões nos lembram que as ações não têm sentido em si mesmas, só adquirem sentido e significado nas relações que são estabelecidas, sejam elas de competição ou de participação, pois é desta forma que se constrói o tecido social, cujos fios se enredam

nestas relações, o que pressupõe sujeitos ativos, movidos por interesses, necessidades e desejos.

Assim, as ações no âmbito do ensino têm nos levado a refletir acerca da nossa práxis, lembrando que, enquanto homens, somos plurais, e que as intenções, os sentidos, os motivos, os valores diferem de pessoa para pessoa. Isto pode significar: aprender as regras do jogo, jogar o jogo do prazer, ou, ainda, ambas.

Como já foi dito, a escola se constitui num espaço de relações onde se verifica com frequência competições e conflitos. Neste espaço busca-se de uma forma geral a homogeneização de resultados e de respostas, que nos remete ao modo de ação de cada um dos professores envolvidos no ato de ensinar. Uma das questões que se apresentam à prática pedagógica diz respeito à igualdade de oportunidades para todos os alunos, que analisamos aqui de forma dialética.

1) A igualdade de oportunidades que se traduz no tratamento dos indivíduos de forma estritamente igualitária. Esse igualitarismo contribui para o **esquecimento** das diferenças individuais, das necessidades, dos interesses e motivações de muitos alunos. O **esquecimento** fatalmente conduz ao êxito de alguns e ao fracasso de outros, o que pode gerar implicações negativas ao desenvolvimento harmonioso do homem.

2) A igualdade de oportunidades equivalente ao tratamento diferenciado dos alunos, que visa garantir a cada um dos envolvidos nas ações e decisões os meios necessários ao seu desenvolvimento afetivo, psíquico, motor e moral.

O que fazer diante do desafio de ensinar? Devemos garantir aos nossos alunos um conteúdo que atenda à maioria? Ou a opção é privilegiar os mais habilidosos? Estas questões nos remetem a uma outra possibilidade: propiciar a participação de todos em geral, resguardando as peculiaridades individuais de cada um. A princípio, isso nos parece uma tarefa difícil de ser realizada. Como consequência desta opção, teríamos que passar a ver a Educação Física sob uma nova ótica, um novo olhar em que os parâmetros de avaliação seriam referenciados principalmente nos acertos, e não nos erros, como é prática usual nas nossas aulas.

Se afirmamos textualmente que a Educação Física é para todos, um de seus desafios nos parece ser a capacidade de viabilizarmos uma intervenção que, em larga medida, depende da

competência, intencionalidade e sensibilidade de quem educa.

Neste contexto, a capacidade do educador em julgar, aferir níveis de dificuldades e exigências em relação às atividades propostas estariam vinculadas às possibilidades de cada aluno frente a essas exigências. Dessa forma, as relações entre os próprios alunos e entre alunos e professores sofreriam modificações, pois não estariam pautadas por parâmetros pré-estabelecidos, surgiriam do fazer do próprio grupo.

O desenvolvimento moral do indivíduo se pauta também pelo que o aluno pode abstrair das relações e orientações recebidas durante as aulas. Que para alguns se traduz em experiências positivas e gratificantes, e para outros negativas e desconfortáveis. Se a Educação Física contribui para o desenvolvimento do homem, então não se pode privilegiar o sucesso de uns gerando o insucesso de outros. Quando falamos nos que **conseguem mais**, indiretamente nos referimos aos que **conseguem menos**. A acentuação das diferenças individuais, são frequentes no cotidiano das aulas de Educação Física e se traduzem por vezes nas expressões utilizadas por alguns professores: “vamos ver quem consegue mais...”, “quem é capaz de...”, “quem é melhor que...”, “agora... vamos ver...”, “quem acerta mais...”. Isto soa aos ouvidos de alguns como: “quem é o pior”, “quem é o incapaz”, “quem erra sempre”, “quem não sabe fazer” etc. Estas expressões são reconhecidas por alguns professores como motivantes. O que se pretende como motivação tem, para muitos, o efeito perverso da comparação absolutizante do erro e do acerto. As imagens negativas de si mesmo são alguns dos possíveis indicadores da geração de baixa estima em muitos alunos.

Compete ao professor dar sentido às atividades, trabalhando com as conquistas e fracassos dos alunos, evitando as comparações inter-individuais, pautando suas contribuições no sentido da integração do grupo como um todo e do respeito às diferenças entre os participantes nas aulas de Educação Física. Pois, quando sei que sou diferente, eu admito a diferença no outro.

Neste sentido, a diferença é vivida de maneira positiva, não se constitui em especificidade ou em padrão a ser seguido; ao

contrário, o tratamento do diferente pela ótica relacional, não permite a hierarquização das diferenças, pois não me representa melhor que o outro por dançar melhor, por fazer mais cestas no basquete, por ter um toque mais técnico no voley, sou apenas diferente do outro em relação a uma atividade, e o outro é também diferente de mim em outras atividades. Esse respeito se constitui em algo difícil de ser trabalhado. É um desafio, e como todo desafio merece atenção e empenho a fim de ser vencido.

Os alunos vivenciam cada experiência de maneira pessoal, particular, retirando dessas experiências suportes para o seu desenvolvimento moral. São as práticas pedagógicas que dão ênfase a competência intra-individual, que diz respeito ao indivíduo consigo mesmo, no sentido de realizações das atividades propostas. Melhor explicando, as atividades que não apresentam um padrão a ser seguido, nem os mais habilidosos são elevados à categoria de **modelos** a serem copiados. Neste contexto pedagógico cada aluno auxiliado, incentivado pelo professor, avalia suas próprias possibilidades diante dos desafios propostos, ficando a seu critério solicitar ajuda de outro companheiro ou executar a tarefa sozinho. Por exemplo, no ensino do salto em altura, cada aluno determina para si a que altura o professor deveria colocar inicialmente o **sarrafo** a ser transposto.

De acordo com a perspectiva Kohlberguiana de desenvolvimento moral, o importante para o indivíduo é o modo como são ensinados os conteúdos, e não a quantidade de conteúdos. O comportamento dos alunos (apatia, recusas, desistências, passividade, agressividade etc.) se constituem, para um observador atento, num forte indicio de que algo não vai bem. Talvez as nossas reflexões apontem para a necessidade de ouvirmos mais as opiniões dos alunos, seus desejos, desvelando seus valores e suas representações acerca das aulas de Educação Física, dando-nos possibilidades de respondermos algumas das questões colocadas inicialmente. O que ensinar? Como ensinar? Em que contexto? E a quem se destina a nossa prática? A mim me parece que o desafio que enfrenta a Educação Física, na perspectiva de contribuição efetiva para a construção do sujeito moral, passa necessariamente pela **estratégia da inclusão**, como elemento fundante do sentimento de justiça.

Estas questões e desafios não se constituem em fatalidades. Cada vez mais estamos cômicos de nossa importância no mundo, seja pela via das atividades formais, seja pela via das atividades informais, e, enquanto educador temos muito a contribuir para a formação moral dos alunos e para a formação de uma sociedade mais justa, mais humana e mais fraterna.

Parafraseando Kohlberg, se a Educação Física pretende contribuir para a formação de cidadãos livres, encontrará na justiça um desafio inacabado.

Referências bibliográficas

- ANSART, Pierre (1978). *Ideologia, conflito e poder*. Rio de Janeiro: Zahar.
- AUGRAS, Monique (1990). *Opinião pública: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes.
- BENTO, Jorge (1989). A procura de referências para uma ética do desporto. In: *Desporto. Ética. Sociedade*. Porto: Universidade do Porto.
- BERNARD, Charlot. (1986). *Amistificação pedagógica: realidades sociais processo ideológicos na teoria da educação*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BERGER, Peter L. & LUCKMAN, Thomas (1985). *A construção social da realidade: tratado de sociologia de conhecimentos*. Petrópolis: Vozes.
- BIAGGIO, Angela (1975). Uma comparação intercultural de estudantes universitários brasileiros e norte-americanos na medida de julgamento moral de Kohlberg. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*. (27): 71-81.
- _____ (1979). Un estudio evolutivo de juicios morales en niños y adolescentes brasileños. In: Marin, G. (compilador). *La psicología social in Latino America*. México: Editorial Trillas.

- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (1992). *Fundamentos éticos da educação*. São Paulo: Cortez & Autores Associados.
- _____ (1978). *Fundamentos de orientação educacional*. São Paulo: Saraiva.
- BLOOM, Benjamim Samuel (1974). *Taxionomia de objetivos educacionais*. Porto Alegre: Globo.
- BOURDIEU, Pierre (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude (1975). *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BREDEMEIER, Brenda and SHIELDS, David. (1987). Moral growth through physical activity. *Advances in pediatric sport sciences*. Champaign: Human Kinetics Publishes.
- CHAUÍ, Marilena (1990). Laços do desejo. In: Novaes, Adauto (org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras. p.22-23.
- CLOTET, Joaquim et alii (1988). *A justiça: abordagens filosóficas*. Porto Alegre: Acadêmica/PUC.
- COSTA, Jurandir F. (1993). O medo social. In: Veja. *Reflexões para o futuro*. p. 84-9.
- DUARTE JÚNIOR, João Francisco (1981). *Fundamentos estéticos da educação*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, Universidade de Uberlândia.
- DURAND, Gilbert (1988). *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/USP.
- DURKHEIM, E. (1970) *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense.
- ECO, Umberto (1993). *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1989). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- FESTINGER, L. (1975). *Teoria da dissonância cognitiva*. Rio de Janeiro: Zahar.

FOUCAULT, Michel (1986). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1987). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

FREITAG, Barbara (1991). *Piaget e a filosofia*. São Paulo: UNESP.

FREIRE, Paulo (1974). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HABERMAS, Jürgen (1990). *Para reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, Trad. Carlos Nelson Coutinho.

HOLANDA, Aurélio Buarque de (1986). *Novo dicionário da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HUIZINGA, Johan. (1980) *Homo ludens: o jogo como elemento de cultura*. São Paulo: Perspectiva.

HUHN, L. Miranda (Org) (1990). *Metodologia científica*. Rio de Janeiro: Agir.

I.E.P.S. (1983). *Educación y valores: sentido da la acción educativa en nuestro tiempo*. Madrid: Narcea S.A. de Ediciones.

KOHLBERG, Lawrence (1964). The development of moral character and moral ideology. In: HOFFMAN, M. & HOFFMAN, L. *Review of child development research*. New York: Russel Sage Foundation.

_____ (1976). Moral stages and moralization: the cognitive development approach. In: Lickona, T. *Moral development and behavior*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

_____ (1984). Essays on moral development. Vol.2: *The psychology of moral development: moral stages, their nature and validation*. San Francisco: Harper & How.

KRÜGER, Helmuth (1986). *Introdução à psicologia social*. São Paulo: EPU.

LEFEBVRE, Henri (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática

LICKONA, T. (1976). *Moral development and behavior*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

- LOURENÇO, Orlando M. (1992). *Psicologia do desenvolvimento moral: teoria, dados e implicações*. Coimbra: Almeida.
- LOVISOLO, Hugo (1993). Educação Física como arte da mediação. *Contexto e Educação*. Unijuí: (29): 26-59.
- LÚDKE, M. & ANDRE, M.E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- MACHADO, Leila D. (1984). *Uma interpretação da psicogênese e da sociogênese do desenvolvimento moral*. (Dissertação de Mestrado), Fundação Getúlio Vargas.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1971). *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (1993). *O desafio do conhecimento. pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- MOORE, Barrington Jr. (1987). *Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense.
- MOSCOVICI, Serge (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (1992). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, S.P: Editora da Unicamp.
- _____ (1988). *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez.
- _____ (1990). *Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez.
- PAIM, Antonio (1992). *Modelos éticos*. São Paulo: Ibarsa.
- PÊCHEAUX, Michel (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- PIAGET, Jean (1977). *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Mestre Jou.
- _____ (1967). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense.

- SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo (1990). *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SILLS, David L. (1968). *International encyclopedia of the social science*. New York: MacMilldn Co. & The Free Press. p. 483-493.
- SILVA, Benedicto et alli (1987). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SOUZA, M. de F. A. (1993). *A representação social da educação física: crenças e mitos de um grupo de professores das escolas públicas*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PPGEF/UGF.
- SPINK, Mary Jane (Org.) (1993). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- TÁVOLA, Artur da (1985). *Comunicação é mito: televisão em leitura crítica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- TEVES, Nilda (Org.) (1992). *Imaginário social e educação*. Rio de Janeiro: Gryphus.
- _____. (1993). *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1992). *Filosofia da educação*. (Notas de aula). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.
- _____. (1993). *Imaginário social e atividades corporais*. (Notas de aula). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.
- WACHOWICZ, Lilian Anna (1991). *O método dialético na didática*. São Paulo: Papirus.

Notas

- ¹ Pressupostos orientadores da Perspectiva Kohlberguiana de Desenvolvimento Moral (Kohlberg, 1984), neutralidade moral; qualidade da ação moral; extensão das normas e dos princípios morais; essência da ação moral; prescritivismo ético; estatuto do juízo moral; critério de desenvolvimento moral; da orientação

moral; origem das concepções morais; pressuposto construtivista; a justiça como princípio moral; orientação deontológica.

- ² Níveis e Estágios de Desenvolvimento Moral de Kohlberg (1994)-
Nível I- Pré-convencional - Estágio 1: Orientação moral: para a punição e para a obediência. Perspectiva sócio-moral: Não distingue nem coordena perspectivas. Só há uma perspectiva correta, a da autoridade.

Estágio 2 - Orientação moral: orientação calculista e instrumental; pura troca; hedonismo e pragmatismo.

Perspectiva sócio-moral: Distingue perspectivas, coordena-as e hierarquiza-as do ponto de vista dos interesses individuais.

Nível II – Convencional - Estágio 3: Orientação moral: orientação para o bom menino e para uma moralidade de aprovação social e interpessoal. Perspectiva sócio-moral: Distingue perspectivas, coordena-as e hierarquiza-as do ponto de vista de uma terceira pessoa afetiva e racional. Estágio 4: Orientação moral: orientação para a manutenção da lei, da ordem e do progresso social. Perspectiva sócio-moral: Distingue perspectivas, coordena-as e hierarquiza-as do ponto de vista de uma terceira pessoa imparcial, institucional e legal.

Nível III - Pós-convencional - Estágio 5: Orientação moral: orientação para o contrato social, para o relativismo da lei e para o maior bem para o maior número. Perspectiva sócio-moral: Distingue perspectivas, coordena-as e começa a hierarquizá-las do ponto de vista de uma terceira pessoa moral, racional e universal. Estágio 6: Orientação moral: orientação para os princípios éticos universais, prescritivos, auto-escolhidos e generalizáveis.

Perspectiva sócio-moral: Distingue perspectivas, coordena-as de um ponto de vista ideal e hierarquiza-as segundo uma perspectiva moral, racional e universal. O Estágio 6, no último *Manual de Avaliação do Raciocínio Moral* (COLBY & KOHLBERG, 1987), desaparece como estágio empírico, embora Kohlberg o mantenha como ideal moral a ser atingido.

- ³ As atividades seja ela quais forem ao privilegiar o produto em detrimento do processo, tende a determinar o valor moral das ações em função do que aparece, não importando muito como

se chegou a tal objetivo. A orientação Kohlberguiana é para que se privilegie o processo, o modo de ação, como age o indivíduo e que valores perpassam as suas decisões, em que crenças tais ações e decisões foram fundadas. O mais importante na moralidade não pode ser esquecida “a intenção” com que foram ou são praticadas determinadas ações e tomadas determinadas decisões. A orientação moral Kohlberguiana é essencialmente de orientação deontológica ou processualista.

⁴ Entende-se que para a promoção do raciocínio moral devemos nos preocupar mais com a qualidade e o modo como são trabalhados as informações, e nos preocuparmos menos com a quantidade de conteúdos que as pessoas possam vir, a saber, ou conhecer. Podemos explicar isto com uma frase de Piaget: *“toda verdade (e toda a moral) repousa sobre significações”* (PIAGET & GARCIA, In: LOURENÇO, 1992, p. 32).

⁵ Constate-se em Wachowicz (1991, p. 47-51), quanto a questão da práxis.

⁶ Kohlberg (1984) indica, em seus estudos sobre desenvolvimento moral, que a orientação para a obediência, para o constrangimento e para o respeito unilateral indica uma orientação ao nível do estágio de desenvolvimento moral pré-convencional, ou de moral heterônoma (PIAGET, 1977). Por outras palavras, a moral reduz-se, neste caso, a um conjunto de normas externas, que se deve obedecer para se evitar o castigo, ou então para satisfazer desejos e interesses individualistas. Este tipo de orientação moral reforça o individualismo, não contribuindo para que se alcance níveis mais elevados de consciência moral.

A prática do Fair Play no contexto da culturalidade

Prof. Ms. Marcio Turini Constantino
Membro da Academia Olímpica Brasileira (AOB)
turini@ibpinet.com.br

Sigmund Loland¹, importante investigador da área do *fair play*, identifica que o pluralismo cultural e a diversidade moral representam o ponto chave do desafio na prática para o treinador ou professor de educação física na utilização dos jogos competitivos como um meio de educação. O questionamento que se faz é se um código moral comum de conduta na prática esportiva possa ser possível para todos. Neste sentido, o propósito deste texto é apresentar os resultados de uma investigação² em que foram comparados os comportamentos de *fair play* de jovens escolares resultantes da prática do jogo e da instrução de espírito esportivo. Neste estudo foram identificados alguns elementos culturais referentes à prática esportiva do grupo investigado que podem servir como referência local para a elaboração de estratégias de ensino e desenvolvimento moral na prática da Educação Física.

A idéia de associar esporte e educação é um tema corrente na história do esporte. Desde da Antiga Grécia até a origem do esporte moderno nos fins do século XIX na Inglaterra o esporte tem sido considerado um importante elemento de socialização entre os jovens. Por outro lado, é consenso na área de Educação Física e Esportes que nem sempre o pressuposto freqüentemente invocado de que a prática esportiva, pura e simplesmente, contribua para o desenvolvimento integral dos jovens e, conseqüentemente, para a sua formação moral (Vieira, 1993). Peter McIntosh (1979)³, um dos pioneiros no estudo do *fair play*, reconhece que nos tempos

antigos e modernos o valor educacional do esporte esteve e está associado à maneira correta da sua prática. O ideal predominante no esporte moderno é o *fair play*.

Mas, o que é o *fair play*? É uma filosofia, um ideal, uma doutrina? É importante o entendimento do *fair play* como um elemento que tem a sua gênese na Inglaterra e que adquiriu propagação através do Olimpismo. Assim entende-se o *fair play* como um dos valores do Olimpismo, sendo considerado a ética esportiva do esporte moderno que tem o propósito de orientar a conduta do competidor na prática esportiva. A idéia geral de *fair play* como a atitude de um bom comportamento está associada ao comportamento cavalheiresco que teve sua gênese na Inglaterra. O cavalheirismo, um comportamento social europeu existente no século XIX, significava o homem nobre, honrado e honesto (*ethos cavalheiresco*), provenientes dos valores cristãos ocidentais e dos valores humanistas relacionados ao Renascimento. Daí a forte influência do modelo social inglês na formação do *fair play*. Coubertin transferiu os princípios deste modelo de comportamento social como a referência ética da prática esportiva em nível universal. Nesse sentido Tavares (1999) faz a seguinte observação:

Isto implica que na percepção de que o 'fair play', enquanto conjunto de valores normativos do comportamento individual e coletivo no ambiente da competição atlética reflete a formulação de um ambiente cultural específico. Deste modo, ainda que o Olimpismo de um modo geral, e o 'fair play' em particular, tenham adquirido alguma expressão hipoteticamente universal, é altamente recomendável que se examine a significância atual do 'fair play' a partir de um cenário cultural multidimensional (p.178).

De acordo com DaCosta (1999) o papel do Olimpismo em relação ao *fair play* é de veículo e não de bases filosóficas ou sociológicas, uma vez que a filosofia olímpica, até hoje, se encontra em formação. Por isso, a opção mais corrente entre os autores de nível internacional dedicados ao *fair play* é voltada para o desenvolvimento de atitudes éticas, por meio de atividades esportivas. Tavares (1999) ao abordar a conceituação do "fair play" associado à prática faz a seguinte afirmação:

Isto significa que, se como uma idéia ampla, genericamente relacionada a um 'bom comportamento' nas competições esportivas, o *fair play* desfruta de grande consenso, sua validação através do exame da relação entre sua formulação teórica e suas consequências práticas, ajustada às mudanças culturais por que passa o esporte contemporâneo, ainda está para ser realizada (p.173).

O *fair play* tem sido sugerido, como um meio pedagógico de desenvolvimento moral (costume), quando pretende que seus códigos universais se adaptem aos padrões culturais do local, onde é realizado. Abreu (1999) nos aponta elementos acerca desta questão:

Com toda essa mudança de perfil do esporte mundial, com o advento da comercialização, da globalização e do marketing esportivo, há um redimensionamento de vários conceitos relacionados a valores morais e culturais da atividade esportiva, gerando a necessidade de elaboração de um programa de educação olímpica que envolva valores universais e características específicas de cada cultura para conviver com o internacionalismo atual. Consequentemente, os valores multiculturais deverão permear a integração e a preservação das especificidades culturais (p.77).

Loland (1995) discute o tema frente ao racionalismo e o relativismo ético. De acordo com o racionalismo ético o pluralismo cultural e a diversidade moral não representam um sério obstáculo para estabelecer pontos de vista éticos. De acordo com esta mesma fonte, a Ética Filosófica é capaz de transcender das localidades e estabelecer princípios éticos gerais. Já no contexto do relativismo ético existe um ceticismo em acreditar em princípios éticos gerais. Inspirado no fato de que existem diferenças e algumas vezes incompatibilidades morais dentro de uma prática restrita como o futebol, por exemplo, o relativista é levado à conclusão de que o discurso racional não tem funções práticas. Por outro lado o racionalista ético se defende dizendo que os relativistas demonstram uma apatia moral, esquivando-se da responsabilidade e não sendo capazes de tomar nenhuma posição racional frente a dilemas morais como: "Todos trapaceiam –

isto faz parte do jogo!"; "Se todos aumentam a performance com o uso de drogas – Por quê eu não deveria usar?"

O racionalismo ético acredita que um comum acordo possa ser estabelecido entre os participantes esportivos. Esse acordo envolve o discurso ético construído com a participação e aprovação de todos os envolvidos. Esse discurso prevê que as consequências e alternativas da referência moral reguladora da prática esportiva possam ser antecipadas e devem satisfazer a todos. Esse discurso se caracteriza como um tipo de contratualismo.

Loland (1995) afirma que o discurso ético não está isento de críticas. Uma crítica que se faz é a possibilidade de manipulação psicológica e social que se possa utilizar com este discurso. Outra crítica é que tais abordagens não sugerem princípios éticos fundamentais, mas somente uma fundamentação em regras formais que seguem uma deliberação ética.

De acordo com as premissas do racionalismo ético acredita-se que se possa estabelecer um acordo comum entre os participantes esportivos de modo a construir princípios básicos de orientação ética e moral da conduta do competidor na prática esportiva. No entanto sugere-se que fatores culturais locais sejam abordados frente aos padrões universais do *fair play* constituindo uma reinterpretação do significado tradicional de *fair play*. A investigação que apresentamos a seguir tentou seguir essa direção numa num contexto escolar específico da cidade do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa procurou realizar a observação da prática do *fair play* entre 30 jovens escolares de uma comunidade escolar do Rio de Janeiro. A prática do *fair play* observada (comportamento efetivo)⁴ foi comparada com as opiniões e percepções do *fair play* em situações simuladas de jogo (comportamento normatizado)⁵.

Neste contexto propomos as seguintes questões a investigar: Será que existem comportamentos estabelecidos em forma de regras na relação do grupo, que fogem às normas instituídas pelo padrão teórico do "fair play"? Qual pode ser a compreensão acerca do "fair play" entre os jovens escolares ao se comparar comportamento normatizado com comportamento efetivo na prática do "fair play"?

Novas investigações se fazem necessárias a partir de contextos sócio-culturais delimitados, na medida em que levanta condições

de assimilação dos valores do “fair play” sob a influência externa da prática. Como afirma Gomes (1999), “se a Educação Física situa-se no campo da intervenção, é necessária a compreensão dos dados que se vinculem à motivação e aos sentidos que possam ter a prática esportiva” (p.220). Conhecimentos adquiridos acerca da prática do “fair play” entre jovens escolares podem contribuir para desenvolver melhores procedimentos de ensino de valores éticos e morais que sejam adequados aos costumes no nosso país. Desta forma, apresentamos as conclusões da investigação apresentada.

Com base na análise e discussão dos resultados verificou-se que a instrução⁶ de espírito esportivo (*fair play*), exerceu influência na percepção dos jovens escolares em situações simuladas de jogo, quer dizer, na maioria, eles consideraram importante a disposição de agir de acordo com os valores do espírito esportivo ou *fair play*. No entanto, na prática do jogo, o comportamento dos jovens escolares, por vezes, não se coadunou com o discurso apresentado nos questionários, ou seja, na maioria, os jovens escolares não agiram de acordo com os valores do espírito esportivo ou *fair play*. As diferenças entre a percepção e a prática do *fair play* foi significativa para as seguintes manifestações de *fair play*: respeito pelas regras; respeito pelos árbitros e aceitação de suas decisões; respeito pelo adversário; desejo de igualdade; ser digno.

As instruções verbais ou teóricas passadas aos jovens escolares parecem não ter sido suficientes para exercer influência no comportamento dos jovens escolares em direção aos valores não formais (e até os valores formais) do *fair play* na prática do jogo. Isto sugere que, neste grupo, os processos pedagógicos de educação moral, através dos referenciais do *fair play*, devem além da sua reformulação, irem além das instruções verbais, utilizando-se também de outras estratégias não-verbais para atingir tal objetivo.

A pouca experiência na discussão e organização de regras entre os jovens escolares parecem indicar nestes a pouca consciência da importância das regras para a organização do jogo. Fato que se associou a pouca experiência esportiva relacionada com o contato com regras mais complexas, nas quais as características da faixa etária e a fase do desenvolvimento motor apontam para a transição das regras simples para regras mais complexas. Isto parece

indicar que os professores de Educação Física que trabalham com esta faixa etária devem estimular as discussões sobre as regras do jogo, no sentido de conscientizar os alunos da importância destas como elementos da organização do jogo, sob o ponto de vista do *fair play*, formal e não-formal. Também devem estimular a organização e construção de regras por parte dos próprios jovens escolares.

O aluno quando colocado para arbitrar os próprios jogos foi pouco respeitado pelos colegas. Os jovens escolares não consideraram seus colegas como conhecedores de regras ou julgaram eles como parciais, prejudicando suas equipes. Este evento indicou ter sido influenciado pela insuficiência na melhor organização de jogos entre eles. Isto aponta para a necessidade de indicar os alunos para arbitram seus próprios jogos, em maior número de vezes nas aulas de Educação Física. Isto pode contribuir na conscientização dos alunos para a responsabilidade do que é arbitrar um jogo e a importância de conhecer bem as regras. O aluno pode sentir, na prática, o que é ser pressionado por excessivas reclamações ao árbitro e como isto prejudica o jogo.

O elemento cultural de torcida de futebol, representado principalmente pela rivalidade regional entre os clubes, parecem exercer entre os jovens escolares influências no respeito ao adversário. As chacotas antes, durante ou depois do jogo se manifestam nos jogos dos jovens escolares como uma transferência da cultura das torcidas organizadas de futebol. Percebeu-se que neste sentido existe uma tolerância e aceitação entre os jovens escolares, uma vez que boa parte deles tem este tipo de comportamento. Este tipo de comportamento se associa mais aos meninos, como maiores adeptos ou simpatizantes dessa cultura de torcida organizada de futebol.

Os jovens escolares demonstraram a tendência em cometer desigualdades, principalmente na escolha das equipes, em que os mais habilidosos buscaram se agrupar em maior número possível. Os jovens escolares demonstraram a necessidade de uma maior consciência quanto às diferenças nas qualidades físicas e motoras e como isto pode influenciar na organização do jogo, e principalmente nos aspectos afetivos dos menos habilidosos. Isto remete o professor de Educação Física para um direcionamento maior de discussões com os alunos, nesta faixa, etária sobre estas diferenças e suas consequências no jogo e nos praticantes.

A malandragem, apontada como um elemento cultural brasilei-

ro, tendeu a se caracterizar na prática do jogo, entre os jovens escolares como um meio ilegal e/ou fraudulento de jogar, expressado na astúcia e criatividade de transgredir. O sentido malandro do jogador desaprova o sentido “cavalheiro” do *fair play*, mas se propõe acima de tudo não contrariar as regras, porém utilizar artifícios que as regras não prevêm proibidas, mas que possam servir a favor do jogador. Esta foi uma característica entre os jovens escolares. Esta característica deve ser bem analisada pelos professores, no sentido que não coibir a criatividade e a ludicidade desta ação dos jogadores, no entanto tendo o cuidado de estabelecer os devidos limites do que realmente pode e não pode ser feito no jogo, preservando o seu sentido ético.

Uma vez que, experiências externas à prática e a construção em grupo foram eventos verificados nesta investigação observa-se, sob o ponto de vista das teorias do desenvolvimento moral, que as análises e discussões dos resultados sugerem a viabilidade da utilização tanto da aprendizagem social quanto do construtivismo como referências teóricas para a aplicação de práticas do *fair play* na educação de jovens escolares.

Sugere-se que em futuros estudos aplique-se o método da observação, como técnica de pesquisa, no sentido de observar a prática do jogo e se analise o comportamento efetivo dos jogadores, sob o ponto de vista da prática do “fair play”. Em função da identificação dos fatores intervenientes na prática do *fair play* dos praticantes esportivos, seja nas aulas de Educação Física Escolar ou em programas de iniciação esportiva, sugere-se, também, que sejam desenvolvidas estratégias de ensino voltadas para o desenvolvimento moral do indivíduo.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Neise G. Bases multiculturais do Olimpismo. In TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine (Eds.) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999
- DACOSTA, Lamartine P. O Olimpismo e o Equilíbrio do Homem. In TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine (Eds.) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

- GOMES, Marta C. Solidariedade e Honestidade: os fundamentos do fair-play entre adolescentes escolares. In TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine (Eds.) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.
- LENK, H. Toward a Social Philosophy of the Olympics: Values, Aims and Reality of the Modern Olympic Games. In GRAHAM, P.J. & UEBERHORST, H. (Eds.) *The Moderns Olympics*. West Point: Leisure Press, 1976. p.109-69.
- LOLAND, Sigmund. Fair Play – Historical Anachronism or A Topical Ideal? In *International Seminar on Philosophical Issues in /sport and Physical Education* 17-19 Março 1995.
- MCINTOSH, P. *Fair play: Ethics in sport and Education*. London: Heinemann, 1979.
- TAVARES, Otávio. Algumas reflexões para uma rediscussão do *Fair play*. In TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine (Eds.) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.
- TURINI, Marcio. *Comportamento Normatizado versus Comportamento Efetivo na Prática do Fair play entre Jovens Escolares, de Quintino, Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGEF/UGF, 2002.
- VIEIRA, José Luiz. *Avaliação do Desenvolvimento Moral de Adolescentes em relação a Dilemas Morais da Vida Diária e da Prática Esportiva*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 1993.

Notas

- ¹ Loland, Sigmund. *Fair Play – Historical Anachronism or A Topical Ideal?* P:5
- ² TURINI, Marcio (2002). *Comportamento Normatizado versus Comportamento Efetivo na Prática do Fair play entre Jovens Escolares, de Quintino, Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: PPGEF/UGF.

- ³ McIntosh, Peter. *Fair Play, Ethics in Sport and Education*, cartas 1-4 e 9.
- ⁴ Comportamento efetivo é o comportamento que o indivíduo apresenta não apenas pela influência de regras e normas preestabelecidas, mas também em função do estado psicológico e motivação, e do sujeito cultural e religioso que ele é. Esta próximo do *fair play* não formal (Lenk, 1976).
- ⁵ comportamento normatizado significa aquele comportamento que o indivíduo apresenta em face de normas escritas, quer dizer, está relacionado ao cumprimento de regras, caracterizando-se como uma norma-obrigação. Este comportamento está ligado ao “*fair play*” formal (Lenk, 1976), porque se caracteriza como um comportamento objetivo.
- ⁶ Essa instrução de espírito esportivo teve o propósito de estabelecer um comportamento normatizado dos jovens escolares na prática esportiva. O que foi verificado nas opiniões e percepções de *fair play* nas situações simuladas de jogo (dados adquiridos em questionários).

Valores do Fair Play nas aulas de Educação Física e na prática esportiva dos alunos das Escolas Agrotécnicas Federais

Prof. Ms Cristiano Melga Belém

Membro da Academia Olímpica Brasileira (AOB)

cmbelem@bol.com.br

1 - Introdução

A pesquisa aqui apresentada visou avaliar o impacto da educação física nos cursos profissionalizantes de nível médio, tendo como principal objetivo o entendimento dos valores de comportamento dos alunos das Escolas Agrotécnicas Federais.

A expansão das atividades físicas em escala mundial aumentou o interesse dos educadores com respeito ao esporte na escola e a disciplina de educação física. Documentos Internacionais como Agenda Berlim, Declaração de Punta Del Este e Manifesto Mundial FIEP de Educação Física reforçam a idéia da importância da prática de atividades físicas desportivas e principalmente da educação física escolar.

No sistema escolar brasileiro encontramos freqüentemente a oferta de uma Educação Física voltada para a saúde e associada ao desenvolvimento sociocultural. Este tipo de Educação Física é a que encontramos no universo das Escolas Agrotécnicas Federais, escolas-fazenda que apresentam características singulares como, período integral e internato que e estão presentes em 18 estados brasileiros, nas 45 unidades existentes.

O estudo diagnóstico dos valores e comportamentos presentes no cotidiano escolar e esportivo dos alunos teve a finalidade de validar a importância da disciplina de educação física na orientação e formação dos jovens nas Escolas Agrotécnicas Federais.

A rede federal de ensino médio e tecnológico é composta pelas Instituições Federais de Educação Tecnológica - IFET num total de 137 escolas, 45 delas Escolas Agrotécnicas Federais que contavam em 2000, ano de realização da pesquisa, com 16326 alunos em seus cursos.

Todas as Escolas Agrotécnicas Federais possuem professores de Educação Física, a prática de atividades físicas esportivas e de lazer é comum para os alunos destas dessas escolas-fazenda.

1. 1 - O Esporte na Escola

As atividades físicas e esportivas nasceram com o homem, como resultado da sua natureza lúdica. A civilização grega foi a que mais valorizou a atividade física como meio pedagógico. Platão e Aristóteles já se referiam ao valor da atividade física tanto em seus aspectos educacionais, quanto morais, estéticos e mesmo religiosos. (DaCosta, 1980).

Após um período obscuro o esporte ressurgiu com Rousseau, no Iluminismo francês, que preconiza a escola pública para todos e associa a Educação Física para todos. No século XIX o esporte é resgatado junto à escola com Thomas Arnold na Inglaterra, que justifica a importância das atividades físicas e esportivas na formação moral e ética dos jovens.

Neste estágio encontramos as raízes do fair play, quando Pierre de Coubertin vislumbra no sistema educacional inglês um modelo para França. Coubertin, também, é o responsável pelo renascimento dos Jogos Olímpicos em 1896, procurando manter as raízes gregas.

1.2 - Valores aprendidos no Esporte e na Escola

O esporte como fenômeno cultural da sociedade contemporânea sempre foi utilizado como ferramenta para desenvolvimento de políticas educacionais via programas esportivos, que

em via de regra se propõem a promoção de comportamentos pró-sociais, promovendo o desenvolvimento: ético, moral, social, físico e intelectual dos participantes.

Para MATOS (1997), não encontramos suporte consistente na literatura que ratifique a idéia da construção de caráter e desenvolvimento moral através da aplicação de programas esportivos. Gonçalves (1997), reconhece a falta de validação científica para a mesma questão, e acrescenta que a importância de outros fatores como: pais, professores, técnicos, amigos são fundamentais para promoção de comportamentos pró-sociais.

Para VIEIRA (1993), orientação e estímulos adequados concomitantes a pratica esportiva contribuiriam para o desenvolvimento integral dos jovens.

2 - Conceitos abordados

2.1 - A Moral e a Ética nos Esportes

SANTOS (1998), verificou a existência de 3 categorias de estudos relativos ao tema: os empíricos, de campo e teóricos. Com abordagens que vão de conceitos filosóficos, violência, valores morais, doping, motivação entre outros.

O estado atual do conhecimento sugere que a prática esportiva oferece oportunidades para o desenvolvimento de comportamentos e qualidades físicas, sociais e culturais. Sendo que o esporte é possuidor de um conjunto de regras e normas próprias que lhe confere um sentido normativo, contribuindo assim, para o desenvolvimento ético e moral dos seus praticantes.

Na presente pesquisa a moral e a ética no esporte é abordada sobre a ótica do *fair play*, em que seus conceitos e valores constituem os padrões éticos propostos para os praticantes dos esportes.

2.2 - Fair Play

O termo *fair play* que significa jogo limpo e, segundo ABE (1988), é originada da palavra inglesa sportmanship, que era relacionada

às habilidades e ao sentimento de bem estar e bem viver, passando com a evolução dos esportes no séc XIX, símbolo da aristocracia inglesa, a incorporar os conceitos de comportamentos éticos no esporte.

Hans Lenk divide o *fair play* em 2 categorias, formal relacionado aos cumprimentos das regras e regulamentos esportivos e o não formal baseado nos valores morais de cada indivíduo. Já Ommo Grupe entende o *fair play* como princípio de justiça e honestidade e adesão voluntária as regras. MARTENS define o *fair play* como comportamento moral típico do meio esportivo.

3 - Síntese histórica

3.1 - O Movimento do Fair Play Mundial

Após a segunda guerra mundial, começa a haver uma preocupação das autoridades e organizações internacionais com os valores distorcidos vinculados ao esporte, como a violência, prestígio político e financeiro, comercialização, entre outros. Organizações internacionais, como a UNESCO, começam a produzir documentos e criar programas de incentivo ao desenvolvimento de conceitos e valores do *fair play*.

Segundo Gonçalves 1999, são 4 os documentos fundamentais:

- Manifesto sobre desporto e *fair play* (1971) - publicado pelo Comitê Francês de *Fair Play*;
- Manifesto sobre o *fair play* - publicado pelo ICSSPE, International Council of Sciences of Sport and Physical Education;
- Código de Ética Desportiva (1992) - Editado pelo Conselho da Europa;
- Declaração sobre o *fair play* - "*fair play* para todos" (1992). Editado pelo CIFP - Comitê Internacional para o *fair play*

3.2 - O Movimento do Fair Play no Brasil.

Os estudos relacionados ao *fair play*, moral e ética nos esporte só tomou impulso no país a partir da década de 90, segundo Santos, até 1998 com 18 produções na área.

4 - Relevância do estudo

O estudo foi elaborado de acordo com o pressuposto de que as aulas de educação física e a prática esportiva com foco central na ética e na moral poderão constituir avanços pedagógicos na educação brasileira e particularmente nas Escolas Agrotécnicas Federais.

Sendo assim, nossa proposta de investigação foi uma análise diagnóstica com alunos de todas as regiões brasileiras pertencentes a um sistema de ensino singular, a rede de Escolas Agrotécnicas Federais. Isto se deu devido à carência na experiência brasileira tanto quanto aos números de estudos na área, como a existência de investigações com grandes números amostrais.

5 - Objetivos do estudo

Na perspectiva do desenvolvimento da inclusão social e de posturas comportamentais, a investigação teve como propósito: propósito:

- a diagnosticar comportamentos éticos e morais presentes nas atividades físicas esportivas e nas aulas de educação física das EAF;
- Centrar o diagnóstico nos valores do *fair play*, visando a verificação de comportamentos adquiridos socialmente nas aulas de educação física e nas práticas esportivas;
- Dar sentido e significado ao diagnóstico por mediação dos conceitos e opiniões dos alunos quanto à disciplina de educação física e a prática desportiva.

6 - Métodos e procedimentos

O Universo da amostra foram os alunos matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio das 45 Escolas Agrotécnicas Federais brasileiras no ano de 2000. A amostra foi representada por 36 das 45 escolas de todas as regiões brasileiras com um total de 5341 alunos entrevistados.

Foi estabelecido para validade estatística do estudo um número mínimo de 100 questionário por Instituição.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário semi-estruturado, composto de duas partes: primeira parte levanta dados para identificação dos sujeitos da amostra e está relacionada a percepção dos alunos quanto a disciplina de EFI e a prática de atividades físicas e esportivas na escola; a segunda parte está relacionada ao questionário que investiga os valores do fair play composto por doze questões que abordam dilemas morais comuns ao ambiente escolar e esportivo dos alunos das EAF.

O contexto dos dilemas morais propostos era comum ao ambiente escolar das EAF e foram apresentados em quatro situações distintas: durante a aula de educação física; nas atividades praticadas durante o tempo livre na escola; em competições internas da EAF; em competições externas da EAF.

Os dilemas foram distribuídos em 8 categorias de comportamento observados sob a ótica do fair play. São eles:

- Solidariedade e promoção do esporte;
- Honestidade e auto disciplina;
- Fair Play - clássico, Cavalheirismo e Nobreza
- Respeito mútuo, promoção do esporte, relações humanas
- A paz e o respeito mútuo, cavalheirismo e nobreza
- A paz e o respeito mútuo, auto disciplina
- Cavalheirismo, respeito mútuo, relações humanas
- Igualdade de oportunidades e companheirismo

O contexto dos dilemas morais propostos era comum ao ambiente escolar das EAF e foram apresentados em quatro situações distintas. As respostas caracterizavam uma opção de comportamento aos dilemas propostos no enunciado. O questionário continha três alternativas de resposta:

- Demonstração de comportamentos que caracterizavam concordância a favor dos valores do *fair play*;
- Demonstração de comportamentos que caracterizavam a não concordância com valores do *fair play*;
- Demonstração de comportamentos que estão relacionados com o *fair play*, mas que não estão claramente definidos.

Em síntese, o instrumento pretendeu obter de cada respondente a opinião frente a um dilema moral durante a prática esportiva e qual o comportamento assumido. Ao final da Investigação, 36 das 45 EAF tinham participado do estudo.

6.1 - *Análise Estatística*

Realizada sob consultoria de uma profissional de bioestatística. Os dados foram analisados através da utilização do software *Statistic Analysis System*.

A associação significativa foi verificada com a utilização do teste qui-quadrado e a análise de variância para determinação do nível de significância. Sendo adotado como critério o valor de 0,05 ou 5% de significância.

Foram criadas a partir da análise inicial dos dados tabelas de contingência que fornecem a frequência e o percentual das respostas aos dois questionários.

Com objetivo de verificar a existência de inter relações entre as variáveis do estudo utilizou-se a técnica estatística denominada Análise das Correspondências Múltiplas. A análise das correspondências múltiplas permite avaliar a associação entre linhas e colunas de uma tabela, permitindo sua representação no espaço.

A interpretação dos resultados, a partir da Análise das Correspondências Múltiplas torna-se de fácil visualização, uma vez que as categorias formadas pelas respostas predominantes da população estão próximas à origem (coordenadas próximo de zero). As respostas que apresentam distribuição diferenciada do comportamento padrão são atribuídas a grupos atípicos; nestas condições, a análise praticada procura identificar tais grupos.

A Análise das Correspondências Múltiplas também foi utilizada para verificar a consistência entre os dilemas morais propostos, agrupados nas categorias de comportamentos. Em todos os grupos, a técnica de Análise das Correspondências Múltiplas mostrou que existe consistência entre as questões e suas respectivas categorias

7 - Discussão dos Resultados

Os resultados da pesquisa foram discutidos dentro da relevância estatística identificada nas diferentes abordagens e comparados com outros estudos semelhantes encontrados na literatura. Os resultados foram relacionados com as atitudes dos alunos na disciplina de Educação Física, na prática de atividades físicas nas escolas agrotécnicas e variáveis investigadas quanto aos dilemas morais.

Após serem realizadas as correlações entre as variáveis da pesquisa e as inter relações com as 8 categorias de comportamentos observados, foram apresentadas as características de convergência e divergência com outras pesquisas sobre o fair play encontradas na literatura recente os seguintes resultados:

- o sexo feminino mostra maior adesão a categoria de comportamento igualdade de oportunidades e companheirismo no esporte;
- Existe uma tendência de não concordância com os valores do fair play para os maiores de 22 anos, independente da categoria de comportamento observada. Verifica-se ainda uma tendência a concordância para as faixas etárias mais novas independente da categoria de comportamento Resultados semelhantes foram encontrados por Gomes (1999) e Portela (1999);

- Existe uma tendência de não concordância com os valores do *fair play* para os respondentes que não reconhecem a importância da educação física, bem como da utilidade do que é aprendido na disciplina. Entretanto para aqueles que reconhecem a importância da educação física e sua utilidade para a vida, a tendência a aceitar os valores positivos foi maior.

8 - Conclusões

A análise dos dados via Análise das Correspondências Múltiplas podem indicar por hipótese que a educação física como disciplina regular nas Escolas Agrotécnicas Federais é potencialmente capaz de desenvolver comportamentos sociais positivos.

Verificou-se que a maioria dos alunos das Escolas Agrotécnicas Federais preferem a prática de atividades esportivas coletivas.

O índice de 0,7% dos alunos que não gostam da aula de educação física, é o mais significativo da amostra em concordância com os 84% que reconhecem que há uma utilidade na disciplina e com os 81,5% que se dizem praticantes regulares de atividades esportivas.

Os praticantes de esportes das Escolas Agrotécnicas Federais distinguem-se por não se auto acusarem por violação ou infração das regras, transferindo a obrigação moral pessoal para pessoas supostamente responsáveis como árbitros ou organizadores. Esta constatação é similar a de outras pesquisas no tema de *fair play* produzidas no Brasil e no exterior.

Em geral, a não concordância com os valores do *fair play* está associada à característica de não se dar importância à disciplina de educação física e não praticar esportes, nas diferentes abordagens exploradas pela investigação.

Os alunos que associam a aula de educação física exclusivamente ao treinamento de alguma modalidade, ou daqueles que só gostam de jogar futsal, geralmente revelam-se não concordantes com os valores do *fair play*.

Entre os alunos das Escolas Agrotécnicas Federais, os de sexo feminino mostram maior adesão à igualdade de oportunidades e companheirismo no esporte, confirmando pesquisas no mesmo tema

realizadas no Brasil e no exterior.

A disciplina de educação física nas diferentes análises desenvolvidas pela investigação sugeriu ser viável não somente na transferência de valores do *fair play*, mas também na assimilação de componentes éticos e morais que devem estar inseridos na Educação como um todo.

Os alunos das Escolas Agrotécnicas Federais possuem entre eles um código, em que predomina a solidariedade e companheirismo. Entretanto, em situações de confronto ou de competição este código é menos perceptível e respeitado.

Considerando os valores do *fair play* relacionados ao esporte escolar, é possível admitir que o respeito às regras do jogo, verdadeiro dilema moral da vida esportiva, pode ser decorrente do contrato virtual, da modalidade esportiva praticada ou das regras instituídas em diversas modalidades.

Há evidências que os alunos das Escolas Agrotécnicas Federais apresentam características específicas quando relacionados a determinados valores preconizados pelo *fair play*. Neste contexto, os valores de companheirismo, solidariedade e relações humanas aparentam estar diretamente relacionados a peculiaridades do ensino agrotécnico: período integral, internato e escola-fazenda, que possibilitam maior tempo de convivência entre os alunos.

Em termos de metodologia, as conclusões cabíveis são de que os estudos existentes de investigação sobre comportamentos e *fair play*, na maioria das vezes utiliza técnica estatística que altera a natureza original dos dados, uma vez que sendo de natureza qualitativa, posteriormente são transformados em quantitativos. Portanto, há que se criar novos tipos de questionários e novas abordagens estatísticas. Nas pesquisas tradicionais, as deficiências ocorrem pelo uso de escalas numéricas que ajustam e alteram a natureza original dos dados, como o caso da Escala de Linkert, que têm sido a mais utilizada nos estudos de investigação do *fair play*. No caso da presente investigação, a utilização da Análise das Correspondências Múltiplas possibilitou uma interpretação mais segura e consistente, visto que é uma técnica específica para dados de natureza qualitativa e não permite a perda da originalidade dos mesmos.

9 - Recomendações

Propomos que novos estudos dêem continuidade e promovam um aprofundamento no tema por meio de inovações metodológicas, quando possível através da Análise das Correspondências Múltiplas.

Considerando a Escola o local ideal e determinado pela sociedade para transmissão de valores e conhecimentos universais, assim como a disciplina de educação física uma ferramenta para tal. A utilização de mecanismo educacional inter e multidisciplinar, inclusive os esportes, para a promoção de valores de comportamento pró-sociais, éticos e morais é fundamental no processo institucional da Escola.

Cabe enfatizar ainda que programas de promoção e desenvolvimento de valores éticos e morais podem ser desenvolvidos na escola através da disciplina de educação física, pois ela, possibilita aos alunos a oportunidade de durante a sua permanência na escola, vivenciar e incorporar estes valores nas aulas e na prática esportiva. Sendo assim, acreditamos que compete ao professor o papel de disseminador de valores e ideais de comportamento éticos e morais que estejam associados tanto ao esporte como à vida.

Sugerimos ainda, que novos estudos sejam realizados abordando temas que estejam associados ao cotidiano escolar e venham somar esforços na busca de uma escola de melhor qualidade e na formação de um ser humano mais ético e consciente de seu papel de cidadão e de profissional.

Referências Bibliográficas

- ABE, I. (1988). A study of the chronology of the modern usage of "sportmanship". In English, American and Japanese dictionaries. *International Journal of History of Sport*, London, 5, 3-28, maio.
- CAILLÉ, A. (1994). *The Concept of fair play*. Lausanne:IOC.
- CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1996). *O espírito desportivo é importante: princípios básicos*. Oeiras, Portugal.

- _____. (1997). *Manifesto sobre o espírito desportivo no desporto e na educação física*. Oeiras, Portugal.
- _____. (1999). *O espírito desportivo é importante (Carta sobre o espírito desportivo)*. Cadernos do Espírito Desportivo. Oeiras, Portugal.
- _____. (2000). *Códigos de ética e de conduta nas práticas desportivas*. Cadernos do Espírito Desportivo. Oeiras, Portugal.
- COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL. (1997). *Olympic Charter*. Lausanne: COI.
- CONSELHO DA EUROPA. (1996) *Código de ética esportiva*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- DACOSTA, L. P. (1980). *Esportes*. Biblioteca Educação é cultura. Rio de Janeiro: Bloch.
- DEFRANCESCHI NETO, M. (1999). O Brasil e o movimento olímpico internacional no período de 1894 a 1935. In O. Tavares & L. DaCosta (Orgs). *Estudos Olímpicos*. (pp 131-139). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.
- GOMES, M. C. (1999). Solidariedade e honestidade: os fundamentos do fair-play entre adolescentes escolares. In O. Tavares & L. DaCosta (Orgs). *Estudos Olímpicos*. (pp 207-222). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.
- GONÇALVES, C. (1988). O espírito desportivo na formação do jovem praticante. In *Revista de educação física e desporto horizonte*, V(28).
- _____. (1990). Espírito desportivo como factor de educação. In *Actas do seminário internacional espírito desportivo*. Oeiras: Câmara Municipal.
- _____. (1997). *O pensamento dos treinadores sobre o espírito desportivo na formação dos jovens praticantes*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- _____. (1997). *O estudo do fair play na Europa*. Comunicação apresentada no Olympic Fórum, integrado ao Congresso Mundial de Educação Física (AIESEP), Rio de Janeiro.

- GONÇALVES, C.; PIÉRON, M. & CARREIRO DA COSTA, F. (1997). *Os valores no Desporto Juvenil: Estudo comparativo entre praticantes e não praticantes*, Pôster apresentado no AISEP, Rio de Janeiro.
- LEE, M. J. (1996). *Young people, sport and ethics: an examination of Fair play in youth sport*. Relatório técnico do Sports Council Research Unit: Londres.
- LEE, M. J. & Cook, C. (1990). *Review of the literature on fair play with special reference to children's sport*. Paris, France: Council of Europe for Pair Play.
- MATOS, R. M. (1997). A prática desportiva e desenvolvimento moral. In *Revista de educação física e desporto horizonte*, XIII (78).
- MARTENS, R. (1978). *Joy and sadness in children's sports*. Champaign, Human Kinetics.
- MARTENS, R. (1988). Helping children become independent, responsible adults through sports. In E. Brown & C. Branta (Orgs). *Competitive sports for children and youth*. (pp 297-307). Champaign, Human Kinetics.
- MCINTOSH, P. (1979). *Fair play: Ethics in sport and Education*. London: Heinemann.
- MONTENEGRO, E. L. L. (1994). *A educação física e o desenvolvimento moral do indivíduo numa perspectiva Kohlberguiana*. Dissertação de mestrado, Faculdade de educação física, UGF, Rio de Janeiro.
- NOÉ, R. A. M. (1995). Análise das associações inter e intra fatores motivacionais relativos às relações de trabalho em uma grande empresa estatal: uma aplicação da análise das correspondências múltiplas a partir de um esquema amostral estratificado. *Tese de mestrado*. UFRJ, Rio de Janeiro.
- PARRY, J. (1998). *The values of olimpism and sports education for tomorrow*. A paper prepared for the 4th session for directors of National Olympic Academies International Olympic Academy, Ancient Olimpia, Greece.

- _____ (1994). The moral and cultural dimensions of olympism and their educational application. In: *International Olympic Academy*. 34th session. (pp 181-195). Ancient Olympia: International Olympic Academy.
- PORTELA, F. (1999). Contrapondo teorias da formação ética e a prática do fair play. In O. Tavares & L. DaCosta (Orgs). *Estudos Olímpicos*. (pp 223-239). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.
- _____. (2000). *Fair play, que Fair play? Doutrina, ou Exercício da Moral*. Dissertação de Mestrado. UGF: Rio de Janeiro.
- SANTOS, A. R. R. (1998). *Espírito esportivo e moralidade: um estudo com adolescentes da população brasileira*. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, Portugal.
- SANTOS, A. R. R. & Roazzi, A. (1997b). O espírito esportivo entre portadores de deficiência e universitários da cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. In *Revista Corporis*, II(2), 29-37, jan/dez.
- SERGIO, M. (1990). Espírito desportivo: uma questão de ética. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 11, 3.
- TAVARES, O. (1998). *Mens fervida in corpore lacertoso? As atitudes dos atletas olímpicos brasileiros frente ao olimpismo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de educação física, UGF, Rio de Janeiro.
- _____ (1999) Referenciais teóricos para o conceito de 'olimpismo'. In O. Tavares & L. DaCosta, (Orgs). *Estudos Olímpicos*. (pp 15-49). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.
- TAVARES, O. & GOMES, M. C. (1999). A contribuição da academia olímpica internacional para a discussão e difusão do olimpismo. In O. Tavares & L. DaCosta (Orgs). *Estudos Olímpicos*. (pp 240-281). Rio de Janeiro: Editora Gama Filho.
- VIEIRA, J. L. (1993). *Avaliação do desenvolvimento moral de adolescentes em relação a dilemas morais da vida diária e da prática esportiva*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física, UFSM, Santa Maria.

Uma reflexão filosófica sobre o processo do Olimpismo na relação da *physis*, tendo o Esporte como meio e o Ser Humano Atleta como o fim

Prof. José Antonio Martins Júnior;
Profa. Elizabeth dos santos morais;
Prof. Dr. Heron Beresford

UCB

Para Pierre Coubertin in Tavares (1999, p. 13), a prática esportiva seria um meio de promoção educacional, moral e social que se destina a transformação dos indivíduos, das sociedades e das nações, a que se denomina *corpus* de valores ou Olimpismo.

De com o Princípio Fundamental n. 2 contido na Carta Olímpica (1997):

“O Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades de corpo, espírito e mente, combinando o esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais.” (p. 8)

E como objetivo, de acordo com a mesma fonte citada anteriormente:

(...) “colocar em toda parte o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, na perspectiva de encorajar o estabelecimento de uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.” (p. 8)

Diante desta situação, é necessário perceber que o Olimpismo busca exclusivamente ressaltar a importância da utilização do esporte como um meio de interferir positivamente na vida do Ser Humano.

Porém com a expansão do Movimento Olímpico conectada a expansão mundial de ícones, valores e comportamentos da sociedade ocidental moderna, pode acontecer uma articulação da mídia, patrocinadores e o COI – Comitê Olímpico Internacional, estabelecendo uma postura paradigmática do conceito de valor (resultado). (Lenk 1976; Ren 1997; Hoberman 1992; Donnelly 1995)

Percebe-se então, que o Olimpismo relaciona o tema da ética, como sendo o “pano de fundo” na construção de seu ideário.

No passado, ética e ciência disputavam a dominação de uma sobre a outra. A tecnologia, em aliança com a ciência da natureza formou um império auto-referente, auto-dirigido, independente do Homem (Ladrière, 1970). Porém, a ética radicalizou a compreensão e o papel do Homem, exaltando-o como “senhor da natureza”.

Neste conflito existente entre ética e tecnociência, constata-se a necessidade de uma interdependência, ressaltando que a humanidade e a liberdade como produto da evolução, devem trabalhar e avançar não somente através do saber simbólico (organiza e reorganiza em direção ao horizonte ético), como também do saber tecnocientífico (aspecto físico e biológico).

Com relação a ciência, esta tomará dimensões humanas quando o Homem encontrar o caminho de uma ética aberta e atenta aos progressos científicos, aliando-se para o surgimento de novas oportunidades de crescimento (Ladrière, 1996). Demonstrando que a ética e a ciência têm uma meta em comum: o bem estar da humanidade, de todas as formas de vida e da natureza (Heidegger, 1988).

Na concepção metafísica do “ser Atleta”, deduz que o rumo ético deve seguir para realizar sua essência e alcançar a finalidade intrínseca ao seu ser: a felicidade.

Para esta felicidade, a substância humana deve ser compreendida a partir de dois princípios ontológicos: a matéria e a forma. A matéria como princípio indeterminado da existência (todos os seres se compõem de matéria) e a forma (como princípio de determinação ou da especificidade (a razão específica do Homem). Portanto a matéria e pura potencialidade à espera de vir-a-ser, atualidade específica pela forma que lhe dá a dimensão de uma espécie humana (Pegoraro, 2002). Sendo a raiz desta substância a *physis*, realidade primeira e princípio radical de tudo que existe, transformando o universo um grande animal vivo em eterno vir-a-ser (Borheim, 1979)).

E esta *physis*, relaciona o Homem, como um ser racional, que existe como fim em si mesmo e não como meio para quaisquer usos desta ou daquela vontade... (Kant, 1986).

Nesta concepção, o Olimpismo se torna um meio de interferência neste vir-a-ser do Ser Humano, que para Kant (1986), o Homem deve sempre agir sempre de maneira que a humanidade seja tomada, tanto em sua própria pessoa como na de qualquer outro, sempre como fim, nunca apenas como um meio.

Por isto, nota-se que a mídia, patrocinadores e o COI, devem perceber o “valor” da dignidade humana, que para Kant (1986), “no reino dos fins tudo tem preço ou dignidade. Aquilo que tem preço pode ser substituído por algo equivalente; porém o que se acha acima de todo preço e não admite nada de equivalente, isto tem dignidade”.

Diante dessa situação, conclui-se que é praticamente impossível o diálogo da tecnociência como uma teoria ética que parte de uma doutrina absoluta e transcendente de pessoa; sendo a pessoa o pilar central do edifício ético, é necessário que o nosso tempo elabore uma imagem flexível do ser Humano, capaz de dialogar com as diferentes convicções ético-filosóficas e tecnocientíficas; é preciso criar uma ética que acompanhe e interprete o acontecer da vida cotidiana, sobretudo da tecnociência, possibilitando o Olimpismo um meio de formação do ser-atleta-humano numa perspectiva Cultural Humanizada.

Referências Bibliográficas

- COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL. *Carta Olímpica*. Lausanne: COI, 1997.
- BORNHEIM, G. *Os Filósofos Pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HOBERMAN, J. M. Olympic universalism and apartheid issue. In: LANDRY, F. Et alli (Eds.). *Sport. The third millennium*. Quebec: Les Presses de L'Université Laval, 1992.
- LADRIÈRE, J. *L'articulation du sens*. Paris: Aubier Montaigne, 1970.
- LENK, H. Toward a social philosophy of the Olympics: values, aims and reality of the modern Olympic Movement. In: GRAHAM, P. J. & UEBERHORST, H. (Eds:) *The modern Olympics*. West Point: Leisure Press, 1976.
- KANT, I. *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Ed. 70, 1986.
- PEGORARO, Olinto A. *Ética e Bioética – Da subsistência à existência*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- REN, H. *Culturalism and educational values of Olympism*. In: 3RD JOINT INTERNATIONAL SESSION FOR EDUCATIONISTS AND STAFF OF HIGHER INSTITUTES OF PHYSICAL EDUCATION, Ancient olympia: IOA, 1997.
- TAVARES, Otávio. Referências teóricas para o conceito de "Olimpismo". In: *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.

O resgate do conceito de *physis* a partir de Martin Heidegger para um repensar do Olimpismo

Md. Maria Inês Guedes de Oliveira Lopes

Mestranda em Ciência da Motricidade Humana da
Universidade Castelo Branco/RJ

Prof. Dr. Heron Beresford

Professor Titular do Programa Estrito Senso em Ciência da
Motricidade Humana da Universidade Castelo Branco/RJ

Prof. Dr. Manoel José Gomes Tublino

Professor Titular do Programa Estrito Senso em Ciência da
Motricidade Humana da Universidade Castelo Branco/RJ

1- Considerações Iniciais

No âmbito da investigação filosófica para se interpretar um determinado tema, precisamos inseri-lo no âmbito de uma temática específica de resolução de tal tema valendo-nos de questões inerentes às mesmas para melhor esclarecê-las.

Para efeito deste trabalho, o tema do Ser é o assunto a ser interpretado e a problemática específica de resolução de tal interpretação diz respeito à metafísica assim como à ontologia lato e estrito senso. Enquanto que a questão norteadora da investigação será a seguir apresentada.

Valendo-nos da proposta de Martin Heidegger no seu trabalho *Introdução à Metafísica* (Heidegger, 1999, p.33) utilizaremos a questão por ele proposta: **"Por que há simplesmente o ente, e não antes o Nada?"**.

Começaremos por dar à questão um outro formato com o intuito de explicitar melhor aquilo que nos pareceu ser a *alma* da preocupação do referido autor. Dessa maneira, transformaremos a questão referida acima em: **Afinal, porque existe o ente (e não o nada)?**

A pergunta, que não se detém em nenhum ente de qualquer espécie, abrange todo o ente:

- O atual
- O que já foi
- O que será

E ainda abarca tudo, além do Nada, ou seja, excetuando-se o nada, tudo o que existir imediatamente a seguir é **ente**. Paradoxalmente, o próprio Nada na medida em que dele falamos, já deixa de ser nada para *ser* o **nada**, que, embora não comporte o sentido de ser “alguma coisa”, já é algo sobre o que se fala e a partir daí, momentaneamente, um ente.

Ao examinarmos bem suas considerações, pareceu-nos que a questão “afinal, por que existe o ente (e não o nada)” apenas nos indaga: Em que momento deixamos de perceber onde ficou a *Physis*?

Segundo o próprio Heidegger, a questão lançada é que trata da DIGNIDADE da problemática, ou seja, compreendemos que ela aponta para o âmago da temática do Ser. Assim sendo por ser exatamente a pergunta que nos remete ao *fundamento* da nossa investigação, buscando a mais vasta, mais profunda e mais originária de todas as questões em relação ao ser.

Para esse autor, o objetivo da questão, em vez de fragmentar a observação e o estudo do ente, é procurar o *fundo* do ente enquanto ente (ou seja, apro-fundar, enxergar o seu fundamento). Enquanto não nos ativermos a qualquer ser em particular, poderemos estar aptos a perceber essa, que pode ser uma sutil diferença, qual seja: eliminar a preferência de qualquer ser em particular e preferir enxergar tão somente *aquilo que brota* do ente que se nos apresenta.

Todavia, estando nós imbuídos do desejo de investigar o porquê do ente em si, ou não, apesar disto nada há que possamos verdadeiramente enxergar que possa modificar o ente em si mesmo. Isto assim é porque só nos é dado a conhecer aquilo que o ente através de sua *Physis* se nos dá a investigar, a “des-velar”.

Para alcançarmos a aquisição desse conhecimento, a condição é que nos despojemos de uma suposta segurança de nossa própria existência e assim voltemos nossa investigação mais uma vez para a origem do porquê do ente.

É o próprio Heidegger que nos lembra que “nenhuma questão e, por conseguinte, nenhum ‘problema’ científico se entende a si mesmo, se não compreender a questão das questões, i. é, se não a investigar” (Idem, p.37).

É nesse sentido, também, que aprofundar a questão do ente (“afinal, por que existe o ente (e não o Nada)?”) assume o seguinte formato: 1- “De que fundo provém o ente?” e 2- “Em que fundo descansa o ente?”.

Considerando a explanação feita por Heidegger sobre a fundamentação do ente, ele mesmo nos esclarece sobre certos significados, a seguir: Fundo (*Grund*) pode ser um fundamento imaginário; verdadeiramente fundante, que produz fundação (*Ur-Grund*), ou pode ser um abismo, negando qualquer fundação (*Ab-Grund*) ou ainda fingir ser um fundamento, sendo apenas um simulacro, ou seja, **nem** é um fundo verdadeiramente fundante, **nem** uma negação de qualquer fundação.

De qualquer maneira, o que ele procura é decidir a questão lá no fundo que dá fundamento para o ente ser, como tal, o ente que é.

Ainda para Heidegger (IDEM, p.39):

“Tôda questão essencial da filosofia, acha-se necessariamente fora de seu tempo. Por duas razões principais. Ou porque a filosofia se projeta para muito além da atualidade. Ou então, porque faz remontar a atualidade a seu passado-presente originário. Como quer que seja, o filosofar é e permanecerá sempre um saber, que não só não se deixa moldar pela medida do tempo, mas ainda submete o tempo à sua própria medida.”

O que foi dito anteriormente serve-nos para compreendermos melhor que sempre será oportuno tentar resgatar aquilo que houver de originário na temática do Ser, visto estarmos num mundo de relações onde ainda (ou novamente) o próprio homem dispersa-se da

origem do seu ser e do seu Ser para aproximar-se do dito conhecimento científico!

É com o intuito de não perder esse “fio-da-meada” que se faz necessário abrir um parêntese, para lembrar, conforme nos aponta o autor, as incompreensões correntes da filosofia.

Das duas incompreensões que Heidegger aponta, uma é a excessiva sobrecarga que se deposita na essencialização da filosofia, e uma segunda, a distorção de sentido do seu esforço. No caso da primeira, essa corrente incompreensão faz-nos pensar que a filosofia possa ser deficiente e neste sentido, com o argumento de que a metafísica não colaborou para preparar a revolução, por exemplo, pretende-se dizer que não cumpriu o seu papel e deva ser descartada como inútil. Isto, por si só, já é um absurdo uma vez que não é a filosofia que faz uma revolução de maneira imediata, mas é através dela que os nexos mediatos das razões dos revolucionários são conhecidos e a partir daí são eles capazes de reconhecer sua força para a revolução na própria necessidade de fazê-la.

Ainda no parêntese sobre as incompreensões correntes da filosofia, encontramos a distorção do sentido do seu esforço, representada por uma ânsia por obter da filosofia facilidades para o fomento e a aceleração do dinamismo técnico-prático da cultura. Nesse particular, objetiva a filosofia não mais do que restituir às coisas, ao ente, o seu peso (o seu Ser).

São conceitos como o de que a filosofia não pode ser efetivamente “utilizada para fazer nada” e que “não gera qualquer resultado” que são os responsáveis pelos pré-conceitos que chegam ao círculo dos professores e pesquisadores que se dizem pertencentes ao mundo científico.

Ainda no milênio seguinte às palavras de Heidegger, esse último parágrafo mantém-se absolutamente atual!

Não é interesse do autor, pelo que lemos, desmascarar a filosofia dessa incompetência para tomar atitudes, mas antes fazer com que, voltando à questão fundamental do Ser do ente numa perspectiva do poder-vir-a-ser, ou não, levantar novamente a preocupação a respeito de quem é o Ser que aflora do ente, no momento em que este ente entra na nossa ótica, para podermos voltar nossas atitudes em relação ao ente para uma perspectiva: O ente, como tal.

2 - O nascimento da *PHYSIS*

Remonta ao tempo do desabrochar da filosofia ocidental, nascida pelas mãos dos gregos, o termo *Physis* que Edgar Morin (1979) parece querer que seja “res-suscitado” como sendo o interesse científico da *Scienza Nuova*, ou seja, a Ciência Geral da *Physis*.

Aquilo que poderia ter, como traduzido em alguns momentos por “natureza”, o sentido de a natureza, o natural, o mais simples de todo o ente, entrou para a tradução latina como uma palavra — “natura” — que até vem significar “nascer”, “nascimento”, mas mesmo com essa tradução já se perdeu o sentido primordial da palavra *Physis* que, desfigurada, perdeu aí sua identidade (isso aconteceu também com outras palavras). E Heidegger assegura-nos que esse processo de tradução do grego para o “romano” mediante o Cristianismo na Idade Média Cristã, não foi um acontecimento trivial ou inofensivo, mas é o responsável pela alienação da essencialização da filosofia grega.

Foi também nessa distanciação do significado original que as palavras, e *Physis* também, no caso, foram sendo transportadas para a Idade Moderna ainda ligadas a conceitos da Idade Média, e criando os termos e idéias correntes até hoje.

Na tentativa vigorosa de fazer “re-nascer” de fato a *Physis*, Heidegger (1999, p.44) insiste em assinalar mais uma vez a significação desta palavra ao dizer que ela:

“Evoca o que sai ou brota de dentro de si mesmo (por exemplo o brotar de uma rosa), o desbrochar, que se abre, o que nesse despregar-se se manifesta e nele se retém e permanece; o ‘vigor dominante’ (walten) daquilo, que brota e permanece.”

Aqui *walten* tem o sentido de governar, dispor, imperar, mas com a conotação de força, vigor. E acrescenta também que podemos encontrar a palavra *phyein* com o sentido léxico de fazer crescer — o que poderia até certo ponto fazer-nos compreender que na linha do tempo pode-se ter perdido o raciocínio da *Physis* como vigor, disposição, força, para relacioná-la com o mero crescimento

de estruturas físicas (FÍSICAS!) como corpo, ossos, músculos.

A *Physis* como um fenômeno da natureza (do ente) pode se identificar inclusive com o brotar e sair como se observa em várias ocorrências da natureza, tipo nascimento de plantas, ondas do mar, o próprio momento do nascimento do homem. Entretanto, não é com esses fenômenos que se identifica o vigor dominante que brota. A *Physis* identifica-se mesmo com o sair e sustentar-se fora de si e em si mesmo e é o fenômeno em virtude do qual, diz Heidegger, o ente se torna e permanece observável.

Para os gregos a experiência da *Physis* não se deu no campo dos fenômenos naturais. Experimentaram-na eles por força de uma experiência fundamental do Ser facultada tanto pela poesia quanto pelo pensamento e através dessa experiência do Ser é que se lhes desvelou todo o processo de desabrochar que também ocorre na natureza. E assim é que, percebendo esse vigor, que se conserva e se exhibe no desabrochar, tem-se a medida da existência do ENTE que somente existe e é, de fato, a única coisa que existe justamente porque é só o ente que encerra essa possibilidade do ser e do vir-a-ser, ou seja, é através do vigor dominante (a *Physis*) que o ente se faz existir, numa possibilidade de ser (entendido esse ser com o restrito significado de permanência estática) e de vir-a-ser (entendido este no sentido mutável da possibilidade ilimitada). Ou ainda, pode-se dizer “*Physis* é o surgir (Ent-stehen), o extrair-se a si mesmo do escondido e assim conservar-se” (Idem, p.45).

No momento em que se transfere esse sentido de vigor dominante da *Physis* apenas para os aspectos naturais, considerando-a a manifestação fundamental da natureza e compreendendo os movimentos da Física através dela, importamos o risco intrínseco de a materializarmos perdendo então o fio condutor de sua significação. O que chamavam os gregos de *Physis* era exatamente o ente como tal em sua totalidade!

Esclarecendo ainda um pouco mais sobre essa dissipação do significado da palavra *Physis* como entendida nos primórdios de sua existência, acrescentamos, ainda segundo o mesmo autor, que aquilo que nós ocidentais contemporâneos opomos ao físico como sendo o “psíquico”, o anímico, o animado, o vivente, ainda para os gregos fazia parte da *Physis*. O que por outro lado, parecia mesmo

para os gregos opor-se a *Physis*, passava pela *thesis* (posição, estatuto) ou *nomos* (lei, regra, no sentido dos costumes).

Todavia não são os costumes que constituem o moral (que se refere ao que afeta os usos, ao que se funda nos laços da liberdade e em normas da tradição), mas é o *ethos* que diz respeito à livre conduta e atitude e que concerne à configuração do Homem como ser Histórico e que, submetido a influência da moral acabou sendo degradado ao domínio do ético.

Existe ainda o termo *techne* que se refere à criação, construção, como “pro-dução” sapiente. Mas na realidade é o aspecto histórico que veio a se opor ao aspecto físico do ente e que veio a comprimir a *Physis* a um domínio restrito de seu sentido: *ἡ τα φυσει οντα, τα φυσικα*, ou seja: o ente natural.

Investigando o ente como tal, é essa *τα φυσει οντα* que dá o ponto de apoio para conhecer-se a *Physis*. Porém, se quisermos progredir nossa investigação, devemos ultrapassar esse ponto de apoio, ou seja, devemos ir para além da *τα φυσικα*, para conhecermos a totalidade do ente. É justamente usando a preposição meta, em grego, que podemos significar para além da. E é exatamente neste ponto que nos deparamos com a *meta τα φυσικα* para nos servirmos da verdadeira maneira filosófica de investigar.

Embora já possivelmente tenhamos até aqui informações suficientes para entender em qual desvio do caminho se perdeu a *Physis* da trajetória linear para alcançar a partir dos gregos a filosofia contemporânea, pareceu-nos interessante ir um pouco mais adiante no pensamento de Heidegger e observar algumas outras informações.

A cada ente existe, para ele, por exemplo, a possibilidade de ser e de não-ser, de estar ou não-estar, de ter ou não-ter determinada forma. Não está na característica dessa possibilidade que pode ou não vir-a-ser, mas na própria possibilidade, o cerne da potencialidade do ente. E, nesse aspecto, a maneira de perceber a diferença entre o ente e seu ser precisa levar em consideração a maneira de entender a palavra ente. Desse modo, o ente pode, conforme a expressão grega *το ον*, significar aquilo que em cada caso é (ou seja, sua constituição, suas características físicas) e também, em segundo lugar, significa, por assim dizer, aquilo que faz com que esse mesmo ente seja um ente e não um não-ente. No primeiro momento podemos reportar esse ente ao estudo sob a

ótica da ontologia geral, mas, no segundo, somente poderemos fazê-lo se através de uma ontologia que vá buscar o fundamento fundante, que origina o Ser do ente na sua perspectiva de vir-a-ser, apesar da possibilidade de vir-a-não-ser e essa ontologia há que ser uma ontologia fundamental, há que ser um estudo que vá além da (*meta*) *ta physika* (o ente natural).

A respeito da questão original que norteou este trabalho então ("porque há simplesmente o ente e não antes o Nada"), podemos dizer que há uma outra que se revela: "O que há com o Ser?" que é ainda mais profunda.

Para conhecermos a verdadeira importância desse Ser precisamos reconhecê-lo dentro de uma facticidade, ou seja, sua perspectiva histórica e de tempo.

Para Heidegger (Idem, p. 70):

"A investigação da questão metafísica fundamental é Histórica, porque desdobra o acontecer da existência humana em suas referências Essenciais, a saber com o ente, como tal, na totalidade, segundo possibilidades impescutadas, i. é futuras e assim também as religa ao princípio de seu pretérito vigente, dando-lhes, dêste modo, pêsso e perspicácia no presente."

Porém, como o mesmo autor nos fala, sob a pressão de potências como Rússia e América do Norte, essa dificuldade de remeter a *Physis* ao caminho original de sua jornada desde os filósofos gregos até nosso tempo só veio se reforçando e, termos como capacidade, crescer, aprimorar-se, entre outros, deixaram de significar um desejo próprio, uma potência individual, aquilo que emana de dentro do ente, para estarem atreladas a padronizações palpáveis e desmedidamente pré-fixadas para poderem ser comparáveis a modelos de desempenho e assim quantificáveis. Isso chegou a ponto de se entender como sinônimo de qualidade a capacidade de quantificar o desempenho, a desenvoltura e a possibilidade de alcançar objetivos impostos de fora para dentro do ente, sem levar em consideração aquilo que, de dentro deste ente, brota e se revela.

3 - Considerações Finais:

Isso tudo com o intuito de, destarte a perda da conexão com o Ser do ente, com sua *Physis*, com seu vigor dominante, educar *physicamente* o indivíduo, o ente, e o encaminhar, através das trajetórias olímpicas a um ideal de “bom desempenho”. Mediante o aperfeiçoamento de técnicas, chegamos a um rigor tal que pode ser elevada à categoria de ciência a expressão técnico-prática dessa atitude que universaliza sem individualizar e perde a essência do Ser do ente e passa a trabalhar com os entes equiparando-os “inconsci-ente-mente” a “seres” ou coisas, ou ainda na coisificação do ente do Ser do Homem.

No momento que ocorre uma exacerbação da comercialização do ideal olímpico, através da chegada irreversível do negócio no esporte de rendimento, as reflexões desenvolvidas neste estudo remete-nos a um repensar do movimento olímpico, o qual na nossa percepção terá de passar obrigatoriamente pelo resgate dos preceitos gregos das Olimpíadas da Antigüidade.

Referências Bibliográficas

- HEIDEGGER, M. *Introdução à Metafísica*. Apresentação e tradução de Emmanuel Carneiro Leão. 4.ed. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1999.
- MORIN, E. *O Enigma do Homem* 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp. 199-219.

A Areté e o Fair Play na organização do Movimento Olímpico contemporâneo¹

Kátia Rubio;
Marcelo Albuquerque;
Adriano Carvalho;
Felipe Moraes;
Marcelo Souza;
Maria Lucia S. Silva
Universidade de São Paulo
katrubio@usp.br

Resumo

O esporte é uma prática cultural presente na história da humanidade desde a Grécia homérica. Atualmente, associado ao lazer e ao uso do tempo livre é reconhecido como profissão, matéria prima da indústria cultural, além de figurar como uma das poucas formas de rápida ascensão social. Na Antigüidade os Jogos Olímpicos, lugar e momento onde se podia exercitar a prática esportiva em sua plenitude, eram uma excepcional ocasião de aproximação entre os diversos Estados gregos, constituíam a alma das relações inter-helênicas, uma vez que equivaliam a verdadeiras assembléias gerais do povo grego, e serviam de expressão à areté, que representava hombridade, valor que não era aprendido tanto pela transmissão de normas de conduta, mas pela prática da vida de pessoas valorosas. A areté era aprendida na paidéia princípio pedagógico grego que compreendia a prática do esporte, as artes e as letras, e tinha os Jogos Olímpicos como sua principal forma de expressão. O Movimento Olímpico moderno buscou, por meio do fair play reviver

a areté grega. O fair play, ou jogo limpo, pautado na atitude cavaleiresca que predominava nos primórdios do esporte na Inglaterra, sendo depois utilizado como referência para o esporte olímpico, sofreu profundas transformações em seu ideário ao longo do século XX. Relacionado com a atitude comportamental dos envolvidos na organização e realização do espetáculo esportivo, a transformação do fair play tem desencadeado uma nova ordem esportiva onde interesses comerciais têm a primazia na condução do destino de atletas e modalidades esportivas. Considerando a complexidade do tema e a importância social crescente que o esporte vem conquistando, o presente trabalho tem como objetivo recuperar a discussão sobre a origem e o desenvolvimento do conceito de fair play para o Movimento Olímpico atual, sua relação com a areté grega e sua influência sobre os valores morais que permeiam o esporte na atualidade.

Nota

¹ Projeto de pesquisa financiado pela FAPESP

Análise de atividades de Fair Play em olimpíada escolar como reforço do desenvolvimento do espírito esportivo

Prof. Marcio Turini Constantino

Membro da Academia Olímpica Brasileira - AOB

turini@ibpinet.com.br

1- Introdução

O jogo é um dos conteúdos mais desenvolvidos, hoje, na Educação Física Escolar. Um elemento atraente que provoca prazer na sua prática pelos alunos, como no ensino pelos professores de Educação Física, pelo seu alto poder de desenvolvimento motor, cognitivo e social. O jogo na forma de Esporte manifesta-se socialmente de três formas: alto rendimento, “para todos” (comunitário), educacional. Para que possamos ter uma visão do jogo relacionado à cultura e à sociedade humana recorremos a Huizinga (1999). Esse autor diz que a cultura surge sob a forma de jogo, pois, segundo ele, a cultura é, desde seus primeiros passos, como que uma jogada”. Para Huizinga o jogo é um elemento da cultura humana. A vida e a cultura humana possuem características tais que se aproximam da idéia de jogo. “Não queremos com isto dizer que o jogo se transforma em cultura, e sim que em suas fases mais primitivas a cultura possui um caráter lúdico”. (Huizinga, 1999, p. 53).

Huizinga cita a competição como um elemento do jogo que se manifesta, também, na cultura humana. É inegável o prazer pro-

porcionado pela competição. É impossível medir este prazer, mas sabe-se que elementos do jogo como a incerteza do resultado, o desejo de ser melhor, de ganhar e ser reconhecido são provocadores deste prazer. Também não se pode negar que a competição gera o combate, o conflito de duas pessoas ou duas equipes que querem ser mais rápida, mais forte, mais hábil ou marcar mais pontos que a outra. Ao apontar a tensão e a incerteza como características gerais do jogo Huizinga levanta a questão sobre o antagonismo entre o prazer (ludicidade) e a angústia e sofrimento (agon¹) presentes na competição. É verdade que sem competição a prática esportiva perde um pouco do seu significado, mas com ela a tensão e o conflito do jogo são em dobro. O que existe na competição é um paradoxo entre o prazer e o conflito.

Aprofundando sua análise sobre a competição Huizinga (1999) diz que esta não se estabelece por alguma coisa, mas também em e com alguma coisa.

“Os homens entram em competição para serem os primeiros em força ou destreza, em conhecimentos ou riqueza, em esplendor, generosidade, ascendência nobre, ou no número de sua progenitura. Competem com a força do corpo ou das armas, com a razão ou com os punhos, defrontando-se uns aos outros com demonstrações extravagantes, com palavras, fanfarronadas, insultos, e finalmente também com astúcia”. (Huizinga, 1999, p. 59)

Sobre a questão da astúcia o autor diz que sob o seu ponto de vista “a batota tendo em vista ganhar um jogo priva a ação de seu caráter lúdico, destruindo-a completamente, pois, para nós, pertence à essência do jogo que as regras sejam respeitadas, que o jogo seja jogado lealmente”. (Huizinga, 1999, p. 59)

O que fazer, então, com a competição no âmbito escolar, que é um local destinado à educação humana? Acabar com ela e, assim, acabar com o conflito que ela gera no jogo? Porém, não nos esqueçamos que ao acabar com ela também estaremos eliminando o prazer que ela proporciona aos praticantes esportivos. E dar prazer aos alunos, quer dizer, atender as expectativas dos alunos, também é uma das funções atribuídas à escola.

Parece que o melhor caminho é não descartar a competição da escola. O que deve ser feito é tratar a competição pedagogicamente. Sim, isso parece ser possível. A competição pode ser uma experiência de amadurecimento da personalidade humana. Isto parece depender da intervenção do professor de Educação Física, os estímulos que ele deve aplicar na relação aluno, jogo e competição.

Neste contexto surge o Fair Play, um dos componentes da Educação Olímpica e um dos valores centrais do Olimpismo. O Fair Play, também referido como espírito esportivo, jogo limpo, legal, honesto, correto, propõe-se como uma estratégia de educação de valores éticos e morais. O Fair Play é um tema que segundo declarações internacionais divulgadas pela Câmara Municipal de Oeiras (Portugal) tem sido uma preocupação fundamental dos responsáveis pela educação esportiva da juventude de diferentes países. Tal desenvolvimento educativo tem originado a implementação de frequentes campanhas, de nível local ou nacional, tendentes a promoção da divulgação dos benefícios da prática esportiva, de acordo com um conjunto de valores e atitudes representando como um código ético e moral que deve orientar aquela prática e em especial a sua expressão competitiva, sem a qual esta não se justificará.

A Câmara Municipal de Oeiras é um local de fomento à investigação na área do Fair Play. Segundo dados de Oeiras quanto mais experiência em competição os praticantes esportivos tendem a demonstrar menos espírito esportivo. Contudo, outra constatação que se faz é que não é o desporto, nem a competição por si própria que determinam o valor positivo ou negativo da prática. É antes do mais, a natureza das experiências vividas nessas atividades. A presença de diferentes estímulos (ou condicionantes) social desempenha um papel determinante neste domínio. (Oeiras, 1999)

Segundo Montenegro (1994):

“... O desenvolvimento resulta menos de acomodações passivas ao meio e mais de sua atividade assimilativa e construtora. Este pressuposto construtivista tem um forte vínculo com as questões educacionais, pois de acordo com esta perspectiva o sujeito passa a ser um elemento ativo que constrói gradativamente seus esquemas de julgamento moral a partir de suas experiências de vida.” (p. 42)

Desta forma deve-se buscar na competição esportiva dirigida aos jovens uma intervenção, em que as atividades desenvolvidas possam proporcionar, segundo Montenegro (1999), menos acomodações passivas ao meio e mais assimilação e construção das idéias. Neste sentido investigamos György Szilágyi, membro do Comitê de Fair Play da UEFA. Este autor relata a iniciativa de orientar e conscientizar a conduta esportiva dos jogadores do futebol europeu profissional. Para tanto têm sido utilizados meios para promover o Fair Play. Destacamos para o interesse deste trabalho as seguintes categorias: lançamento de símbolos de Fair Play e competição de Fair Play. Os símbolos de Fair Play são concebidos com o objetivo de implantar o espírito de Fair Play, instintiva e conscientemente, o logotipo do Fair Play da UEFA (em bandeiras, crachás, etc.), o aperto de mão (entre os jogadores das duas equipes) antes e depois do jogo". A bandeira de Fair Play é transportada no momento em que as equipes entram em campo.

A competição de Fair Play é avaliada com base numa decomposição segundo seis componentes: cartões vermelhos e amarelos, jogo positivo (estratégias ofensivas, acelerar o jogo, etc.), respeito pelo árbitro, comportamento dos responsáveis da equipe e do público (torcedores).

Com o propósito de testar esta intervenção realizada no futebol europeu buscou-se adaptar e experimentar, ao nível de competição escolar, algumas das atividades de Fair Play desenvolvidas pela UEFA. Realiza-se anualmente numa escola técnica do município do Rio de Janeiro uma olimpíada escolar. No ano de 2000 aconteceu a quinta edição deste evento. Esta olimpíada escolar é realizada com a integração das turmas em oito bandeiras de cores, e dessas bandeiras são formadas as equipes de cada modalidade esportiva.

Ao adaptar e experimentar as atividades de Fair Play desenvolvidas no futebol europeu profissional nesta quinta olimpíada escolar descrevemos as atividades realizadas: os jogadores apertavam a mão antes e depois do jogo; um estandarte de Fair Play era conduzido até o local dos jogos e ficava exposto, à vista, até o final do dia de competições; uma súmula de Fair Play foi criada em adaptação ao sistema de pontuação utilizado no campeonato europeu de futebol. Nesta súmula eram computados os pontos positivos ou negativos de Fair Play; no final da olimpíada um somatório geral de

pontos de todas as modalidades revelou o campeão de Fair Play dessa Olimpíada, ou seja, a bandeira (equipe) que melhor apresentou, através de seus jogadores, torcedores e técnicos um comportamento com espírito esportivo; na pontuação geral, a pontuação de Fair Play somou-se à pontuação dos vencedores das modalidades esportivas para revelar-se a bandeira vencedora da olimpíada.

2 - Objetivos da Investigação

- Verificar a importância da aplicação de atividades de Fair Play em atividades competitivas esportivas em nível escolar com fins de orientar o comportamento dos praticantes na direção do espírito esportivo e servir como um meio de educação ética e moral do aluno na sua formação como cidadão;
- Adaptar e experimentar, em nível escolar, atividades de Fair Play desenvolvidas no futebol europeu profissional;
- Verificar e comparar a opinião dos alunos com relação se as atividades de Fair Play foram reconhecidas ou não na olimpíada e verificar seu nível de importância e eficácia;
- Comparar, com base na opinião dos alunos, o espírito esportivo presente, na olimpíada escolar de 2000 com a olimpíada escolar de 1999.

3 - Método

3.1 - Amostra

Fizeram parte da amostra 100 alunos, divididos em três grupos: 40 jogadores (20 homens e 20 mulheres), 40 torcedores (20 homens e 20 mulheres), 20 técnicos (15 homens e 5 mulheres)². A amostra foi dividida em grupos com o intuito de se verificar a opinião dos alunos sob as diferentes funções (jogador, torcedor e técnico) assumidas por estes na olimpíada e para que as opiniões verificadas sejam equilibradas nessas diferentes funções. A idade dos alunos variava de 15 a 19 anos constituindo uma média de 17 anos. O nível sócio econômico da amostra é de classe média baixa.

3.2- Procedimentos de investigação

Utilizou-se um questionário fechado com três opções de resposta: sim; mais ou menos; não (anexo). A “pergunta 1” teve a intenção de verificar o nível de entendimento dos alunos quanto à maneira como foram aplicadas as atividades de Fair Play: estandarte de Fair Play, aperto de mão antes e depois do jogo entre os jogadores, e pontuação de Fair Play.

As “perguntas 2, 3 e 4” tiveram a intenção de verificar se no entendimento dos alunos as atividades de Fair Play serviram para conscientizar e orientar o comportamento dos alunos (jogadores, torcedores e técnicos) na olimpíada.

As “perguntas 5, 6 e 7” tiveram a intenção de comparar esta olimpíada (2000) com a olimpíada passada (1999) com respeito ao espírito esportivo dos alunos. Na olimpíada de 1999 também foram desenvolvidas atividades de Fair Play em exposições orais, vídeos, quadros ilustrativos e informativos sobre Olimpismo, Educação Olímpica e Fair Play.

A “pergunta 8” teve a intenção de verificar na opinião dos alunos a importância da aplicação de atividades de Fair Play como um meio de orientação e conscientização da prática esportiva competitiva com espírito esportivo.

4 - Análise e interpretação dos dados

Os dados obtidos nos questionários, por estatística simples, foram analisados segundo as posições ocupadas pelos alunos na Olimpíada: jogadores, torcedores e técnicos. As diferenças entre os sexos também foram levadas em conta. O entendimento e a opinião dos alunos podem ser vistos nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Grau de entendimento e opinião dos jogadores (as) quanto às Atividades de Fair Play utilizadas na Olimpíada Escolar (20 homens e 20 mulheres)

Perguntas	SIM %			MAIS OU MENOS %			NÃO %		
	M	F	Tot	M	F	Tot	M	F	Tot
1	75	55	65	20	30	25	5	15	10
2	50	35	42.5	35	40	37.5	15	25	20
3	55	55%	55	35	35	25	20	20	20
4	55	70	62.5	35	25	30	10	5	7.5
5	30	40	35	35	25	30	35	35	35
6	35	40	32.5	35	25	30	40	35	37.5
7	40	15	27.5	35	45	40	35	40	32.5
8	75	75	75	5	10	7.5	20	15	17.5

Tabela 2 - Grau de entendimento e opinião dos torcedores(as) quanto às Atividades de Fair Play utilizadas na Olimpíada Escolar (20 homens e 20 mulheres)

Perguntas	SIM %			MAIS OU MENOS %			NÃO %		
	M	F	Tot	M	F	Tot	M	F	Tot
1	30	55	42.5	30	20	25	40	25	32.5
2	35	50	42.5	20	25	22.5	45	25	35
3	45	20	32.5	30	40	35	25	40	32.5
4	40	35	37.5	30	40	35	30	25	27.5
5	25	30	27.5	15	25	20	60	45	52.5
6	10	35	22.5	15	15	15	75	50	62.5
7	15	35	25	15	20	17.5	70	45	57.5
8	60	85	72.5	5	155	10	35	0	17.5

Tabela 3 - Grau de entendimento e opinião dos técnicos(as) quanto às Atividades de Fair Play utilizadas na Olimpíada Escolar (15 homens e 5 mulheres)

Perguntas	SIM %			MAIS OU MENOS %			NÃO %		
	M	F	Tot	M	F	Tot	M	F	Tot
1	46	80	55	27	20	25	27	0	20
2	33	40	30	53	60	55	14	0	10
3	33	40	35	27	40	30	40	20	35
4	27	40	30	46	60	50	27	0	20
5	20	20	20	20	20	20	60	60	60
6	14	0	10	33	40	35	53	60	55
7	20	20	20	20	60	30	60	20	50
8	66	0	50	14	100	35	20	0	15

Na tabela 4 é demonstrado o resultado geral da opinião e o entendimento dos alunos quanto às atividades de Fair Play na Olimpíada.

Tabela 4 - Resultado Geral do grau de entendimento e opinião dos alunos (jogadores, torcedores e técnicos) quanto às Atividades de Fair Play utilizadas na Olimpíada Escolar (55 homens e 45 mulheres)

Perguntas	SIM %			MAIS OU MENOS %			NÃO %		
	M	F	Tot	M	F	Tot	M	F	Tot
1	28	26	54	14	11	25	13	8	21
2	22	19	41	19	16	35	14	10	24
3	25	17	42	15	15	30	15	13	28
4	23	23	46	20	16	36	12	6	18
5	14	15	29	13	11	24	28	19	47
6	9	15	24	15	10	25	31	20	51
7	14	11	25	13	16	29	28	18	46
8	37	32	69	4	10	14	14	3	17

Quanto ao nível de entendimento dos alunos em relação à maneira como foram aplicadas as atividades de Fair Play (pergunta 1) a maioria dos jogadores entendeu as atividades como um meio de orientar o comportamento dos alunos. Os homens parecem ter entendido o melhor do que as mulheres essas atividades. Lembrando, que isto não significa que os homens tenham tido um comportamento melhor do que o das mulheres em relação ao espírito esportivo.

Quanto às atividades de Fair Play servindo para conscientizar e orientar o comportamento dos alunos (jogadores, torcedores, técnicos) na olimpíada (perguntas 2, 3 e 4) a maioria achou que as atividades serviram para conscientizar e orientar o comportamento dos alunos em todas as funções assumidas: jogadores, torcedores e técnicos. Isso demonstra que os alunos não só entenderam as atividades, mas também, parecem ter sido conscientizados e orientados por ela.

Quanto à comparação do espírito esportivo presente na olimpíada de 2000 em relação à olimpíada de 1999 (perguntas 5, 6 e 7) a maioria dos alunos considerou que houve mais espírito esportivo por parte de jogadores, torcedores e técnicos na olimpíada de 1999 do que na olimpíada de 2000. Isso parece demonstrar que as atividades de Fair Play utilizadas na olimpíada de 1999 foram mais eficazes do que nesta olimpíada de 2000.

Quanto à intenção de verificar a opinião dos alunos em relação à importância da aplicação de atividades de Fair Play como um meio de orientação e conscientização da prática esportiva competitiva com espírito esportivo (pergunta 8) a grande maioria dos alunos achou importante que atividades de Fair play sejam usadas em olimpíada escolar para orientar e conscientizar o comportamento de jogadores, torcedores e técnicos. O alto grau de importância atribuído pelos alunos parece dar credibilidade para que atividades como essas sejam desenvolvidas como reforço para objetivos de desenvolvimento ético e moral.

Na tabela 5 é feita uma análise comparativa da opinião e o entendimento entre os jogadores, torcedores e técnicos.

Tabela 5 – Análise comparativa da opinião e o entendimento entre os 40 jogadores , 40 torcedores e 20 técnicos quanto às Atividades de Fair Play utilizadas na Olimpíada Escolar

Perguntas	SIM %			MAIS OU MENOS %			NÃO %		
	Jog	Tor	Tec	Jog	Tor	Tec	Jog	Tor	Tec
1	65	42.5	55	25	25	25	10	32.5	20
2	42.5	42.5	30	37.5	22.5	55	20	35	10
3	55	32.5	35	25	35	30	20	32.5	35
4	62.5	37.5	30	30	35	50	7.5	27.5	20
5	35	27.5	20	30	20	20	35	52.5	60
6	32.5	22.5	10	30	15	35	37.5	62.5	55
7	27.5	25	20	40	17.5	30	32.5	57.5	50
8	75	72.5	50	7.5	10	35	17.5	17.5	15

Quanto ao nível de entendimento dos alunos em relação à maneira como foram aplicadas as atividades de Fair Play (pergunta 1) o maior grau de entendimento das atividades foi por parte dos jogadores. Em segundo lugar, os técnicos, e por último, os torcedores.

Quanto as atividades de Fair Play servindo para conscientizar e orientar o comportamento dos alunos (jogadores, torcedores, técnicos) na olimpíada (perguntas 2, 3 e 4) a maior concordância quanto as atividades foi por parte dos jogadores. Em segundo lugar, os técnicos, e por último, os torcedores. O grau de concordância acompanhou em todas as posições dos alunos na olimpíada o resultado no grau de entendimento. Isso parece demonstrar que os alunos não só entenderam como, também, perceberam os efeitos das atividades de Fair Play na olimpíada. Neste sentido, as atividades parecem ter surtido efeito como elemento condicionante e construtor de uma consciência de jogo limpo, correto, honesto, sem violência nesta olimpíada.

Da maioria dos alunos que acharam que houve menos espírito esportivo (pergunta 5, 6 e 7) nessa olimpíada (2000) do que na

olimpíada passada (1999) os técnicos estão em primeiro lugar, os torcedores em segundo lugar, e os jogadores em terceiro lugar.

Da maioria dos alunos que achar importante utilizar atividades de Fair play em olimpíada escolar (pergunta 8) encontra-se primeiro os jogadores, em segundo os torcedores, e por último, os técnicos. Este resultado parece acompanhar o maior grau de entendimento dos jogadores em relação às atividades e seu teor de conscientização e orientação.

5 - Conclusões e recomendações

As atividades de Fair Play desenvolvidas no futebol Europeu profissional foram adaptadas e executadas na olimpíada escolar com muito sucesso e viabilidade.

As atividades desenvolvidas parecem ter surtido mais efeito para os jogadores, visto que o maior grau de entendimento e importância das atividades foi declarado por eles. O que sugere que essas atividades podem reforçar a conduta de Fair Play na prática do jogo.

Ao verificarmos que os torcedores foram os que menos entenderam as atividades de Fair Play isso parece demonstrar que tais atividades não os atingiram com tanta eficiência como atingiram os jogadores e técnicos. Dessa forma, sugerimos que sejam aplicadas outras atividades que possam atingir mais diretamente este grupo integrante do evento esportivo.

Os homens de uma maneira geral foram mais compreensivos e confiantes do que as mulheres quanto às atividades desenvolvidas na olimpíada. No entanto, isto não significou que os homens tiveram mais espírito esportivo do que as mulheres, o que também não foi o objetivo de verificar neste estudo.

Na opinião dos alunos houve mais espírito esportivo na olimpíada de 1999 do que nesta olimpíada de 2000. O que demonstra que as atividades de Fair Play aplicadas no ano passado surtiram mais efeito do que nas deste ano. No entanto, devemos atentar para o fato de que os alunos entenderam e reconheceram a importância da utilização e da conscientização das atividades em relação ao comportamento dos alunos. O que parece importante notar, é que

quanto mais atividades de Fair Play, variadas e com qualidade, forem desenvolvidas mais bons resultados poderão ser atingidos.

Pareceu claro, que tais atividades têm função de reforço de Fair Play nos objetivos de desenvolvimento moral na utilização do jogo e a competição na Educação Física Escolar. No entanto, fica sugerido como inclusão dentro de um programa de ensino que desenvolva de forma mais abrangente esta questão do desenvolvimento humano.

Referências Bibliográficas

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS. O Espírito Desportivo é Importante. Oeiras, Portugal, 1999.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. 4ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

MANN, Peter H. Métodos de Investigação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.

MONTENEGRO, Eduardo L. A Educação Física e o Desenvolvimento Moral do Indivíduo numa Perspectiva Kohlberguiana. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UGF.

SZILÁGYI, György. Actividades de Fair Play no Futebol Profissional Europeu. In III Seminário Europeu Sobre Fair Play: Desporto de Alta Competição, que Fair play? Oeiras, Portugal, 1997.

TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine (Eds.) Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

Notas

¹ Agon: termo já utilizado nos antigos Jogos Gregos que significa competição. Para os antigos gregos a Agon provocava a dor, angústia e sofrimento que conduziam a glória e a honra, o próprio sentido desses Antigos Jogos.

² Justifica-se este desequilíbrio da amostra em relação aos jogadores e torcedores pelo fato de nesta olimpíada existir apenas 20

técnicos e responsáveis por equipe e desses 20 técnicos(as) apenas 5 técnicas (mulheres). Muitas equipes jogaram sem técnico ou responsável ou um mesmo técnico comandou várias equipes.

Anexo - Questionário sobre atividades de Fair Play (espírito esportivo)

1) Você entendeu que o estandarte com dizeres sobre o “Fair Play”, o aperto de mão antes e depois do jogo entre os jogadores e a pontuação de “Fair Play” (**atividades de Fair Play**) foram meios utilizados para que os jogadores, torcida e técnicos tivessem um comportamento com espírito esportivo (respeito aos adversários, árbitros e regras, jogar com dignidade, não usar meio ilícitos, não usar e incitar violência, etc)?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

2) Você achou que **as atividades de Fair Play** serviram para conscientizar e orientar o comportamento dos jogadores com relação ao espírito esportivo?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

3) Você achou que **as atividades de Fair Play** serviram para conscientizar e orientar o comportamento da torcida com relação ao espírito esportivo?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

4) Você achou que **as atividades de Fair Play** serviram para conscientizar e orientar o comportamento dos técnicos com *relação ao espírito esportivo*?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

5) Você achou que nessas Olimpíadas houve mais espírito esportivo dos jogadores do que na Olimpíada passada?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

6) Você achou que nessas Olimpíadas houve mais espírito esportivo da torcida do que na Olimpíada passada?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

7) Você achou que nessas Olimpíadas houve mais espírito esportivo dos técnicos do que na Olimpíada passada?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

8) Você acha importante que atividades como essas de Fair Play sejam usadas para conscientizar e orientar o comportamento de jogadores, torcida e técnicos em jogos esportivos?

() SIM () MAIS OU MENOS () NÃO

Uma Compreensão axiológica e fenomenológica do remo na perspectiva da Corporeidade e da Motricidade Humana

Profa. Janaina de Souza Marinho Teles Codea¹

Prof. Dr. Heron Beresford²

Resumo

O **Remo** é uma modalidade esportiva em que se pode verificar que o Ser do Homem vive em constante movimento no tempo e no espaço, estando este carente e em constante busca. Esta implica, a priori, em uma tendência à satisfação. O Homem entra em contato com o que pensa ser seu objeto de satisfação e atribui a este um valor ou um anti-valor. Tal dinâmica se efetiva no fato do Homem estar **de frente para o passado, de costas para o futuro, vivenciando o presente a cada instante**. Por isto, a vivência do Remo retrata com perfeição a dinâmica existencial do Ser, já que este precisa tomar decisões e realizar escolhas face às suas circunstâncias. Na perspectiva da Motricidade Humana, podemos dizer que, ao remar, o **objetivo a ser alcançado encontra no futuro sua concretude, porém esta depende do real construído no passado e da vivência efetiva do presente**. Assim, o Ser do Homem no momento em que rema pode

ver o que construiu, e que agora pertence ao passado, mas que lhe permite saber o que fazer no presente para melhor chegar ao futuro. O Homem ao remar consciente de si, pela corporeidade, encontra no presente, através de sua conduta motora, a resposta de como chegar ao futuro pelo seu comportamento motor. Desta forma, o Homem se torna capaz de identificar o sentido, o valor da sua busca, ou seja, consegue a cada instante sentir e discriminar, com clareza, a sua carência. Tal fato lhe propicia dirigir-se não só com eficácia, mas sobretudo, com eficiência para seu alvo. O referencial teórico do trabalho em tela se fundamenta em autores, como BERESFORD (1999), HEIDEGGER (1999), MERLEAU-PONTY (1994), REALE (1987), CUNHA (1987) e ORTEGA Y GASSET (1947), entre outros. A metodologia utilizada caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica tendo na análise de conteúdo seu enfoque central. Por último, evidencia-se que **o movimento do Homem em busca do alvo não depende dele estar olhando, anatomicamente, para este. Mas, do como ele percebe o que está à sua volta através da Corporeidade e do que faz a partir da Motricidade, sendo tal dinâmica existencial do Ser do Homem vivenciada de forma efetiva no Remo.**

Notas

- ¹ Mestranda em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade de Castelo Branco – RJ, Professora Auxiliar da Universidade Estácio de Sá e Psicóloga da Confederação Brasileira de Remo
- ² Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho, Professor Titular do Programa de Mestrado em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco – RJ, Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Coubertin e os valores religiosos dos esportes modernos

Prof. Dra. Leidina Helena Silva
UGF/UNIVERSO

Resumo

Este trabalho tem como objetivo demonstrar que os esportes modernos, como conhecemos hoje, com suas regulações, suas padronizações, seus valores baseados na ética, no respeito ao adversário, sem dolo ou ganho fácil de dinheiro etc., surgiram estreitamente vinculados e refletindo as idéias da Igreja Católica. As apostas e a falta de ética já eram combatidas desde os Jogos Romanos, pois a sociedade, regulada e valorada pela Igreja desde aquela época, considerava imoral o ganho fácil de dinheiro.

Os jogos e passatempos que existiam na sociedade sofreram, ao longo do tempo, várias regulações, de forma que se tornassem compatíveis com a doutrina da Igreja, ou, nas palavras encontradas nos documentos da Igreja, se tornassem “concedidos” ou “permitidos”. A Igreja se preocupou em regular as diversas práticas corporais, jogos e passatempos, e em adequá-los aos seus valores, antes mesmo que outros o fizessem. E os esportes modernos, ao serem codificados e institucionalizados, incorporaram marcas destas regulações e surgiram eivados de seus valores.

Verdade, justiça e lealdade são os valores que na Idade Média surgiram ligados aos cavaleiros que lutavam nas Cruzadas e nas Guerras Santas promovidas pela Igreja Medieval. Valores que, mais tarde, serviram de base para as classes aristocráticas contemporâneas elaborarem dois conceitos que são centrais nos esportes modernos: o amadorismo e o fair play.

A Igreja foi uma das primeiras instituições a ser posicionar ferrenhamente contra as apostas e o lucro nos jogos e passatempos, desde a Idade Média, pois acreditava que elas deturpavam os jogos. Jogadores se vendiam aos apostadores tornando os jogos uma farsa. Surgiu o conceito de esporte amador onde não se podia receber para jogar, também respaldado pelos mais abastados financeiramente que podiam se dar ao luxo de jogar apenas por prazer ou lazer. A Igreja sempre pregou o jogo limpo, honesto e desinteressado de lucros que se equívalem ao amadorismo e ao fair play dos esportes modernos.

Pierre de Coubertin, organizador dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, era descendente de uma família politicamente importante na França, teve uma educação excessivamente católica e clássica. Praticou esportes na sua juventude, tais como equitação, esgrima e boxe, e sempre esteve ligado às suas raízes católicas. Foi um grande admirador do sistema inglês de educação, principalmente do equilíbrio na educação tanto do corpo quanto da mente. E quis implantar algo semelhante na França. Encontrou resistência quanto à prática de esportes, mas as festas foram extremamente receptivas. Organizou então os jogos, com a finalidade de reunir os jovens e promover os esportes por todo o mundo. Baseado em seus próprios princípios aristocráticos e católicos, incorporou os valores do amadorismo e do fair play. Tanto que no primeiro Jogo Olímpico, em Atenas, em 1896, não existiram medalhas de ouro, pela sua conotação lucrativa, mas apenas de prata e de bronze para os primeiros e segundos lugares de cada prova, respectivamente (Mandell, 1986, p.209-212).

Segundo Parlebás, Coubertin tinha a intenção de universalizar os esportes ao organizar os Jogos Olímpicos da era Moderna. E ao criar o termo “olimpismo”, em 1908, fez com que os esportes pasassem a ser portadores de uma moral idealizada. Ou como Parlebás afirma, os esportes seriam, então, o “Eldorado da fraternidade social”, numa concepção angelical das relações humanas.

E desde então os esportes estiveram ligados a valores que expressam autocontrole e sempre são mencionados como agentes de desenvolvimento moral, onde as condições de treinamento e de jogo moldam o caráter dos jogadores e submetem o interesse individual ao coletivo. Determinação, coragem, esforço, superação,

jogo limpo, sacrifício e autocontrole são palavras constantemente relacionadas aos esportes.

As virtudes do esporte podem ser comparadas às virtudes cristãs. As atitudes do cristão virtuoso, que busca o reino dos céus, em muito se assemelha às virtudes do esportista. Lealdade, obediência às regras, espírito de renúncia, castidade, temperança, são virtudes do esporte que são muito caras à Igreja. Ela tem consciência do valor educativo dos esportes e acredita que através deles é possível moldar o caráter dos homens. E nos faz acreditar que ela também se utilizou dos esportes como meio de controle e propagação de fé.

Concluindo, podemos afirmar que o esporte de rendimento é criticado hoje em dia pelas mesmas razões que os jogos foram combatidos pela Igreja medieval. E estas críticas, no fundo, têm um cunho religioso por trás.

Palavras-chaves: *esporte moderno, Igreja católica, olimpismo*

Esteróides anabólicos na prática da musculação por homens de 20 à 40 anos

Melissa Giglio

Graduanda em Educação Física - UGF

Resumo

Vivemos em uma sociedade que há séculos e séculos estabeleceu padrões de ideais de corpos para o ser humano a fim de que nesses corpos houvesse uma beleza inenarrável e uma busca por uma perfeição inconfundível, afinal, para grande maioria da sociedade, nada mais saudável do que o desejo de um belo corpo.

Porém, é justamente nesse momento em que o ser humano estabelece o seu belo corpo que ele se encontra no limiar da possibilidade de ser ou não saudável. Aparentemente isso pode ser contraditório, mas para mim, na realidade, isso é exatamente o retrato de uma sociedade fortalecida pelos conceitos de ideais corporais e enfraquecida pela necessidade de seus corpos ideais.

E por esse aspecto, que me envolvi nesta questão. Por acreditar na necessidade do encontro de uma totalidade que une o nosso corpo físico ao nosso corpo emocional.

Tendo essa temática por fundamentação, esse trabalho de pesquisa tem por objetivo identificar os fatores responsáveis pelo uso de esteróides anabólicos por homens de 20 a 40 anos que praticam musculação.

Uma sondagem sobre o tema do *Fair Play* no contexto da produção acadêmica do curso de graduação do Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Heron Beresford¹

Rafael Botelho²

Renata Costa de Oliveira³

1 - Introdução

No capítulo de “alguns aspectos da preparação profissional do professor de educação física para o ensino de 1º Grau” (hoje – Ensino Fundamental), OLIVEIRA, BETTI, OLIVEIRA (1988, p. 52), esclarecendo o papel do professor de educação física, citam que “A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1977) considerou que a responsabilidade mais importante do professor de educação física é favorecer a adesão ao fair play.”

Analisando os OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (2000) en-

contramos alguns trechos ligados, direta e indiretamente, ao comportamento humano:

- Adotar no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em sua capacidade ética etc.;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

Dos 10 objetivos gerais do Ensino Fundamental preconizados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, extraímos trechos de quatro objetivos, que analisados à luz da ética desportiva, vão ao encontro do tema fair play.

Na escola, o tema Ética encontra-se, em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição: alunos, professores, funcionários e pais. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: APRESENTAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS E ÉTICA, 2000). Encontramos o fair play como parte constituinte do tema da Ética.

Esses objetivos deixam bem claro a relevância do tema em tela na educação física, que deverá ser parte fundamental da formação do profissional desta área.

O tema fair play vem sendo constantemente discutido em nossa sociedade e, também, foi palco de discussão no livro de “estudos olímpicos” editado por Otávio TAVARES e Lamartine Pereira DACOSTA, em 1999, contendo, este tema, cerca de 64 páginas.

Mas por que o fair play está sendo tão discutido em nossa sociedade e, especificamente no desporto?

Essa indagação é facilmente esclarecida. Eis a mesma:

Se quiséssemos, por exemplo, eleger um assunto que ocupasse, atualmente, um lugar especial nas conversas cotidianas entre as pessoas, em casa, entre amigos, nos espaços públicos ou no trabalho, poderíamos apontar, sem medo de errar, a **agressão** e a

violência humana (RODRIGUES, ASSMAR, JABLONSKI, 2000).

Se ampliássemos nossa curiosidade e quiséssemos saber que tópico mais absorve as manchetes de jornais e revistas, os programas de televisão, os filmes e livros de sucesso, teríamos seguramente a mesma resposta.

Dito isso, entendemos o caos que se encontra a sociedade, analisando pelo prisma da violência e, por via de consequência o desporto, pois, este, certamente, é entendido como parte integrante da sociedade (BENTO, 1999).

Sendo parte constituinte da sociedade, o desporto está à mercê de situações de urgência social contidas em tal – como é o caso da violência, por exemplo. Com isto, eleger temas de pesquisa a serem desenvolvidos em qualquer campo do saber, neste caso, na educação física, estes far-se-ão à luz de indicadores de relevância.

A violência humana é um fator que obriga a discussão do tema fair play.

BENTO (op. cit.), relata: não sei se o leitor já deu consigo a refletir sobre o mal que a dureza, a violência e a brutalidade fazem ao desporto. E não estou a pensar em disciplinas desportivas, como o boxe, que suscitam sérias dúvidas quanto à legitimidade de ostentarem tal designação. Estou a pensar, por exemplo, nos jogos como o futebol, o handebol e o basquetebol.

Ainda BENTO, uma atividade destinada a festejar o ético e esportivo, a ser espetáculo de vivência e recriação de atitudes e sentimentos positivos, transforma-se, não rara às vezes, num cenário marcado por comportamentos de grosseria e bestialidade, bem próximos da mais crua barbárie.

Sir Philip NOEL-BAKER (apud TAVARES, 1999), medalista olímpico em 1920 e ganhador do prêmio Nobel da Paz de 1959, estabeleceu no “Manifesto Mundial do Desporto” (1964) que não pode haver esporte sem fair play. Ao estabelecer tal conexão, o referido autor considera o fair play como condição necessária para a realização do esporte enquanto tal.

Dito isso, sabemos da importância do tema fair play nos dias atuais, mas segundo GOMES (1999), o conceito de fair play no Brasil não é de conhecimento geral.

Pelo exposto, pode-se evidenciar que o tema fair play tem sido bastante discutido no âmbito da comunidade nacional e internaci-

onal do desporto. E que tudo indica que a produção do saber a este respeito tende aumentar ainda mais.

Por isso mesmo, os centros geradores de conhecimento científico do desporto, como é o caso da educação física, devem estar atentos à problemática que envolve o fair play, assim como para uma perspectiva futura de engajamento no esforço de se poder melhor interpretar as questões inerentes que envolvem a problemática em questão.

Parece não restar dúvidas que o Instituto de Educação Física e Desportos (IEFD) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) se constitui, institucionalmente, em um dos pólos não só de formação crítica de profissionais como também com a responsabilidade de gerar, produzir conhecimentos que sejam relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade esportiva como um todo.

Todavia, tornar-se importante avaliar a produção do conhecimento gerado até o momento no âmbito do IEFD/UERJ em torno da problemática do fair play, para se poder ter uma tomada de posição da abrangência da participação atual e uma projeção futura sobre a participação do referido tipo de conhecimento. Sendo assim, até que ponto é possível investigar isso?

2 - Objetivos e Propósito do Estudo

Em termos gerais, este estudo tem como objetivo investigar, no âmbito do IEFD/UERJ, a produção do conhecimento em torno do tema fair play, com o propósito de fornecer informações para uma reflexão atual e projeção futura a respeito de uma possível contribuição acadêmica por parte do IEFD/UERJ junto à comunidade esportiva.

Especificamente, este estudo tem como objetivos:

- Analisar o maior número de monografias ou memórias de licenciatura produzidas no Curso de Graduação do IEFD que abordaram, no todo ou em partes, o tema fair play;
- Analisar todos os resumos produzidos no Curso de Graduação do IEFD referentes às Semanas de Iniciação Científica – SEMICs, que abrangeram, no todo ou em partes, o tema fair play.

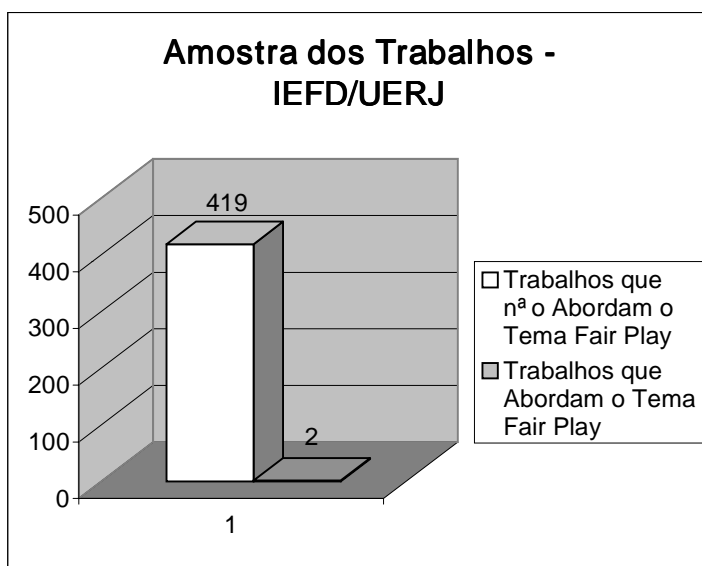
3 – Metodologia

Neste trabalho descritivo utilizou-se uma análise documental, verificando-se um quantitativo de 331 monografias ou memórias de licenciatura, produzidas no IEFD/UERJ, no período de 1992 a 2001 e, também, todos os resumos (90 no todo) produzidos no IEFD/UERJ, no período de 1992 a 2001. Nestes 421 trabalhos, procurou-se verificar se o tema fair play foi abordado exclusivamente ou em partes.

O período de 10 anos, embora não ideal para propósitos analíticos, é considerado suficiente para permitir as análises e até mesmo mudanças paradigmáticas (PRICE, 1963).

4 - Resultados

Dentre o quantitativo de 421 trabalhos analisados, pôde-se perceber que apenas **dois** (monografias) abordavam em parte o tema fair play. Isto equivale em termos percentuais a 0, 47 %.



É importante ressaltar que os dois trabalhos que abordaram o tema fair play o fizeram indireta e minimamente, uma vez que um deles, com 50 folhas, dedicou somente quatro linhas ao tema, e o outro, que somava 17 folhas no todo, dispôs apenas oito linhas para o tema citado.

4 - Conclusão

A problemática que originou este trabalho foi a de avaliar a produção do conhecimento gerado até o momento, no âmbito do IEFD/UERJ, em torno da problemática do fair play, pois uma prévia revisão da literatura mostrou que, até agora, não havia nenhum trabalho desta natureza.

Dessa maneira, pode-se considerar que este trabalho possa possibilitar, pelo menos em parte, alguma contribuição para a problemática que o originou.

Por outro lado, espera-se que a partir da divulgação dos resultados desta investigação, possa-se despertar um interesse maior acerca do tema fair play no âmbito do IEFD/UERJ, para que o referido assunto seja enfocado não só no contexto de disciplinas teóricas, mas, também, no âmbito das de natureza prática, como a dos desportos individuais e coletivos.

Referências Bibliográficas

- BENTO, Jorge Olímpio. Desporto e Humanismo: o campo do possível. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- MATTOS, Marcelo Felipe Silveira de. Do Mimonette ao Voleibol Atual: uma abordagem histórico-evolutiva. 2001. 50 f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Instituto de Educação Física e Desportos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.
- MIRANDA, Humberto Lameira. Esteróides e Anabólicos: tipos e seus efeitos. 2001. 17 f. Monografia (Graduação em Educação

Física) – Instituto de Educação Física e Desportos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de, BETTI, Mauro, OLIVEIRA, Wilson Mariz de. Educação Física e o Ensino de 1º Grau: uma abordagem crítica. São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: apresentação dos temas transversais e ética. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PRICE, D. J. S. Little Science. Big Science. London: Columbia University Press, 1963.

RODRIGUES, Aroldo, ASSMAR, Eveline Maria Leal, JABLONSKI, Bernardo. Psicologia Social. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAVARES, Otávio, DACOSTA, Lamartine Pereira (edits.) Estudos Olímpicos: programa de pós-graduação em educação física. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.

Notas

¹ Prof. Adjunto da Graduação e do Programa Stricto-sensu do Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa Stricto-sensu em Motricidade Humana da Universidade Castelo Branco.

² Acadêmico do Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ Acadêmica do Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ciência e tecnologia no esporte *versus* ciência do homem: uma tentativa de resgate de um ideal olímpico humanizado

Prof. Dr. Heron Beresford

Universidade Castelo Branco
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1 – Introdução a uma situação problema

Pode-se considerar que, de maneira geral, a ciência e a tecnologia utilizadas no esporte têm sido mais voltadas para a tentativa de superação de recordes. Todavia, em muitos casos, isto tem sido feito priorizando os valores de natureza econômica em detrimento dos valores humanos e, por via de consequência, do próprio esporte, que deveria ter uma prática norteada por princípio basilar ou calcada em um ideal olímpico.

Muitos, mas muitos exemplos do que se está falando podem ser mencionados, como a utilização de drogas na dopagem de atletas e a utilização de outros recursos ilícitos para se alcançar algum resultado pretendido, mesmo que seja a qualquer custo, tendo-se como referência o princípio de que os fins justificam os meios.

Fatos recentes de morte de atletas ocasionada por ingestão de esteróides anabolizantes podem ser descritos, como a da que pôs fim à vida do alemão Andreas Münzer, um gigante de 106 quilos e campeão de fisiculturismo da década de 90, bem como de Corey

Stringer, de 27 anos, e de Eraste Autin, de 18, ambos atletas do futebol americano.

Outro caso também famoso de morte por ingestão de esteróides anabolizantes, desta vez ocorrida no Brasil, foi o da professora de Educação Física Lúcia Helena de Jesus Gomes, de 33 anos, “personal training” e três vezes campeã brasileira de fisiculturismo.

Esses são exemplos de Homens mortos, **literalmente**, por um ideal esportivo **equivocado**. Porém, há exemplos de um outro tipo de morte do Homem, que é a morte **figurada**, ou simbólica, tão ultrajante quanto as comentadas no texto.

No Grande Prêmio de “Fórmula1” realizado na Áustria, em 12 de maio de 2002, se premiou grandiosamente o quê? **Figurada** e espetacularmente foi premiada a **morte do Homem**, em detrimento da **“máquina”**, assim adequadamente chamado na Itália um carro ou um automóvel, especialmente os pertencentes à Escuderia Ferrari. Que esporte-espetáculo é esse?

Pode-se questionar, portanto, esse ideal esportivo com o sonhado por jovens e até mesmo adultos no mundo inteiro e, particularmente, no Brasil, que se acostumaram a assistir, nos dias de domingo, ao seu ídolo (cultuado e venerado por ter sido ele uma pessoa em que habitava o espírito vencedor e que, por isso, tornou-se um mito a que se atribui respeito e afeto excessivos), Ayrton Senna, ao disputar, a caminho da vitória, com Alain Prost e outros pilotos da sua época, centímetro a centímetro, metro a metro, nas retas e principalmente nas curvas, e que se tornou, e por isso também passou para a história, um grande campeão. Portanto, é plenamente justificável que Antônio Maria Filho e Jorge Luiz Rodrigues, na coluna “Panorama Esportivo”, de O Globo, publicada no dia 13 de maio de 2002, tenham escrito **“Perguntar não ofende: Você ainda vai torcer por um piloto de Fórmula 1 que é pago para perder?”**

Alguns casos dessa problemática que envolve atualmente a ciência e a tecnologia no esporte podem ser identificados. Entre eles, um que não pode deixar de ser levado em consideração é do constructo epistemológico preponderante que serve de eixo de sustentação, ou como referencial teórico de ciência e, por consequência, da própria tecnologia em questão.

Tal assunto, necessariamente, precisa ser interpretado em um contexto mais amplo de ciência. Entre tais possibilidades de inter-

pretação, Boaventura de Sousa SANTOS (2001) comenta que os nossos referenciais epistemológicos atuais ainda se encontram bastante atrelados ao paradigma dominante das ciências naturais, constituídas a partir da revolução científica do século XVI e desenvolvida nos séculos XVII e XVIII para finalmente no século XIX se estender às ciências sociais, então emergentes.

O constructo epistemológico que serve de referência a tal paradigma dominante de ciência é denominado por SANTOS (2001), bem como por Silvio Sánches GAMBOA (1995), entre outros autores, como sendo do enfoque empírico-analítico ou do positivismo lógico.

Em termos gerais, os princípios basilares desse paradigma clássico de ciência são:

- As idéias matemáticas que orientam, ou sustentam a observação e a experimentação são idéias claras e simples, a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza;

- As leis da natureza são o reino da simplicidade e da regularidade, onde é possível observar e medir com rigor;

- A formulação das leis da natureza tem como pressuposto metateórico a idéia de ordem e de estabilidade do mundo, e que o mundo da matéria é uma máquina cujas operações podem ser determinadas exatamente por meio das leis físicas e matemáticas;

- A formulação das leis da natureza funda-se na idéia de que os fenômenos observados dependem de tudo, à exceção de um conjunto razoavelmente pequeno de condições iniciais dos mesmos, em que a interferência é observada e medida;

- Em termos metodológicos, conhecer significa dividir e classificar para depois se poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou.

Esse paradigma de ciência clássico, onde muito do que se faz atualmente como científico, inclusive no esporte, está em crise. Isto, não só contexto das próprias ciências da natureza, mas também no âmbito das ciências sociais e humanas.

Ainda que superficialmente, apresento a seguir pontos identificados por SANTOS (2001) e que são extremamente importantes para o entendimento da crise desse paradigma dominante de ciência:

1º. A partir da teoria astrofísica de Einstein acerca da **relatividade da simultaneidade** passou-se a perceber a distinção entre a simultaneidade de acontecimentos presentes no mesmo lugar e a simultaneidade de acontecimentos distintos, ou seja, ficou demonstrado que a simultaneidade de acontecimentos distantes não pode ser verificada, e sim ou tão-somente ser definida. Cai por terra, portanto, da física de Newton, o princípio da **simplicidade e da regularidade**, no qual se concebia como sendo possível se observar e mudar com rigor os fenômenos da natureza.

2º. A partir da teoria microfísica de Heisenberg e Bohr no âmbito da mecânica quântica, expressa pelo **princípio da incerteza**, ficou demonstrado que os erros na **medição da velocidade e da posição das partículas** não podem ser reduzidos simultaneamente, pois o que for feito para reduzir o erro de uma das medições aumenta o erro da outra.

Sendo assim, pode-se perceber que não é possível se observar ou medir um objeto **sem interferir** nele ou **alterá-lo**, e que o objeto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou, e que, portanto, não conhecemos do real senão ou apenas o que nele introduzimos ou **interferimos intencionalmente**.

Portanto, a partir do **princípio da incerteza** comentado, podem ser constatados dois fatos relevantes: um deles é que, em função do rigor do nosso conhecimento ser estruturalmente limitado, só podemos aspirar a **resultados aproximados** e que, por isso, as leis da física são tão ou apenas **probabilísticas**. O outro, é que a hipótese do **determinismo mecanicista** e a própria **estratégia metodológica** de primeiro **dividir e classificar** para depois **determinar relações** ficam completamente inviabilizadas, uma vez que **a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir**. Sendo assim, a distinção sujeito/objeto é muito mais **complexa** e não tão simples como parecia na física basilar da ciência da natureza moderna, e sim que tal relação deve assumir a forma de um **continuum**.

3º. A partir da teoria de Gödel sobre o **teorema da incompletude** ou do **não-completamento** e dos **teoremas sobre a impossibilidade**, em certas circunstâncias, de **encontrar dentro de um dado sistema formal a prova da sua**

consistência, vieram demonstrar que, mesmo seguindo à risca as regras da lógica matemática, é possível se formular **proposições indecidíveis**, ou seja, são proposições que **não se podem demonstrar nem refutar**. Como exemplo deles, pode-se citar a que postula o caráter não-contraditório do sistema.

Portanto, a partir desses teoremas de Gödel deve ser questionado o **rigor da matemática** e da própria **ciência moderna**, cujas condições de êxito não podem mais ser concebidas como **naturais e óbvias** e também de se pretender que o referido rigor seja considerado **como forma de êxito** em outras formas alternativas de se fazer ciência, como é o caso das ciências sociais e/ou humanas.

4º. A teoria físico-química de Prigogine, acerca das **estruturas dissipativas** e do **princípio da ordem através das flutuações**, pode ser considerada como um marco do conhecimento no âmbito da **microfísica**, da **química** e da **biologia** nestas duas últimas décadas, o que também, de alguma forma, colabora para a quebra, ou pelo menos contribui, para agravar a crise do paradigma dominante, fundado em princípios da física newtoniana.

A referida teoria de Prigogine estabelece que, em **sistemas abertos**, ou que funcionam **nas margens da estabilidade**, a evolução ocorre por flutuações de energia que, em determinados momentos, na maioria das vezes imprevisíveis, desencadeiam **espontaneamente** reações, as quais, mediante mecanismos não-lineares, pressionam o sistema para além de um limite máximo de **instabilidade** e o conduzem a um novo estado **macroscópico**.

Essa reação, considerada como **irreversível e termodinâmica**, é resultante da interação de processos **microscópicos**, de acordo com uma lógica de **auto-organização** em uma situação de **não-equilíbrio**.

O ponto crítico, também interpretado por situação de bifurcação em que a mínima flutuação de energia pode conduzir a um novo estado, corresponde à potencialidade de o sistema ser atraído a outro estado de menor **entropia** ou de menor **desordem**. Desta forma, pode-se considerar que a **irreversibilidade** nos sistemas **abertos** significa que os mesmos são resultantes de sua própria história. Portanto, a teoria de Prigogine trata de uma **nova concepção** da **matéria** e da **natureza** em relação ao mesmo assunto proposto pela física clássica.

Vejam algumas questões antitéticas decorrentes do assunto. No lugar da eternidade, **a história**; no lugar do determinismo, **a imprevisibilidade**; no lugar do mecanicismo, **a espontaneidade e a auto-organização**; no lugar da reversibilidade, **a irreversibilidade** e **a evolução**; em vez da ordem, **a desordem**.

É interessante ser ressaltado que a teoria de Prigogine não se constitui, na atualidade, um fato isolado, pois a idéia central ou essencial da mesma é compartilhada por autores que abordam o assunto em questão, tanto no contexto epistemológico como no das ciências da natureza que permeia não só as ciências da natureza como também as ciências sociais e humanas, conforme veremos mais adiante.

Em função dessas observações, ainda que resumidas, como ditas inicialmente, pode-se constatar a relevância do pensamento de SANTOS (2001) ao tratar da crise do paradigma dominante da ciência denominada de moderna, e que, em muitos casos, ainda prepondera contemporaneamente.

Como síntese final sobre a crise de tal paradigma de ciência são evidenciadas as seguintes palavras textuais do referido autor:

“Este aviltamento da natureza acaba por aviltar o próprio cientista, na medida em que reduz o suposto diálogo experimental ao exercício de uma prepotência sobre a natureza. O rigor científico, porque fundando no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao efetivar os fenômenos, os **objectualiza** e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os **caricaturiza**. É, em suma e finalmente, uma forma de rigor que, ao afirmar a personalidade do cientista, **destrói a personalidade da natureza**. Nestes termos, o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza e **a retumbância dos êxitos da intervenção tecnológica** esconde **os limites da nossa compreensão do mundo** e **reprime a pergunta pelo valor humano** do afã científico assim concebido” (p. 32 –33) (o grifo não consta do original).

Em torno dessa citação foram destacados, em negrito, alguns termos e expressões por serem importantíssimas para a construção

do pensamento nuclear deste trabalho, que trata do conflito existente entre a ciência e a tecnologia utilizadas predominantemente no esporte versus a ciência do Homem, em uma perspectiva humanizada e fundamental para se conceber um ideal olímpico norteador de qualquer prática esportiva.

Com o nascer da ciência e da tecnologia moderna, e parte da contemporânea, baseada predominantemente no constructo epistemológico do empirismo analítico ou do positivismo lógico, onde as leis da física e da matemática “asseguram o rigor das observações e das medições”, o Homem passou, como objeto de estudo, a ser objectualizado ou “coisificado”. Isso porque, o que se consegue interpretar da natureza em geral e da natureza do Homem em específico, através de tal paradigma, é tão-somente a sua dimensão física e parte da psicológica, mediante explicações puramente fenomênicas de tal fenômeno. E, ao não se reconhecer, ou esconder, outras dimensões da natureza do fenômeno do Ser do Homem que não a puramente física, e também não se reconhecer como ciência outras formas alternativas de se investigá-las, acaba-se por simplificar, e o que é pior, **banalizar a vida** do Ser do Homem.

Por trás de tudo isso está uma visão de mundo ou uma cosmovisão de ciência exclusivamente **física** que não consegue alcançar outras dimensões do Ser do Homem, como objeto de estudo sim, porém um objeto de estudo muito especial em relação aos demais, por ser muito **complexo** em função de outras naturezas que não devem, a despeito de qualquer cosmovisão ou ideologia, deixar de ser investigadas cientificamente. Entre essas dimensões de outras naturezas do Homem está a moral, por ser justamente esta que pode dar acesso à Natureza Humana ou Condição Humana e também a uma natureza sócio-histórica, isto sem esquecer da natureza, que ocupa o mais elevado nível em uma hierarquia ou na escala de valores de um Ser do Homem, ou seja, o nível da natureza transcendente ou cósmica.

Torna-se imperativo ficar bem evidenciado que os posicionamentos aqui descritos não estão relacionados com qualquer intenção de procurar, em hipótese nenhuma, retirar o mérito do constructo epistemológico ou de se fazer ciência tomando-se como referencial teórico o empirismo analítico ou o positivismo ló-

gico. E sim que, nos termos da “Teoria do Conhecimento Científico” atual, certos princípios de sustentação de tal constructo epistemológico, como os comentados anteriormente, devem ser revistos. E que também as dimensões da natureza moral, humana, sócio-histórica, transcendente ou cósmica da vida do Ser do Homem, como objeto de estudo da ciência contemporânea, não podem ser interpretadas por meio de explicações fenomênicas ou por leis da física e da matemática, e sim por intermédio de compreensões axiológicas e fenomenológicas de tal fenômeno, pois, sem estas abordagens interpretativas da natureza do Ser do Homem, o mesmo deixa de ser considerado um **magnífico e complexo objeto de estudo** para se tornar, **simplesmente**, uma **“coisa” física**, portanto uma **caricatura** a que a ciência moderna pensava estar estudando.

Foi comentado anteriormente que alguns autores contemporâneos apresentam proposições de ciência que contemplam, essencialmente, os principais aspectos identificados para atualizarem o paradigma epistemológico que serviu de suporte para uma visão da ciência moderna e que ainda se manifesta, decisivo, na ciência atual em geral, e na ciência e na tecnologia do esporte em específico. Isto tudo sem esquecer, ou deixar relegado para um plano subalterno, o principal aspecto de todos os demais anteriormente comentados, ou seja, o de estar centrado no Homem e em uma perspectiva de humanização ou de hominização do mesmo.

Entre outros autores, Edgar Morin merece um destaque especial, pois em sua obra *Le paradgme perdu: la nature humaine* propõe uma formulação de ciência, que não somente contempla as principais questões até aqui comentadas como também estabelece uma referência central da mesma que me permitirá, a partir daí, resgatar um ideal fundamental de educação e também de um ideal olímpico.

A seguir descrevo textualmente alguns trechos do pensamento de MORIN (1973) em torno do que foi comentado anteriormente:

“O novo paradigma da antropologia fundamental exige uma reestruturação da configuração geral do saber. Trata-se de muito mais do que estabelecer relações diplomáticas entre a disciplina, em que **cada uma delas** se confirma **na sua soberania**. Trata-

se de pôr em questão o princípio das disciplinas que transformam em **picado** o **objeto complexo**, o qual é constituído **essencialmente** de inter-relações, interações, interferências, complementaridades e oposições, entre elementos constitutivos dos quais cada um é prisioneiro de uma disciplina específica. Para que haja a verdadeira **interdisciplinaridade**, é preciso haver disciplinas articuladas e abertas sobre os fenômenos **complexos** e, **naturalmente**, uma **metodologia ad hoc**. Também é preciso **uma teoria** – um pensamento – **transdisciplinar** que se esforce por abranger o objeto, o **único objeto**, ao mesmo tempo contínuo e descontínuo, da **ciência**: a **physis**. Trata-se, portanto, não só de fazer nascer **a ciência do homem**, mas também de fazer nascer uma **nova concepção da ciência**, que conteste e que perturbe, não só as fronteiras estabelecidas, mas também as **pedras angulares dos paradigmas**, e, em certa medida, a própria **instituição científica** (...) é preciso ultrapassar tanto o **biologismo** como o **antropologismo**, e que se imponha daqui por diante uma reorganização em cadeia, a fim de constituir a **Scienza nuova**. A **Scienza nuova**, ou **ciência geral da physis**, deverá estabelecer a articulação entre a **física** e a **vida**, quer dizer, entre a **entropia** e a **neguentropia**, entre a **complexidade microfísica** (ambigüidade corpuscular-ondulatória, princípio da incerteza) e a **complexidade macrofísica** (auto-organização). Essa nova ciência deverá estabelecer articulação entre o **vivo** e o **humano**. (...) Paralelamente, a **reforma** deve ser **epistemológica** e **integrar** a ciência da ciência na própria ciência: esta última sempre **esquartejada** entre o **empirismo**, que julga aderir diretamente aos **objetos**, e o **idealismo pragmático**, que julga manipular apenas **conceitos efícazes**; ora, nós descobrimos, cada vez mais que, o problema-chave da ciência é, num nível superior, o de todo o conhecimento: a relação entre o sujeito observador e o objeto observado. Compreende-se cada vez melhor, na **microfísica**, na **teoria da informação**, na **história**, na **etnografia**, que o objeto é sempre construído pelo observador, passando

sempre por uma descrição cerebral. Esta descrição cerebral **não é**, contudo, uma **pura fantasia**, comportando um caráter de ambigüidade e de indecidibilidade que só podem ser elucidadas por uma descrição da descrição e por uma inscrição do descrito. Trata-se, portanto, de estabelecer o **metassistema** do sistema científico. É essa a **nova metafísica**, que não permitirá transpor, mas sim compreender melhor, o formidável abismo que se alarga entre ciência e valores (**ética**), entre ciência e finalidade (**antropopolítica**)” (p. 208 –209) (o grifo não consta do original).

A partir dos dados reunidos nessa citação, ainda que resumidamente, pode-se constatar a riquíssima contribuição do pensamento de MORIN (1973) na tentativa de harmonizar ou abrandar possíveis polarizações paradigmáticas em se conceber e/ou fazer ciência. Isto porque, de uma maneira geral, os pontos polêmicos, anteriormente apresentados em torno do assunto, estão contemplados na concepção de ciência do referido autor.

Ele denomina essa nova ciência do Homem de “ciência da *physis*” e que, entre outros aspectos importantes citados, Edgar Morin comenta que tal ciência deverá estabelecer uma articulação entre dois pontos intercomplementares que devem envolver a complexa ciência do Homem, ou seja, o da **física** ou o do **vivo**, originários de uma **complexidade microfísica**, e a **vida** ou o **humano**, advindos de uma **complexidade macrofísica**.

Tal empreendimento se resume num esforço de se estabelecer um **metassistema** do **sistema científico**, como o propósito de se evitar o desnecessário rompimento que tem ocorrido entre os seus intercomplementares e relevantes aspectos ou pontos de uma teoria científica e da teoria dos valores, especialmente os morais e éticos. Isto porque tal rompimento tem gerado o esquecimento ou perda de um paradigma que deveria corresponder à finalidade última da ciência e da tecnologia em geral, e do esporte em específico, ou seja, o aspecto Humano do Ser do Homem.

Sendo assim, é plenamente justificável que Edgar Morin tenha concluído sua obra sobre o “Paradigma Perdido: A Natureza Humana”, com a proposição de uma nova ciência do Homem, também

denominada por ele de “ciência geral da *physis*”, e indicando que seja estabelecido um metassistema ou uma metafísica da problemática em questão.

Todavia, como ele não estabelece tal formulação e, em função da relevância de tal proposição, é que a seguir apresentarei uma interpretação contemporânea de *physis* concebida a partir de um contexto hermenêutico de metafísica, como o propósito de, pelo menos em parte, contribuir para minimizar a situação-problema aqui levantada. Bem como, em decorrência de tal interpretação, procurar identificar um elo que permita estabelecer uma conexão com algum princípio que possa servir de fundamento básico, ou ainda sustentar uma argumentação em torno de algum ideal olímpico.

2 – Uma Interpretação Contemporânea de *Physis*

Como foi dito, esta interpretação contemporânea de *physis* será concebida a partir de um contexto inicial da metafísica. Sendo assim, vou me basear no pensamento de Martin HEIDEGGER (1987) a este respeito, onde destacarei tipograficamente, em negrito, vários aspectos que julgo importante chamar a atenção para melhor entendimento do assunto em questão.

Ele inicia a sua reflexão metafísica a respeito do termo *physis* a partir de um interessante questionamento, ou seja, “por que há simplesmente o ente e não antes o Nada?”. Pois, afirma o referido autor, filosofar consiste em investigar tal questão por ser ela algo “extra – ordinário” e, se formos ao encontro dela, inspecionando e refletindo sobre o assunto, renunciaremos de nos instalarmos em qualquer um dos domínios correntes do ente.

HEIDEGGER (1987, p. 43) descreve que “no tempo do primeiro e decisivo desabrochar da filosofia ocidental entre os gregos, por quem a investigação do ente como tal na totalidade teve seu verdadeiro princípio, chamava-se o ente de *physis*. Essa palavra fundamental, como que os gregos designavam o ente, costumava-se traduzir por ‘natureza’” (o grifo não consta do original).

Ele chama a atenção para que também se usa a tradução latina da palavra *physis* como sendo “natura”, com o significado de “nascer”, ou de “nascimento” Todavia para HEIDEGGER (Idem,

ibidem) “já com essa simples tradução latina se distorceu o conteúdo originário da palavra grega *physis*; destruiu-se a força evocativa, propriamente filosófica, da palavra grega”.

O referido autor vai mais longe e comenta que tal tradução distorcida também se estendeu para todas as outras traduções de linguagem filosófica da Grécia para a de Roma. E mais, que tal processo de tradução do grego para o romano “não é algo trivial ou inofensivo”, e sim que é justamente ao contrário, pois veio a se constituir num grave problema na medida em que, historicamente, serve para marcar “a primeira etapa no processo, que deteve e alienou a Essencialização originária da filosofia grega” (p.44) (o grifo não consta do original).

Em continuação, HEIDEGGER (Idem) apresenta mais argumentos sobre tal alienação e conseqüente perda da essencialização originária do pensamento filosófico grego em torno do termo *physis* e que, particularmente, se torna de extrema relevância para este trabalho, ou seja, de que o sentido distorcido do referido termo, em função de tal tradução latina equivocada, “se tornou normativo para o Cristianismo e a Idade Cristã. Daqui se transferiu para a filosofia moderna, que (...) criou as idéias e termos correntes, que ainda hoje se estende ao princípio da filosofia ocidental. Tal princípio vale como algo que os homens de hoje pretendem já ter de há muito superado” (Idem, ibidem) (o grifo não consta do original).

Todavia, como se pôde constatar, tal pretensão efetivamente não ocorreu e que, portanto, justifica-se a importância deste contexto interpretativo para este trabalho, porque é justamente em tal contexto que se estabeleceram os princípios e os termos da ciência moderna, conforme foi comentado na introdução a uma situação-problema desenvolvida no tópico anterior. Também agora já se pode compreender, pelo menos em parte, o motivo consoante o qual MORIN (1973) defende que a ciência contemporânea seja a Ciência do Homem ou a Ciência Geral da *Physis* como uma tentativa de resgate da Natureza Humana como um paradigma perdido justamente no período aqui identificado, ou seja, na alienação e conseqüente perda da essencialização originária do pensamento filosófico grego em torno do termo *physis*.

Contudo, uma questão agora se torna indispensável, isto é, qual

a concepção de *physis* que resgate o paradigma perdido do pensamento grego original de tal termo e que sirva de paradigma para a ciência contemporânea ou para a Ciência e Tecnologia do Homem?

Para responder a essa questão retorno ao pensamento metafísico de HEIDEGGER (1987), porém, antes disto, ele nos faz algumas considerações que merecem ser descritas para se chegar aos detalhes essenciais de sua concepção de *physis*. Preliminarmente, ele trata de resgatar ou reconquistar a força evocativa indestrutível da linguagem e das palavras, saltando por sobre esse processo de desfiguração e decadência sofrido pelo termo *physis* comentado anteriormente. Nesse sentido adverte que “as palavras e a linguagem não constituem cápsulas, em que as coisas se empacotam para o comércio de quem fala e escreve. É na palavra, é na linguagem, que as coisas chegam a ser e são” (p. 44). Esta crítica do autor foi feita contra o abuso ou a transgressão da linguagem através de discursos vazios, na utilização de jargões ou nas frases de efeito que nos fazem perder a referência autêntica com os termos a que nos referimos.

Isso posto, apresento a seguir o que HEIDEGGER (1987) nos diz então sobre a palavra *physis*. Ele define *physis* como sendo uma palavra que:

“Evoca o que sai ou brota de dentro de si mesmo (por exemplo, o brotar de uma rosa), o desabrochar, que se abre, o que nesse despregar-se se manifesta e nele se retém e permanece; em síntese, o vigor dominante (Walten) daquilo, que brota e permanece. Lexicamente “*phyein*” significa crescer, fazer crescer. Todavia, o que quer dizer crescer? Significará porventura apenas “in-cremento” quantitativo, aumentar de quantidade e tornar-se maior?” (p. 44) (o grifo não consta do original).

Assim, para o autor, a palavra **Walten**, como conotação de **força** e **vigor**, assume o sentido de governar, dispor e imperar. Já a palavra **physis**, com o sentido de **fazer crescer**, pode ter levado a interpretações equivocadas, que têm possibilitado a perda do sentido de **physis** como **vigor dominante** para simplesmente

relacionar esta palavra a **mero crescimento**, ou com outras qualidades das **estruturas físicas**, como **corpo**, **ossos**, **músculos**, o que também não corresponde ao sentido mais amplo de crescimento com que a palavra **phyein** o significa, quanto mais com a amplitude, de maior abrangência de significado, inerente à palavra **physis**. Por outro lado, também é identificado aqui o motivo da interpretação equivocada que ainda acontece contemporaneamente, ou seja, em se confundir ou atribuir o mesmo significado entre as palavras **physis** e **física**.

Portanto, a **physis** deve ser interpretada **exclusivamente** como **vigor dominante** e, como tal, pode ser experimentada em toda parte, seja nos fenômenos celestes, nas ondas do mar, no crescimento das plantas, no crescimento dos animais e dos homens no seio materno. Todavia, tal interpretação não pode ser para identificar a palavra **physis** com esses fenômenos, muito embora hoje ainda os consideremos como pertencentes à “natureza”.

Isso porque para HEIDEGGER (idem, p. 45), tal vigor dominante, de sair ou nascer, de brotar, de sustentar-se fora de si mesmo, “não se deve tomar como um fenômeno qualquer que, entre outros, observamos no ente. A **physis** é o Ser mesmo em virtude do qual o ente se torna e permanece observável”.

Portanto, para se poder interpretar tal perspectiva de **physis**, temos que buscar um conhecimento além das perspectivas físicas do Ser e, a partir daí, observar o ente que lá permanece e se demonstra. Este **ir além** na língua grega significa **meta**, ou seja, **meta ta physika**.

Aprofundando-se um pouco mais tal interpretação de **physis** em uma perspectiva **meta ta physika**, podemos nos valer da expressão grega **to on** para penetrarmos nas instâncias mais específicas da questão. Sendo assim, conforme tal expressão **to on**, o ente pode significar, em cada caso, aquilo que é em sua constituição e características físicas e, também, aquilo que faz com que o mesmo ente seja **um ente** em uma **realidade concreta**, e não um “**não-ente**” ou simplesmente **um nada**.

Essa possibilidade do ente, de “**ser ou não ser**” ou ainda “**vir a ser**”, faz com que o pensamento do autor estudado se torne muito importante para este trabalho. Isto porque neste ponto Heidegger passa a fazer uma distinção preponderante do Ser do

Homem, e fundamentalmente, ou essencialmente, na perspectiva do ente do Ser do Homem com relação aos demais Seres e entes de qualquer outra natureza.

Mas por que tal importância?

É justamente porque esta questão, a do “**vir a ser**” ou do “**ser ou não ser**” do ente, faz com que adentremos em uma interpretação histórica de tal questão, ou nas palavras do autor, na **faticidade** ou **historicidade** que **circunscreve** o “**vir a ser**” ou o “**ser ou não ser**” do ente do Ser do Homem, exclusivamente, em uma perspectiva de **tempo** ou em sua **temporalidade**.

Por outro lado, também se pode argumentar que outros Seres e entes, especialmente os de natureza ou de *physis* animal, possuem muitas possibilidades em comum com Ser ou o ente do Ser do Homem.

Em certa medida, essa argumentação pode estar certa, porém, em outra obra, intitulada *Ser e tempo*, Heidegger (1999 e 2000) esclarece bastante esta questão ao descrever muitos aspectos, dos quais, dentre eles, comentarei alguns mais adiante.

Agora o que preciso é pontuar o aspecto essencial do assunto nesta obra sobre a “Introdução à Metafísica” para, a partir de tal ponto, ir para a outra obra referida e, lá, prosseguir com a interpretação da palavra *physis*.

Pois bem, o referido ponto ocorre quando o autor mencionado dá continuidade ao seu pensamento dentro do horizonte metafísico comentando que se pode considerar a questão da interpretação do Ser, como tal, uma simples repetição mecânica da questão da interpretação sobre o ente, também como tal, ou seja, como sendo apenas uma questão transcendental, embora de ordem superior. Pois, com semelhante transformação do sentido da questão sobre o Ser, como tal, sendo barrados o caminho para um desenvolvimento em conformidade com as exigências do ente como tal.

Sendo assim HEIDEGGER (1987) esclarece o assunto dizendo que:

“Certamente essa transformação é fácil de ocorrer, principalmente porque em “*Sein und Zeit*” se fala de um ‘horizonte transcendental’. Todavia, o ‘transcendental’, aí entendido, não é o da consciência subjetiva, mas se determina pela temporalidade

“ekstático-existencial” da **existência humana (Dasein)**” (p. 48) (o grifo não consta do original).

Portanto, eis aqui o ponto essencial que se pretendia identificar conforme o comentado anteriormente, ou seja, a existência humana poder ser considerada como um fator relevante na interpretação da *physis* do ente do Ser do Homem como tal, diferindo-se essencialmente da *physis* de outros entes, particularmente dos de natureza animal, justamente porque só o ente do Ser do Homem possui, potencialmente, ou mais adequadamente, o **vigor dominante** de “ser ou não ser” ou um “vir a ser ou não” Humano para poder ou não **se sustentar** ou **se manter** em um contexto de uma existência humana.

Todavia, pode-se observar, através do destaque tipográfico da citação anterior, a expressão metafísica “existência humana” como sendo correspondente à expressão *Dasein*.

Sendo assim, a partir de agora, farei uma passagem do livro “Introdução à Metafísica” para encontrar esclarecimentos essenciais sobre a expressão *Dasein* na obra *Ser e Tempo* do referido autor. Antes, porém, apresento um detalhe muito importante para facilitar o entendimento do leitor sobre a ambiência interpretativa de Ser e de ente no pensamento heideggeriano.

O tema Ser e do ente pode ser interpretado no contexto da metafísica, como visto até aqui, e também da ontologia lato e estrito senso, como será visto na sequência desta descrição. Em termos de interpretação em uma perspectiva da ontologia, Heidegger o faz por meio de **duas** distinções muito significativas, ou seja, **primeiramente** em uma perspectiva por ele denominada de **ontológica**, onde se interpreta o **Ser em geral** que, neste caso, entre os demais seres do reino mineral, vegetal e animal, encontra-se o Ser do Homem, ou o Ser Hominídeo como preferem assim denominar alguns autores. Engloba-se nesta categoria homens com “h” minúsculo e mulheres, isto é, todos os Seres do sexo masculino e feminino, ou, em outras palavras, toda a **Humanidade** em geral.

Já a **segunda** perspectiva de interpretação é por ele considerada como **ôntica**, onde se interpreta o **Ser** em uma perspectiva **individual** ou, particularmente, em uma determinada realidade concreta, presente e denominada por ele de **ente**. Pois bem, é

justamente nesta perspectiva que o ente do Ser do Homem se distingue, **fundamentalmente**, dos demais entes de outros Seres, por ser ele o único que pode potencialmente (por possuir um **vigor dominante** diferenciado), como **Dasein** (ou como uma peculiaridade muito específica de sua **Physis**) ter, através de uma “**pré-sença**”, acesso ao **ser** e ao **tempo** e, com isto, ser o artífice da construção e manutenção da sua própria história de uma vida existencial humanizada.

Dito isso, vamos agora compreender algumas particularidade do pensamento de HEIDEGGER (1999) a respeito da expressão Dasein por ele criada. Entre elas, destaco o que considero ser um resumo de uma análise preliminar feita pelo autor, ao descrever que:

“A **pré-sença** não é apenas um ente que ocorre entre outros entes. Ao contrário, do ponto de vista **ôntico**, ela se distingue pelo privilégio de, em seu ser, isto é, sendo, **estar em jogo seu próprio ser**. Mas também pertence a essa constituição de ser da **pré-sença** a característica de, em seu ser, isto é, sendo, estabelecer uma relação de ser com seu próprio ser. Isso significa, explicitamente e de alguma maneira, que a **pré-sença** se compreende em seu ser, isto é, sendo. É próprio deste ente que seu ser se lhe abra e manifeste com e por meio de seu próprio ser, isto é, sendo. A compreensão do ser é em si mesmo uma determinação do ser da **pré-sença**. O **privilégio ôntico** que **distingue a pré-sença** está em ser ela **ontológica**” (p. 38) (os grifos não constam no original).

Considera-se ainda, que na condição de “ser-existente”, ou seja, de Dasein, este é um ente que se encontra inserido em um mundo, pois ele não existe de forma isolada, mas sim “no-mundo”, com o mundo e para este mundo. É a partir do mundo dos entes (árvores, casas, animais etc.) que o ente do Ser do Homem se faz e se descobre “ser-existente”.

Porém, o ente do Ser do Homem, como Dasein, se encontra lançado à sua própria sorte em um contexto de facticidade, que pode ser compreendida como a própria realidade de vida e de existência de tal ente. Facticidade que, em um primeiro momento,

não surge de uma escolha, mas é a ele imposta pela condição de “ser-vivente”.

É também neste mundo factual que, através de sua circunvisão, o ente do Ser do Homem revela os limites de sua realidade, fazendo surgir os outros entes intramundanos, ou as suas “co-presenças”. É assim, portanto, que tal ente desvela os seus limites espaciais, determinando um “dis-tanciar-se” ou um “direcionar-se” para os outros entes que surgiram a partir de sua cosmovisão, optando por “ser-existente” ou por manter-se em plena condição de facticidade.

Nas próprias palavras de HEIDEGGER (1999) isso significa dizer que,

“essas possibilidades são ou escolhidas pela própria “pre-sença” ou um meio em que ela caiu ou já sempre nasceu e cresceu. No modo de assumir-se ou perder-se, a existência só se decide a partir de cada “pre-sença” em si mesma. A questão da existência sempre só poderá ser esclarecida pelo próprio existir” (p. 39).

Essa realidade factual precisa ser encarada como sendo parte da caracterização do “ser-Humano”, pois ela é uma das explicitações da condição de humanidade do ente do Ser do Homem. Todavia, a facticidade não deve ser considerada como algo estanque ou como uma espécie de determinismo. Ela pode sim gerar uma condição de angústia, que permitirá no ente do Ser do Homem a opção de mudá-la, ou seja, de lançar-se em um projeto no mundo, adequando, modificando a sua realidade em função de sua consciência intencional.

É justamente esse estado de consciência que permite somente ao ente do Ser do Homem assumir o seu modo de “ser-existente”, de se desvela em plena angústia por não ter escolhido a própria realidade factual que o envolve, porém mais que isto, um ente com possibilidade de projetar-se de forma autêntica na busca de modificar o seu contexto factual, ou mesmo de assumir a sua própria inautenticidade e manter-se na mesma realidade.

Para HEIDEGGER (1999, p. 251 e 252), “aquilo pelo que se angustia a angústia abre a “pre-sença” como ser possível (...) na “pre-sença”, a angústia se revela o ser para o “poder-ser” mais

próprio, ou seja, o “ser-livre” para a liberdade de assumir e escolher a si mesmo (...).”

Porém, isto envolve uma condição de compreensão, de visão, de saber-se “ser-existente”, que se torna possível através da abertura do ente, ou da sua predisposição, ao “querer-ter-consciência”. É somente desta forma, “querendo-ter-consciência”, portanto, estando aberto ao que a circunvisão faz desvelar, como diz Heidegger, “ouvindo-o-próprio-de-si”, ou seja, não deixando de negar o contexto de angústia de saber-se inserido em um mundo em uma condição de facticidade que o ente encontrará a própria cura. Cura de uma outra condição mórbida, cura de uma ausência de referenciais éticos. Cura ao fazer-se projeto, ao saber-se capaz de mudar a própria facticidade, desvelando-se assim “ser-Humano”, “presença”, Dasein.

No desenvolvimento do seu pensamento a este respeito, HEIDEGGER (2000), nos descreve que:

“(...) A consciência revela-se como clamor da cura: quem clama é a “pre-sença” que, no “estar-lançado-em” (“já-ser-em”...), angustia-se com o seu “poder-ser”. O aclamado é justamente essa “pre-sença” conclamada para assumir o seu “poder-ser” mais próximo (preceder-se...). Conclama-se a “pre-sença”, aclamando-a para sair da “de-cadência” no impessoal (“já-ser-junto-ao-mundo-das-ocupações”). O clamor da consciência, ou seja, dela mesma, encontra sua possibilidade ontológica no fato de que, no fundo de seu ser, a “pre-sença” é cura” (p.64).

Sendo assim pode-se dizer que esse estado de consciência equivale a um verdadeiro tribunal que se faz presente, exclusivamente, na mente do ente do Ser do Homem, fazendo-o optar, como Dasein, por um caminho autêntico ou inautêntico de sua physis, ou seja, de ser ou não ser, ou ainda de vir a ser ou não em muito de seus aspectos; porém o mais significativo é o Humano, ou de uma presença humanizada. É justamente esse estado permanente de tomada de decisão, ou de dilema, que nos causa angústia de transcendermos ou não uma determinada facticidade e assim de nos sentirmos livres ou prisioneiros de nosso estado de consciência.

Consciência essa que nos acompanha permanente e também nos “fala”, ainda que silenciosamente, dizendo-nos, em muitos casos, “estrondosamente”, o que está certo ou errado.

As palavras textuais de HEIDEGGER (2000), acerca do clamor da consciência humana, nos diz que:

“(...) a consciência só clama em silêncio, ou seja, o clamor é um silêncio. O discurso da consciência nunca chega a articular-se. A consciência só clama em silêncio, ou seja, o clamor provém da mudez da estranheza e reclama a “pre-sença” conclamada para aquietar-se na quietude de si mesma. É só na silenciosidade, portanto, que o “querer-ter-consciência” compreende, adequadamente, esse discurso silencioso” (p.86).

Porém, isto tudo acontece em uma condição de temporalidade e historicidade. Não é possível conceber “Homem-espaço”, ou melhor, “ente-espaço”, sem se conceber “ente-tempo”, ou “ente-temporalidade”, ou mesmo “ente-história”. Porque, da mesma forma que Heidegger essencializou o Ser do Homem, denominando-o em seu modo de “ser-existente” como “pre-sença” ou Dasein, ele essencializou a sua condição temporal, denominando-a temporalidade, e sua condição de história (história de vida), como historicidade. HEIDEGGER (2000, p. 120), denomina de temporalidade “o fenômeno unificador do porvir que atualiza o vigor de ter sido”. Enquanto, “o ‘preceder-a-si-mesmo’ funda-se no porvir. O ‘já-ser-em’ anuncia em si o vigor de ter sido. O ‘ser-junto-a’ encontra sua possibilidade na atualização (...)” (p. 121).

Dessa forma, é na temporalidade que o ente do Ser do Homem surge como um “vigor-de-ter-sido”, ou melhor, como **um vigor dominante**, ou ainda, **como a physis** “de-ter-sido”, ou seja, que ele surge como um passado, ou ainda como uma história ou historicidade passada. Vejamos, se sou hoje, ou se existo hoje, é porque já existi um dia, já me fiz tempo e espaço, já me fiz história, já me fiz potencial perceptivo, pois me desvelei “ser-existente”, “pre-sença” em um mundo como um projeto. Portanto hoje, como atualização, como momento “pre-sente” sou (“pre-sença”) história passada que permite que o momento presente seja real. Porém, já

que o Dasein, ou seja, a perspectiva humana do ente do Ser do Homem é fazer-se projeto no mundo, é lançar-se na busca autêntica de modificar a sua condição factual, o momento presente, ou a atualidade, é representativo de uma historicidade passada, que se faz presente no tempo presente que representa o porvir, ou seja, a possibilidade futura de continuar a ser um “vir-a-ser”. Portanto, o ente do Ser do Homem se faz humano, ao desvelar-se “pre-sença”, ou seja, um “ser-histórico” que é presente, passado e futuro. Isto que aqui foi comentado pode ser interpretado à luz das próprias palavras textuais de HEIDEGGER (1999), quando afirma que:

“O ser da “pre-sença” tem o seu sentido na temporalidade. Esta, por sua vez, é também a condição de possibilidade de historicidade enquanto um modo de ser temporal próprio da “pre-sença”, mesmo abstraindo da questão se e como a “pre-sença” é um ente “no tempo”. A determinação de historicidade se oferece antes daquilo a que se chamam de história (acontecimento pertencente à história universal). Historicidade indica a constituição ontológica do “acontecer” próprio da “pre-sença” como tal. É com base na historicidade que a história universal, e tudo que pertence historicamente à história do mundo, se torna possível. Em seu ser de fato, a “pre-sença” é sempre como e o que ela já foi. Explicitamente ou não, a “pre-sença” é sempre o seu passado que sempre se arrasta “atrás” de si, e, desse modo, possui como propriedades simplesmente dadas as experiências passadas, que às vezes agem e influem sobre a “pre-sença”. Não. A “pre-sença” ‘é’ o seu passado no modo de seu ser, o que significa, grosso modo, que ela sempre ‘acontece’ a partir de seu futuro” (p. 48).

3 – Conclusão

Encerro este trabalho lembrando a interpretação contemporânea do termo **physis**, realizada através do pensamento de Martin Heidegger, onde ficou evidenciado o sentido metafísico da mesma como **vigor dominante que evoca o que sai ou brota de**

dentro de todos os Seres e mais particularmente nos entes, permitindo-lhes um desabrochar, que se abre, o que nesse despregar-se se manifesta e nele se retém e permanece. Portanto, a palavra **physis** não deve ser interpretada, com tal conotação ou sentido, apenas para relacioná-la como um incremento exclusivo à perspectiva **física** ou com a **phyein** dos Seres ou dos entes, mas que para se alcançar a total abrangência do significado da mesma se torna necessário ou indispensável que também se adentre na instância **metafísica** da questão.

Por isso mesmo, pode-se perceber a importância do pensamento de Heidegger no sentido de não somente esclarecer o significado da palavra **physis**, como também de apresentar uma alternativa de operacionalização **metafísica** para a mesma, que, entre tantas possibilidades possíveis de serem elaboradas, a que evidencie ao longo do texto foi muito significativa para este trabalho.

Relembrando, ainda que sucintamente, essa operacionalização aconteceu porque o referido autor considera que **o ente do Ser do Homem** se distingue, **fundamentalmente**, dos demais entes de outros Seres, por ser ele o único que pode potencialmente, ou **por possuir um vigor dominante diferenciado**, como **Dasein**, ou como uma peculiaridade muito específica de sua **Physis**, ter, através de uma “**pre-sença**” ou como um “**ser-existente**”, acesso ao **ser** e ao **tempo** e, com isto, ser o artifice da construção e manutenção da sua própria história de uma vida existencial humanizada.

Considero essa alternativa de operacionalização importante, porque resgata a perspectiva Humana ou a **Natureza Humana** perdida em interpretações exclusivamente de natureza física do Homem, desde os primórdios da civilização ocidental, o que, ainda hoje, se manifesta como um paradigma dominante da sociedade científica em geral e, como não poderia ser diferente, também no âmbito da ciência e da tecnologia do esporte em particular.

Isso porque a interpretação contemporânea de **physis**, apresentada a partir de um contexto hermenêutico da metafísica como uma proposta alternativa, se constitui o objetivo deste trabalho. E que o propósito do mesmo é, além de trazer alguma reflexão ao problema formulado no início do trabalho e resumido no parágrafo anterior, também identificar um elo que permita estabelecer uma conexão com algum princípio que possa servir de fundamento bá-

sico ou, ainda, sustentar uma argumentação em torno de algum ideal olímpico.

Sendo assim, parece não restar dúvida quanto à consecução de tal objetivo, assim como a de que a interpretação contemporânea de *physis* trouxe alguma contribuição para se refletir sobre o problema formulado. Todavia, ainda está faltando se falar acerca do elo que permitiu com que fosse estabelecida uma conexão com algum princípio que pudesse servir de fundamento básico ou, ainda, sustentar uma argumentação em torno de algum ideal olímpico.

Pois bem, esse elo corresponde exatamente à interpretação **metafísica** realizada em torno da palavra **physis**, que permitiu desvelar o princípio da **Natureza Humana do ente do Ser do Homem** em assumir-se como **Dasein** ou como consciência de ser **“presença”** ou de um ser ou como um **“ser-existente”** em acesso ao **ser** e ao **tempo** e, com isto, ser o artífice da construção e manutenção da sua própria história de uma vida existencial humanizada.

Para dar continuidade ao assunto esclareço que parto do pressuposto de que em uma realidade existencial esportiva não existe ciência ou tecnologia, mas sim entes do Ser do Homem denominados de cientistas que utilizam seus conhecimentos e recursos tecnológicos para contribuir com o aumento do nível de performance de outros entes do Ser do Homem com a denominação de atletas.

Sendo assim, entendo que, nesse mundo factual esportivo, como um contexto de uma circunvisão própria, o cientista deve revelar, por meio de sua consciência ou como *Dasein*, os limites de sua realidade de natureza Humana, fazendo-a também surgir e manter-se nos outros entes intramundanos, ou em seus atletas, como suas **“co-presenças”**.

A partir da preservação desse princípio da Condição ou da Natureza Humana, qualquer argumentação em torno de algum Ideal Olímpico estará moral e eticamente adequada. Isso para que determinados slogans, como por exemplo **“Espírito Esportivo”**, **“Jogo Limpo”**, **“Fair Play”**, **“Mens sana in corpore sano”** etc., se tornem legítimos, em vez de, simplesmente, representarem palavras ou *discursos vazios*.

Referências Bibliográficas

- GAMBOA, Sílvia Sánchez. Quantidade – qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Sílvia Sánchez (Org.). *Pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. *Introdução à metafísica*. 3. ed. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de . Petrópolis: Vozes, 1999. 2 v. em 1.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de . Petrópolis: Vozes, 2000. 2 v. em 2.
- MORIN, Edgar. *Le Paradgme Perdu: La Nature Humaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 12.ed. Porto : Afrontamento, 2001.

Promoção do espírito olímpico no tênis: da formação inicial nas ruas ao esporte de alto rendimento

Prof. Leonardo José Mataruna dos santos

Mestrando em Educação Física – Fef/Unicamp;
pós-graduado em treinamento desportivo
de judô - ccfex/ufrj, docência do ensino superior – UCAM,
treinamento de recursos humanos – abt; bacharel e
licenciado Educação Física – eefd/ufrj; bolsista do cnpq.

Prof. Márcio Velasco Tercitano

Pós-graduado em treinamento desportivo - ccfex/ufrj;
pós-graduado em musculação - UGF;
Especializado em Natação e Hidroginástica: UGF;
Licenciado em Ed. Física - UFRRJ; Professor da Vila Olímpica
da Maré – Prefeitura do Rio de Janeiro.

1 - Introdução

O Tênis é um esporte que vem perdendo o título de esporte de elite, ao longo da sua história. Prova disso, é que nos dias atuais, muitos jovens de classe sócio-econômica desfavorecida, podem ser vistos em quadras ou nas ruas, com uma raquete nas mãos, e um par de tênis, mesmo que velhos, ou até mesmo de chinelos. Mas o interessante é que jogando tênis, o indivíduo de classe desfavorecida, pode proporcionar ao corpo a mesma experiência motora que possuem as pessoas dotadas de todas as condições materiais para a

prática deste esporte. As condições socioeconômicas não predizem a vivência motora ou tão pouco permite maiores possibilidades no desenvolvimento de uma determinada habilidade. Ao contrário do que se pensa, a utilização de materiais alternativos e a prática desportiva em ambientes adaptados para o desenvolvimento do esporte, enquanto lazer ou treinamento, possibilitará uma vivência e adaptação dos movimentos superior aos usuais; e as ações do jogo quando forem utilizadas diante dos materiais adequados e no ambiente apropriado, permitirá uma performance aos que sempre lidaram com o referencial do ideal inferior aos que utilizavam do improvisado à sua prática do tênis. Importante ressaltar que esta teoria se aplica ao processo de aprendizado da modalidade diferenciando-se do processo do treinamento para o alto nível.

A prática deste esporte olímpico deve ser estimulada, principalmente em comunidades carentes economicamente, de modo a proporcionar o prazer, a alegria, o bem estar e a mesma sensação de capacidade de superar limites e dificuldades, buscando o triunfal caminho de ser “o campeão”, o vitorioso na batalha da superação esportiva reflexionada a vida. A superação de etapas deve ser discutida e observada, tanto pelo professor, quanto pelo aluno, com o intuito de correlacionar a vida e jogo esportivo, neste caso, o tênis. A utilização de recursos pedagógicos desportivos associados a sociologia do olimpismo, deve ser trabalhada com o praticante, objetivando a formação intelectomotora do sujeito que vise a cidadania, a inclusão social e a participação na minimização das diferenças sócio-culturais.

2 - O Tênis de rua

Existem diversos projetos de tênis comunitário que estão sendo desenvolvidos em vários locais da cidade do Rio de Janeiro, e que permitem que os menos favorecidos possam sonhar em participar de um grande torneio internacional representando nosso país, uma vez que a maioria dos projetos desportivos em funcionamento aplicados as comunidades desfavorecidas economicamente, possuem esta tendência como um dos seus objetivos.

Este fato pode se tornar possível, porém não se pode idealizar projetos desta natureza vendendo a imagem ou propósito de supe-

ração total da pobreza e das dificuldades intrínsecas no modo de vida, atribuindo ao esporte esta condição utópica. Sabe-se que o método seleção desportiva é um processo cruel, onde o atleta para vencer depende de muito mais do que o seu próprio brio.

O talento desportivo não consegue sobrepujar as dificuldades financeiras no desenvolvimento das atividades esportivas, mas permite a uma parcela especial este alcance real, no qual, a superação individual arremeterá o indivíduo ao sucesso.

Além de o povo brasileiro possuir muita garra e força de vontade, um novo talento desportivo pode ser descoberto a cada esquina diariamente. Acredita-se que em virtude da mistura multirracial existente no país, justifica-se a produção seriada de talentos. Outro fator é a força de superação de cada indivíduo, que leva o atleta ao topo da modalidade ou ranking. Isto é visível, principalmente naqueles que passaram por uma dificuldade maior para o alcance do alto rendimento esportivo.

O Tênis no Brasil nunca teve a repercussão como o nosso futebol, designado como a paixão nacional. No ano de 1997, quando o melhor tenista do país, Gustavo Kuerten, sagrou-se campeão do torneio de Roland Garros, este esporte popularizou-se de uma determinada maneira, que termos como *smash*, *lob*, *passada*, até então desconhecidos para a maioria da população, tornaram-se parte de um vocabulário comum nas conversas sobre esportes.

Surgem, então, raquetes de plástico, de madeira, de papelão e até mesmo os chinelos viram raquetes improvisadas, para brincar de rebater uma bolinha, muitas vezes careca, ou até bolas de meias, mas que para estas crianças, residentes em áreas de alto risco social, está simbolizado na representa do imaginário social de estar fazendo o mesmo que o fenômeno nacional do esporte, o Guga, faz, jogar tênis para ser um campeão. Isso se tornou viável também em detrimento do processo de massificação da mídia sobre a modalidade.

Tornou-se comum, auxiliares de jogo, os conhecidos boleiros, que catam as bolinhas para os jogadores de tênis, estarem praticando o esporte. Existem muitos menores que trabalham nessa função no sentido de auxiliarem a renda das suas famílias com o fruto do trabalho diário desta profissão. Estas crianças e adolescentes acabam levando para o seu meio social a experiência vivida da

observação dos jogos, treinamentos e principalmente da apresentação que os meios de comunicação implantam na vida de cada indivíduo. A reprodução destes modelos apresentada pela mídia facilita na opção e corroboram na proliferação de novos adeptos, (SILVA, 1979).

Observou-se um crescimento generalizado pela procura do tênis institucional, ou seja, ligado a uma instituição que esteja inserida em competições e torneios, mas que fundamentalmente além de sua prática informal, como lúdico-desportiva ou como esporte de formação, seja um espaço para o treinamento desportivo focado na promoção de talentos.

O enfoque de fundamentos educacionais intrínsecos no espírito olímpico e na representação simbólica da ideologia do olimpismo permite que trabalhos de formação de atletas respeitem as individualidades biológicas e as experiências adquiridas pelos sujeitos, sendo somente moldadas ou lapidadas pelo treinamento desportivo na reta do trabalho de alto rendimento.

Segundo Silva (1999, p.7), o tênis deveria ser ensinado nas escolas dentro de um contexto informativo (...) basta uma pequena adaptação da quadra de basquete para que se possa iniciar o trabalho.

Quando o aludido autor coloca que se torna fácil praticar tênis, seja na escolar, no clube, no campo, “contanto que você arrume um companheiro”, arremete a definição de tênis que Cox (1999, p.91-5) designa que “este esporte pode ser praticado individualmente ou em dupla, dotado de um oponente”, que pode ser um companheiro de treino ou torneio, mas não um adversário, tendo em vista o princípio de reconhecimento da importância do outro para mim, no sentido de que sem o outro eu não posso jogar ou tão pouco competir, e que o meu companheiro tem a mesma significância assim como eu. Sob esta ótica viabiliza-se a importância do respeito mútuo, ou seja, do *fair play*.

3 - Um problema

Nem sempre a falta de espaço físico ou falta de material significam o problema para a prática de um desporto. Comunidades

carentes, em sua maioria, são tomadas pela violência que assusta os moradores e reprime qualquer forma de manifestação cultural ou esportiva que não esteja de acordo com a ideologia dos responsáveis pela violência. As pessoas tornam-se reféns da falta de cultura dos que dominam a comunidade através da força.

Muitos jovens, antes mesmo de terem a oportunidade de conhecer os esportes, a música, a pintura, a dança e a leitura, são levados para o tráfico de drogas, e, conseqüentemente, para um mundo de violência e deslealdade, perdendo qualquer perspectiva de uma vida melhor para o futuro.

O desporto é uma das ferramentas que podem ser utilizadas para contribuir com o processo de sociabilidade dos moradores de comunidades onde a violência é repressora. Segundo Abreu e Costa (1998), no final do século XIX, o Barão Pierre de Coubertin já sonhava com um evento nos moldes dos Jogos Olímpicos da Grécia antiga, em que houvesse a união de todos os povos através dos jogos.

O espírito olímpico sobre este prisma deve ser enfocado objetivando uma diminuição entre confronto de facções rivais do narcotráfico que dominam uma determinada região ou comunidade, entretanto, sabe-se que esta é uma medida limitada, mas que, no entanto é uma abertura para que ocorra uma reflexão categorizada sobre o assunto.

O esporte não deve ser visto como uma única via para a amenização de tais confrontos, mas aqueles que se encontram em evidência, como o tênis e o futebol, podem de uma maneira mais flexível, desenvolver e estimular a transferência de condutas da ética desportiva para as ações usuais da vida de cada indivíduo, independente da sua classe social, credo, raça, entre outros.

4 - O espírito olímpico

O censo comum se refere ao espírito olímpico como se fosse uma novidade, não levando em consideração a existência do mesmo há mais de um século. Barão Pierre de Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos da era moderna, já proclamava este valor fundamental. Segundo Bara Filho (1998), o Olimpismo foi idealizado pelo Barão de Coubertin em 1894, e tinha como um dos princípios centrados em:

“(...) uma filosofia de vida, que exalta e combina num conjunto equilibrado, as qualidades do corpo, espírito e mente. Misturando esporte com cultura e educação, o Olimpismo busca criar um modo de vida baseado na alegria encontrada no esforço, no valor educacional do bom exemplo e respeito aos princípios éticos universais fundamentais.”

Este é o espírito olímpico original, que deve ser praticado e disseminado por todos para todos, fazendo com que esta atitude positiva faça parte integrante da filosofia de vida, contribuindo para a formação dos cidadãos, independente de estarem envolvidos com o esporte.

Cabe ao desporto, neste caso o tênis, promover o espírito olímpico em qualquer lugar em que a modalidade seja praticada. Neste sentido os meios de comunicação devem colaborar nesta imbuída promoção, uma vez que se reconhece o poder de massificação dos veículos de informação, em destaque a televisão.

A imagem dos atletas de alto nível servem como modelo aos iniciantes e, portanto a moralidade dos referidos espelhadas nas inflexões da ética esportiva subsidiam constructos para a elaboração intelecto e moral do desportista em formação. Sendo assim, o técnico, o professor, o treinador, e o atleta, em destaque, devem antes de realizar uma ação, aplicar uma contra-ação mediadora, capaz de avaliar a ação que realizar-se-á, sempre se lembrando que o resultado de sua demonstração e apresentação servirá como um modelo acrítico a criança ou o atleta que o tem como referência. Deste modo, poder-se-á ou não despertar aspectos relacionados ao espírito olímpico e a ética desportiva.

5 - O Tênis brasileiro

No Brasil a melhor tenista de todos os tempos, Maria Esther Bueno, se destacou na década de 50, em que foi, entre outras, tricampeã em Wimbledon.

Na década de 60 teve-se como destaque Thomaz Koch. Muitos outros tenistas se destacaram no país, entre eles estão, Carlos Alberto Kirmayr, que brilhou nas décadas de 70 e 80, Luiz Mattar, Cássio

Motta, Patrícia Medrado, Fernando Meligeni, e atualmente, Gustavo Kuerten, no masculino e Joana Cortez no feminino, são os brasileiros referencias para a modalidade.

O tênis brasileiro estreou nas Olimpíadas em 1988, na Coréia do Sul. Os atletas brasileiros não foram com muita expectativa, mas tiveram um resultado razoável, vencendo algumas partidas (SECRETARIA DE ESPORTES DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1999).

Nas Olimpíadas de Barcelona, o Brasil chegou às quartas-de-final no masculino com Jaime Oncins, que derrotou o norte-americano Michael Chang nas oitavas-de final, *idem*.

O Brasil também teve um bom desempenho nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, com Fernando Meligeni disputando as semi-finais contra Brughera, *idem*.

Nos Jogos Olímpicos de Sydney em 2000, ocorreram alguns problemas políticos em relação aos conflitos entre patrocinadores, fato que quase deixou o Brasil sem uma das suas maiores estrelas da atualidade. Mesmo depois de solucionado o problema, Guga competiu porém sentiu que o desgaste deste problema influenciou na sua performance.

Para os próximos jogos olímpicos os atuais representantes do Brasil, que são os mesmos da ultima edição olímpica, podem surpreender com o ganho da experiência competitiva e da amplitude da maturidade adquirida.

Faz-se necessário a ampliação na promoção de talentos em áreas desfavorecidas economicamente objetivando uma renovação desportiva e a capacidade de oportunização do caminho ao alto nível.

A reprodutividade do espírito olímpico pode vir a ajudar este processo que prioriza a formação do atleta, na minimização de conflitos pessoais e coletivos, formando raízes sólidas que sustentarão a razão da existência e da produção do fenômeno conhecido como esporte, capaz de modificar mais do que estilos de vida, mas principalmente o desenvolvimento de uma nação.

6 - Conclusão

A confraternização dos povos através do esporte é mais do que um simples clichê. Nos últimos cem anos, as olimpíadas se constituíram num dos raros rituais capazes de proporcionar momentos de real harmonia entre os povos. A cada quatro anos, as nações colocam de lado suas divergências, posições políticas, e se reúnem para competir pacificamente de maneira fraternal celebrando a esperança de paz (CARDOSO, 1996, p. 3).

Hoje a mensagem do espírito olímpico sofreu algumas transformações em função do dinheiro que movimentam os jogos, mas não perderam o foco para a pacificação coletiva em virtude do objetivo de competir.

Os profissionais do esporte e da Educação Física devem ter em mente que a promoção de talentos dentro do âmbito dos desfavorecidos economicamente, ou seja, moradores das periferias, favelas, ruas, em áreas de alto risco social, possuem maior facilidade em superar obstáculos imaginários da ordem psíquica, centrando seus objetivos com força de vontade em superar as dificuldades diárias da vida.

Os indivíduos residentes nos locais citados anteriormente enxergam o esporte como uma via exclusiva para a superação máxima das dificuldades cotidianas, as quais devem ser bastante exploradas pelo educador tendo sempre a precaução para não tornar o desporto como uma trilha de utopia.

Com o decorrer do tempo, o espírito desportivo tem vindo marcar presença nas mais variadas nações, sempre objetivando a coletividade. Na Cidade de Nicósia, no Chipre, em novembro de 2001, ocorreu a III Mesa Redonda sobre Desporto, Tolerância e Fair Play. Neste evento elaborou-se uma declaração assinada por 29 países europeus onde é feito um convite a todos os governos no sentido de adotarem medidas de implementação ou desenvolvimento de programas para a promoção do espírito esportivo e da tolerância, não só na prática desportiva como na vida em sociedade (ALBINO e Col., 2001, p.13).

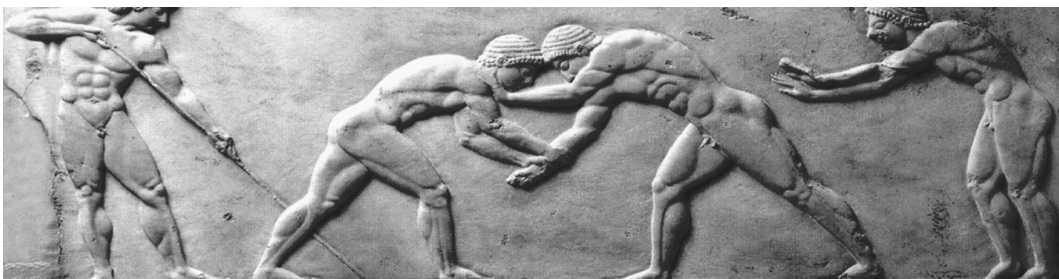
A utilização do espírito olímpico permitirá uma formação mais sólida e digna do iniciante ao atleta de alto nível desportivo, que com o respaldo dos princípios propostos pelo Barão de Coubertin,

trabalhados pela sociologia do olimpismo, induzirá ao desenvolvimento representativo da Cidadania e da importância deste indivíduo para o meio em que ele se insere, na busca coletiva e individual de uma melhor qualidade de vida, podendo ou não ser esta esportivizada.

Referências Bibliográficas

- ABREU, N.G.; COSTA, L.P. Olimpismo e Multiculturalismo – Aproximação Histórica. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Rio de Janeiro. UGF, 1998, p.701-5.
- ALBINO, M.C.; ABREU, M.; PAULO, P. III Mesa Redonda sobre o Desporto, Tolerância e Fair Play. *Revista de Informação Desportiva – Desporto*. Portugal: Tip Belgráfica, 2001, Ano IV, n.6, p.13.
- BARA FILHO, M. G.; COSTA, L.P. O Papel do Olimpismo na História do Esporte do Trabalhador. *Anais do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*. Rio de Janeiro. UGF, 1998, p.706-12.
- CARDOSO, M. *100 Anos de Olimpíadas: de Atenas a Atlanta*. São Paulo: Scritta, 1996.
- COX, G. *The Dictionary of Sport: a complete guide to the vocabulary of the world's leading sports*. Italy: Carlton Book, 1999.
- MATARUNA DOS SANTOS, L.J.; BARROS, L.O. *Guia para a Elaboração de Projetos e Monografias de Graduação e Especialização*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- SECRETARIA DE ESPORTES DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Manual de Esportes – Tênis*. Rio de Janeiro. Arete Editorial S.A., 1999.
- SILVA, M.PI. *Tênis – Regras, Técnica e Táticas*. Rio de Janeiro. Tecnoprint

Parte 5



Educação Olímpica e Pedagogia na Educação Física e Esportes

O multiculturalismo nos materiais didáticos de Educação Olímpica: uma análise crítica.

Profa. Ms. Marta Corrêa Gomes

Membro da Academia Olímpica Brasileira (AOB)

1 - Introdução

Este trabalho tem como principal objetivo analisar criticamente a forma superficial com que os materiais didáticos de Educação Olímpica têm abordado o tema multiculturalismo, assim como sugerir alternativas para futuras abordagens.

O interesse em desenvolver um tema que engloba tanto a Educação Olímpica quanto o Multiculturalismo tem como principal fundamento uma preocupação teórica com a abordagem cultural do Olimpismo, que vem se configurando como tendência central de enfoque de alguns estudiosos brasileiros¹. Entretanto, a preocupação teórica estanque de suas repercussões práticas se torna inócua para o Movimento Olímpico, uma vez que estamos abordando as questões trazidas por contextos sócio-culturais produzidos pelas diferenças que se traduzem, inclusive, na prática esportiva.

Estas diferenças, sejam elas sociais, culturais, raciais ou de gênero, muitas vezes passam despercebidas no nosso cotidiano escolar pelo fato de olharmos o mundo constantemente através de categorias generalizantes², o que nos faz reproduzir valores e práticas discriminatórias. Apenas devemos aguçar um pouco mais a nossa percepção e procurar dentro de certas generalizações as nuances que fazem da construção de uma identidade cultural pequenas ilhas fragmentadas e motivadas por razões distintas. A ausência desta

percepção acompanhada por uma falta de intervenção pode conduzir a informações inadequadas, assim como condutas que estão tanto em desacordo com a própria história quanto com o sentido do respeito e valorização das diferenças. É o que observamos nas ações e idéias dos jovens neonazistas de áreas industriais da cidade de São Paulo, no sudeste brasileiro, filhos de proletários e a maioria mestiça. Divididos em subgrupos, eles perseguem negros, judeus e homossexuais, afirmando suas identidades a partir da intolerância. Contraditoriamente, ignoram grande parte da história e de suas histórias.

Considerando todos estes aspectos, compartilho com Binder (2000) a proposta de uma Educação Multicultural que seja dotada de informação mais adequada e esclarecedora sobre a questão das diferenças; que tenha uma postura crítica e, sobretudo, que seja um processo contínuo que permeie os currículos escolares de forma horizontal e vertical. Abreu (1999) também observa que embora os programas educacionais não devam ignorar as diferenças, por outro lado, "(...)they can not underestimate common dimensions among cultures and contribute to a discriminate and separeted practice" (p.44). Seria tentar inserir a discussão das diferenças não pela simples tolerância, mas pela valorização e formas de crescimento individual e coletivo a partir do conhecimento do outro e das inter-relações.

Entretanto, se por um lado um dos objetivos do Movimento Olímpico é contribuir para a paz entre os povos, o entendimento mútuo, condenando as práticas discriminatórias e incentivando o espírito de amizade³, por outro, parece que tal princípio tem sido esquecido nos materiais didáticos de Educação Olímpica. Enquanto as discussões acadêmicas sobre cultura e multiculturalismo estão cada vez mais sofisticadas, os conhecimentos desenvolvidos nestas áreas não estão sendo aplicados suficientemente nos materiais didáticos de forma que tais aspectos sejam realmente uma questão presente na pauta do dia-a-dia escolar e que as informações não sejam tão superficiais.

MacAloon (1986) lembra que tanto nos objetivos declarados quanto na prática esportiva, o Movimento Olímpico se justifica como promotor do entendimento intercultural. Entretanto, ao analisar a completa falta de atenção dada na prática para que este intercâmbio cultural realmente aconteça, com compreensão e valorização de outras culturas entre os atletas Olímpicos, ele conclui que a forma negligenciada com que este tema é tratado entre o esporte de elite, acaba por justificar a sua prática em si mesma.

A pergunta que ele faz com relação ao esporte Olímpico é a mesma que eu pressuponho com relação à Educação Olímpica voltada para crianças e jovens na escola: "Why, in a movement supposedly dedicated to it, have there been so few concerted efforts towards cross-cultural learning and understanding?" (p.11)

Esta negligência fica explícita nos materiais didáticos voltados para a Educação Olímpica que analiso neste trabalho, considerando a superficialidade pela qual os temas da cultura e do multiculturalismo são abordados. A inclusão e a participação são os pilares da Educação Olímpica, o que faz agravar a falta de atenção dada a esta área. Da mesma forma que não se pode propor uma educação multicultural através do esporte, sendo este mesmo um fenômeno cultural, socialmente construído, se partirmos de pressupostos essencialistas, como o que se observa em grande parte desses materiais didáticos.

Na visão essencialista acredita-se que o esporte possui uma natureza, um caráter, uma essência que é moral, independentemente do esporte que se pratica ou do lugar onde ele se realiza - o esporte é uma prática universal trans-cultural e por ter uma essência moral se torna uma excelente ferramenta para os educadores morais. Neste caminho podemos citar Peter J. Arnold que vem produzindo trabalhos na área da filosofia do esporte e da educação. Simon Eassom (1997) num ensaio crítico sobre o último livro de Peter Arnold, "Sport, Ethics and Education" assim sintetiza suas idéias:

"Sport is universal. Not only is it a global phenomena, but also its manifestations represent an inherent nature or essence: It is the same thing wheter it is played in kingston-upon-Thames or kazakhstan. The true nature of sport is realized by understanding it as a valued social practice (...)" (p.120).

Mas existe uma grande diferença entre o esporte ser um fenômeno global e uma prática moral universal. E este é um debate que tem envolvido grande parte da comunidade acadêmica da Educação Física mundial e do Movimento Olímpico, como bem demonstra Abreu (1999) no seu desenvolvimento teórico a respeito do multiculturalismo e da tendência do Comitê Olímpico Internacional de tentar, na medida do possível, acompanhar as modificações trazidas não somente

pelas Ciências Sociais e pela Educação, mas também pelas reivindicações de países que estão fora do eixo Euro-norteamericano.

Embora não seja minha intenção somar esta discussão a este espaço, considero pertinente deixar claro que me posiciono numa outra matriz de pensamento, na qual o esporte é visto como manifestação cultural e prática dinâmica que pressupõe valores e atitudes particulares. Embora exista uma forte ambigüidade envolvendo o fenômeno esportivo, por ser ele uma prática quase mundial e ter aproximadamente 200 países participando dos Jogos Olímpicos, o fato de duas equipes de diferentes países estarem competindo sob as mesmas regras institucionalmente universais, não exime as manifestações locais esportivas de traduzirem o esporte de sua forma peculiar e de produzirem sínteses onde a ética e os princípios motivadores são completamente diferentes.

A este respeito Eassom (1997) nos fornece um excelente exemplo citando o Tiro de Arco nos jogos Olímpicos de Verão de 1996. Uma das equipes (composta somente por homens), representando o pequeno reino de Buthan no Himalaia, competia em evento de Tiro de Arco pela primeira vez. Mas o Tiro de Arco em Buthan é uma atividade completamente diferente do que podemos imaginar ou do que acontece nas Olimpíadas. Os arqueiros precisam superar as inúmeras tentativas que os espectadores fazem para que eles errem o alvo. Eles são atordoados pelas mulheres, xingados, caçoados com relação a sua capacidade sexual, etc. Eassom afirma que, obviamente, este é um teste de poder de concentração dos arqueiros para estarem aptos a fazer qualquer lançamento sob coação.

Neste exemplo há uma clara distinção entre o que se realiza nas Olimpíadas e o que se pode manifestar na cultura em particular. Dessa forma, conclui Eassom: "Arnold would appear to deny that this kind of culturally relativized version of archery means that the practice of sport in this instance is ethically different" (p.122).

2 - A abordagem do Multiculturalismo

A partir desses pressupostos, para uma análise comparativa e de abordagem do tema em questão selecionei os quatro materiais didáticos mais conhecidos entre aqueles que trabalham com a Edu-

cação Olímpica no Brasil: 1) *Keep the Spirit Alive: you and the Olympic Games*. IOC, 1995. 2) *Learn and Play Olympic Sports*, Amateur Athletic Foundation of Los Angeles, 1992 (USA). 3) *Educação Olímpica na Escola*. Manual do Educador Olímpico. Cristiano M. Belem, Poços de Caldas, 1999 (Brazil), adaptado de *Keep the Spirit Alive: you and the Olympic Games*, IOC, 1995. 4) *Be a Champion in Life*, A project of the Foundation of Olympic and Sport Education, 2000 (Grécia).

Numa primeira impressão, mais geral, o que se verifica é um espaço praticamente nulo reservado ao tema, excetuando o *“Be a Champion in Life”*, que dedicou um capítulo inteiro entre textos e atividades para os alunos sobre multiculturalismo e direitos humanos.

Para efeito de organização metodológica os materiais são analisados segundo algumas categorias que me pareceram ser as mais significativas: 1) O significado da cultura, 2) O Eurocentrismo e 3) Raça e cultura.

2.1 - O significado da Cultura

É curioso observar que após mais de cem anos passados, as idéias de Tylor (1832-1917) sobre cultura ainda sejam a principal forma de abordagem deste tema nos materiais didáticos. O significado da cultura tem mudado e evoluído juntamente com o conhecimento antropológico e embora possa parecer ilegítimo e indiferente, conduz a toda uma linha de pensamento que atravessa, inclusive, os três tópicos apontados para esta análise⁴.

Tylor assim definia o termo *Culture*: “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”⁵. Somado a este conceito de cultura como um amontoado de aspectos sobrepostos, Tylor desenvolveu suas teorias baseadas no princípio evolucionista, no qual o homem era visto como uma única espécie - unidade psíquica e biológica, e as diferenças culturais diziam respeito às desigualdades nos estágios de desenvolvimento civilizatório. Embora iniciando um rompimento entre o cultural e o biológico, essa corrente estabelecia um ponto de ori-

gem numa escala de desenvolvimento progressiva e linear e um ponto culminante, um fim, que eram as sociedades Europeias do final do século XIX. As sociedades primitivas, para Tylor e seus contemporâneos como Morgan e Frazer, eram um estágio inicial moral e de costumes de uma civilização que todos as sociedades deveriam passar ou teriam passado, inclusive as europeias.

A base metodológica do evolucionismo é a comparação, na qual um único aspecto de uma dada cultura é retirado e isolado do seu contexto e totalidade e comparado com o “mesmo” aspecto de outras culturas mais “civilizadas”, entretanto, sob critérios baseados na cultura do investigador. Podemos citar um exemplo dado por DaMatta com relação à estrutura de parentesco e concepção de família: Morgan, ao estudar a categoria isolada “família” destacou o costume dos filhos em algumas culturas de chamarem de “pai” todos aqueles da mesma geração do pai, que para a nossa cultura seriam os “tios”. Preso às nomenclaturas classificatórias de sua própria cultura, Frazer considerou este costume como uma “prova de um tempo pretérito, em que os casamentos eram promíscuos” (p.92), uma vez que aparentemente não se reconhecia quem era o pai biológico. Assim, este passado, na escala evolucionista da civilização, seria o oposto da sociedade civilizada final, onde os casamentos eram individualizados e nucleares.

O enfoque que verificamos sobre cultura nos materiais didáticos parece ser o mesmo apontado por estes autores. O que se observa nos capítulos ou temas reservados ao multiculturalismo e ao “conhecimento” de outras culturas é justamente esta sobreposição de aspectos de outras culturas, que são retirados de forma estanque de seu contexto e tratados como objetos folclóricos, comparados entre si, assim como são dados nos museus, separados de um contexto de significação.

No material didático *Keep the spirit Alive*, o módulo 4 - “Global Spirit” tem como objetivo principal o conhecimento de outros países e culturas. Entretanto, suas atividades se restringem em situar em um mapa as cidades onde os Jogos Olímpicos de verão e de inverno foram realizadas, escolher uma dessas cidades e reconhecer sua localização em termo de continente, fronteiras, rios, fusos horários, principal língua, atletas mais famosos, clima e costumes (que incluem enumeração de pratos típicos, religião e danças típi-

cas). São completamente negligenciados os aspectos da significação para aquela cultura da história de formação desses costumes e o caráter simbólico. Logo, o objetivo de *intercultural education* fica longe de ser atingido e no máximo, o que se adquire são alguns conhecimentos de geografia física.

Podemos situar os materiais didáticos *Educação Olímpica na Escola* e *Learn and Play Olympic Sports* no mesmo plano de abordagem, uma vez que o primeiro é uma adaptação do *Keep the Spirit Alive* e acrescenta às suas atividades acima citadas uma pesquisa sobre danças, comidas, artesanato e língua de três países participantes dos Jogos e sugere uma apresentação para a classe de “uma das características mais curiosas” encontradas num desses países!

O segundo, que propõe atividades interdisciplinares e divide as atividades para cada disciplina específica, propõe para as aulas de geografia a mesma atividade acima: selecionar dois países e reconhecer sua localização no globo, seu continente, geografia, clima, tipos de pessoas, comida, artes, música, geografia, religião e educação. Devemos destacar, contudo, que entre estas atividades, há uma discussão proposta bastante interessante que leva os alunos a uma certa reflexão sobre o contato intercultural dos atletas: “Why athletes from all over the world, speaking different languages, and having different cultures, would be happy to meet with each other to pursue sports?”

Finalmente, o *Be a Champion in Life*, diferentemente dos demais, ao longo de todo o material traz atividades e textos que buscam a origem dos esportes e o significado das atividades e dos esportes para cada cultura, como na história de Roger Milla, um jogador de futebol da República de Camarões que é visto na África como um herói. Esta estória já começa situando o esporte na cultura, embora tome a África equivocadamente como uma cultura global e única: “In Africa, football (soccer) is more than just a sport. It is a celebration of life. If your national team wins a major international competition, everyone gets a holiday the next day (...)” (p.B14). Podemos citar outro exemplo de contextualização cultural no sub-item “What is Beautiful? Body Image”, onde o texto inicia-se assim: “Different cultures and different communities have different ideas about what the beautiful boy or girl looks like.(...)” (p.D12)”.

Embora haja atividades que envolvam a localização das cidades e principais aspectos de costume das culturas, o *Be a Champion in Life*, oferece também muitas outras atividades de compreensão de valores e significados das atividades em outras culturas. Dedica um capítulo somente para a questão do multiculturalismo, no qual centraliza mais o enfoque sobre a inclusão social, no respeito e valorização das diferenças e no exercício da cidadania, onde há vários exercícios sobre direitos, deveres e responsabilidades sociais. Pelo o que parece este material didático caminha para o processo de amadurecimento das questões vinculadas ao ensino do multiculturalismo.

Este caminho de amadurecimento é de fato importante e fundamental, pois embora haja teorias modernas da cultura que desenvolvem diferentes perspectivas, a idéia de “multiple conceptions of life” clamada por MacAloon (1986) é compartilhada pela comunidade de cientistas sociais e historiadores do nosso tempo, sempre no sentido de significação.

Na verdade, este debate a cerca do conceito de cultura gerou uma tentativa por parte dos antropólogos modernos de reconstruir este conceito, de modo que se tornasse mais inteligível e “teoricamente mais poderoso” (Geertz, p.14. 1989). Entretanto, a coexistência de diferentes correntes teóricas e conceitos sobre cultura ainda marca o nosso tempo, dialogando entre si. Como diz Geertz, a Antropologia é uma ciência “cujo progresso é marcado menos por uma perfeição de consenso do que por um refinamento de debate” (p. 39).

Geertz defende o conceito de cultura como semiótico, isto é, como “sistemas entrelaçados de signos interpretáveis” (1986, p.24”). Assim, compartilho com este autor a idéia de que o estudo das culturas não deve se prender ao “status ontológico” de um certo costume ou comportamento: “O que devemos indagar é a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência (...)” (p.20). Enfim, o que deve estar em questão na abordagem do multiculturalismo nos materiais didáticos são os significados dos aspectos de uma dada cultura para os seus atores e não os aspectos em si, isoladamente. Esta distinção conceitual é fundamental para que sejam desfocadas as visões etnocêntricas da perspectiva evolucionista, que acompanhou a história e traz resíduos até hoje.

2.2 - O Eurocentrismo

A questão do eurocentrismo nos materiais didáticos parece ser uma consequência desta visão evolucionista de cultura e um resíduo da era imperialista, onde a corrida econômica pela conquista e dominação de territórios no planeta levou o mundo a ser dividido em “fortes” e “fracos”, “avançados” e “atrasados”, “civilizados” e “não-civilizados”, “ocidentais” e “exóticos”.

Verificamos em Hobsbawm (1988) que a idéia de superioridade civilizatória das potências sobre as colônias neste período era predominante, onde a “falta de evolução” dos nativos ressaltava, inclusive, as tentativas de conversão dos pagãos à fé cristã, num empenho missionário maciço. A novidade do séc. XIX era que “(...) os não europeus e suas sociedades eram crescente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis” (p.118).

O exótico e o ocidental eram constantemente mesclados nos contos e histórias infantis, entretanto, os estereótipos encontrados sempre nos vilões orientais, latinos ou da África com sentido de reforçar ideologicamente a superioridade do “civilizado” em relação ao “primitivo”. Hobsbawm reforça a idéia de que tais abordagens não tinham caráter documentário, mas imperialista, pois “(...) a vinculação central entre os mundos do exótico e do cotidiano era a penetração, formal ou informal, do Ocidente no Terceiro Mundo” (p.120)

A abordagem multicultural nos materiais didáticos analisados sofre dessa influência, muito embora eu não queira acusá-los de imperialistas e etnocêntricos. Ao contrário. Através da visão interpretativa da cultura de Geertz fica evidenciado que o olhar está situado no contexto sócio-cultural daquele que vê. Logo, embora as tentativas de valorização da diversidade como possibilidades humanas de dar sentido ao mundo na interação social sejam cada vez mais difundidas, aqueles que escrevem a história sempre deixam registrado o seu *bias*, com a sua história, sua tradição. Assim como, aqueles que lêem, se não pertencem ao mesmo *ethos*, enxergam sob um outro ponto de vista.

Em *Be a Champion in Life*, que se propõe a ser um recurso para professores do mundo, essa questão fica bastante evidenciada nas

estórias daqueles que são considerados os “outros”: minorias, estrangeiros, refugiados ou imigrantes num país estrangeiro. Os nomes dos personagens que são “os outros” fogem completamente ao padrão de nomes Europeus ou Norte-Americanos: Sunjee, Margarita, Sibongila, Fatima, Vladimir, Tika, entre outros. Estes dois últimos estão vinculados a problemas de deficiência física e obesidade, respectivamente. Este fato reforça, inclusive, uma tentativa de desfocar os personagens que já estariam inseridos num processo social como cidadãos, isto é, não podemos encontrar um John numa cadeira de rodas ou uma Katherine acima do peso ?

Se estes materiais se propõem a serem multiculturais e recursos de Educação Olímpica para todo o mundo, ou devem modificar a abordagem do “eu” e dos “outros”, que depende exclusivamente do lugar de onde se lê, ou então, para todos os materiais com estas características, deva haver inúmeras adaptações. Para o Brasil, por exemplo, tanto a Fátima, a Margarita e o Vladimir, pelo menos com referência ao nome, não seriam os “outros” e sim os “eus”.

A questão do “Europeu”, e do “exótico” aparece em *Keep the Spirit Alive* quando se tenta caracterizar culturalmente os países frios e os quentes, ao abordar os Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão. Para a descrição dos países frios é usada uma estória do cotidiano de uma jovem que brinca de patins na neve e se diverte com todas as possibilidades trazidas pelos dias nevados de inverno. As palavras que introduzem esta página são: “Olympic Winter Sports are based on activities that young people have enjoyed for hundreds of years in countries that have cold winter climates” (p.52).

Por outro lado, para a descrição dos países quentes, foi escolhido um poema Jamaicano (Jamaica Market) que traz todo o lado “exótico” e desconhecido de ritmos, frutas, animais e plantas encontrados lá. Só como ilustração, o poema começa assim: “Honey, pepper, leaf-green limes, Pagan fruit whose names are rhimes, Mangoes, breadfruit, ginger-roots....”. Na introdução desta página é dito que “The poet, a Jamaican, describes the colours, the variety and the bustle that you would see in markets in many hot weather countries” (p.53). A tradição dos países frios (“for hundreds of years”) se opõe ao diferente, ao primitivo, ao selva-

gem, e suas centenas de anos de cultura se opõem à proximidade da natureza dos países quentes.

2.3 - Raça e cultura

Este é um tema que geraria uma extensa discussão e desenvolvimento histórico sobre a conceituação de raça, de cultura e de raça como cultura. Entretanto, o que para nós se torna importante é reafirmar que o movimento multiculturalista, assim como o próprio termo, surgiu primeiramente nos países ex-colônias - onde a imigração e a mistura entre raças e culturas eram maiores - para lutar pelos direitos das minorias⁶.

Embora a questão racial estivesse vinculada ao movimento multiculturalista de respeito às diferenças, a raça como categoria social não se sustentou como base classificatória dos diferentes povos e determinante das diferenças culturais. Entretanto, é comum que se confunda, mesmo no senso comum, raça e cultura. Cotidianamente ouvimos o termo música negra ou africana, quando sabemos que existem negros não-africanos que produzem outros estilos musicais e uma diversidade de culturas africanas que produzem um número enorme de ritmos e estilos musicais.

A generalização encontrada nos materiais com relação a estes aspectos aponta para uma necessidade de chamar a atenção para as especificidades dessas categorias em questão. Nos temas que abordam o *mutual understanding* é compreensível que se encontre o problema da raça misturado às questões da cultura, uma vez que o foco central é o respeito e valorização das diferenças. Porém, é preciso que se deixe claro que o movimento multiculturalista é multicultural e anti-racial e que, como afirma Levi-Strauss (1952) "Existem muito mais culturas humanas do que raças humanas, pois que enquanto umas se contam por milhares, as outras contam-se pelas unidades;(...)" (p.10).

Como em *Be a Champion in Life* as questões do multiculturalismo foram abordadas mais extensivamente, as categorias da raça e da cultura parecendo pertencer a uma mesma classificação, foram

mais freqüentes. Por exemplo, ao expor os desafios dos professores em sociedades multiculturais, o texto introdutório do capítulo sobre o multiculturalismo diz assim: "Their task is to develop communities of learners who **accept and respect people from other cultures**. In South Africa, for example, with the end of apartheid, South Africans have to work together to create a new society, one in which there is **acceptance and respect for people of all races**. (...)" (p.C-4).

Neste mesmo capítulo do *Be a Champion in Life* encontramos uma frase que parece apresentar a mesma confusão entre raça e cultura: "Margarita is a student who comes from a different race than the other children in the class" (p. C-13). Margarita é um nome latino que sugere que ela venha de uma cultura latina, entretanto pode pertencer a qualquer raça diferente. E, então, qual seria a sua raça? Neste caso a questão se complexifica porque há uma classificação quanto à raça, principalmente nos países norte-americanos, que acrescenta a raça latina como tipológica, o que consolida a idéia de Malik (1996) de que mesmo a classificação da raça em termos biológicos pode sofrer variações e manipulações dependendo da história do lugar que a define. Para ele a classificação da população em raças não é uma divisão natural, mas uma aplicação cultural e histórica dos significados da variação fisiológica humana.

Entretanto, há hoje em dia um consenso mundial em termos acadêmicos e junto a UNESCO que separa os conceitos de raça e cultura, colocando o primeiro situado no âmbito biológico (embora haja diversas categorizações) e o segundo no âmbito do conjunto de características comuns culturais com significados próprios para aqueles indivíduos pertencentes a um mesmo grupo étnico. Como afirma Laraia (1992), "Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais" (p.17).

A ruptura do determinismo biológico para a compreensão das diferenças culturais e nível de desenvolvimento das culturas foi iniciada pelo antropólogo Franz Boas no início do século XX. Santos (1996), ao analisar a evolução do conceito de raça para cultura e população, demonstra que em 1949, na Primeira Declaração sobre Raça da UNESCO, fica evidente a influência de Boas no

texto final. Entretanto, as muitas reações de geneticistas e biólogos levaram a uma segunda reunião formalizando um texto mais biológico e menos enfático com relação ao determinismo cultural. As principais conclusões da Primeira Declaração foram mantidas e o conceito de “raça” foi recolocado como biologicamente válido, à luz da genética.

O documento mais recente da UNESCO, a Declaração Sobre Raça e Preconceito Racial de 1982⁷ não deixa dúvidas a este respeito. No Artigo 1 - parágrafos 3 e 5, encontramos os seguintes textos:

3. Identity of origin in no way affects the fact that human beings can and may live differently, nor does it preclude the existence of differences based on cultural, environmental and historical diversity nor the right to maintain cultural identity.

5. The differences between the achievements of the different peoples are entirely attributable to geographical, historical, political, economic, social and cultural factors. Such differences can in no case serve as a pretext for any rank-ordered classification of nations or peoples.

Dessa forma, o que deve ficar claro para uma abordagem multicultural, que considere as diferenças raciais e assuma como desafio o combate ao preconceito, é a conscientização de que todos os indivíduos de todas as raças têm as mesmas capacidades e faculdades intelectuais e que as diferenças que se travam entre as culturas são fruto da capacidade humana de dar múltiplos significados às ações e às coisas na dinâmica do convívio social, e não de uma incapacidade mental ou física de ser mais ou menos desenvolvido.

4 - Conclusão e Considerações Finais

Considerando a intenção de analisar a abordagem sobre o multiculturalismo nos materiais didáticos de Educação Olímpica, apon-to como principais conclusões e sugestões, relacionadas às categorias respectivas de análise, as seguintes:

4.1 - O Conceito de Cultura

Observou-se que de um modo geral, excetuando o *Be a Champion in Life*, as atividades propostas para o conhecimento de outras culturas transmitem uma idéia tyloriana de cultura do século XIX, na qual o seu conceito se aproxima de um amontoado de aspectos desconectados entre si, isentos de um significado contextual e de uma articulação simbólica para aqueles pertencentes àquela cultura. Sugiro uma abordagem mais em acordo com as tendências da antropologia moderna, compartilhando com Geertz a concepção de cultura como teia de significados a serem interpretados e que se dê ênfase não aos aspectos em si, isoladamente, mas à importância que eles têm para cada cultura.

4.2 - O Etnocentrismo

Verificado como uma consequência da visão tyloriana que também desenvolveu a teoria evolucionista da cultura, tendo como resultado a separação dos povos em civilizados e não-civilizados, avançados e atrasados, ocidentais e exóticos. Ainda que não pareça intencionalmente etnocêntrica e imperialista, esta visão se evidencia nos materiais didáticos nas caracterizações de países quentes e frios e em circunstâncias onde as relações entre o “Eu” e o “Outro” sempre traduzem os “Outros” com nomes pertencentes a países fora dos eixos europeu e norte-americano. Considerando que pelo menos dois desses materiais se julgam como fontes para professores de todo o mundo, sugiro uma modificação na abordagem do “Eu” e dos “Outros”, que está intimamente ligada à referência ao lugar sócio-cultural de onde se lê, ou então adaptações locais de nomes e de textos.

4.3 - Raça e Cultura

Embora não tenha sido um tema abordado mais extensivamente por todos os materiais, observei a tendência em colocar o problema da raça misturado às questões da cultura, uma vez que o

foco central do multiculturalismo é o respeito e valorização das diferenças. Entretanto, procuro atentar para o fato de que as misturas conceituais podem levar para o entendimento equivocado do conceito de raça como cultura ou de raça determinando a cultura e os comportamentos. Dessa forma, sugiro que sejam enfatizadas nas abordagens multiculturais tanto a discussão do fato da raça não determinar a cultura, quanto o aspecto das diferenças culturais serem fruto dos múltiplos significados que os grupos podem dar nas suas inter-relações..

O conhecimento tanto das ciências sociais, quanto da história não pode ser descartado de um tema tão importante como o multiculturalismo. O debate sobre culturas e identidades vem se sofisticando de uma forma que a Educação Olímpica não pode deixar de acompanhar, principalmente porque, embora hoje em dia haja múltiplas instituições e movimentos globalizantes, há um contra-movimento de salvaguardar as identidades, e podemos correr o risco de ao lutar pelo respeito às diversidades, estarmos contribuindo para a construção de identidades que não se intercomunicam.

Apenas respeitar pode se restringir a não tocar, a não se misturar, a não compreender e não gostar. A tolerância é um princípio civilizatório que apenas possibilita ao homem não invadir o espaço de outro, do diferente em sua sociedade ou mesmo em outras. Assim, a educação multicultural, além de lutar pela preservação e pelo respeito às diferenças, deve também reforçar a valorização das diferenças como uma abertura dos valores estéticos, como outras formas também legítimas de ser e enxergar a vida e o mundo.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Neise G. ***Multicultural Responses to Olympism - An Ethnographic Research in Ancient Olympia, Greece.*** (Tese de doutorado). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999.
- DACOSTA. Olympism and the equilibrium of man. In: N. Muller (ed.) ***Coubertin and Olympism questions for the future.*** p.188-199, 1998.

DAMATTA, Roberto. ***Relativizando: uma introdução à antropologia social***. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GEERTZ, Clifford. ***A interpretação das culturas***. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Marta C.. Solidariedade e Honestidade - os fundamentos do fair play entre adolescentes escolares. In: Tavares e DaCosta: ***Estudos Olímpicos***, p. 207-222, 1999.

————— ***Corpo e Adolescência: no cru é que estão as proteínas***. (Dissertação de mestrado). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

HOBSBAWM, Eric. ***A era dos impérios, 1875-1914***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. ***Olympic Charter***. Lausanne: IOC, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. ***Cultura: um conceito antropológico***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. ***Raça e História***. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

MACLOON, John. ***Intercultural Education and Olympic Sport***. Olympic Academy of Canada, 1986.

MALIK, Kenan. ***The meaning of Race: Race, History and Culture in Western Society***. London: Macmillan Press LTD, 1996.

SANTOS, Ricardo V. Da morfologia às moléculas, de raça à população: Trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: ***Raça, Ciência e Sociedade***. (Org. Marcos Schar), Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz, 1996.

Materiais didáticos para a Educação Olímpica

AMATEUR ATHLETIC FOUNDATION OF LOS ANGELES. (1992) ***Learn and play Olympic Sports***. Curriculum Guide for Teachers. Developed by Cosetta Moore. (USA)

- BELEN, Cristiano M.. (1999). **Educação Olímpica na Escola. Manual do Educador Olímpico**. Adapted from Keep the Spirit Alive: you and the Olympic Games. Poços de Caldas (Brasil).
- IOC COMISSION FOR THE INTERNATIONAL OLYMPIC ACADEMY AND OLYMPIC EDUCATION. (1995). **Keep the Spirit Alive: you and the Olympic Games**. A Handbook for Educators. Written by Deanna Binder.
- FOUNDATION OF OLYMPIC AND SPORT EDUCATION. (2000). **Be a Champion in Life! A Book of Activities for Young People Based on the Joy of Participation and on the Important Messages of the Olympic Philosophy**. An International Teachear's Reasource Book for Schools. Lead Writer: Deanna Binder. (Greece)

Notas

- ¹ A este respeito, podemos citar DaCosta (1998): **Olympism and the equilibrium of man** . In: N. Muller (ed.) Coubertin and Olympism questions for the future (p.188-199); Gomes (1999): **Solidariedade e Honestidade - os fundamentos do fair play entre adolescentes escolares**. In: Tavares e DaCosta: Estudos Olímpicos, o qual reúne diversos artigos e enfoques sobre o tema Olympism; e Abreu (1999): **Multicultural Responses to Olympism - An Ethnographic Research in Ancient Olympia, Greece**.
- ² Para efeito de exemplificação, o problema das categorias generalizantes ficou bastante evidenciado na minha dissertação de mestrado "Corpo e Adolescência: no cru é que estão as proteínas" (1994), tomando a "adolescência" como categoria social.
- ³ Estas são idéias presentes no princípio fundamental 6 da carta olímpica.
- ⁴ Podemos encontrar em Laraia (1992) toda esta dinâmica e debate sobre o conceito de cultura que desenvolve o conhecimento antropológico a partir do dilema da conciliação da unidade bioló-

gica e a grande diversidade cultural da espécie humana, as diferentes correntes interpretativas da cultura, que vão desde o determinismo biológico e geográfico, depois refutado por antropólogos modernos, como Frans Boas, passa pela perspectiva evolucionista de Edward Tylor e pelo funcionalismo até chegar aos pesquisadores modernos, que vêem a cultura como conjunto de significados interpretáveis.

⁵ Edward TYLOR, 1871. Cap.1, p.1 , citado por Laraia (1992 - p.25).

⁶ Cf. Kenan Malik, *The Meaning of Race: Race, History and Culture in Wester Societies*, 1996.

⁷ Adopted and proclaimed by the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural organization at its twentieth session, on 27 November, 1972. Available: <http://www1.umn.edu/humanrts/instreet/d2drp.htm> or: <http://unesdoc.unesco.org/ulis/ged.html>.

Educação Olímpica no Ensino Fundamental

Projeto da UFPR, Curitiba - Paraná

Coordenação:

Letícia Godoy

Professora do Departamento de Educação Física / UFPR

Professores Colaboradores:

Lamartine Perelra da Costa

Professor do Programa de Pós-Graduação,
de Mestrado e Doutorado em Educação Física
da Universidade Gama Filho / Rio de Janeiro
Presidente da Academia Olímpica Brasileira / Comitê
Olímpico Brasileiro

Martha A. Picaz Glomb

Ex-aluna do Curso de Licenciatura em
Educação Física da UFPR
Professora de Educação Física da
Escola Municipal Sidônio Muralha / CIC

População Alvo:

Acadêmicos do 4º ano do Curso
de Licenciatura em Educação Física da UFPR

Acadêmicos Bolsistas do Curso
de Licenciatura em Educação Física da UFPR

02 Professoras de Educação Física pertencentes à Escola Municipal
Sidônio Muralha/ Cidade Industrial – Unidade Escola 100

300 crianças pertencentes ao Ensino Fundamental da Escola Muni-
pal Sidônio Muralha/ Cidade Industrial – Unidade Escola 100

Período de Execução:

De 1999 à 2001

1 - Apresentação

O Projeto “Educação Olímpica no Ensino Fundamental” vem sendo realizado desde 1999. Inicialmente foi desenvolvido junto aos acadêmicos da disciplina BE 495 - Organização de Competições - do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFPR, propondo uma compreensão contextualizada do conteúdo fundamental à formação em Educação Física relacionada aos tópicos do Olimpismo, aproximando os licenciandos da realidade escolar e das possibilidades de integrar Escola e Universidade.

Ao longo do ano de 1999 os acadêmicos tiveram a oportunidade de elaborar algumas atividades de Educação Olímpica complementares baseando-se no já existente caderno de atividade “Educação Olímpica no Brasil”. As atividades foram aplicadas nas aulas de Educação Física da Escola Municipal Sidônio Muralha durante a segundo semestre do ano, sob a orientação da Professora Letícia Godoy coordenadora do Projeto, subsidiada pelas tarefas desenvolvidas pelo grupo de trabalho (Coordenadora, bolsista e professora da Escola Municipal) que orientou as ações desenvolvidas com as crianças em torno da Educação Olímpica.

A partir de 2000 o Projeto estruturou-se como um Grupo de Estudos Olímpicos contando com a participação da Coordenadora, de ex-bolsistas do Projeto, dos Bolsistas e de alguns alunos e ex-alunos do Curso de Graduação e de Especialização em Educação Física Escolar e das professoras de Educação Física da Escola Municipal parceira do Projeto.

O Comitê Olímpico Internacional e a Academia Olímpica Internacional, juntamente com os Comitês Olímpicos Nacionais têm como uma de suas metas o desenvolvimento e a implementação da Educação Olímpica voltada para jovens e crianças em todo o Mundo.

O legado de Pierre de Coubertin permanece vivo, sendo as Instituições Olímpicas espalhadas pelo mundo, as mantenedoras dos *IDEAIS* do fundador dos Jogos Olímpicos Modernos.

Os Ideais originais do Movimento Olímpico descritos na primeira versão da Carta Olímpica elaborada por Coubertein ?(Coubertin) e seus colaboradores do Comitê Olímpico Internacional, destacam quatro *Objetivos* principais:

- Promover o desenvolvimento de qualidades físicas e morais que são a base para o esporte.
- Educar os Jovens através do esporte, num espírito de melhor entendimento, amizade e cooperação, deste modo ajudando na construção de um mundo melhor e mais pacífico.
- Divulgar os princípios Olímpicos através do mundo, deste modo promovendo a amizade internacional.
- Reunir os atletas do mundo numa grande festividade de 4 em 4 anos, os Jogos Olímpicos.

A partir deste primeiro passo dado por Coubertein (Coubertin) e seus colegas do Comitê Olímpico Internacional os Ideais Olímpicos ficaram conhecidos como OLIMPISMO. Por ser este um conhecimento de fundamentação à formação dos licenciandos, tornou-se necessário estabelecer as conexões pertinentes à efetiva aplicabilidade deste nas aulas de Educação Física do Ensino Fundamental.

Os esforços realizados desde 1999 se encaminharam no sentido de promover ações e eventos de natureza mais humana, capazes de aprimorar os valores e princípios que regem o Olimpismo. Esperamos que desta forma, as possibilidades para a aplicação dos seus ideais na prática educacional possam estar sendo delineadas.

Aos licenciandos, incentivamos as discussões, reflexões, produção e aplicação do conhecimento referente ao Olimpismo com o intuito de ampliar e amadurecer as possibilidades de intervenção nesta realidade escolar.

Com esta iniciativa, buscamos despertar nas crianças, atitudes e valores preconizados pelo Olimpismo ajustados a realidade e disponibilidades locais incentivando a prática da cidadania quer na escola, nas oportunidades esportivas, na comunidade ou na família.

O presente Projeto vem atendendo às propostas do Programa Licenciador da Pró-Reitoria de Graduação da UFPR, ao estabelecer como meta a integração da Licenciatura com o Ensino Fundamental, através de ações de ensino, pesquisa e extensão, visando a melhoria na formação dos Licenciandos em Educação Física.

2 - Justificativa

A Educação Olímpica pode ajudar no Programa Escolar e aos Jovens Estudantes, promovendo experiências, que os ajudem a viver o Espírito dos Jogos Olímpicos onde quer que eles vivam, reafirmando suas tradições esportivas, heróis e heroínas do esporte.

A mística da Olimpíada cria mais interesse e entusiasmo através da televisão, rádio e jornais, motivando os jovens e estimulando sua imaginação, com relação a países e culturas diferentes.

Eventos especiais como os Jogos Olímpicos possibilitam criar uma série de tarefas para as aulas de Educação Física e promovem bons modelos para importantes mensagens educacionais como: solidariedade, persistência, determinação, companheirismo, etc. Além disto os Jogos Olímpicos podem tornar-se um foco para o estudo de povos e culturas nas disciplinas de Estudos Sociais, resolução de problemas, usando a estatística esportiva em Matemática, textos e reportagens em Comunicação e Expressão, símbolos e esculturas em Educação Artísticas, línguas, etc.

A Educação Olímpica valoriza a interdisciplinaridade dos conteúdos componentes do currículo do Ensino Fundamental, podendo representar uma alternativa pioneira em nosso País e um modelo interessante de exercitar a multidisciplinaridade, sugerida na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96).

Algumas das maiores questões de nosso tempo, tais como: proteção ao meio ambiente, o papel da mulher na sociedade, conflitos globais e resolução dos mesmos, racismo e intolerância, promoção do fair play e ética, enfatizar a unidade de corpo e espírito, podem tornar-se parte de um projeto de Estudos Olímpicos e um componente dinâmico para os currículos escolares.

A efetivação do Projeto junto ao Curso de Licenciatura em Educação Física na UFPR justifica-se na medida em que proporciona aos licenciandos oportunidade de produzir conhecimento na área de Educação Física e desenvolver atividades pertinentes à sua aplicação em aulas de Educação Física no Ensino Fundamental levando-se em conta as reais condições em que vive a sociedade brasileira, com orientação e supervisão da Coordenadora do Projeto. São oportunizados momentos de discussão, palestras e apresenta-

ções em que os acadêmicos bolsistas envolvidos no Projeto, podem discorrer sobre as ações encaminhadas e desenvolvidas no Projeto para grupos de licenciandos não envolvidos no mesmo e para a comunidade acadêmica em geral através de vivências pedagógicas, palestras e organização de eventos.

3 - Objetivo Geral

Este Programa de Educação Olímpica, é voltado para crianças de *09 a 11 anos* de idade (3ª e 4ª séries), fase em que as crianças são motivadas facilmente pela participação, interesse e curiosidade, permitindo a apreensão de novos comportamentos e hábitos saudáveis.

Sendo um Programa com características multidisciplinares, permite um aumento de conhecimento nas diferentes áreas de domínio da aprendizagem: Domínio afetivo (*valores e Ideais Olímpicos*), Domínio Motor (*atividades físicas e esportivas*), Domínio Cognitivo (*história, culturas, símbolos, etc.*), Domínio Psicossocial (*solidariedade, companheirismo*).

Destacamos ainda um dos aspectos que o torna mais relevante, o de preocupar-se com o desenvolvimento sociocultural por meio das atitudes e valores preconizados pelo Olimpismo, a partir das necessidades e aspirações de melhoria de qualidade de vida no Brasil.

4 - Objetivos Específicos

- 4.1. Proporcionar aos licenciandos em Educação Física a produção do conhecimento em torno das seguintes temáticas:

- História e Tradições
- Símbolos e Cerimônias
- Esportes Olímpicos
- Atletas Olímpicos famosos (nacionais e internacionais)
- História de heróis e heroínas Olímpicas

- 4.2. Desenvolver nas crianças ATITUDES e VALORES relacionados ao Projeto de Educação Olímpica, os quais se apresentam em torno da seguinte temática:

Identidade Cultural

Cooperação e Amizade Internacional

Auto-estima e Realização Pessoal

Discernimento Moral e Fair Play

Motivação para prática de atividades físicas e esportivas

5 - As principais ações do Projeto de 1999 à 2001

Considerando que a produção nesta área mostra-se incipiente no Brasil, surgiu a necessidade da formação de um Grupo de Estudo e de Trabalho com o objetivo de buscar, selecionar e sistematizar livros, artigos, filmes, revistas, material que se tornou imprescindível para montagem da proposta de atividades a ser desenvolvida com os licenciandos do Curso de Licenciatura em Educação Física e nas próprias aulas de Educação Física da Escola Municipal.

A aplicação do conteúdo possibilitou vivências enriquecedoras tanto para as crianças quanto para a professora da turma que partilhou suas vivências pedagógicas com o grupo de trabalho e acadêmicos do Curso.

Inicialmente foi desenvolvido o seguinte roteiro para encaminhar as ações do Projeto, adaptadas aos seus destinatários.

5.1. A Educação Física e o Esporte

- a) Como e porque o Esporte faz parte da Educação Física? Porque o Esporte está na Escola? Quais são as formas que o Esporte assume na Escola?
- b) Trabalho sobre Esporte. (Incentivo à criatividade e orientar a busca de material referente ao Esporte de maneira geral – tudo o que encontrar!!)

5.2. O Esporte

- a) O que é o Esporte?

- b) O que os alunos da 4ª série conhecem sobre Esporte? Como fazem a classificação? O que praticam? De que Esportes eles gostam? Etc.
- c) Apresentar a fundamentação teórica (conceito, classificação, organização, etc.) aplicada às crianças.

5.3. O Esporte na Antigüidade

- a) Como nasceu o Esporte? Quais eram os movimentos e as práticas corporais no período pré-histórico e na Antigüidade?
- b) Grécia – uma das nações mais importantes da Antigüidade. Porque? Qual a sua localização? Que povo era este, como viviam? Quais eram suas crenças?

5.4. Deuses Gregos – Mitos

- a) Principais Deuses e sua relação com as crenças e festas gregas.
- b) Homenagens aos Deuses por intermédio dos Jogos Públicos.

5.5. Jogos Olímpicos da Antigüidade

- a) Olímpia, cidade Sagrada.
- b) Como eram realizados? Quem podia participar? Provas que se disputavam na época. Trégua Sagrada (Paz). 12 séculos de realização.
- c) Heróis Olímpicos.

5.6. Pierre de Coubertin e os Jogos Olímpicos Modernos

- a) Renascimento dos Jogos.
- b) Ideais Olímpicos.
- c) Carta Olímpica.
- d) Fair Play.
- e) Todas as Olimpíadas desde 1896 até 2000. Mapa dos Países e Cidades sede. Importância da participação de centenas de Nações. Mapa, participação do Brasil...

5.7. Os Símbolos e as Cerimônias Olímpicas

- a) Bandeira e Anéis Olímpicos.
- b) Fogo e Tocha Olímpica.
- c) Mascotes.
- d) Abertura e Encerramento.
- e) Juramento.

5.8. Os Esportes dos Jogos Olímpicos e Paraolimpíadas

- a) De Verão.
- b) De Inverno.

5.9. Atletas Olímpicos "Atletas do Século XX"

- a) Quem são eles? Como se tornaram atletas olímpicos? Depoimentos.
- b) Atletas Nacionais.
- c) Atletas Internacionais.

5.10. Fair Play nos Esportes

- a) Condutas esportivas positivas.

5.11. Organização de um Evento Olímpico na Escola

- a) Evento de encerramento do Ano.

Este material passou a ser utilizado de forma sistematizada, para a montagem e aplicação de atividades nas aulas de educação física das crianças da Escola Municipal Sidônio Muralha em 1999 e como fonte de registros e elaboração de trabalhos de investigação no âmbito da Educação Olímpica por parte do Grupo de Estudo do Projeto.

Como encerramento das atividades do Projeto realizamos o "1º Festival Olímpico do Departamento de Educação Física da UFPR". Este evento foi realizado em 02 de dezembro de 1999, e contou com a participação das 70 crianças divididas em 5 grupos caracterizados pelas cores dos anéis olímpicos. As tradições dos cerimoniais olímpicos foram reproduzidas tanto na abertura com o

hasteamento da bandeira, juramento do atleta e confraternização dos participantes e no encerramento com a premiação que neste caso foi feita para todos os participantes sem distinção. As atividades selecionadas para o Festival variaram entre aquelas de caráter esportivo, recreativo e/ou cooperativo; sem que se enfatizasse a busca de resultados ou melhor performance. A tônica do evento ficou por conta da chance de participar de tudo, de passar por todas as estações, de encontrar o tesouro com prêmios para todos e vivenciar a Festa de todos num clima de muita alegria, respeito mútuo e companheirismo.

Apresentação do Projeto na forma de Painel durante a IX e X Semanas de Ensino, Pesquisa e Extensão do Departamento de Educação Física da UFPR, em 1999 e 2000 respectivamente.

O ano de 2000 foi bastante dinâmico e produtivo para o Projeto. Como apenas uma das quatro bolsistas havia feito parte do grupo em 1999, os encontros iniciais foram destinados à apresentação das propostas e objetivos do Projeto. Os textos selecionados foram estudados e discutidos a fim de proporcionar uma melhor compreensão a respeito dos temas relacionados ao Olimpismo, Movimento olímpico, Valores Olímpicos, Esporte, Jogos Olímpicos, Fair Play e outros.

Ao longo do ano, Priscila T. Rolim uma das bolsistas, desenvolveu seu Trabalho de Conclusão do Curso (Monografia) com um estudo preliminar intitulado: "Educação Olímpica na Educação Física do Ensino Fundamental: possibilidades de aplicação".

Em Junho, a Coordenadora do Projeto esteve na Grécia (**Mount Olympus – Greece**) participando do II Congresso Mundial sobre Educação Olímpica (II World Conference – The Introduction of Olympic and Sport Education in Schools) promovido pela **Foundation of Olympic and Sport Education – FOSE**. Além da oportunidade de apresentar este Projeto como uma das iniciativas de Educação Olímpica no Brasil, participou como convidada do lançamento mundial do Projeto **"Be a champion in life"** – caderno de atividades de Educação Olímpica – *International Teacher's Resource Package* – Projeto Internacional de Educação Olímpica desenvolvido como "piloto" em 1999 pelo Ministério da Educação da Grécia em escolas de Ensino Elementar. Este material e os contatos estabelecidos durante este encontro foram de funda-

mental importância para que as ações do Projeto pudessem se tornar mais dinâmicas e amplas quanto à própria compreensão do tema Educação Olímpica e suas possibilidades de aplicação.

Entre Julho e Setembro foram discutidas e avaliadas algumas propostas de atividades para o Ensino Fundamental voltadas aos propósitos da Educação Olímpica até chegarmos ao formato de uma peça teatral. Aproveitamos o momento de preparação e realização dos Jogos Olímpicos de Sydney para discutir assuntos relativos ao esporte de uma forma geral e como este vem se apresentando em termos de valores e atitudes sociais. O Grupo do Projeto confeccionou, montou, ensaiou e apresentou a peça teatral: "As Olimpíadas vão à Escola". Esta atividade contou com a participação de seis crianças da Escola como atores, o que foi muito positivo e acabou superando as expectativas iniciais. Esta peça foi apresentada para todas as turmas da Escola, em formato e linguagem apropriados aos alunos do Ensino Infantil e Fundamental, os quais puderam assistir e participar ativamente fazendo perguntas sobre o tema.

Em Novembro de 2000 foi ministrado um módulo de 08 horas para o Curso de Especialização em Educação Física Escolar do Departamento de Educação Física da UFPR, intitulado "Educação Olímpica: educando para a vida". O conteúdo tratado forneceu subsídios para a compreensão das possibilidades de fazer uso da Educação Olímpica em contextos escolares. E o Projeto foi apresentado como uma das iniciativas que vêm sendo realizadas no Brasil.

Em 2001 o trabalho manteve a mesma proposta de ação e em parte a mesma estrutura, procedendo **a composição de um Grupo de Estudo** responsável por aprimorar a revisão bibliográfica, visando um estudo aprofundado do material trazido da Grécia em 2000 pela coordenadora do Projeto, o *International Teacher's Resource Package* – proposta do Projeto Internacional de Educação Olímpica da FOSE (Foundation of Olympic and Sport Education) intitulado: "BE A CHAMPION IN LIFE". Este material apresenta os seguintes temas divididos em cinco capítulos:

- **BODY, MIND AND SPIRIT: Inspiring Children to participate in Physical Activity**
(Corpo, Mente e Espírito: Inspirando crianças a participarem de Atividades Físicas)*

- **FAIR PLAY - The Spirit of Sport in Life and Community**
(*FAIR PLAY - o espírito do esporte na vida e na comunidade*)*
- **MULTICULTURALISM – Learning Value Diversity**
(*Multiculturalismo – Aprendendo a valorizar a diversidade*)*
- **IN PURSUIT OF EXCELLENCE – Identity, Self-Confidence and Self-Respect**
(*Em busca da Excelência – Identidade, Auto-Confiança e Auto-Respeito*)*
- **THE OLYMPICS PRESENT AND PAST – Celebrating The Olympic Spirit**
(*Os Jogos Olímpicos Presente e Passado – Celebrando o Espírito Olímpico*)*

* traduzido pela autora

Baseado neste material e com as contribuições resgatadas de outros projetos nacionais e internacionais semelhantes prosseguimos adaptando diversas atividades buscando promover a Educação Olímpica e divulgar os valores possíveis de serem abordados durante as aulas de Educação Física. Utilizando o material já sistematizado até então, passamos a selecionar e elaborar um Caderno de Atividades para professores de Educação Física, considerando os principais temas do Olimpismo orientados para crianças do Ensino Fundamental.

A elaboração deste Caderno de Atividades pretende delinear as possibilidades para a aplicação dos ideais do Olimpismo na prática educacional, despertando nas crianças e jovens, atitudes e valores preconizados pelo Olimpismo ajustados a realidade e disponibilidade locais incentivando a prática da cidadania quer na escola, nas oportunidades esportivas, na comunidade ou na família. Como nos anos anteriores do Projeto, pudemos refletir sobre os valores da sociedade, que em geral são atribuídos e absorvidos pelas crianças e jovens escolares através das manifestações esportivas. Desta forma o Projeto buscou promover atividades de natureza mais humana capazes de aprimorar os valores e princípios que regem o Olimpismo.

Em 2002 as etapas do Projeto serão detalhadas num trabalho acadêmico privilegiando **a observação da recepção dos valo-**

res do Olimpismo no contexto sociocultural brasileiro, cujo conteúdo deverá ser publicado como experiência em Educação Olímpica no Brasil.

Referências Bibliográficas

- DA COSTA, Lamartine P., TAVARES, Otávio. *Estudos Olímpicos*. Editora Gama Filho, Rio de Janeiro, 1999
- EDUCATION PACK - BRITISH OLYMPIC ASSOCIATION, 1996
- FOSE – Fundation of Olympic and Sport Education. *Be a champion in life. A book of activities for young people on the joy of participation and on the important messages of the Olympic idea*. 1st Edition. Athens, Greece, 2000.
- KEEP THE SPIRIT ALIVE - YOU AND OLYMPIC GAMES, IOC *Commission for the International Olympic Academy and Olympic Education*, 1995
- MAYORS´ OlympicKids FOR FITNESS, *United States Olympic Committee*, 1998.

Fundamentos do Judô aplicados à Educação Olímpica e ao desenvolvimento do Fair Play¹

Prof. Dr. Emerson Franchini

Universidade Presbiteriana Mackenzie / Faculdade de Educação
Física

Orientação: Prof. Dr. Lamartine Pereira DaCosta

Professor do PPGEF / UGF; Presidente Academia Olímpica Brasileira

Resumo

Este artigo objetivou tratar da relação do judô com o movimento olímpico, com ênfase no processo de criação do judô e no pensamento de Jigoro Kano, seu criador. O processo histórico de desenvolvimento do combate corporal é apresentado, indicando o seu caráter universal. Os princípios do judô, “auxílio e prosperidade mútuos” (*jita-kyoei*) e “melhor uso da energia” (*seiryoku-zenyo*), são apresentados e discutidos em associação ao processo de “esportivização” da modalidade. Esses princípios elaborados por Jigoro Kano são associados aos princípios elaborados pelo Barão Pierre de Coubertin com base na ética. A vida de cada um dos idealizadores dos dois movimentos apresenta semelhança quanto aos ideais e à busca de inspiração no passado. A partir dessas similaridades, a aplicação dos princípios do judô à educação olímpica e ao desenvolvimento do fair play se apresenta como um meio eficaz de atingir os objetivos

do ideal olímpico, uma vez que buscam o respeito e a solidariedade por meio da educação integral advinda do melhor uso da energia.

Palavras-chaves: judô, Olimpismo, Jigoro Kano, Educação, fair play.

Abstract

The object of this article deals with the relation of judo and the Olympic Movement, with emphasis to the process of judo creation and thoughts of Jigoro Kano, its founder. The historic process of body combat development is presented, indicating its universal character. The foundations of judo, "mutual welfare and benefit" (*jita-kyoei*) and "maximum efficiency" (*seiryoku-zenyo*) are presented and discussed in association to the process of sportification of judo. These foundations elaborated by Jigoro Kano are associated to principles elaborated by Baron Pierre de Coubertin in the grounds of ethics. The lives of the creators of both movements present similarities in terms of ideas and in the search for inspiration in the past. From these similarities, the application of judo's foundations to Olympic Education and to the development of fair play is presented as an efficient way to reach the goals of the Olympic ideal, since its pursuit is for respect and solidarity through integral education forthcoming from the best use of energy.

Key-words: judo, Olimpism, Jigoro Kano, Education, fair play.

1 - Introdução

O combate corporal pode ser considerado a mais antiga forma de esporte. Existem evidências arqueológicas abundantes que demonstram a existência desse tipo de modalidade na Antiguidade. Essas evidências estão presentes em diversos pontos ao redor do mundo, como as representações de cenas de luta de seis garo-

tos praticando em conjunto há mais de 2300 a.C. e de torneios realizados há mais de 1300 a.C., ambos no Egito (Sayenga, 1995; Stratton, 1986). Os relatos das artes marciais orientais são tão antigos que remontam aos tempos lendários e pouco se sabe sobre a veracidade de alguns deles (Carr, 1993). Nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, as modalidades de combate também foram representadas (boxe, pankration, luta e última parte do pentatlo) e atingiram enorme prestígio, a ponto de serem as últimas atividades disputadas e da maioria das estátuas catalogadas da antiga Olímpia ter sido reservada a atletas de lutas (Sayenga, 1995). A grande admiração e prática das lutas nos diferentes povos tinham certamente um caráter utilitário bélico, especialmente na Antiguidade, quando atenienses e espartanos, assim como diversas classes de trabalhadores do Japão e China, tinham o aprendizado de luta como parte de sua educação (Carr, 1993; Mathys, 1982). Esses aspectos sugerem um caráter universal a ser atribuído às lutas corporais.

No decorrer da história, as lutas perderam seu caráter bélico, principalmente nos séculos XIX e XX, quando o emprego de armas de fogo, cada vez mais sofisticadas, passou a decidir o resultado das guerras. Contudo, como as técnicas de luta integram parte do patrimônio cultural de diversos povos, essas passaram a fazer parte do processo educacional e esportivo (Brown & Johnson, 2000). Nos Jogos Olímpicos de Sydney 2000, foram disputadas as seguintes modalidades de luta corporal sem implemento: boxe, judô, luta (estilo greco-romano e estilo livre) e taekwondo. Pelo número de modalidades, está comprovada a popularidade e importância que as modalidades de luta possuem em relação ao desenvolvimento esportivo.

O judô foi a primeira modalidade de luta oriental a ser incluída no programa olímpico, em Tóquio 1964, como modalidade de demonstração, e definitivamente em Munique 1972 como modalidade olímpica. Esta foi a primeira modalidade de luta a ser disputada entre as mulheres na história dos Jogos Olímpicos, como demonstração em Seul 1988 e como modalidade olímpica em Barcelona 1992 (Callan, 2000). Além disso, o judô é o único esporte japonês a ser praticado em escala mundial (Carr, 1993). No entanto, é em seu aspecto educacional que o judô (caminho suave), conforme

proposto por seu criador Jigoro Kano, tem a sua base de sustentação (Callan, 2000). Esta pretensão de ter significado universal tem orientado o judô para inserção num processo de inter-relacionamento das culturas. Ou seja: diversas culturas se adaptam ao judô, mas ao mesmo tempo essas o transforma, tornando-o uma modalidade multicultural. Como o judô, o Olimpismo também tem pretensões de se tornar universal como resultado da interação de diversas culturas.

Assim, esse trabalho tem o objetivo de abordar a contribuição que o judô, enquanto método educacional segundo a formulação de Jigoro Kano, pode dar para a educação olímpica e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do *fair play*. Esta última categoria é apresentada neste estudo como elo de ligação com o sentido ético proposto para a prática do Judô. Nestes termos, será dada ênfase às idéias do criador do judô relacionando-as com o ideal olímpico do Barão Pierre de Coubertin.

2 - Desenvolvimento

2.1 - O conceito de *fair play*

Um dos objetivos essenciais do Comitê Olímpico Internacional é "dedicar seus esforços para assegurar que, no esporte, o espírito do *fair play* prevaleça e que a violência seja banida" (Caillé, 1998, p. 27 – citando a Carta Olímpica). O *fair play* pode ser definido como "o conjunto de princípios éticos que orientam a prática desportiva dos atletas" (Portela, 1999, p. 223). As preocupações com o *fair play* por parte do Barão Pierre de Coubertin ficam nítidas em seu discurso proferido em 24 de julho de 1908, no qual atentava para os acontecimentos desagradáveis ocorridos nos Jogos Olímpicos de Londres (Young, 1998). Para o criador dos Jogos Olímpicos modernos, o esporte deveria contribuir para o pensamento e comportamento éticos do indivíduo (Portela, 1999). Assim, o conceito de *fair play* está associado à adesão voluntária às regras da competição e aos princípios de justiça envolvidos, resultando na obtenção da vitória pelo esforço e perseverança, juntamente com a honestidade e a jus-

tiça. Por esse caráter, o *fair play* é considerado elemento essencial do potencial educativo dos Jogos Olímpicos (Tavares, 1999). Lenk (1976 apud Tavares, 1999), divide o *fair play* em: (1) formal – relacionado diretamente com o cumprimento das regras do jogo; (2) não formal – relacionados aos valores morais elevados, como recusar uma vantagem obtida a partir de um erro da arbitragem. Butcher e Schneider (1998) citam que o *fair play* tem sido um conceito aplicado ao esporte em si mesmo e às características de determinada modalidade, mais do que a fatores externos a este. Para estes autores o conceito de *fair play* deve ser entendido não apenas como o respeito às regras, mas também como o respeito pelo jogo, o qual está diretamente ligado à motivação intrínseca para a prática do esporte.

A evolução do esporte competitivo e a busca extrema pela vitória fizeram com que a motivação intrínseca e o *fair play* perdessem espaço. Mais do que isso, os atletas passaram a controlar suas atitudes na tentativa de ganhar simpatia da mídia e assim melhor estruturar seu *marketing* pessoal (Caillé, 1998).

Essa divergência entre o ideal do *fair play* e o que ocorre em competição é percebido até mesmo por adolescentes. Mas ainda assim, estes adolescentes agiriam de maneira semelhante aos atletas de alto nível se estivessem em situações semelhantes, embora considerassem determinadas ações imorais (Naul, 2000). Adolescentes brasileiros (Gomes, 1999) parecem apresentar características de ações semelhantes aos adolescentes europeus estudados por Naul (2000), isto é, estes adolescentes corromperiam o conceito de *fair play* para vencer um jogo importante. Além disso, o comportamento incorreto parece estar associado à possibilidade de punição, transferindo a preocupação para esta possibilidade mais do que para os aspectos morais envolvidos no descumprimento de uma regra (Portela, 1999).

Para Caillé (1998), “o ideal do *fair play* é o único ideal capaz de injetar vida no movimento esportivo internacional” (p.27). Alguns autores (DaCosta, no prelo; Miller, 2001) citam que os Jogos Olímpicos têm sido constantemente ameaçados (falta de fundos, incompetência administrativa, chauvinismo, nacionalismo, racismo, boicotes, profissionalismo, gigantismo etc). O próprio Barão de Coubertin citava que “embora a participação em esportes olímpicos possa ser educa-

cional e benéfica, ela também pode ser patológica" (Kidd, 1996, p. 84), o que parece ser muito claro ao considerar a existência de inúmeros atletas que utilizam recursos que atentam contra o *fair play* para atingirem a vitória (Kidd, 1996). Caillé (1998) e Miller (2001) vêem no competidor honesto e que busca o *fair play* uma força de sustentação do espírito do Olimpismo. O ponto para a mudança deve estar justamente no objetivo, ou seja, se o objetivo é exclusivamente a vitória, tudo pode ser justificado para atingi-la, porém se o respeito pelo jogo for colocado em primeiro plano, a vitória só poderá ser atingida se as regras e o espírito do jogo forem respeitados (Butcher e Schneider, 1998).

2.2 - Judô e Educação Olímpica – algumas similaridades

"A meta do Olimpismo é contribuir para a construção de um mundo pacífico e melhor através da educação dos jovens por meio do esporte praticado sem discriminação de qualquer tipo e no espírito Olímpico, o que requer entendimento mútuo com um espírito de amizade, solidariedade e *fair play*" (Carta Olímpica, Princípios Fundamentais).

Tendo em vista essa missão e a importância dada à Educação e ao Esporte, podemos notar grande similaridade com o propósito do judô, o qual nas palavras de Jigoro Kano deve seguir os princípios de "auxílio e prosperidade mútuos" (*jita-kyoei*) e "mínimo esforço e máxima eficácia" (*seiryoku-zenyo*). Esses princípios aprendidos durante a prática do judô deveriam ser extensivos à vida diária dos judocas, com aplicações não só para o próprio indivíduo, mas para sua nação, para a sociedade e para o mundo como um todo (Brousse & Matsumoto, 1999).

Para atingir essa meta, os praticantes de judô deveriam ser orientados a: (1) desenvolver o próprio corpo de maneira saudável e harmoniosa, refinar os conhecimentos e a moral, de modo a se tornar parte efetiva da sociedade; (2) respeitar a unidade nacional, sua história e ser diligente para melhorar o que fosse necessário para a prosperidade da nação; (3) auxiliar a sociedade através do auxílio e compromisso mútuos com indivíduos e grupos; (4) remover de si mesmo o preconceito racial, elevar a cultura e buscar a

prosperidade da humanidade de modo a contribuir com algo valioso para o mundo (Oimatsu, 1984). Estes conceitos e estratégias elaborados por Jigoro Kano poderiam proporcionar a obtenção de alguns requisitos considerados importantes por Kidd (1996) para o desenvolvimento da Educação Olímpica como: (1) um senso de *fair play* e respeito pelos outros participantes; (2) um entendimento das implicações do esporte para a saúde; (3) um conhecimento sobre a geografia e história do esporte praticado (algo bastante presente no judô); (4) um comprometimento para servir a comunidade; (5) uma educação formal apropriada.

Deste modo, a educação integral do indivíduo proposta por Jigoro Kano se tornaria compatível com os conceitos da cultura da Grécia Antiga de *kalos kagatos* (harmonia entre corpo, cultura e moral) e *arete* (excelência), ambos sintetizados pelo Barão Pierre de Coubertin para criar as bases para o Olimpismo (DaCosta, 1999; Tavares, 1999). Embora tais conceituações japonesa e grega sejam desiguais e específicas ao seu tempo e características de cada cultura, Coubertin transferiu para sua época a noção grega de *eurhythmy* que aliava a harmonia ética e estética a uma desejável prudência no esporte (DaCosta, 1999). A partir desta idéia de proporção equilibrada e medida justa promovida por Coubertin em seus textos, algumas similaridades significativas são apresentadas pelos ideais olímpicos e podem ser comparadas ao judô do Professor Jigoro Kano. A primeira delas remete à contemporaneidade, pois enquanto o Barão Pierre de Coubertin começava a se interessar pela idéia de reeditar os Jogos Olímpicos nos anos de 1880, Jigoro Kano elaborava o seu método de educação baseado em técnicas antigas do jiu-jitsu que pareciam condenadas à extinção.

Portanto, tanto o Barão Pierre de Coubertin quanto o Professor Jigoro Kano buscaram inspirações, para os seus ideais, em movimentos clássicos da Grécia Antiga e da cultura japonesa medieval, respectivamente, com a busca de uma doutrina baseada na melhoria constante e racional (*citius, altius, fortius* e *seiryoku-zenyo*). Em princípio, tanto o Barão Pierre de Coubertin quanto o Professor Jigoro Kano tiveram um número restrito de pessoas os apoiando e ambos compartilhavam de idéias relacionadas à paz mundial (Carr, 1993).

2.3 - Contribuições do Professor Jigoro Kano ao Movimento Olímpico

Em 1909, o Japão recebeu um convite do Barão Pierre de Coubertin para participar do Comitê Olímpico Internacional e o Professor Jigoro Kano foi escolhido como representante. Essa participação tornou-se histórica, pois desde os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna nenhum país asiático havia participado. Assim, o Professor Jigoro Kano foi o primeiro membro da Ásia a participar do Comitê Olímpico Internacional. Como o Japão ainda não tinha nenhuma organização esportiva geral, não haviam atletas que pudessem competir em tão elevado nível. Mais uma vez Jigoro Kano contribuiu para o desenvolvimento do esporte e do Movimento Olímpico no Japão ao ser o primeiro presidente da Associação Atlética Amadora do Japão com a sua criação em 1911. Neste mesmo encontro foi decidido que o Japão participaria de seus primeiros Jogos Olímpicos em Estocolmo 1912, ou seja, na quinta edição dos Jogos Modernos. Com essa definição, o esporte japonês teve grande desenvolvimento (Brousse & Matsumoto, 1999; Matsumoto, 1996).

Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo 1912, o Japão enviou dois atletas sob o comando de Jigoro Kano. Como Jigoro Kano sempre conectou seus ideais aos ideais do Movimento Olímpico, a promoção dos ideais do Barão de Coubertin era uma expansão de suas próprias metas de educação, paz e moralidade (Carr, 1993).

Mesmo após essa participação inicial, Jigoro Kano continuou a servir o Comitê Olímpico Internacional por muitos anos. Sua dedicação ao Movimento Olímpico pode ser percebida pelo fato de ter viajado sete vezes para encontros do Comitê Olímpico Internacional ou para os Jogos Olímpicos nos últimos dez anos de sua vida. Em 1938, Jigoro Kano pretendia candidatar a cidade de Tóquio aos Jogos Olímpicos de 1940, então em sua 12ª edição. Dois acontecimentos dificultariam seu intento: (1) em julho de 1937, Japão e China entraram em guerra, o que resultou na retirada de Tóquio como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1940; (2) no dia 4 de maio de 1938, Jigoro Kano morreu a bordo do navio S.S. Hikawa Maru, vítima de pneumonia, quando retornava de um encontro do Comitê Olímpico Internacional realizado no Cairo (Egito) (Findling & Pelle, 1996; Brousse & Matsumoto, 1999; Matsumoto, 1996).

Não bastassem esses fatos, o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, impediria a realização dos Jogos Olímpicos em 1940. O Japão não realizaria os Jogos Olímpicos até 1964, quando finalmente o judô foi introduzido como modalidade de apresentação (Brousse & Matsumoto, 1999).

2.4 - Evolução e esportivização do judô

Na primeira década do século XX, inúmeros discípulos de Jigoro Kano viajaram pelo mundo com a missão de difundir o judô nos diferentes continentes. Inicialmente, o judô obteve grande aceitação na polícia e nas forças armadas, mas foi no meio acadêmico que sua difusão chamou mais atenção, com sua prática por ganhadores do Prêmio Nobel como Frédéric Joliot-Curie e Rabindranath Tagore, por exemplo, em decorrência de seus princípios educacionais. Após a Segunda Guerra Mundial, o judô se espalhou pelo mundo, culminando com a realização do primeiro Campeonato Mundial em 1956 (Brousse & Matsumoto, 1999; Goodger & Goodger, 1980).

A criação e conseqüente expansão mundial das competições de judô é vista por alguns autores (Back & Kim, 1984; Carr, 1993) como a principal causa da perda das tradições do judô e de seus princípios filosóficos e educacionais. Carr (1993) cita o declínio crescente de elementos como a defesa pessoal, a prática de *kata* (formas padronizadas, executadas de maneira formal), a reverência ao adversário e os fundamentos de "auxílio e prosperidade mútuos" (*jita-kyoei*) e "melhor uso da energia" (*seiryoku-zenyo*), como pontos que merecem destaque. Contudo, alguns autores parecem discordar dessa afirmação ao constatarem que a maior parte dos praticantes de judô não está envolvida com o esporte de alto nível (Brousse & Matsumoto, 1999) e até mesmo os atletas de alto nível reconhecem a importância dos princípios norteadores do judô para sua difusão e contribuição para a educação (Callan, 2000). No entanto, levantamento realizado no Brasil indicou que grande parte dos competidores (71,9% dos atletas da classe júnior e 78,4% dos atletas da classe sênior) não conhecia os princípios norteadores elaborados por Jigoro Kano. Grande parte desses atletas (52,6%) res-

pondeu positivamente ao questionamento sobre se lesionariam o adversário caso esse fosse o único meio de obter a vitória em uma competição (Santos et al., 1991). Esses dados indicam que o judô competitivo e o judô educacional são bastante distintos e parecem apontar para a necessidade de difusão dos princípios elaborados pelo criador do judô para que o fair play possa ser praticado.

Esse processo de “esportivização” em contraposição aos preceitos elaborados por Jigoro Kano é o maior exemplo do processo multicultural sob o qual passou o judô. Embora os rituais específicos da modalidade, como a reverência antes e após o treinamento, por exemplo, tenham sua origem no Japão, em todos os países que praticam a modalidade ela é realizada e outros rituais dos países que receberam o judô passaram a ser incorporados (um exemplo é o aperto de mão após a luta).

Sobre a “esportivização” crescente do judô, Carr (1993) cita algumas características, que denotam a presença desse processo no judô: (1) secularismo – a perda de contato com os princípios filosóficos tornou o judô basicamente indistinto de qualquer outro esporte; (2) especialização – essa afirmativa é comprovada pela constatação de que os atletas de judô tendem a aplicar apenas seis técnicas de arremesso e duas técnicas de solo, apesar da modalidade apresentar mais de uma centena de técnicas (somando técnicas de solo e de arremesso) (Weers, 1996); (3) racionalização – os atletas precisam treinar muito e de maneira eficiente, o que requer uma estrutura profissional de assessoria aos atletas, incluindo técnicos, fisiologistas, psicólogos, nutricionistas, etc. (Quellmalz & Draper, 1999); (4) organização burocrática - a estrutura administrativa precisa ser cada vez mais especializada para que os torneios tenham êxito, o que constitui mais uma fonte de conflito entre a tradição e a inovação (Saeki, 1994), as regras precisam atender às demandas da televisão, como por exemplo, a inclusão do quimono azul a despeito do aspecto tradicional que o quimono branco tem no Japão – relacionado à pureza de espírito do praticante. Goodger & Goodger (1980) também chamam a atenção para a mudança de foco dos princípios do judô para a busca pela vitória em competições esportivas.

Contudo, para Matsumoto et al. (1997), tradição e “esportivização” não devem ser vistas como entidades totalmente antagônicas, mas

como complementares. Essa complementaridade estaria associada a uma melhor distinção do esporte de alto nível da prática de judô realizada por milhões de pessoas em todo mundo. Essa visão fortalece o princípio elaborado pelo Barão Pierre de Coubertin (segundo Tavares, 1999, p.26) de que “para que cem se beneficiem da cultura física, cinquenta devem praticar um esporte. Para que cinquenta pratiquem um esporte, vinte devem se especializar. Para que vinte se especializem, cinco devem ser capazes de desempenhos fora do comum. É impossível quebrar este círculo. Uma coisa segue a outra”. No entanto, é preciso deixar claro as diferenças de objetivos do judô competitivo do judô praticado com a finalidade de desenvolvimento integral do ser humano.

2.5 - A contribuição do judô para a educação com especial referência à Educação Física e ao Esporte

Tal qual a contribuição do judô para o Movimento Olímpico, a contribuição para a educação começou com Jigoro Kano. Na verdade, toda a sua vida foi dedicada à Educação, da qual 23 anos como diretor da Escola Superior Normal de Tóquio (precursora da atual Universidade de Educação de Tóquio). Durante esse período, incentivou os alunos à prática da Educação Física e do Esporte em atividades extracurriculares. Percebendo que o simples incentivo à prática não era suficiente, intensificou o aprimoramento de professores de Educação Física, através da re-abertura do curso especial de ginástica e ampliou a duração do curso de Educação Física de um ano e dez meses para três ou quatro anos. Essas medidas resultaram, em 1915, com a equiparação do curso de Educação Física aos cursos de Artes e Ciências da Escola Superior Normal de Tóquio, precursor do Departamento de Educação Física da Universidade de Educação de Tóquio (estabelecido em 1949). Em decorrência das melhorias na formação dos professores de Educação Física e constatação da importância dessa disciplina para a formação integral do ser humano, a Educação Física passou a ser obrigatória no ensino de primeiro e segundo graus (Maekawa & Hasegawa, 1963).

Durante suas viagens aos encontros do Comitê Olímpico Internacional, Jigoro Kano sempre encontrava tempo para promo-

ver o judô. Em 1932, durante os Jogos Olímpicos de Los Angeles, realizou uma palestra sobre o judô, cujo ponto central tratava dos objetivos de sua criação, conforme pode ser observada pelo trecho a seguir: “o que eu ensino não é uma técnica (*jiu-jitsu*), mas um ‘caminho’ (*judô*). O princípio do ‘caminho’ é que este é aplicável a outros aspectos da vida das pessoas. O verdadeiro significado do judô é o estudo e prática de corpo e mente. É, ao mesmo tempo, o modelo para a vida diária e para o trabalho” (Carr, 1993).

Jigoro Kano via a Educação como o principal meio para a formação integral do indivíduo e introduziu conceitos bastante atuais como o de melhoria da qualidade de vida: “o objetivo da vida é tornar-se espiritual e fisicamente bem desenvolvido e atingir o maior grau de satisfação que a cultura atual é capaz de oferecer”. Assim, o princípio de “mínimo esforço, máxima eficácia” (*seiryoko-zenyo*) seria a melhor utilização da energia, tanto espiritual quanto física, com o objetivo de melhorar a vida diária dos seres humanos (Kano, 1932; Maekawa & Hasegawa, 1963). Isso seria possível através da transposição de aspectos aprendidos durante as sessões de judô para tarefas do cotidiano. Por exemplo, a importância do estudo e criatividade relacionada ao combate ou a uma técnica deveriam ser ensinadas na prática do judô e, mais do que isso, deveria ser enfatizado que a atitude de estudar e aperfeiçoar o estado atual das coisas serviria para o restante das tarefas da vida (na escola, no trabalho, nas tarefas domésticas, etc.). Para atingir essa meta, quatro estratégias de ensino deveriam ser adotadas: (1) *kata* (formas padronizadas de ataque e defesa); (2) *randori* (simulação de combate; prática livre); (3) *kogi* (palestras) e (4) *mondo* (perguntas e respostas). As palestras poderiam ser longas ao tratar de questões mais teóricas (história e desenvolvimento do judô, a importância da atividade física, a ciência e o esporte, teoria da Educação Física, etc.) ou curtas ao tratar de questões práticas como o ensino de habilidades motoras. Essas palestras deveriam ser preparadas de modo a se ajustarem aos conhecimentos e entendimentos dos ouvintes, às suas formas de vida e sentimentos (Oimatsu, 1984).

Nos dias atuais, o judô, assim como outras artes marciais, tem sido utilizado para atingir os objetivos de disciplinas associadas à

Educação. Seu emprego em programas de Educação Física (Brown & Johnson, 2000), de condicionamento físico (Rogers, 1986; Falk & Mor, 1996) e até mesmo em programas para portadores de necessidades especiais (Gleser et al., 1992; Sasaki, 1999) tem alcançado grande êxito. Esse êxito parece estar associado ao fato do judô ter sido criado com o objetivo de adaptação às diferentes necessidades das pessoas. Deste modo, as inúmeras técnicas poderiam ser praticadas durante todo o ciclo vital com adaptações às condições físicas do praticante (Rogers, 1986). O próprio sistema de graduação (faixas) criado pelo Professor Jigoro Kano e posteriormente adotadas por outras artes marciais, facilita o agrupamento dos praticantes de acordo com o nível de habilidade (Carr, 1993). Além disso, o judô pode ser encarado como uma contribuição do oriente para o Movimento Olímpico, o qual muitas vezes é criticado pelo predomínio das atividades oriundas da Europa (Abreu, 1999).

3 - Considerações Finais

O judô, embora derivado de uma arte de guerra (*jiu-jitsu*) e atualmente reconhecido como um esporte de alto nível, carrega em sua essência e em seus princípios, aspectos relacionados à educação, que podem contribuir para a difusão dos ideais olímpicos preconizados pelo Barão Pierre de Coubertin. O judô formulado pelo Professor Jigoro Kano pode ser definido como a superação de si mesmo, mais do que a superação do oponente, uma vez que, está baseado nos princípios de “melhor uso da energia” (*seiryoku-zenyo*) e “auxílio e prosperidade mútuos” (*jita-kyoei*). Assim, essa busca pela superação dos próprios limites está associada à motivação intrínseca para a participação nessa modalidade, a qual pode contribuir para o desenvolvimento do respeito pela atividade e conseqüentemente para o *fair play*. Esse conceito de *fair play* “como respeito pelo jogo é aplicável a todos os níveis de esporte e prontamente conduz à adaptação e implementação em programas educacionais” (Butcher e Schneider, 1998, p. 19).

A importância da Educação para o desenvolvimento humano pode ser sintetizada na afirmação de Jigoro Kano: “Não há nada

maior sob os céus que a Educação. A virtude de um se espalha para muitos e na educação verdadeira segue por centenas de anos" (Oimatsu, 1984). Portanto, a prática do judô voltada para a educação pode atingir um grande número de pessoas e contribuir para a difusão dos princípios olímpicos e judoísticos.

4 - Referências Bibliográficas

- ABREU, N. G. Multicultural responses to olympism - an ethnographic research in ancient Olympia, Greece. *Doctoral Thesis*. Physical Education Post-Graduate Program of Gama Filho University, August, 1999.
- BACK, A.; KIM, D. The future course of the eastern martial arts. *Quest*, 36, p. 7-14, 1984.
- BROUSSE, M.; MATSUMOTO, D. *Judo – a sport and a way of life*. International Judo Federation, 1999. 164p.
- BROWN, D.; JOHNSON, A. The social practice of self-defense martial arts: applications for physical education. *Quest*, n. 52, p. 246-259, 2000.
- BUTCHER, R.; SCHNEIDER, A. Fair play as respect for the game. *Journal of Philosophy of Sport*, v. 25, p. 1-22, 1998.
- CAILLÉ, A. The concept of fair play. *Olympic Review*, v. XXVI, n. 22, p. 27-33, 1998.
- CALLAN, M. More than just a sport. *Sydney 2000 Official Olympic Games Sport Program*, p. 12-14, 2000.
- CARR, K. G. Making 'way': war, philosophy and sport in japanese judo. *Journal of Sport History*, v. 20, n. 2, p. 167-188, 1993.
- DACOSTA, L. P. O olimpismo e o equilíbrio do homem. In: TAVARES, O. & DACOSTA, L. P. (ed.). *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999. p. 50-69.
- DACOSTA, L. P. *Taking ourselves to task: olympic scholars in face of moral crisis in the olympic movement*. No prelo.

- FALK, B.; MOR, G. The effects of resistance and martial arts training in 6- to 8-year old boys. *Pediatric Exercise Science*, v. 8, p. 48-56, 1996.
- FINDLING, J. E.; PELLE, K. D. *Historical dictionary of modern Olympic Movement*. London, Greenwood Press, 1996. 460p.
- GLESER, J. M.; NYSKA, M.; PORAT, S.; MARGULIES, J. Y.; MENDELBERG, H. *Physical and psychological benefits of modified judo practice for blind, mentally retarded children: a pilot study*. *Perceptual and Motor Skills*, v. 74, p. 915-925, 1992.
- GOMES, M. C. *Solidariedade e honestidade: os fundamentos do fair play entre adolescentes escolares*. In:
- TAVARES, O. & DACOSTA, L. P. (ed.). *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999. p. 207-222.
- GOODGER, B. C.; GOODGER, J. M. *Organisational and cultural change in post-war British judo*. *International Review of Sport Sociology*, v. 1, n. 15, p. 21-48, 1980.
- KANO, J. *The contribution of judo to education*. *Journal of Health and Physical Education*, 1932.
- KIDD, B. *Taking the rethoric seriously: proposals for Olympic Education*. *Quest*, v. 48, p. 89-92, 1996.
- MAEKAWA, M. *Jigoro Kano's thoughts on judo with special reference to the approach to judo thought during his jujutsu training years*. *The Bulletin for the Scientific Study of Kodokan Judo*, v. 5, p. 1-6, 1978.
- MAEKAWA, M.; HASEGAWA, Y. *Studies on Jigoro Kano – significance of his ideals of Physical Education and judo*. *The Bulletin for the Scientific Study of Kodokan Judo*, v. 2, p. 1-12, 1963.
- MATHYS, F. K. *Sports practice in ancient Japan*. *Olympic Review*, n. 180, p. 587-589, 1982.
- MATSUMOTO, D. *An introduction to Kodokan judo, history and philosophy*. Tokyo, Hon no Tomosha, 1996. 316p.

MATSUMOTO, D.; TAKEUCHI, M.; TAKEUCHI, S. *The need for leadership and science in judo*. Research Journal Budo, v. 29, n. 3, p. 44-63, 1997.

MILLER, D. *Why the Olympic Games must, and will, survive*. Olympic Review, v. XXVII, n. 36, p. 9-12, 2001.

NAUL, R. *The olympic ideal of fair play: moral dissonance between vision and practice ?* ICSSPE Bulletin, n. 30, september, p. 42-43, 2000.

OIMATSU, S. *The way of seiryoku zenyo – jita kyoei and its instructions*. The Bulletin for the Scientific Study of Kodokan Judo, v. 6, p. 3-8, 1984.

QUELLMALZ, U. G.; DRAPER, N. *Preparations for the 1999 World Judo Championships – a sports science perspective*. World of Judo Magazine, n. 20, p. 6, 1999.

PORTELA, F. *Contrapondo teorias de formação ética e a prática do fair play*. In: TAVARES, O. & DACOSTA, L. P. (ed.). Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999. p. 223-237.

ROGERS, C. C. *Judo: A sport fit for everybody?* The Physician and Sportsmedicine, v. 14, n. 4, p. 170-175, 1986.

SAEKI, T. *The conflict between tradition and modernization in a sport organization: a sociological study of issues surrounding the organizational reformation of the all Japan Judo Federation*. International Review for the Sociology of Sport, v. 29, n. 3, p. 301-315, 1994.

SANTOS, S. G.; FIORESE, L.; BABATA, W. K.; OGAWA, C. T.; UMEDA, O. Y. *Estudo sobre a aplicação dos princípios judaísticos na aprendizagem do judô*. Revista da Educação Física/UEM, Universidade Estadual de Maringá, v. 01, p. 11-14, 1991.

SAYENGA, D. *The problem of wrestling “styles” in the modern Olympic Games – a failure of olympic philosophy*. Citius, Altius, Fortius, n. 3, p. 19-29, 1995.

STRATTON, R. *Of monks and warriors: a layman’s overview of far eastern martial arts*. Olympic Review, n. 224, p. 342-347, 1986.

TAVARES, O. *Referenciais teóricos para o conceito de 'olimpismo'*. In: TAVARES, O. & DACOSTA, L. P. (ed.). *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999. p. 223-237.

WEERS, G. *Skill range of elite judo athletes*. <http://www.members.aol.com/judosensei/weers1.htm>. Home Page: *Judo Information Site* (<http://www.rain.org/~ssa/judomenu.html>), 08/12/1996.

YOUNG, D. C. *More on the Olympic saying, it's more important ... it's use in 1896-1894 and 1908*. *Journal of Sport History*, n. 1, p. 26-31, 1998.

Nota

- ¹ Artigo apresentado em versão resumida durante o 9th *Post-Graduate Seminar* da Academia Olímpica Internacional, em Olímpia (Grécia), como participação brasileira no evento.

O Olimpismo na formação do professor de Educação Física

Prof. Paul Julius Stanganelli

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer / Prefeitura

Municipal de Curitiba – PR

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba – PR

Julius@smel.curitiba.pr.gov.br

1 - Introdução

O tema deste trabalho está relacionado com as experiências do autor, enquanto docente da disciplina de Administração Esportiva, no curso de Ed.Física, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em Curitiba. Justifica-se também a escolha deste tema pela necessidade de pesquisar, estudar e analisar os diversos aspectos que envolvem os conteúdos programáticos que fazem parte do referido curso em nível superior e as possibilidades de incluir o Olimpismo como conteúdo a ser trabalhado no último ano na disciplina de Administração esportiva. Esta justificativa está ligada ao cotidiano, quando os estudantes apresentam grandes dificuldades na assimilação e vivência dos valores éticos aliados ao espírito esportivo e olímpico. As manifestações mais comuns do saber em esporte refletem uma ação discente voltada quase que exclusivamente para o corpo, em detrimento de uma maior compreensão e entendimento do ser humano enquanto produtor de cultura. A realidade cotidiana demonstra que o esporte está cada vez mais difundido na sociedade, e acreditamos que a formação profissional carece proporcionar uma melhor preparação quanto às atribuições ético-profissionais. Logo, é imprescindível que esses acadêmicos recebam em sua jornada universitária um preparo condizente com uma atua-

ção profissional futura em que consigam a realização do exercício ético e competente em termos socioculturais. Neste sentido acreditamos que o Olimpismo possa ser a referência para os propósitos que buscamos.

Uma definição oficial de Olimpismo e seus objetivos é encontrada em Tavares (1999). Nesta fonte encontra-se os Princípios Fundamentais da Carta Olímpica. Segundo o princípio fundamental n.2 o Olimpismo:

“É uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades do corpo, espírito e mente, combinando esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valores educacionais do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais.”(p.15)

A análise e a reflexão sobre a teoria aliam-se à preocupação com as vivências dos futuros professores de Educação Física e às suas dificuldades e expectativas com relação ao desenvolvimento de um trabalho que realmente corresponda às necessidades da comunidade na qual atuarão como profissionais. Abreu (1999) afirma que:

“O Brasil deve estar a par e interferir no processo de transformação e questionamento dos caminhos do Movimento Olímpico que está regulando a prática do esporte em escala mundial. É oportuno um levantamento bibliográfico, como fundamentação para novas pesquisas, que gere literatura pertinente ao aprofundamento do Olimpismo e do multiculturalismo”.(p.76)

2 - Objetivos

2.1 - Objetivo Geral

Investigar de que forma o Olimpismo, como conteúdo disciplinar do Curso de Educação Física, pode ser incluído na grade curricular do último ano e que contribuições trará aos estudantes como fator fundamental do exercício profissional.

2.2 - Objetivos Específicos

- Proporcionar aos acadêmicos do último ano um conhecimento básico de condutas e procedimentos éticos fundamentais e apropriados com vistas a um desempenho profissional futuro;
- Verificar como o aluno do curso de Educação Física percebe a relação entre Olimpismo e espírito esportivo;
- Identificar as barreiras mais comumente encontradas entre os estudantes, na identificação dos valores éticos nas atividades esportivas;
- Verificar junto aos estudantes de Educação Física do último ano como os valores do Olimpismo estão presentes na prática esportiva diária;
- Verificar a viabilidade de se propor a inclusão do Olimpismo como conteúdo disciplinar a ser trabalhado no último ano do Curso de Educação Física, visando a melhoria na formação profissional.

3 - Questões norteadoras

Os acadêmicos do curso de Educação Física apresentam dificuldades na assimilação e vivência dos valores éticos associados ao espírito desportivo e olímpico, em função da ausência de um conteúdo que venha suprir esta lacuna. Em vista disso, os objetivos deste trabalho conduzem as seguintes hipóteses:

- Os conteúdos trabalhados no curso de Educação Física, com relação à identificação dos valores éticos nas atividades esportivas, nem sempre combinam com as qualidades pessoais e comportamento previstos pela Carta Olímpica;
- O ensino da Educação Física, nas instituições de ensino superior, no sentido de viabilizar um trabalho inovador que englobe solidariedade, honestidade e o respeito mútuo referenciados na Carta Olímpica, está deficiente e requer novas abordagens e metodologias;

- A vivência acadêmica tem oferecido poucas condições para que o estudante de Educação Física do último ano possa adquirir informações éticas definidas na Carta Olímpica que possam contribuir para a atuação profissional.

4 - Textos de Apoio

Foi estipulada uma carga horária de 10h/aula para um grupo de 100 alunos. Como fundamento teórico foram discutidos dois textos para fomentar o entendimento dos alunos sobre Olimpismo, além de outros materiais e estratégias:

- Texto A: Referenciais teóricos para o conceito de Olimpismo (Prof. Ms. Otávio Tavares – Academia Olímpica Internacional – Grécia) 3h/aula;
- Texto B: Bases Multiculturais do Olimpismo (Prof. Dra. Neise Gaudêncio Abreu – Academia Olímpica Internacional – Grécia) 2h/aula;
- Jogos Olímpicos na Grécia Antiga 2h/aula;
- Questionário 1h/aula (anexo);
- Seminário Olímpico 2h/ aula.

5 - Pesquisa de Campo

Esta investigação refere-se ao Olimpismo como conteúdo do curso de formação do professor de Educação Física, no semestre final da sua graduação. O fundamento desta proposta é ligar os princípios do Olimpismo a uma compreensão para o dia-a-dia: os estudantes apresentam dificuldades para descrever e discutir os valores éticos e morais do esporte e os ideais olímpicos.

Além disso o conteúdo do Olimpismo como uma área de conhecimento para futuros professores de Educação Física, enfatiza o papel do esporte e dos valores olímpicos e sua utilização no dia-a-dia.

A possibilidade desta inserção nos cursos de graduação em Educação Física foi testado através de um questionário (Survey) com 200 estudantes da PUC-PR, durante o seu quarto ano acadêmico.

Para o plano de pesquisa havia 02 grupos: Grupo 2001 com 100 representantes e grupo 2000 com o mesmo número de estudantes, grupos correspondentes ao ano que iniciaram o oitavo semestre.

Metodologicamente ambos os grupos foram submetidos à um questionário aberto, mas apenas o grupo 2000, teve discussões teóricas sobre olimpismo (dez horas de aulas e três textos de apoio)

O questionário (Survey) foi composto por 10 (dez) questões ordenadas que apuravam a percepção dos estudantes para recomendações teóricas sobre Olimpismo de acordo com o Comitê Olímpico Internacional.

O resultado geral obtido através do questionário revelou que 69% dos respondentes do grupo 2000 foram capazes de elaborar opiniões sobre o papel social do esporte, contra 37% do grupo 2001.

Além disso 62% do grupo 2000 concordou que os valores olímpicos são uma importante ferramenta para a formação dos professores de Educação Física. A esse respeito somente 41% tinha opinião semelhante.

Apesar da aceitação favorável do Olimpismo pelos estudantes, somente 20% deles vinculam valores olímpicos aos jogos olímpicos.

O resultado deste último item para o grupo 2001 foi 1%. O questionário (survey) proporcionou indicações que Olimpismo é uma disciplina que pode ser oferecida aos estudantes de Educação Física no último semestre da sua graduação integrando o conhecimento dos valores teóricos para a expectativa do profissional na instituições educacionais e esportivas.

6 - Validade e Relevância da Proposta

As pesquisas, bibliográfica e de campo, realizadas apontam para a possibilidade da inclusão do Olimpismo como conteúdo a ser trabalhado no último ano da disciplina de Administração Desportiva. Tal fato verificado vem ao encontro dos objetivos deste trabalho, que foi analisar e verificar a viabilidade da melhoria na formação

ético-profissional dos acadêmicos da área. Nesse sentido, encontra-se a possibilidade de um trabalho inovador que englobe solidariedade, honestidade e o respeito mútuo referenciados na Carta Olímpica, que tem demonstrado deficiência e a necessidade de novas abordagens e metodologias.

7 - Conclusões

Após as intervenções nos grupos acadêmicos do curso de Educação Física da PUC – PR verificamos como muito boa a aplicação dos conteúdos de Olimpismo integrado a disciplina Administração Esportiva, o que nos indica a viabilidade da criação da disciplina sobre Olimpismo com os objetivos de fornecer aos alunos conhecimentos, hábitos e atitudes que sirvam como referência ética e que possam contribuir na melhoria da qualidade da formação profissional.

8 - Referências Bibliográficas

- ABREU, Neise G. *Bases multiculturais do Olimpismo*. In TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine (Eds.) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.
- LOVISOLO, Hugo. *Educação Física: A Arte da Mediação*. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1995.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* – 2º ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- TAVARES, Otávio. *Referenciais Teóricos para o Conceito de Olimpismo*. In TAVARES, Otávio; DA COSTA, Lamartine (Eds.) *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

Yoga para atletas: uma contribuição transdisciplinar para o Esporte de Alto Rendimento e a Educação Olímpica

Profa. Lila Peres

Pós-graduada (Lato-sensu) em Educação Física e Cultura - UGF

1 - Introdução

Na obra *Estrutura da Mente – a Teoria das Inteligências Múltiplas*, Howard Gardner (1994) comenta que:

“Uma menina passa uma hora com um examinador. Faz-se a ela algumas perguntas que investigam seu cabedal de informações... algum tempo depois o examinador pontua as respostas e chega a um número único – o quociente de inteligência (QI) da menina. Este número (que de fato pode ser comunicado à menina) tende a exercer a um considerável efeito sobre seu futuro, influenciando a com que seus professores pensarão sobre ela e estabelecendo sua elegibilidade para *determinados privilégios*. A importância vinculada ao número não é inadequada: afinal o escore em um teste de inteligência de fato prevê a habilidade da pessoa de haver-se com matérias escolares embora preveja pouco sobre o sucesso na vida posterior”. (p03)

Essa observação revela que num passado histórico recente o sistema educacional e a sociedade atribuíam a um coeficiente uma verdade limitada da potencialidade da mente humana. As pesquisas científicas curiosas com a “máquina” cerebral, com o comportamento humano, com as emoções, e na procura de soluções em algumas limitações e doenças avançou em direção a atribuições mais complexas e fidegnas a esse vasto “jardim” de potencialidades. A Psicologia apropria-se cada vez mais de uma abordagem científica e contribui com novas considerações as habilidades mentais, os processos pedagógicos tomam um dinamismo no desafio de aproximar-se da competência da mente humana. E tantas outras disciplinas como Antropologia, Psiconeuroimunologia, Biologia, Física e Economia tomaram a complexidade dessa mente como objeto de estudo. E hoje podemos observar tanto na direção do coletivo como na do indivíduo a sede de investigar essa complexidade. Na obra *Educação Em Revista - Transdisciplinaridade: Descondicionando o Olhar Sobre o Conhecimento - A Criação do Instituto de Estudos Avançados da UFMG, as Pesquisas Transdisciplinares e os Novos Paradigmas*, http://www.ufmg.br/ieat/artig/art_educ.htm – 2001 afirma que:

“Foi o que ocorreu com o estudo Transdisciplinar da energia pelas mais diferentes disciplinas das ciências exatas, biológicas e humanas. Tal estudo, ensejado em meados do século passado e conduzido até o início deste, ainda que sem esta denominação, pôs em contato íntimo a física, a química, a biologia, a economia e a psicologia, que terminaram por se ver transfiguradas ao fim da aproximação e de sua cooperação mútua ao tratarem aquele conceito, levando a dois resultados distintos e complementares. De um lado, à fusão pura e simples de algumas delas, como a físico-química, a biofísica e a psicofisiologia; de outro, à sua imbricação e mesmo integração, ao menos no tocante a certos aspectos do conceito, sem, todavia perder a especificidade, como a psicanálise e a economia”.
(artigo da internet)

Com estas proposições iniciais percebe-se a tendência da transdisciplinariedade no campo do conhecimento humano. Tal fenô-

meno nos estimula a investigar no campo da Educação Física e Esportes. O propósito deste trabalho é pesquisar a prática do *Yoga* para atletas. Buscou-se analisar possíveis contribuições transdisciplinares para o esporte de alto rendimento e a educação olímpica.

2 - Atleta pensa... ? Sente... ? ... Logo existe?

Parece ingênuo lançar essas perguntas, porque a afirmação sob uma concepção holística parece óbvia, mas nem sempre se age dessa maneira. A Preparação Física passou pelo seu caminho de pedras para demonstrar sua relevância para o Esporte, uma vez que a idéia vigente era que *esse cara é bom porque tem vocação, talento, nasceu assim*. E o desenvolvimento e aprimoramento não tinham a importância que se tem hoje diante desse “dogma”. É historicamente recente a lembrança dos casos de grandes jogadores de futebol que era assunto de rodas de debates quando mostravam suas fotos de antes e depois surpreendendo a todos com a sua transformação física. E por esse período a instituição atleta, se é que se possa chamar assim, é presenteado com um número espantoso de pesquisas que o desenvolva como uma “máquina” biológica eficiente e que supere seus limites físicos pela sua preparação técnica e física.

Com a Preparação Mental e/ou Psicológica não poderia ser diferente. Enfrenta seus desafios comprovatórios, mas ao mesmo tempo se beneficia de um novo paradigma que nem mesmo o atleta, que esteve estampado como o indivíduo que busca uma performance estritamente física, escapou. Marisa Agresta (www.cbtenis.com.br/especial/psico1.htm) psicóloga esportiva, pós-graduada em Psicofisiologia de Trabalho Corporal na Educação Física e do Esporte e colaboradora do Centro de Pesquisas da Faculdade de Educação Física da UniFMU, afirma que:

“A Psicologia do Esporte tem como objetivos promover o treinamento de concentração, otimizar o tempo de reação, fortalecer a motivação e auxiliar a coesão de grupo. Mas objetivo também o crescimento interior, o amadurecimento emocional e espiritual. O atleta só amadurece quando tem a vontade real de chegar lá no topo”. (página da internet)

E atualmente o número de pesquisas nesse campo é real na comunidade científica.

A diferença desse novo movimento é que atribui ao atleta uma complexidade antes negada, na verdade, também a qualquer performance humana, pois a batuta da linearidade e do reducionismo era regente dessa orquestra.

Recordamos a gênese do esporte moderno, quando já se propunha a visão holística do atleta. Não estaria muito afastado da verdade afirmar que Pierre de Coubertin foi um visionário intelectual, que muito influenciado pela cultura helênica, propôs seus ideais filosóficos proclamados pelo Olimpismo principalmente no que diz respeito aos princípios formadores do atleta. Esses ideais podem ser revistos na Carta Olímpica, na qual segundo o Princípio Fundamental nº 2:

“O Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades do corpo, espírito e mente, combinando esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais” (Olympic Charter, 1997: 8)

A Carta segundo o Princípio Fundamental nº 3 também realça o ideal olímpico de formação humana através do esporte: “...colocar em toda parte o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, na perspectiva de encorajar o estabelecimento de uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana”

3 - Yoga e Esporte

Sem levantar a discussão do valor da competição e a busca de resultados, nesses tempos mais do que nunca acatados, a dedicação a uma melhor performance procura conhecer melhor quem é esse atleta-humano e onde e como pode chegar a melhores índices.

A complexidade da mente humana é reverenciada e é levada, para ambiente do esporte de alto rendimento, a possibilidade de se “treinar” essa mente e, lógico, fazer disso um diferencial no final das contas.

É possível que tenha sido por essa janela que eles se conheceram:

_ Olá, meu nome é Esporte, procuro algo que atinja minha totalidade...

_ Oi, sou Yoga, tô há tempos experimentando isso e procuro uma aplicabilidade nesse mundo moderno e longe de casa.

Essa narrativa logicamente é uma personalização fictícia e humorada de um fato. O fato de que Yoga e o esporte estão se relacionado em muitas situações, de várias formas e diferentes intensidades. Pesquisar esse encontro com uma investigação tanto quantitativa quanto qualitativa indica chegar a uma riqueza de dados e conclusões tanto em dimensões biológicas quanto culturais. É como nos diz, Aladar Kogler, Ph.D. e CSc (pos-doctoral scientific degree) Sport Psychologist e consultor do U.S Olympic Sport Science Committee:

"Eu não exagero quando digo que a preparação mental baseada nas técnicas do Yoga de meus atletas tem me dado uma vantagem extra, que nos possibilita competir com sucesso com países e técnicos que tiveram larga superioridade de condições. Meu antecipado reconhecimento que as normas praticadas pela autoconsciência (que sou forçado a buscar e de que ainda não sou compreendido) me deu uma vantagem a mais. Eu acredito que em meus empreendimentos como técnico e psicólogo são de 60 a 70% devido ao meu conhecimento técnico e de 30 a 40% devido a preparação pela yoga e de autoconhecimento. Eu enfaticamente acredito que meus ensinamentos de yoga e de auto-consciência salvaram minha vida e carreira. Eu aprendi com eles , os ensinei e voltei a aprender, com tantos atletas com quem trabalhei." (1995 , prefácio XIX)

1.1. Aplicabilidade das Técnicas do Yoga no Treinamento do Esporte de Alto Rendimento

Essa aplicabilidade se tornará verdadeira se houver a opção de se planejar e realizar objetivos sob o princípio de que o treinamento

desportivo tem uma abordagem holística, que a mente imprime padrões ao corpo e o corpo a mente. Antônio R. Damásio (2000) na obra *Erro de Descarte* afirma que:

“Em relação ao cérebro, o corpo em sentido estrito não se limita a fornecer sustento e modulação: fornece, também, um tema básico para as representações cerebrais o amor ,o ódio e a angústia, as qualidades de bondade e crueldade, a solução planificada de um problema científico ou a criação de um novo artefato ,todos eles têm por base os acontecimentos neurais que ocorrem dentro do cérebro, desde que esse cérebro tenha estado nesse momento interagindo com seu corpo. A alma respira através do corpo, e o sofrimento quer comece no corpo ou numa imagem mental ,acontece na carne” (p.17,18)

Essa abordagem holística considera que os objetivos de alcançar resultados de alta performance são parceiros da busca de um ser humano como unidade corpo, mente e espírito na prática diária. As técnicas e práticas do Yoga presumiram-se exercer efeitos indiretos na preparação técnica e tática enquanto pode levar seus benefícios de forma direta a preparação física, psicológica, e cultural do atleta.

Apresentamos a seguir depoimentos de especialistas na área que podem ilustrar este tópico relativo a Aplicabilidade das Técnicas do Yoga no Treinamento do Esporte de Alto Rendimento:

“Ao longo de minha experiência profissional, recebi muitas cartas de atletas pedindo dicas sobre como superar alguns problemas relacionados com a performance e o desempenho atlético-esportivo, como por exemplo:

Quando entro no campo de jogo, minha respiração fica ofegante e sinto que perco meus reflexos no início da partida. Em alguns jogos, não consigo relaxar e acabo tendo participações medíocres.

R: Hoje em dia já se sabe que muitos exercícios de relaxamento podem auxiliar o atleta para que sua performance não sofra maiores alterações devido a estados de stress, angústia e ansiedade. Infelizmente

ainda as pessoas não abriram campos para trabalhos como de Yoga, Tai Chi Chuan e outras técnicas milenares que, sem dúvida alguma, poderiam representar um bom auxílio para a tranquilidade, bem-estar e auto-controle do atleta. Há muito preconceito ainda!”

João Ricardo Kozac, Diretor do Centro de Estudo e Pesquisa de Psicologia do Esporte (<http://www.ceppe.com.br/faq.htm>)

“Que tal concentração, calma interior acima de qualquer situação e uma tremenda capacidade respiratória? Acho que é aí que a Yoga entra para ajudar o surfista naquelas situações críticas que volta e meia acontecem, principalmente na hora de tomar uma onda grande na cabeça, quando o caldo é certo. Através da prática das posturas e dos exercícios respiratórios essas qualidades são alimentadas”.

Com a meditação, o praticante de yoga desenvolve duas habilidades super importantes: pratyahara (pronuncia-se “pratiarrára”) e dharana. A primeira é a capacidade de se abstrair completamente dos objetos externos e a segunda a capacidade de concentrar em um só ponto. Essas duas capacidades irão ajudar o surfista a ter um desempenho mais eficiente não só sobre a prancha, mas também em muitas situações na vida”

Yoga e Surf - Autoria: Patrícia Corrêa – coluna: ClickSaúde uma seção do site ClickSurf (internet)

“Chegamos com um sonho e não sabíamos o que seria. Estamos batalhando e acreditamos que, em pouco tempo, excelentes jogadores estarão saindo daqui. Cada um chegando ao seu máximo dentro do tênis”, acredita Cascata. Os objetivos do projeto são proporcionar as condições estruturais, físicas, técnicas, nutricionais, médicas, mentais, logísticas e tudo que houver de atual para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática do tênis. Para isso, o Centro de Treinamento além de contar com toda estrutura de sete quadras de saibro, piscinas, fitness center, alojamento e refeitório, também oferece aulas de Yoga, capoeira,

preparador físico, nutricionista, fisioterapeuta e psicóloga. Yoga, para manter a concentração. O professor Leonir Zanuzzo é o responsável pela preparação física dos tenistas da equipe do Costão. Formado em Educação Física, ele também embarcou logo no início do projeto. "Atualmente, os atletas vêm fazendo um trabalho mais básico até o mês de julho, pois muitos chegam dos clubes como uma preparação física quase inexistente", afirma. Além dos exercícios aeróbicos, os tenistas do complexo também têm aulas de Yoga com a professora Aliene Goetz, e capoeira com o professor Guerreiro. "Os exercícios baseiam-se no controle da respiração, o que proporciona maior equilíbrio emocional e concentração aos atletas", conta Aline". Projeto Costão do Santinho – Clínica de Tênis – Florianópolis –SC
CBT News por Confederação Brasileira de Tênis
(<http://www.cbtenis.com.br/revista/costao.htm>)

"Bastidores 360 - E o treinamento de um atleta, como fica?

Selbach - Hoje em dia, a rotina de treinamento é bastante pesada. São 10 a 13 sessões de treinamento por semana. Fazemos praticamente de tudo. São sessões de musculação, alongamento, corridas, mountain bike, natação, yoga, e lógico, muito treinamento de canoagem. Trabalhamos por ciclo: 3 semanas de treinamento forte e 1 semana leve para recuperar. Todo esse trabalho é planejado pelo Alain Jourdant, francês contratado pela Confederação como nosso técnico."
Gustavo Selbach - campeão brasileiro de Canoagem Slalom - Medalha de bronze no Mundial Júnior da Noruega (<http://360graus.terra.com.br/geral>)

1.1.1 Ásanās

As investigações de suas contribuições na preparação física são direcionadas a intervenção direta das ásanās, posturas de yoga:

- No aquecimento e no desaquecimento;
- Na compensação de músculos, repouso

- Nos trabalhos de alongamento
- Exercícios respiratórios.

Os efeitos diretos mais observados na dimensão psicológica das ásanas tem, em uma apresentação gera,l o desenvolvimento das habilidades básicas da mente:

- Objetividade – meta
- Relaxamento
- Concentração

E mais especificamente:

- Auto–conhecimento
- Autocontrole das emoções e de padrões mentais
- Auto-estudo por auto-observação

O Yoga promove desenvolvimento de quatro passos básicos para autoconsciência

- Consciência Corporal
- Consciência de Respiração
- Autodisciplina
- Concentração

A inter-relação circular desses passos é um princípio dessa proposta de aperfeiçoamento e desenvolvimento do potencial da mente do atleta: consciência corporal facilita a consciência respiratória e vice-versa, ao mesmo tempo em que a autodisciplina facilita a consciência corporal e respiratória com consequência ao desenvolvimento da concentração o que potencializa todo os passos anteriores.

2.2.2. Meditação

Outra prática yogi muito usada no treinamento amplo das potencialidades do atleta, verificada em depoimentos aleatórios, é

a meditação que cumpre o princípio da unidade psicossomática através da extensão do potencial individual, aprendizado do controle automático pela concentração passiva restaurando e mantendo o equilíbrio corpo/mente pelo exercício da introspecção.

As técnicas de meditação são inúmeras, mas pode-se atribuir a ela sub-técnicas básicas:

- Técnica de respiração
- Técnica de visualização
- Mantras (som que imprima um significado simbólico e positivo modificando padrão mental)
- Postura

A técnica adotada inevitavelmente passa por um processo de introspecção ou exercício de inteligência intrapessoal e fará uso de alguma dessas sub-técnicas ou um conjunto delas, ou seja, é possível que se medite apenas adotando uma postura com uma determinada técnica de respiração sem qualquer visualização ou mantra. Como também é possível propor uma técnica que se determine uma postura, um indicado ritmo respiratório sincronizado com um som acompanhado de uma imagem visual. Segundo Antônio Damásio, em *Erro de Descarte*:

“O conhecimento factual necessário para o raciocínio e para a tomada de decisões chega à mente sob forma de imagens... Qualquer desses pensamentos é também constituído por imagens, independente de serem compostas principalmente por formas, cores, movimentos, sons ou faladas ou omitidas.” (p.123).

As investigações científicas específicas dessas práticas yogis começaram a mais de 200 anos por cientistas ingleses que motivaram seus estudos em certos yogis pelas suas habilidades incomuns e interessantes em especial pela correlação de suas habilidades físicas com suas habilidades mentais.

Nos anos 70, Swami Rama, líder espiritual dos Himalaias participou de uma famosa série de experimentos científicos em Menniger Clinic, Topeka, Kansas nos Estados Unidos que demonstrou notável controle sobre funções corporais involuntárias até que consideraram ser proveniente de um controle consciente.

Um desses experimentos relatados pelos doutores Elmer.E. e Alice M. Green e E. Dale Walters demonstrou um impressionante controle em funções do sistema parassimpático que monitorando sua mão direita verificaram que sua temperatura estava em direção oposta, ou seja, em um dos lados da mão de Swami Rama a temperatura provocava eridema e sensação térmica quente e do outro lado cianose com sensação térmica fria com uma diferença de 10 graus Fahrenheit.

Uma outra experiência Swami Rama aumentou seus batimentos cardíacos de 70 bpm para 300 bpm. Ele conseguiu parar seus batimentos pelo instante de 17 segundos. Swami Rama também demonstrou suas habilidades produzindo ondas teta, quando suas ondas cerebrais estavam abaixo de 4 - 7 ciclos por segundo enquanto estava em estado de meditação profunda. E em um determinado período de cinco minutos do teste, ele produziu ondas teta de 75 por cento do tempo. Ele também conscientemente produziu ondas delta quando suas ondas cerebrais estavam oscilando de 0.5 a 3 ciclos por segundo durante um estado de relaxamento profundo (o normal de um cérebro em atividade consciente é da ordem de registro entre 14 e 28 ciclos por segundo ,conhecido por ondas beta) durante 25 minutos. Depois de despertar ele estava pronto para reproduzir verbalmente toda a reportagem da experiência acontecida durante os cinco minutos que ele esteve em ondas delta quando ele supostamente deveria estar passando por um estado de sono profundo.

É lógico que não se pretende que atletas tenham como objetivo direto tais performances, mas que através de práticas já pesquisadas e ainda em observação alcance através de seu autodesenvolvimento realizar mais facilmente seus tentos de superar suas maiores limitações sejam elas corporais ,sensoriais, emocionais, intelectuais, de ordem individual ou coletiva.

Além das Ásanas e da Meditação há outras técnicas e práticas que podem intervir nessa preparação holística do atleta como o jejum regular , o meio-banho (resfriamento das articulações ,estimulação ocular pela água, e higiene das vias aéreas superiores), a dieta alcalina, o manobrata (jejum de palavras) e os conceitos de formação ética Yamas e Niyamas.

Pode-se dizer que o ponto de interseção de qualquer uma dessas práticas e técnicas é a ideação, atitude mental, quando se pro-

põe a pratica-las. É por esse misterioso caminho interior que se busca encontrar o conhecimento íntimo e o “poder do grande guerreiro”, como os Xamãs simbolicamente representam.

2.2.2. Yamas e Niyamas – Princípios Ético-filosóficos do Yoga na Formação e Aperfeiçoamento do Atleta de Alto Rendimento

A palavra yoga deriva da raiz sânscrita “*yuj*”, que significa “juntar”, “atar”, “reunir”, “religar”, “dirigir e concentrar a atenção sobre”, “usar e aplicar”. Significa também “união” ou “comunhão”; significa uma atitude da consciência que permite a alguém encarar a vida em todos os seus aspectos com equanimidade.

O yoga é também descrito como a sabedoria na ação ou a arte de viver com harmonia e moderação em meio às atividades. É estar em qualquer lugar, mas presente no que se está fazendo. É um estado constante de auto-observação, integração e união com tudo que o rodeia e consigo mesmo. É sentir-se parte integrante da vida, da natureza, do universo. Portanto é previsível conceber que princípios éticos fossem estabelecidos para a busca da harmonia e do equilíbrio desse estado individual e coletivo .

Os *Sutras*, aforismos, são as codificações representativas de alguns sistemas da filosofia yogi que apresentam seus princípios básicos ou formas de conduta, que foram compostos em uma época que varia, segundo os eruditos, entre os séculos II a.C. e IV d.C. como o Yoga Sûtra de Patanjali, sendo alguns mais contemporâneos como o Ananda Sûtra de P.R. Sarkar (The Spiritual Philosophy Of Shrii Ananda Murti A Commentary On Ananda Sutra Avdt. Ananda Mitra Ac Ananda Marga Plublication Calcutá,1998).

Segundo Patanjali, Yamas ou Niyamas são os mandamentos éticos fundamentais. Yamas e Niyamas são sugestões dadas pelo yoga em como nós nos devemos dar com as pessoas à nossa volta e a nossa atitude em relação a nós próprios. A nossa atitude perante as coisas e pessoas fora de nós próprios é denominado Yamas, e a forma como nos relacionamos conosco interiormente é chamado Niyamas.

Os *Yamas* estão subdivididos em:

- *Ahimsa*: amor por toda criação, respeito, não violência;
- *Satya*: verdade, veracidade nas ações, pensamentos e palavras;
- *Asteya*: não roubar, apropriação indevida, abuso da confiança, má administração;
- *Brahmacharya*: controle de padrões mentais;
- *Aparigraha*: não acumular coisas desnecessárias, não ficar com algo pelo qual não se fez por merecer, vida simples.

Os *Niyamas* estão subdivididos em:

- *Saucha*: pureza do corpo, por banhos, ásanas, pránáyámas, pureza das emoções e da mente, através Yoga, do estudo de si mesmo, respeito pelos outros, alimentação pura;
- *Santosh*a: contentamento, tranquilidade, harmonia;
- *Tapas*: esforço consciente para se atingir a união, um objetivo nobre, equanimidade frente a qualquer situação;
- *Svadhyaya*: Auto-estudo, educação do “Eu”, observar as próprias atitudes, pensamentos, atos e palavras conhecendo-se mais, conhecendo assim as consequências do que faz, sente ou pensa;
- *Ishvara pranidhana*: é a dedicação das ações e da vontade, fé.

Existem interpretações mais complexas para esses princípios que atendem as diferentes culturas em seus tempos. A transmissão desse código de ética é promovido a partir de uma transformação interna, da conscientização passando pelo seu exercício, sendo uma experiência tanto de ordem individual e quanto coletiva.

Muitos desses preceitos são de senso comum e outros uma proposta de mudança de hábitos de rotina, atitudes psíquicas e exercício de uma cidadania planetária. Trazer essas experiências dentro de uma esfera estritamente intelectual informativa não promove mudanças profundas e, portanto não será vivido por quem recebeu essa, mais uma, informação. Sem contar que dentro de um processo pedagógico

baseado nessa integridade do complexo humano a experiência transdisciplinar para se poder optar e ser responsável por essas opções subentende-se uma experiência mais coerente com a proposta do Yoga. Daí a participação da Educação e das Artes nesse processo.

Trazendo essa abordagem ética da cultura yogi para o esporte de alto rendimento pressupõe-se um reforço para o processo de Educação Olímpica. De acordo com Turini (1999): “A Educação quando trabalhada de maneira transdisciplinar e holística pode contribuir para o desenvolvimento não só de homens cultos e preparados para o trabalho, mas também criativos, críticos, autônomos, cooperativos, honestos e solidários” (p.2). De acordo com esta mesma fonte, a Educação Física, através da Educação Olímpica, pode contribuir para a formação humana do aluno na transmissão de valores éticos e sociais. A Educação Olímpica como meio estratégico de educação se apresenta como alternativa de abordagem de valores éticos e sociais (morais), através das práticas esportivas. Os objetivos básicos da Educação Olímpica segundo o Sport and Olympic Education (1998) apud Turini (1999) são:

“Enriquecer a personalidade humana através da atividade física e esporte, junto com cultura, e entendido como experiência para toda vida; desenvolver um senso de solidariedade humana, tolerância e respeito mútuo associado com fair play; estimular a paz, entendimento mútuo, respeito por diferentes culturas, proteção do meio-ambiente, valores humanos básicos, de acordo com as necessidades regionais e nacionais; estimular a inteligência e a realização de acordo com os ideais olímpicos; desenvolver o senso de continuidade da civilização humana como explorado através da antiga e moderna história olímpica.” (p.3) “

3 - Conclusões e Proposições

Diante das possíveis correlações do Yoga e o treinamento dos esportes de alto rendimento e o fato de que há uma relação já sendo vivenciada, esse trabalho sugere estudos consistentes que quantifiquem e qualifiquem essa relação em específico, que avali-

em a validade da mesma e em que dimensões ela se manifesta.

Os Estudos Olímpicos e as propostas de projetos de Educação Olímpica não pressupõem relação direta com as propostas de aplicação das práticas do Yoga, embora compartilhe ideologicamente da formação ética dos praticantes de esportes e que os valores proclamados pelo Olimpismo coincidem em pontos importantes como a formação holística e equilibrada das qualidades do corpo, espírito e mente dos participantes do Movimento Olímpico.

Esse trabalho conclui que há um rico campo de pesquisas exequíveis em diferentes áreas das ciências que possam contribuir com os objetivos gerais e específicos do esporte. Sugere-se que tais estudos procurem diretrizes transdisciplinares para que as propostas do Yoga sejam melhor compreendidas, ou seja:

- Não reduza o ser humano a uma mera definição e de dissolvê-lo nas estruturas formais;
- Reconheça a existência de diferentes níveis de realidade, regidos por aproximação disciplinar e se fazer emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; lógicas diferentes;
- Se condicione a uma atitude aberta na medida em que ela ultrapasse o domínio das ciências exatas por seu diálogo e sua reconciliação não somente com as ciências humanas, mas também com a arte, a literatura, a poesia e a experiência espiritual;
- Considere que a dignidade do ser humano é também de ordem cósmica e planetária;
- Tomar uma posição transcultural;
- Não privilegie a abstração no conhecimento e que deva ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar;
- Reavalie o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos;
- Atribua valores relevantes a dados econômicos, mas que esses devem estar a serviço do ser humano e não o inverso;
- Trazer para o saber, uma compreensão compartilhada baseada no respeito absoluto das diferenças entre os seres, unidos pela vida comum sobre uma única e mesma Terra;
- Leve em conta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do

imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às idéias e verdades contrárias às nossas.

Referências Bibliográficas

- COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. *Olympic Charter*. Lausanne: COI, 1997.
- DACOSTA, L.P. & HATZIDAKIS. *Estudos Olímpicos 2001* São Paulo: Editora Uniban, 2002.
- DAMASIO, Antonio R. *O Erro de Descartes*: Ed. Companhia das Letras, 1996.
- GARDHER, Howard. *Estrutura da Mente – A Teria das Inteligências*: Ed. Artimed, 1994.
- KOGLER, Aladar. *Yoga for Every Athlete – Secrets of an Olympic Coach* USA: Llewellyn Publications, 1995.
- MITRA, Ananda. *The Spiritual Philosophy Of Shrii Ananda Murti A Commentary On Ananda Sutra* Calcutá: Ananda Marga Publication, 1998.
- MORIN, Edgar & NICOLESC, Basarab & DE FREITAS, Lima. *Carta de Transdisciplinaridade* Portugal: Primeiro Congresso Mundial da Transdisciplinaridade, Convento de Arábida, 2-6 novembro, 1994.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários A Educação Do Futuro*: Ed. Cortez Editora, 2001.
- ROSE, Mestre de. *Yoga Sutra de Patanjali* Rio de Janeiro: Editora Martin Claret, 2000.
- _____. *The Sport Psychologist - volume 15*: Human Kinetcs Publishers, 2001. (aqui é uma publicação de pesquisas ,há vários autores de pesquisa e o editor, está certo dessa maneira)
- TURINI, Marcio. *Estudo Sobre Métodos e Estratégias de Educação Olímpica na Prática da Educação física*. In DACOSTA, L.P. & HATZIDAKIS. *Estudos Olímpicos 2001* São Paulo: Editora Uniban, 2002.

A Educação Física no ensino noturno das Escolas Públicas Estaduais de Niterói-RJ: um estudo piloto

Profa. Elaine Carneiro

Mestranda em Educação Física -UGF

Resumo

Este trabalho consiste numa apresentação preliminar de uma pesquisa de Mestrado realizada na Universidade Gama Filho, que tem como um dos objetivos revelar quais as Representações que a Educação Física vem assumindo através do discurso dos diretores de escolas do ensino médio noturno da Rede Pública Estadual do Município de Niterói – RJ. Nesta pesquisa optou-se por trabalhar com o referencial teórico-metodológico das Representações Sociais. A metodologia de investigação que está sendo utilizada é a etnometodologia. Os dados que serão apresentados aqui, compõem o estudo piloto realizado em escolas estaduais do município de Niterói-RJ.

1 - Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo identificar, analisar e interpretar as Representações Sociais reveladas através do discurso dos diretores das Escolas da Rede Pública Estadual de Niterói sobre a Educação Física no ensino noturno. Este estudo justifica-se por estar in-

vestigando um grupo de administradores escolares que participam do processo de “fechamento” das grades curriculares, decidindo desta forma, pela manutenção ou não da disciplina de Educação Física no ensino noturno.

Segundo a resolução da Secretaria Estadual de Educação (SEE) nº 2439 de 27 de dezembro de 2001, em parágrafo único¹, do artigo 11, a facultatividade da Educação Física no ensino noturno de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96, é confirmada. Observa-se na redação do texto que o oferecimento desta disciplina no ensino noturno está condicionada à três diferentes fatores:

- Ser oferecida através de projeto definido na parte diversificada;
- De acordo com as possibilidades da coordenadoria, e;
- Com os interesses dos alunos.

Coincidentemente ou não, tem se verificado a vontade dos alunos de acordo com o último fator apontado no parágrafo único do artigo 11, como condição para que as aulas de Educação Física sejam oferecidas no ensino noturno.

Os alunos deste turno constituem-se num grupo diferenciado em relação aos demais na escola. Trata-se de pessoas já inseridas no mercado de trabalho, na maioria das vezes precarizado², contribuindo com o sustento da família e até assumindo integralmente a sua própria família. Estes alunos trabalhadores enxergam na escola a possibilidade de melhorarem de vida, além da escola também se constituir no principal espaço de socialização, pois, é onde estão os amigos e onde é possível descarregar o estresse do trabalho diário. Embora se tenha o entendimento de que os alunos do ensino noturno deveriam ter os mesmos direitos que os demais alunos de outros turnos de acordo com, o item I do Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, de 20/12/96, que prevê igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, não é bem isto que se constata na prática. Particularmente em relação à Educação Física, esta lei mostra-se contraditória à medida que prevê a facultatividade deste componente curricular no ensino noturno, privando o aluno-trabalhador de ter acesso a cultura corporal de movimento.

Ao analisar de que forma os diretores de escolas estão construindo suas representações sobre a Educação Física, nos reportamos a Edgar Morin (2001), que ao dissertar sobre a *condição Humana*, um *dos sete saberes necessários a Educação do futuro*, faz a seguinte observação:

“Para a Educação do futuro, é necessário promover grande remembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, as artes ... ” (p.48)

A partir deste fundamento percebe-se o quanto a Educação Física pode ser uma disciplina altamente rica ao tratar o seu saber sob a ótica deste remembramento³ de conhecimentos. As aulas de Educação Física possibilitam educadores e educandos a ensinarem e apreenderem o seu conteúdo onde as ciências naturais e humanas possam estar presentes ao serem enfocadas simultaneamente na arte da comunicação de uma determinada informação ou solução de problemas pertinente ao seu conhecimento.

Outra referência sobre a importância da Educação Física e Esportes pode ser revista na gênese do esporte moderno, no final do século XIX. Este foi o período do renascimento dos Jogos Olímpicos Modernos por Coubertin, pedagogo francês que estabeleceu as bases pedagógicas do esporte moderno – o Olimpismo - e que foram descritas na Carta Olímpica. De acordo o princípio fundamental nº.2 da Carta Olímpica:

“O Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina em equilíbrio as qualidades de corpo, espírito e mente, combinando esporte com cultura e educação. O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais”. (Olympic Charter, COI, 1997).

Diante da resolução 2439/01 da SEE, questiona-se a progressiva autonomia pedagógica, que deveria ser assegurada pelos sistemas de ensino, segundo o Art. 15^o4 do título IV da lei nº 9.394/96. Parece-nos que a escola no seu direito de escolher por oferecer ou não a disciplina de Educação Física no ensino noturno é desautorizada pelas coordenadorias de ensino. Ou seja, de acordo com a resolução supra citada é necessário estar “*de acordo com as possibilidades da Coordenadoria Regional*”, não sendo suficiente a realização do projeto e sua implantação.

A presença da palavra “*atividades*” na redação do parágrafo único da resolução da SEE nº 2439/2001, foi outro ponto que chamou atenção. A Educação Física parece carregar o estigma de ainda ser interpretada como uma *atividade* que compõe a grade curricular e não uma componente curricular como propõe a lei 9.394/96.

Para a análise das representações sociais dos diretores acerca da Educação Física no ensino noturno, neste estudo piloto, optou-se por trabalhar com o referencial teórico-metodológico das Representações Sociais e identificar de que forma os atores sociais envolvidos constroem seus sentidos sobre a Educação Física no ensino noturno. Para tal, recorreremos a diferentes fontes que abordassem tal tema e algumas dissertações no contexto da educação física na escola.

Muitos são os conceitos definidores da teoria das Representações Sociais. Optou-se pelo de Moscovici (1978):

“Um conjunto de proposições, reações e avaliações que dizem respeito a determinados pontos, emitidas aqui e ali, no decurso de uma pesquisa de opinião ou de uma conversação, pelo “*coro*” coletivo de que cada um faz parte, queira ou não. Esse coro é, muito simplesmente, a opinião pública, nome que lhe era dado outrora e em que muitos viam a rainha do mundo e o tribunal da História.”(p. 67)

Após esta definição, percebemos o quanto este estudo está preocupado em entender, com fundamentação nas Representações Sociais, o conjunto de conceitos e explicações que emergem através das relações interpessoais no contexto da Educação Física. O

entendimento de tais significados que emergem da Educação Física noturna são importantes no processo de formulação de propostas e práticas pedagógicas. Entender como se processa a Educação Física no ensino noturno segundo a ótica dos diretores, é um compromisso em revelar a arte da Educação Física na escola noturna. É um compromisso com os jovens e adultos trabalhadores que aspiram por condições melhores de vida, fazendo a Educação Física parte deste contexto.

2 - Metodologia

A metodologia utilizada acompanha a abordagem qualitativa, onde segundo Chizzotti (1991, p. 78): *“a complexidade e as condições de fenômenos singulares, a imprevisibilidade e a originalidade de criadora das relações interpessoais e sociais”* são valorizados na pesquisa. Segundo Menga (1986): *“Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo”*. (p. 12) E é com o dinamismo destas relações internas que estamos preocupados em pesquisar como se dá, como se processa e como os administradores escolares entendem a Educação Física no ensino noturno. Neste tipo de pesquisa, estamos interessados em analisar *“os significados que os indivíduos dão às suas ações”* (Chizzotti, 1991; p. 78), não em buscar resultados que atendam uma combinação constante do comportamento dos seres humanos.

Desta forma, acredita-se que a pesquisa fundamentada na teoria das representações sociais seja apropriada, uma vez que analisar-se-á os significados construídos pelos diretores sobre a Educação Física no noturno. Não priorizando, assim, um resultado único e constante, mas dentro do que se propõe a fazer respeitando as inúmeras interpretações sobre esta temática. Para isto o contato direto do pesquisador com o ambiente natural da sua fonte de dados é fundamental, pois fica mais fácil visualizar como se processa o fenômeno, suas implicações, as influências que sofre de partes distintas; enfim, é possível acompanhar as inúmeras interações presentes no cotidiano da pesquisa. Por esta razão de acordo com

Menga (1986, p.12) *“a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto”*, pois busca-se valorizar as inúmeras possibilidades de entender a construção do objeto dentro do ambiente pesquisado, não nos preocupando em chegar a um único lugar, pois este tema poderá vir a ser objeto de estudo para outras pesquisas, com uma outra percepção e entendendo o fenômeno relacionado a outro contexto.

3 - Discussão dos dados

Num estudo piloto, realizado em quatro Escolas da Rede Pública Estadual de Niterói-RJ, entrevistou-se um total de quatro diretores. Observou-se que, embora a Educação Física seja vista como disciplina facultativa no ensino noturno, os diretores parecem desconhecer a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ou melhor, parecem não entender o “sentido” da palavra facultativa. Ao responderem a pergunta - qual a razão que fez com que sua escola não oferecesse a disciplina de Educação Física no ensino noturno? - todas as diretoras das quatro escolas entrevistadas responderam que não existe mais Educação Física no ensino noturno e que esta disciplina havia acabado no ensino noturno. Pôde-se perceber que as diretoras estavam se referindo a resolução da SEE 2439/2001, que no quadro demonstrativo da matriz curricular, a Educação Física aparece cortada no ensino noturno.

Entretanto em relação a pergunta - qual a importância da Educação Física? - as quatro diretoras responderam que a Educação Física é uma disciplina muito importante para o desenvolvimento do aluno. No entanto, acreditam não ser possível oferecer esta disciplina para o ensino noturno, uma vez que este turno apresenta uma carga horária reduzida e ao oferecer esta disciplina estariam comprometendo as outras. Percebe-se através da análise deste discurso, que embora estas diretoras coloquem a Educação Física em situação de igualdade junto às outras disciplinas, elas deixam escapar nas entrelinhas que as outras disciplinas apresentam uma maior prioridade.

4 - Considerações Finais

Acredita-se que os dados empíricos deste estudo possam subsidiar os profissionais da área escolar, supervisores, diretores de escola, coordenadores de área, os educandos e principalmente, os professores de Educação Física, a um repensar criterioso a respeito do que vem acontecendo com a Educação Física no ensino noturno. Neste estudo piloto observou-se que esta disciplina vem sendo extinta deste turno das Escolas Públicas Estaduais de Niterói, não devendo ser diferente em outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Cruzar os braços e aceitar esta situação de descaso e de progressiva extinção da Educação Física no ensino noturno é comprometer a obrigatoriedade desta disciplina no ensino básico, pois, acreditamos que para esta clientela formada em sua maioria por alunos-trabalhadores, a Educação Física poderia ter um maior sentido utilitário, onde através da vivência junto à cultura corporal de movimento o aluno poderia se “restabelecer”, “revigorar-se” do seu dia fatigante no trabalho. Longe da defesa de uma visão estruturalista em relação à Educação Física no ensino noturno, ou em qualquer outro turno, acreditamos que esta disciplina pode e deve contribuir na formação deste sujeito que se almeja segundo Morin (2000): consciente dos erros e das ilusões que o conhecimento lhe possa gerar; dos princípios do conhecimento que lhe é pertinente e da sua condição humana; conhecedor de sua identidade terrena e da ética do gênero humano; pronto para enfrentar as incertezas das ciências e compreensível quanto aos seres que lhe são próximos e/ou estranhos

A Educação Física, segundo o nosso entendimento, sendo uma área que abraça os conhecimentos da cultura corporal, pode e deve ousar na tentativa de diversificar a sua prática; porém, sem se deixar levar pela ausência da criticidade, contextualização e significado.

Observa-se que esta disciplina a cada ano que passa está sendo definitivamente “banida” da grade curricular da escola noturna, não havendo perspectiva de retorno em muitas escolas. Percebe-se que muitos administradores escolares não visualizam a “funcionalidade” desta disciplina à noite e acreditam que ela pouco contribua para a formação do homem, este mesmo homem que há tempos atrás foi alvo de investidas da própria Educação Física para

atender as necessidades emergentes de uma sociedade que busca-
va pelos moldes capitalista de produção.

Este trabalho assume a postura de que a Educação Física como
componente curricular da Educação Básica, segundo parágrafo 3º
da lei nº 9.394 deveria ser oferecida para todos os turnos escolares,
e mais, defende-se aqui uma reformulação quanto aos métodos
adotados por esta disciplina junto aos alunos-trabalhadores. É neces-
sário que a Educação Física seja repensada em sua metodologia
para que de fato, possua também, significado para estes alunos.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. (1999). *O Sentido do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- CHIZZOTI, A. (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez.
- COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. *Olympic Charter*. Lausanne: COI, 1997.
- COSTA, G. C. (2000). *LDB e Educação Física no ensino noturno: entre outras questões uma questão de direito. Anais do IV Encontro Fluminense de Educação Física Escolar*. Niterói. p, 98-100.
- MARQUES, M. S. (1997). Escola noturna e jovens. In *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo. Nº 6: 63-75.
- MENGA, L. & Marli, E. A. A. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.
- MORIN, E. (2001). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3ª edição. São Paulo: Cortez.
- MOSCOVICI, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SOUSA, E. S. & Vago, T. M. (1997). *O Ensino da Educação Física em Face da Nova LDB*. Org. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Ijuí: Sedigraf. P, 121-141.

Notas

- ¹ *Parágrafo único do Art. 11 da resolução nº 2439/01*: a Unidade Escolar poderá oferecer atividades nessa área através de projeto definido na Parte Diversificada, de acordo com as possibilidades da Coordenadoria Regional e com o interesse dos alunos.
- ² Segundo Ricardo Antunes, trabalhos precarizados são os subempregos. Estes tipos de trabalhos não são qualificados e não satisfazem as necessidades de sobrevivência.
- ³ Morin refere-se ao conhecimento visualizado sob a ótica das ciências humanas e naturais.
- ⁴ Art. 15º : "Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público".

A criança em desenvolvimento no meio líquido

Profa. Helena Alves D'Azevedo

Profa. Cidara Loguercio Souza

Escola de Educação Física - UFRGS

Resumo

Este trabalho refere-se a sondagem de temas e o levantamento de hipóteses para um projeto de pesquisa da área educacional. O desenvolvimento da criança, em particular no meio aquático, é um dos objetos de estudo deste trabalho. A partir da observação dos processos de aprendizagem dos alunos in loco, buscamos avaliar as concepções pedagógicas do professor (na prática) e o seu desempenho didático-pedagógico. Nosso foco de atenção, portanto, não repousa apenas no aluno, mas na relação que a prática pedagógica estabelece entre educador e educando para o processo de aprendizagem. Em outras palavras, como educadores, temos o que Molina & Triviños chamam de “interesse na prática de investigar a própria prática” (MOLINA & TRIVIÑOS, A pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas, 1999). O estudo realizado foi de caráter qualitativo por sondagem. A estratégia metodológica utilizada foi a observacional: observação sustentada pelas concepções pedagógicas da Professora, participante e não-estruturada. A principal ferramenta utilizada para acompanhar os processos de desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças foi o conceito de Vygotsky de Zona de Desenvolvimento Proximal, que pode ser definida como “a distância entre o nível de desenvolvimento real (...) e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da

solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (VYGOTSKY, A Formação Social da Mente, 1998). Foi possível perceber que muitos dos aspectos teóricos eram de fato relevantes para os processos de desenvolvimento e aprendizagem da turma em questão. Para exemplificar essa relevância e apontar possíveis temas de pesquisa, selecionamos quatro crianças. Duas indicam as características da turma no que se refere à relação entre a habilidade e o aspecto emocional, a autoconfiança. As outras representam a trajetória (desenvolvimento) do grupo mais numeroso: crianças cuja possibilidade real de aprendizagem é prejudicada por algum tipo de receio.

Motricidade e Educação: uma perspectiva epistemológica

Profa. Mamel Botelli;
Profa. Nazaré Cristina Carvalhozaré;
Profa. Dra. Nilda Teves
mabel.rik@terra.com.br

Motricidade, ludicidade, e educação são palavras que ao primeiro olhar parecem ser de simples compreensão, mas que apresentam uma certa complexidade quando tentamos desvendar seu significado, conceituá-las ou fazer relações entre elas. Essa complexidade aumenta, quando procuramos estabelecer conexões entre elas, a criança e principalmente a educação. Isto talvez se justifique, pelo fato de que quando falamos em educação, uma das primeiras relações que se tende a fazer é com a educação formal e conseqüentemente com a escola, e ambas, são carregadas de objetivos educacionais tão arraigados, sobrando pouco espaço para outras abordagens.

No entanto, sabemos que a criança é portadora de uma cultura própria, a qual é definida nos grupos infantis, nos grupos de brincadeiras. A criança é um ser humano dotado de inteligência, criatividade e emoção, que está no mundo tentando desvendá-lo através de seus sonhos e fantasias, um ser que brinca, joga, sofre, deseja e frustra-se.

É brincando, jogando e movimentando-se de forma diversificada que a criança se expressa, se comunica, explora o meio em que vive, relaciona-se com o outro, com a natureza, interage com o mundo e vivencia sua realidade, ao mesmo tempo em que desenvolve sua capacidade de interpretar o mundo e experimentar a alegria de ser ela mesma.

Ao brincar, a criança representa, imita, inventa, (re)cria e (re)interpreta o mundo, revelando-nos o que ela é, demonstrando seus sentimentos, como vê a si e aos outros. No brincar a criança é livre para se expressar e alçar vôos rumo ao desconhecido, entregando-se á aventura da descoberta.

Brincando, a criança aprende a pensar de forma descontraída e espontânea, a organizar e expressar suas idéias. A atividade mental da criança envolvida no brincar não para, ela trabalha de forma constante, elaborando conteúdos e conceitos, os quais irão constituir-se em saberes construídos ludicamente. Através da ludicidade, a criança pode percorrer caminhos que a conduzam rumo a sua personalidade. A ludicidade apresenta uma relação íntima com o brinquedo, a brincadeira, a fantasia, a criatividade, a curiosidade, a imaginação e os sonhos que habitam cada um de nós.

A criança é dotada de um grande dinamismo, sendo o movimento inerente a sua vida. Movimentar-se é uma necessidade de todo ser humano, e na criança está necessidade apresenta-se de forma mais explícita, por ser ela não apenas dotada de movimento, mas porque não dizer, ser o próprio movimento. Não podemos reprimir a necessidade que a criança tem de se movimentar, de se expressar, de vivenciar corporalmente o ato educativo, de construir seu conhecimento a partir do próprio corpo, pois se assim o fizermos estaremos negando o fato de que a ludicidade, a corporeidade e a motricidade, são fontes vivas capazes de fazer emergir o conhecimento.

A criança necessita experimentar seu corpo através do movimento, como um dos meios de construção de sua autonomia, e é nessa fase de sua vida que elabora um vocabulário gestual fluente e expressivo. É através do corpo que o movimento humano se concretiza, ultrapassando o mero ato mecânico.

Assim, é preciso ir além, procurando compreender o significado do movimento humano na sua essência, na relação direta entre o homem e o meio em que vive, considerando que o movimento representa um fator de cultura. Ou seja, o movimento humano será tão mais consciente, quanto mais claramente o sujeito perceber a relação que existe entre seus movimentos e o todo da sua vida, incluindo sua história pessoal e o sistema de relações sociais dentro do qual essa história existe.

Vale citar aqui, para uma melhor compreensão da motricidade, o pensamento de Manuel Sérgio (1989:80), onde este nos diz que *a motricidade não é o simples movimento, porque é práxis e, como tal, cultura (...)*. Dessa forma, a motricidade humana difere dos demais movimentos sob a ótica da física, pois o movimento humano reflete ações do homem que pensa e age, refletindo ainda sua cultura e seu próprio eu.

Educação Olímpica no Espírito Santo: um relato de experiência

Marcio Becali Tononi¹

1 – Introdução

A pedagogia da educação física tem se modificado muito aceleradamente nos últimos 20 anos. Neste espaço de tempo vimos surgir propostas de cunho humanista², desenvolvimentista³, psicopedagogizante⁴ e crítico⁵, entre outras. Todavia, embora o número de propostas pedagógicas tenha evoluído em quantidade e qualidade, o trato dos conteúdos sempre revelou-se uma questão complexa. Na realidade, a transformação das teses e pressupostos teóricos das diversas propostas pedagógicas em programas de ensino sempre demonstrou ser uma tarefa complexa. Uma das dificuldades encontradas pelos docentes reside na construção de estratégias que contemplem os diversos elementos da cultura corporal de movimento que transcendem a prática corporal propriamente dita.

Penso que o universo de objetivos cognitivos e afetivos e suas respectivas competências e habilidades é amplo o bastante para merecer um desenvolvimento mais adequado e profundo do que tem sido feito até agora. A tradição pedagógica da educação física escolar tem sido pouco eficiente no desenvolvimento de estratégias de ensino que estimulem os alunos e alunas a refletirem a partir de referenciais concretos. Mesmo as propostas de cunho crítico ainda possuem um arsenal bastante reduzido de materiais didáticos deste tipo.

Durante minha graduação, tive a oportunidade de na disciplina 'educação física escolar I', ter contato com um material didático sobre educação olímpica voltado para escolares desenvolvido pelo

Prof. Otávio Tavares. Em face dos questionamentos anteriormente mencionados, identifiquei na temática da 'educação olímpica' uma possibilidade de tratar temas transversais ao dia-a-dia da cultura corporal na escola como discriminação, sexismo, ética, competição entre outros, além de estimular os alunos para uma educação física que se afastasse a prática repetitiva de conteúdos tradicionais.

Este trabalho se dedica a apresentar, sob a forma de relato de experiência, a aplicação inicial do material didático referido, de modo a tentar contribuir na construção de novas estratégias de ensino para a educação física e de educação olímpica ajustadas a realidade brasileira.

2 - O contexto

Antes de relatar a experiência vivida ao ministrar o conteúdo Olimpismo na escola, gostaria de esclarecer a situação sócio/econômica/pedagógica da escola e especialmente de componente curricular de ensino educação física.

A experiência ocorreu na escola da rede particular Ebenézer, situada no bairro André Carlone, no município de Serra, estado do Espírito Santo. O município de Serra faz parte da região metropolitana da Grande Vitória, capital do estado. O bairro André Carlone caracteriza-se por ser um grande bairro residencial no qual a maioria de seus moradores possui renda salarial baixa.

A escola Ebenézer esta localizada no centro do bairro, tendo 15 anos de existência. Podemos classificá-la como uma escola particular de pequeno porte, tendo apenas uma turma de educação infantil e uma turma para cada série do ensino fundamental. No âmbito pedagógico, a escola possui um coordenador e um supervisor, administrados pela diretora.

No ano em que trabalhei na escola (2000), pude notar que o projeto político pedagógico da escola não se refletia no real desenvolvimento pedagógico da escola, sendo pouco ou nada seguido. Por outro lado, esta situação dava ao professor uma certa autonomia 'extra' para desenvolver os conteúdos paralelos que achasse mais conveniente. Isto era válido também para o ensino da educação física. Ou seja, o professor escolhia o que, como e quando

trabalhar, podendo escolher livremente os conteúdos, a concepção de ensino bem como a forma de avaliação. Para me apropriar melhor da situação busquei entender melhor o trabalho que anteriormente vinha sendo feito, colhendo informações sobre os conteúdos ministrados, concepção de ensino adotada, forma de avaliação, enfim, entender toda a dinâmica do trabalho pedagógico desenvolvido.

Quanto aos conteúdos ministrados para os alunos do ensino fundamental, notei um quadro bastante comum no meio da educação física. O ano letivo era dividido em bimestres e cada um deles era destinado a um esporte, que geralmente seguia a ordem: futebol, voleibol, handebol e basquete, podendo mudar a ordem, mas nunca os conteúdos.

Em relação a avaliação, havia uma preocupação comportamental, na qual a quantificação numérica do aluno era feita de acordo com a 'disciplina' na aula. Os alunos que 'colaboravam' com a aula de forma a respeitar o professor e não atrapalhar os colegas, tiravam as melhores notas.

A concepção de ensino como podemos notar, era tradicional e desportivizante, na qual os melhores alunos eram aqueles disciplinados e que se aproximavam ao perfil do atleta, e o professor aproximava-se ao perfil do treinador.

Nas aulas iniciais que ministrei, notei um conhecimento superficial dos alunos sobre estes conteúdos, bem como uma limitação da prática condicionada as regras oficiais vigente.

3 - Vivendo a experiência

Após me apropriar de tal situação, procurei começar um trabalho lento de mudança, dando tempo para que os alunos pudessem assimilar as possibilidades de variações nas aulas, mudando tanto a forma de aprendizagem dos conteúdos como a possível mudança do próprio conteúdo, ampliando o acervo de experiências dos alunos sobre a cultura corporal. O primeiro passo que achei necessário dar foi a mudança da concepção de ensino, passando da pedagogia tradicional para a concepção de aulas abertas, a qual foi aceita com naturalidade. Porém, ao indagar quais possibilidades de aprendizagem possíveis no universo da cultura corporal, a resposta se

limitava, como era esperado em função de suas experiências, aos esportes tradicionalmente praticados na escola: futebol, voleibol, handebol e basquete.

O segundo passo dado, foi mudar a forma de assimilação dos conteúdos. Procurei aumentar a co-responsabilidade dos alunos para o sucesso e o desenvolvimento das aulas, dando uma certa autonomia de escolha dos conteúdos, e mudando a forma de aprendizagem, passando da forma analítica para uma forma de aprendizagem mais participativa, com atividades diferenciadas as vezes criadas pelos próprios alunos.

O terceiro passo foi dado em direção a ampliação do universo de possibilidades da cultura corporal. Neste sentido, aproveitei a realização dos Jogos Olímpicos de inverno de 1998 em Nagano (Japão) como meio de reflexão das imensas possibilidades de aprender outras formas de se expressar corporalmente, abrindo o leque para uma discussão sobre a história dos Jogos e seus significados. Este trabalho, em um primeiro momento foi operacionalizado a partir de perguntas sobre os Jogos: como surgiu? Para que surgiu? Quais os valores existentes nos Jogos? Qual o significado de seus símbolos? O desenvolvimento deste trabalho ocorreu com a aplicação da apostila sobre educação olímpica que tinha a disposição.

O objetivo a ser alcançado naquela etapa era ampliar as possibilidades de conhecimento das diversas linguagens da atividade física, tentando despertar os alunos para o entendimento sobre outras atividades e formas de expressão da cultura corporal. Este passo foi dado no terceiro bimestre, como conteúdo paralelo ao que vinha sendo ministrado.

A partir da aplicação da apostila, procurei desenvolver com os alunos debates sobre os temas propostos, e posteriormente sobre as possibilidades de mudança nos conteúdos das aulas. Este processo inicial ocorreu nas três primeiras semanas do terceiro bimestre, ou seja, seis aulas em cada turma. A partir dessas discussões foram feitas algumas aulas alternativas na 7ª e 8ª séries, como ginástica localizada e capoeira (sugerida pelos alunos), incitando também uma reconstrução dos esportes tradicionalmente praticados, dando novas possibilidades de prática dos esportes. Porém a continuação de vivência nas aulas de novas atividades físicas não foi possível, uma vez que a diretora não aprovou tais práticas alegando que a

segunda vivência (capoeira) estava em desacordo com a continuidade do programa das outras atividades físicas.

4 - A modo de conclusão

Ao terminar o bimestre procurei avaliar a experiência com o conteúdo Olimpismo. Pude notar que a estratégia revelou-se uma forma atrativa de visualização de novas possibilidades de aprendizagem para os alunos, dando subsídios históricos para uma possível reflexão mais consciente sobre o esporte.

Nas turmas de 5º e 6º séries notei uma aprendizagem superficial sobre o assunto, e uma preocupação dos alunos com a história dos Jogos Olímpicos, deixando em aberto a possibilidade de aprimoramento do conteúdo. Nas turmas de 7º e 8º séries notei uma preocupação não somente com a história, mas também com as consequências desta história e sua transformação, tentando buscar respostas sobre o descaso atual com os atletas olímpicos, as consequências futuras do uso dos anabolizantes e possibilidades de superação dos limites estabelecidos com a ajuda da tecnologia.

Ao analisar a avaliação do conteúdo na ótica dos alunos (auto-avaliação), notei uma valorização do conteúdo Olimpismo, pois em quase todas auto-avaliações das turmas de 5º à 8º séries o tema foi mencionada como um conteúdo positivo.

Desta forma a experiência sugere que a educação olímpica pode ser uma importante ferramenta de ensino nas aulas de educação física, apontando para vários tipos e possibilidades de discussão, assim como, aumentando o estímulo a ampliação do universo da cultura corporal.

Referências Bibliográficas

- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*. São Paulo: Scipione, 1989.
- GRUPO DE TRABALHO PEDAGÓGICO UFPe-UFSM. *Visão didática da educação física*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1991.
- HILDEBRANDT, H.; LAGING, R. *Concepções abertas no ensino da Educação Física*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1986.
- OLIVEIRA, Vítor Marinho. *Educação Física Humanista*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1985.
- TANI, Go et al. *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: Editora da USP, 1988.
- TAVARES, Otávio. *Educação para o esporte. Apostila sobre educação olímpica*, Rio de Janeiro, 1999.

Notas

- ¹ Graduando em educação física pelo Centro de educação física e Desportos da UFES. Vitória, ES.
- ² OLIVEIRA, Vítor Marinho. *Educação física humanista*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1985.
- ³ TANI, Go et al. *Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: Editora da USP, 1988.
- ⁴ FREIRE, João Batista. *Educação do corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*. São Paulo: Scipione, 1989.
- ⁵ Coletivo de Autores. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

Anexo

Atividades propostas na apostila.

Após cada módulo da apostila, existe as seguintes perguntas:

Módulo I.

- 1) Por que damos tão pouca importância ao nosso passado, inclusive o esportivo?
- 2) Em sua opinião, se nossos atletas são nossos heróis, o que podemos aprender com eles?
- 3) O que é educação esportiva para você e como poderíamos melhorá-la?

Módulo II.

Primeira parte:

- 1) Quem são para você os heróis do nosso país?
- 2) Quais são, ou deveriam ser as qualidades que tornam uma pessoa um herói ou heroína nos dias de hoje?
- 3) Como as pessoas hoje em dia ouvem falar ou conhecem um herói ou heroína?

Segunda parte:

- 1) Se você fosse pego trapaceando durante uma competição esportiva, você gostaria que sua escola colocasse seu nome em um quadro em frente à escola? Por que?
- 2) O que seus pais iriam achar disto?
- 3) Você sabe quais são as punições para os atletas desonestos hoje em dia? Caso saiba, cite algumas.
- 4) Se você fosse um dirigente esportivo que medidas você tomaria para evitar a trapaça e a violência em uma competição esportiva?

Módulo III.

- 1) Marque em vermelho no mapa da próxima página o local de pelo menos 5 diferentes cidades que já foram sedes dos Jogos Olímpicos.
- 2) Observando a lista de ano e local dos Jogos Olímpicos responda:
 - a) Quais são os continentes que ainda não receberam os Jogos?
 - b) Quais são os continentes que mais receberam os Jogos?

c) Qual seria, na sua opinião a razão para esta diferença?

Módulo IV.

Faça um texto comentando a questão do doping no esporte considerando os argumentos contrários e favoráveis à sua utilização. Se for necessário, leia outros textos ou converse com outras pessoas de sua confiança.

Módulo V.

- 1) As mulheres brasileiras ganharam suas primeiras medalhas olímpicas apenas nos Jogos Olímpicos de 1996. Se considerarmos que desde 1932 enviamos representantes femininas aos Jogos, foram 64 anos de espera. Você saberia dizer em que modalidades ganhamos estas medalhas.
- 2) Existem muitas razões pelas quais é mais difícil para a mulher do que para um homem se tornar um atleta de sucesso. Você saberia identificar e comentar algumas destas razões?
- 3) Qual a atitude e a opinião mais comum em sua família, aqui no colégio e em seu grupo de amigos como relação a prática de esportes por meninas e mulheres? E a sua, qual é?
- 4) Como fazer para preservar o esporte como algo moralmente bom e educativamente útil ao mesmo tempo em que é cada vez mais espetáculo?
- 5) Será que caráter e dinheiro são coisas realmente incompatíveis?

A auto-exclusão nas aulas de Educação Física: uma necessidade a ser estudada

Elaine Maria Nunes Aguiar

Graduanda do Curso de Educação Física
da Universidade Gama Filho

Profa. Dra. Ludmila Mourão

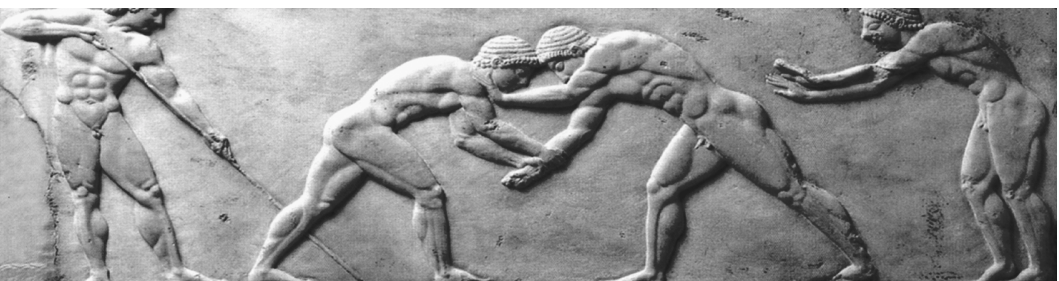
UGF – Lires

Resumo

O termo “exclusão” na educação tem sido associado aos alunos portadores de necessidades especiais de aprendizagem e portadores de deficiências. Mas sabemos, no entanto que esses não são os únicos excluídos na escola. O estudo que realizo procura abordar outros tipos de “exclusão” que acontece nas aulas de Educação Física, e que muitas vezes, é mascarada até mesmo pelos próprios professores, mas que necessitam também de muita atenção da escola. Analisando de uma forma geral observamos que a Educação Física é a aula mais esperada da semana, mas não por todos os alunos. Por que os alunos nessa aula se sentam mais do que se movimentam? Para compreender melhor essa questão é que nos propomos a estudar, justamente, as frequentes ausências dos alunos nas aulas de Educação Física, através da questão: Quais os motivos revelados pelos alunos, sobre a auto-exclusão nas aulas de Educação física? A partir da experiência que venho acumulando como professora de Educação Física Escolar formulei algumas hi-

póteses como: (1) a timidez corporal da criança afasta a mesma das aulas de Educação Física; (2) as limitações motoras podem ser responsáveis pela auto-exclusão nas aulas; (3) e a discriminação corporal (muito, gordo, magro, alto e baixo) as quais vou testar neste estudo. Analisar e interpretar os motivos que levam os alunos a não participarem das aulas de Educação Física descrevendo suas dificuldades e experiências que contribuíram para tal fato é a finalidade da pesquisa. A relevância do tema é inquestionável, pois focaliza seu olhar para a problemática da auto-exclusão nas aulas, que acredita-se poder analisar através do discurso produzido pelos alunos. Compreender novos significados relativos a Educação Física na escola, pode ser possível através do estudo daqueles que não se adequam a forma como está sendo desenvolvida a disciplina na sua escola. Uma das críticas feitas ao esporte, conteúdo hegemônico na Educação Física nas escolas, é que a homogeneização de sua prática pelo treinamento, no qual a exigência pela perfeição do gesto técnico e o rigor tático imposto reprime o poder criativo de seus praticantes, ignorando suas potencialidades e suas limitações. Provavelmente, este é um dos grandes erros cometidos com as crianças e os adolescentes. Pois ao contrário de estimular os jovens e desafiá-los, trata-os como objeto de repetição e memorização da resposta correta. A característica da pesquisa é exploratória e a amostra são 20 adolescentes (meninos e meninas) de 7ª e 8ª séries de uma escola particular, situada no bairro de Jacarepaguá no Município do Rio de Janeiro. O instrumento para coleta de dados é a entrevista guiada e o referencial de análise utilizado será o da análise do discurso segundo ORLANDI (2000). Como resultados encontramos uma maioria de alunos que não participam das aulas porque: "não gosta", acham que as aulas "são repetitivas", "são cansativas". A aula de educação Física representa para eles, "nada", "sujeira", "cansaço", "mais um tempo vago", "chatice". Gostariam que as aulas oferecessem: "menos briga", "mais vôlei e menos futebol", e os adjetivos que dão para a Educação Física escolar são: "indiferente", "chata", "cansativa", "confusão", "horrível", "rotineira".

Parte 6



Gestão esportiva e da informação, marketing
esportivo, cidades olímpicas e escolha das
sedes dos Jogos Olímpicos

Los Juegos Olímpicos: comunicación e intercruces intelectuales

Sergio Ricardo Quiroga Macleimount

Director del Centro de Estudios Olímpicos "José B. Zubiaur"¹

Resumen

En los años últimos, la relación entre la comunicación y deporte comienza a salpicar primero y luego a incidir firmemente en la agenda académica de los investigadores en comunicación y de otras disciplina. Los Juegos Olímpicos como construcción mediática constituyen un fenómeno donde se inter cruzan miradas y perspectivas diversas, que atraviesan las disciplinas tradicionales y que necesitan un abordaje interdisciplinario.

En Latinoamérica la investigación en Comunicación y Deporte se encuentra en un estado de pleno despertar y desarrollo. En 1996, en Londrina Brasil) fue fundado el Grupo de Trabajo N° 18 de Media y Deporte en INTERCOM (*Sociedad Brasileña de Estudios de la Comunicación*) y la reunión de pequeño Grupo de Interés de Comunicación y Deporte que se reunió transitoriamente en el IV Congreso de ALAIC (*Asociación Latinoamericana de Investigadores en Comunicación*) en Santiago de Chile 2000. El GT de Media y Deporte de INTERCOM es el grupo más consolidado de América Latina en el rico e inexplorado campo de investigación en comunicación-deporte que asalta los marcos tradicionales y llama a la interdisciplina.

Abstract

This paper is about the study of the development and the characteristics of Latin-American research in sport and communication. In the last years, the relation between the sport and communication has began to development in the academic agenda of the researcher in communication and the others disciplines. Therefore the conceptual climate may not be formulate with precision. Is probably that we assisting a moment of recognise of the interaction between two cultural fields, two disciplines what expose complexity and exceeding the traditional frames of the discipline. The recognising of the academic field has constitutive a group of difficulties and topics. The relations, interactions and synergy between sport and communication is one zone of academic exploration and the Olympic Games is an special observatory of inter-cross of traditional disciplines and diverse perspectives.

1 - Introducción

En los años últimos, la relación entre la comunicación y deporte comienza a salpicar primero y luego a incidir firmemente en la agenda académica de los investigadores en comunicación y de otras disciplinas. Este proceso se desarrolla cuando su clima y entornos conceptuales parecen no estar aún formulados con precisión. Sin embargo estamos asistiendo a un momento de creciente reconocimiento de la interacción entre estos dos campos culturales que exponen complejidad y transdisciplinariedad. Se hace cada vez más notable el reconocimiento de un campo constituido por un conjunto de preocupaciones y temáticas que se consolida determinando las problemáticas que lo atraviesan. Sin duda, las relaciones, interacciones y sinergias entre media y deporte o comunicación y deporte presagian la configuración de una zona de exploración teórica y práctica nueva e inexplorada.

El deporte ha influido e interactuado fuertemente en el conocimiento del hombre ha través de su virtud para generar comunicación y para determinar el proceso informativo de los medios de comunicación creando una especialidad. Se ha señalado que el deporte es el fenómeno cultural más relevante

de la sociedad contemporánea. El deporte es maravilloso, pero no inocente². El deporte como la vida tiene múltiples tensiones y cuando se las pretende armonizar, a menudo se ignoran aspectos relevantes del deporte. Si para algunos intelectuales el deporte no es cultura o es una subcultura, otros lo consideran como una cultura que nos permite conectarnos con otros tipos o formas de cultura y relacionarnos con todas las ciencias. El deporte y su relación esencial con la comunicación permite conocer y confrontar interrelaciones sobre la historia y la cultura del género humano. El deporte mediático parece haber creado un lenguaje propio en la dinámica de la sociedad moderna para cumplir una tarea comunicativa distinta al ofrecer un idioma común³ a toda la humanidad, en un proceso de acercamiento de los pueblos y el establecimiento de nexos de unión entre los seres humanos y las naciones.

2 - El juego y el deporte

Los pueblos antiguos y Grecia recibieron lentamente la influencia de otros pueblos que desde Asiria, la Mesopotamia y Asia llegaron a sus tierras y cultura. Creemos que el deporte en Grecia fue la consecuencia de muchos años de intercambio, interacciones y prácticas de distintas civilizaciones que tenían incorporada en su cultura diferentes formas de juegos unidas a las actividades religiosas y muchas veces relacionadas con las danzas.

El deporte moderno formulado en el siglo XIX en Inglaterra se convirtió en una expresión de estatus y distinción de los sectores privilegiados donde la configuración del deporte y el espacio deportivo se originó en la conciencia que adquirió la burguesía a lo largo de los siglos XVIII y XIX de la necesidad de controlar a las poblaciones y asegurarse su productividad. La perspectiva dominante del deporte evolucionó hacia los resultados. El deporte ha representado el esfuerzo del ser humano por alcanzar siempre los mejores resultados y el más fuerte, más alto y más lejos (*citius, altius, fortius*), expresa uno de los ideales del Movimiento Olímpico.

En 1900, el invento de los hermanos Lumiere llegó a los Juegos Olímpicos de París (1900) y más tarde, en los Juegos Olímpicos de

Berlín (1936) se realizó una demostración experimental de la nueva tecnología de la televisión. El proceso de llegada de los nuevos medios al deporte continuó permanentemente hasta nuestros días con la llegada de la webcasting. El fenómeno ha sido ampliamente estudiado por el catedrático español Miquel de Moragas⁴ que distinguió cuatro principales niveles de práctica deportiva simbólica del deporte en la sociedad contemporánea:

- El deporte actividad física
- El deporte-espectáculo
- El deporte en los mass-media
- El deporte virtual

El fenómeno olímpico con sus amplias aristas, es un campo amplio y rico para la investigación social, trascendiendo los rígidos marcos deportivos. De esta manera el olimpismo y el deporte se constituyen en prismas desde donde reconocer y repensar estos fenómenos sociales.

En este contexto, y a los fines del acercamiento al objeto -deporte- resulta casi inevitable efectuar un reconocimiento transdisciplinario que integre a los distintos niveles en que se articulan los procesos semióticos, culturales, sociológicos, antropológicos, comunicacionales, históricos y políticos para dar cuenta y formular una interpretación más amplia y abarcativa (Rodríguez M, 1995:8.)

En la aproximación del campo deporte-medios nos encontramos con⁵:

- Los componentes históricos, comunicativos, sociológicos y psicológicos del deporte
- El deporte como fenómeno mass mediático y sus sinergias.
- La interacción entre deporte y el campo lúdico.
- Los juegos populares, la cultura y la comunicación
- El deporte como ritual y dramatización social (Rodríguez M, 1995:8)
- La identidad y la cultura popular

Henning Eichberg (1998) desde el marco de la sociología de la cultura nos habla de un deporte de producción de resultados y un deporte popular. Existen múltiples definiciones de deporte, de juego y “juego deportivo” y como ellas también abundan las clasificaciones del deporte. Sin duda que el término a medida que progresan los estudios se convierte en polisémico, ya que el deporte tiene formas múltiples y significa distintas cosas para gente diferente. Sin duda que la investigación cultural en deporte y medios se establece como un espacio intelectual, un observatorio desde donde poder ver, estudiar e interpretar algunos de los fenómenos sociales (Rodríguez M, 1995:8) y se transforma al mismo tiempo en una forma activa de intervención sobre ese campo, características que tienen los objetos que las ciencias sociales examinan.

3 - La investigación Latinoamericana:

En Latinoamérica la investigación en Comunicación y Deporte se encuentra en un estado de pleno despertar y desarrollo.

3.1 - Grupos

3.1.1. Grupo de Trabajo de Media y Deporte en INTERCOM

En 1996, en Londrina Brasil) se fundo el Grupo de Trabajo N° 18 de Media y Deporte en INTERCOM (*Sociedad Brasileña de Estudios de la Comunicación*) y la constitución de un pequeño Grupo de Interés de Comunicación y Deporte en el IV Congreso de ALAIC (*Asociación Latinoamericana de Investigadores en Comunicación*) en Santiago de Chile 2000 han emergido como dos polos crecientes de reunión y convocatoria que intentan agrupar al pequeño pero creciente número de investigadores que han buscado un ámbito rico e inexplorado de investigación como es la temática *comunicación-deporte*. El primero de los foros esta institucionalizado y conformado por investigadores provenientes de Brasil y Argentina fundamentalmente.

Es el objetivo del Grupo de Trabajo de **Media y Deporte** estudiar e interpretar las diferentes estrategias usadas por los medios de comunicación en la difusión de los fenómenos deportivos y sus consecuencias en la construcción histórica de la educación física y el deporte. Tiene también por finalidad contribuir al desarrollo y crecimiento del área de Comunicación Deportiva. El Grupo de Trabajo Media y Deporte fue creado en 1996, en Londrina (Brasil), con el objetivo de discutir las posibilidades y las estrategias de análisis de la fragmentización y segmentación de los acontecimientos en comunicación en la educación física y el deporte. Las disuciones han estado vinculadas a la interpretación de fenómenos sociales vehiculados por los medios de comunicación, sus interacciones y consecuencias en la educación física física, el deporte, en Brasil y el exterior. El Grupo de Trabajo aborda además, las relaciones que se establecen entre los medios de comunicación, la educación física y el deporte. La profundidad y riqueza de las discusiones y debates contemporáneos inherentes al tema deporte/medios interesan ya que a partir de su análisis existe un estímulo a los condicionantes estructurales y culturales de los fenómenos deportivos transmitidos por los medios de comunicación.

El ámbito y espacio conquistado en la Sociedad Brasileña de Estudios Interdisciplinarios de Comunicación (INTERCOM) representa, entre otros aspectos: (Documento del Núcleo de Investigación en medios y deportes 2001, GT 18 de INTERCOM)

- a) Un espacio de reflexión y discusión sobre los contenidos que envuelven las dos áreas, específicamente,
- b) El desarrollo de investigaciones individuales y colectivas,
- c) La divulgación de trabajos e investigaciones producidas interdisciplinariamente, en forma de libros y revistas;
- d) Intercambios académicos;
- e) Avance en el conocimiento que envuelve la comunicación social y la educación física y el deporte a través de la interpretación de los fenomenos deportivos vehiculados por los media;
- f) estimular el desarrollo de una linea de investigación en cursos de graduación y post-graduación.

El GT es muy joven y está plenamente inserto dentro de una propuesta plural y abierta de INTERCOM, y constituye en la actualidad una obligada referencia latinoamericana en estudios de esa naturaleza. Han actuado como Coordinadores (1996-2000) el Prof. Dr. Sergio Carvalho y desde el año 2001, la Prof. Dra. Vera Regina Toledo Camargo con gran esfuerzo y dedicación.

3.1.2 - Grupo de Interés de Comunicación y Deporte:

La única y primera reunión del Grupo se realizó durante el Congreso de ALAIC en Santiago de Chile en abril del año 2000 merced a la iniciativa de la Dra. Lucía Castellón, Decana de la Facultad de Periodismo y Comunicación de la Universidad Diego Portales, la excelente disposición de otros coordinadores de distintos Grupos de Trabajo permanentes de ALAIC y la autorización y colaboración de la presidente de ALAIC, la Dra. Margarida Kunning Klush y del Dr. Sergio Carvalho excoordinador del GT 18 de Intercom y gran intelectual y contribuyente permanente en el desarrollo de esta temática.

Argentina y la Investigación en Comunicación y Deporte:

En la Universidad de Buenos Aires se han desarrollado distintas investigaciones en la temática deporte-sociedad. Mencionamos algunas de ellas:

- El Instituto de Investigaciones Sociales de la UBA, Gino Germani desarrolló el Proyecto UBACyT S001, 2001-2002, *"Fútbol y 'Aguante': Imaginario masculino y cuerpo popular"* dirigido por Mg. Pablo Alabarces.
- El Instituto de Investigaciones Sociales de la UBA, Gino Germani realizó el proyecto UBACyT TS55, 1998-2000, llamado *"El Fútbol como cultura: identidades, medios masivos y violencia en la Argentina"* dirigido por Mg. Pablo Alabarces.
- También es importante destacar la actividad del Area Interdisciplinaria de Estudios del Deporte SEUBE - FFyL - UBA (www.efdeportes.com/aied) que resultó muy importante. Un conjunto de investigadores argentinos provenientes de distintas dis-

ciplinas formaron a partir de 1997 el *Area Interdisciplinaria de Estudios del Deporte*, tratando de hacer converger los distintos aportes sobre tema del deporte en la Argentina. Entre los objetivos del equipo se cuentan la organización de la bibliografía y la documentación existente sobre los Estudios Sociales del Deporte en distintos idiomas; la realización de cursos, seminarios y jornadas de discusión, y la realización de nuevas investigaciones en este campo de estudios. En el año 2000, se organizaron conjuntamente con la Dirección de Deportes, Recreación y Turismo (UBA) las *Jornadas Interdisciplinarias sobre Deporte y III Encuentro de Deporte y Ciencias Sociales* en la Ciudad Universitaria. Las mismas contaron con varios conferencistas internacionales, entre ellos, el Dr. Eduardo Archetti de la Universidad de Oslo. Noruega, el Dr. Joseph Arbena, de Clemson University USA y el Dr. Jesús Castañón Rodríguez de la Universidad de Valladolid. España; quienes junto a 47 panelistas venidos de diferentes sitios académicos de nuestra América (concurrieron distinguidos profesionales de Brasil, Colombia, Venezuela, Uruguay, México, Argentina y Chile) comentaron distintas comunicaciones y trabajos de investigación. En Julio de este año se presentó una nueva producción editorial llamada "*Estudios sobre Deporte*" de Eudeba 2001.

3.1.3. Grupo Comunicación y Deporte:

El Centro de Estudios Olímpicos "José B. Zubiaur" fue fundado el 1 de abril de 1996 para desarrollar el estudio, la documentación y la investigación en deporte, olimpismo y educación física aplicadas fundamentalmente a las ciencias sociales con el objetivo de profundizar la investigación en los aspectos culturales y científicos del deporte; generar investigaciones en el ámbito de las ciencias sociales y desde perspectivas latinoamericanas; crear intercambios con distintos centros de investigación sobre el deporte en Latinoamérica y el mundo; promover el trabajo en red, nuevas formas de investigación y la conformación de grupos de investigación sobre temáticas inéditas; realizar seminarios, cursos y simposios que propendan al desarrollo de la investigación en deporte en el continente americano; reunir documentación que permita el estudio del deporte, el olimpismo y

la educación física; y posibilitar el estudio del fenómeno del deporte popular, la cultura popular y las necesidades deportivas de los pueblos latinoamericanos desde puntos de vista regionales y desde una concepción amplia y dinámica de la cultura (Castañón Rodríguez J. 2002) Desde su nacimiento, el Centro ha recibido el apoyo de la Cátedra Internacional de Olimpismo, del Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte de la Universidad de Barcelona, el Museo Olímpico y otras organizaciones académicas. Tales hechos han fortalecido la labor del Centro en un contexto de cambios globales, de una sociedad dinámica y vertiginosa y de comunidades latinoamericanas que se enfrentan constantemente a crisis que no finalizan y crecientes dificultades sociales.

En este corto tiempo se han desarrollado catorce áreas de investigación: Medios de comunicación, Deporte y olimpismo, Deporte y Cultura Popular Latinoamericana, Relaciones Internacionales y Juegos Olímpicos, Filosofía del deporte, Historia olímpica e historia del deporte, Deporte y patrocinio deportivo, Pedagogía y educación del deporte, Política, derecho y economía del deporte, Rituales deportivos y ceremonias olímpicas, Deporte, medio ambiente y urbanismo, Sociología del Deporte, Psicología del Deporte y Latinoamérica y las ciencias del deporte (Estatuto del CEO José B Zubiaur y Castañón Rodríguez J. 2002) El Grupo de Comunicación y Deporte del Centro de Estudios Olímpicos "*José Benjamín Zubiaur*" viene desarrollando distintas actividades desde 1998. Primero el grupo se ha constituido una red de trabajo y colaboración entre distintos investigadores latinoamericanos e iberoamericanos. Tiene un espacio en la web en donde figuran los integrantes del grupo y las iniciativas casi permanentes que se desarrollan. (<http://linux0.unsl.edu.ar/~squirolga>)

Objetivos del Grupo de Comunicación y Deporte

Reunir a los investigadores latinoamericanos e iberoamericanos más relevantes y calificados en el campo de estudio e investigación de la temática comunicación y deporte, desarrollar, promover y generar la formación de profesionales altamente capacitados en el campo de la comunicación y deporte, promover una base de datos bibliográfica, documental, de tesis, de maestrías, grado y postgrados

que aborden el tema de la comunicación y el deporte, generar proyectos de investigación comunes, creativos e inéditos para el desarrollo de la temática, generar la organización de seminarios, simposios, cursos y congresos que aborden la compleja problemática y desarrollo del campo de la comunicación y el deporte y promueva el debate y discusión y sean un motor generador de las futuras investigaciones.

El Grupo pretende colaborar y cooperar con los jóvenes investigadores de la comunicación en esta área temática nueva y reciente. En el año 2001, el GT ha promovido dos seminarios virtuales. El primero de ellos fue *"Sociedad y Organizaciones Deportivas"* coordinado por el autor de esta ponencia y el segundo *"Expresiones Comunicativas del deporte"* coordinado por el Dr. Jesús Castañón Rodríguez de la Universidad de Valladolid (España).

Los seminarios virtuales permiten la participación de distintos investigadores de diferentes partes del mundo quienes en un clima de saludable intercambio y dedicación académica comparten y analizan los trabajos de otros colegas en la búsqueda de respuestas, de algunas precisiones y del planteo de nuevos e inéditos puntos de vista y desafiantes problemas.

El primer Seminario Virtual *"Sociedad y Organizaciones deportivas"* permitió examinar las cambiantes y complejas relaciones entre el deporte y sus propias organizaciones en el ámbito iberoamericano.

El objetivo del segundo seminario según nos relata Jesús Castañón Rodríguez J. (2002) ha sido destacar las expresiones del deporte en idioma español como patrimonio común en un mundo globalizado en su relación con la cultura popular y los medios de comunicación en siete temáticas como objeto de análisis:

- 1) La codificación lingüística de noticias en relatos y comentarios, tipos de géneros y formas de transmisiones audiovisuales o de nuevas tecnologías.
- 2) La repercusión social del lenguaje deportivo en cuanto medio de transmisión de valores y símbolos en todo tipo de acontecimientos y competiciones.
- 3) Libros de estilo y deporte. Tratamiento de la terminología específica en la comunicación.

- 4) Problemas de traducción.
- 5) La creatividad del lenguaje deportivo en series de televisión, películas, canciones y creación literaria.
- 6) Aspectos generales de la lengua en el periodismo deportivo.
- 7) Elaboración de bibliografías comentadas o de bases de datos bibliográficas, por países (Castañón Rodríguez J. 2002)

Además nuevos lazos se han estrechado con el grupo de trabajo "Media y Deporte" de la International Association Media for Communication Research y su coordinadora la Dra. Alina Bernstein (IAMCR). Los distintos colectivos que abordan la temática en el campo latinoamericano son muy jóvenes, sus propuestas ricas y creativas y seguramente con el correr del tiempo la producción y actividades de los mismos se tornarán en una referencia latinoamericana y mundial en estudios de esa naturaleza.

Estos seminarios permiten acercar a los investigadores de distintas regiones, intercambiar puntos de vista, aprender de los otros, pero sobre todo los que tienen como lengua al portugués y el español, pero no resuelven la dificultad de los investigadores del deporte y el olimpismo latinoamericanos para acercarse a los foros mundiales o internacionales. Si bien está aceptado que la lengua de la ciencia es el inglés y podría tomarse esto como un obstáculo, las más importantes dificultades que tienen los investigadores latinoamericanos son las dificultades de intervenir en el diálogo del deporte y el olimpismo global, la dificultad de acceso a los subsidios económicos y a la ayuda financiera, los costos de participación de los investigadores y estudiosos de la región, a los eventos internacionales que se realizan fundamentalmente en los países avanzados y la falta de equidad creciente entre los intercambios académicos de los estos países y los denominados en vías de desarrollo⁶ .

La incompreensión local, la falta de apoyo adecuado, el escaso reconocimiento social y académico a sus actividades en sus propios países y otros factores coadyuvantes imposibilitan la presencia de éstos en los ámbitos y foros mundiales de prestigio y las voces latinoamericanas y de países subdesarrollados o pobres no se escuchan con la fuerza que deberían.

Este panorama esta planteando claramente cuales son los desafíos latinoamericanos en el siglo XXI, cuales serán las nuevas exigencias y cuales deberían ser sus metas próximas. Sin duda que las dificultades aquí superficialmente exhibidas presentan un panorama dificultoso y complejo y la resolución simplemente no es sencilla.

Referencias Bibliográficas

- CASTAÑÓN RODRIGUEZ, Jesús (2002) *Memoria Final del Seminario Virtual - Expresiones Comunicativas del Deporte*, Villa Mercedes,, San Luis Argentina, febrero del 2002 INTERNET (<http://linux0.unsl.edu.ar/~squiroga>)
- DE FLEUR, M. Y BALL-ROCKEACH, S.J. (1993) *"Teorías de la Comunicación de Masas"* Paidós, Barcelona.
- DOCUMENTO DEL NÚCLEO DE INVESTIGACIÓN EN MEDIOS Y DEPORTES (2001), GT 18 de INTERCOM.
- MORAGAS, Miguel de (1994) *«Deporte y medios de comunicación»*. En Revista Telos, Número 38, Madrid, España.
- DUNNING, ERICH (1993) *"Reflexiones sociológicas sobre el deporte, la violencia y la civilización"* – Materiales de Sociología del Deporte – Las Ediciones de la Piqueta, Madrid.
- EICHBERG HENNINGS (1998) *«Identidad Popular en el deporte y la Cultura. Sobre la democracia viva»* Conferencia regional de la Asociación Internacional de Deporte y Cultura (ISCA) Universidad de Buenos Aires, abril de 1998.
- ESTATUTO (2000) Centro de Estudios Olímpicos y Ciencias del Deporte *«José B Zubiaur»*, Villa Mercedes (San Luis) Argentina
- MORAGAS, MIQUEL DE (1998) *«Olimpismo y Deporte en la Sociedad de la Información»* Ponencia VII Congreso Mundial de Deporte para Todos - Barcelona. España, pág. 4.
- QUIROGA MACLEIMONT SERGIO RICARDO (2001) *«Deporte, medios y periodismo»* en Estudios sobre Deporte. Compiladores Angela Aisenstein, Roberto Di Giano, Tulio Guterman y Julio

Frydenberg. Libros de Rojas, EUDEBA, Buenos Aires, Argentina.

RODRÍGUEZ, JESÚS CASTAÑÓN (1998) «*La evolución del idioma español en el deporte desde la prensa escrita a la comunicación digital*» Revista Digital «Lecturas de Educación Física y deporte» Año 3, número 12, pág. 3. <http://www.efdeportes.com>

RODRÍGUEZ, MARÍA GRACIELA (1995) «*La dimensión cultural del deporte*», CD

BOOKS en la Educación Física y el Deporte, Buenos Aires, diciembre 1995, pág. 8 y 10.

TELLERIA-GEIGER JOSE L. (1999) *Investigación y Desarrollo en América Latina* JLTG, Publicaciones Yachay, La Paz (Bolivia).

Notas:

¹ Bolivia 967 - 5730 Villa Mercedes (San Luis) ARGENTINA - TE 0054-2657-423743 - FAX 00542657-430366 - Olympicentre@yahoo.com.ar

2 Eichberg, Henning, (1998) "*Identidad Popular en el deporte y la Cultura. Sobre la democracia viva*" Conferencia regional de la Asociación Internacional de Deporte y Cultura (ISCA) Universidad de Buenos Aires, abril de 1998. Pág. 2.

3 Rodriguez, Jesús Castañón (2000) en "El deporte o la libre manifestación de la inteligencia" señala que "Un tercer aspecto lingüístico de interés general está relacionado con los términos Olimpiada y Juegos Olímpicos. Por influencia del lenguaje periodístico, se ha tendido a utilizar el primer vocablo con el significado del segundo, hecho del que ya se quejaba en los años veinte el propio Barón de Coubertin. Olimpiada es el periodo de cuatro años que hay entre la celebración de Juegos Olímpicos, mientras que éstos se limitan al periodo de competiciones y pueden ser de Verano o de Invierno. En el ámbito iberoamericano quedó subsanada esta confusión en los Juegos de Barcelona de

1992 cuando la Agencia Efe repartió en la Ciudad de los Periodistas un pequeño volumen titulado El idioma español en el deporte. Guía práctica, con orientaciones sobre 28 disciplinas deportivas. Fue presentada por el entonces presidente de la Agencia Efe, Alfonso S. Palomares, y está disponible en la edición electrónica del Vademécum del Español Urgente”.

4 Moragas, Miquel de (1998) «*Olimpismo y Deporte en la Sociedad de la Información*» Ponencia VII Congreso Mundial de Deporte para Todos - Barcelona. España, pág. 4.

5 Rodríguez, María Graciela (1995) en “*La dimensión cultural del deporte*”, CD BOOKS en la Educación Física y el Deporte, Buenos Aires, diciembre 1995, pág. 8 y 10 señala *como posibles líneas de investigación posibles: los componentes históricos del deporte, el fútbol como fenómeno mas-mediático, la relación del deporte profesional con la esfera lúdica, la lectura del deporte como ritual, y dramatización social, los vínculos con la cuestión de lo nacional, etc.*

6 Telleria-Geiger José L. (1999:18) afirma con cierta justicia y acierto que “...desde el punto de vista universitario la cooperación para la formación de los recursos humanos se ha reducido considerablemente, a tal punto que el caudal de postgraduados formados en los países industrializados del exterior por la vía de las becas de estudio se ha reducido al mínimo. La cooperación para la investigación científica y tecnológica está condicionada a la firma de convenios de riesgo compartido, en donde tanto el país receptor como el país cooperante aportan más o menos la suma “.

La formación en el Deporte y el Olimpismo en Argentina

Sergio Ricardo Quiroga Macleimont

Director del Centro de Estudios Olímpicos "*José B. Zubiaur*"
Olympicentre@yahoo.com.ar

Resumen

Nuevas organizaciones deportivas están naciendo en Latinoamérica y otras más están viviendo auténticos procesos de transformación como consecuencia de la crisis del modelo tradicional de gestión junto con el aumento de demandas y necesidades no atendidas de la población más pobre de la región, y la modificación de hábitos deportivos y culturales que generan un nuevo y más dinámico contexto. Sin embargo, la mayoría de las organizaciones deportivas de esta amplia región siguen dos caminos básicos: desaparecen o tienen una existencia vegetativa. La cruda realidad latinoamericana y la falta de recursos humano adecuadamente entrenados para generar un proceso distinto es un drama vivencial que padecen las organizaciones deportivas.

La formación permanente de los recursos humanos es vital ante la crisis de tales organizaciones y debería ser apoyada en una estructura legal y académica adecuada que facilite su desarrollo gerencial con una visión mucho más amplia del deporte y que sea producto de debates y discusiones abiertas por un lado, y el aporte de expertos profesionales, por otro. Vivir en una sociedad compleja y dinámica donde los cambios son cada vez más vertiginosos es planteando un nuevo escenario para las organizaciones deportivas latinoamericanas que viven las tensiones cotidianas entre las fuerzas de la tradición y los vientos de transformación. Resolver esa dualidad-enigma es acercarse a la adaptación.

Palabras claves: Organización, comunicación, identidad, cultura, adaptación

1 - Introducción

En el contexto latinoamericano las tradicionales organizaciones deportivas que nacieron fundamentalmente a comienzos del siglo XX están transformándose y modificando sus formas de gestión en el marco de un aumento de demandas y necesidades no atendidas de la población más pobre de la región, y la modificación creciente y lenta de hábitos y conductas deportivas y culturales que generan un nuevo contexto, más dinámico y complejo. Sin embargo, la mayoría de las organizaciones deportivas de esta amplia región siguen dos caminos básicos: desaparecen o tienen una existencia que podríamos llamar *vegetativa*. La cruda realidad latinoamericana y la falta de recursos humano adecuadamente entrenados para generar un proceso distinto es un drama vivencial que padecen las organizaciones deportivas. En este trabajo cuando hablamos de organizaciones deportivas, nos referiremos fundamentalmente a los clubes deportivos, pero debemos tener en cuenta que el fenómeno organizacional no abarca sólo a los clubes, sino que existen un sin número de formas organizacionales, de instituciones en el deporte como las federaciones, las confederaciones, las ligas y distintas ONGs, y en el olimpismo, los propios Comités Olímpicos Nacionales, sus Academias Olímpicas Nacionales y los Centros académicos y formativos de Educación Física, los Centros de Estudios Olímpicos y más recientemente los Grupos de Trabajo conformados casi internacionalmente que formulan un mapa deportivo que si bien guarda muchos elementos de la tradición existente de los últimos treinta años, tienen una característica distintiva en los países latinoamericanos, e incluso entre países y que constituyen un fenómeno no sólo "deportivo" sino histórico, social, cultural, económico, político y filosófico muy interesante de abordaje desde una amplia variedad de aristas académicas.

La formación permanente de los recursos humanos es vital ante la crisis de tales organizaciones y debería ser apoyada en una estructura legal y académica adecuada que facilite su desarrollo gerencial con una visión mucho más amplia del deporte y que sea producto de

debates y discusiones abiertas por un lado, y el aporte de expertos profesionales, por otro. Los recursos humanos en el deporte han sido reconocidos como gestores y mediadores vitales, y un instrumento imprescindible para el desarrollo y el crecimiento del deporte en sus más variadas expresiones. El trabajo que desempeñan y su rol debería ser colocado nuevamente en su justa dimensión. Hacer este esfuerzo significa re-pensar entre otras cosas, si su actividad debería ser voluntaria o profesional en el presente. La capacitación y la formación permanente constituyen sin duda, dos formulaciones atendibles dignas de ser tomadas en cuenta a la luz de las rápidas y complejas transformaciones, los recientes cambios operados dentro del campo del deporte y sus distintas expresiones como lugares de tensión. La ausencia de recursos humanos capacitados o formados adecuadamente esta complicando la actividad de cambio que en el seno de las organizaciones deportivas latinoamericanas debiera tener lugar en el marco de un contexto de complejidad y turbulencia creciente.

Los avances tecnológicos y el desarrollo de los medios que posibilitan la globalización, la cultura imperante y las subculturas alternativas, las ideas de cultura deportiva, el propio crecimiento de las sociedades y la organización de sus espacios comunitarios, la utilización y la disposición del tiempo libre, la organización regional del deporte influyen en la relación con los recursos humanos y su desempeño en las organizaciones. En la idea de desarrollar esos recursos han nacido distintos institutos y organizaciones que han establecido formas de capacitación, cursos de uno, dos y tres años para dirigentes y líderes deportivos y recientemente hasta carreras de formación. En este contexto, vale la pena recordar la fecunda experiencia de una provincia argentina con los cursos de capacitación realizados en el marco de la *"Universidad del Dirigente para el Deporte"* que despertó ideas potentes para el desarrollo de la región centro de Argentina y valorar además los ricos aportes del Club A. River Plate que ha inaugurado un nuevo currículum abordando la formación dirigencial y se suma a otras ofertas educativas como la del Club de Amigos en la Ciudad de Buenos Aires. También debemos mencionar la actividad de la *Escuela Itinerante de Dirigentes Deportivos* que postula un currículum y una formación "olímpica" y que se desarrolla de manera periódica en distintas regiones del país impulsada por el Comité Olímpico argentino (COA).

Pese a la creciente oferta de formación dirigencial y deportiva, los distintos grados de desarrollo general de los diferentes países y regiones latinoamericanas y en especial en el deporte han sido tenido poco en cuenta. En el caso argentino, el desarrollo deportivo de Buenos Aires, Córdoba y Santa Fé por citar algunos ejemplos es superior al de otras regiones argentinas. Esas ciudades tienen grandes instituciones deportivas, importantes dirigentes y equipos de liga de distintas disciplinas deportivas.

Otra dificultad de la formación dirigencial es la ausencia o carencia de propuestas de formación alternativas. Al tener en un mismo país un distinto "desarrollo deportivo", los cursos y planes de formación que "estandarizan" un modelo de organización, si se quiere de deporte, para que todos lo adopten y aprendan de él, no tienen en cuenta este dato.

2 - Nuevos desafíos

Frente a los desafíos que propone la nueva Sociedad de la Información a la que se alude insistentemente en los últimos años, Roca Hernández (2000:63) señala con acierto que el problema que van a tener las organizaciones del nuevo milenio es "la intoxicación de información debido a los grandes avances de los medios de comunicación". El investigador español afirma que lo difícil en esta nueva situación será valorar que fuentes son correctas y cuando y donde se puede localizarlas.

A esta situación debe sumarse la falta de claridad conceptual, por no hablar de falta de políticas deportivas del estado para desempeñar un rol predominante como actor social en el establecimiento de las mismas, de sus programas y de su "visión" general del deporte". Una idea al respecto para lanzar una formulación distinta es comenzar a responder a quién deberían servir o favorecer las políticas públicas en materia de deporte. Desde hace muchos años, en el ámbito del estado argentino se siguen desarrollando programas más o menos parecidos como el apoyo a los atletas destacados de becas personales, de subsidios para viajes, de los famosos programas de escuelas de iniciación deportiva que continúan de una gestión a otra casi siempre sin evaluación

final, pero nadie piensa que el deporte argentino, como el brasileño y el chileno son distintos en cada región. Por el tamaño y variedad de sus instituciones deportivas, por el apoyo o no de sus estados provinciales, por la riqueza de sus deportistas, por la formación de sus dirigentes, por sus instalaciones e infraestructura deportiva, por su acceso a la alta competencia, por la cultura “deportiva” de su comunidad, etc.

3 - Clubes y valores

Valores como formación, capacitación permanente, capacidad, inteligencia, desarrollo creativo y responsabilidad son requeridos por unanimidad en la dirigencia deportiva y en la capacitación de los recursos humanos. Hoy encontramos que tal factor: la fuerza de un voluntariado vocacional no tiene la formación y preparación necesaria para emprender nuevas acciones. Por nuevas acciones definimos a una estrategia compartida de cambio continua que privilegie una línea estratégica con metas, propósitos y fines claramente definidos. Hay clubes y organizaciones que tienen un número escaso de dirigentes, menos socios y un programa pobre de actividades. Esos dirigentes suelen funcionar habitualmente como los “dueños del club”, y en muchos casos no permiten los recambios dirigenciales indispensables para que la organización adquiera una nueva dinámica. Tal proceso ha sido la característica distintiva, al menos en los últimos veinte años en la Argentina, sobre todo en las organizaciones deportivas medianas o pequeñas del interior del país.

Heinemann (1998:76) afirma que los fallos del club son la ineficacia de su trabajo, las deficiencias en las prestaciones del trabajo voluntario, el tradicionalismo, los elevados costes de transacción y la autodestrucción. Según el estudioso alemán todos los socios abonan la misma cuota, pero usan de manera desigual la oferta realizada por el club. Sobre el trabajo voluntario Heinemann (1998:77-78) señala que éste es una actividad de tiempo libre y que el potencial de cualificaciones al que puede disponer un club esta limitado por el número y calidad de sus socios. También el investigador afirma con razón que el funcionamiento democrático es generalmente caro y no siempre resulta eficaz y que la

autodestrución puede producirse por la comercialización y politización, la monopolización, la oligarquización y la profesionalización.

Afirmamos que la formación permanente del dirigente deportivo, de los líderes y del voluntariado es necesaria hoy más que nunca, ante la crisis de las ONG surgidas en el 50 y los clubes deportivos constituidos con esa estructura, y que debiera ser apoyada por una estructura legal adecuada que facilite el desarrollo de sus funciones y trabajo profesional. El desafío para la llegada de una nueva dirigencia capacitada, creativa y responsable está lanzado en un amplio frente. Roca Hernández (2000:50) afirma que “el poder de las organizaciones del nuevo milenio no va a estar en sus estructuras, sino en las relaciones con su entorno, en su cultura y en sus valores”. Para el estudioso español los valores triunfantes en la organización del futuro son la calidad, la honestidad, el compromiso, la flexibilidad, el autotrecimiento, la virtud, la visión del futuro, el conocimiento, la interdependencia y el respeto Roca (Hernández 2000:54).

El club deportivo necesita de ellos para replantearse o reformular sus objetivos, su misión institucional y la estrategia para llevarla a cabo. La palabra “*dirigente*” significa saber dirigir gente. Un dirigente es también un conductor, a veces un líder y debe ayudar a formar los cuadros juveniles y capacitar a los voluntarios de una organización deportiva, pero sobre todo debe proponer y coordinar la formulación de una visión para la organización. Es vital hoy para un dirigente deportivo la formación y capacitación permanente en una sociedad donde el cambio es permanente, proceso que debería ser apoyado por una estructura legal, académica y científica adecuada que facilite y brinde normas adecuadas al desarrollo de sus funciones. Esta idea debería ser planteada con vigor en el ámbito oficial y no oficial incluyendo una carrera específica. Otra alternativa podría ser la especialización en gestión deportiva o dirigencia deportiva en las carreras ya existentes, donde los contenidos deberían dirigirse al desarrollo de las habilidades y destrezas necesarias. Para Roca Hernández (2000:54) los valores individuales de los miembros de la organización deben tener puntos de coincidencia con los de la organización y los procesos de selección estarán cada vez más centrados en esta perspectiva.

4 - Voluntarios y Organizaciones

Los cambios surgidos en el ámbito mundial y latinoamericano a principios de los 90, están generando un mundo más exigente y complejo para los clubes deportivos de América Latina. Las transformaciones en el rol del estado de los países latinoamericanos abandonando su papel activo en la ejecución de políticas sociales públicas, y direccionando esta actividad a instituciones privadas, mientras aumentan las demandas y necesidades de la población más pobre de la región, y por otro lado, la modificación de ciertos hábitos, modalidades deportivas y culturales generan un nuevo contexto, más dinámico y desafiante para los clubes deportivos, pero además más complejo y agresivo. Estas organizaciones deberían contar con planificaciones detalladas de sus acciones, evaluaciones claras y transmisibles de sus resultados, eficiencia en el uso de sus recursos, eficacia en sus acciones, mayor articulación con otros actores, desarrollo de recursos humanos profesionalizados, flexibles y creativos, sostenibilidad económica, etc. La sociedad latinoamericana necesita que los clubes deportivos, que el fenómeno organizacional del deporte cumpla un papel activo y creativo y que logren enfrentar las causas de fondo que comprometen su accionar. Sin duda una dificultad relevante está asociada con la incapacidad de estas organizaciones de adecuarse al contexto democrático y de la economía de mercado y su dificultad en proceder a una modernización de su accionar, de su estructura organizativa. Otra causa es la desproporción existente entre lo que esas entidades son en realidad y el tamaño y énfasis de la tarea que se han propuesto.

5 - Investigaciones y Desarrollo Social

Dos trabajos de investigación dirigidos por la Lic. Gladys Ipiña, en la década del 80 y en el contexto de la Facultad de Ciencias Economico-Sociales (FICES) de la Universidad Nacional de San Luis exhibieron interesantes datos. El primer trabajo analizaba a los grupos comunitarios y a las normas que impedían su formación espontánea, y el segundo colocaba el acento en las políticas sociales que se ejecutaban en el momento del análisis y que tenían como

marco distintivo la ausencia de participación de los grupos. El primer trabajo demostró -según los investigadores- que la falta de modificación de las normas de convivencia que estuvieron vigentes en el período de *facto* (dictadura militar argentina) por otras con relación al sistema democrático, determinaban una prolongación de los comportamientos autoritarios y una falta de incentivos para la participación grupal. El equipo de investigación expuso con claridad que quienes tienen la oportunidad de dictar estas normas o de modificarlas lo hacen en función de sus capacidades analíticas o críticas y no en función de la demanda de quienes realmente padecen las necesidades.

Durante el año 1994 se desarrollaron distintos programas que formaron parte de un amplio plan de desarrollo deportivo de la provincia de San Luis (Argentina) que resultó fuertemente apoyado por las autoridades. Uno de los programas inéditos ofrecidos fue la organización del Programa *Universidad del Dirigente.*, aludiendo con él a una serie de cursos y conferencias que tenían el objetivo de lustrar y capacitar a la dirigencia deportiva. El plan fue formulado con temas tradicionales y problemáticas actuales del deporte moderno y su realización resultó una experiencia inédita e interesante para los participantes, aunque no logró tener continuidad. Si bien hubo más de sesenta personas pre-inscriptas, solo cuarenta dirigentes cumplieron con los requisitos académico. Éstos provenían de distintas federaciones y clubes deportivos de la provincia, pero fundamentalmente de las ciudades más importantes. El crecimiento de las organizaciones y la participación de los ciudadanos en ellas, es sin duda, un dato revelador sobre la participación democrática de una determinada comunidad.

6 - Aprendizajes para la transformación

Por otro lado, la exigencia de cambio, crecimiento y aprendizajes creciente por las transformaciones operadas en el contexto del trabajo y de las propias relaciones laborales, las cada vez mayores exigencias de eficiencia y eficacia, los nuevos tipos de demanda y las restricciones de financiamiento implican un nuevo escenario de actuación. Los conceptos tradicionales de misión institucional, de

escenarios actuales y futuros o posibles en los que una organización se desenvuelve, sus riesgos y oportunidades y el análisis de la institución misma en el momento actual, con sus fortalezas y debilidades es el camino para desarrollar y establecer un proyecto institucional viable y eficaz. La modernización de los clubes implica cambios importantes en sus prácticas, sus imaginarios, sus discursos y propuestas específicas de desarrollo, sus relaciones inter-institucionales y sus métodos de trabajo, así como en los medios materiales, cualificación personal, toma de decisiones y organización interna. Si las organizaciones deportivas son capaces de hacer propuestas cada vez más adecuadas a las necesidades de su comunidad, de su entorno inmediato, de concentrarse en la misión institucional, y desarrollar y capacitar permanentemente a sus recursos humanos obtendrán nuevas oportunidades de relación y desarrollo en un contexto complejo y turbulento donde los servicios que una comunidad solicita o desea se modifican continuamente. Roca Hernández (2000:55) señala que las nuevas organizaciones "serán centros productores de valores".

A la presencia tradicional del Comité Olímpico Argentino (COA) como organización que representa al Movimiento Olímpico, las federaciones deportivas olímpicas y no olímpicas, el Centro de Estudios Olímpicos y Ciencias del Deporte "José B. Zubiaur", se ha sumado una nueva organización integrada por ex-participantes de la Academia Olímpica Argentina. En agosto del 2000 fue creada en Argentina la Asociación de Participantes de la Academia Olímpica Argentina (APAOA) que en su Art. 5º señala como objetos de la institución a) Difundir los principios fundamentales del Olimpismo consistentes en: A.1) Fomentar el permanente desarrollo de todos los deportes en estrecha interrelación con la cultura y la educación con el objeto de crear en la sociedad y en su conjunto un estilo de vida basado en la alegría del esfuerzo, el valor educativo del buen ejemplo y el respeto por los principios éticos de vigencia universal. A.2) Educar a la niñez y a la juventud a través del deporte practicado sin discriminación de ninguna índole y dentro del espíritu olímpico que exige mutua comprensión, espíritu de amistad, solidaridad y juego limpio. A.3) Poner el deporte al servicio del desarrollo armónico del hombre, con el fin de contribuir al establecimiento de una sociedad pacífica y comprometida con el mantenimiento de la

dignidad humana. A.4) Promover y proteger el movimiento olímpico en el país de conformidad con la Carta Olímpica. b) Contribuir mancomunadamente con el movimiento olímpico en la preservación del medio ambiente, la difusión de la cultura de la paz, la promoción del arte, la cultura y el sentido de universalidad. c) Prestar colaboración y asistencia técnica al Comité Olímpico Argentino, a la Academia Olímpica Argentina y a toda aquella organización que lo solicite y persiga los mismos objetivos institucionales de APAOA. d) Asegurar la protección jurídica de la Bandera, el logo y el lema de APAOA, como así también de los símbolos olímpicos. e) Organizar actos públicos, seminarios, cursos, conferencias, foros, simposiums, congresos, muestras, jornadas, publicaciones y toda otra actividad académica, deportiva o de esparcimiento, tendientes a la difusión y promoción de los ideales olímpicos. f) Recopilar y facilitar documentación a alumnos e investigadores a través de servicios de información y documentación. g) Asesorar a las autoridades del gobierno, a empresas y a organizaciones académicas sobre la implementación de políticas que propendan a fomentar la difusión, desarrollo, enseñanza de la cultura e ideales olímpicos. Priorizando la inserción de los contenidos de Olimpismo en los diferentes niveles de la Educación Formal. h) Colaborar en la selección de los futuros aspirantes de las diferentes provincias de la Republica Argentina que participaran de la Sesión anual de la Academia Olímpica Argentina, como así también colaborar en la preparación de los representantes internacionales en la Academia Olímpica Internacional. i) Fomentar la investigación y el estudio de temas relacionados con el Olimpismo (Estatuto APAOA, 2000)

7 - Conclusiones

Un programa de formación de recursos humanos para el deporte necesariamente esta imbricado por los modelos deportivos y culturales que una sociedad asume, e intenta desarrollar. Las regiones deportivas argentinas deberían asumir que los programas deportivos estatales que éstas intentan poner en funcionamiento, cuando los gobiernos asumen la decisión política de apoyar determinadas iniciativas deportivas y brindan un financiamiento adecuado

(en el menor de los casos) es que tales propuestas como prácticas sociales y culturales están imbricadas de valores, filosofías y culturas que es preciso reconocer y desmistificar. Nada es tan preciso como debatir y discutir que deporte practicar y cómo. Reducir la brecha entre las ideas deportivos de legisladores y funcionarios y las de la comunidad como actora social es el camino adecuado.

La formulación de un programa de desarrollo es una oportunidad valiosa para un amplio debate y la discusión sana y es además, el mejor método para promover una estrategia de desarrollo deportivo que sea el reflejo de todas las aspiraciones comunitarias e ideas de deporte. Una de las tareas esenciales para la constitución de un programa de formación de recursos humanos para el deporte, sería en primer lugar, buscar e identificar cuales son las características históricas, sociales y culturales que el deporte como cultura de esos pueblos y comunidades ha desarrollado o practicado, reconocer su personalidad deportiva, y profundizar la búsqueda esas identidades como región o comunidad deportiva como una construcción dinámica y llena de tensión, finalmente. En esta búsqueda y misión las organizaciones deportivas tienen un amplio rol que cumplir.

Con la creación de los denominados Consejos Provinciales y Municipales del Deporte que obedecieron a la Ley de Fomento y Promoción del Deporte N° 20.655, reglamentada en noviembre de 1989 y que generaron por un tiempo (se suspendió su aplicación) múltiples ámbitos de debate y discusión del deporte que finalizaron encerrados en sus propios moldes, contradicciones y las propias limitaciones. Hoy desde distintos sectores se reclama la aplicación de esa ley, una norma que merece estudiarse más profundamente, modificarse o contrastarse con otros proyectos que existen en el marco legislativo y desde otros, se solicita una nueva norma. Un detalle muy interesante es que las mayorías de las provincias argentinas no tenían sus propias leyes provinciales de deporte hacia 1989 y muchas de ellas formularon sus normas con ese marco que les formulaba la propia referencia nacional. Hubiera sido sin duda, más interesante y creativo que fueran las propias regiones y provincias la que hubiera reafirmado su identidad, su personalidad deportiva y sus puntos de vista sobre el deporte y la educación física promoviendo un proceso distinto, para luego generar una discusión nacional y confeccionar una norma "nacional" e integral.

Las formulaciones precedentes exceden el ámbito de esta contribución, pero sirven para plantear nuevas dimensiones y relaciones entre las ideas de deporte que una región o comunidad promueve, el rol de esa comunidad y el estado y la propia formación y capacitación de sus recursos humanos como factor estratégico de cambio. Vivir en una sociedad compleja y dinámica donde las transformaciones son cada vez más vertiginosas, esta planteando un nuevo escenario para las organizaciones deportivas latinoamericanas en el medio de tensiones crecientes entre las fuerzas de la tradición y los vientos de las transformaciones y cambios acelerados. Resolver esa dualidad-enigma es acercarse a la adaptación que les permita sobrevivir y crecer.

References Bibliográficas

- CURSO DE DIRIGENTES PARA EL DEPORTE (1994) Solidaridad Olímpica, IOC.
- DRUCKER, PETER (1992) *Dirección de Instituciones sin fines de lucro*, El Ateneo, Buenos Aires.
- ESTATUTO APAOA (2000) Córdoba, Argentina.
- HEINEMANN KLAUS (1998) *Introducción a la economía del deporte*, Editorial Paidotribo, Barcelona.
- IPIÑA, GLADYS (1988) *Resúmenes de las Jornadas de Investigación* - Facultad de Ciencias Económico-Sociales de la Facultad de Ingeniería y Administración (FICES) Universidad Nacional de San Luis.
- QUIROGA MACLEIMONT, Sergio Ricardo (1999-2000) "*Clubes en transformación y planeamiento estratégico*" CD BOOKS Diciembre de 1999, Número 50 año, primera parte, páginas 6 y 7 y Marzo 2000, segunda parte páginas 8 y 9.
- ROCA HERNÁNDEZ, Jesús (2000) "*La organización deportiva del nuevo milenio*" en Deporte Andaluz N° 41, Instituto Andaluz del Deporte, Málaga, págs. 49-64.

Ambiente virtual de aprendizagem da Ginástica Olímpica: "GO Virtual"

Profa. Ms. Flávia C.P. Santos¹

flaviacp@uai.com.br

Resumo

Divulgar o esporte olímpico, abrir as fronteiras da educação, instrumentalizar os docentes que trabalham com a modalidade esportiva Ginástica Olímpica e desenvolver o espírito de autodidatismo nos jovens estudantes: esta foi a proposta desta pesquisa, que apresentou como objetivo principal criar um modelo de ambiente virtual de aprendizagem para a modalidade esportiva Ginástica Olímpica, visando principalmente atender às necessidades de estudantes de Educação Física, mas contribuindo também para a disseminação do conhecimento específico a técnicos, ginastas e população em geral. Hoje temos uma série de fatores que concorrem para uma mudança gradativa nos padrões da educação formal, o que inclui o aumento na utilização dos recursos tecnológicos e o crescente papel da auto-instrução na formação do indivíduo, provocando alteração nas maneiras de transmissão da cultura elaborada, afetando o campo do ensino e pesquisa nas diversas áreas, dentre elas a Educação Física. A criação da página "GO Virtual" visou proporcionar àqueles que a utilizarem acesso a conteúdos constantemente atualizados, podendo passar das noções iniciais ao aprofundamento a partir das navegações direcionadas pelo centro referencial inserido no ambiente de aprendizagem. Após pesquisa bibliográfica e desenvolvimento da primeira versão de uma página na internet, trabalhou-se na validação inter-pares do instrumento, buscando desenvolver um processo coletivo de produção de informações, considerando-se a internet como veículo ideal para esta

interseção de idéias entre pessoas separadas geograficamente, como foi o caso dos indivíduos da amostra: docentes de disciplinas relacionadas à Ginástica Olímpica em cursos superiores de Educação Física de Minas Gerais e membros do comitê técnico de Ginástica Olímpica da Federação Mineira de Ginástica, órgão dirigente máximo do esporte a nível estadual. A versão inicial da página foi, então, submetida a análise e avaliação dos referidos profissionais em Educação Física, em número de 11 indivíduos, com média de 12,7 anos de prática na docência universitária em Ginástica Olímpica, representando 15 entidades que concordaram em participar da pesquisa, o que representou 73,3% do número total de escolas de Educação Física de Minas Gerais, considerada uma amostra representativa. Estes responderam a um questionário de avaliação estrutural, técnica e pedagógica do instrumento, enviando sugestões de modificações e acréscimo de informações para sua publicação livre na internet. Este processo resultou na padronização de conceitos e termos técnicos, na reescrita de descrições técnicas de exercícios da modalidade, aproximando-as de um modelo mais acadêmico, e em modificações na arquitetura das informações. O nome "GAB - Ginástica Artística Básica", da versão inicial da página, baseou-se no termo aceito internacionalmente para denominação do esporte, mas, por solicitação da Federação Mineira de Ginástica, foi alterado para Ginástica Olímpica Virtual, por ser este o termo oficial adotado no Brasil. Assim foi desenvolvida a segunda versão do ambiente virtual de aprendizagem, que deverá estar sofrendo atualizações constantes, para que se possa ter sempre um referencial dinâmico e interativo de apoio e estímulo à aprendizagem da Ginástica Olímpica.

Unitermos: Ginástica Olímpica; Educação à Distância; Novas Tecnologias Aplicadas à Educação.

Nota

¹ Dissertação de Mestrado em Educação Física – Universidade Católica de Brasília, 2002 – Orientador: Pof. Dr. Laércio Elias Pereira.

Em busca de uma base para o Esporte Olímpico: política pública e gestão da Educação Física, do Esporte e do Lazer no Brasil

Prof. Ms. Ademir Muller¹

1 - O problema

Este estudo visa o estabelecimento de compreensão preliminar do desenvolvimento do esporte olímpico no Brasil, um tema que tem sensibilizado o Estado em suas sucessivas alternâncias de poder.

O problema para definir a política global de uma entidade pública, seja de um país, de um estado ou de um município é uma tarefa complexa porque envolve aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais de seu povo. Será que o País, os Estados e os Municípios brasileiros possuem políticas públicas setoriais² definidas, articuladas, planejadas e cristalizadas em um plano global, bem como estrutura administrativa adequada³ ao bom atendimento dos serviços públicos de educação física, esportes e lazer, que possam também estimular um desenvolvimento olímpico com repercussões satisfatórias? Se existem as políticas públicas como são elaboradas? Que princípios, prioridades e estratégias são levados em consideração para sua intervenção social? São feitas para quem? Suas ações chegam ao povo? Quais dificuldades encontramos quando queremos definir uma política setorial de educação física, esportes e lazer? E por último - justamente por toda esta complexidade e pela diversidade⁴ que carrega junto si uma política de educação

física de esportes e de lazer - parece que devemos nos perguntar se os gestores das políticas públicas são preparados, administrativamente, para planejar e gerenciar estas políticas públicas?

Estas questões revelam a dificuldade de entendimento que lazer, esporte e educação física, enquanto objeto de estudos ou como prática social, já trazem dentro de si. Esta dificuldade prejudica a valorização que estas atividades poderiam ter, fazendo que ainda sejam encarados como supérfluos. Assim, o desenvolvimento do esporte olímpico tem naturais antecedentes, que deveria ser encarado como grande parte das necessidades legítimas da sociedade brasileira, mas juntos com o a política de educação física, esporte e lazer também é algo distante de ser prioritário.

Ao estudar as políticas públicas, este estudo visa também buscar uma aproximação que possibilite o seu entendimento, através da discussão e da reflexão, sobre sua diversidade, sua complexidade de identidade levando em consideração toda a sua abrangência, para não recair na formação de políticas de visão reducionistas que considerem apenas um setor, principalmente, depois de repetidos fracassos.

E por último este estudo visa à busca do entendimento da complexidade que é a formulação de políticas públicas, diante dos problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados por nosso país, e uma reflexão sobre uma melhor prestação de serviços nesta área que favoreça em primeiro e, como prioridade máxima, a democratização que garanta o acesso e a participação de todos os cidadãos brasileiros e como decorrência à formação de base, a revelação de atletas promovida pela massificação planejada, que permita aos expoentes a evolução. Devo, porém, ressaltar, que ao longo do texto tentaremos nos aproximar de entendimentos teóricos que nos dêem uma maior visibilidade sobre o assunto.

2 - Políticas públicas abrangentes

Os termos educação física, esporte e Lazer estão sempre em dinâmica construção e mudança. Entendo até que uma definição depende da maneira com enxergo o mundo e a sociedade e isso vai influenciar quando observo a realidade. Nossos esforços neste

estudo pretendem permitir avançar enquanto o debate acadêmico conceitual continua, pois nunca terá fim, mas também a vida continua, isto é, sem uma política definida, pelos menos que satisfaça no momento.

Sobre qual política pública estamos refletindo neste trabalho? Daquela com a qual estamos insatisfeitos, porque quase não a percebemos. É necessário sentirmos que o nosso país, o nosso estado e o nosso município demonstrem pelo menos um serviço adequado e uma competente intervenção social em Educação Física, Esporte e Lazer. O entendimento de lazer que aqui está em debate baseia-se em Dumazedier (1980) e Camargo (1986) em que conteúdos culturais do lazer são: social, turístico, artístico, físico-esportivo, intelectual e manual representados nesta sigla (STAFIM)⁵, e não aquele reduzido somente a um conteúdo: o físico-esportivo.

Como não interessa aqui o aprofundamento da conceituação acadêmica, e sim sinalizar os possíveis caminhos para uma política setorial de educação física, esporte e lazer, passaremos a interpretar estes termos para podermos emitir nosso entendimento sobre as perguntas deste texto.

Cabe lembrar que todos estes termos inserem-se na história, nas ciências e se constituíram como área na intervenção social, e não há intervenção sem um agente que o faça. Desde já compactuamos com a preocupação de que o profissional que está por traz da intervenção é de extrema importância para que qualquer política pública venha dar certo.

Começemos pela **Educação Física** que nos remete para a escola e para a vida das pessoas e está ligada historicamente à pedagogia e à educação. Com o avançar dos tempos, torna-se científica e firma-se com a intervenção do profissional ou educador físico, com a pesquisa e com as discussões acadêmicas, dentro da área do esporte e do lazer e, atualmente, reconquista ou conquista o espaço que era exclusivamente da medicina, a “promoção da saúde”. Como afirma Da Costa, (1999), *a Educação Física se defronta com um conhecimento fragmentado, por vezes incoerente, justamente por sua natureza multidisciplinar*.

No terreno das discussões acadêmicas sobre uma única denominação, chamada Educação Física, Da Costa (1999) elabora uma mediação entre o pensamento dos autores Bracht, Go Tani, Betti e Lovisolo, chamando atenção para a tese que a Educação Física

pode ser resumida em duas vias predominantes. A primeira é a cientificista que postula que a Educação Física deveria ser a motricidade humana que delimita seu ramo à cinesiologia ou ainda para o esporte. Esta via apresenta o risco da perda do significado social das intervenções atribuindo à Educação Física um papel meramente instrumental, como já acontece com outras disciplinas prestadoras de serviço, como a Medicina, Fisioterapia etc. A segunda visão é a tradicionalista, que mantém o “status quo” e, portanto, a denominação de Educação Física que concebe a atividade física com propósitos pedagógicos, agônicos (desporto) e lúdicos (lazer) como de natureza multidisciplinar, sujeita a diversas ciências-mãe. Esta via representa uma crescente dissolução da Educação Física em seus saberes originários, diante da expansão relevante da pesquisa científica que envolve exercícios físicos, desportos e atividades de lazer dos dias presentes.

Diante destas visões, DaCosta propõe uma terceira tomada de posição para o debate epistemológico da Educação Física, levando-a a considerar a categoria de legitimação como central numa área profissional. A terceira via “pressupõe como válido tanto o revisionismo científico quanto o pedagogismo implícito de suas tradições, porém valoriza mais o papel social do educador físico do que seus saberes”. Por último, defende a proposta de se ter o educador físico como mediador efetivo e dominante de seus saberes, vis-à-vis com a sociedade em que vive e situa suas intervenções profissionais, no sentido de superar o conteúdo reducionista das atuais propostas de racionalização da Educação Física, como também o tradicionalismo a elas anteposto.

A escola de primeiro e segundo grau tem um papel central para a formação e a continuidade de políticas públicas, pois é o lugar em que a Educação Física é primeiramente transmitida como informação na busca da formação dos sujeitos que deveriam ter o aprendizado para a autonomia e para incorporar algum hábito oportunizado pela Educação Física entre outros valores.

A pergunta que nos incomoda é: está a educação física cumprindo o seu papel? Estamos ensinando como tirar proveito da educação física para a saúde e para a vida? Estamos ensinando apenas um esporte? Será que até mesmo este esporte é ensinado? A educação física é uma disciplina respeitada na escola? Somos reféns da bola de futebol e meros recreacionistas que fazem da educação

física uma atividade meramente compensatória? Para manter viva a educação física precisamos de lei que a obrigue a ser aplicada na escola? Estas perguntas não serão objetos de reflexão neste texto, mas elas deixam uma preocupação, se as respostas forem negativas terão influências para o futuro das políticas públicas.

A educação é à base de tudo. Se o aluno teve sonogada esta educação ou até mesmo a informação, ele nem saberá que o esporte, a promoção da saúde e o lazer são direitos seus. Em não dando valor, por não conhecer os benefícios da educação física, provavelmente não formará o hábito para as práticas corporais, para o esporte e para a ocupação do tempo livre, com um lazer significativo para sua vida. Com isso deixará de dar o devido valor também para as políticas públicas da área, causando com isso provavelmente no futuro, maior impacto nas políticas públicas de saúde curativa.

Gaya, (2002), sugere quatro pontos a serem observados numa política de educação física e esportes. O primeiro é sobre a valorização da educação física, do esporte escolar e do lazer, base para o adequado desenvolvimento das habilidades motoras que possam promover a formação de uma cultura corporal, do esporte, e da ocupação do tempo livre, do movimento humano, enfim. O segundo ponto é a valorização do associativismo esportivo representado pelos clubes sociais e esportivos, associações de bairro, centros comunitários. É a educação física, o esporte e o lazer voltando a afirmar o lazer entendido aqui com todos os seus conteúdos culturais (STAFIM). O terceiro ponto é a valorização das Escolas de Educação Física, onde se dá a intervenção através dos estágios, projetos de pesquisa e extensão comunitários. O quarto ponto é a valorização das Confederações, Federações e Ligas Esportivas, que possuem grande importância no desenvolvimento do esporte de rendimento, mas que deveriam articular-se para uma intervenção também na escola, na comunidade etc. Gaya ainda chama atenção sobre a importância que a educação física têm para auxiliar na concretização de programas de saúde entendidos como uma via na "promoção de saúde".

A educação física é importante e deve ser levado em consideração na elaboração de das políticas públicas, tanto municipal, quanto estadual e federal. A articulação com as Universidades, especificamente com os cursos de Educação Física é indispensável, justamente pelo conhecimento acumulado no ensino, na pesquisa e na

extensão. Esta articulação pode ser o grande motor que impulsionará as parcerias, onde os parceiros só tem a ganhar: um porque desenvolve e aprende com a intervenção e o outro porque presta um serviço qualificado à população. É importante, também, na formação e na qualificação permanente dos recursos humanos dos órgãos públicos.

No terreno da pesquisa, os cursos de pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado podem direcionar suas pesquisas para problemas e soluções que são de interesse dos órgãos públicos. A intervenção social dos órgãos públicos pode, com esta parceria, ganhar em qualificação, na implantação de metodologias de ação comunitária, no estabelecimento de programas e projetos de promoção da saúde, de educação para e pelo esporte e lazer, de estímulo e colaboração à organização comunitária para a autonomia, para a participação, para a defesa dos direitos de cidadania em relação ao esporte e lazer por parte da população. Estes e muitos outros papéis podem ser desempenhados pela educação física, estimulados pelas parcerias. Mas para isso devem planejar em conjunto, órgãos públicos, universidades e organização popular e este planejamento que se cristalizará em um plano construído pelo desejo de todos.

Outro ponto a ser considerado na formação de políticas públicas de abrangência é o **esporte**. O termo educação física, como o tema lazer, possuem junto a si o esporte, que hoje adquiriu uma dimensão independente da educação física, pois tem vida própria. Sua presença é tão marcante e envolvente, que possivelmente a educação física teria dificuldade para sobreviver sem ele. O esporte é um das maiores indústrias culturais, emprega e diverte milhões de pessoas, mas também possui suas mazelas. Existiria uma grande dificuldade se quiséssemos separar a educação física do esporte.

Cabe lembrar a importância da escola no processo de desenvolvimento de uma política abrangente que também incluía o esporte, porém, o esporte na escola pode ser semelhante ao esporte na comunidade e parecido com o esporte de rendimento, se não no espetáculo, pelo menos muitas vezes na lógica. Portanto o papel da escola é educar para o esporte oportunizando o acesso aos menos habilitados, que são a grande maioria, para que estes incorporem o esporte para a vida para o uso no seu lazer. Defendemos que após oferecer para todos os alunos interessados, o esporte, a escola deva

ter seus times de representação. As crianças que se destacarem no esporte escolar deveriam ter a oportunidade de aperfeiçoarem suas habilidades, ou na própria escola, na ação governamental local ou nos clubes.

Aqui é possível fazer um exercício para constatar se realmente acontece a interface governamental para elaboração conjunta de políticas públicas de esporte, entre os ministérios, secretarias estaduais ou municipais de Educação, de Esporte, de Turismo e de Fundações de Esporte. O esporte escolar é atribuição do setor de educação, o esporte participação e de rendimento é atribuição do setor de turismo e esportes, do setor privado e de fundações, como acontece em alguns Estados da Federação. Nos municípios, estes setores encontram-se dispersos em Departamentos de Esporte, ligas vinculados ou não a Secretarias de Turismo e Educação ou, o que é bastante comum, aos velhos Conselhos Municipais de Desporto (CMDs), o que ajuda a produzir confusão para a sua gestão, sua valorização e seu entendimento.

O problema é agravado quando essas formas de organização trabalham de forma desarticulada, isolada, em paralelo, e não em convergência. O setor de educação, que possui recursos fixos em percentual, leva vantagem, pois sabe que pode contar com uma determinada verba que os setores do esporte não possuem. Mas será que o esporte escolar está operando a contento? Será que existe a interface entre os setores dos esportes comunitários e de rendimento, com os de esporte educacional? Será que o esporte escolar não poderia estar num patamar melhor? Um dos problemas talvez seja a maneira hegemônica de administrar a coisa pública, de forma isolada e compartimentalizada. O esporte participação, basicamente em municípios do interior brasileiro, se restringe ao futebol e atua através dos CMDs que estão desvirtuados de suas funções básicas. Estes Conselhos, que deveriam construir as políticas públicas, tornaram-se órgãos executivos, pois são o lugar preferido pelos políticos para empregar os não eleitos e não qualificados para a função.

Outra consideração que deve ser feita é o princípio da cidadania e da democratização que o esporte deve adotar para sua intervenção social no Brasil. O esporte é um direito de todos e um dever dos órgãos públicos. As ações governamentais devem ser dirigidas para todos, inclusive para os segmentos marginalizados da população. Mas se a

preferência da maioria dos municípios é pelo futebol e pelos esportes seletivos, este processo é dirigido para a exclusão. Portanto, é necessário reverter esta política, pois ela não democratiza nem produz justiça.

O esporte não é diferente da sociedade em que está estabelecido, mas ele pode desenvolver valores que se contrapõem à exclusão, à violência, à falta de cidadania e outros direitos, para estimular a democracia, a sociabilidade, a saúde, a integração comunitária e tantos outros valores que humanizam os homens. Por tudo isso, o gestor público não é só um político ou só um técnico: ele tem um compromisso educacional e pedagógico.

Para concluir estas idéias sobre o esporte, cabe ressaltar que um dos pontos que considero mais importantes para a sua consolidação é a municipalização. É no município que tudo acontece, cabendo à União traçar as normas e as diretrizes maiores, repassar os recursos para os Estados e estes atuarem na complementação e repassarem os recursos aos Municípios onde estará demonstrada a ação governamental que no momento se encontra distanciada do povo. Cabe citar como exemplo, no sentido de fortalecer a união daqueles que lutam por este setor, o movimento feito em 1999 pela Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer que denunciou: a falta de repasse de verba do Ministério de Esporte e Turismo para os municípios; o direcionamento da Lei Pelé que prioriza o futebol profissional; a municipalização do turismo e não do esporte (Rejane, 1999, Secretária de Esporte e Lazer de Porto Alegre). Essa Associação reivindica a urgente municipalização do esporte, a alteração do percentual 4,5% para 10% de toda receita advinda de recursos de prognósticos destinados ao esporte, bem como o aumento do repasse de 50% para 80% aos municípios.

Sobre o **lazer** a confusão é ainda maior, a começar pelo seu entendimento. Segundo Marcellino (2001, p. 46) o lazer é a “cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude”. Se o lazer é uma cultura e seus conteúdos estão no STAFIM, estes se situam em diferentes instâncias de governo: os conteúdos artísticos são desenvolvidos pelo Ministério de Cultura, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura e também do turismo; os conteúdos turísticos são desenvolvidos nos órgãos de turismo; os conteúdos físico-esportivos nos órgãos de esportes, estando os conteúdos sociais e manuais em

todos estes órgãos. Daí o entendimento do lazer não ser objeto de apenas uma instância de governo, pois em menor escala atuam os setores de agricultura, saúde e ação social.

Este esclarecimento se faz necessário para evitar a confusão existente na área. Dada a abrangência do termo, todos estes órgãos poderiam ser chamados de Ministério, Secretaria Estadual ou Municipal do Lazer, onde estariam todos os conteúdos culturais do lazer representados e contidos. Contudo, isso não é absolutamente necessário nem o mais importante. O nome não garante uma prestação de serviço de qualidade, mesmo que continue a proliferação de nomes. A recomendação é que aconteça a interface planejada conjuntamente entre os diversos órgãos, garantindo uma unidade de governo sedimentada numa política pública transparente, construída com participação popular, numa perspectiva de desenvolvimento de todos os conteúdos culturais do lazer, dirigido a todos os segmentos da população abrangendo, também, a Educação Física e o Esporte.

Requixa (1980) afirma que três diretrizes devem ser adotadas para o estabelecimento de uma política de lazer: criação de equipamentos, o aumento do tempo livre ou redução do tempo de trabalho e a animação sociocultural.

A primeira diretriz é a criação de equipamentos, esta tem um cunho genérico, pois é o processo de urbanização, o espaço em que vivemos que influencia a nossa maneira de viver. Portanto cabe uma análise multidisciplinar sobre as cidades, onde o estudioso do lazer deve se fazer presente, a quem cabe, igualmente, o controle e a projeção das áreas de lazer pelos setores de lazer e esporte e não somente à Secretaria de Serviços Essenciais quem detém este comando. A integração de vários órgãos governamentais garantirá uma cidade melhor, deste que a população esteja no meio das decisões.

A segunda diretriz é o aumento do tempo livre é um fator que não depende somente das políticas públicas. Ao longo dos últimos cento e cinquenta anos o tempo livre, linearmente falando, aumentou, e para alguns grupos a semana de trabalho já é de trinta e cinco horas. Requixa (1980) elenca duas premissas fundamentais: a democracia cultural e a melhoria da qualidade de vida. No entanto, no momento, no Brasil, não há entendimento entre a classe trabalhadora e a classe empresarial, sobre a redução das horas de trabalho. Mas será que o tempo livre aumentou para todos? Porque tantas horas extras?

A terceira diretriz reafirma que é necessário a existência dos recursos materiais para a atuação dos animadores culturais⁶ para que a atividade fim seja a animação cultural⁷. De que adianta ter espaços para o lazer e esporte, se estes não são animados?

Como vimos um caminho longo ainda teremos para construir políticas públicas e privadas, para planejar nossas cidades, dotá-las de equipamentos para o desenvolvimento da animação sociocultural em educação física, esporte e lazer que venha a influenciar o desenvolvimento do olimpismo.

3 - Respostas

Colocados alguns entendimentos sobre a Educação Física, o Esporte e o Lazer, onde se constatou a diversidade de conceitos que dificulta a compreensão e influencia na elaboração das políticas públicas, passaremos a refletir sobre os questionamentos iniciais. Cabe dizer que a diversidade é também de entendimento conceitual, tanto na área técnica como política. Por exemplo, existem maneiras diferentes de conceber politicamente a intervenção e a participação da comunidade nas políticas públicas. Para uns a intervenção deve atingir somente alguns, e a participação da comunidade se restringe à frequência a eventos.

Será que o País, os Estados e os Municípios brasileiros possuem políticas públicas setoriais definidas, articuladas, planejadas e cristalizadas em um plano global, bem como estrutura administrativa adequada ao bom atendimento dos serviços públicos de educação física, esportes e lazer, que possam também estimular um desenvolvimento olímpico com repercussões satisfatórias?

A minha hipótese de trabalho é que, de uma forma ou outra, as capitais de estado, os municípios de porte médio e os que possuem mais recursos, ou estão melhores estruturados, possuem planos setoriais que contemplem não só projetos ou eventos, mas programas e subprogramas, ou seja, algo duradouro, e não apenas um mero calendário de eventos. O maior problema é que a grande maioria dos municípios pequenos ainda não possui uma estrutura adequada para prestar este serviço, muitas vezes por falta de conhecimento. Quanto à qualidade do planejamento, esta depende da estrutura organizacional, da política, do poder e da articulação

interna de governo e, principalmente, dos gestores que operam neste órgão. Depende, também, do gestor da sua capacidade política e administrativa, da sua formação, da cultura vivencial, da hierarquia na escala de liderança que ocupa e de prioridades de governo. O conhecimento sobre a área que está atuando, os valores, o comprometimento com o povo, a honestidade, a educação, a transparência dos atos, a ética, o apoio e a valorização do capital humano com quem trabalha, são valores fundamentais que o gestor público deve ter. Isto estabelece o marco conceitual de como será elaborado o plano setorial que deverá ser conectado ao plano global de governo. Quero chamar a atenção para o fato que poucos órgãos públicos fazem planos com programas duradouros; a maioria substitui o programa pelos eventos e os planos pelos calendários de eventos.

Segundo Freitag (1987), a coisa pública pode ser administrada de duas maneiras: a primeira, no sentido de promover a manutenção, e a segunda, no sentido da transformação da cultura hegemônica. Outro ponto importante em termos de visão de sociedade é como o gestor entende que deva administrar “para” a comunidade ou “com” a comunidade, ou quem sabe empregar uma terceira via em que se alterne de acordo com os momentos adequados o “para” e o “com”. Muller (2001, p.153), ao pesquisar as políticas públicas de cinco municípios do Vale do Rio Pardo/RS constatou que:

“...Os resultados demonstraram que os gestores pesquisados possuem um desconhecimento da principal missão institucional da Prefeitura para o lazer. Desconhecimento na construção de uma política pública que contemple princípios, prioridades e estratégias com que deveriam trabalhar, não oferecendo ações construídas com a comunidade à maioria da população, não oferecendo uma oferta diversificada em conteúdos culturais do lazer, apresentando um total descompromisso com a obrigação de gestor do lazer que é educar para e pelo lazer, e não oferecendo à população uma equipe de profissionais capacitados para o gerenciamento e a execução de suas atividades com a qualidade requerida pelo lazer, com raras exceções.”

Cabe ao Governo decidir qual das formas irá empregar para administrar.

Com relação à estrutura administrativa, as organizações se estruturam das mais variadas formas. O importante é o que apresentam quando partem para a intervenção social. Vimos que a educação física, o esporte e o lazer estão ao mesmo tempo em diferentes órgãos públicos, e estes têm trocado de nome muitas vezes, variando também sua organização interna. Por exemplo, a Paraná Esporte órgão do governo estadual, possui uma estrutura segundo Mezzadri (2000), que compreende um nível de Direção, um de Assessoramento e um de Execução. Este nível subdivide-se em Diretoria de Esportes, Diretoria de Lazer e Centro de Excelência, e por último o nível de Atuação Regional. O que pouco se encontra ainda nos órgãos desta área é algum setor estruturado para desenvolver a “promoção da saúde”, que desenvolva campanhas, palestras, orientação para caminhada, corrida, exercício físico, musculação, cuidados com a alimentação e outros que poderiam estar articulados com as Secretarias de Saúde através de uma equipe multidisciplinar. Os dirigentes precisam ter clareza que prevenir desonera em muito o sistema de saúde, que em nosso país é voltado para a doença e ainda pouco para a promoção da saúde.

A qualificação técnica e políticas dos gestores, a estruturação administrativa dos setores e sua articulação com outros órgãos que atuam na área do próprio governo e na iniciativa privada a elaboração de uma ação planejada a longo e médio prazo incluindo a educação física, o esporte e o lazer podem trazer uma melhoria do olimpismo brasileiro.

Se existem as políticas públicas como são elaboradas?

A elaboração de políticas públicas pode partir de três vertentes. A primeira seria elaborada pelos gabinetes daqueles que se julgam os conhecedores do que é melhor para o povo. A segunda é elaborada a partir de diagnósticos sobre a realidade, mas a decisão cabe aos gestores. A terceira leva o diagnóstico para a discussão comunitária que tem participação nas decisões do que será efetivamente feito a seu favor. Esta última emprega uma metodologia de ação comunitária que tenha como base uma pedagogia para a participação, para a construção dos desejos comunitários. Estimula o acompanhamento, a fiscalização a implementação das políticas, sendo

a co-gestão o princípio que rege a intervenção. Emprega a descentralização em busca do princípio da auto-gestão e da inclusão que pode sedimentar a participação democrática de todos na defesa dos direitos da cidadania.

Outro compromisso pedagógico fundamental para os que desejam construir políticas públicas, tendo como base a participação popular, é o de que estas políticas devem estimular e favorecer a formação de cidadãos críticos, que fazem as denúncias do que deve ser mudado, e criativos, que se comprometem em buscar soluções. Estas formas pedagógicas de atuação, previstas nas políticas públicas, tendem a aumentar a autonomia, estimular a formação de sujeitos e diminuir o comportamento paternalista que estimula o conformismo. Na pesquisa de Muller (2001), os cinco municípios verificados apresentaram um resultado em que, na maioria das prefeituras, as ações governamentais são elaboradas nos gabinetes somente pelo gestor chefe da equipe, sem consulta à sua própria equipe.

As políticas públicas levam em consideração que princípios, que prioridades e que estratégias para sua intervenção social?

A política pública para a educação física, o esporte e para o lazer tem como missão a democratização cultural e a promoção social. Como princípios, a política pública deve ser: um fator de cidadania; de qualidade de vida; de educação para e pelo lazer e esporte; um compromisso com o atendimento a todos os cidadãos, incluindo os excluídos socialmente; uma necessidade de trabalhar com a participação comunitária; o atendimento de uma oferta de serviços diversificados contemplando todos os conteúdos do lazer (STAFIM) dentre outros. Como prioridade, é indispensável fazer uma minuciosa análise da situação, estabelecer um diagnóstico como base para o planejamento e então traçar as prioridades e estratégias de atuação.

Segundo Marcellino (1996, p. 27) "A formulação das políticas de lazer na grande maioria das nossas cidades vem se manifestando pela ausência, ou falta da identidade, sendo substituídas pelos calendários de eventos, ou pacotes baixados dos gabinetes técnicos".

Os gestores, tanto públicos como privados de lazer, precisam dominar os conceitos da administração e do gerenciamento. Os poucos recursos nos orçamentos públicos para o lazer refletem seu

grau de prioridade. Essa situação se agrava pela falta de foco e utilização de frágeis mecanismos de gerenciamento nos projetos desenvolvidos (Bramante, 1995).

“Administrar hoje é muito mais uma arte do que uma ciência, muito mais sensibilidade do que razão” (Bramante, 1997 p. 124). Contudo, o gestor não deve descartar o conhecimento produzido pela administração em geral. A política pública, formulada com base no levantamento de dados sobre a situação existente, deverá possuir seus princípios, prioridades e estratégias articulados através de um Plano Municipal de Esporte e Lazer, que pode ser estruturado em programas subdivididos em subprogramas e esses com seus respectivos projetos e atividades ou eventos.

Um planejamento determina a elaboração de um plano municipal de esporte e lazer e o processo de elaboração possui muitos elementos constitutivos: capa; folha de rosto, sumário; dados de identificação; introdução, justificativa/diagnóstico; referencial teórico; missão; objetivos gerais e específicos; políticas públicas com seus princípios, prioridades e estratégias ou diretrizes de implantação; cronograma geral; programação para recursos humanos; programação de recursos de infra-estrutura e equipamentos de lazer; programação de animação sociocultural; recursos financeiros; calendário de eventos; avaliação do plano; previsão de relatório anual; referências bibliográficas e anexos. O plano prescreve ações e almeja resultados, e serve como veículo de coordenação e controle. O que pouco se encontra nas políticas públicas, por causa do seu imediatismo permanente, é a avaliação.

Os programas facilitam a administração de um plano municipal de lazer, porque são subdivisões que permitem agrupar as decisões e as ações por áreas afins ou por objetivos setoriais. Os programas poderão ser constituídos de projetos e atividades ou eventos voltados para objetivos relacionados entre si ou serão de interesse setorial. Sendo o programa parte de um plano, a administração descentralizada poderá ser feita por meio de gerentes de programas (Valeriano, 1998). Se o programa possuir uma abrangência muito grande, ele pode ser dividido em subprogramas. Os programas é

que dão uma consistência séria ao plano e por sua vez à política pública. Órgãos públicos da área sem programas, são órgãos sem objetivos maiores, sem articulação, um mero tarefismo de eventos.

Os projetos de atividades ou de eventos são as ações executivas de um plano, de um programa ou de um subprograma. Portanto, o projeto é compreendido, segundo Valeriano (1998): "...como um conjunto de ações executadas de forma coordenada por uma organização transitória, ao qual são alocados os insumos necessários para, em um dado prazo, alcançar um objetivo determinado". (p. 19)

O projeto de atividade ou de evento deve necessariamente estar conectado com a missão, com os objetivos, com as políticas, com os princípios, prioridades e as estratégias institucionais.

As políticas públicas são feitas para quem? Suas ações chegam ao povo?

A resposta é fácil: para todo o povo. Porém, a resposta a estas questões exige uma outra pergunta: como atingir a todos os segmentos de uma comunidade com estrutura e recursos reduzidos? É necessário, sem dúvida, aportar mais recursos para o desenvolvimento da área e para isso uma série de medidas devem ser implementadas, tais como: a elaboração de lei de incentivo ao esporte, que aumente a arrecadação; a luta pela municipalização do esporte e do lazer a nível federal; a criação de Conselhos de Secretários de Esporte e Lazer municipais, regionais, estaduais; trabalhar para valorizar os serviços públicos, e isto passa por valorizar os profissionais que atuam na área; manutenção de uma equipe permanente de funcionários, dentre outras.

Equacionado o problema da falta de recursos, fica mais fácil aumentar a equipe de trabalho e melhorar a intervenção social, que deve ser a rubrica orçamentária de mais peso do orçamento. Para tanto, é indispensável buscar apoio de voluntários da comunidade. Vejamos o seguinte exemplo. A Prefeitura de São Paulo possui uma equipe de 220 animadores culturais e o município possui aproximadamente 13 milhões de habitantes; a Prefeitura de Porto Alegre possui 120 animadores e o município possui 1,5 milhão de habitantes; a Prefeitura de Santa Cruz do Sul/RS já chegou a ter 15 animadores culturais num município de 100 mil habitantes. O que nos preocupa é que, a rigor, nenhuma das três possui equipe suficiente para atender todas estas populações. É necessário ampliar o

quadro de recursos humanos para a área e valorizar de forma competente a prestação de serviços. Outro ponto importante é buscar apoio comunitário, estimulando a atuação de voluntários através de um programa voltado para o incentivo e a formação destes. Sem equipe de trabalho será difícil operacionalizar um plano. As prefeituras estão lançando mão de estagiários, e esperamos que com critério.

O que é que chega até a população? O que pode ser notado, na prática, é que continuam os pacotes de eventos ditados pelos gestores baseados em ações competitivas dirigidas a pequenos segmentos da população, mantidas as exceções. O aumento de recursos que se traduzem em espaços, equipamentos e animação cultural para o órgão de esporte e lazer precisa vir da reivindicação comunitária, que é a forma mais poderosa de sensibilizar o político.

Mas porque não virá este apoio da população? Diz um ditado “só se ama o que se conhece”. Se a população não foi educada para a Educação Física, o esporte e o lazer, e não experimenta um bom serviço público, dificilmente o imaginário popular colocará o lazer e o esporte como prioridade ou algo significativo para sua vida. O gestor de políticas públicas desta área precisa entender que o principal aliado do gestor pode ser o povo. Em documento da SEME⁸ do Município de São Paulo (Gestão 2001/2004), sobre o orçamento participativo, a população destacou em terceiro lugar os investimentos para o esporte, lazer e recreação logo, atrás da educação e da saúde. Isto demonstra concretamente a possibilidade de reverter o quadro das prioridades dos esportes de rendimento que envolve uma minoria, para formas lúdicas que incluem e envolvam a todos.

Qual a dificuldade que encontramos quando queremos definir uma política setorial de educação física, esportes e lazer?

Por não ser uma área considerada prioritária, como a saúde, a educação, a segurança e a habitação, as dificuldades encontradas são muito grandes. Faltam preceitos legais mais eficientes que dêem sustentação e garantam a aplicação da política traçada, apesar da Constituição Federal (1988) amparar o lazer e o esporte como um direito dos cidadãos brasileiros. O Artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil assegura, também, que o lazer é um dos direitos sociais dos brasileiros. Porém, “sua execução encontra-se distante da realidade pelos seguintes fatores: falta de acesso da maior parte da população ao lazer; a pequena oferta de ações de

educação para e pelo lazer e a escassez de profissionais capacitados para o gerenciamento e a execução das atividades". (Marcellino, 1999, p. 96),

Assim, cabe perguntar: os gestores das políticas públicas possuem preparo administrativo para planejar e gerenciá-las?

Os gestores que implementam as políticas públicas devem dominar as duas dimensões gerenciais na promoção da animação sociocultural do povo: a política e a técnica. Sobre a dimensão política deve ser priorizada a emancipação das pessoas; a dimensão técnica é a competência administrativa, e competência pelo menos em um dos conteúdos culturais o lazer.

Todo o gestor de políticas públicas possui dois interesses, o pessoal e o da instituição em que atua. Quando estes interesses não se conciliam surge o conflito que prejudica a atuação pessoal ou institucional. Administrar o impessoal, o coletivo, exige mais responsabilidade.

Tem sido possível observar que os cargos públicos são preenchidos a partir de acordos políticos partidários, onde muitas vezes o único jogo possível é obedecer à linha imposta mesmo que, lamentável, esta linha não seja a do gestor. Com a fragilidade partidária reinante no país o povo "vota nos homens" e as propostas tornam-se pessoais e não oriundas das linhas doutrinárias. O compromisso, que foi aprovado eleitoralmente, nem sempre é do conhecimento do gestor que foi convidado para o cargo. Neste caso, o projeto vai sendo construído no andamento do governo sujeito à tempestades políticas, o que está longe de ser o ideal. O gestor se depara com todas estas dificuldades para implantar um serviço de qualidade também na Educação Física, no Esporte e no Lazer que possa vir a influenciar o olimpismo.

As idéias surgem das pessoas, elas são a fonte da existência das políticas públicas. Por isso uma equipe é algo muito importante, pois é ela que fará a diferença entre dois tipos de serviços públicos. No Brasil, historicamente tem se depreciado o funcionalismo público. Para a elaboração de uma boa política pública, é necessário tempo para idealizar e para planejar, o que exige reflexão sobre a ação desenvolvida, qualidade básica para o serviço público. O importante é não deixar ser dominado somente pelo fazer, que mesmo sendo importante não deve ser a única alternativa de trabalho público.

O gestor público tem o compromisso de se atualizar constantemente e deve ser amparado por uma política de valorização, de onde vão surgir às idéias novas, os conhecimentos já experimentados, e de onde virá a criatividade para avançar.

Marcellino (2002) defende que o gestor público deve trabalhar na perspectiva alicerçada em valores da participação popular para o exercício da cidadania. Mas, além de levar em conta as necessidades populares, também poder atuar na reversão de expectativas da própria população, qualificando o serviço, quando for inexistente.

Para concluir não é nesse espaço tão reduzido que será possível traçar um perfil ideal do gestor público ou animador cultural de lazer e do voluntário, mas pensamos ter dado uma pequena idéia da importância para a criação e implementação das políticas públicas através de um profissional comprometido.

4 - Conclusão

Se fosse tão fácil a discussão das políticas públicas de educação física, esporte e lazer no Brasil, por certo teríamos um vasto repertório de obras sobre o assunto. Qualquer política que venha a ser implementada no Brasil precisa levar em consideração a educação física, o esporte e o lazer, este entendido em suas especificidades. Porém, deve ficar claro que quando se trata de lazer o leque se amplia, pois será indispensável contemplar seus vários conteúdos culturais (STAFIM). Logo, a política nesta concepção abrangente aqui levantada, estará sendo desenvolvida por várias instâncias de governo, destacadamente pelos órgãos de Turismo, Educação, Esportes, Lazer, Recreação e Cultura. A unidade de governo só poderá ser requerida se houver a articulação entre as instâncias, no sentido de reduzir a diversidade e o entendimento que se apresenta. É equivocado o pensamento de construir, após uma frustração olímpica, políticas para contemplar uma das partes do todo. Essa política pública exige uma longa construção, pois o assunto se torna mais relevante quando pensamos nos cidadãos mais comuns e não somente nos mais aptos e habilidosos ou das classes sociais mais abastadas. Não quero deixar a idéia que para construir uma política para todos é necessário acabar, por exemplo, com o espor-

te de rendimento. Ao contrário, mas seguramente impõem que sejam revistas as prioridades. Em resumo, uma política pública abrangente, isto é, de educação física, esporte e lazer que tem também como objetivo desenvolver o esporte olímpico é um processo, não é um começo, mas, sobretudo um fim. Enquanto tal trata-se de uma ênfase que deve coroar um governo ou as Olimpíadas, e não início de mandato governamental ou resultado final dos Jogos Olímpicos.

Referências Bibliográficas

- BRAMANTE, Antonio Carlos. Políticas Públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. In Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *O lúdico e as Políticas Públicas: realidade e perspectivas*. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.
- _____. Qualidade no gerenciamento do lazer. In BRUHNS, Heloisa Turini. (org.) *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: UNICAMP 1997.
- CAMARGO, Luís O. Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DA COSTA, Lamartine Pereira. *Educação Física hoje: conhecimento científico e legitimidade social em confronto*. Blumenau: Dynamis, vol. 7, nº 26, jan/mar, 1999.
- DUMAZEDIER, Jofre. *Valores e conteúdos do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- FREITAG, B. *Política educacional e Indústria cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GAYA, Adroaldo. *Reflexões sobre a necessidade de uma política de educação física e esporte para crianças e jovens no Brasil*. Santa Cruz do Sul/RS: SINERGIS/EDUNISC, v.1, n.2, p.19-36, jul/dez. 2000.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e qualidade de vida. In WAGENR, Wey Moreira. *Qualidade de vida: complexidade e educação*. Campinas: Papirus, 2001.

- _____. *Lazer e empresa: múltiplos olhares*. Campinas: Papirus, 1999.
- _____. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. A formação e desenvolvimento de pessoal em políticas públicas de lazer e esporte. In *II Seminário de Políticas Públicas Esporte e Lazer*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ SME. 2002.
- MEZZADRI, Fernando Marinho. *A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais*. Campina: UNICAMP (tese), 2000.
- MÜLLER, Ademir. *Políticas públicas setoriais para a área do lazer nos municípios do Vale do Rio Pardo – RS*. Santa Cruz do Sul: Revista Redes, vol.6, nº 2, maio-ago., 2001.
- REJANE, Pena Rodrigues. *A política e o esporte*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1999.
- REQUIXA, Renato. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- VALERIANO, Dalton L. *Gerência em projetos, desenvolvimento e engenharia*. São Paulo: Makron Books, 1998.

Notas

- ¹ Doutorado em Educação Física, na Universidade Gama Filho, UGF – RJ, orientador vinculado Prof. Dr Lamartine Pereira da Costa. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC – RS. Professor do Departamento de Educação Física e Saúde da UNISC. E-mail: ademir@dedfis.unisc.br ou admuller@oul.com.br
- ² Plano global setorial refere-se ao plano feito dentro de uma das unidades públicas: ministérios, secretarias, autarquias, fundações, departamentos e setores.

- ³ Possuir no mínimo um setor de governo que esteja encarregado de implementar os serviços da área, com uma equipe de trabalho e orçamento para fazer frente às demandas geradas.
- ⁴ O entendimento de diversidade neste estudo é no sentido de diferença, dessemelhança, contradição, oposição.
- ⁵ Para facilitar, toda vez que nos referirmos aos conteúdos culturais do lazer empregaremos a sigla STAFIM que representa a primeira letra de cada um dos seis conteúdos acima mencionados.
- ⁶ Animador cultural é o profissional ou o voluntário que atua na intervenção social, planejando, executando e avaliando ações de interesse da população.
- ⁷ Animação cultural são as ações, (lazer e recreação) programas, subprogramas, eventos levados à população com o objetivo de divertir, descansar e desenvolver social e pessoalmente.
- ⁸ Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, Recreação de São Paulo.

O marketing como ponto de partida para elaboração de projetos de cidades candidatas aos Jogos Olímpicos

Prof. Ms. Vicente Ambrósio

Professor/coordenador de marketing - ESPM-Rio
(Escola Superior de Propaganda e Marketing - Rio de Janeiro)
vicenteambrosio@wnetrj.com.br

Abstract

This analytical study proposes a start-up marketing model for cities presenting their bids to host an edition of the Olympic Games. It shows that the Olympic Games represent major investments for the economic, social and cultural development not only of a host city but also of the host country. It also shows that the Olympic investments are only largely surpassed by investments in the military structure. The article reminds that the Olympics are a decisive hope for peace and evolution of the population of the whole planet. Despite the fundamental and utmost importance of the Games the organizing committees of the host cities do not take advantage of the enormous potential of marketing in their planning and execution processes. Marketing is used only as an Olympic brand franchise control tool and not as a winning philosophy of business based on accurate perception of the target group's needs, desires and aspirations. The article ends with a sample of the marketing elements, which should be included in a city's proposal to host an edition of the Games.

1 - A importância dos Jogos Olímpicos

Os Jogos são um projeto organizacional de proporções gigantescas. Não obstante, a cada quatro anos essa enorme organização se repete em uma cidade diferente do mundo. Um empreendimento dessa natureza requer um esforço administrativo de dimensões, pode-se dizer, olímpicas.

Para cada edição dos Jogos várias cidades se candidatam para servir de sedes. Por exemplo, Sydney, na Austrália, sediou os Jogos Olímpicos de 2000, Atenas, na Grécia, foi escolhida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para sediar os Jogos de 2004 e Beijing, na China, venceu a concorrência para os Jogos de 2008. Entretanto, considerando-se a envergadura de uma edição dos Jogos, o esforço organizacional ultrapassa vastamente os limites da cidade e torna-se responsabilidade de todo um país.

Existem atividades maiores do que os Jogos Olímpicos, por exemplo, a permanente organização militar americana coordenada pelo Pentágono e o esforço de construção da hidrelétrica de Itaipu no Brasil. Entretanto, como um evento de duração reduzida e de impacto, concentrado em duas semanas, a organização olímpica é insuperável, embora a Copa do Mundo de Futebol também se aproxime dela em escala e repercussão.

Um critério para se medir as dimensões de um evento é o orçamento envolvido em sua realização. O Quadro I, a seguir, mostra a magnitude dos orçamentos envolvidos em sete mega-empreendimentos, todos com cifras bilionárias. Dois deles são empreendimentos permanentes, o orçamento de defesa dos EUA e a Hidrelétrica de Itaipu. Cinco são eventos temporários, a Guerra do Golfo, os Jogos Olímpicos de Sydney, de Atenas e de Beijing e a Copa do Mundo de 2002 sediada simultaneamente na Coreia do Sul e no Japão.

Possivelmente o maior orçamento específico do planeta é o de defesa dos EUA. A Guerra do Golfo custou uma quantia bem maior do que o custo total da Hidrelétrica de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo. Os Jogos Olímpicos de Sydney, os de Atenas e os de Beijing bem como a Copa do Mundo de 2002 apresentam orçamentos bilionários, em dólares americanos. Os Jogos de Sydney foram orçados originalmente em cerca de 50% do custo final basicamente devido aos investimentos em tecnologia, por exemplo, telefonia. O orçamento inicial para os Jogos de Atenas ficou ao redor de 50% do

orçamento inicial de Sydney. Entretanto, o orçamento inicial para os Jogos Olímpicos de Beijing contam com um orçamento inicial mais de 8 vezes o orçamento inicial de Atenas, chegando a quase igualar-se ao custo total de Itaipu. Vê-se também que a magnitude dos Jogos Olímpicos está aumentando gradualmente, chegando a níveis de um empreendimento permanente de grandes proporções.

Outro aspecto mostrado pela tabela 1 é o panorama de prioridades definido pelos governos do planeta, o que é evidenciado pela simples comparação entre os valores alocados ao esforço de guerra e os valores alocados ao esforço olímpico, uma atividade estritamente pacífica. O orçamento de defesa dos Estados Unidos para 2003 é mais de 89 mil por cento maior que o orçamento inicial anualizado dos Jogos Olímpicos de Atenas.

Tabela 1 – Orçamentos de mega empreendimentos ¹					
Empreendimento	total (us\$ bilhões)	Índice	Prazo em anos (9)	Total anualizado (us\$ bilhões)	Índice anualizado
Defesa dos EUA - 2003 (1)	379,3	22.312	1	379,3	89.247
Guerra do Golfo (2)	61,0	3.588	1	61,0	14.353
Hidrelétrica de Itaipu (3)	16,0 (8)	941	13	1,2	290
J. O. (a) de Sydney 2000 - Orçamento oficial inicial (4)	3,0	176	4	0,8	176
J. O. (a) de Sydney 2000 – Orçamento oficial final (4)	5,9	347	4	1,5	347
J. O. (a) de Atenas 2004 – Orçamento oficial inicial (5)	1,7	100	4	0,4	100
J. O. (a) de Beijing 2008 – Orçamento oficial inicial (6)	14,2	835	4	3,6	835
Copa do Mundo da Coreia-Japão 2002 – Estimativa final (a) (7)	7,2	424	4	1,8	424

(a) J.O. = Jogos Olímpicos – Os orçamentos incluem obras de infraestrutura (ex.: construção de estádios, transporte, telecomunicações, etc.)

¹ Fonte:

- (1) U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE- National Defense Budget – Estimates for FY 2003 – <http://www.dtic.mil/comptroller/fy2003budget> - Recuperado em 27/03/2002
- (2) THE ASSOCIATED PRESS – www.njpcgreens.org/warcost/html - Recuperado em 28/04/2002.

- (3) ITAIPU BINACIONAL - www.itaipu.gov.br - Recuperado em 27/03/2002
- (4) NEW SOUTH WALES, Audit Office - <http://www.audit.nsw.gov.au/olympics99/olympics99.pdf> - Recuperado em 28/04/2002.
- (5) COMMUNICATIONS, PRESS & MEDIA OFFICE. *Athens 2004 – Summary Progress Report – May 2001*. Athens: Athens 2004 S.A., 2001.
- (6) LOS ANGELES TIMES - <http://www.latimes.com/sports/olympics/la-oly-021001ioc.story> - Recuperado em 28/04/2002.
- (7) CNN - <http://asia.cnn.com/2002/WORLD/worldcup/04/26/japan.cost.reut/> e
- KOC - <http://www.2002worldcupkorea.org/ENG/em.php> - Ambos recuperados em 28/04/2002.
- (8) Dólares atualizados.
- (9) Período de duração do empreendimento. No caso dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo é o intervalo entre o evento anterior e o evento citado.

Os Jogos Olímpicos são a manifestação palpável do Olimpismo. Segundo a Carta Olímpica, concebida originalmente do ideário de Pierre de Coubertin, “o objetivo do Movimento Olímpico é contribuir para a construção de um mundo pacífico e melhor pela educação da juventude através do esporte praticado sem discriminação de qualquer tipo, no espírito Olímpico, que requer entendimento mútuo com um espírito de amizade, solidariedade e fair play”. (IOC, 2002)

Analisando-se a ênfase nos investimentos em armamentos em oposição a investimentos em atividades esportivas internacionais, vê-se que a humanidade está em grande risco. Essa disparidade contundente é, no mínimo, um importante alerta. Afinal, atividades esportivas internacionais aproximam os países através de um maior relacionamento entre instituições esportivas, atletas, treinadores, estudiosos, empresas, etc. Por outro lado, atividades militares desproporcionalmente intensas colocam em risco a própria sobrevivência da raça humana.

“Na Grécia Antiga, Ifitos, Rei de Élis, consultou o oráculo de Delfos buscando uma forma de terminar as guerras que naquele tempo devastavam o Peloponeso. De acordo com o mito, Apolo replicou: “Ifitos e os

Helenos deveriam restaurar as competições esportivas" em Olímpia, como uma celebração da paz. Ifitos estabeleceu os Jogos Olímpicos e assinou com Licurgo de Esparta e Cleóstenes de Pisa o acordo mais duradouro da história, a Trégua Olímpica." (IOTC, 2002) Segundo Da Costa, "na essência, Olímpia foi produto da *ekecheiria*, isto é, da trégua, da paz negociada". (Da COSTA, 1998)

Um estudo de Scharapan (2002) sobre o financiamento dos Jogos Olímpicos mostra que a percepção da marca olímpica em 7 países é fortemente associada com esperança, sonhos e aspirações, amizade e espírito esportivo e prazer no esforço. Ver o quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Posicionamentos da marca olímpica	
POSICIONAMENTO	DESCRIÇÃO
Esperança	Os Jogos oferecem uma esperança de um mundo e uma vida melhores através de competições esportivas para todos, sem qualquer discriminação.
Sonhos e aspirações	Os Jogos oferecem, para pessoas em todo o mundo, inspiração para que concretizem os seus sonhos na vida e no esporte.
Amizade e espírito esportivo	Os Jogos são uma demonstração de amizade global, espírito esportivo através de competições esportivas para todos, sem discriminação.
Prazer no esforço	Os Jogos celebram o prazer universal no esforço através de competições esportivas que são sempre intensas, amigáveis e justas.

Fonte: SCHARAPAN, Laurent. *Financiando os Jogos Olímpicos: transmissão de televisão, patrocínios, licenciamento, ingressos e as marcas dos Jogos Olímpicos*. Seminário sobre Candidatura para Jogos Olímpicos no Brasil, OGKS-COB, abril 2002.

Portanto, pode-se afirmar que o Olimpismo é uma esperança firme tanto para a sobrevivência da humanidade quanto para sua evolução, pois os princípios olímpicos estão voltados para o humanismo, para a

integração entre os povos, raças e culturas diferentes do planeta. Essa esperança é renovada há cada edição dos Jogos Olímpicos.

Entender a organização dos Jogos Olímpicos é, portanto, um investimento seguro no futuro promissor da raça humana. Organizar Jogos Olímpicos com total sucesso representa contribuir decisivamente para um mundo melhor para todos.

Este estudo analítico mostra o raciocínio fundamental de marketing que deve ser seguido por cidades candidatas a sede de jogos olímpicos, à vista do investimento seguro e do sentido sócio-cultural desta celebração voltada para a paz. A utilização dos princípios científicos de marketing pode contribuir decisivamente não somente para um projeto vitorioso de candidatura a sede de jogos olímpicos, mas também para a realização bem sucedida deste evento máximo do Olimpismo.

2 - O impacto econômico-administrativo da candidatura a sede dos Jogos Olímpicos

Segundo o COI, o procedimento atual para eleição de cidade sede dos Jogos Olímpicos requer uma fase inicial de seleção na qual requisitos técnicos básicos são examinados por uma equipe de especialistas, os quais são repassados ao Comitê Executivo do COI. Uma vez aprovadas pelo Comitê Executivo, as cidades tornam-se Cidades Candidatas Oficiais e são, então, autorizadas a seguir com o processo completo de candidatura.

Os seguintes critérios são considerados no processo de seleção da cidade sede:

- Habilidade da cidade candidata, incluindo os seus países, de hospedar, organizar e executar eventos multi-esportivos internacionais de alto nível;
- Aceitação da Carta Olímpica, do Código de Ética do COI, do Código Anti-doping do Movimento Olímpico, de regras, instruções e condições estabelecidas pelo COI;
- Qualquer outro critério que o Comitê Executivo do COI considere razoável.

O item “a” refere-se ao processo econômico-administrativo dos Jogos Olímpicos. Este será o critério a ser estudado nesta análise devido aos benefícios diretos para a economia não somente da cidade sede, mas também do país onde fica a cidade sede.

O quadro 2, a seguir, mostra os impactos dos investimentos na cidade sede de Jogos Olímpicos. Os investimentos geram emprego na construção civil, renda adicional e receita adicional de impostos. Além disso, eventos pós-Olimpíada podem ser organizados mais facilmente e produzir outros impactos econômicos. Observa-se também que os investimentos na cidade sede aumentam o interesse na região o que envolve mais emprego, mais renda e mais receita de impostos.

Quadro 2 – Impactos dos investimentos na cidade sede de Jogos Olímpicos		
Uma cidade sede precisa de...	Isto leva a investimentos em...	...e fornece à cidade sede...
Vilas Olímpicas	construção civil	áreas imobiliárias adicionais
Instalações esportivas	lazer e entretenimento	melhor qualidade de vida através de instalações de lazer
Mídia eletrônica e impressa	construção civil	construção de centros de convenções, escolas e instalações administrativas
Sistema de transporte eficaz	transporte público, construção de estradas, ruas e avenidas, expansão de aeroporto	melhor qualidade de vida através de economia de tempo e benefícios ecológicos
Boa atmosfera	renovação e melhorias em áreas públicas	melhor qualidade de vida através de boa atmosfera e áreas de recreação
Acomodações para turistas	turismo	mais quartos de hotel

Fonte: PREUSS, Holger. *Economics of the Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2000, pp. 59.

A eleição de uma cidade para sede de uma edição dos Jogos Olímpicos tem muitas implicações para o desenvolvimento econômico e social da cidade, da sua região e do seu país. A abordagem de “clusters” econômicos é muito útil no processo de planejamento olímpico, pois oferece parâmetros amplos de raciocínio. Ela ajuda a mostrar que um mega-projeto como os Jogos Olímpicos ultrapassam o esporte e geram desenvolvimento econômico, social e cultural para toda a sociedade.

Um “cluster industrial”, conceito de desenvolvimento econômico (PORTER, 1998), é definido como uma concentração delimitada geograficamente de negócios similares ou complementares com ligações ativas de mercado e de outros elementos, que compartilham infraestrutura especializada, força de trabalho e serviços. As ligações permitem cooperação entre fornecedores e concorrentes em processos empresariais, compras, investimentos, estratégias e pesquisa técnica.

O objetivo do desenvolvimento econômico baseado em “clusters” é criar uma vantagem competitiva a partir do ambiente de negócios local criando sinergias através de uma complexa teia de relacionamentos. Uma cidade sede de Jogos Olímpicos pode usar o conceito de “cluster” industrial para expandir a base econômica de sua região e até mesmo do país através da criação, retenção, expansão e atração de empresas que se adequem às características, recursos e valores da região ou do país.

No caso da cidade sede de Beijing, Jogos Olímpicos de 2008, o orçamento de US\$14,2 bilhões (ver Quadro I) leva em conta o desenvolvimento de indústrias como as de construção, equipamentos, turismo, educação, transporte, segurança, dentre outras. É seguramente um impulso forte para o desenvolvimento não só de Beijing e de sua região, mas também de toda a China.

3 - A atual abordagem de marketing na administração dos Jogos Olímpicos

A tarefa administrativa envolvida na organização de uma edição dos Jogos Olímpicos envolve muitas áreas funcionais.

O quadro 3, a seguir, mostra os 21 principais grupos funcionais que interagem no processo de desenvolvimento e também na realização dos Jogos Olímpicos de Atenas 2004. Todos se reportam ao Comitê Organizador de Atenas 2004 (ATHOC). O quadro 3 também mostra o foco de cada uma das divisões e departamentos.

Quadro 3 – Áreas envolvidas na organização dos Jogos Olímpicos de Atenas	
DIVISÕES E DEPARTAMENTOS	FOCO
Instalações e infraestrutura	Instalações existentes, novas e temporárias
Vila olímpica	Vila para acomodar atletas
Transportes	Infraestrutura de transportes
Segurança	Planejamento e coordenação de segurança
Hospitalidade	Acomodações
Marketing	Administração da logomarca Athens 2004
Esportes	Planejamento e operações esportivas
Comunicações, Imprensa e Mídia	Comunicações com o mercado e imprensa
Relações olímpicas	Protocolos do Comitê Olímpico Internacional
Tecnologia	Tempos e comunicações
Saúde	Serviços de saúde
Voluntariado	Recrutamento e treinamento de voluntários
Cultura e Cerimonial	Planejamento e coordenação de cerimônias
Jogos Paraolímpicos	Coordenação dos Jogos Paraolímpicos
Educação e Treinamento	Preparação de pessoas
Alimentação	Coordenação de restaurantes
Planejamento	Integração de planos
Recursos Humanos	Recrutamento e manutenção de pessoas
Aquisição e Logística	Aquisição e logística de materiais
Jurídico	Apoio legal
Orçamento	Acompanhamento do orçamento

Fonte: COMMUNICATIONS, PRESS & MEDIA OFFICE. *Athens 2004 – Summary Progress Report – May 2001*. Athens: Athens 2004 S.A., 2001.

O quadro 4, a seguir, mostra as responsabilidades do departamento de marketing na organização dos Jogos Olímpicos de Atenas. Cinco principais focos de responsabilidade estão definidos variando desde a administração do design da marca até as receitas geradas pela franquia da marca.

QUADRO V – Responsabilidades da área de marketing – Atenas 2004
RESPONSABILIDADES
Administração da logomarca (direitos de uso, anti-pirataria)
Administração de programas comerciais associados com a logomarca (numismática, filatelia)
Administração da relação com patrocinadores
Administração de licenças de uso da logomarca
Administração da loja olímpica

Fonte: COMMUNICATIONS, PRESS & MEDIA OFFICE. *Athens 2004 – Summary Progress Report – May 2001*. Athens: Athens 2004 S.A., 2001.

Observa-se no Quadro IV e no Quadro V que as responsabilidades da área de marketing estão focadas na administração da logomarca Athens 2004. Esta delimitação de funções mostra-se inconsistente com o escopo funcional de marketing em uma organização voltada para o mercado, para o cliente, para o consumidor, como naturalmente deveria ser uma organização centrada na realização de uma edição dos Jogos Olímpicos.

O ATHOC não é o único comitê organizador a abordar marketing de forma limitada. O Quadro VI, a seguir, mostra o foco das ações da área de marketing do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Beijing 2008 (BOCOG). Da mesma forma que em Atenas, Beijing concentra os esforços de marketing basicamente em ações de merchandising e na busca de receitas.

QUADRO VI – Foco da área de marketing – Beijing 2008
FOCO
Patrocínio
Ingressos
Moedas
Loteria

Fonte: BOCOG 2008

www.beijing-2008.org/eolympic/ztq/5-6/5-6.html

Não obstante, analisando-se os casos das sete olimpíadas anteriores a Atenas, pode-se concluir que em todas elas o foco da área de marketing sempre foi muito reduzido. O Quadro VII, a seguir, mostra as fontes de receitas dos Jogos Olímpicos de Munique 1972

a Sydney 2000. Ele sugere que o foco das atividades de marketing nas últimas sete versões dos Jogos centrou-se na geração de receitas e no controle da utilização da marca olímpica.

Adicionalmente, o Quadro VII revela que houve uma significativa alteração na composição das fontes de receitas dos Jogos Olímpicos. Receitas oriundas da cobertura via televisão e também do patrocínio de empresas privadas representaram 3,7% da receita em Munique 1972, mas alcançaram 79% em Sydney 2000.

QUADRO VII – Fontes de receita dos Jogos Olímpicos de Munique							
1972 a Sydney 2000 (em %)							
Fonte de receita	Munique 1972	Montreal 1976	Los Angeles 1984	Seul 1988	Barcelona 1992	Atlanta 1996	Sydney 2000
Televisão	3,7	7,6	30,3	26,5	26,4	33,0	45,0
Patrocínio	0	4,3	19,5	18,2	30,5	29,5	34,0
Merchandising	0,4	0,6	2,0	21,7	0,8	1,8	2,0
Entradas	5,4	6,1	20,3	2,7	5,0	24,7	19,0
Doações	0	0	0	12,6	6,4	n.d.	0
Moedas	67,7	23,3	4,7	13,9	3,0	0,9	0
Selos	0,3	2,1	0	0,5	0,4	0	0
Loteria	18,8	51,3	0	13,6	10,5	0	0
Outros	3,7	4,7	23,2	9,7	17,0	10,1	0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PREUSS, Holger. *Economics of the Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2000, pp. 105.

SYDNEY 2000. *Olympic Marketing*. http://multimedia.olympic.org/pdf/en_report_250.pdf - Recuperado em 13/5/2002.

Preuss (2000:148-150) salienta os três grandes riscos do marketing olímpico: comercialização excessiva, utilização indevida da imagem olímpica por empresas não devidamente autorizadas e critério exclusivamente econômico para seleção de patrocinadores olímpicos.

Pode-se considerar que a abordagem de marketing dos comitês organizadores dos Jogos Olímpicos limitada quase que exclusivamente à administração da marca olímpica tende a aumentar os riscos do marketing olímpico.

A atual abordagem de marketing utilizada pelos comitês organizadores dos Jogos Olímpicos é limitada e não utiliza o grande potencial de gestão que o marketing oferece. Esta conclusão é sugerida pela simples comparação entre a abordagem de marketing

usada pelos comitês organizadores e a abordagem de marketing praticada nas empresas de classe mundial, como Gillete e Unilever, dentre outras.

Segundo a American Marketing Association “Marketing é o processo de planejamento e execução da concepção, preço, promoção e distribuição de idéias, bens e serviços, organizações e eventos para criar trocas que venham a satisfazer objetivos individuais e organizacionais”. (BENNET, 1988)

Deduz-se que marketing tem um escopo muito mais amplo do que apenas administrar a logomarca da organização.

Nas organizações que aplicam integralmente o marketing, o departamento correspondente costuma exercer as seguintes funções. (KOTLER, 2000)

- Estudo detalhado do consumidor;
- Planejamento e coordenação da linha de produtos (tangíveis e/ou intangíveis);
- Administração de marcas;
- Administração de licenciamentos;
- Definição das características dos espaços físicos onde são prestados os serviços;
- Elaboração de previsão de vendas;
- Análise e definição de preços;
- Definição e coordenação das atividades de comunicação com o mercado e de Comunicação interna;
- Acompanhamento e análise da concorrência.

Observa-se que o ATHOC (Atenas) e o BOCOG (Beijing) preferiram usar apenas algumas das especializações da área de marketing senão mesmo apenas uma delas, a administração de marcas. Portanto, pode-se considerar que as funções do Departamento de Marketing do ATHOC e do BOCOG parecem estar muito subdimensionadas.

Esta abordagem de marketing usada tanto pelo ATHOC quanto pelo BOCOG abandona os principais benefícios de marketing, por exemplo, o foco no cliente, a integração das

diversas áreas da organização visando a satisfação do cliente e a construção do valor da marca através da gestão do posicionamento da marca.

Além disso, a definição de marketing da American Marketing Association pode ser ampliada no sentido de considerar mais do que a satisfação de objetivos individuais e organizacionais. O mundo globalizado, cada vez mais sofisticado, no qual as informações circulam em velocidade instantânea, as pessoas estão cada vez mais exigentes. A segmentação por indivíduo e não apenas por grupos bem como a ênfase no relacionamento empresa-cliente são evidências de que as pessoas não mais permitem ser consideradas consumidoras. Elas demandam ser tratadas como pessoas, como cidadãs.

Dessa forma, é cada vez mais necessária uma abordagem de marketing voltada para as aspirações das pessoas. Entende-se aqui por “aspirações” como um processo de satisfação crescente em relação a desejos e necessidades que não se limitam somente ao bem ou serviço consumido, mas também a todo um conjunto sistêmico que leva o cliente a fidelizar-se a uma marca.

Neste contexto é preciso que o planejador seja totalmente realista quanto ao comportamento humano. Assim sendo, é fundamental a atitude do planejador. Não basta se ter uma postura neutra em relação ao consumidor. É preciso envolvimento emocional. Considerando-se as múltiplas inteligências de Gardner (1994) é possível considerar que o planejador eficaz é aquele que tem condições de perceber aspectos sutis do comportamento humano, o que é uma característica de inteligência. A aplicação de marketing nos negócios tanto públicos quanto privados exige cada vez mais que o planejador observe o comportamento humano em suas minúcias. É preciso, portanto, levar em conta conhecimentos gerados por diversas ciências, por exemplo, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a filosofia assim como a matemática, a física, a estatística, a fisiologia, dentre muitas outras. O profissional de marketing precisa ter cada vez mais uma compreensão sistêmica do ser humano. Afinal, o ser humano é extremamente complexo e seu bem estar é resultado de inúmeros fatores.

O envolvimento emocional do planejador gera uma energia intensa que mobiliza todo o seu potencial criativo, o que pode torná-

lo muito mais eficaz. O envolvimento emocional significa, na prática, empatia com as pessoas às quais os Jogos Olímpicos se destinam, isto é, os diversos públicos-alvos dos Jogos. O envolvimento emocional só poderá ser fonte de eficácia se for baseado em um profundo conhecimento do público-alvo, das atitudes, hábitos e costumes, necessidades e desejos das pessoas que formam o público dos Jogos.

Essa abordagem realista não é apenas recomendável para mega-empresendimentos, mas especialmente fundamental, indispensável. Houve tempos em que negócios eram sinônimo de embuste, engano e vantagem unilateral. Estes tempos se caracterizavam pela ignorância, pela inconsciência de direitos humanos, de direitos do consumidor. Os tempos atuais são outros, embora ainda haja enorme ignorância e inconsciência entre a população planetária. Entretanto, o público-alvo dos Jogos Olímpicos é formado de pessoas conscientes de seus direitos, inclusive do direito a um meio-ambiente saudável, à transparência nas ações comerciais e, especialmente, ao bem-estar duradouro.

A abordagem de “cluster” econômico, citada anteriormente, é uma evidência de que o sucesso de um mega-empresendimento como os Jogos Olímpicos requer uma visão sistêmica dos diversos fatores que interagem para gerar a fidelização das pessoas. Fidelização à marca olímpica é fator essencial para o COI. Deve-se ter em perspectiva que o Comitê Executivo do COI leva em conta que além da cidade que venceu uma edição dos Jogos Olímpicos haverá muitos outros Jogos Olímpicos em muitas outras cidades.

Considerando a abordagem realista de marketing citada acima, propomos, na próxima seção, um modelo de planejamento de marketing para as cidades candidatas a sedes de Jogos Olímpicos.

4. Modelo de marketing aplicado ao planejamento da candidatura à sede olímpica

Quando uma cidade se propõe a sediar uma edição dos Jogos Olímpicos ela precisa planejar minuciosamente e com antecedência. Para tanto, cria-se uma entidade organizacional, por vezes uma

empresa, com diretoria e capital inicial. Atenas, por exemplo, fundou o ATHOC. Beijing, o BOCOG. Tais entidades são reguladas pela Carta Olímpica e pelos padrões de procedimentos do Comitê Olímpico Internacional - COI para o processo de seleção da futura cidade hospede dos Jogos.

O planejamento organizacional completo implica em um plano estratégico, vários planos táticos e vários planos operacionais. O plano estratégico gera planos táticos especificamente para finanças, marketing, recursos humanos, infraestrutura e outras áreas funcionais que decorrem naturalmente do plano estratégico. Cada plano tático gera planos operacionais que detalham os planos táticos. (CHIAVENATO, 1999)

Propomos aqui o Modelo de Marketing Aplicado à Candidatura a Sede de Jogos Olímpicos. O modelo inicia com a decisão de sediar os Jogos, a qual é tomada pela população da cidade através dos Poderes Executivo e Legislativo.

Uma vez tomada a decisão, é preciso organizar uma equipe para desenvolver o plano de candidatura a cidade sede dos Jogos Olímpicos. Esta equipe será o embrião da futura entidade organizacional responsável pela implementação dos Jogos Olímpicos. Por exemplo, o ATHOC e o BOCOG.

O plano de candidatura de uma cidade a sede de Jogos Olímpicos deve conter toda uma estrutura de planejamento, incluindo o plano estratégico e planos táticos. Considerando-se a natureza estratégica do plano de candidatura, certamente não é recomendável a inclusão de planos de nível operacional.

Antes de se iniciar o plano estratégico é essencial implementar um programa de pesquisa de marketing. Dessa forma, a equipe responsável pelo desenvolvimento do plano de candidatura terá dados e fatos referentes aos desejos e necessidades da população.

O plano de pesquisa de marketing deve ter um escopo amplo a fim de poder levantar os fatores críticos de sucesso do empreendimento como um todo bem como poder identificar desejos e necessidades dos "stakeholders", isto é, grupos que têm interesse no sucesso do empreendimento. Podemos identificar os seguintes "stakeholders":

- População da cidade, da região e de outras áreas do país;

- Governo federal;
- Governo estadual;
- Governo municipal;
- Entidades esportivas internacionais;
- Entidades esportivas nacionais;
- Entidades esportivas regionais;
- Organizações não governamentais;
- Sindicatos de trabalhadores;
- Sindicatos patronais;
- Associações empresariais.

Um plano de pesquisa de marketing para uma cidade candidata a sede dos Jogos Olímpicos precisa, portanto, considerar diversos elementos. Dessa forma o planejador estará identificando oportunidades e reduzindo riscos. Mais do que isto, o planejador estará se empatizando com as pessoas-alvo. É fundamental divulgar os resultados do programa de pesquisa de marketing para toda a equipe responsável pelo desenvolvimento do plano de candidatura.

Uma vez cumprida a etapa de pesquisa de marketing pode-se passar ao plano estratégico. O plano estratégico é essencial, pois nele estão definidas as linhas fundamentais de raciocínio. É importante incluir-se a abordagem de “clusters” econômicos a fim de se orientar todo um processo desenvolvimentista sustentado para a região candidata a hospede dos Jogos. Valores e princípios éticos que irão dirigir as ações operacionais deverão estar presentes com toda clareza no plano estratégico. Outros elementos tais como análise e projeção de cenários, objetivos a serem alcançados, estratégias a serem implementadas para se alcançar os objetivos bem como metas bem delineadas também deverão estar presentes no plano estratégico.

Finalizado o plano estratégico pode-se, então, desenvolver o plano de marketing. Este é essencial porque integra as diversas atividades da organização no sentido de se alcançar os objetivos

definidos no plano estratégico. Portanto, representantes das principais áreas da organização precisam participar da elaboração do plano.

Um plano de marketing é composto de 4 partes e 13 seções. A parte 1, oportunidade, contém as seções situação e objetivos de marketing. A parte 2, marketing estratégico, é formada pelas seções consumidor, mercado, aspectos legais e posicionamento. A parte 3, marketing tático, contém as seções produto, ponto, promoção e preço e a parte 4, ação e controle, é formada por resultados financeiros, análise de equilíbrio e programação (AMBRÓSIO, 1999).

Um plano de marketing requer testar as diferentes idéias e hipóteses que naturalmente são desenvolvidas pelos planejadores tanto do plano estratégico quanto do plano de marketing. Devido à magnitude do empreendimento é fundamental minimizar os riscos através de um processo de planejamento detalhado e competente.

Uma vez terminado o plano de marketing pode-se, então, partir para o desenvolvimento do plano de candidatura à sede olímpica. O plano de candidatura irá seguir o roteiro definido pelo Comitê Executivo do COI.

Deve-se considerar também que um plano seja ele estratégico, tático ou operacional, é sempre uma integração de raciocínios. Raciocínios são mutáveis em função das mudanças naturais que ocorrem no ambiente econômico, político, social, cultural, etc. Dessa forma, o plano precisará passar por inúmeras atualizações periódicas a fim de continuar sendo digno da credibilidade da organização. Estas atualizações devem acontecer também sempre que ocorrerem fatos novos de impacto no plano.

Os seguintes elementos que compõem um plano de marketing deverão ser identificados, estudados e definidos:

4.1. Consumidor

Usando-se o modelo do “marketing mix”, que é formado por cinco variáveis, o consumidor, o produto, o ponto, a promoção e o preço (MCCARTHY/PERREAULT, 1997), o primeiro elemento a ser considerado é o **consumidor**. Dessa forma, as seguintes perguntas devem ser respondidas:

- Quais são os consumidores dos Jogos Olímpicos? Por exemplo, consumidores da cidade e do país (internos) e consumidores de outros países (externos).
- Qual é o perfil do consumidor interno dos Jogos? Por exemplo, idade, ocupação, gênero, classe social, região ou país onde reside.
- Quais são os seus desejos e necessidades? Por exemplo, por que ele gosta dos Jogos? O que o atrai mais? Que benefícios ele obtém se envolvendo nos Jogos?
- Quais são os seus hábitos e costumes com relação ao esporte e aos Jogos? Por exemplo, que esportes ele prefere? Qual a sua disponibilidade para freqüentar os Jogos? Qual a renda disponível que tem para investir em uma viagem? Em que tipo de hotel ele gostaria e poderia se hospedar?
- As mesmas perguntas podem ser feitas para os consumidores externos, isto é, os turistas.

Outro elemento fundamental para se conhecer em profundidade o consumidor é o perfil e os hábitos de **audiência** dos Jogos. Alguns exemplos de perguntas-chave:

- Como o consumidor interno e como o consumidor externo assistem televisão?
- Quais os horários ideais?
- O que ele gostaria na programação?

Naturalmente estas perguntas só poderão ser adequadamente respondidas com base em pesquisas de marketing. Dessa forma, a realização de um amplo programa de pesquisa de marketing é essencial durante a fase de elaboração da proposta para sede de Jogos Olímpicos.

Reforçando o que foi dito anteriormente, conhecer o consumidor muito bem é a base de sucesso de qualquer empreendimento. O conhecimento profundo do consumidor permite a elaboração de estratégias inovadoras e precisas, o que aliado a uma execução compe-

tente pode garantir o sucesso de um empreendimento da envergadura dos Jogos Olímpicos.

4.2. Produto

Outro elemento fundamental é o **conceito** de produto. Segundo Kotler (2000:359), “conceito de produto é uma versão elaborada da idéia expressa em termos que façam sentido para o consumidor”. O processo de marketing especifica que é preciso se desenvolver conceitos e testá-los junto ao consumidor antes de se partir para a sua execução. As seguintes perguntas são essenciais:

- O consumidor entende a proposta dos Jogos?
- Como ele pode entender melhor? Como mais pessoas podem entender corretamente os Jogos?
- Quais os componentes que o consumidor considera muito importante no produto Jogos Olímpicos?

Além do conceito de produto, as seguintes questões associadas com o p de **produto** devem ser consideradas:

- Quais os benefícios para o consumidor gerados pelos Jogos? Por exemplo, benefícios básicos, reais e ampliados?
- Qual é a linha de produtos oferecida ao consumidor? Por exemplo, produtos tangíveis e produtos intangíveis.
- Como será administrada a logomarca dos Jogos? Por exemplo, qual será o processo de licenciamento, haverá manual de aplicação da logomarca?
- Quais os serviços de apoio disponíveis para o consumidor? Por exemplo, alimentação, hospedagem, segurança, transporte, saúde.
- Quais as atividades planejadas com base no conceito de desenvolvimento sustentável? Por exemplo, estruturação de todos os produtos e serviços de apoio no sentido de minimizar impactos ambientais adversos.

- Quais os requisitos que o cliente exige dos Jogos? Por exemplo, minimização do impacto ambiental das instalações esportivas, práticas de gerência responsável de lixo, economicidade no consumo de energia.
- Qual é a estrutura de logística recomendada? Por exemplo, logística para entrega do produto principal dos Jogos, ou seja, as competições esportivas.
- Quais as pesquisas previstas para o produto? Por exemplo, pesquisa de marca.

4.3. Ponto (Distribuição)

Uma análise do p de **ponto**, ou distribuição, sugere as seguintes variáveis:

- Como serão as instalações de apoio às competições esportivas? Por exemplo, os estádios.
- Quais os métodos de previsão de vendas que serão usados? Por exemplo, vendas de ingressos para as competições.
- Quais serão os canais de distribuição? Por exemplo, distribuição dos ingressos não só na cidade, mas também em outras cidades e em outros países.
- Quais as pesquisas referentes a ponto que serão feitas? Por exemplo, pesquisa de adequação das instalações de apoio.

4.4. Promoção (Comunicação)

A administração do p de **promoção**, ou comunicação com o mercado, requer respostas às seguintes perguntas:

- Quais as ferramentas de comunicação com o mercado que serão usadas? Por exemplo, propaganda, promoção de vendas, relações públicas, venda pessoal ou marketing direto.

- Como será feito o processo de comunicação com o público interno? Por exemplo, que ferramentas serão utilizadas para o envolvimento e estímulo dos funcionários e voluntários?
- Qual será o “copy strategy”? Por exemplo, qual é o objetivo da comunicação, que imagem se deseja do consumidor dos Jogos Olímpicos?
- Qual é o orçamento para promoção? Por exemplo, quanto se gastará em produção de peças de comunicação, em mídia e em cada uma das ferramentas de comunicação que serão usadas?
- Quais as pesquisas de comunicação que serão feitas? Por exemplo, pesquisa de recall da marca, pesquisa de comerciais?

4.5. Preço

A administração do p de **preço** também requer várias perguntas-chave:

- Qual o objetivo de preço dos ingressos e de outros produtos dos Jogos? Por exemplo, será retorno sobre o investimento, ou lotação dos estádios?
- Qual será a estratégia de preços? Por exemplo, serão usados preços sociais?
- Quais serão os descontos aplicados aos preços? Por exemplo, desconto de quantidade, desconto para intermediários.
- Haverá financiamento para os ingressos? Por exemplo, quem financiará?
- Quais as pesquisas de preço que serão realizadas? Por exemplo, medição da maior receita.

4.6. Outros elementos de marketing

Além do “marketing mix” existem muitas outras variáveis que fazem parte de um plano de marketing. Por exemplo, segmentação do mercado-alvo, posicionamento dos produtos, aspectos legais, re-

torno financeiro, satisfação de clientes internos como o governo, que se preocupa com a imagem do país e não apenas da cidade que sediará os Jogos.

Especialmente importante é o próprio posicionamento (“positioning”) do evento em si. Cada edição dos Jogos é uma oportunidade marcante para que os comitês organizadores possam enfatizar na mente de cada pessoa dos diversos povos do planeta a possibilidade da paz duradoura e da convivência harmoniosa e produtiva entre os países.

Estes elementos fazem parte de um plano de marketing bem elaborado, completo. Dessa forma, devem ser levados em consideração, ampliados e aprofundados. Em síntese, devem fazer parte de uma proposta de candidatura bem fundamentada e estruturada.

5 - Conclusões

Os Jogos Olímpicos têm importância incomensurável para a sobrevivência e desenvolvimento da humanidade. Muito além de eventos esportivos, os Jogos representam uma esperança firme para a paz e para a evolução da raça humana. O Olimpismo tem raízes sólidas e profundas que originam-se da “Ekeicheria”, a paz negociada, a trégua entre cidades-nações guerreiras, o período de paz mais duradouro da história.

Os Jogos Olímpicos são um mega empreendimento de alta complexidade administrativa. Cada cidade sede cria uma organização específica para planejar, desenvolver, implementar e controlar o grande esforço necessário para se alcançar o sucesso do empreendimento.

Embora marketing seja uma função administrativa muito sofisticada que é usada por empresas multinacionais gerando resultados positivamente crescentes, os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos utilizam apenas parte do potencial de marketing. Os comitês focam as ações de marketing basicamente na gestão da marca, isto é, usam apenas uma fração do escopo amplo e impactante desta função administrativa.

A utilização integral das ferramentas de marketing no processo organizacional de uma edição dos Jogos pode aumentar muito as

chances de sucesso do empreendimento. Este resultado pode ser iniciado através da identificação precisa das necessidades e desejos dos clientes, sejam eles internos ou externos.

Esse processo voltado para conhecer muito bem o cliente inicia-se com pesquisas de marketing. As pesquisas fazem parte de um amplo processo de empatia com o consumidor de todas as áreas que participam do empreendimento. Quando todas as pessoas envolvidas em um empreendimento, conhecem muito bem as necessidades e desejos dos diversos clientes, elas passam a trabalhar com maior consciência, o que gera maior produtividade e, dessa forma, maiores chances de se alcançar o sucesso.

A responsabilidade de um comitê organizador é muito grande. Esta responsabilidade ultrapassa muito o simples sucesso econômico, empresarial dos Jogos. Ela se estende até o limiar da criação da identidade dos povos como nações destinadas à convivência pacífica, harmoniosa, produtiva.

O sucesso de uma edição dos Jogos Olímpicos não representa apenas o sucesso de um empreendimento. Muito mais amplo do que isso, o sucesso dos Jogos significa uma esperança de paz e de evolução não somente para a cidade sede como também para toda a humanidade.

Por isso, a utilização de marketing como uma filosofia de negócios e não apenas como uma ferramenta de gestão de marca é crucial para que uma edição dos Jogos Olímpicos possa ser considerada um verdadeiro e integral sucesso. Dessa forma, é essencial que uma cidade candidata a sede dos Jogos incorpore em seus planos a ferramenta completa, sistêmica de marketing.

Referências Bibliográficas

a) Livros e artigos

AMBRÓSIO, Vicente. *Plano de marketing passo a passo*. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 1999.

BENNETT, P. D. (ed.) *Dictionary of marketing terms*. Chicago: American Marketing Association, 1988.

- CHIAVENATO, Idalberto. *Administração nos novos tempos*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- COMMUNICATIONS, PRESS & MEDIA OFFICE. *Athens 2004 – Summary Progress Report – May 2001*. Athens: Athens 2004 S.A., 2001.
- DA COSTA, Lamartine P. (ed.) *Meio ambiente e desporto*. Porto: Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, 1997.
- GARDNER, Howard. *Estruturas da mente – A teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1995.
- KOTLER, Philip. *Administração de marketing 10ª ed.* São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- MCCARTHY, E. Jerome e PERREAULT JR., William D. *Marketing essencial*. São Paulo: Editora Atlas, 1997.
- PORTER, Michael. *Clusters and the new economics of competition*. Harvard Business Review, November-December 1998.
- PREUSS, Holger. *Economics of the Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2000.
- SANTA FE ECONOMIC DEVELOPMENT, INC. *The Santa Fe plan*. Santa Fe: March 2000.
- SCHARAPAN, Laurent. *Financiando os Jogos Olímpicos: transmissão de televisão, patrocínios, licenciamento, ingressos e as marcas dos Jogos Olímpicos*. Seminário sobre Candidatura para Jogos Olímpicos no Brasil, OGKS-COB, abril 2002.

b) Internet:

- BEIJING 2008 - <http://www.beijing-2008.org> - Recuperado em 30/04/2002.
- CNN - <http://asia.cnn.com/2002/WORLD/worldcup/04/26/japan.cost.reut/> - Recuperado em 28/04/2002.

KOC - <http://www.2002worldcupkorea.org/ENG/em.php> - Recuperado em 28/04/2002.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (IOC). *The Olympic Charter – In force as from 14th July 2001*- http://www.olympic.org/uk/organisation/index_uk.asp - Recuperado em 28/04/2002.

ITAIPU BINACIONAL - www.itaipu.gov.br - Recuperado em 27/03/2002.

LOS ANGELES TIMES - <http://www.latimes.com/sports/olympics/la-oly-021001ioc.story> - Recuperado em 28/04/2002.

NEW SOUTH WALES, Audit Office - <http://www.audit.nsw.gov.au/olympics99/olympics99.pdf> - Recuperado em 28/04/2002.

THE ASSOCIATED PRESS – www.njpcgreens.org/warcost/html - Recuperado em 28/04/2002.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE- National Defense Budget – Estimates for FY 2003 – <http://www.dtic.mil/comptroller/fy2003budget> - Recuperado em 27/03/2002.

Desafios olímpicos e experiências em mega-eventos esportivos

Prof^a. Andréia D’Aluto dos Santos

Resumo

Apesar de diversos eventos esportivos, desde pequenos até os de grande porte, serem promovidos em diversas cidades brasileiras por profissionais com uma ampla vivência prática, habilitados e competentes na elaboração, execução e realização desses projetos, ainda não temos tradição de sediar as grandes competições esportivas internacionais. Desse modo fazemos os seguintes questionamentos: Onde nasce um evento esportivo? Quando deixa de ser pequeno e ganha conotação de médio? Quando se torna um grande evento? Para ser classificado como mega-evento, o que é necessário?

Na oportunidade deste Fórum Olímpico Brasileiro achamos oportuna a apresentação do resumo de um estudo, que tem com objetivo demonstrar que a utilização do “know-how” na organização e execução de megaeventos pode dar suporte na aplicação de medidas urgentes, intercâmbios e parcerias, que sejam capazes de inserir efetivamente cidades brasileiras na luta para sediar os Jogos Olímpicos.

Verificou-se uma carência de literatura específica ou teoria na elaboração de megaeventos capaz de dar suporte para esses questionamentos, levando-nos à utilização do estudo comparativo de vivências práticas e mecanismos inerentes aos eventos esportivos. A investigação se deu através do levantamento, mapeamento, coleta de dados e análise de indicadores comuns, pertinentes ao universo de eventos esportivos – Volume de Participantes, Investi-

mento, Local de Realização e Patrocinadores, caracterizando-os como mega-eventos, além de traçar um paralelo comparativo com os últimos Jogos Olímpicos, realizados em Sidney no ano de 2000. Validamos esse instrumento, através do contato com os organizadores dos eventos descritos a seguir e junto ao Comitê Olímpico Brasileiro.

Os megaeventos que serviram de base para este estudo comparativo, foram realizados nas décadas de 80, 90 e nesses primeiros anos do século XXI, conforme descrevemos a seguir:

- Maratona de São Paulo;
- Intercolegial O Globo;
- I Vibração Nestlé.

O 1º evento mencionado aconteceu na cidade de São Paulo, o 2º evento na cidade do Rio de Janeiro e finalmente o 3º que está acontecendo em 3 (três) capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Nestas circunstâncias, ao analisar esses 3 (três) eventos esportivos, classificando e comparando os indicadores comuns desses, concluímos que novas investigações são pertinentes no sentido de levantar as reais condições das cidades brasileiras a uma candidatura olímpica e que as experiências na organização desses eventos esportivos podem servir de base para a elaboração de um plano eficaz, com perspectivas de que num futuro breve, seja possível participar desta disputa de sediar os Jogos Olímpicos.

Avaliando preliminarmente capacitação técnica, financeira e de gestão para a candidatura aos Jogos Olímpicos

Prof. José Araújo Koff - Membro da AOB

koff@montreal.com.br

Os Jogos Olímpicos induzem a pensar principalmente nas 28 modalidades esportivas e seus desdobramentos. A cada quatro anos o mundo se prepara para em 17 dias absorver uma dosagem maciça de informações esportivas, sejam pela mídia escrita e ou a televisiva.

A cerimonia de abertura e a de encerramento constituem-se em espetáculos coadjuvantes, mas tão esperados quanto os fatos esportivos principais.

Nesta contribuição ao Fórum Olímpico 2002, traremos mais informações sobre a representação cultural e artística destes eventos e considerar seus impactos iniciando-se pelos custos. Esta última variável parece condicionar as demais uma vez que tem a cada nova edição dos Jogos Olímpicos participado com percentuais crescentes do custo total da realização do evento.

O fator custo pode ter uma primeira abordagem pelo espetáculo, ato que hoje regula as Olimpíadas como um todo. Por isso, os países sede dos Jogos Olímpicos tem utilizado as ceremonias de abertura como um vetor de divulgação da cultura local. Por tratar-se de um conagraçamento mundial assistido por um público de mais de 2 bilhões de pessoas, passou a ser o palco das atividades mais diversas e significativas da cultura da nação anfitriã. (Messing / Müller – 1966 p 225).E

Efetivamente os eventos musicais, shows artísticos, culinária, artesanato e folclore se iniciam pelo menos 10 dias antes da data de abertura oficial dos Jogos e se estendem por pelo menos mais uma semana após o encerramento. As cidades sede devem preparar-se para oferecer lazer cultural não diretamente relacionado com as disputas esportivas pelo menos por um mês inteiro. É uma tarefa complexa e que requer planejamento e recursos, cujos montantes tem crescido a cada nova edição dos Jogos Olímpicos (Sobre esta questão podemos citar Moragas SPA 1991 / pg. 78 e Riordan 1996 pg.150).

Estudos comparativos recentes demonstraram que os gastos com as cerimônias de abertura dos Jogos de Montreal (1976) até Atlanta (1996) sofreram uma variação de 172%, sendo que a maior despesa com este item coube aos Jogos Olímpicos de Seul (1988), que custaram 190% mais que a cerimônia dos jogos canadenses (Lee 1989; Brunet 1993 e Atlanta OCOG 1996)

As grandes surpresas surgiram nos jogos de Moscou em 1980. O então governo soviético utilizou-se dos eventos de abertura e encerramento para demonstrar sua força social, educacional e esportiva fazendo com que o urso mascote carinhosamente apelidado de Micha se transformasse no mais forte símbolo dos Jogos Modernos. O regime socialista mostrava sensibilidade do povo russo e sua acreditada superioridade como força esportiva, política e militar da época, tendo como principal aliada a então Republica Democrática Alemã (Holzweibig – 1981 pg.21 –24). Acredita-se que esta tenha sido a mais dispendiosa cerimônia dos Jogos Olímpicos. (Messing / Voigt – 1981 – Pg 178).

O número de voluntários a cada nova Olimpíada tem crescido, gerando economia no que se refere ao trabalho profissional do comitê organizador, mas por outro lado tem aumentado de forma aritmética no que tange ao custo de infra-estrutura para manter ativo este segmento de apoio fundamental ao sucesso do evento.

Há de se considerar, todavia, que os eventos culturais poderão trazer receitas aos organizadores. Positivas ou não. Atualmente é possível pensar num processo de terceirização da organização de cada acontecimento cultural, onde o risco pode ser compactuado com possíveis patrocinadores institucionais e que permite ao COJO (OCOG) gerenciar estes eventos paralelos e preocupar-se tão somente com os eventos magnos de abertura e encerramento.

Melbourne em 1956 lançou o que foi considerada a pedra fundamental do que passou a chamar-se Festival da Cultura. Em 1984 Los Angeles foi a anfitriã do 1º. Festival Internacional da Cultura, que foi denominado de Olimpíada Cultural a partir de 1992 em Barcelona (veja Good 1999 pg. 160 e Hanna 1999 pg. 106 – 116).

O Rio de Janeiro já vivenciou a experiência de organizar mega espetáculos tais como Rock in Rio. Organizado por uma empresa de reconhecida competência, necessitou empregar sua força máxima que se concentrou durante um ano, para que o sucesso fosse alcançado. Os eventos culturais que acompanham os Jogos Olímpicos são mais longos e diversificados, tanto quanto nos seus locais quanto na sua especificidade. Este exemplo é bastante significativo para que se tome conhecimento da tarefa a que se propõe o COJO (OCOG).

Houve tentativas em prolongar os eventos da Olimpíada Cultural, além da duração dos Jogos. Os resultados foram os mais diferenciados conforme estudos realizados por STRECTSOVA em 1987 e Messing /Müller 1996 / 1998.

Segundo Messing / Müller, em pesquisas realizadas nos Jogos de Barcelona em 1992, turistas alemães na impossibilidade de conseguirem ingressos para os eventos esportivos, se mostraram satisfeitos quando encontravam lugar nos eventos culturais que ocorriam simultaneamente. Os mesmos pesquisadores concluíram que 58,9 % dos entrevistados conheciam com a mesma intensidade a programação esportiva e a cultural. (Messing / Müller 1996 pg. 230)

A afluência ocorrida por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos é percentualmente maior quando em cidades com menos de 2 milhões de habitantes. Tal acréscimo obriga a construção de locais únicos para os espetáculos paralelos que são imprescindíveis ao sucesso. Há de se considerar que o público visitante vem para assistir aos jogos mas gasta a maior parte do seu tempo em atividades não esportivas. A inexistência destas opções artísticas e culturais abreviaria a estadia e comprometeria o resultado financeiro do empreendimento. Não se pode desprezar o fato de que Jogos Olímpicos são tão somente, um grande negócio.

Daí o planejamento com a participação de iniciativa privada poderá produzir casa de espetáculos e shows com caráter transitó-

rio ou permanente. Este princípio se aplica também a algumas instalações esportivas, que variam em conformidade com as preferências esportivas da nação sede. Como exemplo, um velódromo no Brasil, não trará o mesmo retorno que a construção de quadras de tênis ou um conjunto de piscinas, mas teria outra aceitação em países como a França e a Espanha onde o ciclismo é um esporte popular.

Durante a realização dos Jogos Olímpicos, acontecem fóruns, seminários e encontros que dão origem a eventos que requerem anfiteatros, centros de convenções ou auditórios.

Normalmente estes espaços não requerem grandes despesas, pois só necessitam das adaptações comuns a estes acontecimentos. No entanto estudos comparativos feitos recentemente demonstraram que estes valores cresceram 200% nos últimos 20 anos.

É importante salientar que até a presente data a organização da Olimpíada Cultural tem ficado a cargo do COJO (OCOG). Em Barcelona foram aportados US\$ 38 milhões e em Atlanta US\$ 30 milhões correspondentes à 2% do custo total dos JO (Babcock 1996 pg. 271).

Outro fato olímpico, cujo custo, passa despercebido pelo público é o das cerimônias de premiação. São dezenas delas a cada dia e em locais distintos. Inicia-se pelo estudo e escolha do padrão olímpico que se pretende caracterizar o evento, daí a confecção das medalhas, dos diversos pódiums e demais acessórios necessários à realização das cerimônias. Alguém já se perguntou quantas bandeiras de cada país são necessárias para uma Olimpíada? A quem cabe esta responsabilidade, ao COJO ou ao CO de cada país? só um planejamento perfeito e de total responsabilidade responderá a perguntas de tanta complexidade. O custo destas atividades também tem apresentado aumento nos últimos anos. No entanto o cuidado com a grandiosidade das cerimônias de premiação deve a cada ano receber maior atenção e requinte porque é este o momento máximo da realização olímpica. É quando a emoção supera o feito olímpico tão desejado. (Lee 1989 pg. 37 e 56).

Como paralelo, podemos lembrar a evolução que nos últimos 20 anos sofreram os pódiums da F1. Transformaram-se em verdadeiros palcos para a cerimônia final do evento.

Algumas correntes organizadoras acreditam que o COJO (OCOG), deve centralizar as receitas e as despesas. Outras mais

abertas à realidade das nações cuja economia não seja forte aceitar a divisão dos riscos. Esta me parece a corrente mais apropriada ao Brasil.

Finalmente, esta contribuição visa a chamar de maneira objetiva a atenção para os diversos eventos e necessidades que os Jogos Olímpicos exigem para a sua realização, mas que não fazem parte do evento esportivo propriamente dito. Assim sendo, deveríamos falar de SEGURANÇA, TRANSPORTE, MEDICINA PREVENTIVA, TECNOLOGIA DE TELECOMUNICAÇÃO e TRANSMISSÃO DE DADOS, mas então necessitaríamos de estudos e avaliações mais pontuais e precisas.

O Brasil tem tudo para ser um país olímpico. Reúne condições privilegiadas para tal. Falta-nos definir quando e onde situa-lo. E se estivermos pensando em 2012 e anos seguintes, temos que começar a mobilizar a inteligência e a experiência técnica nacional. Aliás, elas já existem. Havendo vontade política e viabilidade financeira, basta convocá-las.

Revisitando os temas de viagem e turismo para a escolha da cidade sede dos Jogos Olímpicos Usando os métodos da Revisão Histórica e do Benchmarking

Profa. Arianne Carvalho

Membro da Academia Olímpica Brasileira (AOB)
Grupo de Pesquisa em Estudos Olímpicos – PPGEF
annecarvalho@ig.com.br

1 – Introdução

Este estudo tem como objetivo fazer uma breve revisão de fontes históricas de estudos relacionados à viagem e turismo e posicionar estes dados no cenário atual de candidatura para sediar os Jogos Olímpicos modernos. Por um lado trata-se de uma descrição do papel da viagem durante o período das Olimpíadas na Grécia antiga, enquanto, por outro lado, de uma análise do turismo como um componente central dos Jogos Olímpicos modernos. A partir destes dados buscamos fazer uma resumida análise dos sentidos culturais da viagem para os Jogos desde sua origem na Grécia antiga, assim como do impacto do turismo no processo de seleção de Atenas para os Jogos Olímpicos de 2004.

Em princípio, é possível afirmar, com base em fontes históricas, que os gregos antigos viajavam longas distâncias com o intuito de celebrar Jogos atléticos sagrados. Além disso, encontramos na literatura dados afirmando que os gregos instituíam uma trégua sagrada para prevenir que viajantes fossem atacados ou se envolvessem em qualquer tipo de guerra durante um período de três meses anteriores e posteriores aos Jogos. Todas as guerras cessavam e a população podia deslocar-se livremente em nome dos Jogos e, é claro, dos Deuses. De fato, as crenças religiosas são o que hoje chamamos mitologia eram as principais razões pelas quais os gregos viajam de tão longe para presenciar os festivais. Esta condição estava associada naturalmente à inclinação cultural para competição (*agon*) que permeava a sociedade grega como um todo. Com efeito, a adoração pela perfeição humana, arete, estava intrinsecamente associada a Fé e detinha uma importância impar na celebração dos Jogos, como Da Costa (2001) enfatiza em um de seus estudos. Como veremos a seguir, a cultura do que hoje chamamos de “esporte”, da comparação e da competição, era, de fato, uma busca pela divindade e superioridade trazida a tona pelas crenças mitológicas.

2 - A Viagem durante os festivais da Grécia antiga

Para um melhor entendimento do conceito de viagem durante os Jogos Olímpicos da Antiguidade e as razões pelas quais se fazia tal esforço para viajar tão longas distâncias em circunstâncias sacrificantes para assistir ou participar dos Jogos, devemos, primeiramente, analisar a história destes festivais e o aspecto mitológico neles envolvido. Como anteriormente cogitado, a motivação principal para os Gregos era sua crença religiosa. Vejamos então como e porque essa cultura foi gerada e se desenvolveu.

O valor mítico de Olímpia e sua associação com competições atléticas é bastante antiga na mitologia grega. Segundo conta uma de suas lendas¹, a fundação de eventos atléticos foi associado a Hércules e seus irmãos, Curetes, em Olímpia. Ainda mais significativo, de acordo com lendas, Olímpia protegia o recém nascido Zeus das intenções hostis de seu pai Cronos (YALOURIS, 1996). A partir

destes exemplos e do entendimento da importância dos deuses para o povo grego fica claro a grandiosidade imposta por estes ao Santuário de Olímpia.

Durante o início do reinado de Iphitus, os Jogos Olímpicos foram suspensos e, durante este mesmo período, a cidade de Elis estava sendo devastada por pragas e guerras internas. Nesta ocasião, os Jogos Olímpicos não eram considerados tão importantes, possivelmente por se tratar de um evento eminentemente aristocrático (YALOURIS, 1996). Segundo lendas, quando o rei foi a Delos em busca de conselhos para livrar seu reinado destas tormentas, Pythian ordenou-o a reinstituir os Jogos Olímpicos. Depois desta ordem os gregos passam a dar enorme importância aos Jogos. Acredita-se também que, após seu reinício, o rei de Elis e o rei de Esparta concordaram em declarar Elis sagrada a Zeus e estabeleceram uma trégua durante os Jogos. Isto quer dizer que todas guerras e hostilidades deveriam cessar durante o período dos Jogos em Olímpia. Esta trégua teria duração de, aproximadamente, três meses antes e depois dos Jogos, para que espectadores e atletas pudessem viajar livremente e participar do festival (CROWTHER, 2001). Este acordo foi respeitado por toda a população helênica durante dez séculos.

É importante notar que durante este novo estágio, os Jogos Olímpicos eram abertos a todos os cidadãos gregos e não apenas aos aristocratas como anteriormente. Este era um momento então para que o povo helênico contemplasse sua própria cultura em um glorioso ritual (DACOSTA, 2001).

De acordo com Yalouris (op.cit.), diversas cidades em toda a nação grega organizavam eventos de atletismo e corridas de cavalo. Contudo, provavelmente devido ao seu valor mítico, Olímpia progressivamente passou a ser um centro panhelênico, em que sua fama e influência foi gradualmente indo além das fronteiras gregas. Uma evidência para este argumento pode ser encontrada nos textos de Philostratos (70 a.D.) como descrito por Miller (1979). Este autor descreve o treinamento dos atletas para os festivais. Ele coloca que para qualquer competição o atleta poderia ter valor suficiente para ganhar por seus próprios méritos e esforços, mas para os Jogos Olímpicos o atleta deveria ir com o conhecimento em seu coração de que ele somente teria valor suficiente para ganhar se fosse nobre e merecesse a vitória.

Outro autor que enfatiza a importância dos Jogos Olímpicos na Antigüidade é Crowther (2001). Este autor coloca que em nenhum outro festival da época atraía tantos espectadores. Entretanto, de acordo com a mesma fonte, a popularidade dos Jogos não se baseava somente nos seus aspectos míticos, mas também no fato de que o acesso pelo mar e a estrada principal do Peloponeso eram relativamente tranquilas facilitando o transporte e acesso a Olímpia.

Após a conquista de Roma sobre a Grécia, os Jogos Olímpicos passaram a ser um evento ainda maior em termos de “nações” participantes. Inicialmente apenas os Romanos, porém após Caracalla estender cidadania a toda a população do Império Romano, em 212 d.C., a participação teve uma natural expansão. Assim, Espanhóis, Italianos, Sírios, Armênios e outros passaram também a tomar parte no evento. As Olimpíadas se tornaram uma propriedade do mundo. Desta forma, os Jogos perderam sua identidade estritamente grega e se desenvolveram como um festival mundial (YALOURIS, 1999).

Apesar dos Jogos Olímpicos serem, como citado anteriormente, o mais popular festival da Antigüidade grega, e do acesso facilitado pelo mar e estradas, ir até Olímpia ainda era um grande feito e uma conquista. De acordo com Crowther (2001) uma visita a Olímpia incluía perigo físico e desconforto, além do enorme tempo gasto para chegar ao local de competições. Provavelmente, não havia qualquer tipo de hospedagem para espectadores comuns. Há indícios somente de local reservado para personalidades de destaque. A viagem, na maioria das vezes, não teria duração menor do que duas semanas, levando-se em conta os dias de viagem e estadia em Olímpia. Alguns caminhavam levando suas próprias provisões, enquanto outros, os mais ricos e poderosos, tinham animais e escravos para carregar tudo o que necessitavam. Até mesmo para estes últimos, as estradas na Grécia eram difíceis e perigosas, tornando a viagem para Olímpia bastante sacrificante. Como dito anteriormente, havia alguns que viajavam de barco, mas ainda assim era uma jornada exaustiva e perigosa. Existem dados que confirmam naufrágios e nenhuma evidência de barcos de passageiros, o quer dizer, que espectadores e atletas viajavam em cargueiros. Esta é, provavelmente, uma das razões pelas quais atletas chegavam com grande antecedência em Olímpia; era necessário descansar antes de iniciar seus treinamentos e competições.

Durante os Jogos os problemas eram ainda maiores. O fato dos festivais acontecerem durante o verão era um grande desconforto e até mesmo um perigo para os mais velhos. Não era permitido o uso de chapéus uma vez dentro do sítio sagrado o que podia ser bastante incômodo considerando o forte calor nesta época do ano. A grande quantidade de gente, instalações sanitárias de péssima qualidade, mosquitos, a falta de lugares para sentar para o espectador comum e chuva tornava tudo ainda pior (CROWTHER, 2001). Ainda assim, existem poucas evidências de violência ou tumultos e isto pode ser explicado pelo aspecto religioso desta celebração.

3 - Razões para a Viagem

Nos perguntamos então: porquê estas pessoas suportavam tamanha dificuldade para participar dos Jogos Olímpicos? Argumentamos no início deste estudo sobre as crenças e mitos Gregos. Este era, talvez, a maior razão pela qual indivíduos passavam por tal peregrinação para atender aos Jogos. Todavia, apesar de toda dificuldade associada a viagem a Olímpia, podemos presumir porque espectadores se extasiavam ao participar dos Jogos e buscavam de todas as formas voltar numa próxima vez.

Novamente Crowther (2001) aponta para o fato de que, para alguns, atender aos Jogos era um ideal estético. A masculinidade, a força, a perfeição de corpo e mente, a beleza e o afã pela vitória eram adorados pelos Gregos. Estes viajavam para os Jogos pelo simples prazer do espetáculo. Jaeger (in DA COSTA, 2001) faz também uma reflexão sobre este tema concluindo que existia um estilo e uma visão bastante particulares enraizados na cultura Grega. No todo, os Jogos Olímpicos eram uma expressão do ideal estético desenvolvido de maneira totalmente integrada às origens da vida grega.

Nos escritos de Lucian (590 a.C.) e Pausanias (d.D. 170) (in MILLER, 1979) encontramos descrições da paixão do Gregos por tais festivais, tal como segue:

“Eu não posso, apenas com palavras, lhe convencer do prazer que toma este festival (...) sentado no

meioda multidão, apreciando a perfeição humana e a beleza física, o incrível condicionamento e a grande habilidade e irresistível força e orgulho intrépido e determinação imbatível e indescritível paixão pela vitória" (in MILLER, 1979, p. 44)²

Bento (1998) faz outra interpretação. Este autor coloca que, sendo o esporte uma manifestação de cultura restrita ao homem, e a expressão e símbolo do desejo do homem transcender. Desta forma, podemos concluir que esta vontade de celebrar o homem através dos festivais atléticos é uma importante manifestação da cultura da Grécia antiga.

Indo ainda além dos valores estéticos, culturais e religiosos, podemos argumentar que o equilíbrio humano (estético e divino) aliado a ordem do cosmos (divino), teve seu maior palco nos Jogos Olímpicos como uma representação ritual de toda a sociedade grega e seus conceitos de vida e até mesmo de filosofia (DACOSTA, 2001).

É significativo notar também a importância que o povo grego impunha na conquista física. Esta importância, como sugerido anteriormente, é misturada com culto dos deuses. Entretanto, ganhar uma competição atlética era um grande prestígio. Como coloca Mandell (1984), as cidades sentiam-se tão orgulhosas de seu atletas vencedores que esculpiam esculturas em sua honra e as colocavam no santuário de Olímpia, onde os deuses eram representados. De acordo com este historiador, para os gregos era importante estar acima de seus companheiros e as competições atléticas era uma boa chance para esta conquista.

Aqui novamente, os escritos de Lucian (590 a.C.) e Pausanias (170 d.D.), apud MILLER (1979), são fontes importantes para a pesquisa da cultura de atividade física e competições na sociedade grega antiga. De acordo com estes autores, era imperativo para o povo helênico estar bem preparado fisicamente para ir a guerra. Talvez ainda mais importante era a necessidade de se revelarem para os deuses.

Outro importante aspecto do festival de Olímpia e que algumas pessoas acreditavam que os Jogos poderiam ser o início do processo de pacificação entre o povo grego (CROWTHER, 2001). Este evento passou a ser ainda mais importante uma vez que outras "nações" passaram a fazer parte do Império Grego.

“A celebração das competições atléticas panelênicas em Olímpia e o espírito de coexistência pacífica e emulação que predominavam durante todo evento atlético e atividade cultural ajudou o mundo grego a tornar-se inteiramente consciente de sua identidade comum que não resultava apenas de sua origem e língua comum mas também de seus objetivos ideológicos compartilhados e percepção uniforme de suas divindades” (YALOURIS, 1999, p.51)³

Havia também um grande interesse comercial nos Jogos. Devido a grande quantidade de espectadores, os Jogos Olímpicos eram uma boa oportunidade para alguns se beneficiarem financeiramente. Era comum mercadores assinarem contratos e encontrar vendedores ambulantes de estatuas, souvenirs e lanches (MANDELL, 1984), não muito diferente do que acontece nos dias de hoje.

Faz-se também essencial lembrar que os Jogos Olímpicos não eram somente um espetáculo esportivo, como entendemos hoje. Era também um encontro artístico, onde artistas celebravam e poetas, atores e pintores mostravam sua arte. Herodotus, o famoso escritor grego, costumava recitar seus poemas nos Jogos Olímpicos, assim como outras tantas personalidades. De acordo com Lucian (in MILLER, 1979) Olímpia era o local perfeito para desenvolver a reputação de um artista por toda a nação grega. Neste sentido, Olímpia era um palco para um artista mostrar seu trabalho e esta era uma outra razão pela qual indivíduos viajavam para tão longe como Olímpia.

Governantes e políticos também encontravam em Olímpia um ótimo lugar para se mostrar e observar seus semelhantes. Lá eles podiam manifestar para todo o mundo grego como seus domínios eram fortes e influentes assim como a população de suas respectivas cidades quando ganhavam uma competição. Eles também levavam ouro e pedras preciosas para mostrar sua riqueza e poder (MANDELL, 1984).

Sinteticamente podemos assumir que existiam, de modo fundamental, razões culturais para indivíduos viajarem para os antigos festivais atléticos. Razões estas que poderiam ser religiosas, artísticas ou filosóficas, mas elas representavam, na realidade, importantes tradições culturais. Assim, podemos concluir a partir desta breve

revisão histórica que, apesar da competição “esportiva” não ser a única motivação para os gregos viajarem para os festivais, esta esteve, indubitavelmente, como um importante aspecto do fenômeno. As competições entre cidadãos gregos e suas respectivas cidades estavam entre as maiores motivações para espectadores dos festivais. Além disso, a demonstração de força física, resistência e beleza era, para as antigas civilizações, não menos importante.

4 - Relações entre a viagem e os festivais atléticos/culturais

É possível afirmar que o fator viagem sempre esteve envolvido nos Jogos Olímpicos, desde suas origens. Contudo, não podemos confirmar que os gregos estavam fazendo “turismo” como entendemos esta prática nos dias atuais. Entretanto, a partir de exemplos do passado grego, podemos inferir que os festivais atlético/culturais e o turismo tiveram sua primeira aparição juntos nos Jogos Olímpicos da Antiguidade.

De fato, os estágios primitivos das práticas esportivas, pelo menos no que concerne a Grécia antiga, tem relações próximas com a viagem e as condições locais de estadia e participação. Standeven (1993, p.138) apóia esta interpretação afirmando que “ligações entre esporte e turismo não são, de forma alguma, novas, apesar de suas tendências e influências em épocas recentes terem dado a esta relação um novo sentido”⁴. Podemos então apontar o excelente exemplo de Olímpia, onde a viagem e a troca representavam um papel similar ao do turismo dos dias atuais. Assim, o sentido central da relação entre turismo e esporte foi estudado por pesquisadores como DeKnop, Wylleman, Martelaer, Puymbroeck & Wittcock (1993). Segundo estes: “Ambos, esporte e turismo, têm significados duradouros e surgiram há muito tempo atrás. Por exemplo, os vários festivais multi-esportivos das antigas civilizações gregas e romanas (...) atraíram sua parcela de turistas por muitos anos”. (op.cit. 36)⁵.

Existem algumas correlações entre o que aconteceu no passado e o que estamos vivenciando hoje. Apesar do turismo de hoje não ter o mesmo papel da viagem na Grécia antiga, podemos encontrar motivos e atitudes similares. Desta forma, faz-se relevante um

melhor entendimento de como e porque esta viagem ocorria de forma a traçar uma linha e apresentar as influências que estas manifestações tiveram na conjuntura atual da prática do esporte e turismo. Afinal, as influências mútuas entre esporte e turismo são particularmente importantes para o planejamento e implementação dos Jogos Olímpicos.

Apesar das recentes tentativas de cientistas sociais e historiadores esportivos em descortinar as antigas e representativas influências entre esporte e turismo, Pierre de Coubertin pode ser incluído entre os pioneiros intérpretes deste reforço mútuo. Para ele, escrevendo no final do século XIX, um dos principais objetivos dos Jogos Olímpicos era a criação de um palco internacional onde pessoas de todo o mundo se encontrariam em paz, trocando conhecimento e cultura, através das competições esportivas. Por outro lado, pode-se dizer que o turismo é baseado no desejo das pessoas em trocar e aprender outras culturas, conhecer gente e ir a lugares diferentes de seu usual. Desta forma, o conceito de turismo esta de acordo com o dos Jogos Olímpicos. Assim, não é de se surpreender que, ao tempo da criação dos Jogos, Coubertin estabeleceu que cada Olimpíada fosse realizada em uma cidade diferente do mundo, dando mais oportunidade para viajantes e turistas satisfazerem seus impulsos cosmopolitas da cultura européia.

Além disso, a reinvenção dos Jogos Olímpicos foi, sem sombra de dúvida, influenciada pelas experiências bem sucedidas das exposições internacionais, extensivamente presentes durante o final do século XIX e início do século XX em vários países. A demonstração desta tendência e a concordância dos primeiros Jogos Olímpicos do século XX com importantes feiras internacionais, como em Paris (1900), Saint Louis (1904) e Rio de Janeiro – Jogos Olímpicos Regionais (1922). Neste contexto, Kielling et al. (2001) recentemente afirmaram que estes eventos buscavam promover as cidades sedes e sua imagem levando a desenvolvimento industrial e comercial assim como adoção de novas tecnologias, conhecimento científico e novos estilos de vida. A partir destes argumentos podemos concluir que ambos, Jogos Olímpicos e Feiras Internacionais, tinham um objetivo implícito de incrementar o turismo – se entendemos o turismo como uma forma de intercâmbio – e, como resultado, eles tiveram um impacto profundo um sobre o outro.

Reforçando as conexões entre Feiras Mundiais e Jogos Olímpicos e suas relações com o turismo, DaCosta (2001) explica que, durante o início do século XX, cosmopolitismo e turismo estão brotando nas sociedades como sintomas do capitalismo sem fronteiras e desejo mundial de intercâmbio. Estas tendências refletiram na criação das Feiras e, conseqüentemente, dos Jogos Olímpicos.

Para Standeven (1993, p.137), "Pierre de Coubertin 'inventou' um novo incentivo para viajantes com a criação do Movimento Olímpico, e a primeira celebração dos Jogos em Atenas apresentou um caráter muito mais "turístico" do que "esportivo" ⁶. Esta afirmação corrobora com os casos apresentadas anteriormente de fontes históricas.

A partir destas interpretações podemos concluir que as Feiras internacionais tiveram uma influencia importante na "reinvenção" dos Jogos Olímpicos. Além disso, o turismo também teve um papel importante no modelo adotado pelos festivais. A participação do maior número de pessoas possível era imperativo para seu sucesso financeiro e de audiência. No nosso entendimento, a proposta dos Jogos Olímpicos Modernos inclui participação universal, e isto está intrinsecamente conectado com o turismo.

5 - Turismo e Esporte Hoje

Além da relação entre viagem e Jogos Olímpicos, e também importante analisar como esporte e turismo estão relacionados nos dias de hoje para que seja possível buscar influencias mutuas.

Um complexo processo de mudança vem sendo experimentado por diversas sociedades em direção a um novo estilo de vida. O excessivo compromisso e o enorme tempo gasto com o trabalho característico do período da Revolução Industrial vem abrindo espaço para uma sociedade com um maior entendimento da necessidade e a busca do lazer. Antes deste período, apenas determinadas classes sociais teriam tempo livre para o desfrute do lazer (WEBER, 1974).

Entre os diversos fatores que podem ser responsáveis por esta mudança de valores, Lacruz & Perich mencionam dois de especial relevância, sendo, pois: as rápidas transformações sociais que ocorreram no final do século XX e a fratura ideológica que vem sendo

experimentada desde então. Na busca de preencher este tempo livre, indivíduos passam a procurar atividades que lhes dêem prazer. Neste momento, esporte e turismo se adequam perfeitamente. O esporte satisfaz a necessidade de movimento do corpo enquanto o turismo atinge a cultura, a troca e as relações interpessoais. Dumazier (in LACRUZ & PERICH, 2000) contribui para esta interpretação afirmando que as pessoas buscam este tipo de atividade em busca de liberdade. Desejando equilíbrio pessoal, afastar-se da rotina, monotonia e estresse, as pessoas têm respondido afastando-se do cenário de seu dia-a-dia viajando ou praticando esporte.

Alem disso, não podemos ignorar a tendência do homem moderno de se relacionar. Apesar de todo o suporte que a tecnologia prove, ela também isola indivíduos. As rotinas de trabalho e os negativos aspectos da sociedade contemporânea estão subliminarmente conectados com isolamento social e anonimato. As pessoas têm evitado manter-se em casulos. Indivíduos estão, cada vez mais, buscando o contato com o outro. Neste contexto, o esporte é altamente adequado uma vez que é um instrumento de inclusão social (KIELING et al., 2001). Da mesma forma, o turismo oportuniza a experiência de novas culturas e o contato com outras pessoas.

Não menos importante é o fato de que a sociedade vem se direcionando para, cada vez mais, atingir seus limites. O turismo comum e as práticas esportivas de final de semana já não atendem mais a demanda de homens, mulheres e famílias na busca do novo. A diminuição do trabalho físico proporcionada pela tecnologia da sociedade pos-moderna, passa a encorajar uma atividade física mais intensa no tempo livre a fim de evitar problemas físicos e mentais (CAMACHO, 2000). Além disso, indivíduos têm estado mais alerta para as oportunidades de “ferias ativas” e o conceito de “dolce far niente” já está ficando “fora de moda”. Para alguns autores esta composição não representa qualquer surpresa. De Knop et al. (1993) entendem que os mesmos fatores sociológicos, psicológicos, econômicos, e culturas estão associados tanto como fonte de atividades de turismo quanto de esporte. Assim, a fusão é óbvia, uma vez que ambos, turismo e esporte, são caracterizados pelas mesmas tendências de adesão e participação.

Uma demonstração empírica desta tendência É mostrada por Standeven (1993). Este autor aponta que 15% - e crescendo – dos turistas ingleses são ativos durante suas férias. Isto quer dizer que, enquanto viajando (fazendo turismo), eles se envolvem em algum tipo de atividade física. Levando-se em consideração o tempo gasto como espectadores de eventos esportivos este numero aumenta ainda mais. O mesmo estudo mostra o caso de Eastbourne, um tradicional resort inglês, que tem seu setor de turismo muito incrementado na época do Ladies International Tennis Tournament, mostrando como espectadores de eventos esportivos podem gerar lucros para a industria turística. Para De Knop et al. (1993) a viagem de indivíduos ou grupos para assistir torneios esportivos é excelente oportunidade para as empresas de turismo. Kieling et al. (2001) também nos mostram alguns números significativos para demonstrar as grandes possibilidades do turismo na sociedade atual: de acordo com estes autores, a demanda por atividades esportivas por turistas belgas aumentou 1300% entre o ano de 1967 e 1989.

Outra importante motivação para esta relação semiótica entre esporte e turismo é que, juntos, representam referencias mutuas e background cultural para promoção de imagem. Sobre este aspecto, Kieling et al. (op.cit.) apresentam exemplos de experiências internacionais nos quais o esporte não só promove benefícios econômicos e sociais mas também atua como referencia para destinos turísticos. Além disso, o esporte pode ser visto também como referencia de qualidade de vida. Barcelona, sede Olímpica em 1992, é um modelo típico desta proposta em que esporte, turismo, interesses econômicos e sociais foram congregados e atendidos. Ainda usando sedes Olímpicas como exemplo, Lillehammer (1994) e Sidney (2000), enquanto associando dimensões ecológicas e culturais ao evento, também objetivavam construir uma imagem positiva de suas cidades na intenção de promover o turismo.

Estudiosos na área de esporte e turismo são ainda mais incisivos quando o assunto refere-se as possíveis correlações entre esporte e turismo. Para eles “não podemos ignorar a importância do esporte fator contribuinte para o turismo.” (DE KNOP, 1993, p.36)⁷. Dando continuidade em seu texto afirmam: “esporte e turismo são um crescente empreendimento de negócios” (op.cit., 48)⁸.

Entendendo a sociedade pos-moderna, baseado nas estruturas citadas anteriormente, podemos admitir que o setor de serviços – turismo e esporte incluídos – constitui o foco maior do setor econômico em qualquer sociedade avançada. Desta forma parece correto afirmar que o lazer tem uma importante função na estrutura econômica mundial. Na realidade, de acordo com Naisbitt (in TRI-GO, 1998), o turismo é responsável pela maior geração de taxas e é considerado a maior indústria em termos de produto bruto mundial. Nesta mesma linha de conta encontramos nos trabalhos de Kielling et al. (2001) que o esporte contribui com 2-3% do produto interno bruto das nações industrializadas.

Infelizmente, alguns países em desenvolvimento – e outros já industrializados – não entenderam ainda a importância e o valor do lazer para uma sociedade. Não apenas financeiramente como mostrado anteriormente, mas também na busca de saúde física e mental. Os que já perceberam isso estão presumidamente já envolvidos em turismo esportivo.

Uma prova do que poderíamos chamar de turismo esportivo pode ser encontrado nas agências de turismo. Grandes partes destas empresas se valem de imagens esportivas na confecção de seus folders promocionais (COSTA, 2000; DE KNOP et al., 1993). Algumas agências explicam que desta forma estão procurando oferecer para seus clientes uma compensação através do esporte, retorno a natureza, atividades em grupos, etc.. Dados demonstram esta tendência: cerca de 27% dos turistas belgas acham que o esporte e a atividade mais popular para suas férias (DE KNOP et al., 1993).

6 - Os Jogos Olímpicos e o Turismo Hoje

Os Jogos Olímpicos, como um mega evento internacional, transformou-se em um importante destino turístico. Na realidade, de acordo com Breton (2000), os Jogos são reconhecidos pela sua capacidade de atrair turistas. Para esta autora, os eventos esportivos são vistos como parte da indústria turística.

O numero reais de visitantes aos Jogos ainda precisam ser mais bem estudados (Breton, op.cit.). Entretanto, Battle (1992) afirma que centenas de milhares de pessoas presenciaram as festividades Olímpicas de 1996, referindo-se aos turistas que foram a Atlanta assistir ao Centenário dos Jogos Olímpicos modernos.

O impacto econômico de um mega evento esportivo nas cidades sedes é indiscutível. Como visto ate agora, o turismo se tornou uma industria relevante e valiosa para a sociedade moderna. Relevante porque cria um ambiente social sadio e valioso porque estimula a circulação monetária. Por outro lado, a variedade de culturas presenciando os eventos é uma atração por si só. Quanto maior a diversidade, mais atrativo o evento se torna. Alem disso, um dos focos de atenção principais dos Jogos Olímpicos é justamente o intercambio cultural e aí reside sua maior atração. Assim, Breton (2001) indica que não parece provável que os Jogos Olímpicos percam seu impacto na área de turismo. Encontramos então uma relação de interdependência entre o turismo e os Jogos Olímpicos.

A importância dos Jogos como promotor turístico está também implícito no estudo de Goldberg (1999) sobre este tema. O produtor das cerimonias das Olimpíadas de 1996 aponta que estas são uma boa oportunidade de mostrar a cultura local. Preuss (1999) também enfatiza os benefícios imateriais trazidos pela promoção de imagem através das cerimônias Olímpicas. Podemos argumentar então que o turismo pode se encaixar neste quadro. Alem disso, MacAloon (1996) alerta para a importância dada por Coubertin ao internacionalismo dos Jogos e coloca que estas são o palco de representação das diferenças culturais e comunicação intercultural. A promoção da cultura é um dos alvos da industria do turismo, assim esta preocupação em mostrar sua cultura esta diretamente relacionada com o turismo. Na perspectiva deste autor parece claro que o bônus obtido pelas cidades sedes dos Jogos está estreitamente relacionados com a promoção do turismo.

Consequentemente, não parece errado inferir que a associação dos eventos esportivos com a promoção da imagem da cidade sede e atração de visitantes tornou os Jogos Olímpicos de grande interesse para governos políticos. Isto é claramente

notado pelo aumento no número de cidades candidatas para os Jogos (DA COSTA, 1999). Além disso, o Comitê Olímpico Internacional, entendendo a importância que o turismo tem sobre o sucesso dos Jogos, vem crescentemente dando mais atenção a aspectos relacionados ao turismo na escolha de suas cidades sedes Olímpicas. Este passa a ser nosso próximo objeto de análise.

7 - Análise de Impacto do Turismo

O processo de seleção da cidade sede dos Jogos Olímpicos passou, naturalmente, a ser um importante tema tendo em vista os interesses envolvidos. Além disso, este processo tem criado um interesse teórico crescente como enfatizado por Preuss (2000). Os lucros são notáveis e acreditamos que o turismo esteja diretamente envolvido neste processo. Voltando a proposta inicial deste estudo, uma breve análise empírica baseada na metodologia do benchmarking será a seguir apresentada. Esta análise intenciona identificar as estratégias apresentadas pelas cidades candidatas.

A metodologia do benchmarking serve como ponto de referência para determinar parâmetros de análise. Na área de administração de empresas, benchmarking é utilizado na busca de qualidade total e performances superiores (BOGAN & ENGLISH, 1994). De acordo com a delimitação deste estudo, uma aproximação simplificada do benchmarking foi aplicada ao processo de seleção para a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2004. As informações foram coletadas a partir do relatório da Comissão de Avaliação para cidade sede dos Jogos Olímpicos do Comitê Olímpico Internacional (1997).

O Comitê Olímpico Internacional, através de sua Comissão de Avaliação, analisou onze tópicos no relatório das cidades candidatas para os Jogos de 2004 (IOC, 1997). Alguns destes tópicos podem ser direta ou indiretamente relacionados com o turismo. De acordo com a proposta deste estudo, selecionamos algumas categorias que entendemos que poderiam ser diretamente impactantes no turismo e as analisamos, avaliando se estas haviam sido positiva ou negativamente apresentadas

pelas cidades candidatas. Os tópicos estavam apresentados sob as seguintes formas: Segurança; Olimpismo e Cultura; Acomodações; e Transporte. Dentro de cada um destes tópicos – referidos como “Temas” pela Comissão – encontramos diversos subtópicos. Destes escolhemos os que melhor se aplicavam as questões do turismo.

O benchmarking utilizado baseou-se na tabela apresentado por DaCosta (1999). Neste tipo de análise temos um perfil comparativo sem significantes julgamentos de valores. Os dados são apresentados e a análise é feita através de uma breve comparação que transfere informações qualitativas para uma compreensão quantitativa. Esta metodologia objetiva apenas identificar tendências (DACOSTA, 1999). As informações foram inteiramente coletadas no Relatório da Comissão de Avaliação para os Jogos da XXVIII Olimpíada em 2004 do Comitê Olímpico Internacional (1997).

Definimos que um sistema de pontuação seria aplicado para fins comparativos, como se segue: Suficiente (3 pontos); Projetado (2 pontos); Nulo (1 ponto); e Insuficiente (0 pontos). A avaliação foi feita baseada nas tabelas apresentadas pela Comissão Avaliadora do COI. Os dados então representados por números foram analisados em comparação com a média: as cidades que estavam acima da média foram consideradas Suficientes e as abaixo da média Insuficientes. Valores extremos não foram considerados na formulação das médias porque desta forma os dados poderiam ser mascarados. Quando a informação não foi apresentada pela cidade candidata, as consideramos como Nula. Quando a informação era um plano de ação futuro, consideramos a Projetadas.

Resumindo as informações apresentadas na Tabela 1, podemos sugerir que todas as cidades melhor organizadas para o turismo estavam entre as cinco finalistas. Atenas, Roma e Estocolmo foram as únicas cidade com porcentagem maior do que 70% com relação aos aspectos relacionados ao turismo. De fato, Atenas – a cidade escolhida – teve, por boa margem, melhor pontuação que todas as outras neste aspecto, exceção feita somente a Estocolmo. Esta pode ser uma evidencia empírica significativa.

Alem disso, todas as cidades candidatas parecem ter dado alguma atenção aos aspectos relacionados ao turismo visto que nenhuma delas teve pontuação inferior a 50%.

8 - Conclusão

A revisão histórica aqui apresentada sugere relações entre os fenômenos esportivos e o turismo desde a Grécia antiga ate os dias atuais. Assim como os Gregos buscavam cultura, troca, divertimento e experiências durante suas peregrinações a Olímpia, os turistas atuais também mostram esta mesma característica. A forma e objetivos são, naturalmente, diferentes, mas a essência pode ser considerada como única.

Além desta aproximação histórica, podemos concluir através dos dados analisados que o turismo produz um impacto substancial nos Jogos Olímpicos da era moderna. Os investimentos gerados, os legados e a enorme quantidade de pessoas que pode vir a absorver o ideal e a mensagem Olímpica, são alguns dos exemplos deste impacto.

Finalmente, como tentamos mostrar através desta breve análise empírica, o turismo é um relevante aspecto de interesse para as cidades candidatas dos Jogos Olímpicos. Ambos, cidades-candidatas e Comitê Olímpico Internacional parecem perceber a importância do turismo para o sucesso dos Jogos. O primeiro entende que os legados são substanciais e lucrativos e o segundo percebe que estes podem ser uma forma de disseminação dos ideais Olímpicos e seu respectivo sucesso.

TABELA I SELECAO PARA OS JOGOS OLIMPICOS – 2004 (1997) AVALIACAO DO TURISMO COMO FATOR IMPACTANTE					
<div>Cidades</div> <div>Temas</div>	ATHE NAS	B. AIRES	C. DO CABO	ISTAM BUL	LILLE
Índice de Criminalidade	S	S	S	I	I
Programa Cultural durante os Jogos	S	S	S	S	S
Orcamento para Olimpismo e Cultura	S	I	I	S	S
Instalacoes para Cerimonias de Abertura e Encerramento	S	S	P	P	S
Assentos para Cerimonias de Abertura e Encerramento	S	I	S	S	I
Quartos disponiveis	S	S	I	S	S
Acomodacoes a serem construidas	N	P	P	P	P
Acesso a cidade	I	I	I	I	S
Aeroporto	P	P	P	P	N
Plano de transporte	P	P	P	P	S
TOTAL	23	18	17	20	20
PERCENTUAL	76,7%	60%	56,7%	66,7%	66,7%

Continuação da tabela 1					
Cidades Temas	ROMA	SAN JUAN	SEVILHA	ESTOCOLMO	ST.PETER'S
Índice de Criminalidade	I	S	N	S	I
Programa Cultural durante os Jogos	S	S	S	S	S
Orcamento para Olimpismo e Cultura	I	S	I	S	I
Instalacoes para Cerimonias de Abertura e Encerramento	S	P	S	P	S
Assentos para Cerimonias de Abertura e Encerramento	S	I	I	I	S
Quartos disponiveis	S	I	I	S	I
Acomodacoes a serem construidas	P	P	N	P	P
Acesso a cidade	S	S	S	S	I
Aeroporto	P	P	P	P	P
Plano de transporte	P	P	P	P	P
TOTAL	21	20	15	23	15
PERCENTUAL	70%	66,7%	50%	76,7%	50%

Referências Bibliográficas

- BATTLE, C. Reflections on the Centennial Olympic Games in Atlanta. *Report of the Thirty-Seventh IOA Session*. Lausanne: IOA, 1999. p. 161-166.
- BENTO, J. *Desporto e humanismo: o campo do possível*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BOGAN, C. E. & ENGLISH, H. J. *Benchmarking for best practices*. New York: McGraw-Hill Inc., 1994.
- BRETON, C. Olympic tourism. In: INTERNATIONAL OLYMPIC ACADEMY. *Report on the I.O.A.'s special sessions and seminars 1999*. Athens: IOA, 2000. pp 51-71.
- CAMACHO, A. Lãs actividades físicas em la naturaleza em lãs sociedades occidentales de final del siglo. *Revista Digital*. <http://www.efdeportes.com/>, año 5, n.23. Buenos Aires, 2000.
- COSTA, V. *Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário*. São Paulo: Manole, 2000.
- CROWTER, N. Visiting the Olympic Games in ancient Greece: travel and conditions for athletes and spectators. *The International Journal of the History of Sport*, v.18, n.4 (december). London: Frank Cass, 2001. pp.37-52.
- DA COSTA, L. P. *The green dream: the Olympic Movement and the environment*. Paper presented at the 1999 Session of Singapore NOA.
- DA COSTA, L. P. *Visions for Athens - 2004*. Paper presented at the International Olympic Academy, 5th Joint International Session for Educators & Officials of Higher Institutes of Physical Education. Olympia, 2001.
- DA COSTA, L. P. Visões de Atenas – 2004: filosóficos, da arte e da história nas representações sociais. In: VOTRE, S. (org.) *Imaginário e representações sociais em educação física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001. pp.327-336.
- DE KNOP et al. New professions in sport and tourism. In: MESTER, J. (ed.) *2nd European Forum Sport Sciences in Europe 1993*:

current and future perspectives. German Sport University, Cologne. September 8-12, 1993. Conference Proceedings. Sport, Leisure and Physical Education Trends and Development. v.1. Meyer & Meyer Verlag, 1993. pp.32-54.

GOLDBERG, D. Olympic Ceremonies rites: themes and objectives of the ceremonies. *Report of the Thirty-Seventh IOA Session*. Lausanne: IOA, 1999. p. 175-180.

INTERNATIONAL OLYMPIC ACADEMY. *Report of the Evaluation Commission for the Games of the XXVIII Olympiad in 2004*. Lausanne: IOC, 1997.

KIELING, A., ANATOCLES, M., ANTUNES, E. & DA COSTA, L. *Florianópolis: in search of a new model for urban planning based on large-scale sport events and leisure sport activities*. Poster presented at the 6th Annual Congress of the European College of Sport Science – 15th Congress of the German Society of Sport Science. Cologne, 2001.

LACRUZ, I. & PERICH, M. Las emociones en la práctica de las actividades físicas en la naturaleza. *Revista Digital*. <http://www.efdeportes.com/>, año 5, n.23. Buenos Aires, 2000.

MAC ALOON, J. Olympic Ceremonies as a setting for intercultural exchange. In: MORAGAS, M., MAC ALOON, J. & LLINÉS, M. (eds.). *Olympic Ceremonies: historical continuity and cultural exchange*. International Symposium on Olympic Ceremonies. Barcelona-Lausanne, nov. 1995. pp.29-43.

MANDELL, R. *Historia cultural del deporte*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1986.

MILLER, S. *Arete: ancient writings, papyri and inscriptions on the history and ideals of greek athletics and games*. Chicago: Ares Publishers, Inc., 1979.

PREUSS, H. *Economics of the Olympic Games – hosting the games 1972-2000*. Petersham: Walla Walla Press, 2000.

PREUSS, H. *Expenditures of an Organizing Committee*. Paper presented at the International Olympic Academy "The Greek Olympic heritage and visions for Athens 2004". Olympia: IOA, 1999.

STANDEVEN, J. Sport and tourism in the south of England. In: MESTER, J. (ed.) *2nd European Forum Sport Sciences in Europe 1993: current and future perspectives*. German Sport University, Cologne. September 8-12, 1993. Conference Proceedings. Sport, Leisure and Physical Education Trends and Development. v.1. Meyer & Meyer Verlag, 1993. pp.137-152.

TRIGO, L. Os setores público e privado no lazer e no turismo. Não publicado.

VEBLEN, *A teoria da classe ociosa: um estudo economico das instituicoes* por Thorstein Veblen. Sao Paulo: Abril Cultural, 1971.

YALOURIS, N. *Ancient Elis: cradle of the Olympic Games*. Athens: Adam Editions, 1996.

YALOURIS, N. Ancient Elis: the cradle of the Olympic Games. *Report of the Thirty-Seventh IOA Session*. Lausanne: IOA, 1999. p. 45-52.

Notas

¹ É importante que fique claro que quando fazemos qualquer citacao referente a lendas estamos nos referindo a algumas delas e não a todas. Os gregos antigos baseavam parte de suas crenças em lendas e diversas versoes das mais diferentes podem ser encontradas na "literatura" desta época.

² Tradução livre da autora

³ Tradução livre da autora

⁴ Tradução livre da autora

⁵ Idem

⁶ Tradução livre da autora

⁷ Tradução livre da autora

⁸ Tradução livre da autora

A função do marketing nos Jogos Olímpicos

Cassiano Leal
FGV

1 - Introdução

O Marketing Esportivo tem se destacado como uma das principais formas de estratégias das empresas modernas. Isto porque tem sido utilizado como uma ferramenta bastante eficaz para que as empresas alcancem seus objetivos, seja para venda de produtos, criação e fixação de sua imagem ou ainda na manutenção e conquista de novos mercados.

O Comitê Olímpico Internacional, COI, viu no marketing a chance de poder financiar não só os Jogos Olímpicos mas todo o Movimento Olímpico.

As empresas patrocinadoras dos Jogos vêem este evento como uma forma de associar a sua marca, principalmente, com os benefícios intangíveis dos Jogos Olímpicos, esperança, sonhos e inspiração, amizade e justiça e união no esforço.

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância e a evolução do marketing nos Jogos Olímpicos a vista de observar perspectivas futuras.

Para isso pretendo mostrar um pouco do histórico do marketing dentro do Movimento Olímpico, sua estrutura e ações atuais e as necessidades e cuidados para o futuro, fazendo que todos reflitam e se unam num esforço para eternizar os valores herdados do Barão de Coubertin.

2 - O Marketing Olímpico

O Marketing Olímpico é uma força dirigida para a promoção, segurança financeira e estabilidade do Movimento Olímpico.

A principal diferença do Marketing Olímpico, principalmente se comparado ao marketing de patrocínio convencional, é o fato que os Jogos Olímpicos são o único evento onde não é permitida a propaganda nos estádios nem nos atletas. Além disso, existe um controle do número de patrocinadores principais e as transmissões feitas dos Jogos devem ser limpas.

Os objetivos do marketing Olímpico dentro do Movimento Olímpico são:

- Assegurar o futuro do esporte, contribuindo com o desenvolvimento de atletas de diversas nações através de seus Comitês Olímpicos e Federações afiliadas ao COI;
- Alicerçar os Jogos Olímpicos provendo a colaboração a cada Comitê Organizador dos Jogos;
- Preservar, proteger e promover a imagem e os ideais olímpicos pelo mundo todo, e trabalhar com todos os parceiros para realçar o Olimpismo;
- Criar programas de marketing em longo prazo, a fim de assegurar a estabilidade e a independência financeira do movimento olímpico durante os Jogos e o período entre eles;
- Assegurar que o maior número de pessoas tenha acesso aos Jogos Olímpicos através dos meios de comunicação, como a televisão aberta;
- Evitar o comércio descontrolado dos Jogos Olímpicos;
- Ajudar, com o apoio dos parceiros, que todas as nações pertencentes ao Movimento Olímpico, incluindo comitês olímpicos nacionais, federações internacionais e outras organizações promovam o Olimpismo e os Ideais Olímpicos.

Desde a criação dos Jogos Olímpicos Modernos, em 1896, pelo Barão de Coubertin, o comércio local e outras benfeitorias têm ajudado os atletas, os Jogos e toda sua estrutura por mais de um século. O Marketing dos Jogos Olímpico se desenvolveu significativamente a partir das duas últimas décadas, garantindo ganhos crescentes. A importância do marketing está além da sustenta-

ção e continuidade dos Jogos, tem também a função de difundir para o maior número de pessoas no mundo, através dos Jogos Olímpicos, o esporte, seus ideais e benefícios.

O fator essencial do programa de marketing Olímpico tem sido justamente a televisão, não somente em termos de geração de receitas (em Sidney 2000 gerou 45% de todas as receitas), mas como veículo primordial para que o mundo possa assistir aos Jogos Olímpicos e receber as mensagens mais importantes da Imagem Olímpica: esperança, sonhos e inspiração, amizade e justiça e união no esforço. As imagens de Sidney 2000 chegaram a 3,7 bilhões de pessoas em 220 países em 29600 horas de transmissão, enquanto Atlanta 1996 chegaram a 3,2 bilhões em 214 países em 25000 horas de transmissão.

O Comitê Olímpico Internacional (COI)¹, que tem todos os direitos sobre os símbolos Olímpicos, os anéis, a bandeira, o lema, o hino e os Jogos Olímpicos em si, é o responsável por gerenciar o programa mundial de marketing Olímpico, que tem como itens os direitos de transmissão e o programa de patrocínio mundial, chamado de TOP (The Olympic Partner). O COI também supervisiona o programa de marketing local do país sede dos Jogos. Isso têm contribuído e muito para os Jogos Olímpicos. Nos últimos Jogos Olímpicos de Sidney, na Austrália, todas as passagens e acomodações para atletas e oficiais foram viabilizadas pelos ganhos com os patrocinadores.

O marketing dos Jogos Olímpicos tem contribuído para que o COI promova o Olimpismo. De acordo com a Carta Olímpica o COI tem a função de:

- Fomentar a coordenação, a organização e o desenvolvimento do esporte e suas competições esportivas;
- Colaborar com as organizações e as autoridades pública e privada competentes para por o esporte a serviço da humanidade;
- Assegurar a celebração periódica dos Jogos Olímpicos;
- Lutar contra e qualquer forma de discriminação ao Movimento Olímpico;
- Apoiar e estimular o fomento à ética esportiva;
- Dedicar esforços para que reine o espírito do “fair-play” (jogo justo) e que a violência seja erradicada do esporte;
- Liderar a luta contra o doping no esporte;

- Tomar medidas destinadas a impedir que a saúde dos atletas corra perigo;
- Se opuser a qualquer política ou publicidade que abuse do esporte e atletas;
- Zelar para que os Jogos Olímpicos aconteçam de forma responsável a respeito do meio ambiente;
- Dar condições para a Academia Olímpica Internacional;
- Apoiar outras instituições que se dedicam à educação Olímpica.

O sucesso do programa de marketing Olímpico hoje promove também o Movimento Olímpico de amanhã. O quadriênio (2001 – 2004) foi garantido pelo ganho do quadriênio anterior (1997 – 2000). Como suporte ao Comitê Olímpico Australiano, o COI disponibilizou US\$ 125 milhões em fundos do marketing Olímpico, e o governo estadual de Sidney recebeu US\$ 367,5 milhões para a construção das instalações esportivas.

O Marketing dos Jogos Olímpicos tem algumas singularidades em comparação com o marketing tradicional, tem que conviver com o Olimpismo e seus princípios. Ao mesmo tempo em que não é permitida nenhuma forma de patrocínio nos estádios e nos atletas, existe a preocupação com a comercialização da imagem Olímpica, de construir uma reputação para garantir vantagens de negócios.

Para as cidades candidatas existe um manual do COI onde o Comitê Organizador deve seguir suas orientações. De acordo com o manual, para o Programa de Marketing ter sucesso é essencial respeitar, nesta ordem, os seguintes pontos:

- Proteger os símbolos Olímpicos;
- Respeitar o direito de exclusividade dos vários parceiros Olímpicos com o respectivo controle de marketing de emboscada (empresa que usa os símbolos Olímpicos em benefício próprio sem ter pago pelos direitos de uso destes);
- As cidades sedes devem ter o controle sobre toda propaganda nas ruas, seja no transporte público, nos aeroportos, outdoors, etc., durante os Jogos e um mês antes destes para poder sustentar o Programa de Marketing;
- Garantir que a cidade sede tenha a capacidade de acomodar todos os visitantes e ter o controle de preços destas acomodações.

3 - Estrutura do Marketing Olímpico

O Comitê Olímpico Internacional (COI) como detentor dos direitos sobre os Jogos Olímpicos e as marcas olímpicas, é responsável por todo controle e gerência do Programa de Marketing Olímpico. O programa é conduzido da seguinte forma:

- Diretoria do COI: controla e aprova as políticas de marketing propostas pela comissão de marketing do próprio COI;
- A Comissão de Marketing do COI assegura-se que as políticas de marketing Olímpico permaneçam atuais de acordo com o mercado levando-se em conta os Princípios Fundamentais do Olimpismo, e tem também a função de propor uma política de policiamento contra marketing de emboscada aprovada pela diretoria;
- O Departamento de marketing do COI executa as recomendações da Comissão de Marketing aprovadas pela diretoria;
- Agências especializada auxiliam o Departamento de Marketing do COI na gerência e otimização dos programas de marketing Olímpico.

4. Evolução do Marketing Olímpico

A história da relação entre a indústria e o Movimento Olímpico pode ser dividida em seis fases:

4.1 - Publicidade Local (1896 – 1927)

A publicidade desta primeira fase compreende na ações nos locais dos eventos esportivos, com a concessão dos direitos de proporcionar serviços aos espectadores durante os Jogos, como quiosques de venda de produtos, aluguel de binóculos, fotografia. Porém estas atividades de marketing não eram desenvolvidas pelo comitê organizador. Desde essa época os fornecedores já esperavam que as pessoas associassem seus produtos à imagem positiva do evento. Em Paris 1924, foi o primeiro e último Jogos onde foram comercializadas placas de publicidade;

4.2 - Uso do emblema (1928 – 1947)

O marketing dos Anéis Olímpico começou logo após Coubertin tê-los tornado emblema oficial do Movimento Olímpico. Baseado no critério em que os anéis poderiam ser usados para aumentar as vendas, aconteceram as primeiras formas de merchandising. Ficou evidente o crescente uso da palavra olímpico nas propagandas dos fornecedores dos jogos. Em 1938 os emblemas olímpicos passaram a receber pagamentos para os direitos de uso. A maior parte coube aos comitês nacionais, e conseqüentemente aos atletas. Em Los Angeles 1932 o conceito de patrocínio foi utilizado pela primeira vez e também que foi o primeiro evento que se pagou e gerou lucro. Em Berlim 1936, foi a primeira vez que os Jogos Olímpicos foram televisionados;

4.3 - Marketing Internacional (1948 – 1975)

O primeiro provável patrocinador olímpico oficial de um jogos deve ter sido o padeiro Helms que, em 1948, pagou US\$ 10.000 ao comitê organizador americano para ter os direitos de propaganda em qualquer idioma. Os comitês organizadores não tinha qualquer vantagem sobre este tipo rentável até o primeiro programa internacional de vendas, nos Jogos seguintes, em Helsinque 1952. Foi neste ano que se vendeu um programa de marketing internacional. Empresas de 11 países doaram produtos, de comida para atletas até flores para os ganhadores de medalhas. Nos anos seguintes as atividades de marketing aumentaram, apesar da limitação para o licenciado. Este período também é marcado pela preocupação do COI em proteger os Anéis Olímpicos porque a comercialização estava violando o espírito dos Jogos. Os Jogos de Roma 1960 foi a primeira vez que os Jogos são transmitidos ao vivo para fora do país (18 países). 46 empresas patrocinaram os Jogos. Em Tóquio 1964, 250 patrocinadores, entre eles até uma marca de cigarro que geraram mais de US\$ 1 milhão. Em Munique 1972 foi a primeira vez que uma agência de marketing foi utilizada para comercializar os Jogos. O mascote foi introduzido como símbolo e novo item de licenciamento;

4.4 - Comercialização (1976 – 1984)

O começo dos anos 80 forma marcados pela descoberta pelas empresas dos benefícios do esporte como mensagem de propaganda. Em 1976 os Jogos tiveram um grande número de patrocinadores (628), que geraram US\$ 7 milhões, porém foi só em 1981 que o COI fundou a Nova Comissão de Fonte de Financiamento para explorar todas as fontes. Mais tarde foi criado o conceito de exclusividade seguido, em 1983, da venda do conceito de Programa Olímpico como um pacote de soluções para o COI através da agência de marketing ISL, sendo que 51% pertenceu a apenas uma marca de material esportivo. Os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, tiveram um rendimento de US\$ 215 milhões. Foi o primeiro programa de marketing estruturado, com 34 patrocinadores oficiais, 64 fornecedores oficiais e 65 licenciados oficiais;

4.5 - Protegendo os emblemas (1985 – 1996)

Seul 1988 teve o primeiro programa TOP. Até hoje os patrocinadores TOP do COI têm o direito de usar os Anéis Olímpicos em seus produtos, dentro de sua categoria, em todos os territórios que possuam Comitês Olímpicos vinculados ao COI. Em Seul foram separadas a comercialização do COI e do COJO. Os programas nacionais de patrocínio foram estendidos. Com o aumento da diferenciação, os patrocinadores individuais do Movimento Olímpico permaneceram obscuros para os espectadores, devido ao oportunismo de outras empresas que não pagavam pelos direitos mas encontravam uma maneira de ter associada sua marca ao Jogos (marketing de emboscada). Em Barcelona 1992 o repasse da transmissão por satélite aumentou o número de telespectadores consideravelmente. Em Atlanta 1996 a audiência global televisiva atingiu 3,5 bilhões de pessoas. Os Jogos marcados pela superexposição de marcas nas ruas de Atlanta. De 1985 até 1996 o merchandising dos jogos cresceu consideravelmente. Para os comitês organizadores isto se tornou uma importante fonte de financiamento;

4.6 - Controle pelo COI (1997)

Marcada pela troca da agência de marketing ISL, que intermediava os negócios do COI, pela criação de uma agência de marketing própria do COI, a Meridian. O COI deixou de repassar 25% de todos os ganhos. Está época também foi marcada por um controle do número de patrocinadores, parceiros, fornecedores e licenciados dos Jogos Olímpicos. Incomparável em termos de número de empresas (nos Jogos de Montreal, em 1976, foram 882 empresas), e melhor compreendido entre Atlanta – 1996, com 258 empresas, uma Olimpíada marcada pela superexposição de marcas, “sujando” a cidade e os Jogos, e Sidney – 2000, que teve 164 empresas, principalmente no item empresas licenciadas, que caíram de 148 em Atlanta para 66 em Sidney. No futuro este número deve aumentar pois o COI quer expandir o licenciamento para escalas internacionais, e não só na cidade sede dos Jogos. Após 1984, em Los Angeles, a estratégia do COI foi desenvolvida para garantir os direitos de exclusividade, visando também longos contratos, como vemos hoje com os direitos de TV.

5 - Fonte de Rendimento do Marketing Olímpico

Os Jogos Olímpicos proporcionam rendimentos financeiros para o Movimento Olímpico, assim como dão aos patrocinadores a oportunidade de demonstrar eficiência na contribuição vital de produtos, serviços, tecnologia e na operação dos Jogos. Estes usam a imagem deste grande evento para atribuir valor à sua marca, conseqüentemente, aumentar suas vendas. As pessoas muitas vezes compram um produto pela associação com um grande herói esportivo. Se um grande herói do esporte fosse patrocinado por outra marca esportiva, provavelmente as pessoas comprariam mais a outra marca (ex. Michael Jordan).

Os patrocinadores dos Jogos Olímpicos têm também oportunidades fora do âmbito esportivo. Podem desenvolver junto aos consumidores ações educacionais, ambientais, culturais e de orientação aos jovens, onde comunicam suas mensagens corporativas juntamente com os ideais olímpicos a um nível local e mundial.

As principais fontes de rendimento do Marketing Olímpico estão relacionadas com os direitos de transmissão de rádio e TV, ao Programa de Patrocínio, o Programa de Fornecedores, o Programa de Licenciados, bilheteria, moedas comemorativas, loterias especiais, entre outros.

Comparação das receitas dos direitos de transmissão:

Jogos de Verão	US\$ milhões	Jogos de Inverno	US\$ milhões
		Lake Placid 1980	21
Moscou 1980	100	Sarajevo 1984	103
Los Angeles 1984	287	Calgary 1988	325
Seul 1988	403	Albertville 1992	292
Barcelona 1992	636	Lillehammer 1994	353
Atlanta 1996	935	Nakano 1998	513
Sidney 2000	1.331	Salt Lake 2002	738

O COI detêm os direitos exclusivos de uso dos Anéis Olímpicos e permite o uso deles para os Comitês Olímpicos Nacionais (CONS)², que podem distribuí-los dentro do país. O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJOs)³, na ocasião destes, tem o direito exclusivo dos emblemas e mascotes.

Existem basicamente 5 tipos de programas do Marketing Olímpico (o nome dos programas podem variar de Olimpíada para Olimpíada):

5.1 - O Programa Olímpico (TOP – The Olympic Partners)

Dá suporte ao Movimento Olímpico internacionalmente, desenvolvendo programas de marketing junto ao COI, aos COJOs e CONs. Criado em 1985, consiste no programa onde empresas globais (que atuam em todo mundo todo) firmam um contrato longo, mínimo de 4 anos, com o COI, e tem como garantia serem patrocinadores oficiais, com exclusividade mundial, o que significa que essas empresas têm o direito de marketing dos símbolos olímpicos atrelados aos seus produtos, dentro de sua categoria de produtos. São patrocinadores tanto das Olimpíadas de verão quanto de inverno, dentro do quadriênio. Os patrocinadores TOP fornecem além de contribuição financeira, contribuição em forma de produtos, serviços, conhecimento e pessoal.

Adicionalmente os direitos exclusivos internacionais eles recebem:

- Uso de todas as imagens Olímpicas;
- Oportunidades de relacionamento de negócios seja através de seus próprios camarotes ou nas festas e eventos promovidos pelo COI;
- Propaganda direta e oportunidade promocional, incluindo preferência no acesso à propaganda da transmissão dos Jogos;
- Oportunidade de demonstração de produto e concessões ou franquias;
- Proteção contra marketing de emboscada;
- Certificado de reconhecimento de suporte ao Programa de Patrocínio Olímpico.

Os CONs e os COJOs tem uma participação do total da renda obtida com estes patrocinadores.

A Evolução do Programa TOP:

Programa TOP	Número de Parceiros	Número de Países / CONS	Total de Receita Gerada		
				Espécies	Permuta*
TOP I (1985 – 1988) Calgary / Seul	9	159	US\$ 95 milhões	-	-
TOP II (1989 – 1992) Albertvilles / Barcelona	12	169	US\$ 175 milhões	-	-
TOP III (1993 – 1996) Lillehammer / Atlanta	10	197	US\$ 350 milhões	-	-
TOP IV (1997 – 2000) Nagano / Sidney	11	199	US\$ 552 milhões	US\$ 298 milhões	US\$ 254 milhões
TOP V (2001 – 2004) Salt Lake City / Atenas	10	199	US\$ 605 milhões	US\$ 332 milhões	US\$ 273 milhões

*Permuta: em produtos, tecnologia, serviço, conhecimento, etc.

Fonte: COB, Seminário sobre Candidatura para os Jogos Olímpicos no Brasil

5.1- Patrocinadores dos Jogos Olímpicos

É o programa de patrocínio do Comitê Nacional Organizador dos Jogos, que garante para as empresas os direitos de uso do emblema daquele Jogos em seus produtos e a divulgação de status de parceiro do COJO ou parceiro do time nacional. Estão abaixo dos patrocinadores TOP. É a maior fonte de renda do COJO. Existem diversas possibilidades de propriedades nos Jogos Olímpicos, apesar de ser proibido a propaganda nos locais de competição e nos atletas. Fora os direitos exclusivos já descritos. Os mascotes e emblemas dos Jogos Olímpicos criam oportunidades para os comitês organizadores de tornar aqueles Jogos Olímpicos como um momento único, aumentando assim as possibilidades de marketing. Além destas existem diversas possibilidades de ganhos a serem

desenvolvidas pelo COJO. O planejamento deve ser feito para maximizar os ganhos dessas possibilidades. Alguns exemplos são: moedas comemorativas, selos comemorativos, "loterias olímpicas", pins, álbuns de figurinhas, enfim.

5.2- Patrocinadores Nacionais

É o Programa de Patrocínio dos Comitês Olímpico Nacionais. São garantidos às empresas nacionais patrocinadoras dos Jogos os direitos de propaganda local com o emblema do COJO com o título de "patrocinador oficial" relacionado à sua categoria de produto. No país sede está abaixo dos patrocinadores TOP e dos parceiros do COJO. Nos outros países estes patrocinadores estão abaixo somente dos patrocinadores TOP.

5.3 - Fornecedores

Programa Olímpico de fornecedores oferecem suporte e produtos necessários ao COI, CONs e COJOs. Para O COI é fornecido de produtos e serviços básicos e essenciais para o andamento operacional do COI. Em troca estas empresas recebem direitos de marketing limitados. Para o Comitê Organizador dos Jogos e para o CON, as empresas deste programa fornecem os mesmos produtos e serviços básicos e essenciais, em troca direitos de marketing limitados dentro do país sede.

5.4 - Licenciados

O Programa de Licenciamento produz produtos oficiais licenciados pelo COJO, pelo CON e pelo COI. Estes produtos carregam os emblemas e mascotes dos Jogos Olímpicos ou seleções Olímpicas. O Programa é subdividido em três partes:

- Comitê Organizador - COJO: licencia empresas para criarem brindes e lembranças dos Jogos. Essas empresas pagam uma porcentagem dos ganhos, geralmente entre 10% e 15% pelo direito de usar o emblema Nacional ou dos Jogos em seus produtos. Esses produtos são geralmente de natureza comemorativa, como pins, camisetas e bonés;

- Comitê Olímpico Nacional – CON: licencia empresas para criarem brindes ou lembranças do time Olímpico nacional. Pagam geralmente entre 10% e 15% pelo direito de usar o emblema Nacional ou dos Jogos em seus produtos. Esses produtos são geralmente de natureza comemorativa, como pins, camisetas e bonés;
- Comitê Olímpico Internacional: Opera um programa limitado de licenciamento mundial para certas categoria de produtos, como filmes, vídeo games e outras oportunidades multimídia.

Futuramente este programa poderá se desenvolver muito pois o COI ajudará aos COJOs a obter contratos com empresas internacionais, gerando maiores ganhos para o Movimento Olímpico. Com isso o COI vai poder controlar melhor o número e os produtos cuidando da divulgação dos ideais dos Jogos, particularmente para os jovens.

Em Sidney, as fontes de rendimentos foram (percentualmente)⁴:

- Televisão: 45% - US\$ 1, 331 bilhão
- Patrocínio Local: 16% - US\$ 492 milhões
- Ingressos: 19% - US\$ 551 milhões
- Licenciamento: 2% - US\$ 52 milhões
- TOP IV: 18% - US\$ 550 milhões
- Moedas comemorativas: 1%

Num total aproximado de US\$ 3 bilhões.

6- Distribuição do Rendimento do Marketing Olímpico

O Comitê Olímpico Internacional é um órgão internacional sem fins lucrativos e que distribui a maior parte dos ganhos vindos do programa de Marketing Olímpico.

Os ganhos provenientes dos contratos de transmissão de rádio e TV e dos patrocinadores permitem ao COI proporcionar aos COJOs grande parte do orçamento dos Jogos antecipadamente. Só em direitos de transmissão o COI já tem garantido para os Jogos Olímpicos de Atenas 2004 US\$ 1,5 bilhão, para os Jogos de Inverno de Torino, Itália em 2006 US\$ 832 milhões e para Beijing 2008 US\$ 1,7 bilhão⁵.

Os fundos dos programas de marketing Olímpico permitem ao CON custear no treinamento e desenvolvimento dos atletas e os custos de enviar as seleções Olímpicas nacionais para os Jogos.

O Solidariedade Olímpica é um braço do COI que administra o desenvolvimento de atletas e países com necessidades através de seus CONs, com a parte que recebe dos rendimentos dos contratos de direito de transmissão. No quadriênio 1997 – 2000, o Solidariedade Olímpica recebeu US\$ 118,7 milhões, e receberá US\$ 209,5 milhões no quadriênio 2001 – 2004⁶.

O COI é a maior fonte de rendimento da maioria das federações internacionais (Fis), ajudando no desenvolvimento de seus respectivos esportes mundo afora. Em Sidney 2000 foram mais de US\$ 190 milhões recebidos apenas dos direitos de transmissão. As Olimpíadas de Inverno de Salt Lake 2002 geraram mais de US\$ 85 milhões⁷ para as Federações Internacionais.

Os fundos também contribuem para diversas organizações internacionais de esportes reconhecidas, incluindo o Comitê Paraolímpico Internacional, o CONJO das Paraolimpíadas e a Agência Internacional Anti-Doping, que recebeu do COI nos Jogos de Sidney 2000 US\$ 25 milhões só da parte de direitos de transmissão do COI.

O COI retém aproximadamente 8% dos rendimentos do Marketing Olímpico para os custos operacionais e administrativos de dirigir o Movimento Olímpico.

A distribuição de renda no quadriênio de 1997 – 2000 foi de:

- Movimento Olímpico (COI, CONs, Fis): 28% - US\$ 820 milhões
- COJOs e Comitê Olímpico Australiano: 72% - US\$ 2,156 bilhões

7 - As relações entre o COI, Comitê Organizador, Patrocinadores e Licenciados pelo ponto de vista individual

Os interesses individuais de cada participante do Marketing Olímpico variam de acordo com seus objetivos e necessidades:

7.1- Comitê Olímpico Internacional – COI

O ex-presidente do COI, Juan Antonio Samaranch e seu esforço para tornar o Movimento Olímpico financeiramente independente abriu as portas do COI para o marketing.

No início dos anos 80, os rendimentos provinham e dependiam muito da venda dos direitos de TV. O desenvolvimento do marketing veio com a entrada da ISL (1985) e com a criação do Programa Olímpico TOP. O interesse do COI no campo do marketing resume-se em aumentar e manter no mais alto nível o valor de seus emblemas, como os Anéis Olímpicos, símbolo máximo do Movimento olímpico. Para isso 4 componentes são importantes:

- Perfil do produto: o produto a ser comercializado é os Jogos Olímpicos, que representa competições esportivas para jovens de todo o mundo. Os 5 anéis interlaçados do emblema foram criados por Coubertin em 1913, mas não tinha uma boa visibilidade. Esta clara visibilidade seria importante para oferecer aos parceiros do negócio a idéia do que eles poderiam esperar como retorno do uso do emblema para publicidade, anúncios e propagandas de impacto;

- Consciência do Emblema Olímpico: desde que os Anéis Olímpicos têm sido usados mundialmente no marketing, um esforço tem sido feito para que a consciência sobre a correlação do símbolo com os Jogos Olímpicos e seus ideais se estabeleça;

- Proteção dos emblemas e a garantia da exclusividade: O COI tem se esforçado para proteger seus emblemas e para garantir seus ganhos com os contratos de exclusividade de uso em âmbito mundial. Esforça-se também para evitar uma superexposição, o que poderia depreciar estes símbolos;

- Parcerias longas: tem o objetivo de realçar e garantir às empresas dos jogos o benefício do uso do emblema não apenas durante os jogos mas também no período entre eles.

7.2 - Comitês Organizadores – COJOs

No futuro os COJOs não vão influenciar no ganho das vendas de direitos de transmissão. Estas já terão sido fechados pelo COI antecipadamente (2 ou 3 Olimpíadas antes). Porém existem diversas possibilidades na área de marketing. O programa de patrocínio

local é uma. Pode conseguir altos rendimentos com patrocínio e licenciamento. Os COJOs e respectivos CONs visam maximizar os ganhos do programa de patrocínio nacional sem prejudicar a imagem dos Jogos. Para isso existem 2 objetos difíceis de se combinarem:

- Realçar a imagem: fortemente influenciado pelas reportagens da mídia. Pois é a mídia que vai repassar para o mundo não só os resultados das competições, mas também os aspectos organizacionais, a imagem da cidade e os problemas ocorridos. O resultado vai repercutir na imagem da cidade e também para o país por muitos anos;

- Maximizar os lucros: cada vez mais os Jogos Olímpicos têm sido financiados por fontes privadas. Depende dos COJOs maximizar estes ganhos, conseguindo junto ao COI a permissão de um maior número de patrocinadores (em Sidney foram 104 produtos licenciados entre 3200 pedidos). Para isso alguns fatores são de importância fundamental:

- Garantia de exclusividade de patrocínio. Garantido pelo COJO e possibilitado pelo CON, permitindo somente um produto por categoria;

- Proteção contra marketing de emboscada. Para proteger os contratos, em Atlanta, 1996, foram gastos cerca de US\$10 milhões no "Programa de Proteção de Patrocínio". O COI tem se concentrado cada vez mais neste problema;

- Oferecimento de pacotes de patrocínio. Este serviço garante para o patrocinador outros benefícios além da exposição da marca e associação com os jogos. Estes patrocinadores recebem entradas gratuitas para os eventos, hospedagem e espaços privados (camarotes), assim como recepções, presentes, estacionamento para patrocinadores e convidados. Isto visa maximizar a aparição do patrocinador junto ao seu público alvo.

Os benefícios que o COJO recebe dos vários patrocinadores são financeiros ou em serviços providos por eles.

7.3 - Patrocinadores

Os COJOs oferecem pacotes de patrocínio adaptados para o nível de alcance da empresa, seja ela mundial ou regional/local. São pacotes desenvolvidos individualmente.

Alvo das empresas patrocinadoras:

- Negócios iniciais: nos camarotes cedidos aos patrocinadores, estes têm a oportunidade de trazer clientes em potencial para desenvolver novos negócios;
- Manter clientes e contatos com fornecedores: através dos camarotes, distribuição de entradas gratuitas;
- Imagem institucional: quando a imagem dos jogos, dos Anéis Olímpicos e seus significados são transferidos para a empresa;
- Cooperação de outras empresas: também patrocinadoras, colaborando entre si sobre informações e planos para os Jogos, feitos anteriormente ao acontecimento deles;
- Motivando o corpo administrativo da empresa: distribuindo entradas gratuitas para os eventos;
- Fortificação e exposição dos direitos adquiridos: para que outros concorrentes não tenham chance de se aproveitar da associação com a imagem dos Jogos, sem ter pagado por isso;
- Interesses pessoais: principalmente com os pacotes de hospitalidade.

Já os interesses dos patrocinadores para a visão exterior são:

- Instrumento de comunicação;
- Realçar a imagem;
- Nível de conhecimento;
- Presença no mercado.

Portanto, o interesse das empresas patrocinadoras está nos benefícios associados ao patrocinar os Jogos Olímpicos. Isto pode ser obtido através das seguintes formas:

- Aquisição de direitos exclusivos;
- Direitos de propaganda na mídia: geralmente as empresas gastam mais em direitos de TV do que nos direitos de emblema dos Jogos;
- Produção de anúncios: com os direitos adquiridos, as empresas devem produzir campanhas para TV;
- Comunicação de promoções de vendas.

A Coca-Cola pagou a COI US\$ 40 milhões para patrocinar os Jogos de Atlanta, fora o fornecimento de bebidas, e investiu US\$

500 milhões em publicidade e ações de promoção para dar relevo ao seu patrocínio.

7.4 - Empresas Licenciadas

Os direitos adquiridos têm a duração dos Jogos. As empresas tem o direito de usar o emblema Olímpico em seus produtos com o pagamento de uma taxa mais porcentagem de vendas. Por isso o planejamento é feito para ter o maior lucro em um pequeno intervalo de tempo, a duração dos Jogos. Atualmente apenas os COJOs é que lucram com o licenciamento. Futuramente o COI vai lucrar quando abrir este item para outros países, que não sejam sede durante os Jogos.

7.5 - Futuro do Marketing Olímpico

O futuro do patrocínio Olímpico depende da habilidade do Movimento Olímpico em manter a aura Olímpica e a exclusividade dos patrocinadores (com programas anti marketing de emboscada), assim como o limite do número de patrocinadores Olímpicos e determinar como eles usarão seus direitos interna e externamente. Os COJOs vão sempre querer maximizar o número de patrocinadores locais. Irá depender do COI otimizar este número. As empresa são reconhecidas como patrocinadoras dos Jogos sendo patrocinador TOP, parceiro do COJO, patrocinador nacional ou licenciados.

Os patrocinadores TOP estão interessados, assim como o COI, em publicidade não apenas durante os Jogos, mas também no período entre eles, pois só assim eles poderão ter retorno sobre o custo dos direitos mais caros. Com esses ganhos o COI poderá cada vez mais aplicar em educação Olímpica (como o estágio para jovens em Olímpia na Grécia, discutindo e propagando o Olimpismo), programas sociais e ambientais durante e fora dos Jogos Olímpicos. Assim também as próprias empresas TOP poderão participar como parceiras nestes programas.

Futuramente o merchandising Olímpico tende a crescer, pois o tempo de exploração é muito pequeno, apenas durante duas semanas a cada dois anos, considerando que Olimpíadas de Inverno e Verão se intercalam de 2 em 2 anos. Isto já foi uma evolução no

COI, onde apenas as Olimpíadas de Verão eram lucrativas (e são de 4 em 4 anos). Mesmo assim os Jogos Olímpicos geram maior renda do que os campeonatos mais rentáveis do planeta, como o futebol americano e o basquete da NBA.

A nova era de marketing exigirá um empenho sincero para a conciliação das necessidades do meio ambiente com as do consumidor. Caberá aos administradores e marketeiros fazerem a conexão entre as necessidades econômicas e ecológicas. A preocupação com o futuro da sociedade tem feito com que os consumidores exijam produtos ecologicamente corretos. Sidney provou que a preservação ambiental pode ser incorporada ao dia-a-dia e ser interessante a indústria e ao comércio, elevando a consciência da sociedade global através da ligação entre o esporte e o meio ambiente com um marketing socialmente responsável. Foi elaborado um documento chamado de Condutas Ambientais Olímpicas, que fez de Sidney a primeira Olimpíada Verde, e transformaram o ambientalismo em ferramenta de marketing. Com a chancela do Greenpeace, diversas medidas ambientalmente corretas foram adotadas e que tiveram um grande peso na escolha de Sidney como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2000, como a Vila Olímpica movida a energia solar, estádio que represa e reaproveita água da chuva, parque aquático com ar-condicionado voltado para o público que não rouba calor das piscinas, mobília de papelão reciclável nos escritórios dos voluntários, transporte público gratuito para todos que portarem ingressos, para evitar o uso de carro, além do plantio de mais de 4 milhões de árvores para filtra todo o gás carbônico produzido durante os jogos.

O COI tem usado sua experiência juntamente com a dos COJGs para desenvolver lucralidades futuras para os programas de marketing olímpico.

7.6 - Risco para o Marketing Olímpico

Entre os principais riscos para o futuro do marketing olímpico alguns podem ser considerados de alta preocupação:

7.6.1- Marketing de emboscada

Está ligado a qualquer ação intencional ou não em criar uma falsa ou não autorizada associação comercial com o Movimento Olímpico ou aos Jogos Olímpicos.

Pode causar um enorme dano ao Movimento Olímpico nos aspectos de rendimento, já que empresas pagam pelo direito de exclusividade na categoria de produto, comprometendo o investimentos dos parceiros oficiais.

O COI despende substancial tempo e recursos para proteger os Jogos Olímpicos. Ele tem monitorado as transmissões em TV e internet para evitar ações comerciais não autorizadas, além de ações na cidade sede. Um exemplo de superexposição de marcas foi visto nas Olimpíadas de Atlanta, nos Estados Unidos em 1996. A permissão extrapolada de vendas de rua motivou ações de marketing de empresas que não pagaram pelo direito de usar as imagens e símbolos dos Jogos. Erro este que foi corrigido em Sidney 2000, através de um controle maior junto ao Comitê Organizador Australiano que comercializava os direitos dos símbolos olímpicos, com ações legislativas e policiamento em toda a cidade.

Algumas novas medidas de prevenção foram tomadas nos Jogos Olímpicos de Inverno, em Salt Lake City 2002, como o registro de marcas em níveis estaduais, federais e internacionais, proibição em contrato de comercialização não autorizada por fornecedores de serviços, contratantes e artistas, e instrução sobre marketing de emboscada, organização dos locais para televisão e câmeras fotográficas.

7.6.2 - Doping

O doping é outro grande problema para o Marketing Olímpico. A Olimpíada de Seul em 1988 não foi marcada por seu brilhantismo de resultados, ou pelo sucesso de arrecadação, ou então pela melhor Olimpíada até o momento, mas sim pelo doping do corredor Bem Johnson na prova mais tradicional do atletismo, os 100 metros rasos. O doping contraria os ideais olímpicos e pode tirar dos jogos sua credibilidade, fazendo com que perca espectadores, patrocinadores, o entusiasmo e os ideais.

O doping evolui mais rapidamente que o anti-doping. Sempre se descobre novas formas de doping e o COI terá que investir muito em pesquisas nessa área para impedir que os atletas se dopem. Mas a cada dia aparecem novos tipos de drogas. Anos atrás não se imaginava que hoje o doping seria através da manipulação genética, onde no futuro super atletas poderão ser “fabricados” ou até clonados em laboratórios.

7.6.3 - “roubo de músculos”

Um tema relativamente atual, pois já acontece faz tempo, mas só agora está entrando nas discussões da Associação de Comitês Olímpicos Nacionais (ACNO), que reúne 199 comitês e o COI, é a importação de atletas, a naturalização de atletas oriundos de países periféricos por parte dos países do Primeiro Mundo. Atletas formados em seus países de origem e que buscam ou são levados a países que possuem uma melhor estrutura para o esporte, tanto material como financeiramente. Em troca desta estrutura e algum casos um incentivo financeiro, estes atletas se naturalizam e passam a defender esses países, chegando aos Jogos Olímpico e competindo contra o país de origem.

8 - Conclusão

O Marketing Olímpico é ainda uma estratégia de marketing que não é totalmente mensurável, pois as empresas, quando patrocinam, compram o lado tangível do negócio, a divulgação da marca, do produto, degustação ou experimentação do produto, o espaço para divulgação, para hospitalidade; mas na verdade buscam o intangível, a associação com a imagem e ideal do esporte e dos Jogos Olímpicos, a associação de seu produto com os atletas, os heróis Olímpicos, e isso é muito difícil de ser medido. Não é mensurável o sucesso da imagem que a empresa tentou passar junto ao público dos Jogos. Por outro lado, existem empresas que se aproveitam e acabam pegando carona no sucesso dos Jogos Olímpicos. Elas não têm o direito da associação de sua marca, mas acabam utilizando algum método de publicidade, e o que é mais

grave, na maioria dos casos essas empresas conseguem retorno maior do que as que investiram nos direitos. Sabe-se que as empresas consideram um ótimo investimento os Jogos Olímpicos, pois as rendas do Movimento Olímpico têm crescido a cada quadriênio, e ações de marketing de emboscada são cada vez mais combatidas.

Outro fator que poderá ajudar em muito o COI a desenvolver novas formas de marketing é a tecnologia. Só para as transmissões de TV, é previstas inovações que gerarão inúmeras possibilidades, como os inserts virtuais, por exemplo. Hoje é um produto que já existe mas não é muito explorado, é até proibido.

Os Jogos de Sidney 2000 incentivou que os materiais usados nas Olimpíadas fossem guardados como souvenir, antigamente eram jogados fora. Isto para não criar acúmulo de lixo. Num futuro bem próximo esses materiais poderão ser comercializados. Como aconteceu com o famoso estádio de futebol de Wembley, na Inglaterra. Após a demolição do estádio, foram leiloados os bancos dos vestiários, as bandeiras dos países que já atuaram em Wembley, as redes que foram presas nas balizas em dias de jogos e um pequeno maço de grama, com dimensões de 20 cm por 60 cm foi vendido por aproximadamente R\$ 60 mil. Pessoas irão poder comprar, como souvenir, pedaços de quadras, piscinas e estádios onde super atletas se superaram e proporcionaram ao público momentos inesquecíveis.

A preocupação mundial com a natureza, o ambiente, o futuro do mundo em que nossos filhos viverão, vai influenciar nas decisões de marketing de todas as empresas no mundo.

A imagem que os Jogos, os atletas passarão serão de fundamental importância para o COI determinar os passos seguintes. Se por um lado o marketing gera a tranquilidade financeira para toda estrutura dos Jogos, para os Comitês Olímpicos associados ao COI, consequentemente aos atletas, por outro lado a possibilidade de ascensão social e financeira dos atletas pode comprometer os ideais dos Jogos Olímpicos, o jogo justo, a importância de competir e não de vencer...

Em conclusão, o Movimento Olímpico precisará de um Marketing socialmente responsável, como o Marketing precisará de um explícito e efetivo compromisso com uma meta educacional a fim de aperfeiçoar a excelência no esporte.

Referências bibliográficas

- COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. *Seminários sobre Candidatura para Jogos Olímpicos no Brasil*. Apostila - COB, Rio de Janeiro, Março de 2002.
- DACOSTA, L.P. *The Central Problems of Olympism in the Face of the Constraints of Commercialization, and Possible Solutions*.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Manual for Candidate Cities for the Games of the XXVIII Olympiad 2004*. Lausanne, Switzerland, September 1995.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Report IOC Enquiry Commission for the Games of the XXVII Olympiad 2000*. Lousanne, Switzerland, 1993.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *The Olympic Movement*. Lousanne, Switzerland, 1993.
- MARIANTE, José Henrique; DIAS, Roberto. *A primeira Olimpíada verde*. Folha de São Paulo, 24/10/1999.
- POZZI, Luís Fernando. *O Patrocínio Esportivo com um Veículo de Marketing*. Tese de Mestrado, FGV-RJ, Março de 1996.
- PREUSS, Holger; PREUSS, Walla. *Economics of the Olympic Games*, Austrália, 2000.
- Site do Comitê Olímpico Internacional, COI, www.olympic.org, consultado em 16/04/2002.
- Site do Comitê Olímpico Brasileiro, COB, www.cob.org.br, consultado em 20/04/2002.

Notas

¹ International Olympic Committe - IOC

² National Olympic Committes - NOCs

³ Organizing Committes of Olympic Games - OCOGs

⁴ Fonte: COI

⁵ Fonte: COI

⁶ Fonte: COI

⁷ Fonte: COI

Sobre o ocaso dos estudos em administração esportiva e o impacto na formulação das políticas públicas para o Esporte e o Lazer no Brasil

Prof. Ms. Leandro Nogueira

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Doutorando PPGEF - UGF

Na segunda metade dos anos 90, a pós-graduação *stricto sensu* da Educação Física brasileira, testemunhou uma sensível diminuição na produção de debates e teses relacionados com a Administração Esportiva, chegando-se mesmo a uma situação de virtual desaparecimento dos trabalhos desse campo de estudos, no interior dos programas desenvolvidos pela Universidade Gama Filho, USP e Unicamp, para mencionar apenas três das instituições mais bem conceituadas no país, de acordo com a última avaliação da CAPES em 2001.

Uma análise que proponha o desvelamento sobre os aspectos que contribuíram para essa constatação deve considerar tanto fatores endógenos como exógenos ao meio acadêmico, prestando-se possivelmente, tanto os primeiros como os últimos, à elaboração de estudos históricos.

Nesse sentido, entre os primeiros fatores podemos relembrar que na segunda metade dos citados anos 90, a elite pensante da EF brasileira estava em grande parte envolvida com questionamentos sobre a legitimidade acadêmica da própria Educação Física, discu-

tindo de forma acentuada a cientificidade de seu campo. A esse respeito, podem aqui ser lembradas as contribuições de Betti (1996), Bracht (1999), DaCosta (1999a, 1999b), Lovisolo (1995, 1996) e Tani (1996). Não sendo a Administração uma ciência, o foco das investigações esteve então voltado para as ciências legitimadas pela universidade e dotadas, portanto, do arcabouço teórico em condições de subsidiar a produção do conhecimento em EF.

No âmbito dos fatores exógenos que podem ter contribuído para a desvitalização dos estudos de Administração Esportiva, parece despontar com proeminência o chamado processo de globalização, importante fenômeno que no Brasil tem sido influenciado pela perspectiva norte-americana, com diversos desdobramentos sobre a vida planetária, mas desigualmente articulado e cuja intensidade aumentou dramaticamente nos últimos anos do Século XX.

Marcado entre outros aspectos, pela radicalidade dos processos de mercadorização que avançaram fortemente também sobre as manifestações culturais - esporte no meio - a chamada globalização, entre outras características, favoreceu um aligeiramento tanto na formação dos recursos humanos, como nos processos de investigação em diversas áreas do conhecimento, estabelecendo uma dinâmica cada vez mais ajustada às exigências da economia de mercado.

Num contexto que nos países emergentes passou a valorizar mais a gestão, do que a própria produção do conhecimento, a realidade brasileira testemunhou a proliferação dos cursos de especialização *latu sensu* em diversas campos, notadamente os "MBAs", destinados a fomentar a capacitação acelerada dos recursos humanos para pronta operação das exigências do mercado.

Como um provável efeito da vaga globalizante, os estudos sobre Administração Esportiva na pós-graduação da EF brasileira praticamente cessaram, na mesma medida em que se sucederam diversos cursos de especialização, amparados por uma literatura voltada para o potencial de negociabilidade do fenômeno esportivo.

Obviamente as hipóteses que foram aqui alinhavadas são passíveis de refutação e o autor do presente texto assume que seu maior interesse não reside em um estudo histórico, no sentido de perscrutar a origem dos fatores determinantes da constatação já mencionada.

Numa outra vertente de questionamentos, o foco investigativo que animou a apresentação deste comunicado, repousa na análise do impacto que a ausência dos debates e estudos acadêmicos sobre Administração Esportiva, pode gerar na formulação das políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil.

Longe de qualquer vaticínio, cumpre destacar que a redução das discussões de Administração Esportiva no âmbito do lato sensu, com seu reconhecido foco para o mundo dos negócios, podem obliterar nossa capacidade de refletir sobre os objetivos de médio e longo prazo do esporte e do lazer, enquanto direitos sociais consagrados em nossa carta constitucional, bem como as estratégias mais adequadas para alcançá-los. Em termos mais precisos, pode comprometer o desenvolvimento de planejamentos estratégicos para o setor, recursos conceptuais indispensáveis para a preparação do futuro esportivo do país.

Não se postula que a iniciativa privada represente um anátema para o desenvolvimento do esporte e do lazer. Essa seria uma consideração no mínimo anistórica para com o tema, uma vez que Campbell (2001) nos lembra que o esporte e o lazer estiveram entre as atividades de entretenimento cultural que impulsionaram a revolução do consumo, o análogo necessário para a Revolução Industrial deflagrada no século XVIII.

Por outro lado, não cabe à iniciativa privada, e tampouco arrola-se entre suas competências e interesses, a reflexão sobre o futuro do esporte e do lazer para toda sociedade. Empresas privadas são entidades voltadas prioritariamente para seus objetivos corporativos, destinados ao provimento de benefícios, que devem ocorrer regidos pelos princípios de gestão e mercado. Por conseguinte, necessitam desenvolver mais frequentemente os chamados planejamentos operacionais, de reconhecido caráter racional-dedutivo.

Planejamentos estratégicos de acordo com Roche (2002), têm relação com a previsão do futuro longínquo, são dotados de um caráter mais indutivo e situam-se muito próximos da tomada de decisões políticas.

A alusão ao planejamento estratégico não deveria ser uma novidade em nossa cultura organizacional esportiva, que abriga a elaboração do Diagnóstico da Educação Física / Desportos no Brasil, desenvolvido por DaCosta (1971) para o DED-MEC, trabalho de

notável envergadura mesmo para padrões internacionais, cuja análise da realidade nacional no período 1964/1970, constatou entre outros achados, um crescimento da importância do setor, acompanhada por uma estruturação de valores sociais, predisposta a um desenvolvimento acelerado e de alta significação. Essa tendência foi de fato confirmada ao longo do anos seguintes, a partir do crescimento acentuado do número de estabelecimentos de ensino superior de Educação Física/Desportos, da demanda de professores diplomados no nível médio de ensino e das pressões comunitárias nas concentrações urbanas mais desenvolvidas, no sentido do atendimento das necessidades do tempo e lazer, por meio de facilidades para o setor .

Inspirado pela contribuição de DaCosta e consciente da necessidade quanto ao desenvolvimento de novas reflexões em Administração Esportiva, que resgatem a importância de políticas públicas direcionadas por planejamentos estratégicos coerentes com a realidade política do país, vislumbro um percurso investigativo baseado na análise comparativa das principais políticas públicas de esporte e lazer brasileiras, com as congêneres de um país inserido na Comunidade Européia.

Sendo o país europeu influenciado por uma perspectiva de globalização diversa da proposta norte-americana, e que confere à iniciativa estatal um papel predominante na condução de suas políticas públicas de esporte e lazer, penso que podem ser obtidos achados que em confronto com a realidade brasileira podem subsidiar tanto novos debates, como novas propostas de gerenciamento a serem discutidas com os setores acadêmicos e com os diferentes segmentos da sociedade.

Referências Bibliográficas

- BETTI, M (1996) *Por Uma Teoria da Prática*. Rio de Janeiro, Motus Corporis, v.3 n. 2, Editoria Central - Universidade Gama Filho
- BRACHT, V (1999) *Cenas de Um Casamento (In)feliz*. Ijuí, Unijuí
- CAMPBELL, C (2001) *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Rio de Janeiro, Rocco

- DACOSTA, L.P. (1999a) *Educação Física Hoje: Conhecimento Científico e Legitimidade Social em Confronto*. Blumenau, Dynamis.
- _____ (1999b) *Formação Profissional em Educação Física Esporte e Lazer no Brasil*. Blumenau, FURB
- _____ (1971) *Diagnóstico da Educação Física/Desportos*. Brasília, DED-MEC
- LOVISOLO, H (1995) *Educação Física. A Arte da Mediação*. Rio de Janeiro, Sprint.
- _____ (1996) *Hegemonia e Legitimidade nas Ciências do Esporte*. Rio de Janeiro, Motus Corporis, v.3 n. 2, Editoria Central - Universidade Gama Filho
- ROCHE, F.P. (2002) *Gestão Desportiva -Planejamento Estratégico nas Organizações Desportivas*. Porto Alegre, Artmed
- TANI, G. (1996) *Cinesiologia, Educação Física e Esporte: Ordem Emanente do Caos na Estrutura Acadêmica*. Rio de Janeiro, Motus Corporis, v.3 n. 2, Editoria Central - Universidade Gama Filho.

Jogos Olímpicos e os meios comunicacionais: identidades culturais, tecnológicas e científicas

Profa. Ms. Vera Regina Camargo
Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O Olimpismo é o fenômeno sociocultural mais antigo cultuado pelo homem. Retrata de maneira fidedigna a cultura esportiva de uma sociedade, é indiscutivelmente um dos fenômenos mais populares de nosso tempo e sua parceria com os meios de comunicação de massa desperta fascínio e seduz multidões. Buscamos com essa comunicação, um diálogo com os autores da área de midiologia esportiva e a compreensão das relações do esporte olímpico e sua inserção na mídia televisiva brasileira e consequentemente na cultura brasileira. Nesse contexto, é fundamental entender o poder e a influência da mídia nos valores e na prática do esporte, assim como a questão do Olimpismo e seus pressupostos. Esses dois mecanismos, o movimento olímpico e os meios de comunicação de massa, atuam na perpetuação dos valores do esporte, mas precisam ser revistos, uma vez que, assimilados de forma incorreta, poderão trazer aos estudos da área consequências na difusão e divulgação de seus objetivos, acarretando prejuízos na compreensão por parte do público aficionado pelo esporte. Buscamos também entender a difusão cultural científica e tecnológica que estão presentes nos Jogos Olímpicos através da veiculação das mídias.

Palavras chaves: olimpismo, meios de comunicação, esporte e mídia

OLIMPIC GAMES MEDIUM: CULTURAL, TECHNOLOGICAL AND SCIENTIFIC IDENTITIES

Abstract

The Olympic is the older cultural phenomenon by the man. It portrays in trustworthy way the sportive culture of a society, is one of the phenomena most popular of our time and its partnership with the media of awaken mass allure and seduces multitudes. We search with this communication, a dialogue with the authors of the area of sportive media and the understanding of the relations of the Olympic sport and its insertion in the Brazilian televising media and consequently in the Brazilian culture. In this context, it is basic to understand the power and the influence of the media in the values and the practical one of the sport, as well as the question of the Olympics and estimated its. These two mechanisms, the Olympic movement and the media of mass, act in the perpetuation of the values of the sport, but they need to be reviewed, a time that, assimilated of incorrect form, will be able to bring to the studies of the area consequences in the diffusion and spreading of its objectives, causing damages the understanding on the part of the public aficionado for the sport. We also search to understand the diffusion cultural scientific and technological that is gifts in the Olympics Games through the propagation of the media.

Word key: olympic, media, sport and media

1 - O olimpismo e os valores culturais

Os estudos relacionando o esporte com os meios de comunicação, no Brasil, são recentes e por influência de pesquisadores que realizaram seus estudos no exterior e provavelmente através de contatos com pesquisadores internacionais que buscam respostas para a área do olimpismo e os meios comunicacionais. o pionerismo e a audácia, assim como a criatividade dos jornalistas e repórteres marcaram a veiculação do esporte olímpico na mídia brasileira.

Os registros das participações dos atletas olímpicos brasileiros e suas performances sempre foram acompanhados pela mídia. Nos

primórdios, os repórteres esportivos responsáveis pelas informações das disputas, enviavam informações por telefones ou telegramas para as emissoras, as informações com imagens eram veiculadas posteriormente, não podemos esquecer que as transmissões em tempo real aconteceu com o rádio na década de 30 e a inclusão da televisão, na década de 60. As comunicações instantâneas ocorreram na década posterior e conseqüentemente globalizaram as informações, tornando a terra cada vez menor, dessa forma, a informação sobre um fato é veiculado no mesmo instante em que acontece o evento.

O nosso ponto de partida, para compreender as relações e valores do olimpismo e os meios comunicacionais estão centralizados na civilização grega. Marco do surgimento do movimento olímpico, esse aspecto inicial identificado em nossa história olímpica, fundamenta-se através dos estudos da antropologia e nessa linha de argumentação encontramos Helal (1990) apresentando posições teóricas consistentes sobre os fenômenos da arte e religião e suas influências no esporte e conseqüentemente nos valores olímpicos. Os encontros esportivos (jogos esportivos) eram também celebrações religiosas, neste contexto, temos vários registros dessa relação, um deles, refere-se aos atletas, que competiam em três modalidades ao mesmo tempo: *a atividade esportiva, a sensibilidade e a beleza*. naquela época não havia a separação entre o esporte, religião e a arte como verificamos nos jogos olímpicos modernos¹.

Hoje até que existem tentativas de realizarem encontros científicos e acadêmicos buscando resgatar esses processos de integração do ser humano, pois a sensibilidade e a beleza estavam relacionados com o estado interior mental, ou seja, o esporte era classificado como uma prática corporal junto com a religiosidade, que ligava aos aspectos da alma, a interiorização. Mas essa tríade: esporte, religião e arte poderiam trazer novos valores para as disputas esportivas se fossem incorporadas às olimpíadas. É claro que nos tempos atuais é muito complexo tomar essa posição, entretanto, o atleta poderia estar sendo preparado para as disputas esportivas com esses valores morais proporcionados pela religiosidade, entendendo como aspectos morais interiorizados. Não podemos pensar somente nos aspectos fisiológicos, onde se busca a superação do seu recorde ou performance.

Existe uma inter-relação entre o movimento olímpico e os aspectos míticos e a religiosidade. As primeiras competições gregas eram sempre antecedidas por manifestações religiosas para agradecer e pedir proteção aos deuses nas competições, esse movimento de saudação e reverência aos deuses ainda continuam na nossa sociedade moderna, estamos a todo instante notando que um atleta ao adentrar em uma quadra, campo ou piscina faz uma reverência pedindo proteção aos deuses do Olimpo, ou então a Deuses de sua crença. Modernamente, através, da imagem televisiva ou as lentes de uma máquina fotográfica percebemos esses elos com o divino, que é muito explorada pela mídia. Criando até uma identificação com o público que busca através do diálogo com os seus deuses a vitória da sua equipe ou atleta.

Durante as semanas das Olimpíadas além das informações para o público, a espera de resultados e medalhas, a televisão traz, em escala mundial e acerbamente, os enfoques emocionais e nacionalistas presentes nas competições.

Percebe-se que a dimensão mais crítica sobre o evento esportivo perdeu espaço para os aspectos ideológicos e sentimentais, tão bem elaborados pelo locutor do evento, que envolve o telespectador, e desperta a emoção e a paixão que o esporte proporciona.

O Brasil modifica-se nessas épocas. Durante o período do ano olímpico, a programação das emissoras de televisão promove inserções especiais dedicadas aos jogos, abordando a perspectiva histórica, a previsão de recordes, de ídolos e de atletas que se tornaram heróis olímpicos. Acredita-se que o objetivo desta ação deva ser realizado com o intuito de mobilizar as massas, como ocorreu no exemplo mais clássico de nossa história esportiva na conquista da Copa do Mundo de Futebol, em 1970.

Mas como descrever o mito, esse é um elemento fundador e possuidor de uma “aura” que qualifica o indivíduo e o distingue do cidadão comum. Morais (1988) aponta as virtudes morais, físicas e até esportivas que remetem a atos desbravadores, desses “exemplos” de desportista. Desse modo, o vitorioso de uma disputa esportiva é quase sempre visto como um modelo, a ser seguido. Verificamos também que um atleta mesmo não tendo conseguido a vitória poderá tornar-se um mito, herói se possuir as características ao cargo, bravura, honra e sobriedade, o que enaltece os valores olímpicos.

O mito pode ser considerado como um elo de comunicação simbólica, pois utiliza-se de ícones para veicular seus valores e proporciona seduções. Encontramos em Moragas Spà (1992) ingredientes para entender esse processo. O autor argumenta que somos seduzidos pelas qualidades físicas ou morais de um personagem e o idolatramos pelas suas atitudes e conquistas. As idolatrias e seduções sempre estiveram presentes no imaginário do público e foram se alterando nas diferentes décadas. Já vivemos a “era” dos ídolos do cinema nos anos cinqüenta. Nas décadas seguintes encontramos os ídolos do “rock and rool”, posteriormente os atores de televisão e os esportistas. É necessário distinguir o ídolo do esporte de outras representações, o do esportivo está diretamente ligado a uma superação de obstáculos, e a luta. O “sucesso” de um atleta depende do “fracasso” do seu oponente. Somente os ídolos do esporte chegam a ser heróis, porque existe a superação física e moral e a vitória em relação ao seu oponente.

Neste final de século, o esportista representa a nossa sociedade capitalista, pois está sempre batendo recordes e competindo quer consigo ou com outros, sempre em busca da superação.

2 - A comunicação esportiva e o olimpismo

A televisão é o instrumento da Indústria Cultural de maior importância em nosso século. Através da veiculação de suas imagens, produz e reproduz comportamentos, criando modismos. Associado a esse mecanismo, o fenômeno esportivo também age como um elemento formador de opinião, costumes e valores. É um elemento cultural importante em nossa sociedade.

Outra questão que me parece interessante é a relação dos comunicadores esportivos, mais especificamente os comentaristas esportivos e sua popularidade advindas da audiência, estes se convertem em ídolos, são facilmente tomados como modelos de personalidades. Morin (1967) analisou esse fenômeno e denominou-o de *Novo Olimpo*. É explicitado a partir das necessidades psicológicas de projeção e identificação que os indivíduos possuem. Desta forma, os olímpianos, denominação usual, utilizada pelo pesquisador Edgard Morin, tornam-se modelos de vida e de fato proporcio-

nam o mito da auto realização (identificação) e a partir destes, as opiniões e modismos são assimilados pelo público, não somente os atletas ou ídolos que desencadeiam este processo, mas o jornalista adquire quando possui carisma e credibilidade. São facilmente tomados como modelos de personalidade e formadores de opiniões, através dos comentários emitidos. Neste sentido o depoimento do comentarista esportivo Juca Kfoury² traz-nos uma grande contribuição a esta figura tão importante nos programas esportivos e ao mesmo tempo controverso :

“O critico esportivo é o único que critica a obra em andamento, o mesmo não acontece com o critico de cinema, de literatura e de teatro que escreve ou fala só depois que viu o espetáculo. No dia que você está com mais sorte, vira um gênio, no dia que você está com azar, você vira um idiota, porque você errou, você disse que iria fazer o gol e esse não aconteceu...”

Mídia e a construção das ideologias na sociedade

A construção da imagem do atleta perpassa pelos interesses das classes dominantes, a mídia e os patrocinadores são os responsáveis pelas alterações dos horários das partidas, mudanças nos calendários, enfim toda a manipulação do evento e nesse sentido, tem o poder de construir ou descartar o ídolo.

A mídia contribui para a construção do mito, porque apresenta ao público os momentos e imagens que denotem a bravura, coragem e espírito de luta ou então a vontade de vencer do mito. São ingredientes necessários que compõem o imaginário do torcedor, que o estimula a torcer pelo seu ídolo. Temos a apontar também a participação dos patrocinadores e dirigentes dos clubes esportivos que “vendem” o evento esportivo como um objeto, uma marca que poderá ser consumida e descartada outrora, caso apareça uma outra marca de pasta de dente, ou de sabonete, e o ídolo que era um objeto também irá ser esquecido.

A publicidade, a compra e venda de atletas e a comercialização dos produtos ligados ao esporte são alguns itens que podem gerar lucros, podemos apontar também a contribuição dos meios de comunicação de massa, mas são valores efêmeros.

Verificamos que a mercantilização esportiva não ocorre somente com o ídolo, mas também com a imprensa. Os meios de comunicação de massa precisam vender seu produto atraindo consumidores, os receptores da mensagem esportiva (leitores, ouvintes e telespectadores) que sempre estará em busca de alguma informação e desta forma, o veículo de comunicação venderá mais os seus produtos e terá mais audiências, se associar o jogador a um objeto, realizando o marketing esportivo. Estando em evidência, o meio comunicacional proporcionará mais dividendo ao proprietário do veículo.

Segundo Gorski & Santos (1996) os meios de comunicação de massa conseguem criar técnicas de linguagens e de dramatização que conseqüentemente conseguem seduzir o público fazendo com que esses assistam a partida e fique envolvido com a disputa esportiva. Aponto também que existe a técnica de utilizar a imagem do jogador junto ao público para se criar a técnica de identificação. O lema é o seguinte, se o seu time vence, você é também um vencedor, que carrega em si, todo o prazer da vitória. E dessa forma o torcedor se identifica e veste literalmente a camisa, assumindo as condutas e valores que o jogador possui. Os meios de comunicação tem esse poder de penetrar na massa e colabora na construção do imaginário coletivo.

Percebemos também que as projeções e identificações ocorrem em toda a história dos esportes de competição, a figura do desportista é admirado por suas habilidades e hoje se convertem em profissionais, geram admiração e são elementos importantes no espetáculo esportivo, figuram como modelos de virtudes, exemplos a ser seguido. Estas situações fazem parte do contexto das pautas diárias do universo das empresas jornalísticas brasileiras.

Nota-se que a mitificação esportiva é produzida e alimentada pela opinião pública. Nesse sentido existe um casamento de interesse entre o patrocinador, a mídia, o atleta e o dirigente esportivo. O mito esportivo não é uma exclusividade da sociedade brasileira, apenas as atitudes são bem mais exacerbadas. Os Estados Unidos da América fabrica, manipula e vende muito bem esses valores. Na Argentina também encontramos registros históricos que alertam para esses mecanismos Scher, 1996, diz que essa identificação é o perfil dos latino-americanos. Mas percebemos que essa tendência é mundial.

A mídia detém o poder de construir e descartar os ídolos do esporte, conforme os interesses pré-determinados, dessa maneira, temos que formar um público mais crítico e que não assimile somente o que é veiculado pelas mídias, mas que tenha um olhar mais profundo para todas essas relações apontadas e que saiba identificar e não consumir pacificamente esses valores.

Verificamos que os meios de comunicação de massa tanto podem destacar os ídolos por seus feitos positivos, ou então, com um olhar de censura por suas atitudes. Exemplos dessas catarses foram verificados na trajetória esportiva do jogador, Garrincha, no passado, e mais recentemente com Afonsinho e Edmundo. (Castro, 1995) e (Florenzano, 1998).

Os meios de comunicação de massa estão cada vez mais presentes no esporte, assim como o patrocinador. Esses contribuem para a construção do espetáculo esportivo, nesse sentido o movimento olímpico também é um grande colaborador porque cria o show para que o mito no esporte possa ressurgir a cada quatro anos e trazer a paz e harmonia para a civilização, mesmo que junto a todo esse discurso, venha acompanhando de manipulações e ideologias políticas e mercadológicas. Desse modo é necessário criarmos um público com um olhar mais crítico para essas relações. Afinal a cultura de massa produzida pela nossa sociedade é feita por uma minoria e absorvida pela maioria da sociedade brasileira. A sociedade moderna é midiaticizada e dessa maneira, só existe um fato se ele está na mídia....

Referências Bibliográficas

- CAMARGO, V.R.T. *Nadadores brasileiros: Campeões ou ídolos esquecidos ?* Campinas. SP: Faculdade de Educação, dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1995.143 p.
- CASTRO, R. *Estrela Solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- DURANTEZ, C. *L'olimpisme i els seus jocs: Olimpíada 1992 a C- Barcelona 1992*. Barcelona: Espanha, Generalitat de Catalunya, 1992.

- ELIADE, M. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- FLORENZANO, J.P. *Afonso e Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro*. São Paulo: Musa Editora, 1998.
- MORAGAS SPa, M. *Los juegos de la comunicacion: las multiples dimensiones comunicativas De los Juegos Olimpicos*. Espanha: FUNDESCO, 1992.
- _____. *Cultura, simbols i jocs olimpics: la mediació de la comunicació*. Espanha: Generalitat de Catalunya, 1992.
- MORAIS R. (org) *As razões do mito*. Campinas: Papirus, 1988.
- SANTOS, Z & GORSKI, D. *A construção da imagem do atleta nos jornais impressos*. Projeto Experimental, curso de Comunicação Social : Piracicaba Unimep, 1996.
- SCHER, A. *La patria desportista; cien años de politica y deporte*. Argentina: Editorial Planeta, 1996.

Notas

- ¹ Ênfase melhor essas relações, em minha dissertação de mestrado *Nadadores brasileiros: campeões ou ídolos esquecidos*.
- ² Entrevista concedida à pesquisadora em 10.02.98.

O Centro Esportivo Virtual, a comunidade de esportes e os estudos olímpicos

Prof. Dr. Laércio Elias Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
www.cev.org.br/grcev/laercio

O Centro Esportivo Virtual é um sítio de gestão de conhecimento em Esportes. Ele tem o objetivo de ser a porta de entrada para a informação esportiva nacional e internacional, atendendo desde esportistas e estudantes com interesse geral até pesquisadores e profissionais da área.

Criado no Núcleo de Informática Biomédica (NIB) da Unicamp em janeiro de 1996, como parte de uma tese de doutoramento defendida na Faculdade de Educação Física da Unicamp, tem o apoio do Ministério Extraordinário dos Esportes MET, através da Secretaria Nacional de Esportes SNE, e comparte tecnologia em multimídia e Internet com os projetos do NIB, especialmente o Hospital Virtual, de onde herdou a estrutura inicial, e Escola do Futuro da USP. O centro operacional do CEV está instalado no Laboratório de Informação e Multimídia em Educação Física e Esporte - LIMEFE da Universidade Católica de Brasília – UCB, um conjunto de páginas de Revistas, Jornais e Escolas de Educação Física do Brasil estão na ESEF Muzambinho. O centro administrativo do CEV está instalado na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC – CEFID, em Florianópolis, SC.

Baseado em pessoas (vetores de tecnologia) o CEV conta com a colaboração tanto dos consultores², suporte técnico, administradores das listas de discussão, editores de páginas,... quanto do visitante que encontra, em cada página, um mecanismo de interação para comentar, sugerir e/ou acrescentar alguma informação.

Com média atual de 350.000 hits/mês de visitação o CEV tem, como principal ponto de sustentação, as 103 listas de discussão, com a atuação de mais de 13.000 participantes. Além da lista sobre o Olimpismo, o CEV conta com a comunidade acadêmica atuante nos principais esportes olímpicos, além das áreas de conhecimento que dão suporte tecnológico ao desenvolvimento e disseminação dos esportes, como Ética e Moral no Esporte, Legislação Desportiva, Psicologia, Sociologia, Políticas Públicas, Formação Profissional... além de Fisiologia do Esporte, Treinamento Desportivo, Biomecânica e outras tantas disciplinas acadêmicas.

Dos 120 integrantes da equipe que trabalha voluntariamente na manutenção do sítio, e dinamiza as listas de discussão (com mais de 45.000 mensagens indexadas), 60% têm o título de doutor. Os seis anos de atuação do CEV, além de oferecerem um ponto de encontro permanente dos especialistas, também têm registrado a evolução das principais questões técnicas, científicas e políticas do esporte, oferecendo um amplo cenário para a realização de estudos e pesquisas (cada mensagem torna-se uma página na Internet).

O CEV teve como primeiros parceiros o Programa Agita São Paulo e o Jornal Perspectiva Universitária ainda em 1996. Também conta entre os parceiros com o Sistema Brasileiro de Informação Desportiva – SIBRADID; a Universidade Federal de Uberlândia - que administra um sítio com mais de 1500 teses e dissertações em Educação Física e Esportes; a Escola Superior de Educação Física de Muzambinho – com um repertório chamado REFELNET, de entrada para mais de 1.200 periódicos em EF e Esportes, para a página de Esportes do 40 principais jornais do Ocidente; a localização atualizada das mais de 220 Escolas de Educação Física do Brasil e 1.500 do exterior, com os apontadores do acordo firmado com o Sport Information Resources Centre (SIRC). Em 2002, o CEV passou a apoiar a Academia Olímpica Brasileira - COB e Grupos de Pesquisas em Estudos Olímpicos, existentes em seis universidades brasileiras. Em decorrência desta colaboração o Fórum Olímpico 2002 esta sendo divulgado em parceria com o CEV.

Nas parcerias internacionais, o CEV tem a página oficial em português da International Association for Sports Information <www.iasi.org> e está trabalhando na parceria das versões das páginas do Centro de Estudos Olímpicos, da Universidade Autônoma

de Barcelona <http://blues.uab.es/olympic.studies/> e do International Council of Sport Sciences and Physical Education <www.icsspe.org>, além de manter as listas de discussão da 1) TAFISA - Trimm and Fitness International Sport Association; 2) Latinoamericana cevlatin-L (coordenada de Queretaro, no México) e 3) dos Países de Língua Portuguesa - cevlusof-L. O parceiro de maior intercâmbio é a Revista Lecturas en Educación Física <www.efdeportes.com> coordenado pelo administrador da lista de Psicologia Esportiva - cevpsi-L Túlio Guterman, da Universidade de Buenos Aires.

Adotando o paradigma de que a Internet é uma “rede de pessoas que utilizam computadores”, não apenas uma “rede de computadores”, o CEV privilegia os participantes, oferecendo a oportunidade de cada visitante fazer, gratuitamente, sua página pessoal - já são mais de 5 mil cadastrados no Quem é Quem - e caminha para que cada uma das 103 “listas de discussão”¹ registre e organize, com a criação de uma página específica, a produção na internet de cada área de abrangência, trabalhando pela ampliação dos mais de 14.500 endereços internos do sítio.

Além de páginas pessoais o CEV tem o repertório de referências de toda a Legislação Esportiva Brasileira <www.cev.org.br/leis>; as instituições nacionais e internacionais de esportes <www.cev.org.br/ciencia/>; dos principais endereços de esportes no Navegando <www.cev.org.br/navegando>; apontadores para os 15 programas de pós graduação em Educação Física e Esportes <www.cev.org.br/ciencia/educacao/> e os eventos técnicos e científicos em Esportes <www.cev.org.br/eventos>, ao lado das publicações eletrônicas, revistas, teses, livros e recursos de documentação e informação na Biblioteca <www.cev.org.br/biblioteca>.

Ao lado das listas abertas o CEV mantém listas fechadas, a partir de acordos firmados com as instituições, para os dirigentes: Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE, Federação Internacional de Educação Física, Rede de Centros de Excelência Esportiva do Ministério do Esporte e Turismo, Conselhos Regionais de Educação Física (11), Conselho de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior de Educação Física de Minas Gerais - Condiessf-MG, Fórum de Coordenadores de Pós Graduação em Educação Física e Esporte e Federação das Associações de Profissionais de Educação Física.

Em janeiro de 2002 foi oficializada a Organização não Governamental CEV, criada em 1997, que reafirma o propósito de ser um fórum permanente de gestão do conhecimento, tendo sido oficialmente registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ - como prestadora de serviços de educação a distância, com o objetivo de participar dos esforços de preparação e atualização profissional em Educação Física, Esportes e Lazer.

(1) Administradores das Listas de Discussão

Adriane Marize,	Movimento Estudantil	Belo Horizonte -MG
Alberto Puga	Legislação Desportiva	Manaus -AM
Alfredo Feres Neto	Laboratório Trama	Brasília -DF
Alfredo Gomes de Faria Jr	Lusofonia	Petrópolis -RJ
Almir Gruhn	FIEP	Foz do Iguaçu-PR
Amauri Bassoli de Oliveira	Formação Profissional	Maringá -PR
Antonio R. Rocha Santos	Ética e Moral no Esporte	Recife -PE
Armando Bezerra	Anatomia	Brasília -DF
Beatriz Ferreira	Jogos Tradicionais	Campinas -SP
Bira Macedo	Ciclismo	Brasília -DF
Carlos Alex	Basquetebol	Pelotas -RS
Carlos Ugrinowitsch	Treinamento Desportivo	Brasília -DF
Cássio de Miranda Meira	Desenvolvimento Motor	São Caetano Sul -SP
Claudia Siqueira Leite	Fisioterapia Esportiva	Brasília - DF
Cristiane M. Fiorin	Ginástica	Campinas -SP
Douglas Roque Andrade	Programa AgitaSP	São Caetano Sul -SP
Eddy Cabreira	TAFISA	Caracas - Venezuela
Edgard Matielo Júnior	Saúde Coletiva	Florianópolis-SP
Edmundo Drummond	Idosos e Atividade Física	Rio de Janeiro -RJ
Eliane Ferreira	Dança-Cadeira de Rodas	Rio de Janeiro-RJ
Eliana de Matos Carvalho	Federação das APEFs	Campo Grande -MS
Estela R. de Sousa	Teses em EF & Esportes	Uberlândia -MG
Flavia Faissal de Sousa	Educação Física Especial	Campinas-SP
Franco Noce	Voleibol	Belo Horizonte -MG
Georgios S. Hatzidakis	Marketing Esportivo	São Paulo-SP
Gilson Gomes	Futebol	Brasília-DF
Giovani De Lorenzi Pires	Mídia e Esporte	Florianópolis-SC
Giuliano Pimentel	Recreação e Lazer	Maringá-PR
Guilherme Pacheco	EF Escolar	Rio de Janeiro-RJ
Hellen V. R. Marinho	Fisioterapia Esportiva	Montes Claros - MG
Homero Luis Alves de Lima	Filosofia e Esporte	Recife-PE
Isabel Leal Caruso	Judô	Florianópolis-SP
João Batista Freire da Silva	Motricidade	Florianópolis-SP

João Carlos Bouzas Marins	Fisiologia	Viçosa -MG
Jorge Steinhinber	Profissionais de EF	Rio de Janeiro -RJ
José Cantorani	Sociologia do Esporte	Rio de Janeiro-RJ
José Erb Ubarana Junior	Futebol	Kentucky -EEUU
José Luiz Cirqueira Falcão	Capoeira	Florianópolis-SC
Juarez Muller	Tênis	Florianópolis-SC
Laércio Elias Pereira	EFS, Criança, adm	Florianópolis-SC
Leandro Gonçalves Braz	Futsal	Brasília-DF
Leonardo Mataruna	PG FEF Unicamp	Campinas-SP
Leopoldo Gil Dúcio Vaz	Atletismo	São Luís-MA
Luis Enrique Rojo	América Latina	Querétaro - México
Luiz Veronez	Políticas Públicas	Pelotas-RS
Manuela Bailão	Pós-G em EF	Brasília-DF
Marcelo Alcantra	PBL	Brasília-DF
Marcelo França	Editores	Florianópolis-SC
Marcelo Jager	Informática	São Paulo-SP
Marcilio Souza Junior	CONFED	Recife-PE
Márcio Borgonovo	Informática	Florianópolis-SC
Marina Vinha	Jogos Tradicionais	Campinas-SP
Marino Tessari	Dirigentes de IES	Florianópolis-SC
Mauricio Caldeira Baptista	Voleibol	São Paulo-SP
Mauro C. G. A. Carvalho	Judô	São Paulo-SP
Mônica Casagrande	Ginástica Laboral	São Paulo-SP
Nelmar Oliveira Fernandes	EF Escolar	Juiz de Fora -MG
Nuno	Fisiologia	Brasília-DF
Osni Jaco da Silva	Medicina Desp.	Florianópolis-SC
Oswaldo Sampaio Netto	Fisiologia-UCB	Brasília-DF
Pablo Greco	Handebol	Belo Horizonte -MG
Patrícia Torsani	Nutrição,Olimpismo	Brasília-DF
Paulo Gomes	Psicologia	Brasília-DF
Paulo Trindade Vieira	LIMEFE	Brasília-DF
Regis Barbosa	Natação	Belo Horizonte -MG
Renato Moraes	Rede Cenesp	Recife -PE
Ricardo Alexandre Monteiro	Futebol de Salão	Brasília-DF
Ricardo Uvinha	Esportes Radicais	Santo André-SP
Rodrigo Rossi	Basquete	Florianópolis-SC
Roberto Landwher	Fisiologia	Albuquerque -EEUU
Rosane Rosendo	Editores	Rio de Janeiro -RJ
Rossana V. de S. e Silva	Teses	Paris-França
Sandra Zotovici	Dança	Campinas-SP
Shirley Silva	Bibliotecas	Belo Horizonte -MG
Simone Kurotusche	Socorrismo	São Paulo -SP
Silvana Goellner	Gênero e Mulher	Porto Alegre-RS
Suely de Brito Soares	Biblioteca	Rio Claro -SP
Tatiana Maccarini	CEVadm-L	Florianópolis-SC

Túlio Guterman	Psicologia	Buenos Aires-Argent.
Vicente Molina	Pós-G. em EF	Porto Alegre -RS
Victor Andrade Melo	História	Rio de Janeiro -RJ
Walquiria Reis	Olimpismo	Campinas-SP
Walter G. Osorio	Tênis	Ribeirão Preto-SP

(2) Consultores e Administradores, não citados os que administram listas.

Alan mariano	Brasília-DF
Alderlan M. Coelho	Brasília-DF
Alexandre Moreno Castellani	São Paulo-DF
Antonio Carlos Bramante	Sorocaba-SP
Celso Miguel Lago Filho	Brasília-DF
César Roberto da Silva	Brasília-DF
Danilo Brito	Brasília-DF
Eduardo de Castro Mello	São Paulo-SP
Eliane Assunção	São Paulo-SP
Emiliana da Silva Simões	Brasília-DF
Felisberto Carvalho	Mococa-SP
Francisco Caparroz	Barcelona-Espanha
Fredric Michael Litto	São Paulo-SP
Griciel Primo da Silva	Muzambinho-MG
Hildeamo Bonifácio Oliveira	Brasília-DF
Ivair de Lucca	Florianópolis-SC
Josué Moraes	Rio de Janeiro-RJ
Lamartine Pereira da Costa	Rio de Janeiro-RJ
Leonardo Carvalho	Campinas-SP
Luciano Cassiano Gil	Brasília-DF
Marcela Moreira	Fortaleza-CE
Marcelo Silva	Florianópolis-SC
Marcilio Krieger	Florianópolis-SC
Marcio Borgonovo	Florianópolis-SC
Maristela Gonçalves	Brasília-DF
Nelson Carvalho Marcellino	Campinas-SP
Osmar Magalhães	Muzambinho-MG
Paulo Trindade Vieira	Brasília-DF
Renato M. E. Sabbatini	Campinas-SP
Rodrigo Rossi	Florianópolis-SC
Tatiana Maccarini	Florianópolis-SC
Thays da Matta Costa	Brasília-DF

Para saber mais sobre o CEV

- CENAVÓ, Alice, GENNAN, Célia. *Centro Esportivo Virtual ao alcance de todos*. São Paulo: Informe Phorte, ano 3 ,n. 10, julset 2001, p. 5
- GUTERMAN, Túlio. *Informática y Deporte*. Barcelona: Editora INDE, 1988
- PEREIRA, Laércio Elias. *Centro Esportivo Virtual: um recursos de informação em educação física na Internet*. Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 1998, 110pp. (Tese, Doutorado em Educação Física)
- PEREIRA, Laércio Elias. Virtual Sport Centre: an information resource of physical education and sport in Internet. *II International Symposium on Computer and Sport*. Universidade de Viena, Áustria, 1999
- PEREIRA, Laércio. La red: nuestro encuentro cotidiano y virtual. TAFISA. *Seminario Internacional " Mercadeo Social y Calidad de Vida"*. Bogotá. Colômbia . 1999
- PEREIRA, Laércio Elias. El Centro Deportivo Virtual y la educación a distancia". *Coloquio Internacional de la Feria Internacional del Libro*. Uneverisidad de Guadalajara Guadalajara. Mexico - 30/ 11/2000
- PEREIRA, Laércio Elias. A Internet como ponto de encontro dos Profissionais de Educação Física – o CEV.: *Fórum de Escolas Cursos Superiores de Educação Física*. Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Campo Grande, Belo Horizonte, Recife. CONFEE. 2001
- PEREIRA, Laércio Elias. *Four Yeas of communication in the 66 discussion lists of the Virtual Sport Centre*. 11 IASI World Congress 25-27 Lausanne, IOC-IASI, 2001

Empreendedorismo no Esporte Olímpico e na Educação Física do Brasil

Prof. Jose Artur de Oliveira

Centro Universitario Moacyr Bastos
jartur@openlink.com.br

Resumo

A evolução tecnológica provocou uma extraordinária acumulação de capital e também um desemprego preocupante. A substituição do homem pela máquina criou duas situações distintas. A primeira, negativa, que foi o desemprego, e a segunda, positiva, que foi liberar o homem para outras atividades mais prazerosas. Nesse contexto, o esporte foi apropriado pelo capitalismo como uma fantástica fonte de renda, haja vista que, os ídolos que surgem atraem cada vez mais, um número de adeptos dispostos à adquirir tudo aquilo que é por eles anunciado. É conhecido de todos a mina de ouro representada por jogadores como Michel Jordan, Ronaldinho e Beckham.

Outro aspecto importante é o preparo do profissional de educação física. Entendemos que o emprego tal qual conhecemos hoje, pertence ao passado. O profissional de educação física tem sido preparado para ser empregado, porém o terceiro milênio exige um profissional empreendedor. Segundo Timmons(1994) "O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX".

Também julgamos importante lembrar que Camargo (1992) nos alerta que, seria uma ousadia afirmar que alguma ação humana é executada por livre escolha do indivíduo. Os determinismos cultu-

rais, sociais, políticos e econômicos pesam sobre todas as atividades do cotidiano.

Enquanto nos Estados Unidos o esporte tem sua principal fonte nas universidades, no Brasil devido a origem pobre dos nossos atletas é fundamental a existência de um profissional que possa orientá-los, inclusive, quanto aos investimentos econômicos.

Segundo Joseph Schumpeter(1949), empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente, pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.

Para se ter uma dimensão da importância do empreendedorismo, os Jogos Olímpicos de Inverno de Salt Lake City (EUA) disputados em fevereiro de 2002, renderam à cidade um lucro líquido de US\$ 56 milhões, segundo o Comitê Organizador da Olimpíada. Deste total US\$ 30 milhões serão destinados à Utah Athletic Foundation, que manterá algumas das instalações dos Jogos, além de investir em educação esportiva e patrocínio de jovens atletas.

Apesar de bastante significativo o lucro de Salt Lake City fica bastante aquém dos históricos US\$ 200 milhões que sobraram à organização da Olimpíada de Los Angeles- 1984, segundo a Folha Online.

Funcionando como um quarto poder, a MÍDIA é hoje uma formadora de opiniões ditando procedimentos à serem seguidos por todos, principalmente os mais jovens. Nas sociedades onde impera o capitalismo, a posição do indivíduo produtivo tende ao consumo. Tudo é objeto de lucro, e o lazer também foi apropriado pelos capitalistas para realizar a acumulação de capital.

Portanto, o empreendedorismo representa hoje uma importante oportunidade para o profissional de Educação Física. A Universidade caminha no sentido do desenvolvimento do:

- Saber conhecer - Pensar crítico
- Saber ser - Pensar criativo
- Saber fazer - Aplicação prática

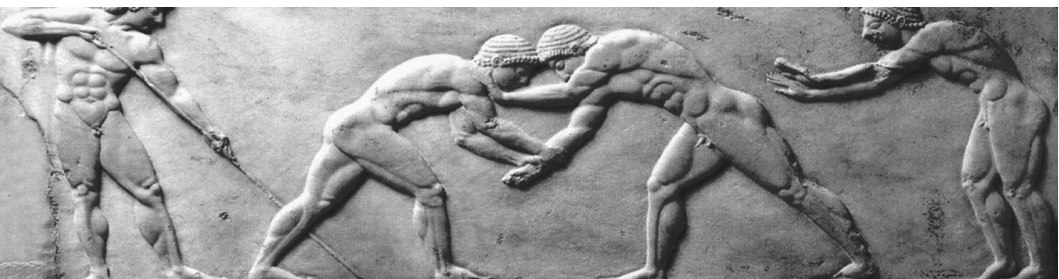
A preocupação com o esporte vem de longa data. Os gregos e os romanos já se dedicavam aos jogos e esportes, deixando o trabalho para os escravos. Com a evolução da tecnologia as pessoas

se tornaram sedentárias, por isso a necessidade de uma atividade física orientada, que é o principal mercado do profissional de Educação Física.

Referências Bibliográficas

- CAMARGO, L. O. L. *O que é Lazer*. São Paulo: Brasiliense. 1992
- SCHUMPETER, J. A. (1952). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Madrid: Aguiller.
- TIMMONS, J. A. *New venture creation*. Boston: Irwin McGraw Hill. 1994

Parte 7



História do esporte, Gênero, Amadorismo e
Turismo no Movimento Olímpico,
Memorabilia Olímpica

O historiador e geógrafo Pierre de Coubertin: A América do Sul no contexto da globalização do Movimento Olímpico (1894 – 1927)

Prof. Dr. Lamartine P. DaCosta

Universidade Gama Filho – Rio de Janeiro
Grupo de Pesquisas em Estudos Olímpicos- PPGEF

1 – Introdução

Em 1990, John MacAloon falando na sessão de abertura do “Sport... the Third Millenium” International Symposium (Quebec City), advertiu que os líderes e scholars olímpicos teriam de dar maior prioridade no futuro à diplomacia e ao respeito mútuo nas relações esportivas internacionais. Este distinguido scholar da Universidade de Chicago fundamentou sua proposição argumentando que prevalecia todavia uma desconfiança da maior parte das culturas do mundo em relação ao sentido euro-americano imposto aos temas olímpicos ⁽¹⁾.

Embora a abordagem de MacAloon estivesse referida aos dias presentes, importa relevar que Pierre de Coubertin já em 1911 propunha uma “géographie sportive qui peut differer parfois d’avec la géographie politique”⁽²⁾. Em termos mais precisos, a geografia esportiva de Coubertin estava contextualizada na doutrina “all games, all nations”, em que prevalecia a prática es-

portiva por culturas diferenciadas em prevalência sobre fronteiras nacionais⁽³⁾.

A abordagem de Coubertin, portanto, aproximava-se de uma recente interpretação da geografia relacionada ao esporte na qual sociólogos e historiadores do esporte estabelecem o espaço e a localização como focos centrais de seus estudos ⁽⁴⁾. MacAloon, por sua vez, optou por uma geopolítica de bases antropológicas ao criar perspectivas futuras para o esporte e o Olimpismo. Nesta análise particular, a expressão “world culture”: ganha destaque uma vez que se favoreceria textualmente um “deépest commitment of Olympism to intercultural understanding and mutual respect to proceed in the 21st century”⁽⁵⁾.

Assumindo-se que a geopolítica olímpica de MacAloon assemelha-se à geografia esportiva de Coubertin quanto ao papel aglutinador da política, cabe argumentar se existiria um dualismo do CIO ao trato de culturas e espaços geográficos distintos em escala mundial. Em outras palavras, pergunta-se se a geopolítica esportiva do IOC estaria sendo desenvolvida frequentemente como simples expansão de seu poder de influência internacional em lugar de um meio diplomático de melhoria das relações entre entidades esportivas de diferentes culturas.

O presente ensaio tem então o propósito de revisar historicamente as intervenções do IOC na prática. E como apoio empírico à esta análise pretende-se focalizar inicialmente a América do Sul como um estudo de caso, partindo-se de interpretações de Coubertin e de conseqüentes intervenções na política esportiva desta região durante a primeira metade do século XX.

2 - Coubertin historiador e geógrafo

Nas origens da concepção do Olimpismo por Pierre de Coubertin há indiscutíveis influências da história do esporte como o próprio renovador dos Jogos Olímpicos enfatizou em seus escritos de 1915⁽⁶⁾. E quando o historiador Coubertin adotava uma postura de geógrafo exploravam-se peculiaridades culturais de determinada região ou país pelo viés do esporte.

Assim, da extensa obra publicada de Coubertin foram classificadas por Boulongue et al. (1998) quarenta textos sobre história e

visões do mundo, relacionados a países tais como Etiópia, Bulgária, Austrália, África do Sul, Finlândia, Rússia etc.⁽⁷⁾. Também neste grupo incluem-se regiões como Europa, Oceania, África, Mediterrâneo, mundo árabe, império germânico, mundo hispânico e América do Sul, a qual mereceu de Coubertin uma brochura de 27 páginas denominada de “À Travers l’Histoire Sud-Américaine” (Plon-Nourrit, Paris, 1916)⁽⁸⁾.

O ponto de partida da presente investigação refere-se ao pressuposto de que Pierre de Coubertin tinha um interesse peculiar sobre a América Latina, que se revela ao se consultar seus escritos e documentos originais. Vejamos inicialmente o que declara Coubertin no discurso de abertura de uma reunião do CIO, sediada em Roma na data de 06/04/1923:

“Por outra parte, coube a um de nós presidir no Rio de Janeiro, em setembro de 1922, a primeira celebração dos Jogos da América Latina na qual a embaixada olímpica estendeu-se por seis meses de La Plata ao México e dos Andes à Cuba, e que nos reportou o melhor de perspectivas soberbas pelas quais se atesta este universalismo, que eu considero como uma das melhores garantias do futuro” ⁽⁹⁾.

Este comentário auspicioso de Coubertin tem raízes na então diretriz do CIO de tornar o movimento olímpico universal por meio de jogos regionais. Tal intenção é formalizada pelo próprio Coubertin em artigo para a ‘Revue Olympique’ (revista oficial do CIO) em janeiro de 1913. Ao fazer um balanço do movimento olímpico após as Olimpíadas de Stockholm, realizadas em 1912⁽¹⁰⁾; em outro texto, “*Le Projet de Olympie Moderne et l’Avenir de Lausanne*”, uma brochura de 1918, Coubertin inclui o citado continente nos seus planos de expansão, considerando ‘*Les Etats de Amerique du Sud.*’⁽¹¹⁾. A mesma denominação é encontrada num escrito de 1925, ‘*L’Amateurisme au Congrès de Prague*’, ao distinguir o esporte ‘latino’ daquele praticado pelos países de influência inglesa⁽¹²⁾.

Confusões entre ‘América Latina’ e ‘América do Sul’ à parte, o Barão de Coubertin frequentemente vinculava-se ao continente por menções a pessoas ou por juízos de valor, como se observa nos exemplos: 1894 – cita ‘Dr. Zubiaur’ como representante da ‘América do

Sul' entre os 79 delegados de 13 nações que criaram o CIO⁽¹³⁾; 1901 – homenageia Santos Dumont de nacionalidade brasileira, pelo primeiro Diploma Olímpico outorgado naquele ano a personalidades do esporte olímpico⁽¹⁴⁾; 1904 – escrevendo sobre uma competição de tiro realizada em Lyon faz apologia de um dos países participantes: '*Très sportive l'Argentine*'⁽¹⁵⁾; 1909 – menciona o México e a Argentina quanto ao modo de promover o Olimpismo elogiando-se pelo '*intelligent ecletism*'⁽¹⁶⁾; 1912 – enfatiza as boas perspectivas da adesão do Chile ao movimento olímpico declarando "*Du Chile on ne peut dire encore qu'une chose, c'est que la question l'agite*"⁽¹⁷⁾.

Estas expressões bem ao estilo do *sprit de finesse* de Coubertin atingiram uma culminância durante o Congresso de Paris em 1914, quando os cinco anéis entrelaçados com cinco cores foram apresentados como símbolo do Movimento. Nesta ocasião, Coubertin como propositor do emblema olímpico discorreu sobre uma distribuição geográfica reveladora de seus propósitos universalistas: "O azul e o amarelo da Suécia, o azul e branco da Grécia, os tricolores francês, inglês, americano, alemão, belga, italiano, húngaro, o amarelo e vermelho da Espanha, próximo as inovações do Brasil e da Austrália e com o velho Japão e a jovem China. Eis verdadeiramente um emblema internacional"⁽¹⁸⁾.

Neste contexto, os Jogos Latino-Americanos que aconteceram, em setembro de 1922, durante a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, podem ser apreciados inicialmente por duas fontes recuperadas na região: os programas de eventos da Exposição – 1922⁽¹⁹⁾ e o relatório da Comissão Nacional de Educação Física do Uruguay, publicado na revista oficial desta entidade '*Uruguay Sport*', em outubro de 1922⁽²⁰⁾. Em ambos os documentos o período focalizado é o de 6 a 16 de setembro de 1922, o que permitiu por cotejos caracterizar as seguintes ocorrências:

- Argentina, Brasil, Chile e Uruguay compareceram como representantes do continente latino-americano para competirem nas modalidades de atletismo, box, tênis, esgrima, natação, saltos ornamentais, polo aquático, hipismo, tiro e remo. Houve também um campeonato de futebol vinculado à Exposição e não aos Jogos, que incluiu além dos países citados, o Paraguai.

- O “*stadium*” do Fluminense, na zona sul do Rio de Janeiro, foi reconstruído de modo a abrigar a diversidade de competições dos Jogos. Além desta localização central, o remo foi sediado na Enseada de Botafogo e o hipismo no *Derby Club*. Algumas provas realizaram-se em instalações do Exército e houve uma corrida “*rústica*” de participação aberta no percurso da Estrada do Corcovado.
- Os participantes dos Jogos foram convidados pela então existente Confederação Brasileira de Desportes que “*invitó a los atletas y grupaciones desportivas*”, segundo a “*Uruguay Sport*”⁽²¹⁾, enquanto que por via diplomática o Governo Brasileiro convidou os demais governos do continente, legitimando assim as representações nacionais.
- Dos cinqüenta eventos constantes no Programa de Exposição – 1922, dez foram esportivos, índice só igualado por recepções e bailes, o que sugere destacada importância dos Jogos e demais atividades esportivas nas festividades do Centenário da Independência. Acrescente-se nesta interpretação que a Comissão Executiva da Exposição continha nela mesma uma “*Comissão de Jogos Atléticos*”, ao contrário das demais atividades, que foram agrupadas por segmentos e hierarquizadas às ordens do grupo executivo central.

Em outro número no ano seguinte, “*Uruguay Sport*” reproduzia na íntegra o relatório do Conde de Baillet-Latour, que veio ao Rio de Janeiro como representante oficial do CIO junto aos Jogos⁽²²⁾. Esta personalidade, que em 1925 assumiria a Presidência do CIO, inicia seu relato declarando estar honrado por ter substituído o presidente em sua visita à América do Sul, revelando portanto que a representação aguardada era a do próprio Coubertin. Em seguida, Baillet-Latour resume impressões de sua missão:

“Os Jogos do Rio, em seu conjunto não foram perfeitos, mas as críticas que lhes fizeram são muito exageradas... Os Jogos do Rio fizeram nascer igualmente... um real desejo de se continuar os Jogos Latino-Americanos que julgam constituir a melhor preparação para os Jogos Olímpicos”⁽²³⁾.

Diante do que classifica como “*falta de organização dos Comitês Diretores*”, o relatório elogia o ‘*Dr. Trampowski*’ organizador brasileiro dos Jogos que falecera durante o evento, bem como os “*senhores Jess Hopkins e F. Brow, diretores físicos da Associação Cristã de Moços* (Y.M.C.A. no original) *em Montevideo e Rio, respectivamente*”⁽²⁴⁾. Mesmo assim, Baillet-Latour “*apesar da competência das festas do Centenário*” apresenta um plano sumário para “*iniciar a idéia Olímpica nos povos da América Latina*”, porque, salvo raras exceções, sua ignorância a respeito era completa, antes de tratar de remediar os defeitos que os Jogos haviam relevado”, sugerindo então: “*criação em cada país de um Comité Nacional Olímpico... e de um Comité diretor dos Jogos Latino-Americanos*” para complementar as filiações nacionais e internacionais de cada esporte ⁽²⁵⁾.

Continuando, o representante do CIO anuncia a convocação de um congresso em Buenos Aires, ainda em 1923, para referendar um acordo sobre os Jogos Latino-Americanos, incluindo “*Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguay, Peru e Uruguay*”, e aduzindo a inclusão certa do Peru e possível da Bolívia. Os Jogos ocorreriam a cada quatro anos “*sob o patronato do CIO*” e direção confiada à “*Confederação Desportiva do país no qual tenham lugar os Jogos*”. Entre outras diretrizes (o plano se dispõe em Artigos), haveria um “*conselheiro técnico nomeado pelo CIO... e eleito pelos diretores de educação física da Associação Cristã de Moços*”, o que confirma a excelente impressão causada ao relator por esta última entidade internacional tanto nos Jogos do Rio, como na educação física promovida em Montevideo (direção da ACM na América do Sul) que “*supera quase todos os países do mundo*” ⁽²⁶⁾.

Note-se que a preocupação de Baillet-Latour situa-se na filiação de cada esporte com suas confederações e federações, e simultaneamente com o CIO, havendo assim, um problema de dupla gestão que gerara um confronto no Congresso de Lausanne em 1921 e que se mantém nos dias presentes⁽²⁷⁾. Assim, a expressão “*sob o patronato do CIO*” tem um significado mais reativo do que hegemônico no contexto dos anos 1921, 1922 e 1923.

No mais, Baillet-Latour recomenda a manutenção dos Jogos Regionais para dar “*aos jovens a educação esportiva que lhes falta e para prepará-los para intervir em breve nos Jogos Olímpicos*”, e para obter o apoio dos governos e da imprensa “*que dá aos espor-*

tes maior interesse que a européia". Tal direcionamento, de acordo com o relatório, solicitaria uma representação dupla do CIO nos países sul-americanos: uma local e outra residente na Europa a fim de evitar *"escapar por completo a influência do CIO, como consequência da ausência de seus representantes"*. Esta solução é indicada no relato como apropriada para Brasil, México e Argentina, países em que os representantes locais do CIO já mereceriam mais apoio e atenção, como *"a criança que foi educada, que cresceu e hoje reclama um tutor"* ⁽²⁸⁾.

Em última instância, o relatório de Baillet-Latour comprova a importância histórica dos Jogos da Exposição de 1922, sobretudo por constituir um ponto de referência para consolidar o passado e construir o futuro. Além disso, os jogos de 1922 por ser uma experiência bem sucedida com o envolvimento direto do CIO, e por oferecer a oportunidade de contatos entre países – especialmente do Cone Sul – induziu a criação formal de Comitês Nacionais Olímpicos – NOC no continente, em substituição aos representantes instáveis e não reconhecidos por vezes pelos governos locais.

Isto posto, Argentina, Urugway e México criaram seus NOC em 1923; o Peru em 1924; a Bolívia, Chile, Brasil, Venezuela e Colômbia sucessivamente entre 1932 e 1936; e, após a II Guerra Mundial, Equador e Paraguai⁽²⁹⁾. A esta reação correspondeu um incremento na representação da América do Sul nas Olimpíadas das décadas de 20 e 30, pois o problema anterior era o de oficialização pelos governos e de legitimação pelas entidades internacionais de direção do esporte, como se observou no exemplo dos Jogos de 1922 para a composição das representações nacionais.

Esta bem sucedida intervenção do CIO na América do Sul teve em seu final um significado meramente de expansão de novos Comitês Olímpicos Nacionais naquele continente. Assim ocorreu porque houve um esvaziamento da adesão aos Jogos Olímpicos por meio de desenvolvimento esportivo local como tinha planejado a ACM.

De fato, Coubertin estabeleceu oficialmente um acordo com a ACM em 1920 para a promoção dos valores do olimpismo em escala mundial e para a organização de Jogos Regionais. Antes, em 1913, a ACM organizara os Regional Games da Ásia, em Manila

– Philippines, e depois da oficialização na América do Sul em 1922, no Rio de Janeiro – Brasil⁽³⁰⁾. Mas ao se dar prioridade à criação dos NOCs, as relações esportivas nacionais da América do Sul com o CIO passaram a ser diretos sem intermediações.

Mesmo assim, DaCosta & Miragaya (2002) encontram fontes primárias na sede da ACM em Montevideo, indicando que tal entidade ainda propagava o ideário olímpico em 1927, como também insistia na criação de uma base educacional que culminaria com os Jogos. Vale, nestes termos, citar um trecho do “Programa de Educação Física da ACM na América do Sul”⁽³¹⁾:

“De acordo com o CIO ainda existem os ‘Jogos para Todos’ e por conseguinte a Associação tem uma certa responsabilidade moral na promoção dos futuros jogos neste continente. Contudo neste contexto, os Jogos Latino-Americanos que aconteceram, em setembro de 1922, durante a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, podem ser apreciados inicialmente por duas fontes recuperadas na região: os programas de eventos da Exposição – 1922⁽²³⁾ e o relatório da Comissão Nacional de Educação Física do Uruguay, publicado na revista oficial desta entidade ‘*Uruguay Sport*’, em outubro de 1922⁽²⁴⁾. Em ambos os documentos o, estes jogos não devem ser impostos prematuramente na América do Sul; eles devem vir como resultado lógico de uma participação física em todas as formas de competição”.

Segue-se logo abaixo desta declaração uma justificativa destacada por aspas ⁽³²⁾:

“A antiga idéia grega olímpica era fundamentalmente: cada homem fisicamente apto em todos os momentos. Os Jogos Olímpicos aconteciam para se chamar a atenção sobre o esplendor do corpo humano e a necessidade de seu cuidado e exercício, em oposição a manifestações de profissionalismo e indevida glorificação dos vencedores”.

Diante da oscilação do CIO quanto ao seu objetivo de dar dimensões mundiais ao Movimento Olímpico e abandono da promo-

ção do Olimpismo em favor de sua expansão, cabe considerar que se trata de um dilema, ou seja: o Movimento teria que crescer em sua fase pioneira para sobreviver mas simultaneamente deveria dar prioridade à universalização do Olimpismo para ser coerente. Os registros históricos da época, nestas circunstâncias, sugerem que a opção do CIO foi pragmática. Ou seja: optou-se pelo crescimento e pelo controle das afiliações mesmo com prejuízo da divulgação do ideal olímpico.

Uma verificação desta hipótese no cenário da América do Sul pode ser feita ao se focalizar a questão das afiliações desde a criação do CIO em 1894. Isto porque este continente constituiu um laboratório tanto dos conflitos do CIO ao impor uma ordem institucional como também das dificuldades na promoção do ideário olímpico.

Efetivamente, a abordagem geopolítica da América do Sul na área esportiva iniciou-se com Coubertin quando incluiu Jose B. Zubiaur "in the original 1994 governing council of the IOC". Neste tema, o historiador do esporte Cear Torres, da Argentina, diz em revisão recente que a escolha de Zubiaur deveu-se a uma composição que atendesse às diferentes regiões do mundo como também à expectativa de que este educador "would advocate the Olympic Ideal in South America"⁽³³⁾.

Mas os acontecimentos posteriores frustraram Coubertin e demais membros do CIO nas duas décadas que se seguiram à fundação do Movimento Olímpico Internacional. Em primeiro lugar Zubiaur jamais compareceu às reuniões do CIO nem assumiu qualquer iniciativa para propagar o Olimpismo em seu país ou na América do Sul⁽³⁴⁾.

Por outro lado, foram organizados "Jogos Olímpicos Sul-americanos" em 1910 e 1920 por iniciativa da Argentina e do Chile, sem a interveniência do CIO. Os jogos de 1910 provocaram protestos pessoais de Coubertin e a reação do CIO no sentido de expelir o membro argentino de sua composição, substituto de Zubiaur; e os Jogos de 1920 fez Coubertin insistir na proibição do uso do nome "Olympic Games" como também retomar a idéia dos Jogos Regionais na América do Sul em associação com a ACM como anteriormente aqui relatado⁽³⁵⁾.

Em síntese, o movimento pendular entre idealismo e pragmatismo aparenta ser uma condição natural e típica de uma organização como o CIO que sempre operou em termos de globalização e por

localização geográfica de suas ações. Mas aparentemente os equívocos do CIO surgem quando se fazem decisões radicais privilegiando manutenção ou exercício do poder.

Neste contexto, as lições recuperadas das ações do CIO na América do Sul no início do século 20 são sintomáticas e ainda tem significado na atualidade. Portanto, concordamos com Mueller & Tuttas (2000) quando declaram que a ACM “was the driving force for the success of the Olympic Movement”. Do mesmo modo, entendemos juntamente com estes pesquisadores que “the role of the YMCA was much more significant than scholars had thought”⁽³⁶⁾

Em contas finais, faltou na década de 1920’s uma percepção por parte do CIO de uma “geografia esportiva” das preferências originais de Coubertin, nas ações políticas localizadas na América do Sul. E a julgar pelas advertências de MacAloon enunciadas no início deste estudo, tal carência ainda se faz presente na atualidade e em escala mundial.

Notas

1. MacAloon, J. J., The turn of two centuries: sport and the politics of intercultural relations. In Landry, F., Landry, M. & Yerlès (eds) , Sport...The third millenium. Les Presses de l’ Université Laval, Sainte-Foy, Québec, 1991, p.36.
2. Coubertin, P, Géographie Sportive, Revue Olympique, avril 1911, pp. 51 - 52. In Mueller, N. (ed), Pierre de Coubertin. Textes Choisis, Tome II - Olympisme. Weidmann, Zurich, 1986, p. 452.
3. Coubertin neste texto enfatizou que mesmo o CIO tinha autoridade de ultrapassar a regra fundamental de “all games, all nations”. Note-se que o restaurador dos Jogos Olímpicos usava sempre a expressão em inglês embora escrevendo em francês.
4. Ver, por exemplo, o livro de John Bale “Sport , Space and the City” , Blackburn Press, London, 1993.
5. MacAloon, J.J., Op.Cit., p. 38.
6. Verifique-se em Boulongne, Y., et al., Mieux Connaitre... Pierre de Coubertin. Comité Français Pierre de Coubertin, Paris, 1998, p. 12.

7. Ibidem, p. 4.
8. Ver para a menção da brochura Textes Choisis - Tome III, Op. Cit., p. 808.
9. Textes Choisis - Tome II, Op.Cit., p.400.
10. Ibidem, p. 663.
11. Ibidem, p. 740.
12. Ibidem, p. 589.
13. Ibidem, p. 327.
14. Ibidem, p. 210.
15. Ibidem, p. 658.
16. Ibidem, p. 209.
17. Ibidem, p. 664.
18. Ibidem, p. 460.
19. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "Programa de Comemoração e Regulamento Geral da Exposição de 1922", Arquivo - Centenário da Independência 1922, Rio de Janeiro.
20. Uruguay Sport, Juegos Atleticos Latino - Americanos a Efectuarse en Rio de Janeiro en Setiembre de 1922, Montevideo, octubre 1922 (identificação do autor e das páginas no disponíveis nesta fonte).
21. Ibidem, primeira página da revista sob o título " Antecedentes de la Intervención del Uruguay en Ellos".
22. Uruguay Sport, Informe Presentado por el Conde de Baillet-Latour sobre la Misión que se Cometiera el C.I.O. en América, Montevideo, agosto 1923, pp. 1-7.
23. Ibidem, pp. 1 - 2.
24. Ibidem, p. 1.
25. Ibidem, p. 2.
26. Ibidem, pp. 3 - 4.

27. Ver Mueller, N., One hundred years of Olympic Congresses, 1894 - 1994. IOC, Lausanne, 1994, pp. 103 - 109 (for the 1921 Congress); pp.191 - 192 (present-days situation).
28. Uruguay Sport, Op. Cit., pp. 5 - 6.
29. Verifique-se no "Repertoire du Movement Olympique", CIO, Lausanne,1995, pp. 111 - 176.
30. Para o impcto da ACM no Movimento Olímpico Internacional ver Mueller, N. & Tuttas, R., The role of the YMCA: especially that of Elwood S. Brown, Secretary of physical education of the YMCA. In the worldwide expansion of the Olympic Movement during Pierre de Coubertin's presidency. Paper presented at the 5th International Symposium for Olympic Research, Sydney, 2000, Proceedings pp. 127 - 134.
31. Hopkins, J.T., Quince anos de educación física en las asociaciones de America del Sur. Editorial Mundo Nuevo - Asociacion Cristiana de Jovenes, Montevideo, 1927, pp. 41 - 42.
32. Ibidem, p. 42.
33. Torres, C. T., Tribulations and achievements: the early history of Olympism in Argentina. In Mangan, J. A. & DaCosta, L.P. (eds), Sport in Latin American Society - Past and Present. Frank Cass, London, 2002, p. 60.
34. Ibidem, p. 64.
35. Ibidem, p. 70.
36. Ibidem, p. 127.

A participação feminina nos Jogos Olímpicos

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho

Especialista em registros de Competições Olímpicas

A análise da participação feminina em número de provas pode esclarecer melhor a situação e também demonstrar o quanto tem sido difícil seu caminho pelo mundo olímpico. É possível examinar que cada Jogos Olímpicos reflete a sociedade de sua época, uma vez que os Jogos Olímpicos são disputados por pessoas que vivem em sociedade. Nota-se que as características de uma época se refletem nos Jogos Olímpicos, como, por exemplo, podemos reparar as fotos de época e ver como os uniformes dos competidores vêm se modificando. Eaton (1996) afirmam que:

“Desigualdade sexual não é freqüentemente entendida ou percebida por causa de outras grandes desigualdades - econômica, social e racial - geralmente combatidas com maior urgência. Entretanto, este tipo de desvantagem é um dos mais importantes porque é um dos maiores obstáculos para a felicidade e o progresso humanos. É também uma das maiores oportunidades. Trabalhando com os parâmetros dos existentes fatores político e cultural, ela fornece ao Movimento Olímpico uma chance de influenciar o desenvolvimento e a mudança das percepções...Para as mulheres atingirem o nível dos homens, para terem sucesso, e para as mulheres mudarem as coisas mais depressa, elas necessitam que aconteça uma variedade de coisas, incluindo melhor cobertura da mídia. Igualmente, necessitam de melhor representação nos corredores e comitês do Poder Esportivo”. (pp 30 e 32)

Sendo assim, tanto a sociedade machista do início do Século

XX, quanto a sociedade dos movimentos feministas dos anos 60 e 70, e a atual sociedade onde se torna cada vez mais evidente a luta por direitos iguais entre os homens e as mulheres tendem a ser refletidas no exame dos Jogos Olímpicos. Segundo Wiéner (2000):

“Quando os Jogos Olímpicos Modernos foram restabelecidos os organizadores não previram a participação feminina; seguiram o modelo da Grécia Antiga que não permitia a presença feminina. Assim, nenhuma mulher esteve presente nos Jogos de Atenas em 1896... Desejosa em defender o direito das mulheres a praticar o esporte como os homens, Alice Milliat se engajou e militou por obter uma maior representação feminina nos Jogos Olímpicos. Diante da reticência dos organizadores, ela criou em 1921 a Federação Esportiva Feminina Internacional, que reuniu 70 associações e 5000 aderentes. Segura de seu sucesso, ela lança a idéia dos Jogos unicamente femininos; é assim que são organizados os Jogos Mundiais em Paris em 1922. Vinte mil espectadores assistiram às competições que reuniram 77 competidoras em 11 provas... Pouco a pouco, o Comitê Olímpico Internacional reconheceu o sucesso das competições femininas e decidiu, para evitar uma maior concorrência, integrar oficialmente as mulheres aos Jogos”. Olímpicos. Assim, nos Jogos de Amsterdã elas são admitidas em 5 provas de Atletismo: 100m, 800m, revezamento 4x100m, Salto em altura e Arremesso de disco. Apesar das numerosas críticas e “railleries” dos homens, as mulheres não mais se ausentaram dos Jogos e provaram mais de uma vez que seu lugar tem-se feito merecido”. (pp.141-143-144)

O propósito deste texto é analisar a evolução da participação feminina nos Jogos Olímpicos de Verão. Para tanto são apresentados dados do número de atletas femininas participantes ao longo dos Jogos e os esportes com o número de provas com participação exclusiva das mulheres.

As mulheres competem nos Jogos Olímpicos de Verão desde 1900, em Paris, França. A primeira campeã olímpica foi a britânica

Charlotte Cooper, vencedora do torneio de Tênis feminino na prova de simples.

Com relação ao número de mulheres entre os competidores em Jogos Olímpicos, podemos afirmar que a participação feminina vem aumentando proporcionalmente em relação ao número total de atletas.

Pela análise das estatísticas percebe-se que a participação feminina nos Jogos Olímpicos de Verão foi praticamente insignificante de 1900 a 1924, não chegando sequer a cinco por cento do número total de participantes num período de 24 anos (tabela 1).

De 1928 a 1948 a participação feminina ainda ficou abaixo dos dez por cento do número total de participantes. Após 48 anos, as mulheres ainda não representavam um décimo dos competidores.

Tabela 1 - Participação feminina com relação ao número total de competidores, desde 1900 ¹					
1900	1.9 %	1936	8.3 %	1976	20.7 %
1904	1.0 %	1948	8.7 %	1980	21.5 %
1908	2.2 %	1952	10.6 %	1984	23.1 %
1912	2.2 %	1956	11.8 %	1988	25.9 %
1920	2.9 %	1960	11.4 %	1992	28.9 %
1924	4.0 %	1964	13.4 %	1996	34.1 %
1928	9.6 %	1968	14.2 %	2000	38.3 %
1932	9.6 %	1972	14.8 %		

¹ Fonte: wallechinsky, David. *The Complete Book of the Summer Olympics* - Sydney 2000 Edition.

Isto mudou a partir de 1952, quando as mulheres passaram, pela primeira vez, a representar mais de dez por cento do número de competidores. Porém, até 1960, não chegaram a doze por cento. Se considerarmos que já estavam competindo há 60 anos, percebemos que a evolução ocorreu muito lentamente.

De 1964 a 1972 houve um aumento de mais de dois por cento com relação a 1960. O total de mulheres competindo nos Jogos Olímpicos chegou a quase quinze por cento do total de participantes.

Em 1976, pela primeira vez na história, as mulheres passaram a representar mais de vinte por cento do número total de participantes. Superaram a barreira dos vinte e um por cento em 1980 e a dos vinte e três por cento em 1984.

Em 1988 a participação feminina chegou a mais de vinte e cinco por cento do total de competidores. Ou seja, mais de um quarto do número de atletas eram mulheres. Quatro anos depois, houve uma evolução de três por cento e o número de mulheres quase chegou a trinta por cento.

Após um século de Jogos Olímpicos, em 1996, em Atlanta, nos Jogos do Centenário, o número de mulheres participantes superou pela primeira vez na história a marca dos 30 por cento, chegando a 34.1 % do número de competidores. Um significativo aumento de 5.2 % em relação aos Jogos de 1992.

Em 2000 a participação feminina atingiu a marca de 38.3 % do número total de participantes. Apesar de quase chegar a 40 % do total, ainda podemos afirmar que as mulheres sofrem uma certa discriminação quando se nota, por exemplo, que os eventos femininos recebem uma menor cobertura da mídia.

Os esportes e o seu número de provas com participação exclusiva das mulheres

A participação feminina vem aumentando significativamente em vários esportes e ainda ocorre seu ingresso em modalidades antes reservadas somente aos homens. Desde a década de 80 este processo é mais rápido do que nos anos anteriores porque a sociedade atual sente a necessidade de uma maior igualdade de direitos entre homens e mulheres já que as últimas vêm assumindo um papel cada vez mais relevante (tabela 2).

Em algumas modalidades esportivas as mulheres esperaram muito tempo para serem aceitas. Em outras, ingressaram juntamente com os homens. Há também as modalidades esportivas em que a participação feminina ocorreu um pouco depois da masculina.

Tabela 2 - Participação feminina nos Jogos Olímpicos por modalidades esportivas		
<i>Ano</i>	<i>Modalidades Esportivas</i>	<i>total</i>
1900	Tênis-1; Golfe-1	2
1904	Arco e Flecha - 2	2
1908	Arco e Flecha-1 Patinação artística - 1; Tênis - 2	4
1912	Natação - 2; Saltos Ornamentais-1 Tênis - 2	5
1920	Natação-3; Saltos Ornamentais-2 Tênis - 2; Patinação Artística - 1	8
1924	Esgrima - 1; Natação - 5 Saltos Ornamentais - 2; Tênis - 2	10
1928	Atletismo -5; Esgrima -1 Ginástica - 1; Natação - 5 Saltos Ornamentais - 2	14
1932	Atletismo - 6; Esgrima - 1 Natação -5; Saltos Ornamentais - 2	14
1936	Atletismo - 6; Esgrima - 1 Ginástica - 1; Natação - 5 Saltos Ornamentais - 2	15
1948	Atletismo - 9; Esgrima - 1 Ginástica - 1; Natação - 5 Saltos Ornamentais-2; Canoagem-1	19
1952	Atletismo - 9; Esgrima - 1 Ginástica - 7; Natação - 5 Saltos Ornamentais-2; Canoagem-1	25
1956	Atletismo - 9; Esgrima - 1 Ginástica - 7; Natação - 6 Saltos Ornamentais-2; Canoagem-1	26
1960	Atletismo - 10; Esgrima - 2 Ginástica - 6; Natação - 7 Saltos Ornamentais-2; Canoagem-2	29
1964	Atletismo - 12; Esgrima - 2 Ginástica - 6; Natação - 8 Saltos Ornamentais - 2 Canoagem-2; Voleibol - 1	33
1968	Atletismo -12; Esgrima - 2 Ginástica - 6; Natação - 14 Saltos Ornamentais - 2 Canoagem - 2; Voleibol - 1	39

	Continuação da Tabela 2	
1972	Atletismo - 14; Esgrima - 2 Arco e Flecha - 1; Ginástica - 6 Natação-14; Saltos Ornamentais- 2 Canoagem – 3; Voleibol - 1	43
1976	Atletismo – 14; Esgrima - 2 Arco e Flecha – 1; Ginástica - 6 Natação-13; Saltos Ornamentais- 2 Remo – 6; Canoagem - 2 Basquetebol – 1; Handebol - 1 Voleibol - 1	49
1980	Atletismo - 14; Esgrima - 2 Arco e Flecha - 1; Ginástica - 6 Natação-13; Saltos Ornamentais- 2 Remo - 6; Canoagem - 2 Hóquei - 1; Basquetebol - 1 Handebol - 1; Voleibol - 1	50
1984	Atletismo - 17; Esgrima - 2 Tiro - 3; Arco e Flecha - 1 Ciclismo - 1; Ginástica - 7 Natação-14; Saltos Ornamentais- 2 Nado Sincronizado - 2; Remo - 6 Canoagem - 3; Hóquei - 1 Basquetebol – 1; Handebol - 1 Voleibol - 1	62
1988	Atletismo - 18; Esgrima - 2 Tiro - 4; Arco e Flecha - 2 Ciclismo - 2; Ginástica - 7 Natação-15; Saltos Ornamentais- 2 Nado Sincronizado - 2; Remo - 6 Canoagem – 3; Atletismo - 1 Hóquei - 1; Basquetebol - 1 Handebol - 1; Voleibol - 1 Tênis - 2; Tênis de Mesa - 2	72
1992	Atletismo - 19; Judô - 7 Esgrima - 2; Tiro - 4 Arco e Flecha - 2; Ciclismo - 3 Ginástica - 7; Natação - 15 Saltos Ornamentais - 2; Remo - 6 Nado Sincronizado-2; Canoagem-4 Atletismo-3; Hóquei-1; Basquetebol-1 Handebol- 1; Voleibol –1; Tênis -2 Tênis de Mesa – 2; Badminton - 2	86

Continuação da Tabela 2		
1996	Atletismo - 20; Judô - 7 Esgrima - 4; Tiro - 5 Arco e Flecha - 2; Ciclismo - 6 Ginástica - 8; Natação - 16 Saltos Ornamentais - 2; Remo - 6 Nado Sincronizado-1; Canoagem-4 latismo- 3; Futebol - 1; Hóquei - 1 Basquetebol - 1; Handebol - 1 Voleibol - 1; Vôlei de Praia - 1 Softbol - 1; Tênis - 2 Tênis de Mesa - 2; Badminton - 2	97
2000	Atletismo - 22; Judô - 7 Levantamento de Peso- 7; Tiro - 7 Taekwondo - 4; Esgrima - 4 Arco e Flecha - 2; Triatlo - 1 Pentatlo Moderno - 1; Ciclismo - 7 Ginástica - 9; Natação - 16 Saltos Ornamentais- 4; Remo - 6 Nado Sincronizado - 2; latismo - 3 Pólo Aquático - 1; Canoagem - 4 Futebol - 1; Hóquei - 1; Tênis - 2 Basquetebol - 1; Handebol - 1 Voleibol - 1; Vôlei de Praia - 1 Softbol - 1; Tênis de Mesa - 2 Badminton - 2	120

Para uma melhor elucidação da análise da participação feminina nos Jogos Olímpicos apresentamos a seguir, na tabela 3, a relação de esportes olímpicos com o seu respectivo ano de estréia para os homens e também para as mulheres. O quadro abaixo também coloca o tempo que as mulheres tiveram que esperar em relação aos homens.

Tabela 3 - Comparação entre as Inclusões Masculina e Feminina por Esportes nos Jogos Olímpicos			
<i>Esporte</i>	<i>Ano de estréia masculina</i>	<i>Ano de estréia feminina</i>	<i>Diferença do tempo de espera</i>
Arco e Flecha	1900 e 1972	1904 e 1972	4 anos
Atletismo	1896	1928	32 anos
Badminton	1992	1992	0
Basquetebol	1936	1976	40 anos
Boxe	1904	ainda não estreou	está em 98 anos
Canoagem	1936	1948	12 anos
Ciclismo	1896	1984	88 anos
Esgrema	1896	1924	28 anos
Futebol	1900	1996	96 anos
Ginástica	1896	1928	32 anos
Handebol	1972	1976	4 anos
Hipismo	1900	ainda não estreou separadamente	102 anos
Hóquei	1908	1980	72 anos
Judô	1964	1992	28 anos
Levantam. de Peso	1896	2000	104 anos
Luta Greco-romana	1896	ainda não estreou	104 anos
Luta Livre	1904	ainda não estreou	96 anos
Nado Sincronizado	ainda não estreou	1984	antes dos homens
Natação	1896	1912	16 anos
Pentatlo Moderno	1912	2000	88 anos
Pólo Aquático	1900	2000	100 anos
Remo	1900	1976	76 anos
Saltos Ornamentais	1904	1912	8 anos
Taekwondo	2000	2000	0
Tênis	1896	1900	4 anos
Tênis de Mesa	1988	1988	0
Tiro	1896	1984	88 anos
Triatlo	2000	2000	0
Voleibol	1964	1964	0
Vôlei de Praia	1996	1996	0

Os esportes que estrearam no programa olímpico a partir de 1988, tanto para homens quanto para mulheres, receberam um tratamento igualitário com relação ao sexo. Antes dessa época, apenas o Voleibol recebeu parecido tratamento. Portanto, são os seguintes os esportes que receberam tratamento igualitário, com mulheres e homens estreando simultaneamente:

- 1) Badminton
- 2) Taekwondo
- 3) Tênis de mesa
- 4) Triatlo
- 5) Voleibol
- 6) Vôlei de praia

Muitos esportes demoraram em aceitar a participação feminina nos Jogos Olímpicos. Em muitos casos, também, o número de provas femininas foi bem menor do que o de provas masculinas. Entre os que mais demoraram estão:

- 1) Levantamento de peso - 104 anos
- 2) Pólo aquático - 100 anos
- 3) Futebol - 96 anos
- 4) Ciclismo - 88 anos
- 5) Pentatlo moderno - 88 anos
- 6) Tiro - 88 anos
- 7) Vela (latismo) - 88 anos
- 8) Remo - 76 anos
- 9) Hóquei - 72 anos
- 10) Basquetebol - 40 anos

Algumas considerações ainda devem ser feitas. Por exemplo, a Esgrima e a Canoagem Femininas estrearam há muito tempo. Porém, seus programas olímpicos têm demorado a serem ampliados:

ESGRIMA

- Florete individual - 1924
- Florete por equipes - 1960
- Espada individual - 1996
- Espada por equipes - 1996

CANOAGEM

Caiaque individual 500m - 1948

Caiaque duplo 500m - 1960

Caiaque quádruplo 500m - 1984

Na Esgrima as provas femininas de Sabre ainda não estrearam em Jogos Olímpicos. Na Canoagem há uma grande desigualdade. Enquanto os homens competem em 12 provas, as mulheres só podem competir em 4 provas. Ainda não ganharam o direito de competirem na canoa canadense.

Com relação ao Atletismo, as mulheres ainda estão lutando para se igualarem definitivamente aos homens. Durante as duas últimas décadas (80 e 90) houve muitos progressos. Abaixo, no quadro 1, segue a relação das provas femininas de Atletismo e seu respectivo ano de estréia no programa olímpico:

Quadro 1 - Provas femininas de Atletismo e seu respectivo ano de estréia no programa olímpico			
100m - 1928	10000m - 1988	4x400m - 1972	Marcha de 50 km - ainda não estreou
200m - 1948	Maratona - 1984	Salto em altura - 1928	Arremesso de Peso - 1948
400m - 1964	100m CB - 1972 80m CB - 1932*	Salto com vara - 2000	Arremesso de Disco - 1928
800m - 1928	400m CB - 1984	Salto triplo - 1996	Arremesso de Dardo - 1932
1500m - 1972	3000m ST - ainda não estreou	Salto em distância - 1948	Arremesso de Martelo - 2000
5000m - 1996	4x100m - 1928	Marcha de 20 km - 2000 Marcha de 10 km - 1992*	Pentatlo - 1964* Heptatlo - 1984

* Provas não mais realizadas nos Jogos Olímpicos porque foram substituídas por outra equivalente.

Há também os esportes em que a participação feminina ainda não ocorreu. Muitas vezes por problemas anatômicos por causa das

diferenças dos corpos masculino e feminino. Outras vezes em virtude de puro preconceito, ou ainda por não apresentarem um grande atrativo para a mídia. Abaixo a relação dos esportes em que a participação olímpica das mulheres ainda não ocorreu:

1) BOXE - Há disputas de Boxe feminino, mas as mulheres ainda não ganharam o direito de competirem nos Jogos Olímpicos.

2) LUTA LIVRE - Existe uma versão feminina. Talvez estréia em 2004, em Atenas, Grécia.

3) LUTA GRECO-ROMANA - Estranhamente, as mulheres não disputam este esporte. Talvez por causa dos golpes só valerem acima da cintura e, conseqüentemente, por causa da anatomia feminina, no caso, os seios, este esporte não é disputado por mulheres.

O HIPISMO é um esporte que aceita a participação tanto de homens como de mulheres competindo entre eles. Ainda não foram previstas provas exclusivamente para mulheres, embora elas tenham se destacado nas disputas de Adestramento. No latismo (Vela) e no Tiro as mulheres também puderam competir juntamente com os homens, porém só tiveram o direito de provas separadas a partir das datas referidas no quadro anterior.

As diferenças entre homens e mulheres nos Jogos Olímpicos estão diminuindo. Chegará o tempo em que competirão no mesmo número de provas. Afinal, nada mais justo do que um esporte ter seu campeão olímpico tanto no setor masculino quanto no feminino. Talvez, por serem ainda maioria entre os praticantes de esportes, os homens ainda têm reservado para si um número maior de provas. A tabela (4) a seguir revela-nos como a participação feminina vem aumentando a cada Olimpíada.

Tabela 4 - Participação Feminina em número de competidoras nos Jogos Olímpicos Modernos					
Ano	mulheres	Ano	mulheres	Ano	mulheres
1896	0	1932	127	1972	1058
1900	21	1936	328	1976	1246
1904	6	1948	355	1980	1124
1908	44	1952	518	1984	1567
1912	55	1956	384	1988	2189
1920	77	1960	610	1992	2708
1924	125	1964	683	1996	3513
1928	290	1968	768	2000	4254

Referências Bibliográficas

WALLECHINSKI, David. *The Complete Book of The Summer Olympics - Sydney Edition*. Ed. The Overlook, 2000.

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics – Los Angeles Edition Atlanta*. Ed. The Overlook, 1998.

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics – Atlanta*. Ed. The Overlook, 1996.

KLUGE, Volger. *Olympische Sommerspiele - Die Chronik*. Ed. Sport Verlag Berlin.

KAISER, Ruper. *Olympia Almanach von Athen 1896 bis Sydney 2000*. Ed. Agon Sportverlag Statistics.

EATON, Richard. Women and the Olympic Games. In SEARLE, Caroline; Vaile, Bryn. *The IOC Official Olympic Companion 1996*. Ed. Brassey's Sports: Londres, 1996.

WIÉNER, MAGALI. *Les Jeux Olympiques*. Ed. Castor Doc Flammarion: Paris, 2000.

A participação dos países anfitriões nos Jogos Olímpicos

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho

Especialista em registros de Competições Olímpicas

Desde 1896, a cada quatro anos, a cidade de um país é sede dos Jogos Olímpicos de Verão. O país anfitrião, além do orgulho de receber os melhores atletas do mundo, adquire a possibilidade de competir em todas as modalidades sem disputar torneios eliminatórios. E mais, pode ter maiores possibilidades de conseguir um excelente desempenho esportivo por estar competindo em seu próprio território e por ter a maioria da torcida a seu favor. Sendo assim, o propósito deste texto é apresentar a campanha olímpica dos países anfitriões ao longo da história dos Jogos Olímpicos. Durante esta análise poderemos perceber também como a diferença em número de competidores do país anfitrião em relação aos outros países diminui ao longo da história dos Jogos, fato que por vezes esteve relacionado a fatores sócio-político-econômicos.

Durante os primeiros Jogos Olímpicos, de 1896 a 1912, os países anfitriões conseguiram excelentes desempenhos. Naquela época as dificuldades de deslocamento eram muito grandes por causa do ainda fraco desenvolvimento dos meios de transporte, o que não permitia uma grande participação de atletas de países estrangeiros. O custo para se enviar uma delegação era enorme.

Segundo Wallechinsky (2000), em 1896, em Atenas, Grécia, a anfitriã conquistou o maior número de medalhas no total. Foram 45 medalhas contra 20 dos norte-americanos

Em 1900, em Paris, a anfitriã França conquistou o maior número de medalhas: 66 no total. Os Estados Unidos obtiveram um total de 50 medalhas. Novamente domínio do anfitrião.

Em 1904, em Saint Louis, os anfitriões Estados Unidos obtiveram um total de 214 medalhas, numa disputa que envolveu, em sua grande maioria, apenas competidores dos norte-americanos.

Em 1908, em Londres, o anfitrião Reino Unido dominou as disputas ao somar um total de 146 medalhas. Os Estados Unidos ficaram numa distante segunda colocação, com apenas 47 medalhas.

Em 1912, em Estocolmo, a anfitriã Suécia superou os Estados Unidos por apenas uma medalha de diferença: 64 a 63. Foi a partir desse ano que a história começou a mudar.

É possível notar que a participação dos países em geral aumentou muito a partir de 1920. Além disso, o número de atletas dos demais países com relação ao anfitrião também aumentou. Após a Primeira Guerra Mundial, que provocou o cancelamento dos Jogos de 1916, houve uma grande evolução nos meios de transporte, possibilitando a participação de um número maior de atletas e de países. A partir de então, os Estados Unidos passaram a encabeçar o quadro de medalhas, reservando aos anfitriões um papel secundário. Sugere-se que os meios de transporte tenham evoluído muito durante as Guerras mundiais. Sobre isto Umminger afirma que:

“Em 1906, Ferber emitiu parecer para o Ministério da Guerra francês, no qual observou: ‘Até 1903 fui o único a retomar as experiências de Lilienthal. Na Inglaterra, as mesmas já haviam sido reiniciadas em 1896 por Pilcher e nos EUA por Chanute e Herring. Em 1900 os irmãos Wright deram início às experiências; em 1901 voaram 50m, em 1902 chegaram a voar 100m, em 1903 instalaram um motor no seu aeróstato e, pela primeira vez, executaram um voo em linha horizontal de 200m. Em 1904 voaram 500m e deram as primeiras voltas no ar; por fim, em 1905, fizeram vôos de 20, 25 e 39 km. Com esses vôos o princípio do “mais pesado que o ar” tornou-se realidade, oferecendo condições para evolução, como esporte, veículo de transporte enormemente veloz e, ainda como arma para a guerra’. Com essas palavras o Capitão Ferber previu e definiu nitidamente as molas mestras do desenvolvimento aviatório, a saber: no período de 1906 a 1913 o esporte impulsionou a avia-

ção e daí até 1918, a Primeira Grande Guerra acelerou a fabulosa evolução da aeronáutica contemporânea". (p.189)

Para uma análise melhor do crescimento do número de participantes dos países estrangeiros apresentamos na tabela 1 dados sobre o número de componentes da delegação do país anfitrião e os números da delegação de alguns participantes.

Tabela 1 - Número de componentes da delegação do país anfitrião e os números da delegação de alguns participantes
1896 - Grécia 186, Alemanha 19, Estados Unidos 14.
1900 - França 1.100 aproximadamente, Reino Unido 118, Estados Unidos 90.
1904 - Estados Unidos 574, Canadá 52, Alemanha 17, Grécia 15.
1908 - Reino Unido 721, França 220, Suécia 160, Estados Unidos 122.
1912 - Suécia 457, Reino Unido 277, Noruega 190, Alemanha 186, Estados Unidos 174.
1920 - Bélgica 337, França 303, Estados Unidos 285, Suécia 259, Reino Unido 232. <i>(Ao analisarmos esses podemos reparar como o número de participantes da Bélgica, anfitriã, ficou próximo ao dos Estados Unidos. Somente a partir de 1920 que o número de participantes do anfitrião ficou próximo ao dos demais países)</i>
1924 - França 321, Estados Unidos 296, Reino Unido 258, Itália 201. <i>(Podemos reparar como o número de norte-americanos participantes se aproximou do número de franceses, os anfitriões)</i>
1928 - Holanda 219, França 230, Estados Unidos 235, Alemanha 215. <i>(No caso dos Jogos Olímpicos de 1928 a anfitriã Holanda teve menos representantes do que França e Estados Unidos. Possivelmente isto ocorreu por causa do desenvolvimento e barateamento dos meios de locomoção)</i>
1932 - Estados Unidos 279, Japão 117, Itália 101, Canadá 100, Alemanha 83, México 72. <i>(Neste caso, verificarmos que as consequências da crise mundial de 1929 podem ter afetado a participação dos países europeus, que não tiveram muitos recursos para se deslocarem da Europa para os Estados Unidos)</i>
1936 - Alemanha 348, Estados Unidos 310, Hungria 209, Reino Unido 207, França 201. <i>(Novamente o número de atletas do país anfitrião não supera em muito o dos Estados Unidos)</i>

Em 1920, em Antuérpia, a anfitriã Bélgica conquistou 35 medalhas e ocupou apenas a quinta colocação em total de medalhas. Ficou atrás dos EUA (95 medalhas), da Suécia (64), do Reino Unido (42) e da França (41). Ficou em quinto lugar também em número de medalhas de ouro, atrás de EUA (41), Suécia (19), Finlândia (15) e Reino Unido (14).

Em 1924, em Paris, a anfitriã França conquistou 38 medalhas no total. Foi superada apenas pelos Estados Unidos (99 medalhas). Em número de medalhas de ouro, suas 13 conquistas perderam apenas para Estados Unidos (45) e Finlândia (14).

Em 1928, em Amsterdã, a anfitriã Holanda obteve apenas 19 medalhas no total. Foi, até então, o pior desempenho entre os países que sediaram Jogos Olímpicos. Ficou atrás de Estados Unidos (56), Alemanha (31), Finlândia (25), Suécia (25), França (21), Reino Unido (20) e Itália (19). Em número de medalhas de ouro, seus 6 títulos não foram páreo para Estados Unidos (22), Alemanha (10), Finlândia (8), Suécia (7), Itália (7), Suíça (7) e França (6).

Em 1932, em Los Angeles, os anfitriões norte-americanos confirmaram o favoritismo e somaram um total de 103 medalhas, ficando facilmente na primeira colocação. A Crise Econômica de 1929 afetou a participação dos países europeus. Porém, a hegemonia dos Estados Unidos não seria abalada mesmo em condições normais. Os norte-americanos também ficaram em primeiro lugar no número de medalhas de ouro, com 41 vitórias.

Em 1936, em Berlin, a Alemanha, em plena efervescência do Nazismo, deu uma enorme demonstração de força ao conquistar o maior número de medalhas (89) e o maior número de títulos (33). Os Estados Unidos ficaram numa distante segunda colocação: 56 medalhas, 24 de ouro.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial acabou cancelando os Jogos Olímpicos de 1940 (Tóquio, depois Helsinque) e de 1944 (Londres). A partir de então, o mundo ficou dividido entre países capitalistas e socialistas, que nos anos posteriores realizaram disputas acirradas. Foi uma nova revolução dentro dos Jogos Olímpicos e os países anfitriões passaram a se colocar no meio desta rivalidade.

Em 1948, em Londres, o anfitrião Reino Unido obteve apenas 23 medalhas, mostrando que os tempos haviam mudado muito desde os Jogos de 1908, também disputados em Londres. A rela-

ção entre os Jogos de 1908 e 1948 mostra bem a mudança do papel dos países anfitriões nos Jogos Olímpicos. Os Estados Unidos lideraram com 84 medalhas no total. Suécia (44), França (29), Itália (29) e Hungria (27) superaram o Reino Unido. Em número de medalhas de ouro, com apenas três, o Reino Unido acabou superado por um total de 11 países.

Em 1952, em Helsinque, a anfitriã Finlândia obteve 22 medalhas no total. Com o mundo bi-polarizado, dividido em países socialistas e capitalistas, os anfitriões passaram a enfrentar um novo obstáculo: os bem preparados atletas dos países socialistas. Os Jogos de 1952 também marcaram a estréia olímpica da União Soviética, que se transformou na maior potência esportiva de seu tempo. A Finlândia foi superada por Estados Unidos (76), União Soviética (71), Hungria (42), Suécia (35), Alemanha (24). Em número de medalhas de ouro, seus seis títulos não foram páreo para Estados Unidos (40), União Soviética (22), Hungria (16), Suécia (12), Itália (8), Tchecoslováquia (7) e França (6).

Em 1956, em Melbourne, a anfitriã Austrália obteve 35 medalhas no total. Foi superada apenas por União Soviética (98) e Estados Unidos (74). Conquistou 13 medalhas de ouro, ficando, também neste critério, atrás de União Soviética (37) e Estados Unidos (32).

Em 1960, em Roma, a anfitriã Itália obteve 36 medalhas no total. Ocupou a quarta colocação, ficando atrás de União Soviética (103), Estados Unidos (71) e Alemanha (42), que competiu com uma equipe conjunta de atletas do oeste e do leste. Em número de medalhas de ouro, os 13 títulos da Itália perderam apenas para União Soviética (43) e Estados Unidos (34).

Em 1964, em Tóquio, o anfitrião Japão conquistou 29 medalhas no total. Perdeu apenas para União Soviética (96), Estados Unidos (90) e Alemanha (50). Em número de medalhas de ouro seu desempenho foi melhor, pois seus 16 títulos só foram superados por Estados Unidos (36) e União Soviética (30).

Em 1968, na Cidade do México, o anfitrião México conquistou apenas 9 medalhas. Logicamente, com um número tão baixo de medalhas, acabou superado por 14 países. Em número de medalhas de ouro, ocorreu o mesmo: suas 3 conquistas não foram páreo para 14 países.

Em 1972, em Munique, a anfitriã Alemanha Ocidental obteve 40 medalhas no total. Ficou atrás apenas dos três gigantes do es-

porte mundial na época: União Soviética (99), Estados Unidos (94) e Alemanha Oriental (66). Obteve 13 medalhas de ouro, ficando atrás dos mesmos países novamente: União Soviética (50), Estados Unidos (33) e Alemanha Oriental (20).

Em 1976, em Montreal, o anfitrião Canadá obteve 11 medalhas no total. Porém, entrou negativamente para a história como o único país anfitrião a não ter conquistado um título olímpico nos Jogos de Verão. No total de medalhas, foi superado por 12 países. Em número de medalhas de ouro, como não obteve nenhuma, ficou atrás de 26 países.

Em 1980, em Moscou, a anfitriã União Soviética obteve um total de 195 medalhas, 80 de ouro, ficando facilmente em primeiro lugar em ambos os critérios de número total de medalhas e número de medalhas de ouro. A Alemanha Oriental ficou numa folgada segunda colocação, com um total de 126 medalhas e 47 de ouro. Embora muitos países tenham boicotado os Jogos de Moscou, a vitória soviética ocorreria mesmo sem boicote.

Em 1984, em Los Angeles, os anfitriões Estados Unidos obtiveram 174 medalhas no total, 83 de ouro, ficando na primeira colocação nos dois critérios: medalhas no total e medalhas de ouro. Foram favorecidos pelo boicote das duas maiores potências esportivas da época: União Soviética e Alemanha Oriental.

Em 1988, em Seul, a anfitriã Coreia do Sul se preparou para receber União Soviética, Alemanha Oriental e Estados Unidos numa mesma disputa depois dos boicotes de 1980 e 1984. Os sul-coreanos conquistaram 33 medalhas no total, ficando atrás da União Soviética (132), da Alemanha Oriental (102), dos Estados Unidos (94), da Alemanha Ocidental (40) e da Bulgária (35). Em número de medalhas de ouro, ao obter 12, perdeu apenas para União Soviética (55), Alemanha Oriental (37) e Estados Unidos (36).

A década de 90 foi marcada por profundas mudanças políticas que resultaram no declínio dos países do Leste Europeu e no fim da União Soviética e da Alemanha Oriental. Estes acontecimentos acabaram beneficiando os países anfitriões, que se viram livres das fortes equipes socialistas, com exceção de Cuba e China.

Em 1992, em Barcelona, a anfitriã Espanha obteve 22 medalhas no total, 13 de ouro. No total, ficou atrás de CEE (112), antiga União Soviética, Estados Unidos (108), Alemanha (82), China (54), Cuba (31), Hungria (30), Coreia do Sul (29), França (29) e Austrália (27). Em número de

medalhas de ouro, suas 13 conquistas ficaram atrás apenas de CEI (45), Estados Unidos (37), Alemanha (33), China (16) e Cuba (14).

Em 1996, em Atlanta, os anfitriões norte-americanos dominaram os Jogos Olímpicos tanto no total de medalhas (101) como no número de medalhas de ouro (44). O fim da União Soviética e da Alemanha Oriental facilitaram demais o desempenho norte-americano.

Em 2000, em Sydney, a anfitriã Austrália obteve um total de 58 medalhas, 16 de ouro. No total de medalhas, ficou atrás apenas de Estados Unidos (97), Rússia (88) e China (59). Em número de medalhas de ouro, suas 16 vitórias ficaram muito atrás de Estados Unidos (40), Rússia (32) e China (28).

A tabela 2 nos permite uma visão geral da campanha olímpica dos países anfitriões ao longo da história dos Jogos Olímpicos.

Tabela 2 - Colocação dos países anfitriões em Jogos Olímpicos			
Ano	Anfitrião	Total de medalhas	Medalhas de ouro
1896	Grécia	1 ^a	2 ^a
1900	França	1 ^a	2 ^a
1904	Estados Unidos	1 ^a	1 ^a
1908	Reino Unido	1 ^a	1 ^a
1912	Suécia	1 ^a	2 ^a
1920	Bélgica	5 ^a	5 ^a
1924	França	2 ^a	3 ^a
1928	Holanda	8 ^a	8 ^a
1932	Estados Unidos	1 ^a	1 ^a
1936	Alemanha	1 ^a	1 ^a
1948	Reino Unido	6 ^a	12 ^a
1952	Finlândia	6 ^a	8 ^a
1956	Austrália	3 ^a	3 ^a
1960	Itália	4 ^a	3 ^a
1964	Japão	4 ^a	3 ^a
1968	México	15 ^a	15 ^a
1972	Alemanha Ocidental	4 ^a	4 ^a
1976	Canadá	13 ^a	27 ^a
1980	União Soviética	1 ^a	1 ^a
1984	Estados Unidos	1 ^a	1 ^a
1988	Coreia do Sul	6 ^a	4 ^a
1992	Espanha	10 ^a	6 ^a
1996	Estados Unidos	1 ^a	1 ^a
2000	Austrália	4 ^a	4 ^a

Podemos verificar que de 1896 a 1912 o país anfitrião foi o vencedor no total de medalhas e que ficou, na pior das hipóteses, em segundo lugar no número de medalhas de ouro. A partir de 1920 os países anfitriões, exceto no caso de superpotências (Alemanha, Estados Unidos e União Soviética) não mais venceram os Jogos Olímpicos. Na maioria dos casos os países anfitriões experimentam uma melhoria no seu desempenho esportivo, mas o total de medalhas é o melhor referencial para se analisar o desempenho, para não cairmos numa análise errada do que ocorreu com o Canadá em 1976, quando não obteve medalhas de ouro. Na maioria dos casos a colocação do país anfitrião em total de medalhas e em total de medalhas de ouro são próximas, não variando muito, exceto no caso de Reino Unido (1948), Canadá (1976) e Espanha (1992).

Para finalizar gostaríamos de apresentar uma relação de medalhas dos países anfitriões nos Jogos anteriores ao que sediaram, nos Jogos que sediaram e nos Jogos posteriores. Ao compararmos os dados podemos perceber como o número de medalhas conquistadas por um país sede dos Jogos Olímpicos quase sempre aumenta substancialmente quando comparado com seu desempenho nos Jogos anteriores e posteriores (tabela 3).

Tabela 3 - Relação de medalhas dos países anfitriões nos Jogos anteriores ao que sediaram nos Jogos que sediaram e nos Jogos posteriores			
	ANTES	SEDIANDO	DEPOIS
1896 - Grécia	-	45	-
1900 - França	11	66	1
1904 - EUA	50	214	47
1908 - Reino Unido	2	146	41
1912 - Suécia	25	64	64
1920 - Bélgica	6	35	13
1924 - França	41	38	21
1928 - Holanda	10	19	7
1932 - EUA	56	103	56
1936 - Alemanha	20	89	24
1948 - Reino Unido	14	23	11
1952 - Finlândia	20	22	15
1956 - Austrália	11	35	22
1960 - Itália	25	36	27
1964 - Japão	18	29	25
1968 - México	1	9	1
1972 - Alemanha Ocidental	26	40	39
1976 - Canadá	5	11	44
1980 - URSS	125	195	132
1984 - EUA	94	174	94
1988 - Coreia do Sul	19	33	29
1992 - Espanha	4	22	17
1996 - EUA	108	101	97
2000 - Austrália	41	58	-

Referências bibliográficas

KLUGE, Volger. *Olympische Sommerspiele - Die Chronik*. Ed. Sport Verlag Berlin.

KAISER, Ruper. *Olympia Almanach von Athen 1896 bis Sydney 2000*. Ed. Agon Sportverlag Statistics.

UMMINGE, Walter. *Heróis, Deuses, Super-homens - As Grandes Conquistas Esportivas*. Edições Melhoramentos. Título Original: HELDEN, GÖTTER, UBERMENSCHEN. Econ-Verlag Gmbh, Düsseldorf und Wien.

WALLECHINSKI, David. *The Complete Book of The Summer Olympics - Sydney Edition*. Ed. The Overlook.

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics - Los Angeles Edition Atlanta*. Ed. The Overlook.

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics - Atlanta*. Ed. The Overlook.

Critérios de verificação do Desempenho Olímpico de um país

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho

Especialista em registros de Competições Olímpicas

A cada Jogos Olímpicos a imprensa mundial publica quadros de medalhas com a classificação dos países. O Comitê Olímpico Internacional não apóia a comparação entre os desempenhos dos países participantes para que não seja incentivada a rivalidade entre eles, o que contrariaria todo o ideal olímpico de promover a paz e a amizade entre os povos. Além disso, o Comitê Olímpico Internacional afirma que nos Jogos Olímpicos as disputas não são entre países ou equipes e sim entre indivíduos (atletas). Porém, mesmo não sendo considerado pelo COI, a verdade é que esta comparação já foi incorporada na tradição das coberturas e transmissões dos Jogos Olímpicos. Sendo assim, o objetivo deste texto é primeiramente analisar os critérios existentes para se realizar esta comparação, e logo em seguida apresentar algumas proposições de novos critérios de verificação do desempenho olímpico de um país.

Os livros olímpicos apenas se contentam em mostrar os resultados e contar histórias, curiosidades sobre os Jogos. Nenhum autor, em análise realizada, se ocupou de fazer um estudo sobre estes critérios utilizados pela imprensa. Nossa experiência nos mostrou que quando discutimos com pessoas, não envolvidas com o esporte, sobre que critério deve prevalecer, surgem várias afirmações e se estabelece uma confusão de idéias. Em primeiras análises não conhecemos trabalhos que façam este estudo. Desta forma, decidimos abordar a questão após analisar os vários quadros de medalhas dos Jogos Olímpicos. Entendemos esta uma questão importante que deveria ocupar parte dos estudos olímpicos.

Na verdade se pode notar que cada pessoa tem o seu próprio ponto de vista sobre o assunto. Como a classificação não é oficial, prevalecem as opiniões. Por exemplo, para alguns pode ser melhor o país que obtiver um maior número de medalhas. Para outros, será melhor o país que obtiver medalha num maior número de provas. Para outros ainda, o melhor será aquele que obtiver medalha num maior número de modalidades. Por fim, haverá aqueles que preferirão o maior ganhador de medalhas de ouro como o melhor desempenho. Como não é oficial, a classificação passa a ser um critério da preferência de cada um. Neste texto propomos uma forma de se utilizar todos os três critérios. Ao observarmos Wallechinsky (2000) podemos entender a grande diferença nos quadros de medalhas dos primeiros Jogos Olímpicos. Este autor explica que:

“O Comitê Olímpico Internacional não reconhece oficialmente o total de medalhas por nacionalidade. Entretanto, estes totais são freqüentemente incluídos em Reportagens Oficiais, e durante os Jogos Olímpicos, eles são freqüentemente dispostos em largos quadros na Sede do Centro de Imprensa e são atualizados em bases contínuas para o benefício da imprensa e do público. A premiação de medalhas de ouro para o primeiro colocado, medalhas de prata para o segundo colocado, e medalhas de bronze para o terceiro colocado começaram em 1904. Nos quadros para 1896 e 1900, G, S, e B são utilizados para indicar primeiro, segundo e terceiro. Totais precisos por Nação para 1896-1906 são difíceis de se determinar porque até 1908 os atletas participavam dos Jogos Olímpicos mais como indivíduos do que como membros selecionados de uma equipe nacional. Além disso, atletas de diferentes nações, algumas vezes, juntavam forças em esportes coletivos, incluindo duplas de Tênis”¹. (p.14)

Na prática, há dois critérios de aferição dos desempenhos dos países em Jogos Olímpicos. Num dos critérios é considerado o melhor desempenho de acordo com o maior número de medalhas de ouro conquistadas. Atualmente, é o critério mais utilizado pela imprensa mundial. Sua lógica segue o seguinte raciocínio: dentro dos Jogos Olímpicos o país de melhor desempenho é o que obtém o maior

número de vitórias, ou seja, o maior número de medalhas de ouro. Quem chegou na frente num em maior número de vezes merece ser o vencedor, ou melhor, quem superou todos os adversários mais vezes é considerado o superior.

No outro critério, o país com o melhor desempenho esportivo é considerado aquele que obteve um maior número de medalhas no total, independentemente do valor do metal, ou seja, sem considerar quantas medalhas foram de ouro, de prata ou de bronze. Esse critério premia o país que mais vezes subiu ao pódio. Sua grande vantagem é dar menos significado ao acaso, porque em muitas ocasiões as competições são acirradas e algum incidente pode tirar a medalha de ouro do país considerado mais forte. Por exemplo, nos Jogos Olímpicos de Sydney 2000, Cuba venceu a prova de 110m com barreiras, porém, foi seguida por três atletas dos Estados Unidos, ganhadores das medalhas de prata e de bronze e ainda da quarta colocação. Numa análise mais detalhada, quem foi o melhor? Cuba ou Estados Unidos? Será que se a corrida fosse disputada dez vezes, Cuba venceria a maioria? Além disso, pensemos da seguinte maneira: Das quatro primeiras colocações, os Estados Unidos ficaram com três! Cuba obteve apenas uma.

Outros exemplos, diversos no mundo olímpico, também podem ser expostos. Vamos ficar com o exemplo do Judô em 1988, nos Jogos Olímpicos de Seul. O Brasil e a Áustria conquistaram uma medalha de ouro cada um. A União Soviética, tradicionalíssima neste esporte, não conquistou nenhum título, mas colocou atletas no pódio em cinco das sete categorias de peso disputadas. Então, surge a pergunta: Qual é mais difícil, formar um atleta em condições de ser campeão ou formar cinco atletas em condição de conquistar uma medalha? É possível que a segunda opção seja a mais difícil, pois exige que o país tenha uma forte e ampla estrutura em determinado esporte, neste caso, o Judô. Já a conquista de uma única medalha de ouro pode ser resultado do surgimento de um atleta fenomenal, que venceria a competição independentemente de sua Bandeira.

Através da análise detalhada dos resultados olímpicos sugerimos a adoção de um terceiro critério. É possível que esse terceiro critério possa ser adotado e que levaria em conta o número de provas em que o país conquistou medalha. Ele seria muito abrangente, pois exigiria uma grande versatilidade. Assim, um país que conquistasse três medalhas numa única prova ficaria atrás daquele que quis-

tasse três medalhas em três provas diferentes, uma por prova. A este critério, também poderia ser agregado um quarto critério, que considerasse o número de modalidades em que as medalhas foram conquistadas. Assim, um país com 3 medalhas conquistadas numa só modalidade, ficaria atrás do país que tivesse conquistado três medalhas, cada uma numa diferente modalidade.

Um outro critério, que foi muito utilizado no passado, considerava não somente as medalhas conquistadas, mas também as colocações obtidas. Para cada colocação era estipulado um número de pontos e então todos eram somados. Assim, por exemplo, o campeão receberia 10 pontos, o medalhista de prata 8, o de bronze 6, o quarto colocado 5, o quinto 4, o sexto 3, o sétimo 2 e o oitavo 1. Também poderiam ser considerados os dez primeiros lugares. Este também é um bom critério, mas que pode ser complexo. É possível que esse critério possa ser o mais coerente de todos, mas que não possui uma boa praticidade, uma vez que sua aferição levaria muito tempo para ser feita, embora fosse o meio mais adequado para se obter o desempenho dos países.

Em tese acreditamos que a melhor forma de se verificar o desempenho olímpico de um país seria mesclar todos os critérios existentes ou parte deles. Seria interessante um critério que levasse em conta, de uma só vez, o número de medalhas de ouro conquistadas, o número total de medalhas e também o número de provas em que as medalhas foram conquistadas. Assim, após o exame destes três critérios, as classificações obtidas por um mesmo país seriam somadas e o que obtivesse um menor número de pontos seria o país com melhor desempenho. O critério é bem simples, basta conferir as tabelas abaixo e os exemplos apresentados. Não devemos confundir total de medalhas com pontos. Cada classificação corresponde ao respectivo número de pontos. Assim, um país com primeira colocação em dois critérios e segunda colocação em um, terá $(1 + 1)$, por causa dos primeiros lugares em dois critérios, somados com mais (2) por causa da segunda posição no outro critério. Ao todo, terá 4 pontos. O critério é muito simples, basta somar as três classificações obtidas e verificar quem obteve uma menor soma. Este será o vencedor.

Para melhor demonstrar a aplicação destes métodos, vamos considerar, por exemplo, os resultados da Ginástica nos Jogos Olímpicos de 1964, em Tóquio, Japão (tabelas 1, 2 e 3).

Tabela 1 - Classificação pelo número de medalhas de ouro (na Ginástica nos Jogos Olímpicos de 1964)			
	OURO	PRATA	BRONZE
1. Japão	5	4	1
2. União Soviética	4	10	5
3. Tchecoslováquia	3	1	-
4. Itália	1	1	1
5. Iugoslávia	1	-	1
6. Alemanha	-	1	1
6. Hungria	-	1	1
8. Finlândia	-	-	1

Tabela 2 - Classificação pelo total de medalhas (na Ginástica nos Jogos Olímpicos de 1964)				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
1. União Soviética	19	4	10	5
2. Japão	10	5	4	1
3. Tchecoslováquia	4	3	1	-
4. Itália	3	1	1	1
5. Iugoslávia	2	1	-	1
6. Alemanha	2	-	1	1
6. Hungria	2	-	1	1
8. Finlândia	1	-	-	1

Classificação pelo número de provas em que cada país conquistou suas medalhas (na Ginástica nos Jogos Olímpicos de 1964)					
	Número de provas	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
1. URSS	13	19	4	10	5
2. Japão	8	10	5	4	1
3. Tchecoslováquia	4	4	3	1	-
4. Itália	3	3	1	1	1
5. Iugoslávia	2	2	1	-	1
6. Hungria	2	2	-	1	1
6. Alemanha	2	2	-	1	1
8. Finlândia	1	1	-	-	1

A PONTUAÇÃO FINAL SERIA:

1. URSS = $2 + 1 + 1$ (soma das três classificações) = 4

2. Japão = $1 + 2 + 2 = 5$

3. Tchecoslováquia = $3 + 3 + 3 = 9$

4. Itália = $4 + 4 + 4 = 12$

5. Iugoslávia = $5 + 5 + 5 = 15$

6. Alemanha = $6 + 6 + 6 = 18$

6. Hungria = $6 + 6 + 6 = 18$

8. Finlândia = $8 + 8 + 8 = 24$

Apresento outro exemplo para melhor elucidar e fixar o método de avaliação apresentado. Vamos analisar as disputadas de Esqui de Fundo nos Jogos Olímpicos de Inverno de 1992 (tabelas 3, 4 e 5):

Tabela 3 - Classificação pelo número de medalhas de ouro (no Esqui de Fundo nos Jogos Olímpicos de Inverno de 1992)			
	OURO	PRATA	BRONZE
1. Noruega	5	3	1
2. Equipe Unificada	3	2	4
3. Itália	1	4	3
4. Finlândia	1	1	1
5. Suécia	-	-	1

Tabela 4 - Classificação pelo número total de medalhas (Esqui de Fundo nos Jogos Olímpicos de Inverno de 1992)				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
1. Noruega	9	5	3	1
2. Equipe Unificada	9	3	2	4
3. Itália	8	1	4	3
4. Finlândia	3	1	1	1
5. Suécia	1	-	-	1

Tabela 5 - Classificação pelo número de provas em que cada país obteve suas medalhas (Esqui de Fundo nos Jogos Olímpicos de Inverno de 1992)					
	Número de provas	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
1. Itália	7	8	1	4	3
2. Noruega	6	9	5	3	1
3. Equipe Unificada	5	9	3	2	4
4. Finlândia	3	3	1	1	1
5. Suécia	1	1	-	-	1

A PONTUAÇÃO FINAL SERIA:

1. Noruega = $1 + 1 + 2 = 4$

2. Equipe Unificada = $2 + 2 + 3 = 7$

3. Itália = $3 + 3 + 1 = 7$

4. Finlândia = $4 + 4 + 4 = 12$

5. Suécia = $5 + 5 + 5 = 15$

O desempate entre Itália e Equipe Unificada poderia ser obtido pelo seguinte critério:

Quantas vezes um superou o outro nos três critérios?

A Equipe Unificada superou a Itália nos critérios de medalhas de ouro e no de total de medalhas. A Itália superou a Equipe Unificada no critério de provas com medalhas. Assim, no geral, a Equipe Unificada superou a Itália por 2 a 1.

Apesar deste critério ser muito complexo e exigir a construção de três tabelas, ele pode ser mais adequado porque considera o número total de medalhas, o número de medalhas de ouro e o número de provas em que o país obteve suas medalhas.

Pretende-se adotar esse critério e adequar as tabelas de medalhas de todos os Jogos Olímpicos. Cumpre notar que nos esportes em que há apenas a participação de um competidor por país em cada prova, o critério do número de provas na verdade corresponderá ao do total.

Critério de aferição do desempenho dos atletas:

De certa forma, num grau menor, o critério acima apresentado também pode servir para avaliar o desempenho individual dos atletas, embora seja possível que o critério do total de medalhas seja o mais adequado para os atletas. Porém, por uma questão lógica, o número de provas não pode ser considerado porque corresponde ao total de medalhas quando consideramos um atleta individualmente. Quando se estuda o desempenho individual dos atletas, deve-se atentar para outros fatores, como:

- A modalidade praticada pelo atleta, pois no caso de esportes como Luta, Boxe, Judô e Levantamento de Peso, só é possível obter uma medalha a cada Jogos Olímpicos. Enquanto que os praticantes de Ginástica, Atletismo e Natação podem conquistar mais de uma medalha a cada edição.
- Outro fator a ser considerado é o número de Jogos Olímpicos em que o atleta conquistou medalha, esteve no pódio. Este critério é impossível de ser adotado na análise de países numa única edição dos Jogos Olímpicos.
- Também deve ser levado em conta o número de medalhas que o atleta ganhou disputando provas individuais e o número de medalhas em provas por equipes. Como exemplo, temos os nadadores, que disputam provas individuais e de revezamento.

Vamos fazer um breve estudo sobre os ginastas soviéticos e russos nos Jogos Olímpicos, considerando o número de Jogos Olímpicos disputados, o número de medalhas conquistadas e o número de títulos conquistados. Também, pode-se levar em conta a média de medalhas por Jogos Olímpicos (tabela 6).

Tabela 6 - Desempenho dos ginastas soviéticos em Jogos Olímpicos				
	TOTAL	OURO	JOGOS OLÍMP.	MÉDIA
Nikolai Andrianov	15	7	3	5.0
Boris Shakhlin	13	7	3	4.3
Alexey Nyemov	12	4	2	6.0
Viktor Tchukarin	11	7	2	5.5
Vitaliy Shtcherbo	10	6	2	5.0
Alexander Dityatin	10	3	2	5.0
Mikhail Voronin	9	2	2	4.5
Yuriy Titov	9	1	3	3.0

Analisando todos os dados disponíveis, pelo critério do número total de medalhas, Andrianov foi o melhor, com 15. Shakhlin obteve 13, Nyemov 12 e Tchukarin 11. Pelo critério de medalhas de ouro, Tchukarin foi o melhor, com sete títulos em dois Jogos Olímpicos. Shakhlin e Andrianov tiveram os mesmos números de conquistas em três Jogos Olímpicos. Pelo critério de longevidade, Shakhlin, Andrianov e Titov obtiveram medalha em 3 Jogos Olímpicos. Porém, Shakhlin e Andrianov conquistaram títulos em todas as três ocasiões. Outro critério a ser adotado é o da média de medalhas por Jogos Olímpicos. Nyemov seria o melhor, com média 6.0. Tchukarin teria 5.5 contra 5.0 de Andrianov, Shtcherbo e Dityatin.

Como já mencionado anteriormente, a classificação de atletas possui características próprias. É muito mais complicada por causa da grande variedade de esportes. Em alguns, os atletas podem disputar várias medalhas; em outros, apenas uma. Assim, um tricampeão de Luta Livre pode ser considerado com melhor desempenho do que um ginasta que obteve três medalhas de ouro, em três Jogos Olímpicos, em provas diferentes. O ginasta teve um número bem maior de possibilidades enquanto o lutador teve que atingir um desempenho de 100%.

Além disso, o fator tempo também influi muito na análise dos atletas porque os esportes sofrem grandes mudanças através dos tempos. Há épocas em que apresenta uma grande evolução e há épocas em que as disputas são mais acirradas do que em outras.

Por exemplo: No início do Século XX o esporte olímpico ainda estava se desenvolvendo. Depois, houve a crise de 1929, que afetou os Jogos de 1932; o surgimento do Nazismo e de uma forte estrutura esportiva; o surgimento da Guerra Fria no esporte e o intenso apoio dado pelos países Socialistas; o fortalecimento do Leste Europeu na década de 70 e 80; o fortalecimento de Cuba e China; a época que conheceu o fim da Alemanha Oriental e da União Soviética. Talvez, as décadas de 70 e de 80 tenham reunido os maiores atletas de todos os tempos.

Após apresentarmos critérios alternativos de contagem de pontos para verificação de desempenho olímpico de países e de atletas, esperamos ter contribuído no sentido de abrir um debate da possibilidade de rever os atuais critérios. Acreditamos que se possam instituir novas formas de verificação do desempenho olímpico que possam satisfazer mais a comunidade de pessoas envolvidas com os Jogos Olímpicos.

Referências bibliográficas

KLUGE, Volger. *Olympische Sommerspiele - Die Chronik*. Ed. Sport Verlag Berlin.

KAISER, Ruper. *Olympia Almanach von Athen 1896 bis Sydney 2000*. Ed. Agon Sportverlag Statistics.

UMMINGE, Walter. *Heróis, Deuses, Super-homens - As Grandes Conquistas Esportivas*. Edições Melhoramentos. Título Original: HELDEN, GÖTTER, UBERMENSCHEN. Econ-Verlag Gmbh, Düsseldorf und Wien.

WALLECHINSKI, David. *The Complete Book of The Summer Olympics - Sydney Edition*. Ed. The Overlook.

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics - Los Angeles Edition Atlanta*. Ed. The Overlook.

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics - Atlanta*. Ed. The Overlook.

Desempenho dos países da América Latina nos Jogos Olímpicos: um estudo do esporte latino-americano em Jogos Olímpicos

Alexandre Medeiros Jorge de Carvalho
Especialista em registros de Competições Olímpicas

1 - Introdução

A história dos Jogos Olímpicos revela, numa análise geral, que o desempenho dos países da América Latina não pode ser comparado com o desempenho dos países hegemônicos como os EUA, a Alemanha ou a antiga URSS, a não ser, por rara exceção, como é o caso de Cuba. No entanto, acreditamos que um exame mais aprofundado e detalhado do desempenho dos países da América Latina nos Jogos Olímpicos pode nos oferecer uma visão melhor da participação olímpica desses países, além de possibilitar o levantamento de um diagnóstico que aponte para planejamentos futuros.

Sendo assim, o propósito deste texto é apresentar o desempenho dos países da América Latina nos Jogos Olímpicos realizados de 1896 a 2000. Esta análise se caracteriza como um estudo do Esporte Latino-Americano em Jogos Olímpicos. Para tanto buscamos apresentar os resultados dos países latino-americanos ao longo dos Jogos, ao mesmo tempo em que ensaiamos algumas análises e interpretações a respeito dos mesmos.

2 - Apresentação dos resultados das medalhas conquistadas pelos países da América Latina nos Jogos Olímpicos de Verão disputados de 1896 a 2000

Primeiramente, apresentamos as medalhas conquistadas em cada um dos Jogos Olímpicos. Os resultados demonstram as medalhas conquistadas por modalidades e pelos países em cada um dos Jogos (tabela 1). No final, apresentamos o total de medalhas por esporte em todos os Jogos disputados (tabela 2).

Tabela 1 - Medalhas conquistadas por modalidades e pelos países em cada um dos Jogos Olímpicos				
1896 - Atenas, Grécia: nenhuma medalha.				
1900 - Paris, França				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	2	1	1	-
Esgrima	2	1	1	-
MEX	1	-	-	1
TOTAL	3	1	1	1

Continuação da tabela 1				
1904 - Saint Louis, Estados Unidos				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	3	3	-	-
Esgrima	3	3	-	-
TOTAL	3	3	-	-
Esgrima	3	3	-	-
1908 - Londres, Reino Unido: nenhuma medalha.				
1912 - Estocolmo, Suécia: nenhuma medalha.				
1920 - Antuérpia, Bélgica.				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
BRA	3	1	1	1
Tiro	3	1	1	1
TOTAL	3	1	1	1
Tiro	3	1	1	1
1924 - Paris, França				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
ARG	6	1	3	2
Boxe	4	-	2	2
Atletismo	1	-	1	-
Pólo	1	1	-	-
URU	1	1	-	-
Futebol	1	1	-	-
HAI	1	-	-	1
Tiro	1	-	-	1
TOTAL	8	2	3	3
Atletismo	1	-	1	-
Boxe	4	-	2	2
Futebol	1	1	-	-
Pólo	1	1	-	-
Tiro	1	-	-	1
1928 - Amsterdã, Holanda				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
ARG	7	3	3	1
Boxe	4	2	2	-
Esgrima	1	-	-	1
Natação	1	1	-	-
Futebol	1	-	1	-
URU	1	1	-	-
Futebol	1	1	-	-
CHI	1	-	1	-
Atletismo	1	-	1	-
HAI	1	-	1	-
Atletismo	1	-	1	-
TOTAL	10	4	5	1
Atletismo	2	-	2	-
Boxe	4	2	2	-
Esgrima	1	-	-	1
Futebol	2	1	1	-
Natação	1	1	-	-

Continuação da tabela 1				
1932 - Los Angeles, Estados Unidos				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
ARG	4	3	1	-
Boxe	3	2	1	-
Atletismo	1	1	-	-
MEX	2	-	2	-
Boxe	1	-	1	-
Tiro	1	-	1	-
URU	1	-	-	1
Remo	1	-	-	1
TOTAL	7	3	3	1
Atletismo	1	1	-	-
Boxe	4	2	2	-
Remo	1	-	-	1
Tiro	1	-	1	-
1936 - Berlin, Alemanha				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
ARG	7	2	2	3
Boxe	4	1	1	2
Natação	1	-	1	-
Remo	1	-	-	1
Pólo	1	1	-	-
MEX	3	-	-	3
Boxe	1	-	-	1
Basquete	1	-	-	1
Pólo	1	-	-	1
TOTAL	10	2	2	6
Basquete	1	-	-	1
Boxe	5	1	1	3
Natação	1	-	1	-
Pólo	2	1	-	1
Remo	1	-	-	1
1948 - Londres, Reino Unido				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
ARG	7	3	3	1
Boxe	3	2	-	1
Atletismo	2	1	1	-
Tiro	1	-	1	-
Atletismo	1	-	1	-
MEX	5	2	1	2
Hípismo	4	2	1	1
Saltos Ornamentais	1	-	-	1
JAM	3	1	2	-
Atletismo	3	1	2	-
PER	1	1	-	-
Tiro	1	1	-	-
URU	2	-	1	1

Continuação da tabela 1				
Remo	2	-	1	1
CUB	1	-	1	-
latismo	1	-	1	-
TRI	1	-	1	-
Levant. de Peso	1	-	1	-
PAN	2	-	-	2
Atletismo	2	-	-	2
BRA	1	-	-	1
Basquete	1	-	-	1
PRC	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
TOTAL	24	7	9	8
Atletismo	7	2	3	2
Boxe	4	2	-	2
Basquete	1	-	-	1
Hipismo	4	2	1	1
latismo	2	-	2	-
Levant. de Peso	1	-	1	-
Remo	2	-	1	1
Saltos Ornamentais	1	-	-	1
Tiro	2	1	1	-
1952 - Helsinque, Finlândia				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
JAM	5	2	3	-
Atletismo	5	2	3	-
ARG	5	1	2	2
Atletismo	1	-	1	-
Boxe	2	-	1	1
Levant. de Peso	1	-	-	1
Remo	1	1	-	-
BRA	3	1	-	2
Atletismo	2	1	-	1
Natação	1	-	-	1
CHI	2	-	2	-
Hipismo	2	-	2	-
MEX	1	-	1	-
Saltos Ornamentais	1	-	1	-
URU	2	-	-	2
Basquete	1	-	-	1
Remo	1	-	-	1
TRI	2	-	-	2
Levant. de Peso	2	-	-	2
VEN	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
TOTAL	21	4	8	9

Continuação da tabela 1				
Atletismo	9	3	4	2
Basquete	1	-	-	1
Boxe	2	-	1	1
Hipismo	2	-	2	-
Levant. de Peso	3	-	-	3
Natação	1	-	-	1
Remo	2	1	-	1
Salto Ornamentais	1	-	1	-
1956 - Melbourne, Austrália				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
MEX	2	1	-	1
Salto Ornamentais	2	1	-	1
BRA	1	1	-	-
Atletismo	1	1	-	-
CHI	4	-	2	2
Atletismo	1	-	1	-
Boxe	3	-	1	2
ARG	2	-	1	1
Boxe	1	-	-	1
Levant. de Peso	1	-	1	-
BAH	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
URU	1	-	-	1
Basquete	1	-	-	1
TOTAL	11	2	3	6
Atletismo	2	1	1	-
Basquete	1	-	-	1
Boxe	4	-	1	3
Atletismo	1	-	-	1
Levantam. de Peso	1	-	1	-
Salto Ornamentais	2	1	-	1
1960 - Roma, Itália				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
ARG	2	-	1	1
Atletismo	1	-	1	-
Boxe	1	-	-	1
BRA	2	-	-	2
Basquete	1	-	-	1
Natação	1	-	-	1
IOB	2	-	-	2
Atletismo	2	-	-	2
MEX	1	-	-	1
Salto Ornamentais	1	-	-	1
VEN	1	-	-	1
Tiro	1	-	-	1
TOTAL	8	-	1	7

Continuação da tabela 1				
Atletismo	2	-	-	2
Basquete	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
latismo	1	-	1	-
Natação	1	-	-	1
Saltos	1	-	-	1
Ornamentais				
Tiro	1	-	-	1
1964 - Tóquio, Japão				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
BAH	1	1	-	-
latismo	1	1	-	-
TRI	3	-	1	2
Atletismo	3	-	1	2
ARG	1	-	1	-
Hipismo	1	-	1	-
CUB	1	-	1	-
Atletismo	1	-	1	-
BRA	1	-	-	1
Basquete	1	-	-	1
MEX	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
URU	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
TOTAL	9	1	3	5
Atletismo	4	-	2	2
Basquete	1	-	-	1
Boxe	2	-	-	2
Hipismo	1	-	1	-
latismo	1	1	-	-
1968 - Cidade do México, México				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
MEX	9	3	3	3
Boxe	4	2	-	2
Natação	2	1	-	1
Saltos	1	-	1	-
Ornamentais				
Atletismo	1	-	1	-
Esgrima	1	-	1	-
VEN	1	1	-	-
Boxe	1	1	-	-
CUB	4	-	4	-
Boxe	2	-	2	-
Atletismo	2	-	2	-
BRA	3	-	1	2
Atletismo	1	-	1	-
Boxe	1	-	-	1
latismo	1	-	-	1
JAM	1	-	1	-
Atletismo	1	-	1	-

Continuação da tabela 1				
ARG	2	-	-	2
Boxe	1	-	-	1
Remo	1	-	-	1
TOTAL	20	4	9	7
Atletismo	5	-	5	-
Boxe	9	3	2	4
Esgrima	1	-	1	-
Iatismo	1	-	-	1
Natação	2	1	-	1
Remo	1	-	-	1
Saltos Ornamentais	1	-	1	-
1972 - Munique, Alemanha Ocidental				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	8	3	1	4
Boxe	5	3	1	1
Atletismo	2	-	-	2
Basquete	1	-	-	1
COL	3	-	1	2
Boxe	2	-	-	2
Tiro	1	-	1	-
ARG	1	-	1	-
Remo	1	-	1	-
MEX	1	-	1	-
Boxe	1	-	1	-
BRA	2	-	-	2
Atletismo	1	-	-	1
Judô	1	-	-	1
JAM	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
TOTAL	16	3	4	9
Atletismo	4	-	-	4
Basquete	1	-	-	1
Boxe	8	3	2	3
Judô	1	-	-	1
Remo	1	-	1	-
Tiro	1	-	1	-
1976 - Montreal, Canadá				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	13	6	4	3
Boxe	8	3	3	2
Atletismo	3	2	1	-
Judô	1	1	-	-
Voleibol	1	-	-	1
JAM	2	1	1	-
Atletismo	2	1	1	-
MEX	2	1	-	1
Atletismo	1	1	-	-
Boxe	1	-	-	1
TRI	1	1	-	-

Continuação da tabela 1				
Atletismo	1	1	-	-
VEN	1	-	1	-
Boxe	1	-	1	-
BRA	2	-	-	2
Atletismo	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
BER	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
PRC	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
TOTAL	23	9	6	8
Atletismo	8	5	2	1
Boxe	12	3	4	5
Judô	1	1	-	-
Atletismo	1	-	-	1
Voleibol	1	-	-	1
1980 - Moscou, União Soviética				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	20	8	7	5
Boxe	10	6	2	2
Atletismo	4	1	2	1
Judô	3	-	3	-
Levant. de Peso	2	1	-	1
Tiro	1	-	-	1
BRA	4	2	-	2
Atletismo	2	2	-	-
Atletismo	1	-	-	1
Natação	1	-	-	1
MEX	4	-	1	3
Hipismo	3	-	-	3
Saltos Ornamentais	1	-	1	-
VEN	1	-	1	-
Boxe	1	-	1	-
JAM	3	-	-	3
Atletismo	2	-	-	2
Ciclismo	1	-	-	1
GUI	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
TOTAL	33	10	9	14
Atletismo	7	1	2	4
Boxe	12	6	3	3
Ciclismo	1	-	-	1
Hipismo	3	-	-	3
Atletismo	2	2	-	-
Judô	3	-	3	-
Levant. de Peso	2	1	-	1
Natação	1	-	-	1
Saltos Ornamentais	1	-	1	-
Tiro	1	-	-	1

Continuação da tabela 1				
1984 - Los Angeles, Estados Unidos				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
MEX	6	2	3	1
Atletismo	3	2	1	-
Boxe	1	-	1	-
Ciclismo	1	-	-	1
Luta Greco-romana	1	-	1	-
BRA	8	1	5	2
Judô	3	-	1	2
Atletismo	1	1	-	-
Natação	1	-	1	-
Iatismo	1	-	1	-
Vôlei	1	-	1	-
Futebol	1	-	1	-
JAM	3	-	1	2
Atletismo	3	-	1	2
PRC	2	-	1	1
Boxe	2	-	1	1
COL	1	-	1	-
Tiro	1	-	1	-
PER	1	-	1	-
Tiro	1	-	1	-
VEN	3	-	-	3
Boxe	2	-	-	2
Natação	1	-	-	1
RDM	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
TOTAL	25	3	12	10
Atletismo	7	3	2	2
Boxe	6	-	2	4
Ciclismo	1	-	-	1
Futebol	1	-	1	-
Iatismo	1	-	1	-
Judô	3	-	1	2
Luta Greco-romana	1	-	1	-
Natação	2	-	1	1
Tiro	2	-	2	-
Voleibol	1	-	1	-
1988 - Seul, Coréia do Sul				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
BRA	6	1	2	3
Atletismo	2	-	1	1
Iatismo	2	-	-	2
Judô	1	1	-	-
Futebol	1	-	1	-
SUR	1	1	-	-
Natação	1	1	-	-
JAM	2	-	2	-
Atletismo	2	-	2	-
ARG	2	-	1	1
Tênis	1	-	1	-
Voleibol	1	-	-	1

Continuação da tabela 1				
CHI	1	-	1	-
Tiro	1	-	1	-
CRC	1	-	1	-
Natação	1	-	1	-
AHO	1	-	1	-
latismo	1	-	1	-
PER	1	-	1	-
Voleibol	1	-	1	-
IVI	1	-	1	-
latismo	1	-	1	-
MEX	2	-	-	2
Boxe	1	-	-	1
Salto				
Ornamentais	1	-	-	1
COL	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
TOTAL	19	2	10	7
Atletismo	4	-	3	1
Boxe	2	-	-	2
Futebol	1	-	1	-
latismo	4	-	2	2
Judô	1	1	-	-
Natação	2	1	1	-
Salto	1	-	-	1
Ornamentais				
Tênis	1	-	1	-
Tiro	1	-	1	-
Voleibol	2	-	1	1
1992 - Barcelona, Espanha				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	31	14	6	11
Boxe	9	7	2	-
Atletismo	7	2	1	4
Judô	5	1	1	3
Luta Greco-romana	3	1	-	2
Luta Livre	2	1	-	1
Esgrima	2	-	1	1
Beisebol	1	1	-	-
Voleibol	1	1	-	-
Levant. de Peso	1	-	1	-
BRA	3	2	1	-
Judô	1	1	-	-
Voleibol	1	1	-	-
Natação	1	-	1	-
JAM	4	-	3	1
Atletismo	4	-	3	1
MEX	1	-	1	-
Atletismo	1	-	1	-
PER	1	-	1	-
Tiro	1	-	1	-
ARG	1	-	-	1

Continuação da tabela 1				
Tênis	1	-	-	1
BAH	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
COL	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
PRC	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
SUR	1	-	-	1
Natação	1	-	-	1
TOTAL	45	16	12	17
Atletismo	14	2	5	7
Beisebol	1	1	-	-
Boxe	10	7	2	1
Esgrima	2	-	1	1
Judô	6	2	1	3
Levant. de Peso	1	-	1	-
Luta Greco- romana	3	1	-	2
Luta Livre	2	1	-	1
Natação	2	-	1	1
Tênis	1	-	-	1
Tiro	1	-	1	-
Voleibol	2	2	-	-
1996 - Atlanta, Estados Unidos				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	25	9	8	8
Boxe	7	4	3	-
Judô	6	1	1	4
Luta Greco- romana	2	1	1	-
Atletismo	2	-	1	1
Esgrima	2	-	1	1
Natação	2	-	1	1
Levant. de Peso	1	1	-	-
Voleibol	1	1	-	-
Beisebol	1	1	-	-
Luta Livre	1	-	-	1
BRA	15	3	3	9
Atletismo	3	2	-	1
Natação	3	-	1	2
Vôlei de Praia	2	1	1	-
Judô	2	-	-	2
Atletismo	1	-	-	1
Voleibol	1	-	-	1
Basquete	1	-	1	-
Futebol	1	-	-	1
Hipismo	1	-	-	1
JAM	6	1	3	2
Atletismo	6	1	3	2
CRC	1	1	-	-

Continuação da tabela 1				
Natação	1	1	-	-
EQU	1	1	-	-
Atletismo	1	1	-	-
ARG	3	-	2	1
Boxe	1	-	-	1
latismo	1	-	1	-
Futebol	1	-	1	-
BAH	1	-	1	-
Atletismo	1	-	1	-
TRI	2	-	-	2
Atletismo	2	-	-	2
MEX	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
PRC	1	-	-	1
Boxe	1	-	-	1
TOTAL	56	15	17	24
Atletismo	14	2	5	7
Basquete	1	-	1	-
Beisebol	1	1	-	-
Boxe	9	4	3	2
Esgrima	2	-	1	1
Futebol	2	-	1	1
Hipismo	1	-	-	1
latismo	4	2	1	1
Judô	8	1	1	6
Levant. de Peso	1	1	-	-
Luta Greco- romana	2	1	1	-
Luta Livre	1	-	-	1
Natação	6	1	2	3
Voleibol	2	1	-	1
Vôlei de Praia	2	1	1	-
2000 - Sydney, Austrália				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
CUB	29	11	11	7
Boxe	6	4	-	2
Atletismo	6	2	2	2
Judô	5	2	2	1
Luta Greco- romana	3	1	2	-
Taekwondo	2	1	1	-
Canoagem	2	-	2	-
Luta Livre	2	-	1	1
Voleibol	1	1	-	-
Beisebol	1	-	1	-
Esgrima	1	-	-	1
MEX	6	1	2	3
Atletismo	2	-	1	1
Levant. de Peso	1	1	-	-
Boxe	1	-	-	1

Continuação da tabela 1				
Salto Ornamentais	1	-	1	-
Taekwondo	1	-	-	1
BAH	2	1	1	-
Atletismo	2	1	1	-
COL	1	1	-	-
Levantam. de Peso	1	1	-	-
BRA	12	-	6	6
Vôlei de Praia	3	-	2	1
Judô	2	-	2	-
Iatismo	2	-	1	1
Natação	1	-	-	1
Atletismo	1	-	1	-
Basquete	1	-	-	1
Voleibol	1	-	-	1
Hípismo	1	-	-	1
JAM	7	-	4	3
Atletismo	7	-	4	3
ARG	4	-	2	2
Iatismo	3	-	1	2
Hóquei	1	-	1	-
TRI	2	-	1	1
Atletismo	2	-	1	1
URU	1	-	1	-
Ciclismo	1	-	1	-
CRC	2	-	-	2
Natação	2	-	-	2
BAR	1	-	-	1
Atletismo	1	-	-	1
CHI	1	-	-	1
Futebol	1	-	-	1
TOTAL	68	14	28	26
Atletismo	21	3	10	8
Basquete	1	-	-	1
Boxe	7	4	-	3
Beisebol	1	-	1	-
Canoagem	2	-	2	-
Ciclismo	1	-	1	-
Esgrima	1	-	-	1
Futebol	1	-	-	1
Hípismo	1	-	-	1
Hóquei	1	-	1	-
Iatismo	5	-	2	3
Judô	7	2	4	1
Levantam. de Peso	2	2	-	-
Luta Greco-romana	3	1	2	-
Luta Livre	2	-	1	1
Natação	3	-	-	3
Salto Ornamentais	1	-	1	-
Taekwondo	3	1	1	1
Voleibol	2	1	-	1
Vôlei de Praia	3	-	2	1

Tabela 2 - TOTAL DE MEDALHAS POR ESPORTE				
	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
Atletismo (1)	112	23	47	42
Basquete (13)	9	-	1	8
Beisebol (18)	3	2	1	-
Boxe (2)	105	37	27	41
Canoagem (22)	2	-	2	-
Ciclismo (21)	3	-	1	2
Esgrima (7)	12	4	4	4
Futebol (14)	8	2	4	2
Hipismo (8)	12	2	4	6
Hóquei (24)	1	-	1	-
Iatismo (4)	23	5	9	9
Judô (3)	30	7	10	13
Lev. peso (9)	11	4	3	4
Luta gr-rom. (11)	9	3	4	2
Luta livre (17)	5	1	1	3
Natação (5)	22	4	6	12
Pólo (19)	3	2	-	1
Remo (15)	8	1	2	5
Saltos ornam. (12)	9	1	4	4
Taekwondo (20)	3	1	1	1
Tênis (23)	2	-	1	1
Tiro (6)	14	2	8	4
Voleibol (10)	10	4	2	4
Vôlei de praia (16)	5	1	3	1
Total	421	106	146	169

3 - Análises e Interpretações

Ao analisarmos os resultados dos Jogos Olímpicos relativos à participação dos países da América Latina verificamos que o **Boxe e o Atletismo** são os esportes que mais medalhas deram à América Latina. São esportes que não necessitam de um grande investimento financeiro, sendo, por isso, mais acessíveis a países mais pobres ou de poucos recursos na área social. Nesses esportes, o talento individual é mais fácil de aparecer.

A tabela 3 apresenta o número de países medalhistas da América Latina, por esporte:

Tabela 3 - Número de países medalhistas da América Latina por esporte					
<i>Esporte</i>	<i>Países com medalha</i>	<i>Esporte</i>	<i>Países com medalha</i>	<i>Esporte</i>	<i>Países com medalha</i>
Atletismo	15	Basquete bol	4	Taekwondo	2
Boxe	12	Voleibol	4	Beisebol	1
Tiro	9	Ciclismo	3	Canoagem	1
Natação	7	Esgrima	3	Hóquei	1
Iatismo	6	Luta Greco-romana	2	Luta Livre	1
Levantamento de Peso	5	Judô	2	Saltos Ornamentais	1
Hipismo	4	Pólo	2	Tênis	1
Futebol	4	Remo	2	Vôlei de Praia	1

Apesar de serem esportes que exigem grande investimento financeiro, **Tiro, Iatismo (Vela) e Hipismo** estão entre aqueles em que um maior número de países latino-americanos conquistaram medalha. É possível que seja um reflexo da grande desigualdade econômica entre suas populações, que apresenta uma parcela muito poderosa economicamente em contraste com a maioria pobre.

O Brasil é o país latino-americano que conquistou o maior número de medalhas olímpicas na **Natação**. Entretanto, é curioso notar que nunca teve um campeão olímpico neste esporte. Por

outro lado, Costa Rica, Suriname, Argentina e México já venceram uma prova olímpica de Natação.

Apesar da grande popularidade de que goza o **Ciclismo** no mundo inteiro, os países da América Latina obtiveram apenas três medalhas olímpicas em toda a história, nenhuma de ouro. Jamaica, Uruguai e México são os medalhistas.

A América Latina apresenta um grande número de rios, além de possuir um grande número de países banhados por Oceanos e Mares. Entretanto, toda esta hidrografia não causa efeito no desempenho latino-americano no Remo, onde apenas Argentina (4) e Uruguai (4) obtiveram medalhas, e na **Canoagem**, em que apenas Cuba (2) chegou ao pódio. O Brasil é uma grande decepção por não ter qualquer medalha embora seja um país propício à prática destes esportes.

A Jamaica, provavelmente, é o país com um dos melhores índices de aproveitamento esportivo, entre os países latino-americanos. Por ter priorizado o **Atletismo**, desde os tempos de Herbert McKenley, George Rhoden e Arthur Wint, que exige poucos investimentos, os jamaicanos possuem 37 medalhas, apesar de formarem uma população de apenas 2,5 milhões de habitantes. O Brasil, um gigante na América Latina e com grande diversidade étnica, não soube popularizar o Atletismo, que lhe garantiu até agora 12 medalhas olímpicas. Para se ter uma idéia, a Jamaica obteve 13 medalhas olímpicas nos dois últimos Jogos Olímpicos, mais do que o Brasil em toda a história.

A América Latina possui um respeitável desempenho no **Judô**, com um total de 30 medalhas. Porém, é incrível notar que apenas dois países, Cuba (20) e Brasil (10), são responsáveis por esse total. O nível dos demais países da América Latina no Judô ainda é muito fraco.

Na América Latina o **Boxe** é o segundo esporte com o maior número de medalhas olímpicas. Porém, Cuba responde com 47 medalhas desse total contra 58 do resto dos países latino-americanos. Apesar de ser um esporte considerado barato e de fácil prática, incrivelmente, o Brasil possui apenas uma única medalha olímpica, ficando atrás de Cuba, Argentina, México, Venezuela, Porto Rico, Colômbia e Chile. É, como no Atletismo, mais um exemplo de mau direcionamento de praticantes no esporte.

De todos os **esportes olímpicos coletivos**, a América Latina já obteve medalha no Basquetebol, Voleibol, Futebol, Hóquei sobre a grama e Beisebol. Porém, o Handebol e o Pólo Aquático ainda são tabus para os latino-americanos.

De todos os países da América Latina, ainda não obtiveram medalha olímpica: Paraguai, Bolívia e Guiana Francesa na América do Sul e Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Belize na América Central.

Na tabela 4 podemos ver os maiores ganhadores de medalhas olímpicas, por esporte, da América Latina:

Tabela 4 - Maiores ganhadores de medalhas olímpicas, por esporte, na América Latina					
<i>Esporte</i>	<i>País</i>	<i>Esporte</i>	<i>País</i>	<i>Esporte</i>	<i>País</i>
Basquetebol	Brasil (5)	Futebol	Brasil (3)	Judô	Cuba (20)
Beisebol	Cuba (3)	Hipismo	México (7)	Iatismo (Vela)	Brasil (12)
Canoagem	Cuba (2)	Natação	Brasil (9)	Pólo	Argentina (2)
Ciclismo	Uruguai (1)	Hóquei	Argentina (1)	Remo	Argentina (4)
Vôlei de Praia	Brasil (5)	Levantam. de Peso	Cuba (4)	Saltos Ornamentais	México (9)
Atletismo	Jamaica (36)	Luta Greco-romana	Cuba (8)	Taekwondo	Cuba (2)
Esgrima	Cuba (10)	Luta Livre	Cuba (5)	Tênis	Argentina (2)
Boxe	Cuba (47)	Tiro	Peru (3)	Voleibol	Cuba (4)

A tabela anterior mostra o domínio dos seguintes países com relação ao número de modalidades: Cuba - 10 ; Brasil - 5 ; Argentina - 4 ; México - 2 ; Jamaica - 1 ; Peru - 1 ; Uruguai - 1.

Demonstrando uma grande versatilidade e um excelente emprego de praticantes nas modalidades esportivas, Cuba lidera o ranking de medalhas na América Latina em todos os esportes de combate: **Esgrima, Boxe, Luta Livre, Luta Greco-romana, Judô e Taekwondo.**

De todos os países latino-americanos medalhistas olímpicos, obtiveram medalha exclusivamente no **Boxe**: República Dominicana, Guiana, Porto Rico e Bermuda. As conquistas destes países realçam a importância do talento individual, exceto com relação a Porto Rico, que vem estabelecendo uma tradição no Boxe.

De todos os países latino-americanos medalhistas olímpicos, obtiveram medalha exclusivamente no **Atletismo**: Panamá, Barbados e Equador. Mais uma vez, verifica-se o predomínio do talento individual com a facilidade da prática do esporte Atletismo.

Embora a Argentina seja o país com o terceiro melhor desempenho em número total de medalhas olímpicas, atrás de Cuba e Brasil, e com o segundo melhor desempenho em número de títulos olímpicos, atrás apenas de Cuba, seu último título olímpico ocorreu em 1952, em Helsinque, Finlândia, numa disputa do **Remo**.

Atualmente o Brasil é o país com o maior número de medalhas olímpicas na América do Sul, com um total de 66 contra 54 dos rivais da Argentina. Foi o primeiro país sul-americano a ter conquistado uma medalha olímpica, quando obteve três nas provas de **Tiro** dos Jogos Olímpicos de 1920, em Antuérpia, Bélgica. As duas últimas participações olímpicas do Brasil, em Atlanta e Sydney, permitiram-lhe ultrapassar a Argentina.

A única medalha de ouro da América do Sul nos Jogos Olímpicos de Sydney, onde foram disputadas 300 provas, foi conquistada pela Colômbia no **Levantamento de Peso feminino**. Porém, a vitória colombiana somente foi possível porque a China, maior potência do mundo neste esporte, só pôde competir em 4 das 7 categorias de peso em virtude do absurdo regulamento da Federação Internacional.

Cuba, maior potência esportiva da América Latina, possui mais medalhas olímpicas de ouro do que todos os outros países latino-americanos juntos. Totaliza 55 títulos contra 51 dos companheiros latino-americanos.

O que o Brasil (12), a Argentina (13) ou o México (10) possuem de títulos olímpicos conquistados em toda a história, Cuba conquistou num só Jogos Olímpicos, com o seu desempenho em Barcelona, 1992 (14).

O **Boxe** responde por mais da metade das medalhas de ouro de Cuba e Argentina em Jogos Olímpicos. A diferença entre os dois países, além do número total de medalhas, é que a Argentina obteve suas conquistas antes da metade do século passado enquanto Cuba na segunda metade.

Cuba é o país que conquistou medalhas num maior número de modalidades, totalizando 15. A Argentina vem logo atrás, com

medalhas em 14 modalidades, seguida de México, medalha em 13 modalidades, e Brasil, medalha em 11 modalidades. Isso demonstra uma menor versatilidade do Brasil com relação à Argentina e ao México durante toda a história olímpica. Porém, o Brasil vem conseguindo uma participação sólida no **Atletismo**, no **Judô**, no **latismo (Vela)** e nos esportes coletivos desde a década de 80. Com isso, vem superando os rivais latino-americanos. Porém, falta diversificar e ampliar o número de modalidades esportivas com possibilidades de conquistar medalha.

Quando consideramos um país latino-americano e uma modalidade esportiva, os maiores ganhadores de medalhas são (tabela 5):

Tabela 5 - Maiores ganhadores de medalhas					
Países	Modalidades	Medalhas	Países	Modalidades	Medalhas
Cuba	Boxe	47	Cuba	Judô	20
Jamaica	Atletismo	36	Brasil	latismo (Vela)	12
Cuba	Atletismo	27	Brasil	Atletismo	12
Argentina	Boxe	24	México	Boxe	12

Bermuda, República Dominicana e Guiana possuem apenas uma única medalha olímpica cada um, conquistadas no **Boxe**. Em comum, os três países obtiveram sua conquista em torneios olímpicos afetados por boicotes. Em 1976, os países da África Negra boicotaram os Jogos Olímpicos porque a Nova Zelândia havia disputado uma partida de Rúgbi na racista África do Sul. Bermuda obteve sua medalha olímpica num torneio de Boxe esvaziado pelo boicote dos africanos. Em 1980, Guiana obteve uma medalha de bronze no torneio de Boxe, que foi afetado pelo boicote dos Estados Unidos e vários de seus aliados políticos. Em 1984, a República Dominicana obteve uma medalha olímpica de bronze no torneio olímpico de Boxe, duramente afetado pelo boicote de Cuba, União Soviética e demais países do leste europeu, exceto Romênia e Iugoslávia.

Nos últimos Jogos Olímpicos de Verão, disputados em Sydney, a América Latina obteve 14 medalhas de ouro em 300 distribuídas. Desse total, 11 foram conquistadas pelos atletas de Cuba. As demais, uma para cada país, ficaram com Bahamas, México e Colômbia. Como anteriormente observado, as medalhas de Colômbia e México foram obtidas no **Levantamento de Peso feminino**

em categorias não disputadas pelas chinesas, as melhores do mundo nesta modalidade.

Nos Jogos Olímpicos de Sydney, o Brasil não conquistou uma medalha de ouro olímpica pela primeira vez desde 1980, quando obteve 2 medalhas de ouro nas provas de **latismo** nos Jogos Olímpicos de Moscou, União Soviética. De 1980 a 1996, o Brasil teve campeões olímpicos. Foi o período de maior estabilidade do esporte brasileiro, demonstrando um grande amadurecimento. Anteriormente, o Brasil só havia conquistado medalhas de ouro em 1920, 1952 e 1956, alternando períodos de 32 anos e de 24 anos sem um título olímpico.

A América Latina obtém medalhas olímpicas desde 1900. Porém, de 1900 a 1932 elas couberam apenas aos homens. A primeira mulher a obter uma medalha para a América Latina foi uma Argentina, Jeannette Campbell, filha de escoceses, medalha de prata na **Natação** nos Jogos Olímpicos de 1936, em Berlin, Alemanha.

A América Latina somente obteve sua primeira medalha olímpica de ouro feminina nos Jogos Olímpicos de 1980, disputados em Moscou, antiga União Soviética, atual Rússia. O feito coube à cubana Maria Colón, vencedora da prova de arremesso de dardo ao superar as favoritas alemãs-orientais e soviéticas no **Atletismo feminino**.

A América Latina somente melhorou significativamente seu desempenho olímpico nos esportes femininos a partir de 1992, época que coincidiu com o retorno de Cuba aos Jogos Olímpicos após os boicotes de 1984 e 1988.

Os maiores medalhistas no esporte feminino da América Latina são apresentados na tabela 6:

Tabela 6 - Maiores medalhistas no esporte feminino da América Latina				
PAÍS	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
Cuba	26	9	7	10
Jamaica	16	1	9	6
Brasil	8	1	3	4
Argentina	5	-	4	1
Costa Rica	4	1	1	2
Bahamas	3	1	2	-
México	3	1	1	1
Colômbia	2	1	-	1
Chile	1	-	1	-
Peru	1	-	1	-
TOTAL	69	15	29	25

Apenas dez países da América Latina obtiveram medalha em esportes femininos em Jogos Olímpicos. Desse total, sete obtiveram pelo menos um título olímpico. Porém, Cuba possui 9 dos 15 títulos olímpicos femininos da América Latina.

Ainda não obtiveram medalha olímpica em esporte feminino os seguintes países da América Latina: Antilhas Holandesas; República Dominicana; Equador; Guiana; Ilhas Virgens; Bermuda; Haiti; Panamá; Suriname; Venezuela; Porto Rico; Trindade e Tobago; Uruguai; Barbados.

Dos 25 países da América Latina com medalhas olímpicas, apenas 10 obtiveram medalha em esporte feminino.

Costa Rica é o único país da América Latina que obteve todas as suas medalhas olímpicas (4 no total) exclusivamente no setor feminino.

A tabela 7 que demonstra a porcentagem de medalhas conquistadas pelas mulheres de cada um dos respectivos países:

Tabela 7 - Porcentagem de medalhas conquistadas pelas mulheres de cada um dos respectivos países				
<i>País</i>	<i>Medalhas</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>% Feminina</i>
Cuba	137=55-44-38	111=46-37-28	26=9-7-10	18.9 %
Brasil	66=12-19-35	58=11-16-31	8=1-3-4	12.1 %
Argentina	54=13-23-18	49=13-19-17	5=0-4-1	9.2 %
México	47=10-15-22	44=9-14-21	3=1-1-1	6.4 %
Jamaica	37=5-20-12	21=4-11-6	16=1-9-6	43.2 %
Chile	9=0-6-3	8=0-5-3	1=0-1-0	11.1 %
Colômbia	7=1-2-4	5=0-2-3	2=1-0-1	28.5 %
Bahamas	6=2-2-2	3=1-0-2	3=1-2-0	50.0 %
Peru	4=1-3-0	3=1-2-0	1=0-1-0	25.0 %
Costa Rica	4=1-1-2	0=0-0-0	4=1-1-2	100 %

Em termos de porcentagem de medalhas no total pertencentes às mulheres, os países da América Latina com melhor desempenho são: Costa Rica (100%); Bahamas (50%); Jamaica (43.2%); Colômbia (28.5%); Peru (25%); Cuba (18.9%).

Brasil, Argentina e Chile possuem praticamente o mesmo percentual de medalhas femininas em relação ao total de medalhas, respectivamente com 12.1%, 11.1% e 9.2%.

Na tabela (8) a seguir podemos visualizar, em ordem decrescente, o maior número de medalhas da América Latina por modalidade nos esportes femininos:

Tabela 8 - Maior número de medalhas da América Latina por modalidade e em ordem decrescente nos esportes femininos				
ESPORTE	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
Atletismo	31	4	15	12
Judô	13	4	4	5
Voleibol	6	3	1	2
Natação	6	1	2	3
Vôlei de Praia	4	1	2	1
Levantamento de Peso	2	2	-	-
Basquetebol	2	-	1	1
Esgrima	1	-	1	-
Hóquei	1	-	1	-
Taekwondo	1	-	1	-
Tênis	1	-	1	-
Atletismo (Vela)	1	-	-	1

A seguir, na tabela 9, apresentamos outros resultados que referenciam o número de medalhas dos países latino-americanos, o quadro com a população dos países medalhistas em Jogos Olímpicos (seqüência de acordo com o total de medalhas e a população em milhões), o quadro com a distribuição de número de medalhas por milhões de habitantes.

Tabela 9 - Quadro de medalhas dos países latino-americanos				
PAÍS	TOTAL	OURO	PRATA	BRONZE
1. Cuba	137	55	44	38
2. Brasil	66	12	19	35
3. Argentina	54	13	23	18
4. México	47	10	15	22
5. Jamaica	37	5	20	12
6. Trinidad e Tobago	11	1	3	7
7. Uruguai	10	2	2	6
8. Chile	9	-	6	3
9. Venezuela	8	1	2	5
10. Colômbia	7	1	2	4
11. Bahamas	6	2	2	2
12. Porto Rico	6	-	1	5
13. Peru	4	1	3	-
14. Costa Rica	4	1	1	2
15. Suriname	2	1	-	1
16. Haiti	2	-	1	1
17. Índias Ocidentais Britânicas (IOB)	2	-	-	2
17. Panamá	2	-	-	2
19. Equador	1	1	-	-
20. Antilhas Holandesas	1	-	1	-
20. Ilhas Virgens	1	-	1	-
22. Barbados	1	-	-	1
22. Guiana	1	-	-	1
22. Bermuda	1	-	-	1
22. República Dominicana	1	-	-	1

Nas tabelas 10 e 11 Pelo quadro acima, percebe-se o predomínio dos países da América Central, que ocupam as sete primeiras posições. Logicamente, as médias de Ilhas Virgens, Bahamas e Bermudas são altas porque esses países possuem uma inexpressiva população. Porém, os dados de Cuba e Jamaica já demonstram uma boa aplicação do material humano nos esportes, pois ambos possuem uma quantidade expressiva de medalhas. México e Brasil possuem uma média insignificante, que traduz um mau aproveitamento esportivo de sua população. Pelo menos, neste caso, a Ar-

gentina supera ambos os rivais latino-americanos por boa margem. Venezuela, Colômbia, Peru e Equador traduzem bem o fraco desempenho esportivo da América do Sul.

Tabela 10 - População dos países medalhistas em Jogos Olímpicos (seqüência de acordo com o total de medalhas e a população em milhões)					
PAÍS	POPULAÇÃO	PAÍS	POPULAÇÃO	PAÍS	POPULAÇÃO
Cuba	11	Venezuela	22,3	Panamá	2,6
Brasil	157	Colômbia	36,4	Equador	11,7
Argentina	35	Bahamas	0,28	Antilhas Holandesas	0,2
México	92,7	Porto Rico	3,7	Ilhas Virgens	0,02
Jamaica	2,4	Peru	24	Barbados	0,26
Trinidad e Tobago	1,3	Costa Rica	3,5	Guiana	0,83
Uruguai	3,2	Suriname	0,43	Bermudas	0,06
Chile	14,4	Haiti	7,2	República Dominicana	7,9

Tabela 11 - Número de medalhas por milhões de habitantes					
País	Média	País	Média	País	Média
1. Ilhas Virgens	50	9. Barbados	3,85	17. México	0,51
2. Bahamas	21,42	10. Uruguai	3,12	18. Brasil	0,42
3. Bermudas	16,6	11. Porto Rico	1,62	19. Venezuela	0,36
4. Jamaica	15,4	12. Argentina	1,54	20. Haiti	0,28
5. Cuba	12,45	13. Guiana	1,20	21. Colômbia	0,19
6. Trinidad e Tobago	8,46	14. Costa Rica	1,14	22. Peru	0,16
7. Antilhas Holandesas	5	15. Panamá	0,77	23. República Dominicana	0,12
8. Suriname	4,65	16. Chile	0,62	24. Equador	0,08

3 - Conclusão

A análise dos resultados de todos os Jogos Olímpicos levou-nos a traçar certas características da participação da América Latina nos Jogos Olímpicos de Verão. As conclusões podem servir para

uma reflexão e reavaliação do esporte olímpico latino-americano, principalmente do brasileiro.

Logicamente identificam-se diferenças políticas entre os países, principalmente quando confrontamos os resultados de Cuba com os dos demais países. Porém, evitou-se fazer um confronto para não cair na discussão político-ideológica, que poderia nos desviar dos nossos objetivos.

As análises e interpretações revelaram um caráter geral e específico. No caráter geral, procurou-se traçar o perfil da América Latina. No caráter específico, fez-se menção a determinados países. Sugere-se que em futuros estudos se aborde também os demais continentes e inclua os Estados Unidos e Canadá como constituintes de uma única região à parte, devido às grandes diferenças culturais, sociais e econômicas em relação aos países da América Latina.

Referências Bibliográficas

WALLECHINSKI, David. *The Complete Book of The Summer Olympics* - Sydney Edition. Ed. The Overlook

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics* – Los Angeles Edition Atlanta. Ed. The Overlook

_____. *The Complete Book of The Summer Olympics* – Atlanta. Ed. The Overlook

KLUGE, Volger. *Olympische Sommerspiele - Die Chronik*. Ed. Sport Verlag Berlin.

KAISER, Ruper. *Olympia Almanach von Athen 1896 bis Sydney 2000*. Ed. Agon Sportverlag Statistics.

EATON, Richard. *Women and the Olympic Games*. In SEARLE, Caroline; Vaile, Bryn. *The IOC Official Olympic Companion 1996*. Ed. Brassey's Sports: Londres, 1996.

WIÉNER, MAGALI. *Les Jeux Olympiques*. Ed. Castor Doc Flammarion: Paris, 2000.

Berlim -1936 e o corpo a serviço da Nação: organizando e disciplinando o Futebol

Prof. Dr. Plínio Labriola Negreiros

Professor de História no Ensino Médio e no Ensino Superior - SP

1 – Introdução

Este texto é um recorte da nossa tese de doutorado: *A nação entra em campo, futebol nos anos 30 e 40* (NEGREIROS, 1998). São apresentadas as relações entre a complicada participação do esporte brasileiro na Olimpíada de Berlim de 1936 e o processo de organização e oficialização dos esportes no Brasil no início dos anos 1940.

No Brasil os anos 1930 trouxeram uma novidade em relação aos esportes e às atividades físicas em geral. Até então, a organização dessas atividades tinha um caráter essencialmente privado. Porém, os esportes tornaram-se estratégicos em relação ao que se projetava para o país. Assim, consoante com os debates e práticas desse período, o poder público percebe a importância vital de um controle sobre as atividades físicas em geral. A materialização dessa preocupação dar-se-ia já sob o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945), que chamou a si essa tarefa, buscando posicionar-se frente à questão da organização das atividades físicas no país. Através da promulgação de uma ampla legislação associada à criação de organismos burocráticos, o novo regime buscou um mínimo de eficiência para essa área. Antes de 1937, a importância da Educação Física parecia parar nos discursos. Qualquer fala oficial exagerava em elogios às atividades físicas devidamente organizadas; na prática, as supostas preocupações oficiais não surtiam maiores efeitos.

A Ditadura Vargas entendia que a Educação Física merecia uma atenção especial do regime; e isto, de fato, aconteceu. Porém, vale ressaltar que não é possível demonstrar uma ruptura nas concepções que existiam em relação a essa área de conhecimento. Efetivamente, muito se discutiu a respeito do papel do Estado no processo de vulgarização das atividades físicas e o seu caráter mais específico. Não existia, por exemplo, dúvidas quanto ao fato da importância do poder público em interferir nessas questões; aliás, ao contrário: tratava-se de idéia corrente de que a presença oficial nos campos físico e esportivo era uma obrigação estatal, dada a sua função estratégica, formando homens para o trabalho e para a defesa da pátria. No caso específico do futebol, que não era visto como possuidor de funções educativas, tratava-se da questão de levar o nome do país para o resto do mundo, além de não deixar que o fascínio por este esporte ofusasse outros.

É possível perceber uma verdadeira mobilização no sentido de que as atividades esportivas fossem consideradas essenciais. Essa mobilização precisa ser vista dentro de um novo contexto, que se desenhava diverso anos antes: naquele momento, meados dos anos 30, as questões esportivas já eram objeto de um amplo debate. Obviamente, este debate não surgira do nada, mas dentro de uma gama de preocupações mais amplas.

O problema não se encontrava apenas na questão do esporte e sim numa questão de fundo: a construção da nação a partir do “melhoramento da raça”; era necessário cuidar do corpo de cada brasileiro. Ou seja, independentemente dos projetos acerca dos caminhos que o país deveria ou não seguir, existia quase uma convergência quanto ao entendimento de que o brasileiro era fraco, dono de um corpo pouco disciplinado para o trabalho e para a guerra. O corpo da população do Brasil precisava ser olhado com mais atenção, senão, qualquer projeto que visasse à construção de uma verdadeira nação, não passaria de mera utopia. Dessa forma, o prestígio conquistado especificamente pela Educação Física não foi apenas uma coincidência.

A partir de meados do século 19, o Brasil começava a receber informações sobre a nova disciplina. Ela é desenvolvida, essencialmente, entre os militares e, pouco a pouco, iniciava-se o processo de introdução da mesma nas escolas. Porém, apenas pós-1930 é

que a preocupação com a Educação Física seria maior. O Estado tomou para si a tarefa de criar uma legislação específica. Foi além: criou escolas de Educação Física (as primeiras eram ligadas ao Exército), com o intuito de formar professores e instrutores especializados. Observou-se um número grande de publicações para a área, por exemplo, a revista *Educação Física* e a *Revista Brasileira de Educação Física* — esta apenas nos anos 1940. De fato, mesmo fora desses periódicos, seria muito grande o número de livros e artigos discutindo a Educação Física.¹ Tratava-se de pensar o papel daquela disciplina na formação do “novo homem” brasileiro — expressão largamente utilizada pelos ideólogos e propagandistas do Estado Novo. Parecia consenso de que nada de novo seria construído no país sem a contribuição das atividades físicas. Mas não qualquer Educação Física, e sim aquela praticada segundo princípios racionais; daí a preocupação com a formação de um pessoal especializado na área. As atividades físicas praticadas a partir do empirismo não interessavam mais.

Mas construir esse “novo homem” passava, anterior e essencialmente, pela educação formal, que englobava a Educação Física. Dessa forma, todas as propostas de reforma nos sistemas educacionais que surgiram a partir de 1930, não negligenciaram a Educação Física, assim como não se esqueciam da educação cívica e moral. Sobre isso, Loyola (1940) afirma que:

“(...) A instrução moral e cívica vem completar a obra da educação física, são as qualidades físicas do cidadão integrando as qualidades físicas do atleta, formando o homem integral capaz de realizar a grande nação Brasileira que todos nós sonhamos com entusiasmo e queremos com orgulho. E ninguém mais indicado para ministrar o ensino moral e cívico do que o professor de educação física.(...)”.

Nenhuma proposta educacional foi capaz de ignorar o princípio de que não bastava educar preocupando-se apenas com o cognitivo, este não poderia vir separado das questões do corpo. Assim, o conhecimento deveria estar aliado aos exercícios físicos.

Neste sentido, observem-se as palavras do ministro da Educação e Saúde de Vargas, quando discursava na abertura dos traba-

lhos do Conselho Nacional de Educação. Gustavo Capanema apresentou algumas idéias acerca das reformas educacionais pela qual o país necessitava passar:

“(...) Finalmente, com respeito à educação extra-escolar, diremos que se impõe a necessidade de mobilizar para a cultura das massas todos os instrumentos educativos estranhos à escola hoje em dia tão numerosos e eficientes. A lei de educação poderá ter aí um de seus capítulos mais belos. Outro assunto que se nos oferece, e da maior importância, é a educação cívica. Tal questão certamente merecerá precioso amparo dos vossos esforços.

*Todas as grandes nações do mundo sempre se preocuparam com a cultura cívica da juventude e dela tiraram proveitos espantosos”.*²

O ministro Capanema reforçava a importância das práticas físicas, como apresentava a importância do ensino de moral e cívica, mesmo que seja dado um caráter complementar a essas áreas. Ou seja, o fundamental dentro da educação formal continuava sendo o aprendizado da língua nacional e das ciências clássicas, como a matemática, a biologia, a química e a física. Mas, o que vale destacar nessa fala do ministro do governo Vargas, é o fato de apontar inúmeros educadores que não acreditam na necessidade das práticas físicas na escola. Dessa forma, apesar dos diversos discursos que surgiram de vários setores da sociedade defendendo a importância da Educação Física, concretamente havia resistência. O ministro Capanema deixava isso claro e até utilizou imagens bíblicas para condenar os incapazes de perceberem o quanto o país precisa desenvolver as habilidades físicas entre os brasileiros. Ao mesmo tempo, como na experiência nazista, fala de um corpo robusto e belo. Assim, Capanema associava a Educação Física ao ensino de educação moral e cívica, como os teóricos da área, na época, jamais cansaram de alardear.

De fato, existia todo um movimento no sentido de dar o máximo de atenção ao corpo. Nesse momento, sintomaticamente, as páginas esportivas dos periódicos de São Paulo passavam a dedicar-se mais à Educação Física, inclusive com inúmeros artigos teó-

ricos e doutrinários, mostrando essa disciplina nos seus mais amplos aspectos e possibilidades. Num dos momentos de atenção a esse novo campo de conhecimento, abordava-se o reinício das atividades anuais da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo³:

"(...) Reunidos todos na sala de aulas teóricas, o Sr. secretário da Educação e Saúde Pública deu a palavra ao Dr. João Alves Meira, do corpo docente da escola, que pronunciou a aula inaugural para os primeiros e segundos anos, dizendo da importância cada vez maior que a educação física está tendo como base do progresso real dos povos, falando da importância da missão educativa do fisiocultor (...)" (Escola Superior de Educação Física, O Estado de São Paulo, 24/03/1936, p. 11)

Assim, para esse mestre de uma escola formadora de professores e instrutores de Educação Física, o desenvolvimento de um povo passava necessariamente pela suas condições físicas. Em função desta concepção, havia uma forte preocupação em relatar e conhecer como os países mais desenvolvidos economicamente tratavam das mesmas questões. Daí o fascínio dos brasileiros que foram conhecer a Alemanha nazista em 1936, quando participaram dos Jogos Olímpicos de Berlim.

Mas educar a mente e o corpo também poderia estar ligado a um outro sentido: buscar o caminho do progresso para o país. Assim, em especial após o final dos anos 1910 — com ênfase nos anos 1930 —, a marca da economia brasileira vai sendo cada vez mais a indústria, com a ordem capitalista avançando sobre todas as atividades econômicas. A herança deixada por uma sociedade escravocrata de desprezo pelo trabalho, entre outros fatores, obrigava o Estado e os empresários a atuarem no sentido de disciplinar as classes populares para o trabalho. Não bastava uma legislação repressora, era preciso criar a cultura do trabalho. Mais do que isto: era necessário disciplinar os corpos para o trabalho. Nesse processo apresentaram-se com papéis de destaque, tanto a Educação Física quanto a educação em geral. Bittencourt (1990), num trabalho sobre o a história do ensino de História em São Paulo, afirma:

“O poder educacional paulista delineou para a História um estudo destinado a ‘mostrar a nossa capacidade para o trabalho’, enquanto a Geografia informava as nossas riquezas minerais e agrícolas; a imensidão territorial pronta a ser explorada pelas técnicas agrícolas avançadas e pelo progresso das indústrias. Aliava-se o conhecimento sobre as formas de exploração das riquezas com a formação do povo brasileiro encarregado historicamente de transformar a nação em um país rico diante do mundo civilizado. O brasileiro patriota deveria realizar-se pelo trabalho produtivo, dirigido para o fortalecimento do ‘bem comum’. Explicitava-se a partir de uma argumentação nacionalista a necessidade de construir uma educação única e integral, voltada para a organização do trabalho e do trabalhador.” (p. 136)

Assim, a partir de uma forte pressão de setores da sociedade brasileira, passou-se a exigir a presença do Estado nas questões ligadas às atividades físicas, que não poderiam continuar à mercê de interesses particulares. Caberia ao poder público organizar de tal maneira esta atividade, para que as mesmas estivessem a serviço da nação.

2- Olimpíada de Berlim de 1936 e a organização esportiva no Brasil

Ao analisarmos MAZZONI (1939):

“Reputo a indisciplina o mais grave de todos os nossos problemas esportivos. Assim pensa também Mazzoni, que denuncia a maléfica influência de certa imprensa sensacionalista na subversão dos princípios esportivos. Combate com conhecimento de causa o expediente nocivo das gratificações extraordinárias a jogadores vitoriosos, fonte de desinteligência entre eles e os clubes, e a origem do atual surto de violência nos campos nacionais, sustentado pela te-

oria boçal de que o 'futebol é jogo para homem'. A indisciplina e a violência roubam ao futebol sua natural beleza, retardam o seu progresso técnico e vão desvirtuando o jogo como competição de caráter esportivo." (p.6)

Com estas palavras, Indalicio H. Mendes prefaciou um livro do cronista esportivo Thomaz Mazzoni, *Problemas e Aspectos do Nosso Futebol*, publicado em fins de 1939. Ambos afirmam que um mal maior aflige o futebol no Brasil: a indisciplina. Dessa característica derivava outro mal: a violência. Porém, o futebol no Brasil, profissionalizado oficialmente desde 1933, andava tão "mal das pernas", como o prefaciador da obra de Mazzoni afirmava? Mas, indisciplina de quem? Jogadores, técnicos, imprensa, dirigentes, torcedores, árbitros? A quem se acusava por tantas mazelas?

Por outro lado, como criticar o esporte que um ano antes, em 1938, tinha sido capaz de movimentar o país por quase seis meses ininterruptos? Que engendrou festas intermináveis em cada canto do país, sendo motivo de emoções populares poucas vezes vistas no Brasil? E se apesar das inúmeras alegrias produzidas pelo futebol — basicamente, em 1938, em função da participação do futebol brasileiro na Copa do Mundo da França⁴ —, quais as críticas que eram dirigidas ao futebol e por quem? E com essas críticas, havia saídas ou não?

Ao mesmo tempo, essas leituras que foram feitas do futebol aconteciam num momento muito especial da vida do país e da própria história dos esportes e das atividades físicas no Brasil. Para se dimensionar esse debate, que teve como centro o futebol, é fundamental utilizar os periódicos diários como fonte. O dia-a-dia desse esporte, bem como de outras atividades físicas em geral, faz parte das páginas desses jornais. Lá é possível escutar as vozes dos personagens ligados a essa área como um todo: atletas, dirigentes esportivos, dirigentes políticos, torcedores, entre outros. É o espaço no qual os debates são travados e as questões mais prementes vêm à tona.

Por outro lado, não se deve olhar os esportes, especificamente o futebol, enquanto práticas sem qualquer relação com outros aspectos da vida social. Eles são construções de uma determinada sociedade, de uma determinada época; ao mesmo tempo, também os

esportes têm o poder de influenciar outros aspectos de uma sociedade. Basta observar o futebol e verificar como vários termos e expressões saídos da sua prática, foram incorporados ao dia-a-dia.

Ao mesmo tempo, por que havia tanta preocupação com o futebol? Preocupação esta que poderia resultar em diferentes ações, como passar a criticá-lo de maneira incessante ou, como muitos fizeram, ignorá-lo enquanto um assunto que não merecia maiores atenções, atitude tomada pelos principais teóricos da Educação Física no Brasil.

Assim, tendo preferencialmente os jornais como fonte, buscamos conhecer e analisar as leituras que eram feitas do futebol, entre meados dos anos 30 e meados dos anos 40.

Para o periódico *O Estado de São Paulo*, o futebol não era um esporte que merecesse maior atenção. Na página especialmente dedicada aos esportes, o esporte bretão ocupa um lugar de menor destaque — isto se considerarmos que o futebol era o esporte mais popular do país. As preocupações do *Estado* encontravam-se em noticiar outros esportes, como o tênis, a natação e o atletismo. Mas, o desprezo pelo futebol nunca significou ignorá-lo por completo.

Efetivamente, existia uma série de discussões sendo alimentadas, mas sempre a partir de um referencial, como por exemplo, a questão da profissionalização do futebol, ocorrida em 1933. O cronista esportivo do *Estado* J. R. Pantoja prefere chamar a nova organização futebolística como o “falso profissionalismo”, expressão de caráter irônico, porque antes da oficialização do futebol profissional, a imprensa e o meio esportivo costumavam denominar aquela situação de semi-amadorismo, como sendo um “falso amadorismo”. Mas, por que a crítica contra o profissionalismo dentro do futebol? Na verdade, ao menos em termos de discurso, não se tratava de uma posição contra esta condição, mas do seu desvirtuamento. Entendia-se que o futebol profissional poderia existir, mas em outro tempo e sob outras condições. Ou seja, insistia-se que ainda não era o momento adequado para um esporte profissional. Essa postura, espelhando-se na organização do futebol inglês, profissional desde o final do século passado, entendia que a prática amadora deveria ser privilegiada. No caso inglês, repetia-se constantemente que, para cada atleta profissional, havia muitos amadores. Desta forma, apenas os melhores atletas passavam a ser profissionais. Resultava dessa situação um esporte profissional muito competente e um

número significativo de amadores. Enfim, amadores e profissionais estavam contemplados.

Entendia-se, ainda, o caminho do esporte em direção ao profissionalismo — em função da própria dinâmica dos esportes que buscavam o “progresso” — como sendo inevitável. Mas, o esporte “puro”, jogado com lealdade, que seria capaz de transformar homens, unir uma nação, congregar povos, necessariamente seria o amador. Apresentava-se, também, a importância das atividades físicas independentemente de uma prática esportiva. Assim, o profissionalismo seria uma mal menor aceitável, desde que estivesse a serviço do esporte amador. E, ainda: os jogadores de futebol deveriam pensar em praticar o esporte, porém, sem o objetivo principal de se profissionalizarem. Dessa maneira, era desprezível buscar o esporte como um meio de sobrevivência material. Caminhar para o profissionalismo era válido, desde que ocorresse de forma “natural”.

Junto com as críticas acerca dos desvios e da precocidade do profissionalismo dentro do futebol, este era mostrado como um esporte em plena decadência, como decorrência do fato do futebol ter se tornado profissional. Nas matérias publicadas no jornal falava-se de platéias cada vez menores, em torcedores desapaixonados, não decepcionados. Porém, parece que o cronista esportivo do *Estado* padecia de um certo saudosismo, que o mesmo tentava negar com insistência. Mas, outros problemas, segundo o periódico e a “opinião pública”, faziam do futebol um esporte em declínio; mas, em nenhum momento deixaram de chamá-lo de “o esporte popular”. Existia uma forte indignação quanto às inúmeras cisões nas entidades responsáveis pela organização do futebol e dos esportes em geral. Reclamava-se, inicialmente, que todos os outros esportes estavam vinculados ao futebol, dentro da mesma entidade. Apresentavam, ainda, que pequenos interesses pessoais ou de alguns clubes eram suficientes para que surgissem entidades dissidentes. Como também havia uma forte crítica aos dirigentes das entidades, que eram considerados aproveitadores ou incompetentes. Clamava-se pelo “esporte-esporte” contra o “esporte-política”.

Desta forma, apesar de um espaço significativo dentro do periódico dedicado aos esportes, a preocupação com o futebol, uma vez que profissional, diminuiu muito. O turfe continuou com um

espaço importante, o tênis passou a ser muito mais divulgado e, em alguns momentos, tinha mais espaço que o próprio futebol. Além do turfe, tênis e outros, nota-se uma dedicação especial do jornal ao atletismo, que era denominado de esporte básico. Além disso, nas páginas esportivas d' *O Estado de São Paulo* começaram a surgir textos acerca da Educação Física, com uma atenção especial aos artigos teóricos.

Mas, como o futebol mantinha a sua condição de esporte mais popular, a postura do jornal caminhou de maneira paradoxal. Não havia outro caminho. Porque, se de um lado, o cronista esportivo diariamente não se cansava de alardear a decadência do futebol, por outro, sua coluna dedicava reflexões quase que exclusivamente para o "popular esporte". Ou seja, se a decadência proclamada fosse assim tão latente, o leitor do jornal não estaria interessado em ler cotidianamente o desenrolar deste processo. Como também é interessante notar que não existe, por parte de J. R. Pantoja, uma aversão ao futebol; apesar das inúmeras críticas tecidas cotidianamente, existiam momentos em que o mesmo cronista rechaçava vozes dos que não consideravam mais o futebol um esporte.⁵

Por outro lado, enquanto um contraponto, temos a visão de um outro periódico, *A Gazeta*, através do seu principal cronista esportivo Thomaz Mazzoni. *A Gazeta*, diferentemente do *Estado*, era um periódico muito mais próximo aos esportes, inclusive era reconhecido pelos torcedores e amantes dos esportes como sua voz "oficial". Thomaz Mazzoni — como também o jornal para o qual trabalhava — compreendia o futebol em fins dos anos 1930 como mergulhado numa crise. Para entender melhor as concepções desse cronista esportivo, é importante observar um dos seus livros publicados, *Problemas e Aspectos do Nosso Futebol*⁶. Já na introdução do autor, questões fundamentais são apresentadas. Mazzoni (1939) afirma que:

"Desde que assumimos a chefia da seção esportiva de 'A GAZETA', em fins de 1930, criamos a coluna de 'Olimpicus' e a mesma quase tem sido dedicada exclusivamente aos estudos dos problemas, aos acontecimentos e questões diversas do 'association' não só paulista como brasileiro. Sim, porque todos os problemas do nosso esporte-rei tanto são os mesmo aqui e no Rio como em Minas, na Bahia, no Paraná, em

Pernambuco, etc. Intensificamos nossa doutrina nesse delicado terreno no auge da cisão, em 1936, quando fomos os primeiros a exteriorizarmos completa convicção de que jamais o futebol nacional encontraria seu caminho reto com velhos remédios que sempre, desde que nasceu, lhe receitaram os 'médicos' da politicagem da bola. Era necessário seguir outra rota, acabarmos com a antiga mentalidade clubística, com a qual as cisões, as rebeldias se sucederiam um após outra...". (p. 9)

Mazzoni apontava, a seu ver, para a questão de fundo, que fazia do futebol espaço de tantos problemas: a mentalidade clubística, que se tornou um verdadeiro bordão desse cronista. Ou seja, não existia, por parte dos personagens do futebol, principalmente em relação aos seus dirigentes, qualquer preocupação com o todo. Esses dirigentes eram incapazes de uma visão mais ampla da questão, apenas sabiam defender seus interesses e os dos seus clubes. De acordo com esta mesma fonte:

"Inútil exterminar os males do nosso futebol se esses males procuram curar os seus próprios dirigentes com lutas clubísticas dentro das entidades (...) Os problemas mais sérios, naturalmente, são os da indisciplina, da desarmonia e da desobediência que o mau espírito, clubístico e disciplinar, há muito fez degenerar, desvirtuando a finalidade e o ideal esportivo". 'Existe até uma certa analogia entre as coisas do esporte nacional e regional com as da política. Parece que esta reflete sobre aquele...Assim, é muito freqüente ver-se a situação do esporte ser a mesma da política do país.' *Eis o que escrevíamos há anos, antes do advento do Estado Novo.*" (p.9-10)

A indisciplina e o clubismo, apontados por Mazzoni (1939), trouxeram outros problemas ao futebol: "Pelo menos, nestes últimos tempos, vem sendo assim...Lutas, cisões, conclaves, traições...Os grandes dão o exemplo. Foram os cariocas e os paulistas que conulsionaram a vida esportiva nacional (...)". (p.10)

Porém, Mazzoni (1939) entendia que existia uma saída para essa situação:

“Desiludido com a politicagem e má orientação dos clubes e dos homens convencemo-nos, pois, em plena cisão passada, de que somente sob um pulso de ferro e com diretrizes muito diferentes endireitaríamos nosso futebol. Por isso, da ‘Gazeta’ partiu inicialmente a campanha da oficialização do esporte nacional. E essa campanha começou a ser levada a sério quando o Brasil entrou em novo regime criado pelo 10 de Novembro. Se ainda não vingou de todo o esporte oficializado é fato, todavia, que não demorará, tenso sido dado o primeiro passo nesse sentido com a criação do CNE. Enquanto, porém, esperamos a regulamentação federal tivemos em São Paulo a oficialização estadual, surgindo a DEESP (Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo). São Paulo — berço e centro principal dos esportes do país — deu assim um grande exemplo que não demoraremos muito a vê-lo seguido por outros Estados.(...)” (p.10)

O caminho só poderia ser um: a presença do Estado nas coisas do esporte. Não havia outra forma de conter a extrema indisciplina reinante nos esportes, e não apenas no futebol. Para o cronista da *Gazeta*, caberia a São Paulo, por causa do seu desenvolvimento em todas as áreas, mostrar para o resto do Brasil, o caminho dos esportes oficializados, que só permitiria ganhos:

“(...) De modo que, quando surgir a regulamentação federal, muito mais facilitada será a missão de colocar o esporte brasileiro no bom caminho, no regime da disciplina e do progresso. Com o passo à frente que demos, nesse terreno, em São Paulo, leva-nos a crer que seremos os primeiros a solucionar os problemas mais graves do futebol (...)”. (MAZZONI, 1939; p.10-11)

Mazzoni confiava que com a interferência do Estado, em termos nacionais, daria tão certo quanto já estava dando em São Paulo. Era preciso que toda a organização dos esportes estivesse sob controle do poder público. Ainda afirma Mazzoni (1939):

“(...) Feita a oficialização do esporte, surgiria o órgão

supremo, tendo no seu leme pessoa ou pessoas de inteira confiança, que por sua vez se cercariam na direção de outros dirigentes, os presidentes das respectivas entidades das várias modalidades que possuímos. A presidência dessas entidades, por sua vez, seria cargo de confiança do órgão supremo. Os presidentes também escolheriam seus auxiliares, de modo que se formaria assim uma cadeia de confiança, desde a suprema direção até os postos de menor projeção das entidades, que agora são... privilégio dos clubes e motivo de ambição e de questões dos homens... A direção do esporte teria a seu cargo também a disciplina; por isso criaria o 'Conselho de Justiça', que julgaria todos os casos de indisciplina em que se envolvessem entidades, clubes, dirigentes, e jogadores (...)" (p. 14-15)

De acordo com a mesma fonte citada a *Gazeta* também tinha dimensão de que essa proposta recebia forte oposição.

"(...) Esse regime, bem o sabemos, não serve aos 'tubarões' do esporte. Os seus clubes não poderiam mais rebelar quando lhes suspendessem um jogador, quando fossem contrariados os seus interesses facciosos e seus mesquinhos caprichos. Os dirigentes seriam obrigados a perder o gosto pela politicalha e os jogadores não poderiam promover arruaças em campo para satisfazer os fanáticos, enfim, os 'tubarões' não mais poderiam provocar uma cisão a cada dois anos... Eis porque todos eles dizem que a oficialização 'apresenta inconvenientes', 'implanta a ditadura', 'fere direitos sagrados', 'não resolve a pacificação', e entre bonitas frases que podem causar boa impressão aos ignorantes..." (p. 15)

Esse debate travado por Mazzoni com outros setores da imprensa e com os dirigentes esportivos vinha desde 1936, ano em que a idéia de oficialização dos esportes ganhou destaque, dadas as circunstâncias do momento: a desastrosa participação do esporte brasileiro nas Olimpíadas de Berlim. Como também a lembrança das frágeis participações do futebol brasileiro nas duas primeiras Copas do Mundo.⁷

Entre outras conseqüências, esses fracassos do esporte brasileiro provocaram a ira por parte dos esportistas em geral e da imprensa esportiva. Entre outras questões apontadas, recebeu destaque a idéia de como o exterior olharia um país que se mostrava incapaz de um mínimo de organização no campo esportivo.

A situação de rivalidade entre cariocas e paulistas voltou a se repetir durante a realização da segunda Copa do Mundo, realizada em 1934, na Itália. Porém, com um elemento complicador: a cisão entre entidades pró-amadorismo e pró-profissionalismo. Com uma seleção formada por apenas parte dos nossos melhores atletas, novamente o inevitável fracasso. Mais uma vez as críticas contra essa situação, considerada como desordem, alimentaram por muito tempo as páginas e as rodas esportivas. O potencial futebolístico do Brasil estava sendo desrespeitado, com a formação de equipes inferiores ao nível do futebol praticado no país.

O desencontro das entidades esportivas brasileiras não estava resumido ao futebol, mas marcava presença na maior parte dos outros esportes. Tanto que situação análoga à participação do futebol brasileiro em 1930 e 1934 ocorreu em outro evento esportivo, de muito maior importância do que uma Copa do Mundo, ao menos para os defensores da Educação Física. Tratava-se dos Jogos Olímpicos. Esses jogos de 1936 realizar-se-iam em Berlim. Muitas confusões se processaram em função da existência de duas entidades, separadamente, organizando as delegações brasileiras. Sem dúvida, foi o problema mais marcante de 1936, no que se referente às questões esportivas, rendendo um amplo noticiário e inúmeras críticas à organização dos esportes no país.⁸

Existiam duas entidades que organizavam os esportes e, em especial, o futebol no Brasil: a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e a Federação Brasileira de Futebol (FBF). Esta, defensora do profissionalismo no futebol, ao contrário da CBD. Para poder mandar uma delegação esportiva brasileira para os jogos de Berlim, era necessário que uma entidade especializada em um esporte fosse reconhecida como única pelo Comitê Olímpico Internacional, ou seja, num mesmo país não poderiam existir duas entidades que organizassem uma delegação olímpica, que congregava todos os esportes.

Porém, as duas entidades não se entendiam, e mesmo com a proximidade das Olimpíadas, uma tão sonhada trégua entre ambas, que em uma determinada altura dos acontecimentos parecia cer-

ta, terminou por não se concretizar. Uma notícia vinda do Rio de Janeiro apresentava algumas questões acerca das negociações da participação brasileira. Vejamos:

“Rio, 2 (H.) - A Confederação Brasileira de Desportos recebeu uma carta na qual o ministro do Brasil, na Suíça, membro do ‘Comité’ Olímpico Internacional, informa que somente os elementos filiados às ligas internacionais, poderão tomar parte na Olimpíada de Berlim. Na sua carta o ministro acrescenta que conferenciará com o conde Baillet Latour, presidente do COI e que este lhe informava de que somente amadores de entidade de reconhecimento internacional poderão inscrever-se nos Jogos Olímpicos, e que os amadores cumprindo penas e entidades dissidentes, não poderão, absolutamente, participar dos referidos jogos. Pelo que informa o ilustre membro do COI no Brasil, os atletas dissidentes não poderão ser inscritos na 11ª Olimpíada a não ser que a paz que se processa neste momento seja levada a efeito o mais brevemente possível. O ministro Raul do Rio Branco é companheiro dos Srs. Arnaldo Guinle e J. Pereira dos Santos, na representação brasileira no ‘Comité’ Olímpico Internacional, portanto pessoas insuspeitas para os partidários das entidades dissidentes.”⁹

Ou seja, as discussões sobre a questão esportiva já envolviam importantes autoridades brasileiras. Mesmo de forma difusa, esta ligação possuía um caráter oficial. Assim, em função do perigo da não-participação de uma delegação brasileira, existia um empenho especial no sentido de resolver as brigas dentro das nossas entidades esportivas. Todo este empenho poderia estar demonstrando o quanto significava, para alguns setores da sociedade brasileira, a participação numa competição esportiva dessa envergadura.

Ao mesmo tempo, pode-se inferir como algumas autoridades estavam preocupadas em buscar uma saída para que os atletas brasileiros pudessem se apresentar em Berlim. Vale ressaltar que esses Jogos Olímpicos realizar-se-iam na Alemanha nazista, que os anunciava de modo efusivo. De fato, tratava-se muito mais do que simples competições esportivas; colocava-se em jogo a imagem do novo regime alemão. E, sem dúvida, a organização alemã esteve

no limiar da perfeição, o que deixava clara a preocupação dos nazistas com as possíveis impressões dos estrangeiros. A atenção alemã concentrou-se na publicidade do regime e no reconhecimento positivo do povo alemão.

Porém, o problema mais sério em relação à participação brasileira nas Olimpíadas, até em função das entidades litigantes, passava a ser o fato de que se encontrava a poucos meses da competição e nada se definia. Inúmeras questões de caráter burocrático já deveriam estar solucionadas, como a definição dos esportistas concorrentes e suas respectivas inscrições. Além disto, a viagem para a Europa era demorada. Assim, a competição mostrava-se cada vez mais próxima e todas as soluções pensadas acabavam fracassando.

Nos meios esportivos brasileiros, a forte preocupação que já existia, aumentava em função do passar do tempo. Os esportes, aqui, corriam ao menos dois sérios riscos: mandar uma delegação fragilizada ou, no limite, não mandar representantes. Assim, dentro do jornalismo esportivo, esta questão ganhou destaque. Falava-se em trégua, em pacificação, em acordo; tudo em nome de uma participação digna do esporte brasileiro em Berlim. Ou seja, seria necessária a boa vontade dos litigantes para se garantir o que era o essencial: que o país fosse representado de maneira digna, para que todos os outros países participantes de Berlim-36 pudessem avaliar o quanto o Brasil encontrava-se a caminho de se tornar uma nação forte. Assim, temos um artigo que aponta para outras propostas a fim de resolver a querela:

“Jamais fomos partidários da CBD. Por mais de uma vez comentando desfavoravelmente atitudes e ações suas e não deixamos, também, de lhe atribuir a devida responsabilidade pela situação precária do esporte brasileiro, na atualidade. Fomos realmente os únicos a condenar a atitude por ocasião da disputa da Taça ‘Davis’, quando evitou favorecer, como devia, a viagem dos nossos tenistas aos EUA, onde iriam colher não vitórias mas sim conhecimentos úteis à prosperidade do tênis no Brasil, o que não teria sucedido se tivesse, então, federações especializadas e diretamente filiadas à entidades internacionais.
(...)”

A ‘intervenção federal’ não parece, como se julga, uma idéia infeliz. Pelo contrário. Poderá dar resulta-

dos excelentes, desde que a pacificação se processe, em todos os sentidos e sob todos os aspectos, dentro do critério da especialização (...) Vale a pena, pois, entregar ao poder público, a resolução do tão importante problema que os particulares complicam e dificultam a seu bel-prazer.”¹⁰

Pela primeira vez, o cronista esportivo do *Estado* aceitava a idéia de que a intervenção do Estado nas questões do esporte era necessária e legítima. Ainda que tenhamos de deixar claro que a idéia de intervenção federal, para J. R. Pantoja poderia, naquele momento, ter vários significados; assim, não podemos afirmar que ela fosse retirar da iniciativa particular a direção dos esportes. Talvez, por intervenção, houvesse o entendimento de que o Estado deveria estar presente na resolução daquele conflito, notadamente enquanto árbitro. Por outro lado, argumenta-se no sentido de mostrar que os desentendimentos entre as entidades, entre outros motivos, estavam marcados por questões pessoais; a vaidade de muitos dirigentes das práticas esportivas acabava por se sobrepor aos interesses maiores do esporte. Assim, caberia ao Estado um papel de reorganizador dos mesmos, já que se tratava de uma atividade que envolvia o nome do país. Aliás, mais do que isso: os destinos do país também dependiam das atividades esportivas.

Por outro lado, o que motivava essa preocupação do cronista esportivo do tradicional jornal paulistano, era o fato de essas entidades esportivas nacionais estarem mais ligadas ao futebol, mostrando-se poucos preocupadas com os outros esportes. E esse era um problema central para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Este defendia algumas atribuições aos esportes, relacionando-os, principalmente, à educação da população. Porém, como já se afirmou, esse mesmo periódico não via o futebol enquanto um esporte que pudesse educar alguém; aliás, a sua postura era exatamente contrária, já que o futebol poderia “deformar os jovens”.

E, poucos dias depois de defender a intervenção federal nos esportes, voltava-se ao problema, com outras considerações:

“Foi há dias anunciado que só poderão participar dos Jogos Olímpicos de Berlim os elementos de entidades oficiais, filiadas às ligas internacionais. Os dis-

sidentes ou os que cumprem penas não poderão, de modo algum, integrar a nossa representação à Olimpíada de 1936 (...)".

Nesse caso, o Brasil terá a sua representação muito enfraquecida. Em S. Paulo e no Rio de Janeiro se encontram, como é notório, os melhores esportistas brasileiros. Estas duas unidades do país possuem os melhores nadadores, tenistas e atletas (...) Enviar uma representação para comprometer o Brasil seria mais do que ousadia. É de duvidar, no entanto, que os responsáveis pela representação brasileira cheguem a tal abuso.

(...) A intervenção federal foi lembrada como o meio de resolver o problema, mas uma das partes em divergência teria repellido logo a idéia, receosa, talvez de se ver suplantada, embora indiretamente, pela facção rival, o que seria doloroso, insuportável (...)

Tão feliz e patriótica deliberação não será, porém, tomada pelos dirigentes daquelas duas entidades. Deste modo, se não há possibilidade imediata para um entendimento rápido e completo, cremos que eles poderiam, sem prejuízo de seus interesses pessoais, negociar uma trégua, que permitisse a participação do esporte brasileiro nos Jogos Olímpicos de Berlim..."¹¹

Aqui se apresentava um argumento definitivo, no sentido de os dirigentes em conflito chegarem a um acordo: tratava-se de representar o Brasil através do esporte; assim, não seria "patriótico" mandar uma delegação que não desempenhasse de forma digna o atual estágio do esporte no país. Ou seja, o cronista esportivo, que representa a voz de uma parcela da sociedade, colocava que a função da atividade esportiva não pode ser desdenhada, tornando-se mera atividade de lazer. Mostrava-se que os dirigentes em litígio, em função de questões menores, apresentavam-se indiferentes a como o nome do Brasil chegaria no exterior. Ou seja, naquele momento de conflito de entidades, era necessário pensar a partir de outro referencial.

Dessa forma, em nome de supostos interesses nacionais, a idéia de uma trégua entre as entidades possibilitaria a ida a Berlim de uma delegação que fosse retrato fiel do estágio de desenvolvi-

to das atividades físicas e esportivas brasileiras. Enfim, aquela briga jamais poderia comprometer o nome do país. Essa trégua, esse “cessar-fogo”, deveria ser mantido ao menos para garantir o bom nome do Brasil. Mas a trégua proposta não foi além do desejo.

Com o tempo passando sem que nenhuma atitude mais efetiva fosse tomada, surge, de forma oficial, por parte da CBD, a proposta de que o presidente Getúlio Vargas fosse escolhido como o árbitro da disputa. O Sr. A. Guinle, dirigente da FBF, não aceitou a proposta da entidade rival. Ele entendia que o problema era muito complexo e que a arbitragem do presidente poderia chegar a conclusões equivocadas.¹² E o Sr. A. Guinle sabia que a posição de Vargas dificilmente beneficiaria a sua entidade. Deste modo, o impasse permaneceu e outros grupos começaram a agir no sentido de uma participação brasileira razoável. Nesse sentido, temos a seguinte notícia vinda do Rio de Janeiro:

“Os universitários brasileiros apresentarão, por estes dias, ao chefe da nação, um longo memorial pedindo a intervenção do governo nos esportes. Apoiado pelo diretório central de Estudantes, diretórios de todas as escolas superiores do país, a dirigente máxima dos esportes universitários lembra ao sr. Getúlio Vargas a necessidade da paz esportiva. Os srs. Luís Aranha e comandante Attila Aché, respectivamente presidente da Confederação Brasileira de Desportos e da Liga de Esportes da Marinha, entidades envolvidas diretamente no dissídio, já foram ouvidos pelos universitários sobre o assunto.”¹³

Assim, mais pressões ocorriam no sentido de o governo federal tomar alguma atitude para resolver a crise. Para os estudantes que acorriam ao presidente, não havia outro caminho. Os Jogos Olímpicos aconteceriam em agosto de 1936 e o impasse permanecia. Finalmente, Getúlio Vargas resolveu se pronunciar acerca do problema. O cronista esportivo do *Estado* discutia a inserção do presidente na questão:

“(...) O melhor é transcrever trecho do telegrama: ‘O sr. Getúlio Vargas pediu que fosse feito um relatório completo da situação, criada pelo dissídio, para, só

depois disso, declarar se aceitaria, ou não, a arbitragem. Em caso afirmativo, produzia seu laudo, mas, em caso negativo, ele se reservaria o direito de intervir, como governo, na malfadada questão, a fim de terminar as lutas, que tanto vinham prejudicando o esporte nacional.'

(...) e meditem largamente sobre o gesto enérgico da suprema autoridade do país. A primeira consequência, a mais séria, será a perda da autonomia das agremiações atléticas. Estas ficarão na dependência, direta e inexorável, dos chefes do momento, e talvez da política, que até o presente não ousara intervir em assuntos desta natureza. A CBD, ou outra qualquer entidade que a substitua, transformar-se-á num departamento público, sujeito a leis e regulamentos votados ou baixados pelos poderes públicos. Vai acontecer como na Alemanha e na Itália, Estados totalitários, nos quais as instituições atléticas se acham subordinadas a um ministério, controlado pelo chefe supremo do Executivo (...)"¹⁴

Aparentemente, temos o presidente Vargas preocupado com os destinos do esporte brasileiro, principalmente depois que foi pressionado por vários grupos interessados no problema, como o dos estudantes. Mas, sua decisão de intervir ou não no esporte assustou o cronista. Para este, apesar dos benefícios iniciais, de se chegar à tão almejada paz nos esportes, o Estado poderia controlá-lo de forma totalitária. Conforme suas próprias palavras mostram, poderia ocorrer um total controle das atividades esportivas por parte do Estado, como já estava ocorrendo nos países nazi-fascistas. Aliás, o temor de J. R. Pantoja não era nem dimensionado por Mazzoni, que continuava acreditando na oficialização como o caminho correto e mais eficaz para a resolução de todos os males que marcavam os esportes. Mas, o artigo continua, tentando entender o porquê da atitude do presidente:

"(...) Nunca fomos partidários da interferência da política no esporte. Sempre a combatemos, como se pode verificar em nossos comentários anteriores. Explica-se, entretanto, a atitude do presidente da República: ele jamais havia manifestado a intenção de

dirimir contendas entre paredros do esporte. Foi solicitado, incomodado, importunado. Em seu lugar, qualquer pacato cidadão perderia a paciência. E foi por esse motivo que ele deliberou interferir e decidir, com todo o peso da sua autoridade, moral e material. Os esportistas brasileiros assim o quiseram, assim o tiveram (...).¹⁵

Desta forma, para esse setor da imprensa esportiva brasileira, a interferência estatal não deveria ocorrer em nenhum momento; mas havia compreensão quanto à atitude do presidente no sentido de resolver, de forma definitiva, os conflitos entre as entidades esportivas. Tratava-se de uma emergência. Ainda que J. R. Pantoja estivesse considerando como certa a interferência de Getúlio Vargas, quando este ainda decidia o que fazer. O artigo mostra a possível intervenção como um castigo aos esportistas, que não souberam tratar da querela sem a presença do Estado. Não souberam, ainda, colocar as questões nacionais acima das questões de grupos ou pessoais. Ou seja, para Pantoja, a presença do Estado que, em tese, não era desejável, era a única saída para aquele momento.

Assim, um setor da crônica esportiva, ou parte desta, abria mão dos seus princípios supostamente liberais em nome da participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Berlim. De fato duas delegações brasileiras se apresentaram para a disputa olímpica e o litígio só foi resolvido no último momento. Sobre isto, afirma Maria Lenk (1986):

“O cabograma redentor chegou finalmente no dia 1º de agosto, dia da abertura dos Jogos. Informava que Luiz Aranha (da CBD) e Arnaldo Guinle (do COB) haviam concordado numa ‘trégua’, como faziam questão de acentuar. Felizmente esta notificação era o bastante para o COI. À tarde deste memorável dia, a equipe brasileira reunida marchou aliviada, confiante e garbosa para dentro do estádio, integrando-se aos 4.500 atletas representantes de 52 nações.”
(p. 101-102)

Acima de alguns princípios encontravam-se outros, como o de permitir o desenvolvimento esportivo do país, além de mostrar no exterior os “progressos” do Brasil.

Aqui temos um outro ponto muito importante: partia de setores da sociedade o pedido pela intervenção estatal. Ou seja, se houve a interferência do Estado após o golpe de 1937, esta não pode ser entendida apenas como desejo da nova estrutura de poder que foi se estabelecendo. Se havia interesse por parte do poder público em disciplinar as atividades esportivas, também parte da sociedade entendia que essa presença do Estado nas questões esportivas era necessária e bem-vinda. Nos casos da *Gazeta* e do *Estado de São Paulo* — como para os seus principais cronistas esportivos¹⁶ —, não havia discordâncias quanto à necessidade dessa intervenção e sim quanto à abrangência dessa interferência. Dessa forma, não existe sentido em pensar a presença do Estado nas questões esportivas no início dos anos 1940, como uma mera consequência do regime autoritário construído a partir de 1937.

Aqui neste ponto é preciso dimensionar o significado da participação de atletas e dirigentes esportivos brasileiros, como de outros países, nas Olimpíadas de Berlim. Como foi dito, a pretensão nazista era fazer das Olimpíadas uma vitrina do regime; e, sem dúvida, esforços não foram poupados para que os estrangeiros fossem bem recebidos e que levassem para os seus países a melhor impressão da Alemanha e de seus dirigentes. E aos estrangeiros cabia a tarefa de conhecer a “nova” Alemanha *in loco*. Ou seja, estar em Berlim significava participar de competições esportivas, conhecer a organização e o desenvolvimento do esporte num país totalitário e verificar o que, de fato, acontecia naquele país, já que as informações e análises do regime de Hitler eram desencontradas. Tanto que os EUA tornaram-se grandes críticos desses jogos na Alemanha, inclusive ameaçando boicotá-los, porque já faziam restrições ao regime nazista. A participação americana em Berlim só foi concretizada depois de muitas negociações diplomáticas.

Em alguns momentos, em função das notícias que chegavam ao *Estado*, através das agências de notícias, temos a impressão de que os Jogos Olímpicos foram mais importantes enquanto ato político do que esportivo. Entre estas informações, temos este trecho, muito esclarecedor:

“(...) o chefe da delegação, [era o] dr. Décio do Amaral Fontoura, do Ministério da Instrução Pública. Em termos valorosos ele manifestou a sua gratidão pela acolhida

que fora dispensada aos atletas brasileiros na Alemanha, cuja luta contra o comunismo sabia compreender. O dr. Fontoura, além de representar os interesses esportivos do Brasil, pretende também estudar as instituições educativas do 'Reich'. Manifestou igualmente o seu entusiasmo pela ordem que reina na Alemanha e declarou estar disposto a combater toda e qualquer campanha de calúnias anti-germânicas. Disse que agora poderá fazê-lo com verdadeiro conhecimento de causa (...).¹⁷

O chefe da delegação brasileira — aliás, de uma delas, já que o Brasil mandou duas — declarou, com todas as letras, que estar na Alemanha era muito mais que apenas acompanhar os atletas brasileiros. Significava conhecer a experiência de um país que, no Brasil, poucos conheciam de fato. E sua primeira impressão deve ter contentado os representantes do regime nazista. Isto porque aquilo que os dirigentes alemães desejavam, era exatamente o que acabava de acontecer com o chefe da delegação brasileira. Como é interessante o destaque que esse chefe de delegação dava ao que considerava as duas grandes virtudes daquela Alemanha: o combate ao comunismo e a ordem reinante. E essas questões estavam na ordem do dia no Brasil. A luta contra o comunismo, além de qualquer luta popular desvinculada dos interesses do regime de Vargas, era o grande inimigo, a partir da tentativa dos comunistas de tomarem o poder em novembro de 1935. Mesmo passados mais de seis meses, a repressão contra todos os que participaram desse movimento continuava forte. Em quase todos os dias eram anunciadas novas prisões e novos processos. Aliás, graças a essa situação de suposto perigo contra a ordem pública, que o governo havia decretado a suspensão das garantias constitucionais e aplicava uma severa censura nos meios de comunicação, principalmente na imprensa escrita.

Ao mesmo tempo, esse chefe de delegação, apontava uma das suas principais preocupações com a sua passagem pela Alemanha: conhecer e aprender com as instituições educacionais da Alemanha de Hitler. Isso explica, ao menos em parte, o fascínio que as organizações juvenis alemãs exerceram sobre várias autoridades brasileiras até, pelo menos, o Brasil declarar guerra ao Eixo, aderindo aos Aliados.¹⁸

Mas, a Alemanha não recebia apenas elogios e em termos diplomáticos e nem tudo caminhava de forma satisfatória. Esta pe-

quena nota mostra um outro lado nas relações entre o governo alemão e outras nações: "Berlim, 30 (H.) - Na sessão dessa manhã, o Comitê Olímpico Internacional pronunciou-se pela exclusão de um delegado americano do Comitê Internacional, que escreveva contra o chanceler Hitler e a obra nacional-socialista (...)"¹⁹

Enfim, política e esporte estiveram muito próximos durante os Jogos de Berlim. Inclusive, *O Estado de S. Paulo* dedicou a este evento um espaço significativo. Uma série de matérias especiais foram publicadas juntamente com o desenvolvimento dos Jogos. Além, evidentemente, das informações acerca das disputas esportivas dos próprios jogos e da complicada participação das delegações brasileiras, contraditória a toda a organização nazista.

Aliás, é muito interessante analisar os possíveis efeitos produzidos por essa situação tão antagônica: de um lado, a ordem alemã, que beirava a perfeição; de outro, uma presença brasileira marcada por uma suposta desordem, na qual as questões particulares se sobrepuseram sobre as questões ditas nacionais. As várias tentativas de reconciliação, mesmo que provisória, fracassaram. Como os leitores dos periódicos interpretavam essa situação? As notícias passavam a idéia de uma Alemanha eficiente no campo esportivo e na organização de uma competição de caráter internacional; os progressos do país eram refletidos nos esportes. Dessa forma, o que não pensar do Brasil, incapaz de coisas mínimas, como a de mandar uma delegação que representasse com dignidade o país, mesmo sem a pretensão de obter vitórias? Enfim, é possível que o esporte alemão tenha-se tornado um paradigma para o esporte brasileiro, tão pobre na maior parte das modalidades esportivas e sem qualquer organização mais sistemática.

Por outro lado, toda essa preocupação com os acontecimentos de Berlim permitia a publicação de numerosos artigos discutindo as funções que se destinavam aos esportes. Em um destes artigos, seu autor apresentava alguns dados acerca da realidade alemã, como o da existência, em 1935, de 7,5 milhões de jovens organizados em sociedades esportivas, com mais 3,5 milhões de não-organizados. Cita, ainda, o fato de todas as comunas possuírem, pelo menos, um campo de futebol. A seguir, apresenta algumas reflexões acerca da importância da atividade física. Em um dos trechos, afirma que:

“(...)O adestramento físico forma, em combinação com os novos conhecimentos sobre a saúde do povo, o ponto de partida para a formação de uma geração mais forte e melhor...Com isso, os exercícios físicos e o esporte conquistaram na Alemanha uma importância extraordinária.

(...)

Segundo as estatísticas de outros tempos, constatou-se que a juventude que se vinha formando na Alemanha, cerca de uma terça parte não satisfazia às exigências que devem ser feitas a um homem são e de capacidade produtiva integral (...).²⁰

Apesar de não ter sido possível determinar se este artigo foi escrito aqui ou na Alemanha, tendo, nesta condição, sido remetido por alguma agência de informação, ele é muito interessante. Tal reflexão cabia tanto na Alemanha quanto aqui, mas há uma diferença básica: a Alemanha já havia tido quase que resolvido a questão dos esportes junto à sua juventude, com resultados magníficos. Assim, a importância dos esportes encontrava-se na possibilidade de um novo homem ser constituído. E um homem que fosse capaz de desenvolver a sua “capacidade produtiva” de forma integral. Esta preocupação fez parte de inúmeros artigos de jornal, como estava presente em pessoas vinculadas à organização da educação brasileira, como as responsáveis pela formação dos futuros professores e técnicos de Educação Física. Parece claro que essa questão de “capacidade produtiva” estava ligada — direta e indiretamente — ao problema do trabalho; tanto no Brasil como na Alemanha. Ainda que, entre os germânicos, tratava-se de preparar corpos também para a guerra.

3 – Conclusão

A participação dos brasileiros em Berlim foi de muita importância, pois possibilitou que a ordem dos esportes no Brasil passasse por uma ampliação dos debates que já ocorriam. A leitura de desorganização e fragilidade esportiva do país contrastava com a ordem alemã, em todos os sentidos. De certa maneira, olhar para a

Alemanha nazista significava aprender que a organização esportiva era reflexo de uma organização nacional mais geral; a existência de uma garantiria também a existência da outra. E como o Brasil ficava nisso tudo? A resposta dos cronistas vinha com outra pergunta: um estrangeiro, olhando apenas para o desenvolvimento esportivo de uma nação, como deveria imaginar o resto do país? Evidentemente que a Alemanha não era o único modelo a ser apontado; também o esporte norte-americano tinha seus adeptos no Brasil, principalmente porque, nos EUA, a base esportiva dava-se através das escolas.

Os debates que ocorreram a partir da experiência de Berlim, como as imagens do esporte norte-americano, impulsionaram a concepção de que era preciso que as atividades físicas estivessem mais ligadas às questões nacionais.

Assim, quando os esportes no Brasil foram oficializados em 1941, não resta dúvida que a complicada participação das delegações olímpicas brasileiras em Berlim-1936, deixou uma forte herança. O discurso e a prática da ordem estavam presentes no imaginário dos legisladores brasileiros.

Referências Bibliográficas

- BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho - o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena. *Arautos do Liberalismo - Imprensa paulista- 1920-1945*, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LENK, Maria. *Braçadas & Abraços*. 2ª ed., Rio de Janeiro: s.c.p., 1986.
- LOYOLA, Hollanda. *Instrução moral e cívica*, Educação Física, nº 48, novembro de 1940.
- MAZZONI, Thomaz. *Aspectos e problemas do nosso futebol*, São Paulo: A Gazeta, 1939.

NEGREIROS, Plínio J. L. C. *A nação entra em campo, futebol nos anos 30 e 40*. Tese de Doutorado em História Social. PUC-SP, São Paulo, 1998.

Notas

- ¹ Nos anos 1930 e 1940, muito se produziu acerca da Educação Física. Inclusive, proporcionalmente, é possível que tenha sido o período em que mais se escreveu e se debateu essa área do conhecimento.
- ² *Instalou-se ontem o Conselho Nacional de Educação*, O Estado de São Paulo, 17/02/1937, p. 1. *O periódico diário O Estado de São Paulo, tradicional veículo de imprensa que circula até hoje, estava vinculado às elites paulistas. Tratava-se de um periódico não simpático ao governo Vargas. Uma análise desse periódico é encontrada em: Maria Helena CAPELATO Arautos do Liberalismo - Imprensa paulista- 1920-1945, São Paulo, Brasiliense, 1989.*
- ³ Esta escola foi a primeira de Educação Física com caráter civil.
- ⁴ Sobre a participação do selecionado brasileiro de futebol na Copa do Mundo da França, em 1938, veja: Plínio J. Labriola de C. NEGREIROS, *A nação entra em campo, futebol nos anos 30 e 40*. Tese de Doutorado em História Social. PUC-SP, São Paulo, 1998.
- ⁵ Observe-se sua fala: “De há tempos que vem se fazendo, nas esferas intelectuais uma campanha de ridículo contra o futebolismo em geral. Escritores, jornalistas e caricaturistas não perdem a oportunidade de levar, para a chacota, cenas e atitudes dos campeões ou simplesmente torcedores. E essa campanha vai obtendo êxito, não nas chamadas ‘elites’, o que seria naturalíssimo, senão entre a multidão. Não raro se ouvem proferir, nos campos de futebol, frases irônicas, escritas por intelectuais, que se mostram avessos ao ‘futebolmania’, de que enferma certa gente, metida a esportista (...)” J. R. PANTOJA, *A campanha do ridículo, O Estado de São Paulo*, 06/05/1936, p. 4. Assim,

verifica-se que J. R. Pantoja considerava ser muito natural que as “elites” paulistas demonstrassem e praticassem o seu desprezo pelo futebol; não se pode ter dúvida quanto à direção do desprestígio social para o qual o futebol caminhava. Como é interessante, por outro lado, um número grande de pessoas que conseguiam fazer seus argumentos serem escutados, mostrarem-se preocupadas em atacar o futebol. Aliás, nunca faltaram opositores a ele, fenômeno que vem desde a sua introdução no Brasil, em fins do século passado. Porém, a defesa que o cronista fez do futebol, logicamente, não incluía o contestado futebol profissional. J. R. PANTOJA, A campanha do ridículo, *O Estado de São Paulo*, 06/05/1936, p. 4.

⁶ Este trabalho de Mazzoni, publicado em 1939, é composto por artigos escritos na *Gazeta*, a maior parte a partir de 1936.

⁷ O crescimento do futebol, em termos mundiais, fez avançar a idéia de se disputar um campeonato mundial de seleções nacionais, mais amplo do que a disputa que já ocorria dentro dos Jogos Olímpicos. Em fins dos anos 20, a pretensão da FIFA era organizar uma disputa independente das Olimpíadas. Ficou acordado para 1930, no Uruguai, a realização da primeira Copa do Mundo. O Brasil foi convidado para participar dessa competição, porém, o seu desempenho foi aquém do esperado. O que ocorreu em 1930, com a essa primeira Copa do Mundo, ao menos para os torcedores, é que a seleção brasileira de futebol que foi disputá-la não representava plenamente o futebol do Brasil, já que os atletas de São Paulo não faziam parte dela. Em razão de muitas divergências entre dirigentes esportivos de São Paulo e do Rio de Janeiro, principalmente pela disputa na hegemonia da direção do futebol no Brasil, somente os jogadores do Rio de Janeiro foram a Montevideú. De fato, não se tratava de uma seleção que se poderia chamar de nacional, até porque a rivalidade entre cariocas e paulistas era forte em demasia para que os paulistas aceitassem aquela seleção enquanto representantes da nação. O quadro brasileiro não conseguiu fugir ao anunciado fracasso. Em Waldenyr CALDAS, *O Pontapé Inicial - Memória do Futebol Brasileiro (1894-1933)*, São Paulo, IBRASA, 1990, p. 191-200, encontramos uma detalhada análise das divergências entre

paulistas e cariocas acerca dessa participação do futebol brasileiro na Copa do Uruguai.

⁸ A presença dos esportistas do Brasil nos Jogos de Los Angeles de 1932, também não pode ser considerada exemplar. A delegação brasileira, com pouco apoio oficial, só conseguiu chegar aos EUA após vender café brasileiro pelos portos pelos quais passava. Todas as dificuldades imagináveis estiveram presentes, como a de não ter dinheiro suficiente para pagar a taxa pela utilização do Canal do Panamá, ou para pagar a taxa de desembarque no porto de Los Angeles, permitindo que apenas 24 dos 82 atletas a bordo pudessem desembarcar e competir naqueles Jogos Olímpicos. Esses acontecimentos são contados pela ex-nadadora brasileira Maria Lenk — a primeira mulher sul-americana a estar presente numa Olimpíada. Cf. Maria LENK, *Braçadas & Abraços*. 2ª ed., Rio de Janeiro, s.c.p., 1986.

⁹ A CBD e a Olimpíada de 1936, *O Estado de S. Paulo*, 03/03/1936, p. 13. Grifo nosso.

¹⁰ Intervenção Federal, *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1936, p. 9.

¹¹ Trégua, *O Estado de S. Paulo*, 17/03/1936, p. 7. Grifos nossos.

¹² Cf. O Sr. A. Guinle não aceitou a proposta da CBD, *O Estado de S. Paulo*, 03/04/1936, p. 11e 12.

¹³ J. R. PANTOJA, A “Intervenção Federal” Nos Esportes, *O Estado de S. Paulo*, 25/04/1936, p. 2.

¹⁴ Idem, A Velha Palinomia, *O Estado de S. Paulo*, 22/05/1936, p. 9.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ Num artigo comentando a proibição de jogos esportivos diurnos durante o verão, afirma Pantoja: “(...) Esperamos, isto sim, que as autoridades alheias ao meio esportivo nele intervissem para pôr cobro a uma série de anomalias, que se destacavam e se destacam principalmente no futebol, e essa esperança ainda mais se robusteceu com o advento do Departamento de Educação Física. Não importa que esse instituto especializado tenha tardado em fazer valer a sua autoridade (...)”. Cf.: J. R. PANTOJA, Intervenção necessária, *O Estado de São Paulo*, 12/01/1938, p. 8.

- ¹⁷ Sobre as Olimpíadas, *O Estado de S. Paulo*, 28/07/1936, p. 11.
- ¹⁸ Também os mexicanos estiveram em Berlim: "(...) O chefe da turma mexicana, general Hernandez, se manifestou do seguinte modo: 'O governo do presidente Lázaro Cardenas não retrocedeu ante o esforço e as despesas que representa o envio de uma preferida delegação mexicana aos Jogos Olímpicos de Berlim. Em primeiro lugar, devido ao desejo de fortificar deste modo as simpatias que o povo mexicano sente para com o povo alemão e em segundo lugar pelo convencimento de que fazer esportes é fortificar a raça, e fortificar a raça é fortificar a pátria (...) (também venho) observar as manifestações do esporte alemão e levá-las para o México, afim de organizar ali os esportes de acordo com o modelo germânico. Convencido de que o esporte é a base da disciplina, o presidente Cardenas criou o novo Ministério da Educação Pública (...)'. Cf.: Atividades preparatórias da XI Olimpíada, *O Estado de São Paulo*, 25/07/1936, p. 10. A postura do chefe da delegação do México também mostrava que os esforços para estarem presentes na Alemanha significava muito mais que participar de uma competição meramente esportiva. E, muito próximo às idéias do representante brasileiro, proferiu alguns elogios à organização esportiva e disciplinar alemã.
- ¹⁹ Exclusão de um delegado do COI, *O Estado de S. Paulo*, 31/07/1936, p. 10.
- ²⁰ O esporte alemão como meio de aperfeiçoamento da raça, *O Estado de S. Paulo*, 07/08/1936, p. 10.

Pesquisa, memória e documentação: notas sobre o Acervo Olímpico "Henrique Licht"

Silvana Vilodre Goellner

Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS

A complexidade do mundo contemporâneo, o crescente e rápido processo de individualização do sujeito urbano, o acelerado ritmo das modificações tecnológicas, a profusão de informações a interpelar homens e mulheres cotidianamente e mesmo a superficialidade com que, muitas vezes, essas informações são veiculadas tem diminuído o poder seletivo da memória, ou seja, a capacidade de eleição do que é ou não importante armazenar. Tal perda tem sido apontada, por profissionais que atuam no campo da informação, como um elemento a colaborar na estruturação de sociedades do esquecimento.

Para evitar o esquecimento, há que preservar a memória. Memória esta que representa a presença do passado no presente, pois refere-se a uma reconstrução psíquica e intelectual de um passado que nunca é só individual mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político, cultural e econômico. Recuperar a memória é, portanto, recuperar experiências individuais e coletivas, pois ainda que a memória seja guardada por um indivíduo e tem como referência suas experiências e vivências, essa memória está marcada pelo grupo social onde conviveu e se socializou. Assim sendo, esse caráter social constitui-se em um elemento essencial da formação de sua identidade, da percepção que tem de si mesmo e dos outros.

Recuperar a memória e preservá-la é uma das nossas intenções bem como possibilitar que essas memórias tornem-se fontes de

consulta e pesquisa para todos aqueles que por elas se interessarem. E assim se construam histórias a contar desse país e, mais especificamente, da construção e consolidação de seu campo esportivo. Desta forma, o propósito deste texto é apresentar o trabalho de preservação, catalogação e disponibilização de fontes históricas na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Centro de Memória do Esporte (CEME) foi implantado em dezembro de 1996, na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o objetivo de reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, educação física, lazer e dança no Brasil. Para tanto, são desenvolvidos projetos de pesquisa histórica, exposições, mostras fotográficas, oficinas, palestras entre outras.

Tornar um centro de memória em um espaço de pesquisa, visitação, produção e disseminação de conhecimento têm sido um grande desafio e sobre isso temos já algumas experiências acumuladas. Primeiramente é fundamental desmistificar a idéia de que um centro de memória (ou museu) seja um espaço onde se depositam velhas imagens, idéias, objetos e palavras. Ao contrário, nele reúnem-se vivas experiências que ajudam a entender o presente não no sentido de justificá-lo, mas de buscar várias possíveis respostas aos vários questionamentos que hoje podemos empreender. Entendemos, sobretudo, que a memória não nos aprisiona ao passado, mas conduz a indagar o presente. Por essa razão estruturamos nosso trabalho de forma a contemplar os seguintes desafios:

- a) Recuperar, preservar e divulgar a memória do esporte, educação física, lazer e dança no Brasil;
- b) Implementar a produção científica no campo da história do esporte e da Educação Física; c) Realizar exposições temporárias e itinerantes que tematizem a cultura corporal brasileira (esportes, dança, ginástica, etc);
- d) Possibilitar aos interessados (pesquisadores e simpatizantes) informações relacionadas à memória esportiva brasileira;
- e) Disponibilizar o acervo via recursos computacionais (home-page, internet, comutação de informações);
- f) Produzir material didático como livros e CD-Rooms a partir de pesquisas realizadas no acervo;

- g) Oferecer oficinas e exposições itinerantes que tematizem os esportes para escolas de 1º e 2º graus (públicas e privadas) bem como centros comunitários e associação de moradores de bairros de Porto Alegre e região.

O atual acervo do Centro de Memória do Esporte é bastante diversificado: conta com um número aproximado de 3500 obras documentais, ou seja, livros publicados antes de 1970; 80 coleções de periódicos nacionais e internacionais; 150 filmes (super 8 e vídeos), 30 fitas cassetes com depoimentos de pessoas com expressiva participação na área; 1200 fotografias referentes à história do esporte, lazer, dança e Educação Física no Rio Grande do Sul; diversos recortes de jornais; documentação referente à memória da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (livros de atas, relatórios, cadernos de frequência, etc.); aproximadamente 800 artefatos como, por exemplo, flâmulas, figurinos de dança, medalhas, equipamentos, materiais e uniformes esportivos.

É importante destacar que esse acervo não é recente. Começou a ser organizado em 1990, quando a Biblioteca da Escola de Educação Física catalogou todos as obras antigas, algumas raras, identificando-as pela coleção H “histórica”. A esse material foram acrescentados, mediante aquisição, 130 livros de dança pertencentes ao professor João Luiz Rolla, que durante anos manteve uma das mais importantes escolas de balett clássico na cidade de Porto Alegre. A partir de então, vários esforços foram feitos no sentido de arrecadação de “acervo histórico”. Além do material já existente na Biblioteca, o Centro de Memória do Esporte acrescentou livros, periódicos, fotografias, filmes e artefatos obtidos, fundamentalmente, através de doações que foram intensificadas no ano de 2000 quando lançamos uma campanha intitulada “Amigos do CEME”, título conferido aos doadores de acervo histórico. Destes acervos destacamos 5 coleções como muito importantes:

- Coleção Henrique Licht, que tematiza o esporte nacional e internacional;
- Coleção João Luis Rolla cujo acervo permite conhecer os primeiros passos da dança no Rio Grande do Sul;

- Coleção Frederico Guilherme Gaelzer e Coleção Lenea Gaelzer com temática centrada, fundamentalmente, no lazer e na recreação;
- Coleção Jacinto Targa que comporta obras documentais e bibliográficas nacionais e internacionais acerca da estruturação da Educação Física;
- Coleção Universidade – 63, que agrupa vários documentos originais, fotografias e alguns artefatos referentes aos Jogos Universitários Mundiais que aconteceram na cidade de Porto Alegre; Coleção ESEF, composta por documentos, fotografias, vídeos e materiais diversos que tematizam a história da Escola de Educação Física da UFRGS.

Ainda que sejam importantes todas as coleções é sobre a Coleção Henrique Licht que este texto se refere por reunir um acervo importantíssimo acerca dos esportes olímpicos e da participação brasileira neste evento de caráter internacional. Cabe ressaltar que esse acervo foi recentemente doado ao CEME num gesto não só de generosidade, mas também de confiança por parte do Dr. Licht visto que valorizou o trabalho que estamos realizando no que respeita a preservação, catalogação e disponibilização de fontes históricas.

Segundo o próprio Dr. Licht, a doação de seu acervo à ESEF acabou seguindo um caminho natural e afetivo dada a ligação que teve e tem com esta instituição. Na década de 50, ele ingressou no curso de Medicina da Educação Física e do Desporto, na UFRGS. Anos depois, foi professor substituto na ESEF e, quando foi criado o Centro Olímpico, em 1970, recebeu convite para ser o primeiro diretor. Mais tarde foi assessor de esportes mantendo vínculos, por vezes mais por vezes menos próximos com Escola. Colaborou, também, para sua decisão de doar este acervo para a UFRGS o fato de sua esposa e filhos terem, também, realizado sua formação acadêmica nesta Universidade.

Antes de me referir à importância da Coleção Henrique Licht, quero ressaltar a importância do minucioso trabalho de coleta e organização da coleção que o Dr. Licht realizou durante vários anos. Não há dúvidas de que estamos nos referindo a um garimpeiro de preciosidades, pois ao longo de mais de 30 anos vêm dedicando-se

à organização deste acervo que é repleto de memórias pessoais e coletivas, fragmentos agrupados ao longo de uma vida cuja preocupação com a preservação da memória mostra-se, hoje, ainda pulsantes.

O Dr. Licht não apenas reuniu uma coleção formidável e original como teve o esmero e o cuidado de organizá-la, catalogá-la, torná-la possível de ser conhecida por um sem número de pessoas. Sua preocupação com a preservação da memória não se limita aos prazeres do colecionismo que, muitas vezes, restringe a apenas poucos indivíduos o acesso às preciosidades reunidas. O Dr. Licht partilha seus tesouros: já organizou várias exposições no Rio Grande do Sul e no Brasil, emprestou seus materiais para outras pessoas e instituições organizarem mostras fotográficas e exposições, concedeu entrevista a jornalistas, escritores, pesquisadores, é referência bibliográfica de vários autores que têm abordado o tema do esporte e do lazer no Brasil, enfim, é uma referência nacional e internacional quando o tema é memória e história do esporte.

A paixão do Dr. Licht pelo esporte recorre a sua infância e a influência da sua família. Seu pai e seus tios foram ligados à prática do remo influenciando-o a praticar esse esporte já em 1936. Junto com essa paixão, iniciou-se, também, o desejo de guardar fragmentos da história desportiva mundial incentivado, fundamentalmente em 1950, quando participou como observador, pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, dos Jogos Olímpicos em Munique, na Alemanha. À medida que a coleção foi aumentando, nasceu também a vontade de tornar público as peças que estava reunindo: em 1986, apresentou uma proposta de criação de um museu do esporte ao governo do Estado. Não obteve resposta. Em 1998, uma nova tentativa foi feita com a Prefeitura de Porto Alegre. Mais uma vez, sem sucesso, o que não o impediu de montar várias exposições, disponibilizando aos interessados informações acerca do esporte nacional e internacional.

Como escritor publicou, em 1986, o livro "O remo através dos tempos", importante documento para quem se interessa por conhecer a estruturação não só desta modalidade esportiva, mas do próprio esporte no Brasil. Escreveu, também, uma monografia intitulada "O ciclismo no Rio Grande do Sul – 1869-1905" tornada livro a ser lançado em agosto pela Editora da Universidade em parceria com o Centro de Memória do Esporte. Resultado de uma

minuciosa investigação em jornais publicados no Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX, este trabalho permite conhecer os nomes de quem construiu essa modalidade esportiva neste Estado bem como as principais competições, os eventos comemorativos, os clubes e agremiações esportivas que incentivaram este esporte, os velódromos construídos na cidade de Porto Alegre, o entusiasmo de homens e mulheres que praticavam e assistiam as exhibições e os passeios ciclísticos que se alastraram por cidades outras além da capital.

Tendo citado alguns fragmentos da trajetória pessoal do Dr. Licht passo, de imediato, a mencionar seu acervo, situando-o como um importante acervo sobre os esportes olímpicos. A coleção é composta basicamente de material referente às Olimpíada Modernas, desde 1896 e a participação brasileira neste evento internacional. Destaca-se também a existência de peças relacionadas à história do esporte não olímpico em nível internacional, nacional e gaúcho.

Este acervo compreende 6.599 itens, incluindo fotos, vídeos, pôsteres, cartazes, medalhas, flâmulas, livros, jornais, selos, ingressos de competições, troféus e diversos artefatos. Na parte olímpica, podemos destacar como peças importantes não apenas 20 medalhas olímpicas, mas também, 394 cartões postais retratando uma variedade muito grande de jogos, 185 distintivos de diferentes modalidades esportivas e de diferentes países. O acervo conta também com 119 fitas VHS, 371 flâmulas, os mais diferentes ingressos de olimpíadas e de jogos de inverno e verão, 175 livros relativos à área olímpica, 15 medalhões e 30 moedas, 423 selos e uniformes de algumas modalidades esportivas e alguns mascotes olímpicos. Além disso, são mais de 2000 recortes de diferentes jornais tematizando os esportes olímpicos.

Uma das peças mais preciosas deste acervo é a primeira medalha olímpica do Brasil conquistada em 1920. Trata-se da medalha de bronze do atirador Dario Barbosa dos Jogos Olímpicos da Antuérpia, na Bélgica. Esta peça foi doada ao Dr. Licht pela sobrinha do atirador preservando, ainda, o estojo original. Além da medalha, foram doados os passaportes, a lista dos passageiros do navio que transportou a delegação brasileira e 20 fotografias, todas em perfeito estado e com dedicatórias. Outro destaque da coleção é o programa de uma olimpíada que não se realizou, ou seja, dos jogos

Olímpicos da Finlândia de 1940, suspensos em função de Segunda Guerra Mundial. Peça adquirida pelo filho do Dr. Licht em um antiquário na Finlândia.

Cabe ressaltar que o Dr. Licht recebeu, ao longo de vários anos, colaboração de várias pessoas que, conhecedoras de seu interesse pela memória esportiva, cederam-lhe vários materiais, documentos e peças. São mais de 40 colaboradores, merecendo destaque, pelo volume de materiais doados ao Dr. Licht, o Dr. Eduardo Henrique de Rose e sua esposa, a professora Regina de Rose e também João Havelange que, recentemente, enviou fitas de vídeo e a documentação olímpica referente às várias cidades candidatas a realização deste evento.

Para finalizar quero, ainda, referenciar como fundamental a preocupação com a preservação da memória, mais especificamente, a memória esportiva nacional. Quero, portanto, legitimar como imprescindível ao cenário cultural de uma Nação a existência e atuação de museus e centros de documentação. Preservar a memória para facilitar não só o conhecimento de sua História, mas a possibilidade de a partir de diferentes fontes da memória, imaginar histórias.

Com relação aos esportes olímpicos é unânime a afirmação de que configuram, hoje, um fenômeno cultural com grande abrangência e visibilidade no cenário mundial. São práticas regulares que desenvolvem-se no cotidiano das cidades modernas despertando interesse, mobilizando paixões, evocando sentimentos, criando representações de corpo e saúde, enfim, convocando nossa imediata participação.

Ainda que estas sejam práticas que adquiriram centralidade na vida moderna, há que referenciar que não são invenções do presente. Resultam de conceitos e práticas há muito estruturadas no pensamento ocidental cujos significados foram e são alterados não só no tempo, mas também no local onde aconteceram e acontecem. Em outras palavras, possuem história. História feita pela ação de diferentes homens e mulheres que a seu tempo realizaram ações que consolidaram estas práticas influenciando, de certa forma, o que hoje vivenciamos.

Uma perspectiva histórica sobre os Jogos Olímpicos: da pré-história dos Jogos a Barão de Coubertin e o ideal olímpico

Prof. André Luiz de Britto Teles Codea

Mestrando em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade
Castelo Branco – RJ e Professor Auxiliar da Universidade Estácio de
Sá

Profa. Janaina de Souza Marinho Teles Codea

Mestranda em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade
Castelo Branco – RJ, Professora Auxiliar da Universidade Estácio de
Sá e Psicóloga da Confederação Brasileira de Remo

Prof. Dr. Heron Beresford

Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho,
Professor Titular do Programa de Mestrado em Ciência da
Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco – RJ,
Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1 - Introdução

O objetivo deste artigo foi o de apresentar uma perspectiva histórica sobre a origem dos Jogos Olímpicos, tanto na época antiga quanto na moderna e da importância do Ideal Olímpico no contexto dos Jogos Olímpicos contemporâneos.

Toda a história dos Jogos Olímpicos pode ser esboçada em três épocas históricas distintas: uma época pré-histórica, que remonta às origens do povo grego e ao surgimento das cidades-estado; uma

época na antiguidade grega, na qual foram instituídos os Jogos Olímpicos; e a época moderna/contemporânea, na qual os Jogos Olímpicos foram reeditados e ampliados. Far-se-á neste texto uma breve exposição dessas épocas, buscando nos recursos históricos os elementos que se julga sejam mais importantes para o contexto desta exposição.

2 - A época pré-histórica

Para o perfeito entendimento dos fatos que culminaram nos Jogos Olímpicos, faz-se necessária uma retrospectiva histórica à época que antecedeu a oficialmente aceita data de 776 a.C. como a data de criação dos Jogos Antigos. Assim, podem-se listar os seguintes contextos, no que se pode chamar de “a época pré-histórica” (HMCAOG, 2002):

- Desde o século VIII a.C. faziam-se atividades físicas competitivas na Grécia Antiga. Vários achados arqueológicos sobre o antigo Egito e a Mesopotâmia trazem indícios da existência de atividades atléticas, por volta de 3000 a.C. até 1800 a.C.;
- Os minoanos cretenses, presentes no mar Aegeano (entre a Grécia e a Turquia), relatam desde o século XVI a.C., em evidências iconográficas, a existência de atividades atléticas, especialmente ligadas às atividades religiosas, como espetáculos sagrados ou ritos de iniciação;
- No período Grego Meceno (entre 1600 e 1100 a.C.), Jogos Atléticos fazem parte da cultura da região como componente fundamental das atividades religiosas e ritos de fertilidade, bem como de atividades funerárias;
- O período Homérico, de 8 séculos a.C., relatados nos poemas de Homero, a *Iliada* e a *Odisséia*, revelam, pela primeira vez de forma escrita, os Jogos Atléticos como forma de reverência funerária, além de outros fins.

Pode-se inferir, a partir destes relatos históricos, que as atividades físicas atléticas, seja com fins de atividade religiosa, ritos de

iniciação ou fertilidade, ou mesmo com fins funerários, eram uma constante no mundo Grego antigo. Em outras palavras, a Grécia Antiga era culturalmente afeta às atividades atléticas.

O surgimento das cidades-estado gregas, as polis — povoaamentos gregos fortemente defendidos, com uma fortaleza ao centro de seu território —, por volta do século VIII a.C. foi particularmente importante para a consolidação do atletismo como a atividade por excelência para a manutenção do bem-estar corporal e para o alcance da meta do ideal grego de excelência, chamado de **arete**. Este ideal grego estava associado à força e à graça, à honra e à disciplina que davam ao homem a fama e as benesses obtidas com a vitória que decorria de seu esforço próprio e de sua força de vontade.

Neste momento, se faz presente o caráter pan-helênico, que conseguia “[...] unir periodicamente cidadãos afastados entre si não só pela distância mas pelas mais profundas divergências de ordem social, política e histórica” (GIORDANI, 2001, p. 259). Uma das cidades que se destaca neste contexto é a cidade de Olímpia, na Grécia Continental.

Olímpia

A cidade de Olímpia surgiu em um belo vale situado na região de Élis, a oeste do Peloponeso, entre o monte Kronos e a confluência de dois rios da região: Alpheios e Kladios (HAO, 2002), aparentemente tendo sido colonizada por volta do 3º milênio a.C.. Inicialmente tido como um local sagrado dedicado a Geia (Terra), esposa do Deus Ourano (Céu), foi, de acordo com uma série de mitos locais, definitivamente associado a Zeus, o Rei dos Deuses Gregos (HAO, 2002; TOGAHW, 2002; OLYMPIA, 2002).

Um desses mitos diz que Olímpia foi um Santuário associado a Zeus, devido a este ter vencido Kronos, um dos filhos de Ourano e Geia (assim como foi Zeus), depois que Kronos depôs seu pai para reinar como o soberano máximo dos Deuses.

Em outra história mítica, Hércules (um dos cinco irmãos de Creta, os Kouretes), ao chegar com seus irmãos a Olímpia, instituiu corridas entre estes e presenteou aos vencedores uma coroa de ramos

de oliveira selvagem, árvore bastante presente na região. Hércules então teria chamado estes jogos de Olímpicos, e que deveriam ser disputados a cada cinco anos (por serem cinco irmãos, incluindo-o). Outra história diz que Zeus lutou com Kronos em Olímpia, vencendo-o, e estabeleceu assim os Jogos Olímpicos em homenagem a sua vitória.

Uma história interessante citada em alguns textos consultados diz respeito ao mito de Pélope, que deu o nome a Peloponeso ("ilha de Pélope"). Pélope era um príncipe da Lydia, região na Ásia menor, que pediu a mão de Hippodamia, filha do rei Onomaos, de Pisa, cidade vizinha a Olímpia. Este rei havia instituído que aquele que quisesse a filha como mulher teria que vencê-lo em uma corrida de charretes, tendo como consequência de sua derrota a morte (ele havia sido avisado pelo oráculo de Delfos que quando sua filha casasse, ele perderia a vida). Ao contrário dos doze pretendentes anteriores, que foram mortos ao perder, Pélope fez uma armadilha na carroça de Onomaos, fazendo esta quebrar e ocasionando a morte do Rei. Assim, Pélope proclamou-se marido de Hippodamia, e instituiu os Jogos Olímpicos para celebrar sua vitória. Em outra versão desta história, os Jogos teriam sido instituídos como parte do funeral de Onomaos.

Mais uma versão mítica faz constar que Hércules, ao realizar seu quinto (ou sexto) trabalho, propôs limpar os estábulos do rei Augeas, de Elis, que tinham péssimo cheiro por conta do esterco que o cobria, produzido por seu rebanho. Augeas concordou, e Hércules desviou o fluxo de água dos rios Alpheios e Kladios para realizar seu trabalho. Augeas, no entanto, não cumpriu sua parte no trato (o pagamento de Hércules com um décimo de seu rebanho), e este, ao retornar de seus trabalhos, iniciou uma guerra contra Augeas, saqueando Elis e, ao proclamar sua vitória, dedicou-a a Zeus, seu pai.

Não obstante as histórias míticas e sua importância na tradição da cultura grega e de toda a cultura ocidental, uma linha de pensamento busca atribuir aos achados arqueológicos a factual história de Olímpia e dos Jogos Olímpicos. Sugere-se que Olímpia era um local de cultos da elite de Poliponeso, por volta do século X a.C., em uma sociedade que primava pela vida agropastoril. No século VIII a.C., o local foi expandido para abranger um número maior de

ciudades-estado gregas. O povo que originalmente colonizou Olímpia parece ter sido o Mecena, mas Olímpia ficou inabitada várias vezes no decurso histórico. De qualquer forma, parece evidente que durante a ocupação mecena o lugar tinha conotação religiosa, particularmente (mas não unicamente) voltado para o culto de Zeus.

3 - A época antiga

Como já mencionado anteriormente, a época que é referida como a dos primeiros Jogos Olímpicos da era antiga é o ano de 776 a.C., e o local — Olímpia — era o principal centro de manifestações religiosas e atléticas da época. Tendo como centro o Templo de Zeus, sobre o Monte Olimpo (mitologicamente o monte de morada dos Deuses), numerosas construções e estádios faziam parte do centro religioso.

As Olimpíadas ou Jogos Olímpicos eram os mais importantes, porém não os únicos jogos praticados pelos gregos, chamados de festivais pan-helênicos. Os Jogos Píticos, realizados no santuário de Apolo em Delfos, comemoravam a vitória de Apolo sobre a serpente Pitão, sendo realizados de quatro em quatro anos e, além da celebração atlética, tinham uma profunda conotação artística, em que faziam parte dos jogos a música, liras, flautas e performances dramáticas. Seus vencedores ganhavam uma coroa de louros. Os Jogos Ístmicos tinham lugar no santuário de Poseidon, em Isthmia, em homenagem ao herói Melikertes, substituído por Posídon (GIORDANI, op. cit., p. 259). Controlados pelos Corintos, estes jogos incluíam os jogos atléticos e competições dramáticas e musicais. Seus vencedores ganhavam uma coroa de pinheiro, e o último colocado, uma coroa de aipo selvagem. Os Jogos Nemeus tinham lugar no santuário de Zeus, em Neméia, e eram realizados em homenagem a héracles. Controlada inicialmente pela cidade-estado de Kleonai, posteriormente passou a ser controlada por Argos. Os vencedores ganhavam uma coroa de aipo selvagem. Os Jogos Ístmicos e Nemeus tinham periodicidade de 2 anos. A tabela 1, apresentada a seguir, mostra a relação temporal entre os Jogos.

Relação temporal entre os Jogos	
Ano	Festival
568 aC	Jogos Olímpicos
567 aC	Jogos Ístmicos e Nemeus*
566 aC	Jogos Pítios
565 aC	Jogos Ístmicos e Nemeus*
564 aC	Jogos Olímpicos

Os Jogos Olímpicos

Os Jogos Olímpicos eram os que possuíam a maior popularidade e atraíam Gregos de todas as partes. Estes Jogos tinham periodicidade de 4 anos, e eram controlados pela cidade-estado de Elis, distante 5 quilômetros de Olímpia, atualmente chamada de Amaliada. Seus vencedores recebiam uma coroa de oliveiras, uma grande honra extensível a sua família e cidade, que simbolizava para si vários ganhos materiais, como alimentação para toda sua vida e de seus familiares, isenção de impostos, dinheiro, posições de liderança em sua comunidade, ganhos estes que variavam de uma cidade para outra. Além disso, o vencedor era imortalizado em canções e estátuas eram feitas em sua homenagem.

Somente podiam participar dos Jogos Olímpicos gregos não-escravos, do sexo masculino — às mulheres restava os Jogos Heranos, em homenagem a Hera, mulher de Zeus, jogos estes que tinham importância simbólica menor em relação aos praticados pelos homens — e em pleno gozo de seus direitos de cidadão, ou seja, que não tivessem cometido assassinato ou heresia.

Apesar de os Jogos Olímpicos terem seu início oficial em 776 a.C., várias fontes arqueológicas relatam seu aparecimento por volta do século 10 a 12 a.C.. De qualquer forma, neste momento, ou seja, na 1ª Olimpíada da era antiga, somente havia uma prova disputada: a corrida de 192,25 metros, vencida pelo primeiro atleta (do gr. antigo *athlos*, uma prova, disputa) (ASPAOG, 2002) registrado, o primeiro campeão olímpico, o cozinheiro Coroebus de Elis.

Os jogos aconteciam no verão grego, no mês “metagitnion”, o equivalente ao período do calendário atual da segunda quinzena de agosto à primeira quinzena de setembro (DEZOTTI e OLIVEIRA, 2000). Em outra versão, HMCAOC (2002), revela que o período correspondia à metade do atual mês de julho, aproximadamen-

te entre os dias 11 e 16, sendo que GIORDANI (op. cit., p. 259) ressalta o período entre o fim de julho e o início de setembro. A partir de 776 a.C., ficou estipulado que os Jogos teriam periodicidade quadrienal, período este chamado a partir de então de Olimpíada. Os Jogos duraram aproximadamente 12 séculos, até 393 d.C., quando foram abolidos pelo Imperador Bizantino Cristão Teodoro I, por considerá-lo um jogo pagão.

Durante o período de sua duração, várias modalidades foram incorporadas aos Jogos, conforme o que mostra a tabela 2, apresentada a seguir.

Tabela 2 – modalidades olímpicas antigas, incorporadas durante a existência dos Jogos		
Olimpíada	Data	Modalidade
1 ^a	776 aC	Stadion (corrida de percurso único, 192,25 m)
14 ^a	724 aC	Diaulos (corrida de percurso duplo, 400 m)
15 ^a	720 aC	Dolichos (corrida de percurso longo, 2000 m)
18 ^a	708 aC	Pentathlo (disco, dardo, salto, corrida e Luta Livre)
23 ^a	688 aC	Boxe
25 ^a	680 aC	Tethrippon (corrida de charretes com quatro cavalos)
33 ^a	648 aC	Corrida de cavalos e Pankration (Boxe e Luta Livre)
37 ^a	632 aC	Corrida a pé e luta livre para jovens
38 ^a	628 aC	Pentathlo para jovens
41 ^a	616 aC	Boxe para jovens
65 ^a	520 aC	Corrida com armadura
70 ^a	500 aC	Apene (corrida em carroça de mulas)
93 ^a	408 aC	Corrida de charretes com dois cavalos
96 ^a	396 aC	Competições para anunciadores e trombeteiros
99 ^a	384 aC	Corridas de charretes com quatro cavalos de um ano
128 ^a	268 aC	Corridas de charretes com dois cavalos de um ano
131 ^a	256 aC	Corridas de cavalos com um ano de idade
145 ^a	200 aC	Pankration para jovens

Mais do que apenas uma festividade, os Jogos Olímpicos tinham uma enorme importância política, por vários fatores. Primeiro, porque o período dos Jogos representava um momento de trégua nas constantes guerras entre as cidades-estado gregas, trégua esta que foi instituída pela cidade de Elis para evitar incursões inimigas durante o período dos Jogos, e cuja quebra significava punições várias para quem o fizesse. Era considerado um sacrilégio penetrar com armas na Élide. Segundo, porque era uma ocasião impar

para os comandos das cidades-estado se reunirem e formarem alianças políticas e militares, comemorarem vitórias e discutissem questões políticas. Terceiro, porque existiam interesses em controlar os Jogos Olímpicos, especialmente pelas cidades de Elis e Pisa, distante apenas 5 quilômetros de Olímpia. Este controle dava vantagens econômicas, prestígio e enorme influência política à cidade que o controlava. E quarto, porque as Olimpíadas auxiliaram enormemente à formação de uma identidade nacional grega, especialmente após o início do período de dominação romana.

Apesar do ideal grego de excelência e honra, o já mencionado **arete**, existiam aqueles que tentavam burlar ou trapacear para ganhar. Para estes, além de sua eliminação das competições, o que constituía uma grande desonra, era reservada uma recordação amarga: estátuas de bronze com a efígie de Zeus eram cunhadas, nelas eram postos os nomes dos Farsantes, e eram colocadas na estrada que levava ao Estádio. Todos os atletas que por ali passavam, viam os nomes, juntamente com mensagens lembrando sobre o espírito olímpico, e que suas vitórias deveriam ocorrer por suas habilidades somente.

No século 2 d.C., os romanos passaram a participar dos Jogos, por conta da expansão de seu império, dando assim o primeiro caráter internacional aos Jogos Olímpicos, caráter este somente resgatado por ocasião da reedição dos Jogos Olímpicos, na era moderna.

4 - A época moderna/contemporânea

Com o restabelecimento da Grécia como Estado no séc. XIX d.C., procurou-se resgatar os Jogos Olímpicos, e sua principal tentativa foi realizada pelos Jogos Olímpicos Zappianos, idealizada pelo milionário grego Evangelos Zappas, que propôs os Jogos ao governo Grego.

Aceita a idéia, foi organizado em Atenas os Jogos Olímpicos de 1859, muito na base do improviso, sem muitos atletas, mas com a participação de muitos trabalhadores, todos cidadãos gregos, como nos Jogos Antigos. Em 1870, foi reeditado com maior profissionalismo e sucesso, fazendo muito sucesso. Em 1875, houve a terceira edição

dos Jogos e, finalmente, em 1889, a quarta e última edição, dando lugar ao que, posteriormente, viriam a ser os considerados Jogos Olímpicos da era moderna, com participação internacional.

Coubertin e os Jogos Olímpicos Modernos

O pensador e educador Francês, Charles Freddy Pierre, posteriormente chamado de Barão de Coubertin, juntamente com o Grego Dimitrios Vikelas foram os responsáveis pelo ressurgimento dos Jogos Olímpicos em nível internacional (HMCAOC, 2002). De Dimitrios surgiu a proposta de reedição dos Jogos Olímpicos perante a Associação Atlética presente na Conferência Internacional Atlética realizada em Sorbonne, na França, tendo sido aceita unanimemente pelos delegados (79, de 13 países). O precursor do atual Comitê Olímpico Internacional foi então criado, em junho de 1894, por Coubertin, com o apoio do norte-americano William Sloane e inglês Charles Herbert, e na presença de representantes de 15 países. Vikelas foi nomeado presidente do Comitê Olímpico Internacional, sendo Coubertin o secretário geral. Após as Olimpíadas, Coubertin passou a ser seu presidente até sua morte, 29 anos depois. Até hoje, este organismo controla todo o mundo olímpico.

A famosa frase de Coubertin, “o importante não é vencer, mas competir”, que era por ele repetida constantemente, teve sua origem em um bispo norte-americano, do qual Coubertin escutara a frase. De qualquer forma, o lema olímpico tinha direta relação com a missão de Coubertin, que havia sido incumbido pelo governo Francês da época de comandar uma reforma no ensino. Neste sentido, ele “[...] vislumbrou o globo como um grande pátio de colégio, com as ‘classes-países’ se reunindo regularmente para medir forças e habilidades. A idéia surgiu depois que ele conheceu o trabalho do educador inglês Thomas Arnold, que defendia a prática sistemática de esportes como forma de melhorar o rendimento escolar e estimular o espírito de equipe entre crianças e adolescentes” (NOVA ESCOLA, 2000).

Outros objetivos de Coubertin ao reativar os Jogos Olímpicos em nível internacional eram o de fazer com que o esporte não se degradasse e até “morresse” em função do forte rumo comercial

que o mesmo estava tomando; e, além disso, ele estava fascinado com a trégua grega das guerras feitas durante os Jogos Antigos, e queria aplicar este princípio com o objetivo de tentar impedir novas guerras, especialmente na Europa. Sua inspiração tinham sido as recém-descobertas ruínas de Olímpia, cuja escavação foi iniciada pelo alemão J. J. Wincklemann, em 1870, e concluída por arqueologistas britânicos em 1875 (ISTOÉ OLIMPÍADAS, 2002).

De acordo com Coubertin, para fugir desta tendência que colocava os interesses de lucro financeiro acima da bravura e da honra pela vitória, se tornava necessário “[...] criar competições em intervalos periódicos regulares que representasse todos os países e todos os esportes que pudessem ser convidados sob a égide da mesma autoridade, o qual fosse transmitir a todos a auréola do esplendor e glória, que é o patrocínio da antiguidade clássica. Fazer isto seria reviver os Jogos Olímpicos: o nome se impõe a si mesmo: Não seria possível mesmo achar outro” (EDGATE, 2002). Por outro lado, Coubertin estava interessado em utilizar os esportes como meio de promoção de saúde e valores para a juventude, e celebrar a competição de talentos individuais.

Tanto assim é, que a mais famosa citação olímpica, “a crença olímpica”, de autoria de Coubertin, é sempre lembrada a cada Olimpíada: “A coisa mais importante nos Jogos Olímpicos não é vencer mas fazer parte, assim como a coisa mais importante na vida não é o triunfo, mas o esforço. A coisa essencial não é ter conquistado, mas ter disputado bem” (EDGATE, 2002).

A idéia de Coubertin, em 1894, era realizar os I Jogos Olímpicos da Era Moderna em Paris, em 1900. Porém, devido ao entusiasmo demonstrado pelo príncipe Constantino da Grécia, com a anuência do rei George I da Grécia, e com o “patrocínio” do milionário grego Georgius Averoff, indicado por Vikelas (já que o recém-criado estado grego estava em crise financeira), as Olimpíadas foram realizadas em 1896, na Grécia.

Assim, foi realizado em no estádio Panatenaico, em Atenas, Grécia (figura 4), a 1ª Olimpíada da Era Moderna, em 6 de abril de 1896, que teve a participação de 311 (algumas fontes citam 285 ou 293) atletas de 13 países competindo em 43 eventos, em nove diferentes modalidades: atletismo, ciclismo, luta, esgrima (única que admitia profissionais na época), ginástica, halterofilismo (levantamento de peso), natação, tiro e tênis — o remo não foi dispu-

tado por falta de condições climáticas (DEUTSCHE WELLE BRASIL, 2000; JORNAL DO BRASIL ON-LINE, 2002).

5 – Conclusão

A história dos Jogos Olímpicos, que se confunde com a história do povo grego — cuja linguagem e ideologia estão profundamente entranhados na linguagem e ideologia dos povos ocidentais, incluindo por consequência o Brasil —, inobstante estar marcada pela mitologia, e também por isto mesmo, trouxe importantes contribuições para o esporte de uma forma geral, especialmente pela contribuição de Coubertin e todos aqueles que o auxiliaram.

É público e notório que o ideal olímpico de Coubertin nunca chegou a ser aplicado na prática (o que traduz uma certa obviedade, já que é um ideal e, portanto, nunca pode ser alcançado). A não-realização das Olimpíadas durante a primeira e segunda guerras mundiais, a recusa do ditador alemão Adolf Hitler em reconhecer as vitórias do corredor negro norte-americano Jesse Owens, a não-participação de União Soviética e Estados Unidos nas Olimpíadas realizadas no país adversário durante a guerra fria, a intensa comercialização do evento com a consequente mercantilização de tudo o que o envolve, a intensa utilização de doping por atletas, entre outros fatores, corroboram esse pensamento.

No entanto, todo esse ideal olímpico, essencialmente traduzido pela crença olímpica, anteriormente citada, pode e deve ser passado como princípio educativo no âmbito esportivo escolar, auxiliando a formação de uma cultura para a paz, bem como de uma ideologia menos voltada para o “vencer a qualquer custo e a qualquer preço”, que induz à formação de um caráter nas crianças e jovens de que somente pela competição agressiva — e não pela composição de forças, ou seja, pela cooperação mútua — se pode obter conquistas, seja no campo do esporte, seja na vida. É imperioso que o ideal grego de excelência e força — o arete — seja relativizado às necessidades contemporâneas, e aplicado na vida do homem, de modo a conduzir sua moral e sua conduta para o bem comum da humanidade.

Referências Bibliográficas

- ASPAOG - AUSTRALIAN SPORTS COMISSION ON THE ANCIENT OLYMPIC GAMES. *History of the Ancient Olympics*. Disponível em: <<http://www.ausport.gov.au/info/Factsheets/anc.html>> , acesso em 19/05/2002.
- BELL, Richard. *A modern perspective of the ancient Olympic events*. The Sport Journal, Nova York (USA), vol. 4, n°. 1, 2001.
- BURGIERMAN, Denis Russo. Era uma vez em Olímpia. *Revista Superinteressante*. São Paulo, ano XIV, nº 9, p. 96-101, 2000.
- COUBERTIN, Pierre de. *The Olympic Games of 1986 – Introduction*. Disponível em: <<http://www.forthnet.gr/olympics/athens1896/coubertin.html>> , acesso em 25/02/2002.
- DEUTSCHE WELLE BRASIL. *1896: Jogos Olímpicos da Era Moderna*. Edição em 06/04/2000. Disponível em: <<http://www.dwelle.de/portuguese-brazilian/calendario/20000406/texto.html>> , acesso em 02/06/2002.
- Die Geschichte der Olympischen Spiele Athen 1896*. Disponível em: <<http://www.ndr.de/sydney2000/history/1896/>> , acesso em 02/06/2002.
- EDGATE. *Olympic Spirit – Baron Pierre de Coubertin*. Disponível em: <http://www.edgate.com/summergames/inactive/olympic_spirit/baron_pierre.html> , acesso em 25/05/2002.
- FORTHNET. *Dimitrios Vikelas*. Disponível em: <<http://www.forthnet.gr/olympics/athens1896/pictures/docs/vikelas.html>> , acesso em 25/05/2002.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História da Grécia*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HAO – History of Ancient Olympia. Disponível em: <<http://www.olympia.gr/main-e.htm>> , acesso em 19/05/2002.
- HMCAOG - Hellenic Ministry of Culture on the Ancient Olympic Games. ***The Olympic Games***. Disponível em: <<http://www.culture.gr/2/21/211/21107a/og/games.html>> , acesso em 19/05/2002.

ISTOÉ OLIMPIADAS. *Jogos: História – Barão de Coubertin*. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/olimpiadas/jogos/historia_3.htm>, acesso em 02/06/2002.

JORNAL DO BRASIL ON-LINE. *ATENAS – 1896 - Os primeiros jogos da Era Moderna*. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/olimpiadas/olim1896.html>>, acesso em 02/06/2002.

----- . *Os Jogos de Olímpia*. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/olimpiadas/historia.html>>, acesso em 02/06/2002.

MICROSOFT ENCARTA ONLINE ENCICLOPEDIA. *Ancient Olympic Games*. Disponível em: <<http://encarta.msn.com/find/Concise.asp?z=1&pg=2&ti=761576089>>, acesso em 19/05/2002.

NOVA ESCOLA. *Ideais Esportivos ou Disputa Olímpica?* Revista Nova Escola, São Paulo, n. 129, jan./fev. 2000.

OLYMPIA – *Honoring and celebrating the civilization*. Disponível em: <http://www.sikyon.com/Olympia/olympia_eg.html>, acesso em 19/05/2002.

OLYMPIAKA. *Share the Spirit – 1896 Athens, Greece Summer Olympic Games*. Disponível em: <<http://www.olympiaka.com/history/summer/1896Athens/>>, acesso em 25/05/2002.

UPMAAAOG – UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA MUSEUM OF ARCHAEOLOGY AND ANTHROPOLOGY ON THE ANCIENT OLYMPIC GAMES. *The Real story of the Ancient Olympic Games*. Disponível em: <<http://www.upenn.edu/museum/Olympics/olympicintro.html>>, acesso em 19/05/2002.

VM – Virtual Museum. *The Olympic Games in a Ancient Hellenic World*. Disponível em: <<http://minbar.cs.dartmouth.edu/greecom/olympics/home.php>>, acesso em 19/05/2002.

História das mulheres nos Jogos Olímpicos modernos

Prof. Ms. Fablano Pries Deivid¹

1 – Introdução

Os Jogos Olímpicos modernos contém significados e mensagens culturais importantes para as mulheres atletas e para aquelas que pretendem expandir o seu envolvimento no olimpismo. Este evento possui um significado simbólico, que permite evocar, refletir e exprimir um contexto sócio-cultural envolto no atletismo e nas questões de gênero experimentadas pelas mulheres. Torna-se um espaço privilegiado para difundir as conquistas femininas no esporte, que tende a constituir uma força positiva na emancipação da mulher em sociedade.

A categoria de gênero pode ser vista como aspecto modelar na experiência das mulheres com o esporte de alto-rendimento e os Jogos Olímpicos propiciam lentes para expor cada mensagem que representa a reserva masculina existente no maior evento esportivo do planeta (Borish, 1996), que desde sua re-inauguração, em 1896, vem se constituindo num fórum destinado a enaltecer a força, a coragem e a masculinidade, através da ação corporal atlética competitiva.

Neste ensaio, abordo a história e as barreiras transpostas pelas mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos, que possibilita divulgar globalmente imagens de mulheres ativas, aptas e fortes, que tendem a ser interpretadas e incorporadas no cotidiano da humanidade, contribuindo para uma mudança gradativa das representações sobre a mulher atleta.

Apesar do aumento da participação de mulheres nos Jogos Olímpicos e do número de modalidades olímpicas destinadas a elas estarem em quase equidade com os homens, ainda estão sujeitas

às instituições que regulam o esporte feminino e sua participação. As limitações à participação feminina nos Jogos sugerem uma complexa conexão entre o seu corpo e a identidade socialmente construída sobre ela, sob as bases da ordem de gênero.

2 - A Restauração dos Jogos Olímpicos e as idéias do Barão Pierre de Coubertin

Na segunda metade do século XIX, o cenário europeu mostrava um crescente número de ativistas feministas francesas, que desempenharam um importante papel, denunciando a sua posição social inferior que permanecia da mesma forma após a Revolução Francesa, o que contribuiu para a reivindicação de seus direitos².

A 23 de junho de 1894, sob a liderança do francês Pierre de Fredy, que passou à História sob o título nobiliárquico de Barão Pierre de Coubertin, ocorreu um congresso na Universidade de Sorbonne, em Paris, quando ele apresentou a proposta de renovação dos Jogos Olímpicos³ a delegados de doze países. Durante este evento, em que nenhuma mulher tomou parte nas discussões, não houve nenhuma menção sobre a presença de competições femininas nos Jogos Olímpicos Modernos, que seriam re-inaugurados em 1896, em Atenas. Ninguém imaginaria que um dia, uma mulher pudesse tomar parte como uma atleta ou uma oficial no interior dos Jogos.

Coubertin concebia, sob as bases do amadorismo, a competição e o esporte parceiros na educação do homem, com fins formativos, de aperfeiçoamento da personalidade e enobrecimento (Jernigan, 1980); não concordava que as mulheres tomassem parte nos Jogos, exceto como espectadoras; e tentou, pelo tempo em que esteve na presidência do C.O.I., desencorajar e manter os esportes femininos fora dos Jogos Olímpicos, apesar de sofrer resistências por outros membros do Comitê, que defendiam o direito das mulheres de participar (Lucas, 1992).

Com uma visão de seu tempo, em que a América e a Europa estavam ingressando na Revolução Industrial; o esporte feminino não tinha visibilidade até a I Guerra Mundial; a Inglaterra vivia sob a moralidade vitoriana, na qual prevalecia a imagem da mulher

frágil, dependente da proteção do homem em todas as esferas; e o desejo pelos direitos legais das mulheres não alcançava a ação; Coubertin corroborava da crença de que as leis da natureza geraram a mulher para responsabilidades reprodutivas, ao invés de intelectuais e físicas.

Achava que os Jogos Olímpicos Modernos deveriam seguir os moldes dos Jogos Olímpicos Antigos, em que às mulheres era permitido somente assistir e aplaudir os vencedores (Lekarska, 1990). Para o Barão, ou se fechavam ou se abriam as portas às mulheres. Em artigo publicado na Revista Olímpica, de julho de 1912, Coubertin defende a manutenção dos rituais dos Jogos Antigos:

“É possível oferecer às mulheres acesso a todas as competições? Não? Então por que permitir o acesso a algumas e excluí-las de outras? E sobretudo, com quais critérios estabeleceremos as competições de livre acesso e as de acesso restringido? Não só há tenistas e nadadoras. Também há amazonas, praticantes de esgrima e na América inclusive remadoras. No futuro pode ser que haja corredoras e até jogadoras de futebol. Seriam estes os esportes, praticados por mulheres, um espetáculo edificante para as multidões que presenciavam os Jogos Olímpicos?” (apud Lyberg, 2000, p. 47)

A Coubertin interessava providenciar um festival atlético para os homens. Vislumbrava, no desenvolvimento do corpo atlético, uma parte do processo educacional do homem da classe superior, que pudesse se tornar líder de nações, pois, para ele, quando se falava do futuro do mundo, apenas os homens de educação sólida poderiam ser candidatos à liderança (DeFrantz, s.d.).

Para Welch e Costa (1994), as relações de poder procuraram manter a superioridade masculina na arena esportiva pública da competição olímpica. Na concepção do Barão, os Jogos serviam para coroar a masculinidade, através da prática atlética, incompatível com a natureza feminina. Local onde a esfera competitiva imperava; a força, a virilidade e a coragem construíam o corpo dos homens e um ideal de masculinidade, através da ação atlética, que preservava o poder dos significados dos Jogos e a celebração pública da força masculina (Borish, 1996).

Os recém inaugurados Jogos Olímpicos Modernos eram, no pensamento de Coubertin, uma forma de difundir a cultura física baseada no cavalheirismo, tendo o internacionalismo como a base, o *fair play* como traço significativo, a arte como marco, e o aplauso das mulheres como recompensa (DeFrantz, 1999), com seus princípios ancorados na expressão latina *citius, altius, fortius*.

Para Coubertin, as atividades atléticas faziam as mulheres parecerem indecentes e grotescas. Com base na concepção de fragilidade feminina, o Barão resistia à inclusão delas nos Jogos, argumentando que poderiam se machucar e masculinizar através da prática física competitiva; além de se embasar em pressupostos médicos da época, que preconizavam que a atividade física poderia comprometer funções maternas (Rail 1990; Corbet, 1997).

Entretanto, as idéias de Pierre de Coubertin acerca do esporte feminino precisam ser avaliadas de forma sincrônica e contextualizada à época em que este personagem da história do Olimpismo exerceu grande influência na direção do C.O.I.. Boulogne (2000), afirma que este tema vem sendo deturpado, devido ao desconhecimento da obra do Barão, ao ativismo das feministas e grupos políticos radicais, e ao atraso da historiografia olímpica nos bancos das universidades. Isto tem desencadeado, segundo o autor, a difusão de temas polêmicos, nos quais erros e citações do Barão, usadas fora de seu contexto histórico e cultural contribuam para uma "(...) maliciosa dedução, baseada na oposição de Coubertin à participação das mulheres no programa olímpico (...) os difamadores de sua obra chegam à conclusão imóvel de que Coubertin foi um adversário do esporte feminino e o tacham inclusive de misógino impertinente" (p. 23).

Uma visita às idéias de Coubertin, presentes na Revista Olímpica e especialmente em "Textos Escolhidos", publicado pelo C.O.I. em 1986, constitui uma obra de referência, que demonstra que o Barão reconhecia o direito das mulheres a uma educação esportiva, inclusive à competição entre elas, porém, fora da vista do público masculino, por questões de raízes mais antropológicas e culturais do que fisiológicas. Coubertin faz comentários sobre a prática do remo, do boxe e um esporte de equipe para meninas, num artigo publicado na Revista Olímpica, em 1913. Em seus textos, também fica clara a evolução de suas reflexões entre fins do século XIX e meados da década de 1920, quando deixou a presidência do

C.O.I., período no qual presenciou as mudanças nas relações da mulher com o seu corpo e com a sociedade e, apesar de sua desaprovação, também a lenta e combativa inserção feminina nos Jogos Olímpicos Modernos.

3 - A luta pela participação feminina nos Jogos Olímpicos Modernos: 1896-1917

Tarasouleas (1997), com base em documentos, afirma ser irrefutável o fato de que uma mulher, grega, apesar da falta de apoio e da desaprovação do Comitê Organizador dos I Jogos Olímpicos da Era Moderna, em 1896, correu a maratona separadamente dos homens. Seu esforço não foi reconhecido internacionalmente, mas a partir daquele momento, as mulheres estavam ingressando gradualmente nos Jogos, por meio de lutas contra os valores da época.

Nos seus primeiros anos de desenvolvimento, as lacunas na organização e a falta de coesão na estrutura do C.O.I. no controle do programa dos Jogos, permitiram a reunião de eventos, entre os quais alguns destinados às mulheres (Welch, Costa, 1994). Em 1900, Paris; e 1904, Saint Louis; a seleção das modalidades e provas foi delegada aos comitês organizadores, que permitiram eventos de golfe e tênis feminino em 1900, e a exibição do arco e flecha feminino, em 1904.

Nos III Jogos Olímpicos, em Londres, o comitê organizador admitiu a exibição de competições femininas de patinação, tênis, arco e flecha, ginástica e iatismo, somando a participação de 36 mulheres de quatro países. Na regata, a tripulação vencedora do iate *L'Héroïne* incluía uma mulher, Mrs. C. Rivette-Carnac. O C.O.I. estava, pela primeira vez, sancionando um evento olímpico sem distinção de sexo (Berlioux, 1985).

Na 13ª sessão do C.O.I., em Luxemburgo, no ano de 1912, houve a primeira discussão sobre o esporte feminino, quando o comitê organizador propôs inserir oficialmente a natação feminina no programa dos IV Jogos Olímpicos, em Estocolmo, fazendo com que a Federação Internacional de Natação Amadora (F.I.N.A.), fundada em 1908, fosse a primeira entidade a promo-

ver ativamente a participação feminina, o que abriu caminho para outras representações internacionais (DeFrantz, 1999). Em Estocolmo compareceram 57 mulheres, de onze países, representando 2,2% dos atletas inscritos, disputando apenas o torneio de tênis e natação⁴.

Nesta edição as mulheres americanas estiveram ausentes, devido ao Comitê Olímpico daquele país não concordar que as mulheres tenham que participar de modalidades em que não usassem longas saias. Nenhuma nadadora iria, fazendo com que as tenistas se solidarizassem com estas e não participassem dos Jogos (Berlioux, 1985).

No ano de 1914, na 17ª sessão do C.O.I., em Paris, um dos pontos discutidos foi em quais modalidades as mulheres iriam participar nos próximos Jogos, em 1916 (DeFrantz, 2000). Porém, ao contrário dos Jogos Olímpicos Antigos, quando as guerras cessavam para o seu acontecimento; na era Moderna, a eclosão da I Guerra contribuiu para o cancelamento dos V Jogos Olímpicos.

4 - O pós-guerra e a atuação de Alice Milliat no cenário esportivo

Quando o C.O.I. retornou as atividades, em 1919, publicou-se as decisões do que se havia decidido, entre as quais, que as mulheres são admitidas nos Jogos, porém com um programa restrito à natação e ao tênis, excluindo-as do atletismo.

A atmosfera do pós-guerra parecia mais favorável à mulher; no entanto, permanecia a divisão social dos papéis de gênero: o homem continuava a ser a primeira classe, chefe da família, que toma as decisões na esfera privada e pública; a mulher, uma pessoa de segunda classe, um instrumento a favor da reprodução (Marangopoulos, 1990).

No ano de 1917, houve a fundação da Federação Esportiva Francesa Feminina (F.E.F.F.), pela esportista, militante feminista e sua presidente, Alice de Milliat⁵. Posteriormente, ocorreu a fundação da Federação Esportiva Feminina Internacional (F.E.F.I.), em 1921, com apoio de outros países⁶, quando as competições para mulheres começaram a proliferar além das fronteiras francesas.

A fundação da F.E.F.I. teve como principal fator desencadeador, a recusa da Federação Internacional de Atletismo Amador (F.I.A.A.) em apoiar a inserção do atletismo feminino nos Jogos Olímpicos, uma vez que Milliat era uma líder do atletismo para mulheres; além da resistência de Coubertin à inclusão das mulheres nos Jogos. A fundação desta entidade gerou na Europa um avanço na cultura física feminina, que segundo Milliat, tinha como objetivo promover a saúde e o equilíbrio entre corpo e espírito da mulher, para que tenha uma família saudável e robusta, contribuindo para a paz mundial (Pfister, 1996).

Em Antuérpia, na 19ª sessão do C.O.I., após discussão sobre a presença feminina no programa olímpico, decidiu-se pela permissão das mulheres (DeFrantz, 2000). Os VII Jogos Olímpicos marcaram o ponto de retorno após dezoito meses do término da I Guerra Mundial, participando neles 77 mulheres, de 13 países, representando 2,9% dos inscritos (I.O.C., 2000), onde se sobressaiu a tenista francesa Suzanne Lenglen⁷.

A resistência com relação à inserção do atletismo feminino no programa olímpico, culminou com a organização dos I Jogos Olímpicos Femininos, em Paris, 1922, atraindo mais de vinte mil espectadores e atletas de trinta países. Este evento foi reeditado a cada quatro anos, até 1934, no mesmo formato dos Jogos Olímpicos organizados pelo C.O.I.⁸ (Pfister, 1996; DeFrantz, 1999).

O C.O.I., em sua 22ª sessão, em Roma, 1923, interpretou como abusivo e excessivo a organização dos Jogos Olímpicos Femininos, atestando que os esportes femininos deveriam ficar sob a supervisão das Federações Internacionais (DeFrantz, 2000); enquanto a F.I.A.A., em seu congresso, em Paris, 1924, ressaltou o sucesso dos Jogos Femininos, mas continuou rejeitando a inclusão das mulheres no programa olímpico de atletismo (Pfister, 1997).

Deste momento em diante, as negociações para a inclusão do atletismo feminino nos Jogos Olímpicos se iniciam entre a F.E.F.I., liderada por Alice Milliat; e a F.I.A.A., tendo Henri de Baillet-Latour⁹ um dos nomes mais importantes. Após alguns anos de negociação, durante os quais ocorreram os VIII Jogos Olímpicos de Paris¹⁰, a F.I.A.A., em seu congresso de 1926, decidiu que a F.E.F.I. deveria continuar responsável pelo esporte feminino, porém, submissa às regras técnicas da F.I.A.A. e sob a condição de modificar o nome dos “II Jogos Olímpicos Femininos” de Gotemburgo, para “II Jogos

Internacionais Femininos". Em troca, esta última se comprometeu a utilizar a sua influência para inserir o atletismo feminino no programa dos Jogos Olímpicos de Amsterdã, em 1928 (Berlioux, 1985; Pfister, 1996).

Alice Milliat e a F.E.F.I. não apreciaram a aprovação, pelo C.O.I., do atletismo feminino nos Jogos de 1928, pois o programa feminino estaria restrito a 5 provas, enquanto nos Jogos Olímpicos Femininos as mulheres participavam de um programa mais amplo. Além disso, não havia garantias de que o programa permaneceria nos Jogos seguintes, de 1932, em Los Angeles (Quintillan, 2000).

Os IX Jogos de Amsterdã¹¹ foram decisivos na trajetória das mulheres, em decorrência da polêmica criada pela mídia impressa, referente à corrida dos 800 metros rasos feminino. Na época, reportaram que das onze corredoras, cinco delas haviam desistido da prova no seu transcorrer e outras cinco tiveram um colapso após atingirem a fita de chegada. Contudo, como comprova o programa de resultados do comitê organizador dos Jogos, apenas nove corredoras estavam inscritas na prova e todas elas completaram o percurso (Comité Olympique Hollandais, 1928).

A exploração pela imprensa, do cansaço das corredoras (comum também entre os homens), com o reforço das argumentações médicas da época, lhes custou a abolição das provas olímpicas femininas maiores que 200 metros, por 32 anos, apesar de nos Jogos Mundiais Femininos, elas participarem com sucesso nas distâncias longas (Borish, 1996; Costa, 2000).

Internacionalmente, a imprensa utilizou o incidente para condenar o atletismo para as mulheres (Welch, Costa, 1994; Pfister, 1996; DeFrantz, 1999), gerando, inclusive, a adesão ao movimento anti-competitivo feminino, entre as americanas (Rail, 1990). O fato ocorrido com o atletismo em Amsterdã desencadeou nova discussão no C.O.I. e, em 1929, durante a sua 28ª sessão, tornou-se a discutir a redução do programa olímpico, questionando-se a exclusão completa das mulheres dos Jogos (DeFrantz, 2000).

O presidente da União Atlética Americana, Gustav Kirby, indignado com a proposta, exigiu, como membro da F.I.A.A., que esta insistisse com o C.O.I. que, ao menos que o programa feminino fosse reeditado nos Jogos de Los Angeles, em 1932, o programa masculino também deveria ser cancelado. Esta opinião se chocava com a do atual presidente do C.O.I, Henri Baillet-Latour, que

posicionava o atletismo no topo da lista dos esportes que ele denominava “desgraçados” às mulheres, defendendo a participação feminina apenas naqueles de beleza estética: ginástica, natação e patinação artística (Welch, Costa, 1994).

Em 1930, ocorreram durante três dias, os III Jogos Mundiais Femininos, com quase vinte países participantes, na cidade de Pra- ga, marcando o retorno das inglesas às competições, e a primeira participação das alemãs, sagrando-se campeãs (Pfister, 1996).

Em Barcelona, 1931, na 30ª sessão do C.O.I., decidiu-se permitir que as mulheres permanecessem nos Jogos (DeFrantz, 2000). Então, durante o Congresso da F.I.A.A., a F.E.F.I., através de Milliat, renovou o seu desejo de ampliação do programa feminino de provas olímpicas.

Nos X Jogos Olímpicos de Los Angeles, 1932, o número de participantes caiu para menos da metade daqueles que estiveram em Amsterdã, em função da crise econômica mundial, e ao isolamento da Califórnia, na costa oeste dos Estados Unidos. Às mulheres, ofereceu-se um programa de atletismo com seis provas, sem a prova dos 800 metros. Nesta edição dos Jogos, destacou-se a americana Mildred “Babe” Didrikson¹².

Na 33ª sessão do C.O.I., em Atenas, 1934, mulheres foram aceitas para participarem de esgrima, natação, saltos e atletismo. Em Londres, no mesmo ano, ocorreram os IV Jogos Mundiais Femininos, demonstrando que a extensão do programa olímpico feminino se justificava amplamente. Durante o congresso deste evento, apesar da resistência de Milliat, assumiu-se que o mesmo deveria acabar em detrimento da existência de competições femininas no programa olímpico. A F.E.F.I., em crise interna, aceitou a proposta, com a condição de que as demandas feitas pela entidade acerca da ampliação do programa olímpico de atletismo seriam postas em efeito, fato que a F.I.A.A. cumpriu lentamente.

Em 1935, Milliat tomou a ofensiva e escreveu ao C.O.I. para que o Comitê excluísse completamente as mulheres dos Jogos Olímpicos, pois naquele momento, elas tinham os seus próprios Jogos, realizados a cada quatro anos, sob a direção da F.E.F.I. (Pfister, 1996; DeFrantz, 2000). No ano seguinte, em 1936, a F.I.A.A. decidiu assumir toda a responsabilidade pelo esporte feminino, expressando os seus agradecimentos pelo bom trabalho da F.E.F.I., agora liquidada, com o desenvolvimento do atletismo feminino. Todos os

recordes homologados pela F.E.F.I. foram reconhecidos, mas aquelas atletas que tomassem parte em competições extra-oficiais seriam banidas do esporte olímpico pela F.I.A.A. (Berlioux, 1985).

Este fato assinalou o fim da F.E.F.I., que organizou o seu último congresso em Berlim, 1936, com a ausência de Milliat, eleita presidente honorária por aclamação. A perda de poder da Federação pode ser explicada pela dissociação interna, pois delegadas de alguns países já haviam desistido de manter uma F.E.F.I., representando os seus próprios interesses locais. A Federação sucumbiu de seu próprio êxito: o seu duplo objetivo, de uma participação efetiva nos Jogos Olímpicos e seu pertencimento à F.I.A.A. se cumpriu e não restava nenhuma bandeira de luta à entidade (Quintillan, 2000). A missão da F.E.F.I. criada por Milliat em 1921, estava cumprida: integrar as mulheres no principal esporte olímpico: o atletismo (Pfister, 1996).

5 - Jogos Olímpicos como instrumento de propaganda política-ideológica e as mudanças na participação esportiva feminina no pós Guerra

Berlim foi escolhida como sede dos XI Jogos Olímpicos em 1931. Dois anos depois, Hitler assumiu o poder e o regime nazista se instalou na Alemanha. Liberdades individuais foram restringidas e minorias perseguidas. Primeiramente contra o advento dos Jogos, posteriormente os alemães, sob o comando de Hitler, despertaram para a possibilidade de divulgar a nova Alemanha para o mundo, através dos Jogos Olímpicos.

O evento foi marcado pelo nacionalismo e a política da superioridade ariana da raça alemã, derrubada pela velocidade do americano Jesse Owens. O programa de atletismo feminino não se alterou. Mulheres ainda competiram em esgrima, ginástica, iatismo, natação e saltos; somando 328 participantes, de 26 países, representando 8,1% do total de inscritos nos Jogos (I.O.C., 2000).

Ficou notificado o que ocorreu na 36ª sessão do C.O.I., em Berlim, 1936, sobre o assunto "atletas femininas anormais", resultado de uma carta enviada pelo presidente do Comitê Olímpico Americano, Avery Brundage¹³, às Federações Internacionais, que

abordava a necessidade de um teste para se verificar o sexo das atletas (DeFrantz, 2000).

No esporte olímpico feminino, se o período de 1900 a 1920 foi marcado pela quebra de tabus convencionais e o ingresso das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos; e entre 1921 e 1936, ocorreu uma transição assinalada por lutas entre a F.E.F.I. e a F.I.A.A., para que mulheres ingressassem no programa olímpico de atletismo. Após um intervalo de doze anos, o período entre 1948 e 1968 foi marcado por uma tendência de evolução na participação da mulher no esporte.

Após os Jogos Olímpicos de Berlim, eclodiu a II Guerra Mundial. Durante a II Guerra, a necessidade de substituir os homens que estavam no front, fez com que muitas mulheres trabalhassem, desenvolvendo ações sociais e participando da vida política, provando que poderiam assumir qualquer atividade profissional na esfera pública (Marangopoulos, 1990). Ao fim da II Guerra, foi votada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que condenava qualquer tipo de discriminação, com referência explícita à de gênero. O cenário mundial em relação à mulher se modificava lentamente. As organizações não governamentais de mulheres fizeram grande pressão em favor da igualdade de direitos.

Esta época foi conhecida como a era da "Mística Feminina". As mulheres eram encorajadas a adotarem um ideal de existência ancorado em três palavras-chave: feminilidade, casamento e família. Nem todas abandonaram o esporte em detrimento dos argumentos médicos ou das exigências sociais sobre os seus papéis de gênero (Rail, 1990). O desempenho feminino no esporte avançou, atingindo marcas, anos antes apenas alcançadas pelos homens. Mulheres estavam lutando pelo reconhecimento legal de seus direitos humanos, exigindo a efetiva aplicação legal na vida quotidiana. No entanto, a mudança nas sociedades eram uma tarefa mais árdua. Muitas pessoas ainda achavam difícil assimilar um novo modelo comportamental e abandonar aquele obsoleto e enraizado nas representações sociais sobre os papéis de gênero (Marangopoulos, 1990).

Em países como a América do Norte, a Austrália e o Canadá, que não sofreram uma depressão tão grande como os países europeus no pós-guerra, o esporte desenvolveu-se rapidamente. Mas ainda havia uma associação entre os esportes de equipe, coletivos, "mas-

culinos”, para os homens; e as atividades de fitness para as mulheres.

Mulheres atletas, musculosas, fortes e suadas, de forma geral, ainda eram vistas como ofensivas e pouco femininas pela imprensa e pela sociedade. Nesta época, as atletas soviéticas eram retratadas pela mídia ocidental como “amazonas” pouco feminis, desencadeando um novo debate sobre o lugar da mulher no esporte, e o interesse de médicos e administradores esportivos sobre as definições biológicas e sociais de feminilidade, pois a identidade sexual das mulheres atletas bem sucedidas começou a ficar sob suspeita (Corbett, 1997; Rail, 1990).

Londres estava sendo reconstruída quando os XIV Jogos Olímpicos ocorreram. O programa olímpico feminino aumentou sensivelmente. Mulheres de 33 países, num total de 385 atletas, participaram das modalidades de atletismo, esgrima, ginástica, natação e saltos, e a recém inserida canoagem (I.O.C., 2000). A holandesa Fanny Blankers-Koen¹⁴ foi o destaque (Cardoso, 2000).

Em meados da década de 1940, o mundo emergia da II Guerra Mundial dividido em dois blocos nítidos: o capitalista e o socialista, bem representados pelos Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Iniciava-se o regime político da Guerra Fria, no qual o esporte e no seu bojo, o esporte feminino, foi bem explorado pelos países da cortina de ferro e aqueles de economia capitalista desenvolvidos, para difundir a sua força armamentista, conquistando a maioria de suas medalhas com suas atletas (Welch, Costa, 1994).

Voltar o olhar para o desenvolvimento e incentivo do esporte feminino, poderia ser uma forma de fazer sobressair um país no cenário mundial. Boutilier e San Giovanni (1991) concluíram que o sistema de governo é o principal fator para o sucesso olímpico das mulheres, entre os quais, o sistema socialista, que tem promulgado políticas públicas e fontes financeiras que refletem o seu compromisso ideológico com o esporte feminino.

Os XV Jogos Olímpicos de Helsinque foram considerados os primeiros Jogos da “Guerra Fria”. A União Soviética reingressava e exercia pressão para que o programa olímpico fosse estendido a outras modalidades, influenciando o padrão de atleta feminina até então presente nas edições anteriores dos Jogos, que agora serviam aos fins políticos e ideológicos de algumas nações. Os países

vencedores viam nos Jogos a possibilidade de construção e divulgação simbólica, via esporte, de sua potência armamentista, econômica e política, e para isso, os corpos das atletas foram a principal via de conquista, principalmente entre países do bloco oriental (Costa, 2000)¹⁵.

Na 43ª sessão do C.O.I., na cidade do México, ficou unanimemente decidido não excluir mais as mulheres dos Jogos Olímpicos. Contudo, deveriam participar somente dos esportes apropriados ao seu sexo. Em 1955, a admissão de mulheres nas modalidades de voleibol, basquete e remo foi vetada pelo C.O.I. (DeFrantz, 2000).

Em Melbourne, na XVI edição dos Jogos, mulheres representavam 16,1% do total de inscritos, marcando a sua maior representação em termos de proporção, desde 1896 (I.O.C., 2000). A feminilidade originada nos tempos de "Babe" Didrikson retornou ao fórum olímpico com as performances da australiana Dawn Fraser¹⁶, criticada por seu físico masculinizado (Costa, 2000).

Em 1958, discutiu-se a possibilidade de admitir mulheres em todos os esportes incluídos no programa, de acordo com as regras das federações internacionais. Propôs-se aguardar os acontecimentos dos XVII Jogos de Roma, 1960¹⁷, quando, na 58ª sessão do C.O.I., ocorrida durante o evento, a proposta de admissão das mulheres, de acordo com as regras das federações internacionais, nas modalidades de atletismo, arco e flecha, basquete, canoagem, ciclismo, esportes equestres, esgrima, ginástica, handball, remo, tiro, natação e saltos, voleibol e iatismo foi rejeitada (DeFrantz, 2000).

6 - A polêmica em torno da identidade sexual das atletas olímpicas e a difusão do doping

No início dos anos de 1960, as feministas criticavam a "mística feminina" imposta pela sociedade patriarcal, o que despertou a consciência do papel inferior atribuído às mulheres na sociedade e no esporte, enquanto os médicos e outros profissionais reforçavam a ideologia da reserva masculina no esporte.

Nos XVIII Jogos Olímpicos de Tóquio, 1964, quase setecentas mulheres, 13,3% do total de atletas, participaram, representando um número recorde de 53 países (Welch, Costa, 1994; I.O.C., 2000).

A prova dos 400 metros rasos foi incluída no programa feminino de atletismo, agora com 12 provas. Além disso, o voleibol feminino ganhou o espaço experimental e depois definitivo no programa olímpico (DeFrantz, 1999; 2000).

Em 1966, durante o Campeonato Europeu, em Budapeste, a F.I.A.A. ordenou que todas as competidoras desfilassem nuas diante de três mulheres ginecologistas para que estas fossem examinadas visualmente, antes de serem permitidas competir. No ano seguinte foi adicionado ao exame visual, o teste cromossomial (Rail, 1990). Isto ocorreu em virtude de uma acusação de atletas pseudo-hermafroditas estarem competindo (Welch, Costa, 1994).

Em 1968, na cidade do México, o teste cromossomial e visual foi usado pela primeira vez nos XIX Jogos Olímpicos, quando o chefe da equipe contou aos repórteres que o exame de quase oitocentas atletas¹⁸ o convenceu de que o esporte as deixava feias e com corpos rígidos e fortes. Os repórteres norte-americanos rotularam as irmãs russas Irina e Tâmara Press, campeãs olímpicas em 1964, de “irmãos Press”, o que sugeria que a entrada das mulheres no esporte de alto-rendimento e no mundo dos músculos masculinos incomodava a imprensa.

Os médicos começaram a estudar o uso de esteróides anabolizantes, considerados ilegais nos Jogos a partir de 1968, quando uma mulher com um ou mais indicadores era suspeita em termos de orientação e identidade sexual, além do uso de esteróides (Rail, 1990).

Na sessão do C.O.I., no México, 1968, pela primeira vez, Jean Beaumont, propôs a eleição de mulheres como membros do Comitê Internacional, sendo fortemente recusada por não tê-la enviado ao C.O.I. no prazo anterior a sessenta dias antes da sessão (Lyberg, 2000).

Na década de 1970, força e músculos femininos ficaram mais aceitáveis com o desenvolvimento do movimento norte-americano do fitness, que cultuava a beleza e a juventude do corpo feminino; enquanto os esportes de contato e de equipes coletivas eram associados à celebração da masculinidade e parcialmente inaceitáveis e artificiais ao gênero feminino. Nesta época surgiu o rótulo “masculinizante” para os jogos de equipes, interpretados como possíveis causadores de desvios de gênero na infância e adolescência, podendo ser preditores do lesbianismo entre as praticantes (Rail, 1990).

Na 70ª sessão do C.O.I., em Amsterdã, foi proposto que as mulheres fossem autorizadas a competir em qualquer esporte praticado por elas, na condição de que a modalidade fosse praticada por mulheres em no mínimo 25 países e em dois continentes. (DeFrantz, 2000).

Os XX Jogos Olímpicos de Munique, 1972, pela primeira vez, reuniram-se mais de mil atletas mulheres, representantes de 65 países, disputando 43 eventos em oito modalidades (I.O.C., 2000). Era o início da arrancada feminina definitiva na participação olímpica, que iria se firmar na década de 1980, com as mudanças nas políticas internas do C.O.I. acerca do esporte feminino. As alemãs orientais dominaram as provas de atletismo, norte-americanas e australianas dividiram as medalhas na piscina, e russas e alemãs dividiam na ginástica. A nadadora australiana Shane Gould; e a russa Olga Korbut foram os destaques.

Aspecto marcante nesta década foi o uso indiscriminado de esteróides anabolizantes entre mulheres atletas. As alemãs orientais, muito comentadas por sua aparência “masculina”, competiram em Montreal, 1976, marcados como os “Jogos Anabolizantes”¹⁹, vencendo onze das treze provas olímpicas da natação e nove das quatorze provas do atletismo²⁰, sendo as primeiras suspeitas oficiais de doping. A Alemanha Oriental replicou afirmando que o seu sucesso era resultado de um treinamento esportivo elaborado sob bases científicas, em conjunto com um treinamento com pesos, não realizado em outros países com mulheres (Rail, 1990). Entre os nomes femininos, destacaram-se a alemã Kornelia Ender²¹ e a russa Nadia Comaneci²², “menina nota 10”.

Na década de 1980, médicos começaram a se preocupar com esportes que pudessem provocar desconforto ou lesões nos seios, e amenorréia em atletas. O Colégio Americano de Medicina Esportiva divulgou sua opinião a favor da participação feminina em modalidades esportivas de longa duração. A mesma opinião médica que até 1960 excluiu mulheres de provas acima de 200 metros, em 1984 incluía as mulheres na prova considerada a mais dura: a maratona.

No cenário mundial, o tópico da orientação sexual entre as mulheres atletas tornou-se tópico de discussão. Apesar do maior número de mulheres participando do esporte de alto nível, elas continuavam a ter menos eventos para participar e recebiam prêmios menores. Em lugar do treinamento esportivo, as atividades

não competitivas de fitness tornaram-se o foco de alguns programas de governo e iniciativa privada. Em muitos casos, o objetivo da perda de peso e a atratividade sexual desencadeou uma febre pela indústria cosmética e comportamentos patológicos: uso de laxativos, moderadores de apetite, diuréticos, vômitos induzidos, dietas restritivas, que geravam quadros de anemia, anorexia, bulimia, amenorréia e fraturas por estresse (Rail, 1990).

Os XXII Jogos Olímpicos de Moscou foi marcado pelo boicote dos Estados Unidos e mais sessenta e dois países, contra o regime interpretado como opressivo. O resultado do boicote foi uma divisão das medalhas entre soviéticos e alemães orientais. A participação feminina continuou a subir e as mulheres representaram 21,5% do total de participantes (I.O.C., 2000).

7 - Samaranch e a política inclusiva da mulher no Movimento Olímpico

Em 1981, com a presidência de Juan Antonio Samaranch no C.O.I., uma nova fase se delineou na história do esporte olímpico feminino. Na troca de presidência, no Congresso de Baden-Baden, 1981, o então presidente Killanin reforçou a resistência encontrada para eleger mulheres para o C.O.I. Nos próximos dias, na octagésima quarta sessão do Comitê, após 75 anos de sua fundação, a finlandesa Pirjo Haggman e a venezuelana Flor Isava-Fonseca tornaram-se as primeiras mulheres membros do C.O.I., atitude que marcou a mudança na participação das mulheres no movimento olímpico (DeFrantz, s.d.; Stivachtis, 2000).

Nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, 1984, os efeitos do boicote foram sentidos com a ausência da União Soviética, Cuba e mais dezesseis países. Com a ausência das atletas alemãs orientais e soviéticas, os Estados Unidos dominaram a maior parte dos esportes. A nova política inclusiva do C.O.I. em relação às mulheres, permitiu o retorno das provas longas, com os 400 metros com barreiras e a maratona, além das 49 milhas no ciclismo (Costa, Welch, 1994).

Entre os Jogos de Munique, 1972, e os XXIV Jogos Olímpicos de Seul, que marcaram o retorno das competições entre Estados

Unidos e países do bloco oriental; houve um aumento de mais de 100% no número de mulheres participantes, além do número de eventos e modalidades em que elas participavam ter dobrado²³ (Boutillier, San Giovanni, 1991).

Ainda havia sete esportes nos quais as mulheres não participavam: boxe, judô, pentatlo moderno, futebol, pólo aquático, levantamento de peso e luta; alguns dos quais tendem a enfatizar o combate corpo a corpo, a agressividade e características pugilísticas, claramente dissociadas das características tradicionalmente associadas ao estereótipo “feminino”. Entretanto, pólo-aquático, futebol e judô já tinham, no início da década de 1990, campeonatos mundiais femininos, o que reflete o conservadorismo ainda existente no interior do C.O.I..

Em Seul, as suspeitas de dopagem alcançaram a americana Florence Griffith Joyner, que quebrou os dois recordes mundiais dos 100 e 200 metros rasos, e se defendia afirmando que os seus testes de doping nunca foram positivos²⁴.

Após oito anos, Estados Unidos e União Soviética se confrontavam nos Jogos. A Alemanha Oriental teve destaque devido à façanha de suas catorze nadadoras²⁵, que ganharam dez das quinze provas do programa, despertando a suspeita de dopagem. Em 1991, a nadadora Kornelia Ender, estrela em Montreal, 1976, declarou ao *The Times* ter recebido injeções durante os treinamentos pré-olímpicos, fato consumado após investigações feitas com a queda do muro de Berlim, constatando-se que a Alemanha Oriental conduziu um programa de dopagem sistemático nas décadas de 1970 e 1980, no qual as maiores vítimas foram mulheres, que mais tarde iriam processar médicos e treinadores alemães pelos efeitos do doping em suas vidas (Hammer, Biehl, 2000).

A década de 1980 marcou a vertiginosa evolução feminina no esporte de alto rendimento. A título de exemplificação, em 1932, Los Angeles, Helene Madison vencia os 400 metros nado livre em 5'28"5, quarenta segundos mais lenta que o campeão americano Clarence Crabbe. Em Seul, 1988, a americana Janet Evans nadava os 400 metros livre em 4'03"85, dezessete segundos mais lenta que o alemão oriental Uwe Dassler, com 3'46"95. A mesma tendência ocorre nas provas do atletismo dos 100 metros rasos à maratona, onde a evolução é mais saliente²⁶.

Na entrada dos anos de 1990, o esporte feminino continuou evoluindo e, de acordo com Rail (1990), incorporando valores de especialização e padronização, até então experimentados pelos homens. O sacrifício do corpo tornou-se o significado do resultado, e o corpo da mulher atleta foi apropriado pelos sistemas políticos e econômicos. A medicina que reabilita se desenvolve para tratar e recuperar lesões atléticas comuns do treinamento de alto nível. O corpo atlético tornou-se uma “máquina”, resultante da alta tecnologia científica desenvolvida nos laboratórios dos grandes centros de pesquisa. Surge um corpo pertencente aos cientistas. Um corpo medicalizado, computadorizado e farmacologizado.

Em 1992, ocorreram os XXV Jogos Olímpicos, em Barcelona. Compareceram quase três mil atletas mulheres, de 136 países, competindo em dezenove modalidades (I.O.C., 2000). Da Alemanha unificada esperava-se uma superpotência olímpica, mas com o escândalo público do doping, especialmente entre as mulheres alemãs, levantou-se a questão: quais recordes anteriores alemães foram legítimos? Quantos foram construídos pelo doping? Como resultado, em Barcelona, as alemãs só conquistaram uma medalha de ouro nas provas de natação. Enquanto isso, uma nova potência, construída, em termos, pela dopagem química de suas nadadoras: as chinesas conquistavam nove medalhas, quatro de ouro e cinco de prata, somente na natação (Cardoso, 2000).

O grande salto na política do C.O.I. em relação à mulher no esporte foi dado no Congresso Olímpico Centenário, realizado em 1994, em Paris, em comemoração aos 100 anos da re-edição dos Jogos Olímpicos da era Moderna (DeFrantz, 1999; I.O.C., 2000; C.O.I., 1999). Como resultado da reunião, recomendações-chave foram adotadas para promover a participação em todos os níveis e garantir que, sob as bases da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, elas possam ter um papel mais significativo no Movimento Olímpico, desempenhando funções nos Comitês Olímpicos Nacionais (CON's), Federações Internacionais (FI's), na administração e no treinamento esportivo (I.O.C., 2000).

Foi aprovada na 105ª sessão do C.O.I., em Atlanta, 1996, a proposta de se estabelecer uma meta para que até 31 de dezembro de 2000, pelo menos 10% das posições administrativas nos Comitês Olímpicos Nacionais, Federações Internacionais e Organizações Esportivas relacionadas ao Movimento Olímpico, fossem

ocupadas por mulheres, percentual que deve subir para 20% em dezembro de 2005. A Carta Olímpica também se sugeriu modificações, tornando-se explícita a necessidade de promoção do avanço das mulheres no esporte, em todos os níveis, sob o princípio da igualdade (DeFrantz, 1999; I.O.C., 1996; 2000; C.O.I., 1999)²⁷.

Em 1994, sob o comando de Samaranch, seis mulheres já eram membros do C.O.I., duas delas de seu conselho executivo composto de onze membros. Muitas ocupavam presidências em FI's, CON's, eram oficiais e juizes em federações esportivas.

Após o Congresso Centenário, criou-se em 1995, o Grupo de Trabalho Mulher e Esporte, responsável por fornecer ao Conselho Executivo do C.O.I., informações sobre políticas a serem implementadas no campo da mulher no esporte²⁸, e sob a presidência de Anita DeFrantz (DeFrantz, 1999; I.O.C., 1996; 2000; C.O.I., 1997; 1999; Stivachtis, 2000).

Desde 1981, quando foram eleitas duas mulheres como membros do C.O.I., treze novas eleitas assumiram cargos no Comitê, representando hoje 15,8% do total de seus membros. Além disso, pela primeira vez na história do Movimento Olímpico, uma mulher, Anita DeFrantz, tornou-se vice-presidente do C.O.I. (Stivachtis, 2000). Também há 28 mulheres membros da Comissão e do Grupo de Trabalho do Comitê, representando 11,8% do total de integrantes. Nos CON's, a participação feminina tem aumentado nos cinco últimos anos, fazendo com que em 2000, 83 CON's (41,7%) apresentassem mulheres em posições de liderança²⁹. Em relação às FI's, 35,5% delas possuem mulheres em posições de tomada de decisões, inclusive presidências³⁰(I.O.C., 2000).

Através da cooperação internacional, o C.O.I. deu suporte à Conferência Internacional da Mulher e do Esporte, organizada em Brighton, Inglaterra (Sports Council, 1994). Esta reunião ocorreu em função da situação de sub-representação feminina no gerenciamento, treinamento e administração do esporte, pois sem mulheres líderes, que tomem decisões e construam modelos de ação no esporte, a igualdade de oportunidades para mulheres não será alcançada; além das experiências, valores e atitudes das mulheres enriquecerem e auxiliarem a desenvolver o esporte (I.O.C., 1996; 2000; C.O.I, 1997; 1999).

Nesta reunião, se discutiu novas formas de se efetuar mudanças em relação à temática da mulher no esporte, culminando com

a "Declaração de Brighton"³¹, adotada e endossada por 280 delegados de 82 países participantes, que estabelece princípios de ação a serem seguidos para aumentar o envolvimento das mulheres no esporte em todos os níveis e funções, estabelecendo estratégias comuns nos cinco continentes.

Nos XXVI Jogos Olímpicos Centenários, em Atlanta, a crescente organização feminina em entidades que discutem a temática da mulher no esporte e a nova política do C.O.I. em relação à questão refletiu sobre os números da participação feminina nos Jogos. Mulheres representaram 169 países e 34,2% do total de inscritos, numa soma de 3626 atletas femininas, disputando 21 modalidades. Atlanta ficou conhecida como os Jogos das mulheres, que pela primeira vez participaram do futebol e softbol e representavam um em cada três atletas na vila olímpica.

Nos Jogos, as suspeitas de doping pairaram sobre a nadadora irlandesa Michelle Smith, ganhadora de três medalhas de ouro, depois de duas participações medíocres em Seul e Barcelona³². Em Atlanta, as mulheres do Brasil subiram ao lugar mais alto do pódio pela primeira vez na história; Jaqueline Silva e Sandra Pires foram campeãs olímpicas.

Desde 1996, o C.O.I. tem estabelecido um programa de seminários regionais para mulheres administradoras, técnicas, oficiais e jornalistas de movimentos esportivos nacionais e internacionais. O primeiro seminário sobre liderança para a mulher no esporte, ocorreu na Oceania, em Fiji, 1996, em cooperação com o Comitê Olímpico de Fiji, a Women Sport International e a assistência da Comissão Australiana de Esportes (I.O.C., 1996; 2000; C.O.I., 1997).

No mesmo ano, em Lausanne, o C.O.I. organizou a I Conferência Internacional sobre Mulher e Esporte (DeFrantz, 1999; C.O.I., 1999). Ao fim dos três dias de discussões, adotou-se uma lista de recomendações³³ visando promover o papel da mulher no Movimento Olímpico e no mundo do esporte em geral. Muitas destas recomendações já estão sendo postas em prática por CON's, FI's e pelo próprio C.O.I. (I.O.C., 2000).

Em março de 2000, na cidade de Paris, ocorreu a II Conferência Mundial sobre Mulher e Esporte, em cooperação com o Comitê Olímpico Francês. O encontro possibilitou a oportunidade de analisar os compromissos assumidos em Lausanne e as futuras intervenções no campo da mulher no Movimento Olímpico.

pico e no esporte, através de abordagens políticas, sociais, culturais e de saúde.

Durante esta II Conferência Mundial sobre Mulher e Esporte, Samaranch fez um retrospecto dos avanços femininos no Movimento Olímpico desde 1981, afirmando que “em todos os casos, o C.O.I. está determinado a fazer uma contribuição concreta para que este novo século marque o início de uma nova era para a mulher no esporte, com uma representação melhor na administração esportiva e uma paridade no programa olímpico” (Samaranch, 2000).

Na tarefa de promover o avanço da mulher no esporte em todos os níveis, o C.O.I. instituiu também o Troféu Mulher e Esporte. A cada ano são entregues seis troféus, um por continente e um a nível mundial, em reconhecimento aos esforços e marcos feitos em desenvolvimento, encorajamento e esforço de participação de mulheres no esporte.

O prosseguimento da Conferência de Brighton ocorreu em Windoeck, 1998, resultando em outro documento, conhecido como “Chamada para a Ação”³⁴, endossando a Declaração de Brighton. Além disso, o C.O.I. também participou da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulher, organizada em Beijing, China, em 1995, na qual organizações esportivas, incluindo o C.O.I., incluíram o esporte na resolução final desta Conferência, reconhecendo o esporte e a atividade física como parte integral da educação, bem-estar e desenvolvimento social da mulher (DeFrantz, 1999; I.O.C., 1996; 2000).

Os XXVII Jogos Olímpicos de Sidney demonstraram que em pouco tempo as mulheres irão representar metade dos atletas participantes. Participando de 25 modalidades, entre elas o levantamento de peso, o pentatlo moderno, o taekwondo, o judô, o futebol, esportes antes reservados aos homens, representaram 38% dos participantes (I.O.C., 2000).

Costa e Welch (1994), admitem que se na primeira metade do século XX, as modalidades e provas femininas foram admitidas nos Jogos por influências racistas, sexistas e classistas; na segunda metade, esta crescente participação da mulher foi fortemente influenciada pela ideologia política da Guerra Fria, que enfatizou a contagem de medalhas.

8 - Considerações sobre a conquista de espaço pela mulher nos Jogos Olímpicos Modernos

O cenário esportivo mundial se enriqueceu ao abrir as portas para as mulheres competirem em igualdade de oportunidades com os homens, e os Jogos Olímpicos são um espelho deste movimento de inclusão.

Os incentivos que encorajam organizações esportivas a providenciarem suporte para a participação feminina no esporte devem continuar. Desde meados da década de 1990, com as duas conferências mundiais sobre mulher e esporte ocorridas em Lausanne, 1996 e Paris, 2000; a criação de um grupo de trabalho no C.O.I., em 1995; as conferências de Brighton, 1994 e Windoeck, 1998; as iniciativas e o compromisso de CON's e FI's em promover o esporte feminino; a organização de seminários e congressos para mulheres administradoras e técnicas, entre outros aspectos, têm sido um incentivo potencial para a evolução da mulher na arena esportiva mundial e olímpica.

Contudo, outras mudanças devem ocorrer, além daquelas mostradas no aumento da participação feminina nos Jogos em número de atletas e modalidades. Barreiras econômicas, culturais, políticas e religiosas ainda estão presentes e impedem que mulheres adotem a prática esportiva em suas vidas. Além disso, elas ainda estão longe de assumir posições de comando na mídia, administração e treinamento do esporte, em igualdade de oportunidades com o homem (Manoliu, 1990; Lucas, 1992; Sports Council, 1994; Borish, 1996; DeFrantz, 1999).

O esporte pertence a todos, sendo parte da criação humana, e deve ser praticado por homens e mulheres para que se desenvolva plenamente (DeFrantz, 2000). Para as mulheres tornarem-se mais presentes, além da identidade de atletas, uma conquista real; precisam ocupar novos espaços além das raias das piscinas, das quadras dos ginásios, dos campos ou das pistas de atletismo. Outros aspectos que possam estar relacionados à participação das mulheres no esporte de alto-rendimento, pouco investigados e encobertos por estes números percentuais, que demonstram o aumento da participação feminina no esporte, merecem ser estudados.

Referências Bibliográficas

- ARRIAGA, N. Las Atletas del Siglo. *Revista Olímpica*. v. XXVI , n.31, p. 64-71, 2000.
- BERLIOUX, M. The Olympic Saga from a Feminine Point of View. In.: SZYMICZEK, O. (ed.). *Report of the Twenty-fifth Session of the International Olympic Academy*. Athens. International Olympic Committee. p. 156-165, 1985.
- BORISH, L. J.. Women at the Modern Olympic Games: An Interdisciplinary Look at American Culture. *Quest*. v. 48, n.1, p. 43-56, 1996.
- BOULOGNE, Y. P. Pierre de Coubertin y El Deporte Feminino. *Revista Olímpica*. v. XXVI, n. 31, p. 23-26, 2000.
- BOUTILIER, M. A. ; SAN GIOVANNI, L. F. S. Ideology, Public Policy and Female Olympic Achievement: a Cross-National Analysis of the Seoul Olympic Games. In.: LANDRY, F.; LANDRY, M.; YÉRLES, M.. (eds.). *Sport... The Third Milenium – Proceedings of the International Symposium*. Sainte-Foy: Les Presses de L'Université Laval. p. 397-409, 1991.
- CARDOSO, M. *Os arquivos das olimpíadas*. São Paulo. Panda Books, 2000.
- COI. La mujer y el movimiento olímpico. *Seminario regional sobre mujer y deporte*. Caracas: Departamento de Cooperación Internacional/COI, 1997.
- COI. *Manual de administración deportiva*. Canadá: McAra Printing Limited, 1999.
- COMITÉ OLYMPIQUE HOLLANDAIS. *Rapport officiel des jeux de la IX Olympiade Amsterdam*. Amsterdam. J.H. de Bussy. p. 443-446, 1928.
- CORBETT, D. R. *Sport and Physical Activity*. Olympic Review. v. XXVI, n.15, p. 31-37, 1997.
- COSTA, D. M.. Editions of Women Olympic Competition. Conferência apresentada no *I Fórum Olímpico 2000: O Movimento olímpico*

- pico em face ao novo milênio*. Porto Alegre: UFRGS. (mimeo), 2000.
- DeFRANTZ, A. Juan Antonio Samaranch, IOC President of Inclusion. In.: *I.O.C.. The Centenial President*. Lausanne. I.O.C. p. 31-36, s.d.
- DeFRANTZ, A. L. The Changing Role of Women in the Olympic Games. In.: GEORGIADIS, K. (ed.). *Report of the Thirty-Seventh Session of the International Olympic Academy*. Ancient Olympia. I.O.C. p. 69-90, 1999.
- DeFRANTZ, A. L. 100th Years of Women's Participation in the Olympic Games And Still They Came. *2nd IOC World Conference on Women and Sport*. Paris. I.O.C., 2000.
- DIEM, L. Woman and Olympism. SZYMICZEK, O. (ed.). *Report of the Twenty-fifth Session of the International Olympic Academy*. Athens. International Olympic Committee. p. 150-158, 1980.
- HAMMER, J.; BIEHL, J. The Price of Glory. *Newsweek*. New York. v. CXXXV, n. 22, p. 19, 2000.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *Women in the Olympic Movement*. Lausanne. Department of International Cooperation/IOC, 1996.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. *The Promotion of Women in the Olympic Movement: IOC Policy and Initiatives*. Lausanne. Department of International Cooperation/IOC, 2000.
- JERNIGAN, S. S. The Nobility of Olympism. In.: SZYMICZEK, O. (ed.). *Report of the Twentieth Session of International Olympic Academy*. Athens. Hellenic Olympic Committee. p. 97-105, 1980.
- LEKARSKA, N. Women in the Olympic Games and Coubertin's Views on their Participation in the Games. In.: I.O.C. Report of the Thirtieth Session of the International Olympic Academy: *Women in the Olympic Movement. Ancient Olimpia*. I.O.C. p. 102-109, 1990.
- LUCAS, J. A. Women in the Olympic Movement: The 52 Percent Solution. In.: LUCAS, J. A. *Future of the Olympic Games*. Champaign. Human Kinetics. p. 133-143, 1992.

- LYBERG, W. La participación de las mujeres en los Juegos Olímpicos. *Revista Olímpica*. v. XXVI n. 31, p. 46-53, 2000.
- MARANGOPOULOS, A. Y. The 20th Century, a Period of Decisive Change in Gender Roles. In.: I.O.C. Report of the Thirtieth Session of the International Olympic Academy: *Women in the Olympic Movement*. Ancient Olympia. I.O.C. p. 56-61, 1990.
- PFISTER, G. The Struggle for Olympia: The Women's World Games and Participation of Women in the Olympic Games. *Journal of ICHPER*. v. XXXII, n. 4, p. 21-25, 1996.
- PFISTER, G. A história delas no esporte: rumo a uma perspectiva feminista? In.: ROMERO, E. (org.). *Mulheres em movimento*. Vitória. EDUFES, 1997.
- RAIL, G. Women's Sport in the Post-War Period. Report of the Thirtieth Session of the International Olympic Academy: *Women in the Olympic Movement*. Ancient Olympia. I.O.C. p. 111-123, 1990.
- SAMARANCH, J. A. *Speech by the IOC President Juan Antonio Samaranch* – Opening Ceremony World Conference on Women and Sport. 6th march. Paris. (mimeo), 2000.
- SPORTS COUNCIL. *The Brighton Declaration on Women and Sport. Women, Sport, and the Challenge of Change*. Brighton. Sports Council, 1994.
- STIVACHTIS, K. M. La participación de las mujeres en el movimiento olímpico. *Revista Olímpica*. v. XXVI, n. 31, p. 29-37, 2000.
- TARASOULEAS, A.. Stamata Revithi, "Alias Melpomeni". *Olympic Review*. v. XXVI, n. 15, p. 53-55, 1997.
- WELCH, P.; COSTA, D. M. A Century of Olympic Competition. In.: COSTA, D. M.; GUTHRIE, S. R. (eds.). *Women and Sport: Interdisciplinary Perspectives*. Champaign. Human Kinetics. p. 123-138, 1994.

Notas

- ¹ Doutorando em Educação Física e Cultura/Universidade Gama Filho/R.J.
- ² Com a Revolução Industrial, as mulheres das classes pobres deixaram suas casas para assumirem empregos sob péssimas condições de trabalho e grande exploração de mão de obra (Marangopoulos, 1990).
- ³ Os Jogos Olímpicos Antigos se iniciaram em 776 a.C. e interrompidos em 393 d.C., pelo imperador romano Teodósio I.
- ⁴ Depois de, sob protestos, convencer o Comitê Olímpico de seu país a incluir mulheres na delegação, a australiana Sarah "Fanny" Durack, tornou-se a primeira campeã olímpica que recebeu uma medalha de ouro, nos 100 metros nado livre. Posteriormente, tornou-se recordista mundial em todas as distâncias do nado livre, dos 50 aos 1500 metros. Não pôde ganhar mais medalhas olímpicas em detrimento da eclosão da I Guerra Mundial e de um ataque de apendicite que a levou a uma internação duas semanas antes dos Jogos Olímpicos de Antuérpia, em 1920 (Arriaga, 2000; Lyberg, 2000).
- ⁵ Milliat foi uma personalidade no movimento esportivo feminino no primeiro terço do século XX. Seduzida pela prática esportiva desde sua juventude, praticou o remo e tornou-se a primeira mulher a receber o diploma de remadora em longa distância. Obteve o seu primeiro cargo administrativo no esporte em 1912, no clube parisiense "Femina Sport", do qual foi presidente em 1915, quando já se organizavam competições de atletismo feminino e proliferavam clubes esportivos na França. Fundou, em 1917, a Federação Esportiva Feminina Francesa (F.E.F.F.), sendo eleita presidente em 10 de março de 1919. Pôs sua experiência em favor do desenvolvimento do esporte feminino, organizando, em 1921 e 1922, na cidade de Mônaco, a Olimpíada Feminina. Em outubro de 1921, em Paris, Milliat fundou a Federação Esportiva Feminina Internacional (F.E.F.I.), que a partir de 1922 até 1934 organizou os Jogos Mundiais Femininos (Quintillan, 2000).

- ⁶ Entre estes, encontravam-se Inglaterra, França, Itália, Estados Unidos da América e Tchecoslováquia (Diem, 1980).
- ⁷ Suzanne Lenglen foi treinada por seu pai, e inovou a moda nas quadras, com saias mais curtas, blusas sem mangas e abandonando as meias brancas. Tornou-se campeã em Wimbledon por seis vezes, mas as americanas se recusavam a reconhecê-la como a número um. Então, em 1926, Lenglen disputou o jogo mais importante de sua vida, com a campeã olímpica de 1924, a americana Helen Wills, da qual ganhou, finalizando a sua carreira (Lyberg, 2000).
- ⁸ Durante o tempo entre uma edição e outra destes Jogos, houve nove congressos organizados por Alice Milliat, fundamentais para a estruturação do esporte feminino, quando se discutiam e decidiam novas sedes, modalidades, regulamentos, homologação de recordes etc. (Diem, 1980; Quintillan, 2000).
- ⁹ Baillet-Latour seria, mais tarde o segundo presidente do C.O.I., também defensor das idéias de Coubertin, que deixou a presidência do Comitê em 28 de maio de 1925.
- ¹⁰ Nesta edição dos Jogos, compareceram 136 mulheres, de vinte países, nos eventos de esgrima, tênis, natação e saltos, representando 4,4% do total de inscritos (I.O.C., 2000).
- ¹¹ Nestes Jogos compareceram 290 atletas, de 25 países, representando 9,6% do total de inscritos, disputando as provas de atletismo, esgrima, ginástica, natação e saltos (I.O.C., 2000).
- ¹² "Babe", como era chamada, quebrou todos os tabus sobre a feminilidade, adotando em seu estilo de vida, atividades só reservadas aos homens de sua época (Leake, 1993; Borish, 1996). Além de atleta polivalente, "Babe" nadava, lutava, remava, cavalgava, jogava tênis, golfe, futebol e futebol americano, hóquei, basquete, pólo e bilhar; cantava, tocava harmônica e representava. Disse a um repórter do *New York Times*, que a única modalidade que faltava na sua lista era a das bonecas. Fez cinema e campanha publicitária relacionada ao esporte. Quatro meses após os Jogos de Los Angeles, foi banida do esporte olímpico, sendo acusada de falso amadorismo. Seu crime foi participar de uma campanha de venda de um automóvel. Foi eleita cinco

vezes a atleta do ano nos Estados Unidos. Morreu aos 45 anos de idade, em 1956 (Cardoso, 2000).

¹³ Eleito posteriormente como presidente do C.O.I. entre os anos de 1952 e 1968.

¹⁴ Ficou conhecida na Europa como a “esposa voadora” que representava o espírito da família. Seu técnico era seu marido, Jan Blankers. Sua carreira iniciou aos 16 anos, quando conseguiu uma vaga na equipe olímpica que foi à Berlim, em 1936. Fanny casou-se, teve dois filhos, e quebrou recordes mundiais nas 100 jardas, 100 metros rasos, 80 metros com barreiras, saltos em distância e altura e pentatlo. Em 1948, Fanny estava no time olímpico holandês novamente, conquistando quatro títulos olímpicos derrotando inglesas e enfrentando a hostilidade do público em Londres. Só não venceu as provas de saltos porque o regulamento olímpico só permitia às mulheres participarem de três provas individuais e o revezamento. Fanny foi reconhecida como a maior mulher esportista do atletismo de seu tempo, quando a sua conquista parecia impossível aos 29 anos de idade e com dois filhos (Jernigan, 1980, Arriaga, 2000; Cardoso, 2000).

¹⁵ No final da década de 1940, mulheres negras americanas tornaram-se as primeiras a entrar nos Jogos através de instituições educacionais. Alice Coachman, da *Tuskegee University*, tornou-se a primeira mulher negra a conquistar a medalha de ouro olímpica no salto em altura (Welch, Costa, 1994).

¹⁶ Fraser, filha de operários, nascida em *New South Wales*, 1937, iniciou a natação por recomendação médica para curar a sua asma. Bateu o primeiro recorde mundial nos 100 metros nado livre em 1956. Foi a primeira mulher no mundo a quebrar a barreira de um minuto para a prova, em 1962, vencendo-a em três edições olímpicas seguidas; feito até hoje não repetido por outra atleta. Polêmica e irreverente, teve conflitos com a equipe olímpica nos Jogos de Roma, 1960. Em Tóquio, 1964, roubou uma bandeira no Palácio Imperial, sendo suspensa dos Jogos por 10 anos, quando se aposentou com oito medalhas olímpicas. Os seus recordes mundiais duraram até 1972 (Arriaga, 2000; Cardoso, 2000).

- ¹⁷ Em Roma, compareceram 610 mulheres de 45 países, representando 11,4% do total de atletas inscritos nos Jogos. O fato marcante foi o retorno da prova dos 800 metros rasos feminino ao programa de atletismo, banida desde Amsterdã, 1928 (Cardoso, 2000).
- ¹⁸ As mulheres representavam 54 países e 14,2% do total de inscritos, competindo em 39 eventos, contra os três eventos disputados em 1900, nos II Jogos Olímpicos de Paris (I.O.C., 2000).
- ¹⁹ Muitos jornalistas e atletas notaram a mudança drástica na estrutura corporal de muitas atletas alemãs orientais após os Jogos Olímpicos de Munique, mas pouco foi feito para prevenir o uso de anabolizantes entre as atletas (Costa, 2000).
- ²⁰ As competições femininas tiveram como medalhistas as mulheres dos países socialistas. A divisão do mundo mergulhado na Guerra Fria estava simbolizada no maior palco esportivo do mundo, com os Estados Unidos dominando as provas masculinas e a Alemanha Oriental as femininas (Cardoso, 2000).
- ²¹ Kornelia foi formada num centro de treinamento de atletas de alto nível, submetendo-se a um programa científico que a transformou numa das maiores nadadoras de seu tempo com apenas dezessete anos de idade (Cardoso, 2000). Contudo, sempre restará a dúvida de se saber até onde ia o talento desta garota prodígio e onde começava a fraude química dos anabolizantes.
- ²² Nascida na Romênia, em novembro de 1961, Nadia começou a ginástica aos cinco anos, entregue aos treinamentos de Bela Karoli. Foi campeã européia aos treze anos e em Montreal, enfrentou a melhor safra de atletas soviéticas, como Nelli Kim e Lyudmilla Tourischeva, sendo considerada a atleta mais completa da competição. Em Moscou, 1980, ela retornou, aos 18 anos, para ganhar nas provas de trave de equilíbrio e no solo (Cardoso (2000).
- ²³ Em Munique competiram 1058 mulheres, em 43 eventos e 8 modalidades; enquanto em Seul, competiram 2186 mulheres, em 86 eventos e 17 modalidades, representando 25,8% do total de inscritos (I.O.C., 2000).

- ²⁴ Curiosamente, em 1989, um ano após os Jogos de Seul, a F.I.A.A. anunciou que seriam realizados exames aleatórios, fora de competição, para atletas da elite mundial, instante em que Florence anunciou a aposentadoria. Dez anos depois, faleceria de ataque cardíaco em sua casa, fortalecendo mais as suspeitas de dopagem por esteróides
- ²⁵ Entre elas, consagrou-se a alemã Kristin Otto, ganhadora de seis medalhas de ouro em Seul em provas de estilos diferentes, gerando polêmica. Janet Evans, americana, sagrou-se a melhor fundista entre as mulheres, derrotando as poderosas alemãs (Cardoso, 2000). O poderio Chinês começava a emergir e mais tarde naufragaria sob a acusação de doping (Costa, 2000).
- ²⁶ Em 1964, a inglesa Dale Greig era recordista da maratona, com 3h27'45", enquanto o inglês Basil Heateley corria em 2h13'35". Em 1985, a recordista mundial marcava 2h21'06", enquanto o melhor homem marcava 2h07'12". A diferença caía de 1 hora e catorze minutos para apenas 14 minutos de diferença.
- ²⁷ Na Carta Olímpica, hoje, lê-se: "... o C.O.I. encoraja fortemente, por sentidos apropriados, a promoção da mulher no esporte em todos os níveis e todas as estruturas, particularmente nos corpos executivos de organizações nacionais e internacionais, com uma visão da estrita aplicação do princípio de igualdade entre homens e mulheres" (I.O.C., 2000).
- ²⁸ O Grupo de Trabalho atua com os Membros do C.O.I., buscando a inserção de um maior número de mulheres; na busca da equidade e igualdade de gênero no Programa Olímpico, na inserção de mulheres nas Comissões e Grupos de Trabalho; na inclusão de mulheres nos cursos da Solidariedade Olímpica; na organização dos Seminários anuais sobre Mulher e Esporte; no Fundo de Solidariedade Olímpica para formação de mulheres atletas, administradoras, jornalistas e treinadoras de alto nível; no incentivo e desenvolvimento do esporte feminino em países islâmicos através de contato e colaboração dos Comitês Olímpicos Nacionais; nas exposições itinerantes sobre a mulher no esporte do Museu Olímpico de Lausanne e em vários países; na cooperação com a Academia Olímpica; no encorajamento de modi-

ficações na abordagem da mulher atleta na mídia; na pesquisa, com o Centro de Estudos Olímpicos, de Lausanne.

- ²⁹ Estes dados foram fornecidos ao C.O.I. pelos Comitês Olímpicos Nacionais.
- ³⁰ Nos dados divulgados pelo I.O.C. (2000), no Brasil não constam mulheres em posições administrativas de tomada de decisão no Comitê Olímpico Brasileiro.
- ³¹ Os seus princípios estão resumidos em tópicos: equidade e igualdade na sociedade e no esporte; as instalações; a escola e o esporte juvenil; o desenvolvimento da participação; o esporte de alta performance; a liderança no esporte; a educação, o treinamento e o desenvolvimento; a informação e pesquisa no esporte; a cooperação doméstica e internacional (Sports Council, 1994).
- ³² Michelle negava o uso de substâncias dopantes, acusando a imprensa de discriminação por ela não ser americana. Anos depois, a nadadora recusou-se a fornecer material para o exame anti-doping, sendo suspensa (Cardoso, 2000).
- ³³ Em termos gerais, as recomendações são: adotar uma abordagem inclusiva de gênero nos CON's, das FI's e no C.O.I.; assumir o compromisso de atingir os 10% de representação feminina até 2000; estabelecer comissões sobre Mulher e Esporte nos Comitês Nacionais; tornar o programa olímpico mais igualitário; fazer com que a Solidariedade Olímpica desenvolva mais programas de treinamento para mulheres assumirem a administração e o treinamento esportivo; o C.O.I. organizar seminários anuais em diferentes regiões do mundo para mulheres no movimento esportivo; suspender os testes de verificação de gênero dos Jogos Olímpicos; criar um sistema de cooperação internacional entre o Movimento Olímpico e outras parcerias com organizações governamentais e não-governamentais (I.O.C., 2000).
- ³⁴ *Call For Action*, no original.

Jogos Romanos: versão pobre dos Jogos Gregos

Prof. Dr. José Maurício Caplinussú
UGF

1 - Introdução

Ao conquistar a Grécia, o Império Romano buscava, de início, aproveitar tudo a que de positivo os helenos apresentavam em sua evoluída civilização, em setores como a literatura, a filosofia e as práticas esportivas, apesar de, neste particular, de forma bem diferente dos gregos, ao romanos atribuísem pouca importância à cultura física. Não havia a preocupação em se trabalhar o corpo de forma harmoniosa: o objetivo principal era proporcionar ao homem força, vigor e resistência, qualidades indispensáveis a um grande guerreiro.

Assim como os jogos gregos, em que os jogos olímpicos, criados em honra do deus Zeus (que mais tarde os romanos batizariam de Júpiter) se destacavam como a principal competição, inclusive implantando, durante sua realização, a “Trégua Sagrada” – período em que qualquer violação ao pacifismo era punida com o máximo rigor e séculos depois influenciaria Coubertin no incentivo ao Movimento Olímpico – Roma procurou aperfeiçoar seus jogos, inspirando-se no modelo grego.

De início, a idéia frutificou e os Jogos Romanos desfrutaram de um certo apogeu, porém, a mentalidade do povo romano estava mais voltada para os adestramentos militares. Com o apoio dos imperadores, que procuravam prestígio agradando o povo sem medir consequências, os Jogos Romanos foram se deteriorando até atingir o absurdo dos combates mortais entre gladiadores, prática que viria abreviar a existência daquelas competições.

2 - Qualidade de vida em Roma

Na Roma antiga, a criança ao nascer era colocada aos pés do pai. Quando ele a erguia nos braços era sinal de que a reconhecia; se permanecesse em silêncio, isto significava o repúdio. Neste caso, a criança ou era colocada sob tutela do Estado ou adotada por alguma família nobre, ou ainda recolhida por gente inescrupulosa que a explorava de todas as formas.

Até os sete anos a criança permanecia sob os cuidados maternos. A partir daí, se a família era abastada, a sua educação se processava em casa com a ajuda de um preceptor, geralmente escravo ou liberto e quase sempre grego. Quando a família não dispunha de recursos para isso, a criança freqüentava escolas denominadas ***ludus***, mantidas por particulares que, mediante pagamento módico, se encarregavam de sua educação. O professor, quase sempre liberto, denominava-se ***ludi magister***. A educação limitava-se a ensinar a ler, escrever e contar. Os exercícios físicos eram representados por jogos e pequenas tarefas agrícolas ou militares. Aos doze ou treze anos, o menino passava a freqüentar outra escola dirigida pelo ***grammaticus***, que o fazia ler e lhe explicava os poemas latinos e gregos. O castigo corporal e a férula eram habituais ("a letra com sangue entra"). Aos dezesseis anos, o jovem ingressava na escola ***retórica***, onde aprendia a discursar através da eloqüência política e forense. Outros jovens realizavam estudos complementares de ciências ou artes. Embora a música e a dança tivessem obtido muita aceitação, a ginástica foi bastante combatida, pois os romanos achavam imoral e repulsiva a nudez dos atletas e ginastas. A partir dos dezoito anos, os jovens substituíam a ***toga pretexto*** pela ***toga viril*** (insígnia dos cidadãos romanos).

Alguns eram enviados ao estrangeiro para aperfeiçoarem a sua educação. Os exercícios físicos eram praticados com finalidades militares e não com a preocupação estética dos gregos.

Já as mulheres eram educadas para as tarefas do lar, também aprendendo danças, música, poesia e canto.

O Campo de Marte, o Circo, o Anfiteatro, o Estádio e as Termas eram os mais importantes locais onde se desenvolviam as atividades físicas dos romanos.

3 - Os Jogos

A origem dos Jogos Romanos, com base na religião, é muito remota. Havia jogos fúnebres, solenes, honorários e votivos, todos sem especial interesse pela Educação Física.

Com o passar dos anos, as antigas competições romanas foram perdendo seu significado e as características próprias do meio. Cada imperador procurava não somente aperfeiçoar as existentes como criar novas disputas, para obter simpatia popular. De um modo geral, os romanos, inspirados nos Jogos Gregos, procuraram melhorar seus jogos, buscando dar ao povo uma concepção diferente daquela dos adestramentos militares. O combate brutal dos gladiadores, cheio de sensacionalismo, excitação e baixas paixões era a atividade que mais entusiasmava o povo.

Dentre os inúmeros jogos, podemos citar:

- **Jogos Seculares** - celebrados a cada cem anos, duravam três dias e três noites.
- **Jogos Decenales** - celebrados a cada dez anos, foram estabelecidos por Augusto.
- **Jogos Capitolinos** - realizados em Afrodísias de Cária e Heliópolis de Celo (Síria), a cada cinco anos, para comemorar a libertação do Capitólio das devastações dos gauleses. Neles premiava-se a força, a agilidade, a poesia e a eloquência.
- **Jogos Quinquenales** - constituíam uma imitação dos Jogos Olímpicos. Criados por Augusto celebravam-se em honra aos imperadores que tinham reinado por cinco anos.
- **Jogos Acciacos** - realizados a cada quatro anos para comemorar a vitória de Augusto sobre Marco Antônio e Cleópatra, na batalha naval de Accio. Estabelecido no ano 31 a.C. eram celebrados em Ancira, na Galácia; Bóstris, na Arábia; Nicomédia, na Bitínia; Pérgamo, na Mísia; Períntio, na Trácia; Sárdio, na Lísia e Tessalônica, na Macedônia.

- **Jogos Augustais** ou **Augustálicos** - realizados a cada ano em memória do Imperador Augusto.
- **Jogos Megalésios** - realizados em honra de Cibele Megala, cuja estátua era levada em triunfo aos sacerdotes Frígios. Atrás iam os magistrados com togas purpúreas e as matronas romanas dançando diante do altar da deusa, com a participação da nobreza, da classe média, e do povo. Eram celebrados em abril e abertos a uma multidão de estrangeiros, à exceção dos escravos.
- **Jogos Cesáreos** - celebravam-se em honra às vitórias de Júlio César, sendo muito concorridos em Damasco, Mauritânia, Netrópolis, Tessalônica e Tiro.
- **Jogos Florais** - celebravam-se à noite nos últimos dias de abril. Consistiam em corridas de tochas, com a participação de jovens de ambos os sexos, quase nus, ou cobertos por vaporosas e flutuantes gases que encobriam as belezas das formas. Eram realizados em homenagem à deusa Flora com um esplêndido festim e danças caprichosas e lascivas;
- **Grandes Jogos ou Romanos** - celebravam-se em setembro, e depois em abril, durante cinco dias. Foram estabelecidos pelo fundador da cidade, Rômulo, para comemorar o rapto de Sabinas.

4 - Instalações Esportivas

Roma conserva, até hoje, muitas recordações de suas admiráveis instalações esportivas da Antigüidade, construídas com luxo e perfeição técnica. As termas, o circo, o anfiteatro, o estádio, ao lado de certos estabelecimentos privados, constituíam os principais locais de prática dos exercícios corporais, embora normalmente afastados das finalidades de uma educação física racional.

4.1 - Termas

Eram locais apropriados para banhos, duchas, massagens e fricções, funcionando também como centros de atividades físicas, além de local para reuniões socioculturais e religiosas, abrangendo em seu conjunto, vestiários, salas de aula, salões de conversação, bibliotecas e santuários. Dispunham de todos os requisitos exigidos pelo homem de então que, além da prática do exercício físico, buscava o descanso espiritual e o aprimoramento das suas qualidades intelectuais. As termas não se destinavam somente às classes privilegiadas, mas a todos os cidadãos, quaisquer que fossem suas condições sociais. É claro que havia restrições, mas de um modo geral suas portas estavam abertas à toda a população.

As principais termas, erigidas durante o vasto período imperial, foram as de Agripa, Nero, Tito, Trajano, Constantino, Caracala e Diocleciano. A Terma de Diocleciano, cujos restos foram integrados no atual Museu das Termas, destacou-se, entre as suas congêneres, por ser a maior de todas. Além de possuir mais de 3000 banheiras, dispunha de enorme campo desportivo, um dos maiores em todos os tempos.

4.2 - Circo

Os circos romanos apresentavam magnífica construção arquitetural, em forma retangular, com pavimentos, arcadas, escadarias interiores, colunas, pilastras, muralha exterior e fachada monumental. Constituíam pálida imitação dos hipódromos gregos, de linhas simples e sempre localizados próximos de bosques e rios. Neles se realizavam as provas hípias, como as corridas de carro e o célebre torneio de "tróia". No período de decadência do Império Romano, as lutas de gladiadores, entre si ou com as feras, constituíam também parte importante dos espetáculos.

Entre os circos mais importantes podemos citar o Máximo, o mais antigo e mais amplo, construído na época da monarquia; o de Flamínio, situado no Campo de Marte, construído no ano 220 a.C. pelo censor C. Flamínio; o de Salústio (entre Pincio e o Quirinal), o de Nero (ao pé da Colina do Vaticano – atual Basílica de São Pedro), o de Domiciano (construído por Septímio Severo – atual Praça

Navona), o de Adriano (situado nas proximidades do Mausoléu deste príncipe) e o de Majencio (a três quilômetros da cidade, sobre a via Apia). Em Constantinopla, hoje Istambul, foi construído um circo de rara beleza, pleno de monumentos de arte grega.

As corridas de carro faziam as delícias dos espectadores. Os carros denominavam-se bigas, trigas ou quadrigas, conforme fossem puxados por dois, três ou quatro animais. O condutor, que dirigia de pé, chamado “auriga” no decorrer da corrida, bastante perigosa, muitas vezes perdia a vida. Bastava o desvio brusco de um dos animais, ou mesmo uma leve batida da roda no carro do adversário, para que estas frágeis viaturas fossem projetadas e tombadas, sacrificando irremediavelmente o condutor.

4.3 - Anfiteatro

O anfiteatro, bela obra arquitetônica romana, tinha por peça principal uma arena circular, circundada por maciça arquitetura, onde se desenrolavam os combates de gladiadores, de feras e os sacrifícios, onde cristãos eram lançados às feras e devorados sob os aplausos sádicos e frenéticos da multidão.

No tempo de Trajano, lutaram entre si, em um só festival, realizado durante muitos dias, dez mil gladiadores, metade dos quais encontrou a morte.

Os gladiadores eram prisioneiros ou escravos dotados de elevado valor físico e ferocidade, que se exercitavam, muitas vezes, numa escola própria – a “ludus gladiatoris” -, dirigida pelo lanista, mestre de luta. Os romanos não procuravam nos gladiadores nenhuma das qualidades morais que os gregos exigiam dos seus atletas. Eles eram adestrados para se exterminar mutuamente.

Em uma das maiores escolas de formação de gladiadores, a de Cápuia, teve origem a rebelião dos escravos encabeçada por Espártaco.

4.4 - Estádio

Era destinado às competições e às lutas atléticas – corridas, saltos, arremessos de disco, dardo, etc. Os Jogos Capitólicos, muito parecidos com os Jogos Olímpicos, tinham lugar nos estádios, onde

também se realizavam concursos de ginástica, exercícios eqüestres, canto, música, poesis e eloquência.

4.5 - Instalações Particulares

Além de numerosas instalações privadas, estabelecidas com finalidade comercial, numerosas propriedades de gente abastada dispunham, como hoje, de locais desportivos de recreação e treinamento, sobretudo palestras (sala para lutas, esgrima), campos de pelota e piscinas.

Em conclusão, pode-se citar entre as causas da decadência das atividades físicas, as seguintes:

- O Cristianismo, na sua reação contra os excessos do paganismo, pugnava pela renúncia de tudo que era material e relegou a segundo plano a integridade corporal, tornando-se, assim, funesto às atividades físicas. A influência destruidora dos gregos conquistados e o efeito maléfico do Oriente também contribuíram para a decadência, provocando, então, sérios prejuízos e a deturpação da prática dos exercícios físicos;
- Os espetáculos bárbaros, a opulência, o luxo e as orgias foram, pouco a pouco, abastardando o povo, fazendo-o se tornar indolente e deixando de praticar os exercícios, preferindo os fáceis prazeres de Roma às duras batalhas dos campos de combate;
- O profissionalismo das práticas sangrentas e amorais fez o desporto, cada vez mais, perder sua nobreza e suas essências mais puras. O ocaso moral envenenou os espetáculos. A plebe romana somente almejava “pão e circo”;
- Finalmente, os germanos, ao conquistarem Roma, acabaram de liquidar o povo que ainda existia de atividades físicas, muito deturpadas em seus benefícios e finalidades.

Referências Bibliográficas

MARINHO, Inezil Penna. *História Geral da Educação Física*. São Paulo, Brasil Editora, 1980.

RAMOS, Jayr Jordão. *Os Exercícios Físicos na História e na Arte*. São Paulo, Ibrasa, 1983.

GRIFI, Giampiero. *História da Educação Física e do Esporte*. Porto Alegre, D. C. Luzatto Editores, 1989.

Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo, Larousse Cultural Editora, 1998.

Histórias que contam a História: a memória do Movimento Olímpico Brasileiro, revivida por seus medalhistas¹

**Katia Rublo, Dario Custódio, Carla de Pierro,
Cléber Guilherme, Hélio R. da Silva, Laura Soares**
Universidade de São Paulo

Resumo

Que o esporte tem se constituído como uma instituição criadora de valores culturais, não representa grande novidade na produção sociocultural esportiva recente. Mas a amplitude e profundidade de sua abrangência é o que se tem buscado verificar com afinco por vários estudiosos da área. Tipo de modalidade, faixa etária e estrutura da instituição em que se pratica o esporte, interferem, e por vezes determinam, a qualidade da prática e a longevidade do projeto de vida de ser um atleta, que pode se tornar um sonho, uma realização ou um pesadelo. Dedicar toda uma vida a uma causa é digno de registro e reflexão. Quando o fruto dessa dedicação se apresenta como trajetória vitoriosa isso se reverte em alvo de identificação. Uma vida pode ser apresentada em algumas décadas, capazes de marcar, definitivamente, nesse lapso de tempo, as características de um grupo ou os rumos de uma geração, incorporando valores passados aos tempos futuros, em uma construção cíclica. Considerada uma forma particular de história oral, a história de vida se apresenta em forma de relato onde um ator social narra sua

existência através do tempo, associando-o ou não a acontecimentos históricos de sua comunidade ou país. Os acontecimentos que emergem dessa narrativa são considerados significativos na trajetória pessoal ou do grupo ao qual o narrador pertence, apresentando elementos do imaginário individual e coletivo associado aos episódios narrados. Se o discurso e sua narrativa constituem-se como um dos pilares para a compreensão das histórias de vida, o desenrolar temporal dessa narração se apresenta como um outro elemento fundamental na organização da memória que emerge como história. Neste trabalho buscaremos discutir o emprego dessa metodologia na reconstituição e reconstrução da dinâmica do Movimento Olímpico Brasileiro por meio das histórias de vidas de atletas brasileiros ganhadores de medalhas olímpicas.

Notas

¹ Projeto de pesquisa financiado pela FAPESP.

Higienismo e Olimpismo: campo de disputas entre Positivismo e Humanismo?

Prof. Ms. Edivaldo Gois Junior

Universidade Gama Filho e Universidade Cidade de São Paulo
egoisjr@terra.com.br

1 - Introdução

Nesse ensaio iremos formular algumas hipóteses que podem orientar outros trabalhos na busca de um melhor entendimento da influência da filosofia e da história das ciências na Educação Física. Particularmente, nos incomoda a rotulação de algumas personagens históricas em suas orientações científicas.

Desse modo, vislumbraremos algumas fontes que podem relativizar algumas rotulações consagradas na história da Educação Física e Desportos.

Interessa-nos, nesse ensaio, a condição positivista dos higienistas na expressão da ginástica científica, e, a do humanismo do Olimpismo e defensores do esporte.

Partiremos da hipótese de que a filosofia e a história das ciências influenciam, mas não determinam as disputas na história da Educação Física e Desportos.

Vemos que uma parte dessa historiografia apressa-se na indicação de tal orientação teórica para determinada personagem histórica. Lembramo-nos, no momento, da descrição de Lino CASTELLANI FILHO (1988), que rotulou Fernando de Azevedo de galtoniano. Nas fontes nunca se encontrou menor indício de que Azevedo teria defendido a esterilização de doentes ou regulamentação de casamentos, como aludiam os galtonianos, muito pelo

contrário, como demonstrou Pedro PAGNI (1994), Azevedo destacou-se na democratização da Educação e Saúde.

Muitas vezes, autores identificam uma semelhança em determinada orientação prática por parte de alguma personagem que se assemelha à determinada característica de uma filosofia, e, pronto, mais uma rotulação precipitada se escreve.

Porém, antes de nos atermos ao aspecto central desse ensaio, cabe-nos uma breve revisão sobre higienismo e olimpismo.

2 - Conceituando Higienismo

Em meados do fim do século XIX e início do século XX, surgia um novo discurso. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo de “movimento higienista”. O movimento tem uma idéia central que é a de valorizar a população como um bem, como capital, como recurso talvez principal da Nação (GOIS JUNIOR, 2000). O movimento se expandiu pelo mundo e chegou ao Brasil, embora mediante reapropriações e reinterpretations.

Preconizava normas, hábitos, que colaborariam com o aprimoramento da saúde coletiva, do povo e da *raça*, para fazermos referência ao termo da época. Nas últimas décadas, a interpretação do “movimento higienista” foi abertamente crítica, sobretudo nas obras de história da Educação Física geradas a partir dos anos oitenta, mas também em textos mais recentes, como exemplo os textos de SOARES (2001), e MARINS (1998). O argumento central dos críticos baseou-se em duas operações: mediante a primeira o “movimento higienista” foi homogeneizado, considerado como um discurso e uma prática de caráter unitário; pela segunda, foi considerado como agindo em bloco a serviço dos interesses das classes dominantes. De fato, a homogeneização estaria a serviço da segunda operação, de sua consideração em bloco como sendo funcional para os interesses das classes dominantes. A crítica depende da homogeneização, ela é seu pressuposto lógico.

Entendemos que o “movimento higienista” era altamente heterogêneo sob o ponto de vista teórico (fundamentos biológicos e raciais), ideológico (liberalismo e anti-liberalismo), filosófico

(humanista e positivista). Já no campo das medidas ou das políticas públicas de educação, saúde, habitação e trabalho, entre outras, encontramos uma maior unidade. Isto não é de se estranhar. É bem conhecido o fato de que na área da Saúde Pública, que embora contrapostos em termos de adesão, as teorias “bacteriológica” e “dos miasmas”, na própria Europa, propuseram as mesmas medidas profiláticas. Podemos perceber que teorias explicativas diferentes podem levar a práticas de intervenção semelhantes, ou o inverso. São bem divulgadas as histórias que rotulam o “movimento higienista” como positivista. Questionamos a simplicidade dessa alusão, sem um maior cuidado. Por exemplo, na França, Georges Demeny, é considerado um higienista. Seus ideais residiam em um exercício físico que se afastasse do funambulismo e do desperdício da energia social, composta pela força física dos jovens. Os escritos de Demeny residem em uma análise mecânica e fisiológica do movimento humano. Em nenhum momento há uma alusão ao positivismo. Contudo na Educação Física é considerado um positivista, pelas características objetivas e quantificáveis de seu método, em uma analogia, os mesmos fatos fazem Vítor Marinho de OLIVEIRA (1994) rotular a obra de fisiologia de FOX & MATHEUS (1983) de cunho positivista. Até que ponto podemos nos antecipar nessa rotulação? Simplesmente pelo método objetivo, quantificável dos mesmos? Os fisiologistas atuais continuam com os mesmos métodos, mas será que compreendem o positivismo como sua matriz teórica, defendendo Comte? Todos que utilizam na práticas métodos objetivos e quantificáveis são positivistas? A grande maioria desconhece as teorias positivistas e nunca leram Comte, mas continuamos rotulando-os como positivistas. Não seria melhor encarar o positivismo com uma influência muito importante na história da ciência, que leva diversos cientistas a utilizarem um método que desconhecem. Da mesma forma localizamos Demeny nesse grupo, nunca o interessou a defesa do positivismo, nem mesmo a Amoros e Georges Herbert. Nunca foram defensores do positivismo, embora seja inegável a influência dessa filosofia em seus escritos, sobretudo pela crença na ciência objetiva, racional e metódica.

3 - Conceituando Olimpismo

Se a conceituação de Higienismo encontra dificuldades em se unificar, mesmo porque essa mesma unidade é questionável na sua aplicabilidade e utilidade. Da mesma forma, ou de forma mais heterogênea encontra-se a diversidade no conceito de Olimpismo.

Segundo Otávio TAVARES (1999), os jogos olímpicos podem ser considerados a maior expressão dos valores que o Barão de Coubertin atribuía a prática esportiva. O Esporte representaria para Coubertin um empreendimento educativo, moral, social, que objetivariam uma mudança de atitudes na sociedade. Chamou-se esses princípios de Olimpismo, referências do Movimento Olímpico. O aspecto moral sempre foi central no movimento olímpico. O Esporte educaria homens participativos, de caráter, e outros clichês.

Quando deixamos a discussão nesse nível conceitual, tudo parece simples, mas ao discutirmos com profundidade as os ideais do Barão e suas origens filosóficas, nos embrenhamos em um difícil quebra-cabeça.

DaCOSTA (1999), nos convida a montar esse quebra cabeça. Primeiramente, sugere que a tal alardeada influência humanista de Pierre de Coubertin, poderia ser um reflexo do embate de concepções humanistas diferenciadas, uma tentativa de unificação do humanismo utilitário e o humanismo ético. Ao entrar nessa discussão, o autor nos coloca como é difícil a compreensão desses aspectos:

“Em suma, o trabalho intelectual de Coubertin pode ser inacessível a muitos de seus intérpretes atuais, exceto se eles estiverem familiarizados com a tradição francesa estabelecida no século passado pela combinação de epistemologia evolucionária, positivismo, ecletismo e humanismo utilitário, combinado com a idéia de progresso já redefinida pelo iluminismo. É claro, que a questão se torna mais complicada na medida de ausência de uma perspectiva unificada por parte dos intérpretes.” (DaCOSTA, 1999, p. 54-5.)

DaCosta, ainda, nos leva a compreender que durante a vida de Coubertin não houve uma unificação de conceitos sobre o Olimpismo, essa foi uma filosofia em processo. Com o passar dos anos recebeu contribuições diversas, caminhando para um pluralismo. Sendo assim, confirma o autor, que Pierre de Coubertin e seus ideais não se caracterizavam como uma filosofia, mais sim uma das versões do humanismo, devido o ecletismo do Barão.

Diferentemente de Demeny, Pierre de Coubertin, segundo seus intérpretes, compreende a influência do humanismo e a discussão filosófica em torno de sua obra. Quando defende que o olimpismo não é um método, e sim, um espírito, na mediação entre o humanismo utilitário e ético, segundo DaCosta (1999) fica comprovada sua base humanista. Mas será que o humanismo determinou as bases do discurso humanista, ou o influenciou? O que é substancialmente, diferente. Preocupado sobretudo com a formação do caráter, o discurso de Coubertin parece distanciar-se do cientificismo biológico de Demeny, centrado na economia do esforço. Estaria então solidificada uma oposição filosófica entre a ginástica científica e positivista, e o esporte moralizante e humanista? As fontes brasileiras atestam que não. Por vezes, como veremos a seguir, defensores do esporte utilizaram como arma o positivismo; os defensores da ginástica usavam os mesmos argumentos humanistas de Coubertin para criticar o esporte, criando uma dualidade entre esporte bem e mal orientados. Em contrapartida, novamente, os esportistas re-valorizavam os ideais de Coubertin, aludindo o Esporte como importante ferramenta educacional, já os defensores da ginástica francesa, aceitavam a importância do Esporte, mas contra-indicavam sua prática para crianças e adolescentes pelo desperdício de energia.

4 - O Método Francês *versus* Pierre Coubertin na França e no Brasil

Inicialmente, descreveremos, sucintamente, o contexto francês que possibilitou esta relação, a oposição entre os ideais higienistas representados pela ginástica; e os olímpicos representados pelo esporte.

Na França do século XIX, tinha-se a idéia de que a população do país poderia desaparecer, contrariando as teorias de Malthus.

Este economista inglês indicava que o mundo estava próximo de uma explosão demográfica. Calculou que a população crescia vertiginosamente, como nunca antes na história da humanidade. Com isto as reservas de alimentos na Terra seriam esgotadas. Porém, já no século XIX, suas teorias são abandonadas, pois a industrialização fizera a produção de alimentos crescer na mesma forma que a população. Portanto afastada a ameaça malthusiana, outra teoria torna-se mais aceita, e não menos preocupante para os franceses. Esta seria a fadiga. Nos termos dos higienistas, a população francesa estava debilitada, indisposta, fraca fisicamente. Isto poderia comprometer a supremacia do país. Era preciso cuidar da energia social, recuperando os franceses. Mas como fazer isto?

Anson Rabinbach descreve que os higienistas apontaram os caminhos. E, as suas indicações caíram, também, sobre a necessidade de criação de uma ginástica racionalizada e científica, capaz de recuperar o francês do estado de fadiga. E, neste momento, que se inicia na França a relação entre os ideais higienistas e a Educação Física na França. (RABINBACH, 1992).

No Brasil, o higienista João de Barros Barreto dizia que os exercícios físicos eram a coordenação e sistematização dos movimentos musculares, que deveriam ser regradas, sem abusos, pois assim traria inúmeros benefícios ao organismo humano. Segundo ele, a ausência das atividades físicas poderia prejudicar o pleno funcionamento do corpo, causando deformações no aparelho digestivo, respiratório e no sistema cardiovascular. Segue na descrição dos vários motivos que deveriam convencer o homem da necessidade da adoção das atividades físicas como um hábito impreterível (BARRETO, 1948).

Ainda no Brasil, a Educação Física como uma medida profilática para se evitar a fadiga estava presente nos manuais de higiene da época. Diziam os higienistas, que o treinamento físico, que era resultante da prática continuada e metodicamente intensificada dos exercícios musculares até um certo limite, ia acarretando uma adaptação funcional a maiores exigências, um aperfeiçoamento da resistência ao esforço requerido, um rendimento mais nítido do trabalho solicitado, enfim, um aumento na resistência à fadiga. Com

esta adaptação às exigências acrescidas de esforço, poderia se alcançar um ponto ótimo, reduzindo-se em torno de 40 % do dispêndio de energia, necessário a um determinado exercício; tudo isto, graças à melhoria de ação do sistema nervoso, ao apuro na coordenação dos movimentos, eliminando-se os supérfluos.¹

A Educação Física teria o papel de aprimorar a condição de saúde do indivíduo. Isto possibilitaria uma melhor adaptação ao trabalho industrial, pois ela reduziria a fadiga do trabalhador, aumentando a produção. Apenas a partir desses argumentos, a historiografia da Educação Física, da década de oitenta, considerou a prática da ginástica uma estratégia de dominação gerada pelas elites. Em nossa dissertação de mestrado consideramos que o discurso em torno da fadiga não era determinado pelos interesses dominantes e, muitas vezes, ia a favor dos interesses do trabalhador. Um dos objetivos do discurso da fadiga era convencer os industriais da necessidade das reformas higienistas, como a da redução da jornada de trabalho e o investimento na saúde dos trabalhadores, e para isto usavam como argumento o aumento da produção que resultaria na formação de um trabalhador mais descansado e melhor alimentado, mais sadio e, não raro, melhor educado. Contudo, houve grande resistência por parte dos empresários orientados pelo lucro imediato, e pela idéia banal de que quanto maior a jornada de trabalho mais lucro, colocando em campos opostos os interesses higienistas e empresariais. De fato, nos parece que alguns higienistas pretendiam reeducar os próprios capitalistas, uma reiterada aspiração dos intelectuais. Outro intuito principal dos higienistas era conservar e aprimorar a energia social. Era preciso cuidar da população para pautar a questão do desenvolvimento econômico nos termos da época. Mas antes de se consolidar a ginástica higienista no Brasil, já no século XIX, a França percebe a importância social das atividades físicas, e o governo francês entra no debate, fato que no Brasil, ocorreu apenas na década de trinta do século XX.

Na França, durante o século XIX, os exercícios ginásticos feitos pela mocidade francesa caíam no descrédito das autoridades militares. Eles eram praticados de uma forma irracional, que mais poderia debilitar o homem que prepará-lo fisicamente. Segundo os higienistas, era necessário metodizar a ginástica, torná-la contemporânea às teorias da fisiologia, que refutavam o valor do desgaste

físico, defendendo uma economia e desenvolvimento da energia no treinamento. Com este objetivo, nos conta Rabinbach, o governo francês organizou uma reforma da Educação Física do país. Ouvindo as várias propostas, formaram-se dois grupos: de um lado estavam os adeptos do esporte inglês, como Pierre de Coubertin, no outro, os protagonistas da ginástica racional, como Phillipe Tissié, Georges Demeny, Etienne-Jules Marey e Angelo Mosso.

Se o esporte se caracteriza como humanista nos idéias de Coubertin e estavam em oposição a uma ginástica científica e positivista de Demeny, por que o humanista utilitário, Dr. Tissié, colocou-se do lado da ginástica? Será que a oposição entre esporte humanista e ginástica higienista e positivista não se sustenta?

Só podemos solucionar esse problema, se pensarmos que o humanismo e positivismo, longe de determinar as discussões metodológicas da Educação Física, apenas influenciavam em alguns aspectos as personagens dessa história. Será essa a resposta?

Os cientistas da fadiga condenaram o esgotamento e o descuido do ritmo do corpo, inerente no treinamento atlético dos esportes. Mas até mesmo entre os fisiologistas, não havia nenhum acordo sobre qual método ginástico era preferível. (RABINBACH, 1992)

O movimento de reforma da Educação Física caminhou. Foi realizada uma coalizão entre higienistas e fisiologistas que foram convencidos que a nação estava em um estado de declínio físico, e que uma baixa taxa de crescimento populacional ameaçava a existência de França. Os exercícios físicos não poderiam ter uma distribuição desorganizada e difusa de esgotamento ou dores, mas um rigoroso jogo unificado de atividades baseado no desenvolvimento repetitivo e calculado de energia física. Nas palavras de Langrage, a higiene nos exercícios não é nenhum esforço extenuante, é trabalho (LANGRAGE apud RABINBACH, 1992).

Em 1891, com a iniciativa do higienista francês Vaillant, Georges Demeny recebeu a autorização para criar um curso de Educação Física, o primeiro do gênero na França: a Escola Joinville-le-Point.

Em 1900, Marey foi designado para encabeçar um Comissão de Higiene, que teria o objetivo de indicar qual seria a melhor prática para os jovens franceses, ou seja, decidir entre a ginástica e os esportes. Ele optou pela Ginástica. Da mesma forma optou o

Congresso de Fisiologia Educacional . Alguns meses mais tarde, o ministério de Guerra pede uma modificação substancial na educação nas escolas e no Exército. Como resultado, Demeny foi comissionado para desenvolver um programa novo de Educação Física adequado às demandas de um exército moderno. Isto posto, a Escola Joinville-le-Point cria uma regulamento de treinamento militar.

O método francês, principalmente pela influência de Demeny, estava preocupado em erigir práticas físicas que possibilitassem a economia do esforço e a execução dos exercícios. Era um estudo anátomo - fisiológico que procurava determinar o aperfeiçoamento do gesto técnico. Ou seja, o movimento deveria ser executado com o menor dispêndio de energia possível. (GOELLNER, 1996).

Assim sendo, o método francês era baseado nas mais recentes teorias da fisiologia da época, as que atestavam a necessidade de se evitar a fadiga. E o método tenta ser construído respeitando estes princípios. Por exemplo, na prática dos exercícios do método eram prescritas algumas orientações higiênicas. Estas tinham o objetivo de não estafar (fadiga mental) e fadigar o praticante, portanto orientavam o tempo de duração da atividade e o horário, a temperatura climática ideal, o uniforme adequado, o local.

A prática destes exercícios colaboraria na formação de um homem apto ao trabalho industrial e de um bom soldado. Os higienistas consideram que o método poderia auxiliar no desenvolvimento físico e moral da população, o que significava desenvolvimento econômico para a nação.

Mas afinal, o método Francês foi contra o esporte? Na verdade o método francês indicava que o esporte deveria ser praticado na idade adulta. Na tradução de Inezil Penna Marinho do Método Francês, é dito que:

“São indicados [desportos coletivos] por excelência para os adultos normalmente desenvolvidos e se apresentam indispensáveis ao desenvolvimento físico.(...) Ainda aqui, há um perigo a evitar; o consumo de energia susceptível de ser despendida durante uma sessão de desportos coletivos, é considerável. Esta despesa só pode ser suportada, sem perigo, por um organismo particularmente robusto. Ora, o prazer, o

prazer intenso que acompanha essa forma superior de jogo, leva o adolescente a entregar-se cedo à sua prática. Mal preparado, não tendo ainda acumulado um capital de saúde e vigor suficiente para sacrificá-lo em despesas avultadas, gastar-se-á prematuramente e impedirá seu desenvolvimento normal.” (BASES DO MÉTODO FRANCÊS *apud* MARINHO, s.d., p. 94-5).

O método não é contra o esporte, mas aconselha que ele é pouco indicado para crianças e adolescentes pelo dispêndio excessivo de sua prática, que se dá de forma não metodizada. No artigo de Georges Hébert publicado na revista brasileira Educação Physica em 1941, o autor alerta para os perigos morais do esporte, dizendo que:

“Pergunta-se por que motivo o esporte cada vez mais descamba para o espetáculo, o funambulismo, e para a exploração da basbacaria humana. Uma das principais razões é a seguinte. Lançou-se o esporte no país com processos de saltimbancos, e aplicou-se a publicidade do esporte industrial ao esporte corpora., Promoveram-se corridas, organizaram-se ‘matches’, de começo, com fim de propaganda completamente desinteressada, força é reconhecê-lo. Mas, este movimento sadio não durou. De pressa se abriu a burra e a imprensa esportiva, como a grande imprensa, culpáveis nisso tanto uma como outra, fizeram exatamente o que fazem os mascates de estrada. Gaba-ram, muito além dos limites permitidos pelo bom senso, a excelência dos fenômenos que iam exhibir ou opôr um a outro em impressionantes ‘matches’. É suficiente reler os jornais destes vinte últimos anos, para ver que nada exageramos e que as louvainhas usadas pela Imprensa para atrair a turba são mais ou menos as mesmas empregadas pelos mascates de estrada. O resultado de tais processos foi atrair o espectador e criar a indústria do espetáculo esportivo. Explorou-se a ingenuidade e a ignorância gerais, fazendo crer no valor extraordinário de alguns indivíduos, provenientes, em realidade, de uma seleção ínfima, o ataviando-os dos títulos pomposos de cam-

peões nacionais ou mundiais! Há anos, os dirigentes das federações ou sociedades de esporte trabalham,, não a fisiologia ou a pedagogia dos exercícios do corpo, mas a maneira prática de criar uma reunião ou uni espetáculo.” (HÉBERT, 1941, p. 58).

O esporte espetáculo e competitivo incomodava as concepções morais em que acreditava o paladino do método natural. Ele não desvalorizava o esporte, mas sim, os caminhos tomados pelos esportistas, os quais criticava duramente no artigo. O mais interessante, é que Hébert recorre à noção de equilíbrio do homem para argumentar o desequilíbrio que o Esporte pode acarretar. O jovem, segundo ele, possuía coragem, mas não a moderação necessária ao ensino do esporte. Levando o praticante ao desenvolvimento de instintos egoístas e individualistas, que buscam a vitória a qualquer custo. Em seus termos:

“No esporte exclusivo, o individualismo é exaltado pela idéia de chegar em primeiro lugar ou de ser o mais forte. Tanto mais se afirmam e se expressam os sentimentos egoístas, quanto maior o exagero do esforço. Se o sucesso corôa os esforços, o amor próprio super excitado tende a gerar a vaidade”. (Hébert, 1941, p. 31).

Podemos perceber uma oposição entre atividade física para saúde e esporte de rendimento. Para Hébert, quando se considera o Esporte apenas com meio de se definir os melhores, o valor utilitarista da saúde moral e física acaba se perdendo. Para que o Esporte tivesse um valor educacional era preciso incutir-lhes valores como cooperação e altruísmo. Essa mentalidade é muito próxima a de Pierre de Coubertin nesse aspecto, assim como na necessidade de se buscar o equilíbrio do homem. Seriam os dois humanistas? Porém um favorável ao esporte e outro a ginástica? Em caso afirmativo, estaria desfeita a dicotomia entre esporte humanista e ginástica positivista.

No Brasil, a complexidade dessa dualidade acentua-se. Alguns artigos passam a demonstrar o valor moral do Esporte bem orientado. Por exemplo, Octávio Resende mostra os benefícios morais do Esporte bem orientado:

"Para o adestramento physico, tomado como meio de melhor servir à sociedade, devemos, pois, dar preferência aos jogos que desenvolvam o espirito de corporação, de muito auxilio, bem caracterizado no vocabulo 'association' como que é conhecido, na Inglaterra, o football". (Resende, 1932, p. 15).

Ainda no mesmo artigo, Resende defende o esporte altruísta como forma de controlar o egoísmo, como pensou Hébert e Coubertin. E, o mais interessante Resende defendia o esporte de humanista Coubertin, baseando-se no positivismo. Em suas palavras, fazendo referência à Augusto Comte:

"A educação positiva, como existencia que deverá preparar, subordinará sempre o intellecto à sociedade, tomando esta como fim e aquella como meio, tal educação se constitue a primeira das artes, a única plenamente geral, que aperfeiçoa a acção, melhorando o agente. Os sports collectivos, ao mesmo tempo que robustecem o corpo e aprimoram os sentidos, desenvolvem o espirito associativo, compressor dos instinctos egoístas: habituam a submissão de certas regras, voluntariamente acceitas, e cuja transgressão pôde acarretar reveses para seu quadro." (Resende, 1932, p. 15).

Podemos perceber que seus argumentos são justamente os mesmos de Hébert, porém estão a serviço do esporte, e não em sua condenação. Além disso, ao invés de recorrer ao humanismo de Coubertin, atrela-se ao positivismo. Fato que ao menos no Brasil relativiza a idéia de um esporte humanista e uma ginástica positivista. Senão vejamos, se os três defendem a mesmas concepções de esporte, poderíamos rotulá-los de positivistas? Isso não se sustenta devido a Coubertin. E, se indicássemos como humanistas? Isso também não se sustenta devido ao positivismo partidário de Resende. Podemos então, defender que Resende era um positivista favorável ao esporte, Coubertin um humanista favorável ao esporte e Hébert um humanista da ginástica? São hipóteses que constituem uma boa agenda de pesquisa. Contudo podemos concluir que a dicotomia entre esporte humanista e ginástica higienista e positivista não se

sustenta. E devemos encarar seriamente a hipótese de influência da história das ciências e filosofia, mas não a determinação da história da Educação Física e Esportes como mero reflexo das discussões filosóficas entre positivismo, humanismo, marxismo, e demais correntes da história da ciência, sem considerarmos as diversas interpretações e reapropriações que a Educação Física pode realizar sobre essas correntes.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, João de Barros. *Tratado de Higiene*. 2ª edição. 1º vol. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- DACOSTA, Lamartine Pereira. Olimpismo e o equilíbrio do homem. In: DACOSTA & TAVARES (org.). *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.p. 50-69.
- GOELLNER, Silvana. O método francês e a militarização da Educação Física na escola brasileira. In: FERREIRA NETO, A. *Pesquisa histórica na Educação Física brasileira*. Vitória, UFES, 1996.
- GOIS JUNIOR, Edivaldo. ***Os higienistas e a Educação Física: a história de seus ideais***. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UGF, 2000.
- HÉBERT, Georges. Os perigos morais do Esporte. In: *Revista Educação Física*, Rio de Janeiro, Cia Brasil Editora, n.65, 1941, p.30-58.
- MARINHO, Inezil Penna. *Sistemas e métodos de Educação Física*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Cia Brasil Editora, s.d.
- MARINS, Paulo. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, N. (org) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.

OLIVEIRA, Vítor Marinho de. *Consenso e conflito da Educação Física Brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.

PAGNI, Pedro. *Fernando de Azevedo: Educador do Corpo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1994.

RABINBACH, Anson. *The Human Motor*. Los Angeles, University of California Press, 1992.

RESENDE, Octávio. *Os sports coletivos como arma de combate aos instintos egoísticos*. In: Revista Educação Physica. Rio de Janeiro, Cia Brasil Editora, n.5, 1932, p. 15.

SOARES, Carmem Lúcia. Educação Física, Raízes Europeias e Brasil. 2ª. edição. Campinas, Autores Associados, 2001.

TAVARES, Otávio. Referenciais teóricos para o conceito de olimpismo. In: DaCOSTA & TAVARES (org.). *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999. p.15-49.

Notas

¹ Cf. Os manuais de higiene da época.

Mulheres no poder: um caminho para a reescrita da história olímpica

Profa. Doutoranda Maria Cecília de Paula Silva¹

Membro da Academia Olímpica Brasileira
dsales@cpd.ufjf.br

Resumo

As mulheres estão transformando o mundo em que vivemos, trazendo mudanças de valores, de visão de mundo e de expectativas em todos os campos: política, religião, ecologia, negócios, esportes etc. Nos Jogos Olímpicos a história não é diferente. Na instituição olímpica a moderna história dos Jogos Olímpicos traz em seu bojo a história da luta pela emancipação feminina; história que, inicialmente de exclusão das mulheres, hoje traça linhas cada vez mais consistentes da participação feminina. As mulheres participam de forma mais igualitária nos Jogos, além de começarem a ocupar espaços importantes na esfera do poder e influenciar mudanças sociais. Mas, sempre com pedras no caminho. Neste estudo procurei me pautar no discurso feminino sobre a participação da mulher nas instâncias administrativas – de poder – da instituição olímpica. Principalmente no discurso de Anita De Frantz – exemplo deste novo tempo. A opção metodológica foi pela interação face-a-face, em que é possível tentar compreender, controlar e avaliar as condições de produção do discurso e seus efeitos de sentido. O discurso oral – captado em entrevista direta semiestruturada, aqui é analisado prioritariamente como mecanismo representativo de uma visão de mundo, homem/mulher de um determinado grupo social. Anita De Frantz nos relata um pouco da luta e da esperança de as mulheres assumirem uma lide-

rança inovadora e de um novo tempo para todo o Movimento Olímpico.

Notas

- ¹ Representante Brasileira do COB na 38ª Sessão da Academia Olímpica Internacional (Grécia) para jovens participantes (1998). Doutoranda do PPGEFE - UGF/RJ. Membro da Academia Olímpica Brasileira - COB.

A mulher olímpica: tradição versus inovação na busca pela inclusão

Profa. Ms. Ana Miragaya

Membro da AOB

1 – Introdução

Os Jogos Olímpicos da era moderna começaram oficialmente em 6 de abril de 1896, em Atenas, na Grécia, com a participação de 245 atletas masculinos de 14 países do mundo ocidental. O idealizador do renascimento das Olimpíadas, o Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), homem típico de sua época, optou por seguir a tradição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade mantendo a mulher fora das quadras, campos e arenas esportivas e ao mesmo tempo reverenciando a figura do herói da antiguidade, portador de um físico extraordinário e virtudes morais inigualáveis. As primeiras Olimpíadas modernas não tiveram a participação de mulheres atletas, excluindo, portanto, 51% da humanidade. Entretanto, é possível observar um aumento gradual no número de mulheres atletas de 1900 a 2000 (de 1,9% em 1900 para 38,3% em 2000 no número total de atletas)¹ e um número muito pequeno de mulheres assumindo posições administrativas e de gerência nos comitês olímpicos a partir de 1981.

O objetivo deste trabalho é re-visitar e discutir a evolução da participação das mulheres nos Jogos Olímpicos da era moderna: de sua passividade ditada por crenças e valores tradicionais e total exclusão (0,0% de participação) em 1896, até sua inclusão parcial (38,3% de participação) pressionada pela inovação e pelas mudanças nos papéis de gênero ocorridas no século 20. Várias contribuições empíricas ilustrarão este tema, que é aqui primordialmente visto como uma interação de oposições.

A inclusão das mulheres nas Olimpíadas veio a ser feita gradualmente por elas próprias como resultado do seu desenvolvimento e da conscientização de um papel ativo que elas já começavam a exercer na nova sociedade industrializada da segunda metade do século 19 e no decorrer do século 20. As mulheres começaram a conquistar novas posições em seus países, tornando-se mais ativas, e especialmente lutando para se tornarem cidadãs com direito ao voto. Se as mulheres estavam cada vez mais querendo ocupar um lugar na ordem social, não era muito diferente no mundo do esporte. Pouco a pouco as mulheres começaram a invadir uma área que nunca lhes havia pertencido e que lhes era bastante atraente. A prática do esporte e da atividade física lhes dava prazer. Elas estavam começando a sair de uma situação passiva para uma posição ativa. O esporte sempre foi um construto masculino do qual muito raramente as mulheres fizeram parte. Crenças tradicionais sempre prescreveram que o cansaço físico e a competição eram contrários à natureza da mulher. Além disso, acreditava-se que o lugar da mulher era dentro de casa, tomando conta da casa e dos filhos e que o lugar do homem era fora de casa, trabalhando para o sustento da família ².

A história de inclusão das mulheres no esporte é identificada por algumas pesquisadoras ^{3, 4, 5} como uma história de poder e dominação masculina sobre as mulheres e também como uma história de desigualdades onde as mulheres sempre tinham papéis de submissão, sem poder procurar respeito e igualdade. Outros pesquisadores qualificaram essa mesma história como produto do colonialismo Europeu e Norte-Americano, que espelha seus próprios jogos sem considerar aqueles que representam os povos nativos do resto do mundo ⁶. É uma história baseada na tradição, onde mudanças e inovação tinham papel menor. Entretanto, com os avanços da sociedade em face da nova tecnologia e informação, as mulheres começaram a se dar conta de que a história delas teria que ser re-contada de uma outra perspectiva: aquela da inovação, da participação, da atividade e da inclusão. A situação das mulheres nos Jogos Olímpicos evoluiu então de uma total exclusão no início da nova edição dos Jogos Olímpicos para alguma inclusão ao longo dos anos. O avanço e a conscientização das mulheres em relação ao seu novo posicionamento pressionou a sociedade a che-

gar ao ponto onde o próximo passo não era se as mulheres poderiam participar dos Jogos, mas como elas participariam: em quais esportes ou modalidades esportivas e em quais posições, inclusive de gerência em instituições olímpicas nacionais e internacionais as mulheres poderiam participar. A 'permissão' e a extensão desta participação ainda estão sendo prescritas pelos membros do Comitê Olímpico Internacional (COI) cuja maioria é de homens.

2 - A Tradição dos Jogos Olímpicos da Antiguidade

Nos tempos da Grécia Antiga, raiz de toda tradição ocidental, os atenienses acreditavam que as mulheres deveriam andar cobertas dos pés à cabeça para não serem vistas; logo, elas não podiam participar de competições esportivas porque elas teriam que se expor. Além disso, acreditava-se que o corpo feminino era condicionado para a maternidade. Na mesma época, os Jogos da Deusa Hera, cujos primeiros registros datam de 200 a.C. eram jogos que incluíam mulheres atletas jovens e solteiras em competições a cada quatro anos⁷. As mulheres que competiam nos Jogos de Hera não tinham o status de heroínas porque elas não preenchiam os requisitos dos heróis olímpicos pelo tamanho corporal, força física, habilidades e técnicas. Suas competições eram mais simples e não exigiam o mesmo preparo físico masculino.

O primeiro registro dos Jogos Olímpicos da Antiguidade data de 776 a.C. Os Jogos Olímpicos eram na verdade festivais religiosos nos quais acreditava-se que esportes de competição entretinham os espíritos dos mortos. Portanto, um período de paz deveria acontecer durante os Jogos. As tribos e as cidades, constantemente em guerra, recebiam muito bem o período de trégua a cada quatro anos para a disputa dos Jogos Olímpicos. Era um recesso bem vindo para todos, especialmente porque se pensava que era do agrado dos deuses. Embora somente homens pudessem competir nas Olimpíadas, que eram em honra a Zeus, algumas mulheres tinham permissão para assistir. Essas mulheres eram jovens e solteiras à procura de um marido. Elas deveriam observar os corpos fortes e falar com seus irmãos ou pai sobre aquele atleta que queriam para marido. Entretanto, mulheres casadas eram proibidas de assistir às

Olimpíadas sob pena de morte. A única mulher casada que tinha permissão de assistir aos Jogos era a Pitonisa de Demeter ⁸.

As mulheres chegaram a ser prêmios para os vencedores das corridas de biga, mas obtiveram permissão para participar indiretamente como competidoras extra-oficiais nos Jogos Olímpicos alguns séculos mais tarde, na condição de proprietárias de cavalos. Por exemplo, a princesa espartana Kyniska dirigiu seu cavalo numa corrida de biga em 392 a.C. e ganhou. É interessante observar que as primeiras mulheres atletas vieram de Esparta, particularmente porque os espartanos acreditavam que as mulheres que eram saudáveis tinham condicionamento físico e se exercitavam regularmente teriam filhos saudáveis. Inicialmente esta filosofia pode parecer bastante diferente da filosofia ateniense, que preconizava a domesticidade e a reclusão feminina ⁸. Na verdade, os espartanos estavam colocando a atividade física a serviço da função feminina da procriação. As mulheres não tinham papel de heroínas na condição de serem ativas e atletas. A participação das mulheres não era considerada importante especialmente porque os antigos gregos eram altamente competitivos e acreditavam muito no conceito de 'agon', ou seja, competição para a excelência. Essa competição, no entanto, só acontecia entre os homens, que eram os únicos que poderiam se extenuar fisicamente.

O objetivo mais importante dos gregos era sempre ser o melhor em termos de condutas, atitudes, comemorações e festividades. Todos os aspectos da vida, especialmente o esporte, estavam centrados nessa crença cultural. Eles davam valor à força, competitividade, agilidade, velocidade e outras qualidades físicas que acreditavam ser inerentes somente ao sexo masculino. Como os campeões olímpicos eram considerados vitoriosos e heróis, eles tinham direitos a grandes honras e privilégios tais como (i) receber uma coroa feita de folhas de oliveira (o 'cotinus'); (ii) ter estátuas em sua honra colocadas em Olímpia; (iii) ter todas as refeições custeadas pelo poder público; (iv) ter lugares cativos nas primeiras filas dos teatros além de (v) ocupar altos postos no governo. Além disso, seus compatriotas derrubavam parte dos muros das cidades natais para que eles pudessem entrar por ali quando retornassem das Olimpíadas porque se acreditava que eles trariam favores dos deuses. A cultura do vitorioso transformou-se na cultura do herói,

que vem sendo carregada através da tradição ao longo de séculos até a sociedade de hoje ^{7,8}.

As mulheres também era dado valor, mas pela qualidade dos filhos que elas produziam; portanto, elas não podiam competir ou participar em atividades físicas similares porque se pensava que a mulher era muito delicada e frágil, tendo que se restringir à vida doméstica e levar um estilo de vida passivo. Essa crença, cultivada através dos séculos e ainda existindo quando os Jogos Olímpicos foram re-criados por Coubertin, foi aos poucos se modificando à medida que a ciência se desenvolveu para provar que as mulheres podiam fazer o mesmo que os homens e ainda ter filhos.

Os Jogos Olímpicos da Antiguidade duraram 12 séculos e foram abolidos em 394 pelo imperador romano cristão Teodósio II por causa do mau relacionamento entre gregos e romanos, da brutalidade e corrupção que reinava durante os Jogos, mas também por que ele acreditava que os festivais eram pagãos. Alguns anos mais tarde, o estádio de Olímpia, onde aconteciam as competições, foi arrasado e os campos olímpicos destruídos⁸.

3 - O Renascimento dos Jogos: Tradição Mantida

Durante séculos os lugares onde aconteciam as competições continuaram vazios e sujeitos a enchentes, terremotos e pilhagem. As celebrações com atletismo desapareceram por quase mil anos até que alguns aficionados pelos Jogos Olímpicos da Antiguidade consideraram renascê-los por volta de 1793, mas não foram bem sucedidos: não havia fundos nem coordenação internacional suficiente para patrociná-los. Então, em 1881, Ernst Curtius, um arqueólogo alemão, que dirigia um grupo de pesquisa, descobriu as ruínas do estádio de Olímpia.

A descoberta alemã do sítio arqueológico evocou no barão Pierre de Coubertin um interesse especial nos festivais olímpicos do passado, principalmente devido ao nacionalismo e à educação francesa que havia recebido. Sua vaga proposta para um festival esportivo internacional foi inicialmente recebida com olhares estupefatos. Ele não desistiu. Como secretário geral da Union of French Societies of Athletic Sports (União das Sociedades Francesas de Esportes Atlé-

ticos), ele visitou faculdades, universidades e clubes esportivos particulares, falando para quem quisesse ouvi-lo. Então, em 1894, falando na Sorbone em Paris num encontro com representantes de nove países, incluindo os Estados Unidos e a Rússia, ele argumentou e propôs o renascimento dos Jogos Olímpicos da Atualidade numa escala internacional. Com a aprovação dos ouvintes, ele fundou o Comitê Olímpico Internacional (COI) para organizar os Jogos Olímpicos e elaborar as regras para os eventos⁹.

Seguindo a tradição, o COI declarou que todos os atletas que iriam competir só poderiam ser amadores e não profissionais. O COI decidiu também que os primeiros Jogos aconteceriam em Atenas, onde se deu a origem dos festivais do passado. O financiamento dos primeiros Jogos veio através de doações particulares e públicas além da venda de selos olímpicos diferentes. Entretanto, com o mesmo entusiasmo com que saudou a descoberta arqueológica alemã na Grécia e com a mesma energia com que propôs o renascimento dos Jogos Olímpicos, Pierre de Coubertin manteve completamente sua coerência com a antiga tradição grega da exclusão das mulheres atletas dos Jogos. Ele era completamente contra a prática de esportes e atividade física pelas mulheres assim como a maioria dos homens de sua época. De acordo com ele, as mulheres tinham a função de procriação: “a glória de uma mulher viria através do número e da qualidade dos filhos que produzisse. Até onde concerne o esporte o papel da mulher é de encorajar seus filhos para vencer. A ela não cabe bater recordes”. Os Jogos eram “a manifestação periódica solene de esporte masculino baseado no internacionalismo, na lealdade como meio, na arte como conhecimento básico e no aplauso das mulheres como recompensa”³. Como Lunzenfichter¹⁰ relata, Coubertin ainda afirmou que uma “Olimpíada feminina seria impraticável, desinteressante, antiestética e incorreta”, logo após obter o apoio do papa Pio XI, que havia seriamente condenando a prática de esporte pelas mulheres.

Pelo fato de ter excluído as mulheres e de ter mantido os mesmos valores tradicionais de outro povo de uma época distante no passado, é possível que Coubertin tenha também resgatado com isso o espírito do herói olímpico, que tem inspirado atletas do mundo todo por décadas. Não houve o regate da figura da heroína por que na realidade ela nunca existiu. Nem Coubertin quis desenvol-

ver um modelo para a mulher heroína. O único modelo reconstruído foi o de herói.

4 - A Resposta das Mulheres: a Mulher Olímpica nos Primeiros Jogos Olímpicos

Apesar dos esforços que Coubertin fez para manter as mulheres fora das competições, houve uma competidora extra-oficial na maratona de 1896, uma mulher grega pobre que acabou sendo conhecida como 'Melpomene', cujo nome verdadeiro era Stamati Revithi. Ela não teve permissão para competir, porém fez o mesmo trajeto de 42 km no dia seguinte, sendo que a última volta aconteceu fora do estádio porque a entrada lhe foi proibida. Como os organizadores do evento não lembravam o nome dela, apelidaram-na de 'Melpomene', a musa grega da tragédia. Olhando para Stamata Revithi, eles só viram drama e não o seu feito extraordinário ¹¹. Ela havia terminado sua corrida menos de duas horas atrás do vencedor (em 4 horas e meia) e foi mais rápida de que alguns de seus adversários masculinos ³. Ela foi a primeira inovadora a enfrentar as barreiras da tradição.

Os primeiros Jogos Olímpicos da Atualidade aconteceram no final do século 19, quando o mundo ocidental vivia o início da época do avanço da ciência e da tecnologia que mudariam a cara do século 20. A industrialização e a reforma social foram essenciais para determinar a direção que os países mais ricos do mundo, como os Estados Unidos e nações européias, iriam tomar dali para frente. Aos poucos as novas invenções foram sendo incorporadas às indústrias que começavam a florescer. Mais trabalhadores estavam sendo necessários para empurrar à frente as várias economias mundiais que despontavam. As mulheres já tinham começado a trabalhar fora de casa e estavam começando a ingressar no mercado de trabalho em maior número por causa da demanda, assumindo, portanto, novos papéis dentro da sociedade. À medida que elas começavam a participar mais na economia de seus países, elas queriam ser ouvidas como cidadãos e ter direito ao voto. Muitas organizações de mulheres foram fundadas para lutar por sua cidadania. Pouco a pouco as mulheres foram saindo da passividade e

submissão para a atividade e iniciativa. Mudanças na área do esporte feminino também começaram a ocorrer no final do século 19 e início do século 20.

Embora o COI regulasse as atividades olímpicas, Comitês Olímpicos Nacionais (CONs) tiveram que ser criados nos países que queriam participar dos Jogos. No início, os comitês nacionais locais organizaram os Jogos Olímpicos em suas respectivas cidades. Os Jogos de 1900 e de 1904 aconteceram junto com as Feiras Mundiais; portanto, a escolha das modalidades esportivas a serem incluídas nos Jogos Olímpicos estava nas mãos dos comitês organizadores das feiras e, logo, fora do controle do COI ¹². Na realidade, as Olimpíadas demoraram um pouco para se popularizar. Os Jogos de 1900 em Paris, de 1904, em Saint Louis, e de 1908, em Londres tiveram pouco público e foram muito mal organizados, o que fez com que as mulheres pudessem se incluir sem muitas dificuldades. Entretanto, elas não eram reconhecidas como atletas já que a participação feminina nos Jogos não tinha o consentimento do COI. As mulheres atletas que ganhavam as competições recebiam diplomas em vez de medalhas e ramos de oliveira ⁵, prêmios que iam somente para os heróis homens. O papel da heroína Olímpica ainda estava para ser construído.

O golfe e o tênis, ambos esportes de elite, eram categorias abertas às mulheres nos Jogos Olímpicos de Paris em 1900: 12 mulheres de cinco países participaram nesses dois esportes, num total de três modalidades esportivas. Os Jogos Olímpicos de 1904 em Saint Louis, nos Estados Unidos, tiveram a participação de somente seis mulheres atletas em competições de arco e flecha porque as concorrentes internacionais de outras modalidades esportivas não obtiveram o patrocínio necessário para a viagem internacional. A ginástica feminina foi incluída nas Olimpíadas de 1904 somente como demonstração por não ser considerada evento oficial.

Os Jogos Olímpicos de 1908 em Londres teve 36 mulheres atletas competindo em quatro esportes: tênis, vela, patinação no gelo e arco e flecha, todos esportes de alto prestígio social. A participação das mulheres estava começando a crescer. Embora as Olimpíadas de 1912 em Estocolmo tivesse a participação de 55 mulheres atletas (2,2% de todos os competidores) de 11 países, competindo em seis modalidades esportivas, inclusive natação, os esportes fe-

mininos permaneceram um fenômeno marginal e ainda não oficializado pelo COI. De acordo com Pfister ¹², foram as suecas feministas que introduziram as competições de natação nas Olimpíadas. A natação representava a primeira batalha de mulheres atletas olímpicas por metros e segundos. A natação era um esporte bastante popular naquela época e contribuiu consideravelmente para uma maior participação de atletas femininas nos Jogos.

É importante mencionar que o patrocínio sempre foi um fator decisivo para a participação da mulher atleta nos Jogos Olímpicos. Nem todas as mulheres têm a credibilidade e o apoio dos comitês locais e de patrocinadores, logo, fica muito difícil para muitas atletas conseguirem viajar para os locais de competição. A maioria delas não trabalha fora e quando o fazem, a renda tende a ser bem mais baixa do a masculina. Os atletas por sua vez têm mais credibilidade devido à tradição, portanto, conseguem mais oportunidades. Além disso, a renda masculina tende a ser maior do que a feminina, o que lhes permite fazer investimentos em viagens.

Apesar das dificuldades encontradas, o número de mulheres atletas foi crescendo aos poucos, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Participação de mulheres atletas nos Jogos Olímpicos da Atualidade ³									
Ano	Esportes	Modalidades	Países	Participantes	Ano	Esportes	Modalidades	Países	Participantes
1896	-	-	-	-	1956	6	26	39	384
1900	2	3	5	12	1960	6	29	45	610
1904	1	2	1	6	1964	7	33	53	683
1908	2	3	4	36	1968	7	39	54	781
1912	2	6	11	57	1972	8	43	65	1058
1920	2	6	13	77	1976	11	49	66	1247
1924	3	11	20	136	1980	12	50	54	1125
1928	4	14	25	290	1984	14	62	94	1567
1932	3	14	18	127	1988	17	86	117	2186
1936	4	15	26	328	1992	19	98	136	2708
1948	5	19	33	385	1996	21	108	169	3626
1952	6	25	41	518	2000	25	300	199	4069

*A Inclusão das Mulheres:
Períodos Diferentes, Leituras Diferentes*

4.1 - De 1896 a 1928

Hargreaves ⁴ identificou três períodos de participação de mulheres atletas nos Jogos Olímpicos da Atualidade: (1º) de 1896 a 1928; (2º) de 1928 a 1952 e (3º) de 1952 até hoje.

O primeiro período é caracterizado pela tradição da exclusão e alguns esforços para resistir a essa prática. Foi também a época em que as mulheres estavam começando a trabalhar fora, tendo mais acesso à educação, lutando para ter direito ao voto e tentando se ajustar às mudanças constantes de uma nova sociedade que exigia novos papéis de gênero. Este período inclui os anos 20, quando, de acordo com Théberge ⁵, havia alguma luta pelo controle do esporte feminino internacional e pela forma e definição da participação das mulheres. Na medida em que o progresso empurrou os países industrializados para frente, também pressionou uma mudança no esporte feminino internacional. Já que o COI se recusava a incluir o atletismo feminino nos Jogos Olímpicos, a francesa Alice de Milliatt desafiou a situação da época, fundou a *Fédération Sportive Féminine Internationale* (Federação Esportiva Feminina Internacional) e organizou os primeiros Jogos Olímpicos Femininos em 1922. Eles foram tão bem sucedidos que foram re-editados em 1926, 1930 e 1934 como *The Women's World Games* (Jogos Femininos Mundiais). Eles se tornaram visíveis ao COI especialmente por causa do enorme interesse do público. Os Jogos Femininos Mundiais com seu enorme público pressionaram o COI a incorporá-los permanentemente aos Jogos Olímpicos, porém somente depois de longas negociações e manobras políticas¹³. Os Jogos Femininos Mundiais também influenciaram os Jogos Femininos no Brasil em 1933 ¹⁴ e em 1949 ¹⁵.

As mulheres estavam começando a vencer suas batalhas para a inclusão, o que pode ser observado nas palavras de Coubertin quando ele deixou a presidência do COI em 1925: “Eu continuo contra a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos. Elas foram incluídas em grandes números contra a minha vontade” ¹⁰.

Foi ainda durante o período 1896-1928 que apareceram dois pontos cruciais de debate sobre o envolvimento da mulher no es-

porte. Eles iriam influenciar por um bom tempo o papel da mulher no esporte e sua participação nos Jogos Olímpicos. O primeiro ponto, ainda baseado na tradição e relacionado à sabedoria médica pobre e limitada da época, com nenhuma evidência que pudesse provar, promoveu crenças baseadas na fragilidade natural da mulher e condenou a atividade física vigorosa como perigo para a saúde e o bem-estar da mulher. Conseqüentemente, ao longo das várias Olimpíadas, a participação de mulheres no atletismo e em esportes de equipe, que exigiam contato físico, era feita de forma restrita e supostamente baseada no caráter da fragilidade. A mulher ainda era o ser que procriava, biologicamente diferente do homem, e sujeita a prescrições dos médicos, todos, claro, do sexo masculino. As mulheres foram então excluídas das modalidades de força do atletismo e somente aos poucos as equipes femininas de esportes coletivos foram introduzidas nos Jogos Olímpicos.

O segundo ponto de debate era sobre o controle do esporte feminino, assunto novo para a sociedade e para as mulheres. De acordo com a tradição, as posições ativas de comando deveriam pertencer aos homens e não às mulheres. Estas deveriam obedecer e ser passivas. Muitas disputas ocorreram sobre quem deveria controlar o esporte feminino nacional e internacional e qual deveria ser a forma e definição da participação da mulher. Para seguir a tradição mais uma vez, as mulheres continuaram fora do controle de sua própria participação no esporte nacional e internacional.

Sumarizando, é possível afirmar que os acontecimentos dos anos 20 e dos anos 30 tiveram dois significados essenciais de cunho cultural e social: (1) a definição e o significado do esporte feminino baseados nas diferenças biológicas e (2) o controle da organização dos esportes femininos como uma função tipicamente masculina.

4.2 - De 1928 a 1952

Esses dois significados foram levados para a segunda fase. Hargreaves⁴ identificou o período entre 1928 e 1952 como de luta e de consolidação. As mulheres se esforçaram muito para se tornarem visíveis e para consolidar sua posição como esportistas. Este era um conceito novo não somente para elas, mas também para a sociedade como um todo. As mulheres estavam numa situação

complexa que exigia a criação de modelos de mulheres que praticavam esportes e que participavam de grandes competições como os Jogos Olímpicos. As mulheres até então só podiam se espelhar em modelos do sexo masculino: os heróis das Olimpíadas. Elas se viram então numa encruzilhada que apontava em duas direções: ou elas continuavam a seguir o modelo masculino tradicional, que já existia com sua temática própria, ou então elas teriam que inventar modelos novos de mulheres do esporte, baseados nas próprias e em sua temática feminina. Naquela época a decisão ficou para a primeira alternativa, especialmente por causa do acesso limitado aos esportes olímpicos imposto pelo COI em 1928.

As mulheres deram um pequeno passo para frente e garantiram seu papel com participantes ativas no esporte e na sociedade. Esta posição de certa estabilidade foi reforçada durante os anos 40, quando as mulheres tiveram que ser mobilizadas em maior número para ocupar os postos deixados pelos homens que tiveram que ir para os campos de batalha na Europa. A Segunda Guerra Mundial impediu as edições dos Jogos Olímpicos dos anos 1940 e 1944. Por outro lado, a participação maciça direta e indireta e a conseqüente maior inclusão das mulheres na economia de seus países que estavam em guerra contribuíram enormemente para o re-posicionamento da mulher na sociedade e para a conscientização do lugar que ocupavam.

Durante esta época, o modelo da mulher esportiva, baseado nas diferenças biológicas e que havia sido construído durante os anos 30, foi levado para os currículos escolares e acabou limitando a forma com que as mulheres olhavam sua própria capacidade atlética e esportiva. Entretanto, ao final deste período, a participação de mulheres atletas nas Olimpíadas transformou-se num fato corriqueiro. Os ganhos eram conservadores porque o modelo da mulher atleta que havia sido adotado espelhava o do herói masculino e reforçava o ideal feminino atlético, seu significado cultural e o mito da fragilidade feminina⁵. Daí então é possível observar a manutenção dos papéis tradicionais da mulher.

4.3 - Depois de 1952

O ano de 1952 dá início a um período de desafios à hegemonia masculina no esporte olímpico, especialmente por causa de dois

eventos⁴. Não se pode dizer que durante esta fase as relações de gênero seriam reconstruídas para compensar por desigualdades passadas, porém pôde se observar que as mulheres descobriram novos caminhos para lutar contra a exclusão, tradição, passividade e as tarefas impostas pela sociedade para então tentar alcançar seus objetivos de inclusão, inovação, atividade e o design de novos papéis num mundo que estava mudando rápido demais. Uma análise em perspectiva do passado recente e das mudanças detectadas nas Olimpíadas de 2000 pode ilustrar esses pontos.

(i) Dois acontecimentos

O primeiro acontecimento foi a entrada da União Soviética e dos outros países do bloco do leste como novos participantes na expansão dos Jogos que aconteceram em Helsinque, na Finlândia, no pós-guerra. Estes países não discriminavam as mulheres atletas porque tinham objetivos e tradições culturais diferentes, nas quais as mulheres já haviam sido incluídas há muito tempo atrás. Valorizava-se demais o desempenho dos atletas sem discriminação do gênero dos vitoriosos. Grandes investimentos materiais e sociais no treinamento desses atletas haviam sido feitos para que eles pudessem participar nos Jogos Olímpicos. Conseqüentemente, o número de atletas mulheres participantes aumentou de 385 em 1948 para 518 em 1952 (Tabela 1). As novas atletas se tornaram visíveis por seu desempenho de sucesso, expondo seu treinamento e sua educação específica nas escolas e faculdades¹⁶. O número de medalhas era o mais importante para os estreantes nas Olimpíadas. A Tabela 1 mostra o número de medalhas que a antiga União Soviética ganhou de 1912 a 1960.

Mesmo quando os países que faziam parte da antiga União Soviética começaram a competir por si próprios nos Jogos Olímpicos, o número de medalhas ainda era mais importante do que o gênero dos atletas que as recebiam, como pode ser visto na Tabela 2. Sempre que um atleta, masculino ou feminino, conquista uma medalha de ouro, o hino de seu país é ouvido e a bandeira hasteada, tornando aquele país visível para o mundo ⁶. Já era o período da Guerra Fria. O número de medalhas significava quantas vezes esses países eram homenageados com suas vitórias. Uma vez que os países do bloco soviético tinham descoberto uma nova forma de se tornarem visíveis e de fazer propaganda política, o mundo ociden-

tal foi forçado a se preocupar com sua própria posição nas Olimpíadas e a prestar maior atenção na participação e no desempenho das mulheres. Começaram então a investir no treinamento e na preparação delas. As mulheres souberam aproveitar a oportunidade e se beneficiaram da situação, tornaram-se inovadoras e começaram a aumentar sua participação.

Tabela 1: Medalhas conquistadas pela URSS em Olimpíadas¹⁶						
Ano	Local	Medalhas				Classificação
		Ouro	Prata	Bronze	TOTAL	
1912	Estocolmo	0	2	3	5	16
1952	Helsinque	22	30	19	71	2
1956	Melbourne	37	29	32	98	1
1960	Roma	43	29	31	103	1

Obs. A URSS não participou dos Jogos Olímpicos de 1920, 1924, 1928, 1932, 1936 e 1948.

Tabela 2: Medalhas conquistadas nas Olimpíadas de Sidnei pelos países que formavam a URSS ¹⁶					
País	Número de medalhas				Classificação
	Ouro	Prata	Bronze	TOTAL	
Países da URSS.	48	48	67	163	1
Estados Unidos.	39	25	33	97	2
Rússia	32	28	28	88	3

O segundo evento aconteceu nos anos 60. Foi o movimento feminista que ocorreu na América do Norte e na Europa como consequência do desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente por causa da invenção da pílula anticoncepcional, que ajudou as mulheres a enfrentar os métodos tradicionais, controlar sua vida sexual, e planejar sua família. Os novos papéis que as mulheres assumiram durante e depois da Segunda Guerra Mundial adicionaram-se aos avanços da ciência e produziram um re-pensar da posição da mulher na sociedade: um desafio às idéias tradicionais sobre os papéis do gênero. Como resultado desse novo posicionamento, foi possível observar um aumento na participação das mulheres no esporte e, com ele, a preocupação com a posição de desigualdade da mulher na sociedade e no esporte.

(ii) Os Jogos de Sidnei

O número de atletas olímpicas tem aumentado com o passar das Olimpíadas. Pode até parecer que as mulheres já tenham atingido posições de igualdade em relação a sua representação em números. Nos Jogos de Sidnei o número de mulheres atletas (4.069) foi 38,3% do número total de atletas participantes (10.651) ¹. Se o objetivo é alcançar 52,0% como proposto por Lucas ¹⁷, há ainda um caminho longo a percorrer.

É também importante observar os diferentes tipos de modalidades esportivas que têm sido incorporadas a cada Olimpíada nos últimas edições. Essas modalidades mostram que ainda há uma certa ambigüidade sobre o significado do esporte feminino. De um lado, modalidades tais como corridas de fundo (maratona e os 10.000 metros), modalidades múltiplas que combinam corridas, saltos, e arremessos e esportes de equipe (voleibol, basquete, hóquei de campo) têm sido incorporados nos últimos anos, desafiando o mito da fragilidade feminina, porém, ainda seguindo o modelo tradicional do herói olímpico. Por outro lado, modalidades como nado sincronizado, ginástica rítmica e ginástica artística, que enfatizam qualidades e características femininas tradicionalmente desejáveis, mantendo o mito da fragilidade feminina, também foram incorporadas. Não há heróis olímpicos nessas modalidades já que elas reforçam as supostas qualidades tradicionais femininas. A consequência disso é que o público fica exposto a uma mensagem ambígua. Ao mesmo tempo em que os esportes e modalidades olímpi-

cas enfatizam o desempenho da atleta olímpica como produto de habilidade marcante e valorosa, também confirmam a simbólica natureza especial dos esportes femininos por causa da ênfase na beleza, forma e aparência ⁵.

Esta tendência se reflete em muitos países. Em Taiwan, por exemplo, as mulheres atletas em seus papéis de modelos provam que a graça feminina, a inteligência, o foco, a força e a perseverança combinam-se perfeitamente para se atingir a força muscular, raciocínio e beleza. Na Hungria, quando as mulheres participam de competições esportivas e do "dia das mulheres esportistas", elas recebem conselhos de beleza, e podem experimentar novos cosméticos¹⁶. Na Coreia, há o dito popular, comum hoje em dia a muitas culturas: os homens com seu físico poderoso e músculos bem desenvolvidos e as mulheres com seu corpo magro, bem feito e bonito ¹⁶.

Embora as mulheres tenham saído do estágio da exclusão, causada por fatores tradicionais, e da inclusão parcial, causada pela inovação, elas ainda não atingiram seus principais objetivos de igualdade. Elas ainda lutam para ser respeitadas e para terem o mesmo status por serem biologicamente diferentes. As mulheres ainda têm representação baixíssima e muito poucas oportunidades em relação ao seu potencial nos Jogos Olímpicos. Nas Olimpíadas de Sidnei, embora houvesse nove países que não se fizeram representar por mulheres atletas e 42 outros países que enviaram delegações das quais constava somente uma mulher, 13 delegações menores tinham mais mulheres do que homens atletas e 36 países mandaram o mesmo número de atletas masculinos e femininos (Tabela 3), mas nenhum país só mandou mulheres em sua delegação. Todas as 199 nações e os atletas do Timor Leste levaram atletas masculinos.

Tabela 3: Mulheres atletas nas Olimpíadas de Sidney, 2000 ⁹				
	Nenhuma mulher atleta	Mesmo número de atletas masculinos e femininos	Países com uma mulher atleta	Países com mais mulheres do que homens atletas
África	2	14	19	3
América	1	6	7	3
Ásia	6	10	7	4
Europa	0	3	3	1
Oceania	0	3	6	2
Total	9	36	42	13

Essa representação ainda baixa das mulheres observada nos Jogos de Sidney (6.582 atletas masculinos e 4.069 atletas femininas) pode também ser observada no fato de que muitos países tendem a investir na preparação de atletas femininas somente nas modalidades em que vão competir durante os Jogos, deixando de lado possibilidades de novos esportes e novas modalidades⁶. Isto pode se refletir na sociedade e nos hábitos das populações desses países. À medida que as diferentes nações e culturas aumentam o número de esportes disponíveis para as mulheres, haverá mais mulheres engajadas numa grande variedade de modalidades esportivas e, conseqüentemente, mais esportes estarão disponíveis para mulheres em todo o mundo.

5 - Mulheres em posições administrativas

As mulheres têm ainda uma pequeníssima representação na administração de assuntos olímpicos. As primeiras mulheres a fazer parte do COI tomaram posse em 1981. Atualmente o COI inclui cinco mulheres e 89 homens. Padrões similares ocorrem nos CONs¹¹.
⁵. Ainda devido a crenças tradicionais de que as mulheres não deveriam aparecer muito, deveriam ser passivas e submissas, e não deveriam compartilhar posições de poder com os homens, as mulheres muito raramente têm ocupado posições de liderança em seus locais de trabalho e na vida política de seus países. Como resultado, há a tendência a haver menos mulheres em posições administrativas, especialmente, quando estas posições estão ligadas ao poder.

É importante, entretanto, mencionar que alguns países têm procurado adotar políticas diferentes em relação à admissão de mulheres para posições de comando. Por exemplo, em 1998, o Comitê Olímpico Nacional (CON) de Taiwan foi re-organizado para ter um número maior de mulheres membras a fim de satisfazer o regulamento do COI para dezembro de 2000. Pelo menos dez por cento das posições que envolvem tomadas de decisão do CON têm sido reservadas para mulheres a fim de que elas também possam contribuir para a evolução do esporte e do movimento olímpico. Além disso, sempre que possível, o CON de Taiwan envia delegadas para tomar parte em conferências e seminários internacionais para o desenvolvimento dos esportes para mulheres, todos endossados pelo COI, com o objetivo de desenvolver o papel da mulher na área esportiva¹⁶.

De acordo com Schneider ¹⁸ e seguindo o paralelo que ela traçou entre as mulheres na 'República' de Platão e as mulheres nas Olimpíadas, as mulheres já ocuparam a posição de guerreiras ou atletas e agora estão tentando se tornar guardiãs ou governantes. Como Schneider ¹⁸ explica, mesmo estando consciente das diferenças biológicas entre homens e mulheres, Platão propôs que tanto homens quanto mulheres podem e devem seguir a mesma variedade de ocupações e desempenhar as mesmas funções. "O que se requer tanto de homens quanto de mulheres é uma educação que fomenta o trabalho e o esforço para se atingir a excelência. Se

as mulheres vão exercer a função de guardiãs, elas devem ser educadas para serem guardiãs – da mesma forma que os homens. Este é o ambiente que não temos. Enquanto as mulheres têm freqüentemente a aptidão natural para a excelência nos esportes e na política (mundo masculino), o acesso lhes é negado em termos de educação e dos modelos que elas precisam para ver seus sonhos se transformarem em realidade. Está claro que para Platão, não ter mulheres guardiãs ou administradoras e não ter mulheres guerreiras ou atletas é prejudicial a todos nós como seres humanos e, conseqüentemente, vergonhoso para a sociedade”¹⁸.

Com a tecnologia que vem sendo desenvolvida nessas últimas décadas, as pessoas tendem a ter mais acesso à informação através da disponibilidade dos meios de comunicação de massa. Como os atletas tendem a ser mais visíveis do que os administradores, pode ser difícil para as sociedades, especialmente para as mulheres em muitos países, se darem conta de que é possível para a mulher também assumir posições de comando no esporte. Este é mais um argumento para reforçar a teoria de educação de Platão, que enfatiza a educação como elemento prioritário para que a sociedade aproveite melhor homens e mulheres, dando-lhes condições de desempenhar as mesmas funções. Conseqüentemente, novos papéis de modelos para as mulheres deverão ser construídos, adaptados à realidade do século 21, capacitando-as a chegar à encruzilhada com o poder para escolher o caminho que não foi ainda trilhado.

6 - Mulheres no Esporte para Todos

A baixa proporção de mulheres que participam nos Jogos Olímpicos pode ser explicada também pelo baixo número de mulheres que praticam algum esporte e o tipo de esporte que praticam nos cinco continentes¹⁶. A abordagem seguinte oferece uma contribuição empírica para o debate a partir de uma pesquisa comparativa internacional desenvolvida por Lamartine DaCosta e essa autora, envolvendo 36 países.

O livro ‘Worldwide Experiences and Trends in Sport for All’¹⁶ (‘Experiências e Tendências Mundiais no Esporte para Todos -SFA’),

publicado recentemente, oferece dados relativos a países que privilegiavam a mulher em atividades esportivas (Tabela 4) e oferece programas que incentivam a prática esportiva através dos Comitês Olímpicos Nacionais (Tabela 7).

Tabela 4: N° de países no SFA que privilegiam mulheres ¹⁶			
Continentes e N° total de países	Países com programas esportivos para mulheres	Países sem programas esportivos para mulheres	Países que não mencionam mulheres
Ásia (8)	6	1	1
África (2)	1	-	1
Europa (17)	12	2	2
América Latina (7)	-	2	5
América do Norte (2)	2	-	-
Total	21	5	9

Os dados acima mostram claramente que dos 36 países que participaram do projeto de pesquisa, mais da metade (21=58%) oferece programas de atividades esportivas para mulheres, enquanto cinco nações não mencionam mulheres como parte do SFA e nove países não oferecem programas para mulheres (Tabela 4). Alguns países apresentaram dados específicos como, por exemplo, a Espanha (Tabela 6) e a Dinamarca (Tabela 7).

Tabela 5: % de Participação por Gênero no Esporte na Espanha: 1968 – 1995 ¹⁶							
Anos		1968	1974	1980	1985	1990	1995
Total	%	12.3	17.7	25	34	35	39
Gênero	homem	18.3	22.7	33	46	42	48
	mulher	6.8	12.8	17	23	26	32

Tabela 6: Proporção da população dinamarquesa (16-74 anos) ativamente envolvida em esporte ou exercício (%) em 1964, 1975, 1987, 1993 e 1998 ¹⁶ .					
	1964	1975	1987	1993	1998
Todos	15	29	42	47	51
Homem	21	31	43	47	51
Mulher	11	27	42	47	51
16-19	53	52	61	67	67
20-29	27	41	48	56	59
30-39	17	41	46	49	51
40-49	10	25	44	49	51
50-59	5	21	31	42	46
60-69	3	11	30	36	47
70-74	2	13	24	30	37

Outros países que apóiam esportes para mulheres são: (1) a Hungria, com o primeiro "women's sport day" (dia do esporte para mulheres) organizado em 1997; (2) Cingapura, com o National Sports Carnival for Women (Carnaval Nacional dos Esportes para Mulheres) celebrado anualmente, o International Folk and Recreation Dance Night (Noite do Folclore Internacional e da Dança Recreativa) além da primeiríssima Women and Sport Conference (Conferência da Mulher e o Esporte) em março de 1999 para discutir assuntos relacionados à mulher e os esportes; (3) Israel, onde houve vários eventos bem sucedidos de caminhadas exclusivamente para mulheres; (4) a Austrália, onde quase 60% das mulheres de idades entre 18 e 54 se engajam em alguma forma de atividade física regular e (5) a França, que desenvolveu a French Federation of Physical Education and Voluntary Gymnastics (Federação Francesa de Educação Física e Ginástica Voluntária), nacional e localmente desenvolvida e gerenciada com sucesso por mulheres, chegando ao número de 5 milhões de participantes e fazendo com o SFA francês atingisse os objetivos do Council of Europe (Conselho da Europa)¹⁶.

Sintomaticamente, os continentes que enviaram o maior número de mulheres para as Olimpíadas de 2000 em termos de proporções foram a Oceania (44,96%), a Ásia (40,26%) e a Europa (36,96%).

O número de mulheres envolvidas em esportes depende diretamente do incentivo que cada país dá para preparação dos atletas para as Olimpíadas. É possível observar a influência dos CONs na iniciativa do Esporte para Todos (SFA). A Tabela 7 mostra quantos países por continente pesquisado incentivam a participação das populações no SFA via Jogos Olímpicos. Dezesseis de 36 países que participaram do projeto Worldwide Experiences and Trends in SFA ¹⁶ promovem e incentivam participação no movimento olímpico através do SFA.

Tabela 7: N° de países que incentivam o SFA através do Olimpismo ¹⁶			
Continentes e N° total de países	Países com incentivos olímpicos	Países com algum trabalho das NOCs	Países com nenhuma atividade olímpica
Ásia (8)	4	1	4
África (2)	-	1	1
Europa (17)	8	4	5
América Latina (7)	2	2	3
América do Norte (2)	2	-	-
Total	16	8	13

Países como a Bélgica, a Finlândia, o México, a Espanha, a Alemanha, Taiwan, a França, e a Coreia tem promovido várias iniciativas para promover o Olimpismo através do Esporte para Todos ¹⁶. O Comitê Olímpico da Bélgica também adotou a filosofia do SFA. Baseada em idéias e valores olímpicos, a Bélgica promoveu o SFA numa estranha mistura de princípios e objetivos aos quais nos referimos como 'Allympism': a combinação de Sport for All e Olympism, as duas maiores, mas contrastantes ideologias do esporte, onde se verificam desempenho e excelência de um lado, e participação e inclusão no outro. O objetivo é aproveitar o que ambas as filosofias têm de melhor numa combinação única de valores positivos. ¹⁶.

Um outro exemplo é Taiwan, cujo comitê olímpico tem enfatizado o SFA para promover a saúde e o fitness da população. O Comitê Olímpico Chinês de Taipei, utilizando a sua publicação, o Olympic Quarterly (Quadrimestral Olímpico), promove o aumento do interesse das mulheres em participar de atividades do SFA e incentiva organizações civis a organizarem mais atividades esportivas para mulheres¹⁶.

No caso da França, foi somente em 1972, sob a influência dos programas escandinavos, que o French National Olympic and

Sporting Committee (Comitê Olímpico e Esportivo Francês) decidiu pelo estabelecimento do primeiro programa do Esporte para Todos, iniciado por Martin Grünwald, professor de Educação Física ¹⁶.

Na Coreia, o Seoul Olympics Organizing Committee (Comitê Organizador das Olimpíadas de Seul em 1988) deu origem a Seoul Olympic Sports Promotion Foundation (Fundação para Promoção dos Esportes Olímpicos em Seul). Esta fundação tem implementado muitos projetos visando desenvolver e por em prática programas do SFA, além de patrocinar o National Council of Sport for All (Conselho Nacional do Esporte para Todos) e de desenvolver programas para promover o fitness nacional ¹⁶.

Quando se verifica uma relação estreita entre o SFA e o esporte de elite é quase sempre com o propósito de recrutar futuros talentos esportivos, espectadores ou recreadores. Por exemplo, o U.S. National Olympic Committee (Comitê Olímpico Nacional Americano) está totalmente focado no esporte de elite e em atividades do SFA que possam vir a atrair jovens talentos. As organizações associadas ao comitê olímpico americano oferecem programas para o povo em geral ¹⁶.

Mais com a ausência do que com a presença de atividades físicas ligadas a movimentos como o SFA e o Olimpismo, muitas mulheres ainda mantêm limitações sociais e os papéis baseados em tradições e crenças antigas de exclusão e de segregação através de tarefas pré-definidas. Estas têm impedido seu acesso aos esportes e às atividades físicas de um modo geral e também têm contribuído para a criação de algum tipo de ideal para a mulher olímpica do futuro. Essa imagem virtual tem ficado mais clara para as mulheres a cada quatro anos na medida em que os meios de comunicação de massa fazem as mulheres olímpicas mais visíveis e incentivam meninas e mulheres jovens a desenvolverem modelos de heroínas nos esportes para poder lutar por algum ideal no esporte. A tecnologia e, em particular, a televisão tem tornado isso possível para mulheres em todo o mundo. A tradição da exclusão está se tornando a inovação da inclusão numa variedade de esportes.

Resumindo, quanto mais incentivo as mulheres têm de programas nacionais e internacionais relacionados às práticas do COI e dos CONs através da disponibilidade de recursos, políticas de incentivo, medidas de apoio a mulher e exemplos marcantes de lide-

rança feminina, mais meninas e mulheres se sentirão compelidas a aderirem ao esporte e ao esporte olímpico. Conseqüentemente, os níveis de participação deverão e provavelmente atingirão o tão desejado nível de 52%.

7 - O Futuro

Enquanto a biologia e a fisiologia podem oferecer condições para melhor interpretar as diferenças entre os sexos, acrescentando mais esportes e modalidades às agendas das mulheres atletas, os contextos cultural e social continuam a mostrar as diferenças e desigualdades entre os gêneros.

É questionável que a Inglaterra, a Alemanha, a Austrália, os Estados Unidos e a Rússia aumentem seus números de mulheres olímpicas sem que, ao mesmo tempo, a América do Sul, a América Central, a África e as nações islâmicas enviem mulheres atletas para as Olimpíadas. Como o mundo do esporte reflete a sociedade, pode ainda levar mais algum tempo para que as sociedades islâmicas, as culturas menos favorecidas economicamente e um certo número de países nos quais a igreja católica tradicionalmente compartimentalizou meninos e meninas a desempenharem papéis específicos na sociedade abrirem espaço para a igualdade no esporte e em outras funções ligadas ao esporte. As culturas e costumes antigos devem ser respeitados; crenças milenares não podem ser eliminadas. A tradição no sentido da exclusão deve ser re-analisada por lideranças diferentes para que seja tratada de forma diferente. É essencial se considerar que o esporte é um direito humano já que ele pertence a todos os seres humanos, homens e mulheres, meninos e meninas. As diferenças biológicas têm que ser respeitadas para que a humanidade atinja a igualdade social, especialmente no esporte. A atividade física e o esporte são direitos do ser humano e devem ser incluídas em todas as práticas.

O objetivo desejável da liderança olímpica é para que as mulheres de cada país participem dos Jogos Olímpicos como atletas, treinadoras, e administradoras e também como representantes nos CONs, nas federações e no COI. Aumentando o número de representantes femininas no movimento mundial é ainda uma tarefa

mais desafiadora na medida em que cada país se move na sua própria velocidade em direção a igualdade dos sexos de acordo com seu próprio contexto. De alguma forma as mulheres que têm mais talento têm que descobrir seu próprio caminho para preencher posições locais, nacionais e internacionais e, exatamente como os homens têm feito ao longo dos séculos, aproveitar as oportunidades.

De acordo com Schneider ¹⁸, “qualquer organização que reivindica o desenvolvimento humano como um de seus principais objetivos tem que apoiar a representatividade completa da mulher em todos os níveis da organização. Negar as mulheres o seu próprio espaço – do lado dos homens como iguais e parceiros é errado e vergonhoso”.

Novas políticas de incentivo para mulheres esportivas terão impacto positivo no perfil da mulher olímpica e no seu novo papel na sociedade. Pela primeira vez as mulheres nas áreas do esporte estarão capacitadas a fazer suas escolhas quando chegarem à encruzilhada. Elas poderão escolher e seguir o exemplo do herói masculino ou desenvolver seu próprio construto feminino como heroínas e líderes sem levar em consideração que posição ocupam no mundo dos esportes se esportistas, administradoras, gerentes, representantes dos CONs ou até mesmo se for presidente do COI. Elas estarão conscientes de que também têm o direito ao esporte e à prática da atividade física e se sentirão com o poder de escolher qualquer um dos dois caminhos.

8 - Conclusão

Olhando para 1896, é possível observar que as mulheres progrediram muito em seus desafios e lutas. Elas trabalharam bravamente para entrar na esfera masculina e têm sido bem sucedidas em vários aspectos. Elas conquistaram a cidadania e sua inclusão nos Jogos Olímpicos, mas ainda não atingiram a igualdade em termos de números. Elas se tornaram heróis, heroínas ou mediadoras ¹⁹? Elas já atingiram uma posição de equilíbrio?

Seria inimaginável há alguns anos atrás que as mulheres iriam competir numa maratona e na corrida dos 10.000 metros, ou jogar basquete com habilidade, dedicação e poder das mulheres das

Olimpíadas de 2000. Ao mesmo tempo, seria difícil de imaginar que as mulheres ocupariam alguma posição no COI ou chefiariam um Comitê Olímpico Nacional, embora a extensão das mudanças a níveis organizacionais não tem sido tão dramática quanto aquelas entre participantes. Há ainda algumas barreiras para serem superadas, das quais a mais crucial é dividir o poder com a figura masculina que representa a tradição no esporte. As mulheres têm questionado papéis tradicionais e se tornado mais conscientes de seu lugar no terceiro milênio. As mulheres aprenderam a pensar que as diferenças biológicas são parte delas próprias e que as permitem competir em seus próprios termos, mas tendo as mesmas oportunidades que os homens.

É importante mencionar que a inovação que causou a inclusão da mulher nas Olimpíadas da Atualidade pressionou a ciência e a tecnologia para a pesquisa e novas descobertas que têm mostrado que as mulheres podem de fato fazer mais do que elas pensaram que poderiam: não somente em termos de participação em Olimpíadas, mas também em termos de participação em qualquer tipo de atividade física. A pressão que as mulheres têm feito para terem o direito de participar das Olimpíadas como seres humanos tem contribuído muito para o direito que elas têm agora de praticar esportes e atividade física.

A mulher de amanhã precisa hoje de modelos femininos de atletas, dirigentes, líderes, administradoras, heroínas como incentivo a desenvolver carreira no esporte. Isso significa também que necessita de modelos femininos em todas as outras esferas da sociedade: na sua família, na sua escola, na sua cidade, em seu país e demais organizações.

A mulher olímpica é um modelo ideal. Os desafios futuros tornam-se mais claros porque eles contrastam com este modelo. É necessário consolidar igualdade de direitos e diferenças nas práticas e na educação porque este parece ser o único caminho. As mulheres então sentirão que tem os mesmos direitos e saberão que caminho escolher. Será que essa posição representa um bom exemplo de como procurar um modelo de conflito-resolução equilibrado em termos de oposições dentro do Movimento Olímpico?

Notas

- ¹ Carvalho, A. (2002). A Participação Feminina nos Jogos Olímpicos – trabalho não-publicado apresentado no Fórum Olímpico, Universidade Gama Filho, June 2002.
- ² Miragaya, A & DaCosta, L. (1997). Atividades físicas sistemáticas e a mulher: inclusão no lazer, na família e no trabalho (trabalho não-publicado).
- ³ DeFrantz, A. (1997). The Changing Role of Women in the Olympic Games. Trabalho apresentado na 37ª Sessão Internacional para Jovens Participantes - IOA Report, Ancient Olympia.
- ⁴ Hargreaves, J. (1894). Women and the Olympic phenomenon. In Tomlinson A, Whannel G (eds) Five Ring Circus. London: Pluto Press p 53-70.
- ⁵ Théberge, N. (1991). Women and the Olympic Games: a consideration of gender, sport and social change. In Landry, F., Landry, M. & Yérès, M. (eds), Sport ... The Third Millenium, Les Presses de l' Université Laval, Sainte - Foy - Canada, pp. 385 - 396.
- ⁶ Boutilier, M. & Giovanni, L. (1991) Ideology, Public Policy and Female Olympic Achievement: a Cross-National Analysis of the Seoul Olympic Games. In Landry, F., Landry, M. & Yérès, M. (eds), Op. Cit., pp. 397 - 412.
- ⁷ The Real Story of the Ancient Olympic Games. Recuperado em 14 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: www.upenn.edu/museum/Olympics/olympicsexism.html.
- ⁸ The Olympic Games in the Ancient Hellenic World: A Virtual Museum. Recuperado em 14 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: <http://minbar.cs.dartmouth.edu/greecom/olympics/>
- ⁹ The International Olympic Committee. Recuperado em 14 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: www.olympic.org/uk/index_uk.asp
- ¹⁰ Luzenfichter, A. (1996). Women and Olympism. International Olympic Academy. Paper presented at the 36th International Session for Young Participants - IOA Report, Ancient Olympia.

- ¹¹ Olympic Women. Recuperado em 14 de maio de 2002, da Rede Internacional de Computadores: www.olympicwomen.co.uk/.
- ¹² Pfister, G. *Journal of the International Council for Health, Physical Education, Recreation, Sport and Dance* 32 (1996), N° 4, pp. 20-26.
- ¹³ DeFrantz, A. (1991). Progress Made, Pitfalls and Conditions for Further Advancement of Women in the Olympic Movement. In Landry, F., Landry, M. & Yerlès, M. (eds), *Op. Cit.*, pp 413 - 418.
- ¹⁴ Tavares, O. *Women's Games in Brazil in 1933 (em pesquisa)*.
- ¹⁵ Mourão, L. & Soares, A. (1999). 1949 – 1972 Duração das Olimpíadas Femininas no Brasil via *Jornal dos Sports* - Rio de Janeiro. In Tavares, O & DaCosta, L. (eds) *Estudos Olímpicos*, Editora Gama Filho, Rio de Janeiro, Brasil: pp.98-107.
- ¹⁶ DaCosta, L. & Miragaya, A. (2002). *Worldwide Experiences and Trends in Sport for All*. Aachen: Meyer & Meyer, *passim*.
- ¹⁷ Lucas, J. (1999). *The Future of the Olympic Games*. Champaign: Human Kinetic, pp 133-143.
- ¹⁸ Schneider, A. (1996). *Women in the Republic and the Olympic Movement*. Trabalho apresentado na 36ª Sessão Internacional para Jovens Participantes - IOA Report, Ancient Olympia.
- ¹⁹ Tavares, O. (2002). *The Olympic Athlete: Hero or Mediator*. In DaCosta, L. *Olympic Studies*. Editora Gama Filho: Rio de Janeiro, Brasil.

Refletindo sobre a participação e o comando de mulheres como técnicas de equipes esportivas de alto nível

Profa. Ms. Gabriela Aragão Souza de Oliveira¹
UGF

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a participação e o comando de mulheres técnicas de equipes esportivas de alto nível. Apresentando a Representação Social destas mulheres sobre sua inserção, sua ascensão e sua permanência neste espaço profissional ainda de predomínio masculino. Sabemos que, estudos de gênero vem sendo realizados no âmbito da Educação Física, mas a questão referente ao treinamento de equipes por mulheres não tem sido abordada. Acreditamos que investigando sob o olhar de gênero as diferenças entre as esferas feminina e masculina, lutaremos, enquanto profissionais de Educação Física, por mudanças nestas distinções, potencializando o treinamento como um espaço de atuação para ambos os sexos.

1 – Introdução

A minha decisão de estudar as mulheres como técnicas de equipes esportivas de alto nível surgiu da opção de investigar um pro-

blema que me inquietava desde o início da graduação em Educação Física, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os alunos do curso preponderavam como professores e técnicos das escolinhas localizadas no “campus” da universidade, como as de futebol, voleibol, tênis, ginástica olímpica, karatê e judô, enquanto as alunas do curso ministravam aulas de dança, de aprendizado na natação e na ginástica olímpica.

Em nossa prática profissional, percebemos uma questão de gênero já na formação do profissional de Educação Física, o que nos leva a pensar que há oportunidades desiguais para a mulher em relação ao homem em atuar e permanecer como técnica de grandes equipes. Algumas características se constituem pré-requisitos para a atuação no comando de equipes esportivas, reforçadas no cotidiano, e que tendem a afastar a mulher deste campo de atuação.

Quando ela trabalha ou é indicada como técnica de equipes esportivas, isso se dá pelo fato de ser ou ter sido atleta. Quando se necessita de um profissional independentemente do sexo, os dirigentes tendem a empregar um homem, sem cogitar a inserção feminina. O treinamento está mais associado à figura masculina.

Com efeito, os homens atuam no treinamento desportivo sem maiores dificuldades, tendo, muitas vezes, preconceito em atuarem com a iniciação esportiva. Enquanto isto, as mulheres, mesmo as ex-atletas, tendem a não atuar neste espaço. Será que elas se dão conta de que esta área de atuação profissional vem-se constituindo um espaço de reserva masculino, vedado para elas, fazendo com que procurem outros locais para atuarem? Ou será que não têm coragem de enfrentar os obstáculos de uma área da profissão em que a disciplina, a determinação e a abdicação são características determinantes para se tornar uma técnica de equipes de alto nível?

Para Staurowsky (1990), a pouca representatividade de mulheres técnicas fortalece o entendimento de que o sistema esportivo cria e reforça um elo de gênero entre esporte e masculinidade, pois é sustentado por uma estrutura patriarcal, que enfatiza qualidades de domínio, agressividade, competitividade e risco, valorizadas tradicionalmente como características dos homens, desenvolvendo, por fim, a noção de que treinar atletas é tarefa para homens e não para as mulheres.

Consideramos que tais diferenças devam ser discutidas, divulgadas e ampliadas, em busca da complexidade das questões relacionadas à participação social, política e econômica tanto do homem, quanto da mulher em sociedade.

Portanto, importava-nos verificar quais os fatores que influenciavam ou atrapalham o acesso, a ascensão e a permanência das mulheres no comando de equipes esportivas de alto nível. Identificando, no discurso das informantes, as representações sociais sobre sua trajetória no comando destas equipes.

Com este estudo tive e tenho a pretensão de permitir que a categoria gênero, com foco na mulher, tenha maior visibilidade na Educação Física, sobretudo no que diz respeito à técnica que comanda equipes esportivas de alto nível. Vislumbrando, que ele se torne um instrumento para a conscientização, das professoras e professores que pretendam treinar equipes, sobre o real espaço destinado às mulheres atualmente nesta área de atuação. É o primeiro estudo a divulgar o status discursivo e a situação da prática profissional das técnicas de alto nível no Brasil, viabilizando não só a reflexão, mas também uma possível mudança de posicionamento por parte dos dirigentes, técnicos e profissionais de Educação Física sobre a possibilidade de assumirmos uma posição crítica quanto à entrada, ascensão e permanência de técnicas a partir da competência profissional independentemente do sexo.

2 - Os passos do estudo

Para este estudo, reunimos informações sobre a atuação das técnicas através das reportagens² veiculadas na mídia impressa e virtual (jornais, revistas e boletins de clubes). Esta fase do estudo foi realizada a partir de visitas às instituições que possibilitaram as consultas e até a reprodução destas fontes. As principais Instituições que visitamos foram os arquivos do Jornal dos Sports (JS) e as sedes e os respectivos arquivos do Clube de Regatas Flamengo (CRF), do Botafogo Futebol e Regatas (BFR), do Clube de Regatas Guanabara (CRG), do Clube de Regatas Vasco da Gama (CRVG), do Olaria Atlético Clube (OAC), do Fluminense Futebol Clube. Em São Paulo, visitamos o Centro de Memória Esportiva do Clube Vasco da Gama de Santos.

A partir das reportagens e informações encontradas, elegemos dez técnicas que fizeram parte da pesquisa. A escolha das informantes deu-se pelo fato da trajetória de sucesso e até pelo pioneirismo no treinamento das equipes esportivas comandadas por elas.

As informantes que entrevistamos são: Benedicta Sousa de Oliveira (Atletismo/Espéria/SP)³, Georgette Vidor (Ginástica Olímpica/C.R.F/RJ); Helena Pacheco (Futebol de campo feminino/C.R.V.G/RJ); Isabel Salgado (Vôlei de quadra feminino/C.R.V.G / RJ); Juçara Trancoso (Natação/C.R.V.G/RJ); Letícia Amorim (Vôlei de praia feminino/C.R.V.G/RJ); Letícia Macedo (Natação/O.A.C/C.R.V.G/RJ); Maria Helena Cardoso (Basquete feminino/C.R.V.G/RJ); Rosane Carneiro (Natação/B.F.R/RJ) e Solange do Valle (Atletismo/C.R.V.G /RJ).

2 - Interpretando o discurso das técnicas ...

Utilizamos as abordagens teórico-metodológicas das Representações Sociais⁴ e da Análise do Discurso⁵. Como as representações refletem e constroem a realidade de acordo com determinado grupo social, consideramos pertinente o uso desta abordagem, pois provavelmente as profissionais de Educação Física se representam a partir de sua experiência com o universo social de sua profissão.

Identificamos em um primeiro momento da análise das entrevistas, alguns traços da personalidade e da auto-organização das técnicas, salientados e presentes na superfície discursiva, que nas vozes das próprias informantes justificam sua permanência e ascensão no treinamento. Esta primeira análise identificou nas técnicas qualidades como: vitória, liderança, dedicação, competência, capacidade, determinação, amor pelo trabalho e disciplina.

Num segundo momento, nos concentramos nas questões da entrevista que abordavam a reserva masculina no treinamento esportivo. Interpretamos o discurso das dez técnicas em bloco e identificamos algumas temáticas interpretadas à luz do gênero, tais como: a consciência ou não das barreiras de gênero na inserção das mulheres como técnicas de equipes esportivas, o reforço e a manutenção dos estereótipos sexuais atribuídos socialmente à mulher no

discurso e o exemplo do trabalho das técnicas para o aumento da participação feminina no treinamento.

3 - Qualidades presentes nas vozes das informantes

O contexto social das técnicas tende a ser homogêneo, no sentido de que todas são de classe média, cercadas por uma estrutura familiar que lhes deu condições de estudar e praticar esportes desde a tenra infância. Todas se inseriram no treinamento pela sua vivência como grandes atletas e foram contratadas para treinar equipes nos clubes em se consagraram como atletas, sendo também pioneiras nesses clubes ou nos esportes que comandam⁶. São formadas em Educação Física e fizeram cursos de formação para técnicos⁷. Quanto à trajetória no treinamento de grandes equipes, elas apresentam trilhas diversas: Georgette, Letícia Macedo, Maria Helena, Rosane e Juçara começaram como professoras de escolinhas dos clubes e foram gradativamente treinando equipes até chegarem ao treinamento de alto nível. Benedicta, Isabel, Helena Pacheco e Solange já começaram na profissão treinando equipes profissionais.

Cada informante tem seus motivos próprios, que podem convergir com os motivos de outras técnicas, para ter permanecido e ascendido na profissão. Em geral, declaram que para comandar equipes de alto nível as mulheres primeiro têm que vivenciar o esporte. Ser ex-atleta é pré-requisito para que elas atuem no treinamento, do contrário, não há respeito. São outros requisitos: estudo, disciplina, organização, dedicação, liderança, criatividade, coragem, perseverança, espírito de vencedor, sorte para treinar bons atletas e estrutura emocional para superar as exigências competitivas da profissão.

Estas qualidades perpassam todas as falas, e se fazem mais presentes nas vozes de umas que de outras. Cada informante se define a partir da qualidade mais marcante em sua personalidade e em sua auto-organização, que para elas garantem sua história e sucesso no treinamento. Vimos que mesmo quando as técnicas apresentavam a mesma qualidade como traço forte do seu trabalho, o seu discurso era marcado pela singularidade, pois suas afirmações estavam baseadas em suas vivências na profissão, que são únicas e pessoais.

Nas observações dos treinos e durante as entrevistas quase todas as informantes evidenciaram que qualidades como dedicação, liderança, disciplina, competência, estudo e determinação, são imprescindíveis e perpassam na atuação de qualquer técnica. Entretanto, no conjunto das técnicas, os traços individuais se sobressaem, são mais fortes, e cada informante assume um discurso singular que aponta para uma ou mais qualidades que contribuíram para que tenham alcançado o sucesso no comando de grandes equipes esportivas, muitas vezes comandando seleções brasileiras em campeonatos nacionais e internacionais.

Deixamos claro, que neste primeiro momento da análise, ao tentarmos interpretar o discurso das técnicas, o fizemos sem a preocupação em provar que nossas informantes são um grupo que têm as mesmas representações quanto as qualidades necessárias para terem permanecido numa profissão que exige superação e vitórias constantes. Não procuramos homogeneidade, e sim apresentar as vozes daquelas que declaram qual ou quais qualidades são determinantes e fundamentais em sua auto-organização para o trabalho. Tais características são individuais e singulares e identificam o caráter original e de alteridade de cada informante em relação ao grupo.

4 - Abordando a reserva masculina no treinamento

Ao nos concentrarmos em questões menos transparentes, analisamos nas entrelinhas das falas das informantes, como se dá a inconsciência, a consciência parcial e a consciência total da relação de gênero na carreira das técnicas. Objetivando apresentar através de temáticas como elas representam a profissão quanto a questão de gênero e inserção, ascensão e permanência de mulheres no treinamento de equipes esportivas.

Tomamos como ponto de partida as respostas das questões da entrevista que abordavam a temática da reserva masculina no treinamento desportivo. E no sentido de apreender as intimações pessoais e sociais que motivaram e motivam as técnicas para continuar lutando por seu espaço nesta profissão, selecionamos e comentamos alguns segmentos de fala das informantes sobre a modificação do comporta-

mento das técnicas para comandar equipes esportivas, sobre o uso do estereótipo da maternidade para o relacionamento com os e as atletas, sobre a interação com os técnicos, sobre a resistência dos dirigentes ao seu trabalho, sobre a resistência dos clubes na contratação de técnicas e a reserva masculina no treinamento das equipes femininas e sobre o exemplo destas técnicas como motivação para outras mulheres ingressarem no treinamento esportivo:

5 - Modificação do comportamento das técnicas para comandar equipes esportivas

Para Helena Pacheco, Juçara e Leticia Amorim as mulheres modificam seu comportamento para atender às características necessárias ao treinamento, reforçando e (por que não dizer), reproduzindo estereótipos associados aos sexos.

Ao construírem o sentido do seu discurso, declaram que fazem questão da manutenção do seu lado feminino, reforçando, mesmo que inconscientemente, as diferenças do sexo e não de gênero. Incorporam noções associadas historicamente à figura feminina, ao ratificarem a importância da “aparência feminina”, ressaltando as dicotomias femininas e masculinas impostas pela sociedade, tais como sensibilidade e razão, fragilidade e força, seriedade e melindre ou frescura, carinho e agressão.

Já para Benedicta, Georgette, Isabel, Leticia Macedo, Maria Helena Cardoso, Rosane e Solange as técnicas não modificam seu comportamento para comandar grandes equipes. Elas afirmam que a personalidade não muda e que o que importa é a competência e a liderança para treinar, que são consideradas características “ditas masculinas”.

Mas, estas técnicas aproveitam-se dos estereótipos masculinos e fazem uso também do seu lado dito “feminino”, valendo-se de táticas e agindo nas brechas da própria cultura patriarcal do esporte, para ascender no treinamento e diferenciar seu trabalho.

Segundo Chartier (1995), exercem este tipo de poder na medida em que elas observam brechas e vão inteligentemente se utilizando de contra-poderes, dentro do que podem alterar naquele momento, essas são as alternativas que podem recrutar no cotidia-

no do seu trabalho. Ao se valerem dos próprios instrumentos que estabelecem a dominação, como a imagem construída de que são sedutoras, maternais e flexíveis, as utilizam em seu favor para permanecer ascendendo no treinamento.

6 - Uso do estereótipo da maternidade para o relacionamento com os/as atletas

Quando iniciam suas falas, as técnicas declaram que a relação com os e as atletas é de respeito e competência pelo resultado que elas oferecem enquanto técnicas esportivas. Mas, na interdição discursiva deixam transparecer que o estereótipo da maternidade ou da figura maternal, é mais uma das muitas brechas utilizadas por elas para maior aproximação com os e as atletas. Talvez a postura mais solidária e receptiva da mulher técnica faça o diferencial nos treinos femininos, quase todas procuram “adotar” os e as atletas e tocam nesta questão de ser “meio mãe” deles/as.

7 - Interação com os técnicos

Benedicta, Helena Pacheco, Letícia Macedo e Rosane sentiram-se discriminadas pelos técnicos, que reagiam e reagem mal ao treinamento das técnicas, porque não gostam de adversários mulheres. Provavelmente, porque a presença delas representa uma ameaça à hegemonia masculina no treinamento de grandes equipes. Ressaltam que os técnicos resistem ao trabalho da técnica iniciante que treina equipes de base e receiam perder seu espaço para técnicas que começam a ascender e conquistar muitas vitórias. Além disso, consideram uma vitória pessoal permanecer e agüentar tal resistência masculina no cotidiano da profissão.

Já Georgette, Juçara, Isabel, Letícia Amorim, Maria Helena e Solange declaram que foram e são aceitas e respeitadas pelos técnicos primeiramente por sua história como ex-atleta e depois por sua capacidade e liderança para treinar. Mas, durante a entrevista elas construíram outros sentidos, que nos fizeram comentar a polissemia de suas falas.

8 - A resistência por parte dos dirigentes ao trabalho das técnicas

A maioria das técnicas tem conflitos com os dirigentes por diversos motivos. Seja por falta de seriedade e respeito com o seu trabalho, seja por serem pouco políticas e não conviver diretamente com eles ou pelo receio dos dirigentes por causa da dedicação feminina à família. Apenas Benedicta, Isabel e Solange declararam não terem conflito com os dirigentes, entretanto quando analisamos o não dito, elas indiciam a existência da resistência dos dirigentes.

Para nós ficou clara a interdição discursiva, aquilo que é controlado e vedado, não pode ser dito. Talvez elas não quisessem dizer que já sofreram preconceitos por serem mulheres, pensando que isso as desvalorizaria enquanto profissionais.

Lembramos, que o locus social do qual elas constroem o discurso é cômodo e faz com que digam isso e não aquilo durante a entrevista. O sentido das palavras das informantes é construído em função do contexto em que ocorre a interlocução e do interesse da técnica em informar ou não suas impressões sobre a profissão.

Resistência dos clubes na contratação de técnicas e a reserva masculina no treinamento das equipes femininas

Primeiro Grupo: Para Georgette e Isabel a área de atuação das técnicas nos clubes é restrita e mesmo com o avanço e com as vitórias das mulheres no esporte, os clubes hesitam na contratação de técnicas. Reconhecem a reserva masculina no treinamento desportivo, mas não identificam os mecanismos de dominação masculina, segundo as idéias de Bourdieu (1999).

Segundo Grupo: Juçara, Letícia Amorim, Letícia Macedo e Rosane não identificam a reserva masculina no treinamento de equipes esportivas, declarando, antes, que o espaço do treinamento é irrestrito e que só depende da mulher a sua conquista no treinamento.

Porém, sabemos que é preciso mais do que isso para o aumento do número de mulheres treinando. Sem sensibilidade por parte daqueles que comandam e administram o esporte, não existe competência capaz de pô-las no comando de grandes equipes.

Estas técnicas culpabilizam as mulheres, depositando nelas a responsabilidade por seu sucesso individual. Entretanto, não identifi-

cam que provavelmente as mulheres não se interessam pelo treinamento por saberem que será uma trajetória de “pedras” e “buracos”, não refletindo, sobretudo, sobre as possíveis barreiras históricas e sociais de gênero que afastam as “futuras técnicas” do treinamento.

A definição da submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica (Chartier, 1995) nos ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação social, cultural e historicamente construída por uma sociedade faz com que o excluído acabe interiorizando a segregação; no caso, as mulheres assumem como natural a reserva masculina no treinamento de equipes esportivas.

As técnicas deste estudo, embora sejam de classe média e tenham atingido posição privilegiada no mercado de trabalho, incorporaram determinadas atitudes, comportamentos e valores do modelo androcêntrico do esporte como se fossem naturais, incorporando-os e reproduzindo-os.

Terceiro Grupo: Benedicta, Helena Pacheco, Maria Helena Cardoso e Solange declaram que, embora o mercado para as técnicas esteja em expansão, há reserva masculina e identificam as barreiras de gênero ao mencionar os entraves que as técnicas têm que transpor para ingressar na profissão, e as mudanças sociais que devem ser feitas para que os clubes contratem técnicos e técnicas pelo reconhecimento da capacidade profissional do indivíduo.

Esta constatação prova que as mulheres não aceitam esta submissão imposta pela organização esportiva de forma passiva, elas reagem comandando com sucesso. Reconhecem que um dos fatores para não atingirem igualdades de oportunidades no treinamento é a hegemonia masculina no esporte, e que no âmbito esportivo a mulher continua a experimentar dificuldades e restrições em comparação com o homem.

Neste ponto, lançamos mão do artigo de Cullen, Hall e Slack (1990), para explicitarmos, à luz do gênero no esporte, o porque de os clubes hesitarem em contratar técnicas para suas equipes. Para os autores, a visão tradicional de liderança moldou a cultura de nossa sociedade, que está fundamentada em valores orientados aos homens, como os de racionalidade, competição e independência. O esporte em sua organização assume este modelo masculino

que não “funciona bem para as mulheres”, pois acredita-se que as mulheres não conseguem suportar a “pressão” de treinar grandes equipes esportivas.

9 - O exemplo das técnicas como motivação para outras mulheres ingressarem no treinamento esportivo

Algumas técnicas acreditam que o seu sucesso individual treinando equipes e a posse de outras técnicas como coordenadoras, poderá influenciar e servir de incentivo e abertura para que outras profissionais se dediquem a profissão, aumentando o número de técnicas nos clubes esportivos.

10 - Considerações Finais

Reconhecemos a possibilidade de polissemia ou de diferentes sentidos, como nos diz Pêcheux, 1995, considerando as técnicas como mulheres que constroem seu discurso na interação e a partir do seu locus social, adequando-se ao contexto do seu agir e do seu pensar social.

Tentamos aqui, tecer a síntese dos elementos mais marcantes, identificados por nós no discurso das representações sociais sobre técnicas de grandes equipes esportivas. Estas mulheres se afirmam pelo resultado do seu trabalho, mesmo enfrentando resistência da organização esportiva em aceitá-las no comando de grandes equipes, dentro de uma área de atuação profissional de atuação restrita, competitiva e de reserva masculina.

As técnicas se constroem a partir de um compósito de qualidades que se complementam, mas cada uma preserva seu traço de singularidade em sua maneira de comandar e em sua auto-organização para o trabalho.

Representam o comando de equipes esportivas através de sua trajetória no treinamento, sua relação com os técnicos, dirigentes e atletas, seu espaço de atuação nos clubes, suas impressões sobre o

comportamento profissional, considerado adequado para o comando. Representam também os principais motivos da reserva masculina no treinamento de equipes esportivas de alto nível, segundo suas vivências no esporte como mulheres, ex-atletas, professoras e técnicas.

Fizemos questão de ressaltar, sublinhar e enfatizar as vozes das próprias informantes a respeito do comando de equipes esportivas e das qualidades que cada técnica considera primordial para seu sucesso. Temos consciência de que estas qualidades perpassam todas as técnicas que entrevistamos, mas a reflexão pessoal de cada uma delas sobre a profissão é importante, no sentido de dar visibilidade a sua voz enquanto mulher atuante em um espaço predominantemente masculino.

Recuperando as vivências das informantes durante as entrevistas, podemos perceber a comunhão de seus pontos de partida e a diversidade de seus percursos em uma pluralidade de fatores que terminaram por favorecer-lhes ou dificultar-lhes os trajetos profissionais, definindo condições diferenciadas para suas experiências na profissão.

Tudo está de alguma forma ligado; parte da sociedade está lutando por mudanças; mesmo que as técnicas não estejam inteiradas desta luta, inconscientemente elas se movem neste espaço e sofrem influências da sociedade. No entanto, por mais que as informantes naturalizem as pressões e os determinantes sociais que impõem regras e diferenças biológicas entre homens e mulheres, não podemos pôr em questão o sistema de valores singular e oposto ao que é imposto pela sociedade, e que é único de cada indivíduo⁸.

Nós, enquanto pesquisadores, procuramos calar, dando visibilidade às interpretações das próprias informantes sobre suas vivências e suas histórias na profissão. Concluimos que suas qualidades e a maneira de se organizarem para o trabalho as fizeram inserir-se, ascender e permanecer vencendo como grandes técnicas esportivas.

Isto não quer dizer que deixamos a interpretação nas “mãos” das informantes; utilizamos, sim, dois momentos de amadurecimento na análise das entrevistas. Um, em que deixamos as técnicas interpretarem seu mundo, com suas próprias vozes, e o outro, em que percebemos que as informantes, no papel de interlocutoras, iam e voltavam, remetendo ao que já tinham dito, às vezes

complementando ou até contradizendo suas representações sociais sobre o comando de equipes esportivas. Ora assumem o discurso polissêmico de diferentes sentidos, ora o discurso polifônico de diferentes vozes, quando falavam ao mesmo tempo como técnicas, mães, mulheres e professoras.

Ao rompermos a relação supostamente necessária entre o que previamente conhecíamos sobre as técnicas, todos os sentidos passaram a ser possíveis, abrangendo novas possibilidades de interpretações. Assim surgiram as temáticas mais diretamente ligadas às questões de gênero e que muitas vezes se encontravam na interdição discursiva, controlada e que definia o que podia ou não ser dito. Algumas informantes, falando do locus social de técnica de sucesso, disseram não sofrer preconceitos, talvez por pensarem que isso as desvalorizaria enquanto profissionais do treinamento.

Em muitos momentos do discurso da maioria das informantes, ignoram-se as barreiras de gênero, desconsiderando-se a historicidade do fenômeno de reserva masculina no esporte, sobretudo no treinamento de equipes esportivas. Não podemos criticá-las por isso, pois é difícil para elas (e para nós o foi também), reconhecer as estruturas de opressão cotidianamente engendradas e atualizadas em sua profissão.

Como tão bem sublinha Costa (2001), estas estruturas de opressão podem ser expressas nas representações sociais ancoradas sobre masculinidade, feminilidade, maternidade, treinamento ou nas formas pelas quais estas representações diferenciam mulheres de outras mulheres e mulheres de homens, sendo capazes de reforçar as desigualdades no interior das práticas profissionais que desenvolvemos.

Algumas técnicas, conscientemente ou não, atestam a influência do gênero em seu trabalho, resistindo à pressão do cotidiano da profissão e até mesmo se utilizando dos próprios estereótipos masculinos e femininos codificados na sociedade para auferirem alguma vantagem, reapropriando-se dos próprios instrumentos de dominação masculina para ascenderem como técnicas e comandarem equipes profissionais em campeonatos estaduais, nacionais e internacionais.

Contudo, consideramos que as técnicas deste estudo avançaram por terem conquistado seu espaço no treinamento esportivo

de alto nível, a seu modo e a seu tempo, enfrentando uma série de desafios e, a partir deles, abrindo caminhos para novas estratégias que as fizessem permanecer na profissão.

Raramente presenciamos mulheres na liderança e em posições de comando nos clubes, nas federações e nas organizações esportivas, pois elas estão competindo e participando de um área criada e dominada sob uma perspectiva masculina. Então, é preciso criar mudanças para maior representatividade das mulheres nos papéis de liderança, provando que mulheres e homens não diferem em suas habilidades para comandar, se estiverem em posições semelhantes.

Não se pode adaptar as técnicas ao modelo esportivo existente, que as isola e lhes oferece poucas oportunidades, reforçando o pensamento reducionista segundo o qual as mulheres não conseguem “suportar a pressão” do treinamento de grandes equipes.

As técnicas deste estudo, ao seguirem na profissão, lutando e conquistando reconhecimento do trabalho, “derrubam” este tipo de pensamento, já que, mesmo atuando em uma área profissional estressante, continuaram e continuam tentando e querendo fazer parte de um mundo esportivo que exige constante aprendizado, competição, competência e liderança.

Esperamos que, cada vez mais, as profissionais da Educação Física e do esporte se sintam desafiadas pelo caminho do treinamento. Ratificamos que é necessária uma reestruturação na organização esportiva, assim como na sociedade, para que os valores de igualdade de homens e mulheres sejam priorizados. Mas esse propósito só será alcançado se homens e mulheres mudarem.

Confiamos em que o aumento da participação das mulheres em todos os setores da sociedade, inclusive e sobretudo no esporte, tenda a construir um novo modelo marcado pela autonomia feminina e pela participação social, política e econômica de homens e mulheres nas decisões importantes, tanto no espaço privado quanto no público.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (1999). *A dominação masculina*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil.
- CHARTIER, Roger. (1995). *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. Cadernos Pagu. (4), pp 37-48. Campinas: Unicamp.
- COSTA, Suely Gomes. (2001). *Saúde, gênero e representações sociais*. In: PUPPIN, Andréa Brandão e MURARO, Rose Marie. (orgs.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.
- CULLEN, Dallas, HALL, Ann e SLACK, Trevor. (1990). *The Gender Structure of National Sport Organizations*. Journal Sport Canada: Canada.
- FOUCAULT, Michel. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- JODELET, Denise. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet, Denise. (org.). *Les représentations sociales*. (pp 31-61). Paris: PUF.
- JODELET, Denise. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In: Arruda, Angela. (org.). *Representando a alteridade*. (pp 47-68). Petrópolis: Vozes.
- JOVTCHELOVITCH, Sandra. (1995). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais In: Guareschi, Pedrinho & Jovtchelovitch, Sandra (orgs.). *Textos em representações sociais*. 2. ed. (pp 63-88). Petrópolis: Vozes, 1995.
- MOSCOVICI, Serge. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOSCOVICI, Serge. (1995). Reflexions à propos des représentations sportives. In: Quel Corps. *Critique de la modernité sportive*. (pp 179-194). Paris: Les Éditions de la Passion.
- PÊCHEUX, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. Ed. Campinas: Unicamp.

STAUROWSKY, Ellen J. (1990). Women Coaching Male Athletes. In: Michael, A. Messner & Donald, F. *Sport, Men, and Gender Order: Critical Feminis Perspectives*. Champaign: Human Kinetics.

Notas

- ¹ Mestre em Educação Física do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho/ Rio de Janeiro/ Brasil, na linha de pesquisa Representações Sociais de Gênero na Educação Física, Esporte e Lazer; Especialista em Educação Física Escolar/UFF/RJ/Brasil.
- ² Algumas reportagens são sobre as atletas treinadas pelas técnicas. Consideramos tais reportagens importantes como subsídios da representação das atletas e das técnicas quanto ao comando de equipes por mulheres. Doravante, o uso de reportagens abrange ambos os gêneros lingüísticos.
- ³ Preocupamo-nos, em concentrar as entrevistas deste estudo, com técnicas do estado do Rio de Janeiro, e que tivessem destaque em sua área de atuação esportiva. Porém, depois de percorremos as fontes e nos depararmos com a importância do pioneirismo do trabalho de Benedicta Sousa de Oliveira, não poderíamos deixar de entrevistá-la. Por isso, fomos a Santos e a incluímos como mais uma de nossas informantes.
- ⁴ A Teoria das Representações Sociais (RSs), de linha européia, com base nos pressupostos de Serge Moscovici (1978), propõe uma abordagem psicossociológica das Representações Sociais. Para o autor (1995), os fenômenos que nos permitem identificar as RSs são as práticas conversacionais, em que se elaboram saberes populares e crenças do senso comum. Contudo, isto não significa que as RSs se dêem apenas pelas conversações, podendo, da mesma forma, ser veiculadas através de outras práticas sociais como a religião e a ideologia. O autor, contribui de forma relevante com sugestões de métodos de observação e análises qualitativas, ressaltando que a utilização de plurimetodologias pela Teoria das Representações Sociais deve ser vista como avanço

enquanto qualidade teórica, pois não há um método único para se chegar ao conhecimento da sociedade.

Na linha de Moscovici, outros pesquisadores têm desenvolvido trabalhos sobre as RSs, como Jodelet (1989), que concebe a Representação Social como uma "forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p.36). A autora (1998), também se refere ao uso de diversos instrumentos, como o questionário, a entrevista e a observação participante, com o objetivo de evitar a eclosão de pseudo-representações, que tendem a ser criadas pelo pesquisador quando possui dados insuficientes que podem oferecer informações distintas das práticas sociais do informante.

Para Sandra Jovchelovich (1995), que segue de perto a mesma orientação, as representações surgem em função das mais variadas formas de mediações sociais, estando os processos que as constituem envolvidos com a comunicação e as práticas sociais: diálogos, discurso, rituais e trabalho. Portanto, é em contato e na interação com o meio em que vive, que o sujeito constrói um novo mundo de significados, ou seja, de representações.

- ⁵ Para analisar as representações, nos remetemos a alguns princípios da análise discursiva que investiga os processos de produção que estão encobertos no discurso, reconhecendo que, ao dizer, o sujeito fala de determinado lugar social, e por isso possui interesses individuais relacionados ao grupo ao qual está inserido (Foucault, 1996).

Ao procurar entender como as técnicas de equipes de alto nível constroem, conservam e alteram seu discurso, pretendemos identificar se o silêncio, as pausas, as hesitações, o conflito e a tensão da entrevistada apresenta um sujeito, mulher, historicamente e socialmente construído e, consciente ou não de sua marginalização nesta área de atuação, até hoje reservada aos homens, em sua maioria.

Com a análise do discurso podemos compreender como as técnicas interpretam, reelaboram, vivem e explicam suas experiências e representações individuais e de grupo. Sua descrição interpretativa, que, longe de oferecer uma imagem objetiva,

quantitativa, homogênea ou representativa do grupo de técnicas, demonstra, sobretudo, a grande diversidade destas técnicas, que, durante as entrevistas, com suas próprias vozes e linguagens, nos possibilitaram reconstruir suas experiências profissionais na arena predominantemente masculina do treinamento desportivo.

- ⁶ Todas estas semelhanças não garantem a homogeneidade do discurso do grupo, pois consideramos que a heterogeneidade pode ser identificada no discurso de cada técnica em função da sua relação particular com o treinamento. Lembramos, que mesmo no contexto de mulheres de classe igual, ocupando o mesmo espaço, há diversidades entre estas mesmas mulheres. Portanto, há aquelas que vivenciam a situação de técnica em situações mais ou menos favoráveis do que outras.
- ⁷ Menos Isabel, que vem aprendendo na prática, sobre tática e técnica dos jogos, até por ser a técnica com menos experiência profissional, atuando há apenas dois anos.
- ⁸ A idéia da heterogeneidade e da individualidade das técnicas, embora transparente, precisa ser mais discutida com leituras sobre o caráter fragmentário de qualquer processo social que começa a estabilizar-se, antes de surgirem normas e regras, resultantes da repetição. Este é um desafio que não foi possível realizar na dissertação, mas que pretendemos retomá-lo e encará-lo nos próximos trabalhos que realizarmos.

Elementos para uma geografia dos Jogos Olímpicos

Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus¹

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (U.E.R.J.)

1 - Introdução

É bastante compreensível a reação de estranhamento provocada em quem se depara pela primeira vez com o “inusitado” casamento entre os esportes e a geografia. Para os geógrafos e demais profissionais que não lidam diretamente com a prática esportiva, este campo evoca sobretudo questões relacionadas à performance dos atletas, preparação física e treinamento, regras, táticas e as atuais discussões éticas e jurídicas sobre “doping”. De fato, nada disso tem relação direta com a dinâmica espacial ou outros temas centrais em geografia. Por outro lado, muitos dos estudiosos do fenômeno esportivo insistem em ver esta velha disciplina escolar como voltada à memorização entediante dos acidentes físicos e humanos na paisagem, além de outras preocupações pouco estimulantes como intermináveis listas de topônimos, índices pluviométricos, indicadores demográficos, extensas pautas de exportações etc.

A geografia, entretanto, vem sofrendo nas últimas décadas uma grande transformação, cuja profundidade e teor não cabem nos limites deste artigo. No Brasil, vale registrar a rica contribuição de Milton Santos, que atuou decisivamente na renovação teórico-conceitual desta disciplina. Em síntese, Santos investiu na teorização do espaço geográfico a partir dos sistemas técnicos e da dialética da totalidade em suas diferentes escalas espaço-temporais, insis-

tindo na natureza “ativa” do espaço frente à dinâmica da sociedade: o espaço como condicionante para a ação humana, impondo “barreiras” ou oferecendo “atrativos”, e não como mero palco passivo do acontecer social². Seguindo orientação teórica distinta porém investindo nesta mesma linha de valorização do papel ativo do espaço na vida social, outro famoso geógrafo (Edward Soja, 1996) afirma que em nenhuma outra era a dimensão espacial foi tão relevante em nossas vidas. Pensamos também em Denis Cosgrove (1998:96-7), que nos alerta para uma nova geografia que ultrapassa os limites de um funcionalismo utilitário de forças demográfico-econômicas para operar com outras lógicas e motivações humanas, que produzem paisagens repletas de significados. Acreditamos que existem nexos claros entre esta nova geografia e a temática esportiva, como por exemplo os Jogos Olímpicos, conforme argumentaremos mais adiante.

O presente texto trata de levantar e discutir aspectos que evidenciam a possibilidade da abordagem geográfica dos Jogos Olímpicos, este mega-evento de incontestável impacto espacial. Divide-se em duas partes: na primeira, apresentamos a geografia dos esportes (o estado da arte neste incipiente campo de investigações e seus horizontes temáticos), enquanto na segunda tratamos especificamente das olimpíadas e sua dimensão geográfica.

2 - A Geografia dos Esportes : o estado da arte e os horizontes de investigação

Os esportes, enquanto fenômeno social, se realizam a partir de determinadas condições históricas e geográficas, ainda que este último conjunto de condições nem sempre seja devidamente reconhecido pelos estudiosos do tema. Huizinga (1996:219), por exemplo, faz uma única à base espacial ao tratar do advento dos esportes modernos na Inglaterra, incorrendo porém na pobreza do empirismo e do determinismo ambiental:

“A geografia do país e a natureza do terreno, predominantemente plano e oferecendo em toda a parte os melhores campos de jogo nos prados comunitários

os, os commons, também tiveram a maior importância. Foi assim que a Inglaterra se tornou o berço e o centro da moderna vida esportiva.”

É rara a presença dos esportes na abordagem geográfica, o que ajuda a explicar a carência de formulações mais aprofundadas neste domínio. Após breves aparições em obras clássicas como as de Demangeon (1938), inicia-se efetivamente com um estudo isolado e de modesto escopo, de autoria de Edward Shaw (1963), que procura de forma muito superficial identificar a influência de fatores atmosféricos e edáficos (textura do solo e variações de superfície) no desempenho dos atletas em partidas de beisebol. Seja através do inglês John Bale (1978; 1982), professor da Keele University, seja pelo grupo de estudos sobre esportes do departamento de geografia da Oklahoma State University, nos Estados Unidos, liderado por John Rooney (ver Rooney, 1974; 1992), ou ainda pela iniciativa tímida do português Jorge Gaspar (1982), este campo de investigação se desenvolveu no âmbito da chamada geografia pragmática. Trata-se da aplicação de modelos abstratos para fins de isolar fenômenos e identificar processos espaciais, geralmente abordando temas de menor relevância social, como a origem geográfica dos atletas profissionais, a relação entre a performance técnica dos clubes e a inserção de sua cidade na hierarquia urbana, demonstrar determinada lógica locacional dos equipamentos esportivos etc³. A partir dos anos 1980, esta incipiente ramificação da geografia começa a se libertar destas limitações de cunho teórico-metodológico. Mas não chega, em nosso entendimento, (com discreta exceção das contribuições mais recentes de John Bale e Augustin), a elaborar uma teorização mais aprofundada sobre o fenômeno social do esporte que, para além da dimensão meramente empírico-econômica, contemple o político e o cultural.

John Bale é certamente a maior estudioso do assunto, tendo publicado desde 1976 dezenas de livros e artigos, sobre os mais diversos esportes e contemplando uma gama variada de temas e matizes teóricos, beneficiando-se particularmente da imensa e prestigiada produção acadêmica na área de história e sociologia dos esportes na Grã-Bretanha a partir de 1980. Em Bordeaux, na França, destaca-se o geógrafo Jean-Pierre Augustin. Mais recente-

mente, outro francês, Loïc Ravenel (1998) produziu um dos poucos estudos geográficos dedicados exclusivamente ao futebol.

A geografia dos esportes já conta em certos países (França, EUA, Inglaterra) com notável desenvolvimento. Vale citar por exemplo a graduação em Geography and Sports Science (The University of Birmingham, UK), voltada para a gestão e planejamento de espaços de recreação e esportes na cidade. Nos encontros anuais da Association of American Geographers, os esportes comparecem assiduamente há vários anos. A dimensão espacial da atividade esportiva vem sendo reconhecida e mesmo sendo explorada por outras disciplinas no Brasil e no exterior. Em linhas gerais, todavia, o tema permanece situado à margem da agenda de estudos geográficos. Na América Latina, até o momento não encontramos nenhuma referência, o que supõe ser nossa iniciativa pioneira não apenas no Brasil⁴.

Apesar da escassez de iniciativas, parece haver evidentes nexos entre a prática esportiva e o espaço geográfico. Norbert Elias sugeriu que os esportes modernos são muitas vezes herdeiros de antigas tradições lúdicas (consagradas na literatura como folkgames), que sofreram uma progressiva esportivização no âmbito do processo civilizador. Queremos acreditar que, neste sentido, muitas modalidades esportivas tendem a resgatar e a redefinir certas relações (não apenas lúdicas, mas também de trabalho) que há séculos o homem estabelece com a natureza. Algumas atividades humanas que no passado tiveram significado de luta pela sobrevivência (busca de alimentos, fuga do perigo, etc.) parecem ter sido “reinventadas” com conotação lúdica e competitiva, tornando-se modalidades esportivas. É o caso, supostamente, do alpinismo, da natação, das regatas, do surfe, do hipismo, da esgrima, do arco & flecha, da própria corrida, das várias formas de luta corporal, entre tantas outras modalidades esportivas baseadas no empenho individual em superar desafios impostos pelas forças da natureza, tais como a gravidade, a pressão do ar, a dinâmica das águas, o domínio de animais etc. O conhecimento e manejo dos elementos da natureza compõem, em cada região, um amplo acervo cultural, e parece-nos razoável pensar que possivelmente os diferentes “gêneros de vida” e as diferentes paisagens naturais forneceram bases fundamentais para diversas modalidades esportivas do mundo atual⁵.

Esta evidente relação com o quadro natural sugere um amplo caminho de investigações geográficas. Uma delas é estudar a dimensão “ecológica” de cada modalidade esportiva, desde sua origem aos impactos ambientais atuais. O geógrafo enquanto agente de planejamento territorial pode, a partir de um diagnóstico sócio-ambiental, ajudar a estabelecer as áreas mais apropriadas para a prática de cada esporte, minimizando assim impactos negativos ao meio ambiente. A expansão recente dos chamados “esportes radicais”⁶, por exemplo, demanda sobremaneira tal estudo, posto que muitas vezes tais atividades procuram a aventura em áreas de natureza praticamente intocada (montanhas, alto curso de rios e mesmo desertos), tendendo a causar impactos significativos, sobretudo quando promovem eventos cuja divulgação visa atrair maior fluxo de visitantes, já no âmbito do turismo esportivo. Preocupa-nos o caráter de “incerteza/indefinição territorial” destes novos esportes de aventura, vistos como atividades de difícil controle/planejamento e consequentemente de maior potencial de danos à natureza e à sociedade (Mascarenhas2001b).

Outra linha de investigação em geografia dos esportes é aquela relacionada à distribuição espacial do fenômeno esportivo pelo mundo. Embora muitos esportes apresentem hoje uma difusão planetária, persiste uma significativa variação regional, sobretudo no tocante aos sentidos e significados que cada modalidade assume em cada lugar.

No que tange à configuração territorial, isto é, o arranjo sistêmico-funcional dos objetos geográficos⁷ no território, os esportes merecem a observação cuidadosa, posto que sua prática implica transformações significativas na forma e na dinâmica territoriais. Neste aspecto, devemos realçar o papel dos Jogos Olímpicos, pois indubitavelmente trata-se do evento esportivo com maior poder de transformação na paisagem geográfica das cidades, alterando profundamente sua morfologia, sua funcionalidade e sua dinâmica territorial.

Basicamente, o esporte deve ser encarado como uma atividade econômica, particularmente quando realizado em caráter oficial, de competição, e oferecido à sociedade (público espectador) como um artigo de consumo. Enquanto atividade econômica voltada para o entretenimento comercializado, o esporte precisa ser oferecido em lugares apropriados. São estádios, ginásios, pistas diversas, en-

fim, um amplo conjunto de equipamentos fixos na paisagem e geralmente de grande porte físico, o que resulta em maior capacidade de permanência. São também objetos de grande visibilidade na paisagem urbana, comparecendo assiduamente no repertório imagético da sociedade, como por exemplo nos mapas mentais, aqueles que procuram sintetizar a percepção humana em uma cartografia subjetiva, calcada em sentimentos do homem comum diante dos lugares (Bale, 1996).

Tais objetos, além de se apresentarem freqüentemente como paisagem durável (decorrente do grande investimento necessário para edificação) e ampla visibilidade (decorrente do porte físico), podem ainda constituir importante centralidade física e simbólica no interior do espaço urbano. Os grandes estádios, por exemplo, são planejados de forma a facilitar o grande fluxo de espectadores em dias de importantes eventos, quando o longo silêncio das estruturas de concreto armado cede lugar ao delírio da multidão. Desta maneira, tendem a se inserir em áreas bem servidas de meios e vias de transporte⁸, ou ainda, segundo tendência mais recente, localizar-se fora da área mais densamente urbanizada, de modo que o próprio equipamento crie a demanda de investimentos de melhoria da acessibilidade. Neste caso, não diferem de outros grandes objetos geográficos detentores de poder de reorganizar a base territorial circundante, como os modernos shopping centers..

Os equipamentos esportivos afetam diretamente a dinâmica urbana, cada um segundo uma lógica locacional e uma forma espacial que deriva da própria modalidade esportiva que o criou. Por constituir esporte de elite, e por consumir extensas áreas que mantêm-se verdes e silenciosas, o golf por exemplo produz campos que notavelmente valorizam os terrenos vizinhos. John Bale (1989:156) estima que no Reino Unido (onde tais campos de “monocultura” ocupam preciosos 80 mil hectares de terra) a presença de campos de golf valorizam em média as propriedades mais próximas em aproximadamente 10%. O geógrafo norte-americano Bob Adams (apud Bale, 1989:157) acredita que em muitos casos campos de golf são criados mais por finalidades de valorização fundiária que propriamente para a prática esportiva.

Também os hipódromos tornaram-se equipamentos vistos como externalidade positiva no mercado imobiliário. Até meados do sé-

culo XVIII, entretanto, as corridas de cavalo na Europa se realizavam geralmente em rústicas pistas providas apenas de cercas para aglomerar em pé os poucos curiosos e apostadores, em áreas mais afastadas do centro urbano. O crescimento das cidades e a expansão da indústria do espetáculo esportivo (venda de ingressos) propiciaram melhorias materiais significativas nesta paisagem, como a construção de arquibancadas e pavilhões sociais, que enfim produziram o moderno hipódromo. A famosa reforma urbana do Barão de Haussmann em Paris emprestou “glamour” ao turfe, ao edificar no Bois de Boulogne o belíssimo e imponente hipódromo de Antenil. Desde então, quase todas as grandes cidades que desejaram viver plenamente a belle époque dedicaram um lugar especial (junto aos bairros de elite) à construção de um majestoso hipódromo⁹. De um modo geral, a febre esportiva que se verifica neste período histórico pode ser compreendida no âmbito da modernidade urbana (Mascarenhas, 1999).

Em síntese, os esportes apresentam uma diversidade geográfica, um conteúdo de relação homem – natureza e uma capacidade de transformação do meio que os habilitam plenamente como objeto de estudo da geografia. Os Jogos Olímpicos de verão¹⁰, sendo um gigantesco evento, concentra forças de grande impacto sobre os lugares, redimensionando-os em sua forma, função e dimensão simbólica. Este é o assunto do próximo segmento.

3 - Os Jogos Olímpicos e sua geografia: algumas notas

O geógrafo Jean-Pierre Augustin (1995:31-36) ao discutir a dimensão geopolítica dos Jogos Olímpicos (doravante abreviados como J.O.), alerta-nos para o quanto estes representam uma autêntica vitrine das potências econômicas, alimentando no plano imaginário a lógica das profundas desigualdades no cenário internacional. Em suma, são estes países os que em geral se destacam na performance olímpica, e os que exprimem sua enaltecida capacidade (econômica, tecnológica e logística) de realização destes eventos. De fato, basta examinar as 24 edições de J.O. já ocorridas até o momento, e constatar que apenas três delas se realizaram fora

do chamado mundo desenvolvido. Assim mesmo, devemos considerar que dentre as três cidades situadas no capitalismo periférico, uma delas (Atenas, em 1896) deve sua escolha a fatores muitíssimo peculiares: a condição ancestral dos antigos jogos gregos e o caráter amador e de pequeno porte que constituiu aquela primeira realização dos Jogos Olímpicos na era moderna. Das duas restantes (México em 1968 e Seul em 1988), vale frisar que a última situa-se em um país com elevado ritmo de crescimento econômico naquela década, despontando como um dos festejados símbolos da vitória do capitalismo sobre o modelo planificado, prestes a ruir naquela conjuntura. África e América do Sul, a despeito de tantas candidaturas, jamais puderam sediar os Jogos Olímpicos, enquanto a Europa Ocidental concentra mais da metade de todos os já realizados.

A distribuição pelas nações das medalhas conquistadas e das “cidades olímpicas” é um valioso tema para estudo geográfico. Queremos entretanto concentrar maior atenção em outro aspecto, aqui já mencionado: o poder do olimpismo na reestruturação urbana. Um poder crescente, que leva cidades de todo o planeta a lutar pela obtenção do direito de sediar as olimpíadas, tomadas como incontestável alavanca para a dinamização da economia local e sobretudo para redefinir a imagem da cidade no competitivo cenário mundial¹¹. Desfrutando de bilhões de espectadores, tais cidades se transformam, momentaneamente, no admirado centro das atenções em escala planetária. Em certo sentido, os J.O. correspondem na atualidade ao papel similar cumprido por algumas das grandes exposições universais da segunda metade do século XIX ao início do século seguinte, ao por em relevo as utopias do progresso sem fronteiras e da solidariedade e harmonia entre os povos¹². Também podemos comparar o imenso impacto destes eventos na dinamização e reestruturação das cidades¹³. Em síntese, este esboço de estudo dos J.O. como poderoso agente de planejamento e mudanças no espaço urbano se insere num projeto mais amplo, o de avaliar o papel dos grandes eventos internacionais na reestruturação das cidades.

As primeiras décadas de J.O. deixaram, todavia, poucos vestígios na paisagem urbana. A falta de apoio oficial, a pouca difusão do olimpismo, o reduzido número de participantes, uma série de fatores enfim somaram para um grau ainda incipiente de organização

e porte dos J.O., caracterizados pelo imprevisto e precariedade das instalações físicas. Segundo Muñoz (1996), somente em 1932 pode-se iniciar a falar, embora timidamente, em “urbanismo olímpico”, quando a cidade de Los Angeles utilizou os jogos como oportunidade de reerguimento da economia local, muito abalada pela crise de 1929. Em 1936, Berlin seguiu o exemplo e consolidou a nova tradição de edificação de vilas olímpicas dotadas de alguns equipamentos específicos para os atletas.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, o olimpismo adquiriu força inédita, atraindo maior interesse e apoio governamentais, bem como verificando crescente adesão de atletas de diversos países. E assim, em 1952, Helsinki inaugura a era dos grandes projetos habitacionais populares a partir dos J.O.. Nos jogos seguintes, Melbourne não apenas seguiu o modelo como incorporou o uso de vasta infra-estrutura esportiva universitária. Em Roma (1960), a novidade foi a criação de uma vila olímpica com modernas e bem equipadas edificações dentro de um explícito projeto de expansão urbana, incluindo a implantação de infra-estrutura geral e de acesso. Devemos considerar o novo contexto sócio-econômico, para entender a afirmação de um “urbanismo olímpico” multiplicador de equipamentos públicos de lazer e esporte: a consolidação do Estado de Bem-estar Social na Europa Ocidental não apenas garantiu maior capacidade de consumo como também oportunizou a difusão da prática esportiva, dentro da política social “esporte para todos”. Desde então, cada olimpíada vem deixando (ou propiciando) marcas indelévels na paisagem das cidades, tornando-se uma efetiva possibilidade de executar o planejamento urbano.

Nos anos 70, nota-se um aprimoramento desta conjugação entre J.O. e planejamento urbano. Entre urbanistas, crescia naquele momento a preocupação para com a indesejável obsolescência das áreas centrais, em favor de novos sub-centros e subúrbios de perfil econômico elevado, processo acionado sobretudo pela difusão do uso do automóvel. Nos J.O. de Munique (1972) e Montreal (1976) nota-se, segundo Muñoz (1996), uma clara política de instalação ou aproveitamento de equipamentos esportivos junto à área central, valorizando-a. Podemos afirmar que neste momento os J.O. propiciaram a oportunidade de concretização de novas idéias urbanísticas, que ainda hoje situam-se no centro do debate sobre a renovação das cidades.

Moscou (1980) demarca o ápice da política de construção de habitações populares a partir de uma vila olímpica: nada menos que dezoito blocos de apartamentos pré-fabricados com 16 andares cada um. O imenso investimento soviético se explica não apenas pela conformidade de tal iniciativa com o modelo funcional e homogêneo de urbanismo socialista, mas sobretudo por ser aquela ocasião para a já decadente URSS uma das últimas chances de exibir ao mundo seu poderio (atlético, financeiro e organizativo). Insistimos, por conseguinte, que cada evento olímpico guarda suas especificidades, refletindo ao mesmo tempo o contexto histórico e a espacialidade concreta.

Seul (1988) e Barcelona (1992) constituem claros exemplos de uso dos J.O. como poderosa alavanca para o desenvolvimento urbano. Ambas as cidades investiram vultosas quantias e implementaram projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiros marcos na evolução urbana. Ademais, conseguiram projetar mundialmente a imagem destas cidades, proporcionando efeitos multiplicadores a curto e médio prazo: grande aumento do afluxo de turistas, dos investimentos etc.

Há outras inovações nos J.O. em pauta. Seul e Barcelona promoveram não apenas uma eficiente política de renovação de sua área central. Suas vilas olímpicas também constituem uma novidade em termos de geração de novas moradias: trata-se de uso residencial para classes médias, e não mais destinadas ao uso popular, marca tradicional das vilas olímpicas até então. Mais uma vez, podemos observar a incidência de novas forças macro-estruturais, desta vez típicas do período neoliberal que se instaura sobretudo com a derrocada do bloco soviético em 1990: o declínio das políticas sociais, em favor dos princípios do mercado. A bela vila Olímpica de Barcelona, muito bem equipada e provida de amenidades naturais como a posição litorânea, representa esta mudança evidente na política urbana, de novo crescentemente envolvida com interesses privados. E a cidade procura afirmar ao mundo sua capacidade empresarial.

No Rio de Janeiro, em 1996, a candidatura da cidade a sediar os J.O. de 2004 gerou ampla mobilização popular e inúmeros projetos urbanísticos destinados a preparar a cidade para este fim. Valeria uma abordagem geográfica mais aprofundada sobre os di-

versos projetos, o amplo debate suscitado (não apenas entre técnicos e políticos), a releitura da cidade e os prováveis impactos da realização dos Jogos Olímpicos, entre outros aspectos que não cabem nos limites deste artigo.

Devemos frisar que, caso a candidatura fosse bem sucedida, provavelmente teríamos hoje uma outra paisagem urbana. A abandonada Ilha do Fundão, por exemplo, teria adquirido um aproveitamento intensivo de seus vastos espaços, tornando-se privilegiada concentração de equipamentos esportivo-recreativos. Vale ressaltar que tal infra-estrutura estaria ao alcance de segmentos sociais de baixa renda que habitam o entorno imediato da Ilha. Esta mesma população que consome em larga escala o “piscinão” da renovada Praia de Ramos, polêmica iniciativa do governo estadual para atenuar a crônica carência de opções de lazer para os habitantes da zona norte da cidade¹⁴, que não desfrutou historicamente dos caudalosos investimentos públicos da zona sul, nem apresenta a morfologia moderna e descompacta da zona oeste, para onde se dirigem atualmente muitas das iniciativas no setor de lazer, como por exemplo os parques temáticos.

Por outro lado, a realização de J.O. no Rio de Janeiro poderia ter acionado a dinamização da obsoleta zona portuária, que há décadas vem sendo alvo inerte de debates e projetos de revitalização. A proposta então veiculada destinava a esta zona a criação de um “novo bairro”, a partir do setor de alojamento para a imprensa internacional. Outros projetos de vulto, como a despoluição da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas, foram incluídos. Entretanto, apesar de suas belezas naturais e do relativo êxito na realização do evento ECO-92, a candidatura carioca não logrou sucesso. Trata-se de uma grande cidade com graves problemas sociais e ambientais, típicos do subdesenvolvimento. Um cenário que, como vimos, historicamente não tem convencido o Comitê Olímpico Internacional como local adequado à realização de J.O.. Permanecendo os atuais critérios de seleção das sedes, e a acirrada competição entre cidades de todo o mundo, dificilmente o Rio de Janeiro terá sua oportunidade, sobretudo com o agravamento da gestão da segurança pública. Da mesma forma que o Brasil vem há décadas tentando em vão sediar novamente uma Copa do Mundo, mas este é um outro assunto.

4 - Breves considerações finais

Entendemos que geografia e esportes formam, à primeira vista, um casamento inusitado, mas com razoáveis perspectivas futuras. Muitas vezes, trata-se apenas de superar um preconceito para notar que a geografia já produz vias de análise bastante adequadas ao tratamento do fato esportivo. Milton Santos, por exemplo, ao tratar das novas condições da “fluidez” (capacidade ampliada de deslocamento espacial, superando distâncias e “barreiras”), afirma que estas se baseiam em formas, normas e informações universais (Santos, 1996:219). Os esportes modernos cumprem plenamente estes requisitos, exibindo equipamentos (formas), regras (normas) e informações universais.

Em pouco mais de cem anos de história, os J.O. apresentam uma impressionante evolução. Da idealista iniciativa de Coubertin à paulatina incorporação do nacionalismo, daí ao contexto vigoroso da Guerra Fria, chegando à grande mercantilização dos dias atuais, tal evento foi adquirindo cada vez maior importância. E com ela uma crescente capacidade de intervir no espaço geográfico, sobejamente nas cidades, onde o impacto olímpico vai muito além do campo meramente esportivo. Poderíamos mesmo afirmar que trata-se mais de um tema da geografia urbana (cuja omissão soa imperdoável) do que da nascente geografia dos esportes. O urbanismo olímpico da atualidade nos remete aos debates acerca da emergência da cidade-empresa no contexto de afirmação do neoliberalismo. Em síntese, o fenômeno olímpico e seu impacto nas cidades refletem em grande medida as principais transformações das macro-estruturas sociais. Guardando, é claro, todavia suas especificidades (as do lugar em si, e as do olimpismo).

Referências Bibliográficas

- AUGUSTIN, Jean-Pierre. *Les Territoires Incertains du Sport*. Cahiers de Géographie , 114 (41), dez. 1997.
- _____. *Sport, Géographie et Aménagement*, Bordeaux: Édition Nathan, 1995.

- BALE, John. *Human geography and the study of sports*. (mimeo) 1998.
- _____. Space, Place and Body Culture: Yi-Fu Tuan and a Geography of Sport. *Geografiska Annaler*, 78 B (3), 1996.
- _____. *Sports Geography*, London: E. & F.N. Spon, 1989.
- BONIFACE, Pascal (org) *Géopolitique du Football*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1998.
- CLÉMENT, Jean-Paul. Contributions of the Sociology of Pierre Bourdieu to the Sociology of Sport. *Sociology of Sports Journal*, 12, 147-57, Human Kinetics Publishers, 1995.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto L. ROSENDAHL, Zeny (orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- DEMANGEON, Albert. *L'Empire Britannique: étude de géographie coloniale*. Paris: Librairie Armand Colin, 1938.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 6a. ed., 1986.
- GASPAR, Jorge et al. Transformações Recentes na Geografia do Futebol em Portugal. *Finisterra*, Lisboa, 34:301-24, 1982.
- GRATON, Chris The Economics of Modern Sport. *Culture, Sport and Society*, 1(1), May 1998.
- GUTTMANN, Allen. *Games and Empires: modern sports and cultural imperialism*. N.York: Columbia University Press. 1994.
- HOBBSAWM, Eric *Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária*, São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, coleção Estudos, vol.4, 1996.
- MASCARENHAS, Gilmar. *A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2001.

- _____. *Lugares de aventura: turismo esportivo e visões da natureza*. Anais (CD-ROM) do VIII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Santiago do Chile, 4 al 10 de marzo de 2001(b).
- _____. A dimensão espacial dos esportes. Quarto Congresso de História do Esporte na Europa (Florença, Itália, 2 a 5 de dezembro de 1999). **Biblio 3W**. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] N° 208, fevereiro de 2000.
- _____. Construindo a Cidade Moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC (Fundação Getúlio Vargas). Número 23, pp, 17-39, junho de 1999.
- _____. Fútbol y Modernidad Urbana: la Geografía Historica de una inovación. LECTURAS, revista virtual indexada en Educación Física y Deportes, num 10, mayo 1998, Buenos Aires.
- MILLET, Lluís. Los juegos de la ciudad. In: MORAGAS, M. e BOTELLA, M. (orgs.) *Las claves del éxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona '92*. Barcelona: Centro de Estudios Olímpicos y del Deporte, 1996.
- MUÑOZ, F. *Historic Evolution and urban planning typology of Olympic Villages*, Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport. Barcelona, 1996.
- NEGREIROS, Plínio L.C. O estádio do Pacaembu. In: *Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*, Ijuí: Editora da UNIJUÍ, pp. 31-44, 1997.
- PESAVENTO, Sandra. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- PRONI, Marcelo W. Marketing e Organização Esportiva: elementos para uma história recente do esporte-espetáculo. *Conexões: Educação, Esporte e Lazer*. vol 1, num 1, pp 74-84, Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- RAMONET, Ignacio. Football et Passions Nationales. In BONIFACE, Pascal (org) *Géopolitique du Football*. Bruxelles: Éditions Complexe, 1998.

- RIBEIRO, Edmundo R. A segregação social e as actividades desportivas no contexto histórico colonial de Moçambique. *Conexões: Educação, Esporte e Lazer*. vol 1, num 1, pp 56-64, Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOJA, Edward. *Thirdspaces: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined palces*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- _____. *Geografias Pos-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SÖRLIN, Suerker. Nature, Skiing and Swedish Nationalism. In: MANGAN, J.(ed.) *Tribal Identities: Nationalism, Sport, Europe*. Essex (UK): Frank Cass Publishers, 1996.

Notas

- ¹ Membro do Grupo de Pesquisa em Esporte e Cultura do CNPq, e do *congêner*e Área Interdisciplinária de Estudios del Deporte, da Universidade de Buenos Aires. É mentor e responsável pelas disciplina eletiva *Geografia dos Esportes*, na UERJ.
- ² O filósofo Henri Lefebvre foi o primeiro a constestar radicalmente o desprezo por parte do materialismo histórico e dialético pela categoria “espaço” em favor do “tempo”, e sistematicamente procurou (em vastíssima obra) elaborar toda uma teorização de base marxista destacando a dimensão espacial da sociedade. Também Michel Foucault (1986:158) enfatizou a espacialidade das formas de poder e considerou esta “obsessão espacial” fundamental em suas descobertas. Por fim, Soja (1993:22) afirma que a teoria social crítica tendeu sempre a privilegiar o tempo pois neste residia supostamente o potencial revolucionário e emancipador da ação humana: “uma geografia já pronta prepara o cenário, enquanto uma ação intencional da história dita a ação e define o roteiro”.

- ³ Um primeiro balanço da produção acadêmica nesta área foi realizado por Lisle Mitchell e Richard Smith (1989). Um esforço bem mais recente, e de maior envergadura, embora não publicado, nos foi cedido por seu autor, John Bale (1998).
- ⁴ Trata-se da tese de doutoramento em Geografia Humana, defendida na USP (Mascarenhas, 2001a), e outros estudos correlatos.
- ⁵ Quanto ao conceito de “gêneros de vida”, cumpre esclarecer que trata-se de uma importante noção clássica em geografia, que recobre o conjunto particular de relações que o homem estabelece com o meio em determinada região. Sobre as paisagens naturais, interessante consultar pelo menos o caso do golfe, cuja origem escocesa guarda estreita relação com a paisagem natural da região centro-leste daquele país: topografia suavemente ondulada, cobertura vegetal de gramíneas de tipo macio, solos bem drenados e concavidades naturais (ver Bale, 1989:154). Ou ainda a antiguidade da prática de esqui em regiões de clima frio acentuado: na Suécia, há vestígios de objetos utilizados pelo homem para deslizar sobre a neve que datam de aproximadamente 320 anos antes da era cristã (Sörlin, 1996:147).
- ⁶ Rafting, vôo livre, *wakeboarding*, mergulho, automobilismo *off-road*, alpinismo, mountain bike, é longa e sobretudo indefinida a lista de modalidades que são socialmente encaradas como esportes radicais, pois trata-se de terminologia imprecisa e de tema pouco estudado (Mascarenhas, 2001b).
- ⁷ Milton Santos utiliza largamente o conceito de objeto geográfico como elemento da materialidade historicamente construída ou apropriada (quando natureza) pelo trabalho humano. De forma que “No princípio tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (Santos, 1996:53).
- ⁸ Um belo exemplo é o estádio Mário Filho, o Maracanã, inaugurado no Rio de Janeiro em 1950, cuja decisão locacional privilegiou a acessibilidade (a ferrovia e o corredor viário que a margeia), além de situar-se, à época, em ponto relativamente equidistante entre as zonas norte e sul da cidade. O futebol pode, assim, ser

visto como atividade que gera pontos de grande conectividade na malha territorial. No Brasil, um estudo sobre a difusão do futebol a partir de redes de infra-estrutura do território encontra-se em Mascarenhas (1998).

- ⁹ No início do século XX, estava bem delineada no Rio de Janeiro uma segregação residencial que estabelecia toda a zona sul como área nobre, tornando o majestoso Prado Fluminense, na zona norte da cidade, um ornamento geograficamente deslocado. E assim se edificou o imponente hipódromo do Jockey Club na Gávea (inaugurado em 1926), corrigindo uma “distorção locacional” que a evolução urbana havia imposto ao turfe.
- ¹⁰ Nos limites deste artigo não trataremos dos jogos de inverno, evento naturalmente de bem menor porte, mas que também apresenta formidável expansão e, conseqüentemente, um crescente poder de reestruturação territorial.
- ¹¹ Em Seul, por exemplo, antes de 1988 o turismo local correspondia ao afluxo anual de um milhão de visitantes. Desde então, tal índice foi multiplicado em onze vezes, com a nova imagem da cidade no cenário mundial.
- ¹² Segundo Pesavento (1997), tais exposições serviram para difundir o mito de que a civilização ocidental burguesa era baseada na fraternidade entre os povos, bem como para alimentar o exibicionismo burguês.
- ¹³ A evolução urbana de Barcelona apresenta como marcos importantes as duas exposições universais ali realizadas em 1888 e 1929. No Rio de Janeiro, a exposição de 1922 consolidou a demolição do Morro do Castelo, a abertura da esplanada dos ministérios, o início dos grandes aterros litorâneos, afirmando-se como um marco decisivo na evolução urbana carioca.
- ¹⁴ Do ponto de vista urbanístico, trata-se de uma extensa área urbana cujo processo de ocupação não predestinou zonas livres ou verdes para o lazer popular, realizando um preenchimento compacto e contínuo das terras que outrora abrigaram usos rurais.

Maria Lenk: as três revoluções que levaram a gentil nadadora da atlética às olimpíadas de 1932

Profa. Ms. Ana Miragaya
Universidade Gama Filho

Resumo

1932 foi o ano da 10ª Olimpíada, que ocorreu em Los Angeles. O Brasil era um país que passava por três revoluções importantes que marcaram sua História: a primeira política, a segunda social e a terceira individual. Depois da Revolução de 1930, São Paulo, terra de Maria Lenk, viu o maior conflito armado do Brasil durante o século 20, a Revolução Constitucionalista de 1932. A mulher brasileira já havia começado sua revolução social para ser incluída como cidadã, com direito ao voto, o que aconteceu em 1932. Maria Lenk quebrava recordes como esportista e primeira nadadora, um esporte feminino ainda tímido no país. O objetivo deste estudo é investigar a história política e social de 1930 a 1932 e a trajetória de sucesso de Maria Lenk numa combinação de fatos, que permitiram sua ida às Olimpíadas de Los Angeles representando não somente o Brasil, mas a América do Sul. A hipótese desse estudo é de que o tecido dessas três revoluções tenha lançado Maria Lenk às Olimpíadas de 1932. Este projeto ambiciona estudar o início da carreira de uma das maiores nadadoras da história do Brasil num pano de fundo atuante para a história do esporte, mostrando combinações de fatos históricos que culminaram num grande avanço e exemplo para a mulher brasileira. A metodologia seguirá modelos

históricos nos quais várias fontes serão utilizadas, como no caso da revisão de literatura e consulta a fontes primárias como os arquivos de Maria Lenk legados à Universidade Gama Filho, jornais e demais matérias de leitura da época.

Vozes femininas e o Esporte Olímpico no Brasil

Profa. Dra. Ludmila Mourão

Universidade Gama Filho – Lires

1 - Introdução

Neste artigo descreve-se o status de mulheres brasileiras no esporte, atletas e técnicas esportivas e analisa-se sua situação no tempo presente. Tentamos responder às seguintes questões: por que no Brasil as mulheres têm menos incentivo para se desenvolver no esporte? Como o poder público promove e controla o desenvolvimento do esporte no país? As funções e os papéis femininos vêm-se alterando na sociedade brasileira e atraindo as mulheres para a prática e a direção do esporte? Nossa intenção é estimular discussões e repor em questão em diferentes núcleos, como famílias, escolas, universidades, igrejas, governo, clubes esportivos - lugares de elaboração e inculcação de princípios que fundamentam um acordo das estruturas sociais e das estruturas cognitivas – , os mecanismos e as instituições que reproduzem ainda certos obstáculos e rejeições à entrada e à participação efetiva da mulher no espaço esportivo brasileiro. Acredita-se que seja urgente reverter o modo habitual de ver esse problema e liberar as forças de transformação que tais mecanismos e instituições estão conseguindo entravar, para que as mulheres brasileiras possam experimentar oportunidades mais democráticas e justas em suas aspirações esportivas, como atletas, dirigentes e técnicas esportivas, ou simplesmente como praticantes.

2 - Participação da mulher brasileira no esporte: da exclusão à busca continuada de maior inserção

A participação feminina não foi permitida por ocasião das primeiras Olimpíadas da era moderna, em Atenas, em 1896. Mas, quatro anos depois, nos Jogos Olímpicos de Paris dezenove atletas romperam esse mito cultural e competiram em dois esportes: tênis e golfe. Na Austrália um século mais tarde, a situação havia mudado de forma radical: dos 28 esportes em disputa nas Olimpíadas de 2000, 26 contaram com a potencialidade feminina; as duas exceções foram o boxe e a luta livre, já que o beisebol tem sua versão feminina - o softbol. Em Sydney participaram 204 atletas do Brasil: 110 homens e 94 mulheres. Esses números representam a feminização do esporte brasileiro de alto nível, em termos comparativos. Na delegação brasileira que esteve na Austrália, a representação feminina foi de 46%, enquanto a média global dos 199 países presentes era de 38% dos 10.382 atletas inscritos. Para os Jogos Olímpicos de 2004, a ser realizados em Atenas, o Comitê Olímpico Internacional determinou que todas as modalidades esportivas tenham provas destinadas aos homens e às mulheres.

Entretanto, os dados acima não significam a existência, no Brasil, de incentivo politicamente organizado para que as mulheres pratiquem esporte, ou para que desenvolvam a atividade física como um valor no seu cotidiano. As políticas públicas de esporte e lazer, embora se venham ampliando, não prestam atenção nas meninas e portanto não criam condições para que elas possam romper as diferenças socioculturais que as afastam dessa prática. Assim, o esporte ainda se configura em nosso país como coisa de homem.

Analisando nossa trajetória, constatamos que na primeira metade do século XX não contávamos com um contingente significativo de mulheres participando de atividades físicas e esportivas, não só em Olimpíadas, mas também em instituições e nos espaços públicos. O retrato ainda era de um contexto sociocultural desfavorável para as mulheres. Uma das peças do vestuário feminino, o espartilho, que caiu em desuso nos anos 20 do século passado, é um dos símbolos dos costumes da época: em vez de usarem o próprio corpo, com o auxílio de atividade física, como um instrumento para melhorar a postura e a saúde, as mulheres brasileiras buscavam

atingir o padrão de beleza através de um artifício que restringia a mobilidade de seu corpo, além de trazer prejuízos à saúde e ao bem-estar.

Seguindo a visão dos cientistas do esporte hoje, a proibição da participação feminina em 1896, em Atenas, ratificada pelo criador das Olimpíadas modernas, o barão de Coubertin, está ancorada no mito da maternidade e no papel de reprodutora que a mulher desempenhava na sociedade radicalmente patriarcal do fim do século XIX.. Mesmo quando as mulheres entraram na competição em Paris (algumas jogadoras não sabiam que se tratava de uma competição olímpica), Coubertin continuava contra.

Como tivemos a oportunidade de ressaltar (Mourão, 1998, p.138), “a participação feminina na história dos Jogos Olímpicos modernos, o grande fenômeno do século XX, quebrou o mito do sexo frágil”. A primeira mulher a representar o Brasil nos Jogos Olímpicos foi a nadadora Maria Lenk, em 1932, em Los Angeles (cf. Votre & Mourão, 2001). Filha de imigrantes alemães, a atleta, hoje com 87 anos, continua nadando e batendo recordes. Além da brilhante carreira como atleta, Maria Lenk foi professora de educação física e se envolveu na organização dos esportes em âmbito nacional. Em 1960, ela foi a primeira mulher a integrar o Conselho Nacional de Desportos. Foi também personagem central de oposição quando da discussão do Decreto-lei nº. 3.199, de 1941, que vigorou até 1975, cujo artigo 54 dizia: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”. Em 1975, o Conselho Nacional de Desportos estabeleceu regras para a participação feminina nos esportes e, através da Deliberação 7, estipulou: “Não é permitida a prática feminina de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e basebal”, ainda ratificando crenças sustentadas pelo mito do sexo frágil e pelas argumentações cientificistas calcadas na necessidade de proteção à reprodutora. As tensões relacionadas à proibição da participação da mulher nesses esportes ocuparam as discussões até a década de 80, quando uma equipe feminina de luta disputou um campeonato na América do Sul (inscrevendo-se com nomes de homens) e sagrou-se campeã.

As mulheres brasileiras começaram a participar de atividades físicas e esportivas em clubes na década de 20. Esse tipo de parti-

cipação, hoje, atingiu patamares especiais em todo o país, independentemente de os clubes esportivos manterem ou não departamentos femininos. Uma das observações que fazemos é que estudos históricos, como os de Tavares e Portela (1998) e Mourão (1998), mostram que as jovens que então participavam dos eventos esportivos eram, na maioria das vezes, de famílias de origem européia, especialmente alemãs, pois o valor do exercício naquela época já estava disseminado na Europa, e as meninas dependiam do incentivo da família para se inserir nessas práticas.

Os anos 20 e 30 são responsáveis pela visibilidade das primeiras mulheres esportistas brasileiras, como já pontuamos. Em 1930, em São Paulo, houve o primeiro campeonato feminino de bola ao cesto, praticado com as mesmas regras válidas para os homens, com exceção da duração, pois a disputa dividia-se em quatro períodos de dez minutos cada um. E, como se pode acompanhar, a década de 30 está marcada pelo início de um movimento de esportivização feminina da sociedade brasileira, sobretudo nos grandes centros urbanos do país (Mourão, 1998).

Vários eventos, aparentemente isolados, contribuíram para mudar a imagem das mulheres como seres passivos, ajudaram a desconstruir o mito do sexo frágil e permitiram assim que as mulheres conquistassem um novo espaço social. Tímido no início, esse movimento foi significativo para favorecer a um número maior de mulheres o envolvimento com as atividades esportivas. Tavares e Portela (1998, p.481) descreveram a proliferação de eventos desportivos femininos em São Paulo: “Os Jogos Femininos do Estado de São Paulo realizados em 1935, que reuniram 150 mulheres em atividades poliesportivas, mostram a ampliação do campo esportivo feminino no Brasil”.

Na segunda metade do século XX, o culto ao corpo ganhou uma dimensão social inédita. Pode-se dizer que ele entrou na era das massas, por intermédio da industrialização, da mercantilização, da difusão generalizada das normas e das imagens, da profissionalização do ideário estético, dos concursos de misses e da inflação dos cuidados com o rosto e com o corpo. De acordo com Goldemberg (2002, p.8), “a combinação de todos esses fenômenos funda a idéia de um novo momento da história da beleza feminina e, em menor grau, masculina. A mídia adquiriu grande poder

de influência sobre os indivíduos, generalizou a paixão pela moda, expandiu o consumo dos produtos de beleza e tornou a aparência uma dimensão essencial da identidade para maior número de mulheres e homens.

Tangenciando esse período denominado de era das massas, a cidade do Rio de Janeiro foi palco de um evento exclusivamente feminino, que marcou o processo de emancipação da mulher brasileira no esporte: os Jogos da Primavera. A capital fluminense já se havia tornado a cidade que serve de contexto para grande número de pesquisas em qualquer área das ciências sociais brasileiras.

“Na maioria das vezes, o que se descobre ou o que se escreve sobre o Rio de Janeiro é generalizado e tido como representativo em todo o Brasil, como se aquilo que se convencionou chamar de ‘identidade nacional brasileira’ sempre se confundisse com os traços culturais da Cidade Maravilhosa, e vice-versa”. (Gontijo, 2002 p.11).

Mourão complementa (1996 p.199):

“Os Jogos da Primavera, ou as ‘Olimpiadas Femininas’, se constituíram numa grande festa social, esportiva e estética, que no ideário do Jornal dos Sports se apresentava sem outra marca que não a do conagraçamento, do compartilhamento de habilidades, da competição saudável, enfim, do prazer de viver e conviver sem confrontos nem conflitos aparentes”.

O idealizador dessa competição, que reunia equipes de escolas e clubes, foi o jornalista Mário Filho, um apaixonado pelo esporte, que não aceitava nenhum tipo de patrocínio: ele próprio custeava as competições e dava visibilidade à beleza e à plástica feminina na prática dos esportes, através das páginas de seu jornal¹.

Além de concorrer para o enfraquecimento do mito do sexo frágil, a fase pós- Jogos da Primavera desafiou e alterou outros tabus. Nos anos 80, a jogadora de vôlei Isabel, por exemplo, provou que gravidez não é doença, ao continuar atuando nas quadras durante os primeiros cinco meses de gestação. Nesse momento já

se verifica uma ampliação na quantidade de mulheres envolvidas no esporte de alto rendimento no Brasil. Mas como se desenvolveu o acesso a essa manifestação esportiva? É o que vamos tentar mapear, focalizando algumas atletas brasileiras de destaque internacional.

3 - O discurso das atletas de alto rendimento do Brasil

No Brasil, as mulheres representam 40% da população economicamente ativa (são 59% dos advogados, 54% dos médicos e 50% dos professores universitários). Os reflexos dessa escalada são percebidos em todos os campos, inclusive no esporte. No entanto, embora seja hoje a chefe de família em 26% dos lares do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a mulher brasileira continua sendo discriminada e mantida artificialmente em segundo plano pela sociedade patriarcal. No esporte ainda se vive um cotidiano perverso, um momento sombrio em que as mulheres, mesmo contando com sua determinação e talento, muitas vezes não conseguem ascender de modo a ocupar espaço no cenário internacional e projetar a Nação em diferentes esportes. O fenômeno da ausência de apoio ao esporte brasileiro atinge homens e mulheres, inclusive interrompendo carreiras de atletas brilhantes. A falta de suporte e de patrocínio efetivo das empresas (fenômeno que assola a quase totalidade dos esportes praticados no Brasil), bem como a pouca cobertura dada pela mídia às atletas femininas sobretudo em esporte de reserva masculina, reflete e reforça o preconceito contra a mulher nos campos esportivos.

Os estereótipos associados ao gênero continuam presentes e as representações do sexo frágil cercam as praticantes de esportes que exigem velocidade, força e impacto, a exemplo do futebol, do basquete e do handebol e lutas. É comum atribuir o rótulo de masculinizadas às mulheres que participam dessas equipes. Em princípio, do ponto de vista da lei, todos os esportes são permitidos para as mulheres; praticá-los, entretanto, representa uma atitude cujo preço pode ser alto, dada a persistência do preconceito – por parte dos homens e também das mulheres – em relação ao

envolvimento da mulher em esportes que foram associados à imagem do corpo e do movimento masculino.

Nos anos 90, as mulheres passaram a constituir praticamente metade da população economicamente ativa em nível mundial. Esse movimento de emancipação feminina para o trabalho acarretou para a mulher um acúmulo de diferentes ocupações: além da atividade profissional, o trabalho doméstico e de educação dos filhos e ainda os cuidados com o marido. A questão do gênero teria a ver com a maneira desigual como isso ocorre em alguns casos. Por exemplo, no meio esportivo, o tênis feminino brasileiro não compartilha o mesmo prestígio do masculino. Enquanto Gustavo Kuerten está sempre nas manchetes dos jornais dada sua excelente performance, as brasileiras tentam sair do ostracismo (a exceção é Vanessa Menga, que chegou às manchetes não por seu jogo, mas por sua beleza). O motivo para isso é a baixa colocação das brasileiras no ranking. Sem conseguir espaço na mídia, as tenistas nacionais tentam de todas as maneiras conseguir apoio para, a partir daí, figurar entre as melhores do mundo.

Vítima de uma contusão no ombro e desmotivada pela falta de patrocínio, a tenista número 1 do Brasil, Miriam D'Agostini, anunciou oficialmente o que todo mundo já sabia: o abandono da carreira, aos 22 anos. Apresentamos alguns trechos de seu depoimento sobre as dificuldades que o tênis feminino enfrenta e o descaso da Confederação Brasileira de Tênis com as jovens atletas. Primeiro, Miriam² se refere ao abandono repentino da carreira:

“Estava parada por causa de uma lesão no ombro que me incomodava bastante desde dezembro. Estava difícil encontrar motivação para continuar sem patrocínio. Sempre corri atrás, mas isso acaba cansando. Além do mais, é muito difícil não ter dinheiro para viajar, ter de ir para os torneios sozinha. Principalmente para as mulheres, que são mais sensíveis, isso é desmotivante”.

Sobre o apoio, a tenista tem críticas ao imediatismo dos patrocinadores: “Está claro que o que as empresas procuram é retorno imediato. Elas não querem investir no atleta desde o princípio, e aí está o grande problema”. Miriam acrescenta que esse

apoio poderia vir “através do governo ou da iniciativa de empresas privadas. Mas os primeiros passos devem ser dados pelas federações e pela Confederação Brasileira de Tênis”.

Quanto às suas experiências fora do Brasil como tenista conclui: “Aprendi muito e foi uma experiência muito boa pra mim. Mas deu para ver que não se precisa sair do Brasil para treinar bem. Infelizmente, o apoio ainda é pequeno aqui”. A fala da tenista, ao mesmo tempo que nos coloca frente as conquistas femininas no esporte no século XX, nos apresenta às frustrações da carreira interrompida.

Concordamos com Miriam. Tendo em vista que surgiram novas alternativas de incentivo ao esporte, através da lei Piva, o que se espera é poder contar com dirigentes preparados (o que não tem sido a experiência brasileira) e um planejamento esportivo adequado, que possibilite um investimento na formação dos atletas no país. Outro aspecto que destacamos, de importância ímpar para o desenvolvimento do esporte brasileiro, é o apoio que os centros de excelência no esporte, as federações, confederações e os comitês olímpicos podem oferecer aos nossos atletas com a produção de pesquisas e discussão de metodologias de treinamento, além de investimentos em aperfeiçoamento de técnicos e da administração do esporte.

Após interromper sua carreira como tenista, Miriam se diz interessada em trabalhar com marketing esportivo, o que é irônico, por se tratar de uma atleta que deixou o esporte por falta de patrocínio. Mas, segundo ela, “não é por acaso. Quero trabalhar do outro lado e tentar conseguir muitos patrocínios para os atletas”.

Da mesma geração de Miriam, Joana Cortez não troca o treino para ir a um salão de beleza. É uma tenista bem-sucedida, hoje a número 1 do Brasil. Joana reforça a necessidade de apoio financeiro para que a dedicação da atleta possa ser integral e que o Brasil tenha condições de disputar os torneios internacionais no nível dos outros países. Garante que entre as maiores dificuldades que as atletas encontram para deslanchar está a falta de patrocínio, intercâmbio e profissionalismo no esporte. Para Joana, deveria

“(...)haver mais torneios no Brasil. A maior dificuldade das meninas hoje é a falta de patrocínio. Com isso elas poderiam se preparar melhor e ter uma boa estru-

tura para competir. Com os torneios poderíamos somar mais pontos, estaríamos evoluindo jogando em casa, e assim partiríamos ir para fora para jogar torneios maiores. Falta também mais profissionalismo, disciplina, responsabilidade, persistência e determinação por parte das atletas. Já vi muitas desistirem no meio do caminho por falta de dinheiro, persistência, apoio da família, principalmente dos pais e amigos”.

Joana comenta seu relacionamento com Miriam D´Agostini:

“Sempre me dei bem com as jogadoras brasileiras. Eu e Miriam viajamos juntas no ano passado, pois estávamos com o ranking bem próximo. Foi uma pena ela ter parado. Era uma grande companhia no circuito. O mais importante é que ela esteja feliz, fazendo hoje o que gosta”.

Maria Paula Gonçalves da Silva, a “Magic Paula”, nascida em Oswaldo Cruz, interior do Estado de São Paulo, deu algumas voltas ao mundo com a bola nas mãos, articulando jogadas e fazendo pontos fantásticos, arrancando gritos de emoção em dezenas de idiomas e ganhando taças e medalhas de todos os metais. Magic Paula³, hoje coordenadora de esportes do Centro Olímpico de Treinamento de São Paulo, afirma que falta investimento na formação do atleta brasileiro:

“Não devemos nada em relação à preparação feita em Cuba. Ao contrário, no que diz respeito às condições de trabalho, estamos até à frente. A diferença é que lá eles investem na formação, o que não acontece. O problema é que falta planejamento. Ninguém investe na formação de novos atletas”.

Entre outras apreciações sobre o esporte brasileiro, Paula menciona o descaso com o conhecimento e a maturidade esportiva e declara que toda a experiência do atleta no Brasil tende a ser desprezada ou considerada pelos dirigentes esportivos uma ameaça:

“Ex-jogadoras, como eu ou Hortência, nunca são consultadas. Os dirigentes não estão interessados em nossa ajuda. Na minha opinião, eles têm medo que ocupemos o espaço deles”.

Outras atletas brasileiras de destaque, como Virna⁴, jogadora da seleção brasileira de voleibol, também dirigem críticas aos dirigentes esportivos, especialmente quanto à imaturidade e ao despreparo para o cargo:

“Os dirigentes deveriam ter mais respeito pelos atletas, que são os responsáveis pelo espetáculo. Muitas equipes estão se acabando, diversos atletas estão ficando desempregados e os salários atrasados são cada vez mais frequentes. Se houvesse planejamento por parte daqueles que comandam o esporte brasileiro, acho que a situação poderia melhorar”.

Embora o Ministério do Esporte e Turismo tenha criado em 2000, com a Portaria nº. 127, a Comissão Nacional de Atletas, com o intuito de incentivar e divulgar programas de estímulo à prática esportiva, muitas ações precisam ainda ser postas em prática para que aos poucos se altere a mentalidade das pessoas e se mostre que o esporte no Brasil pode mudar de cara.

O diagnóstico das revoluções femininas até o século XX é, por assim dizer, ambíguo. No esporte, ele aponta para conquistas, mas também para armadilhas. Com base no material levantado para a elaboração do presente artigo, encontramos nos anos 90 atletas que fizeram do esporte seu meio de vida e se tornaram famosas através dele; e encontramos também aquelas que se afastaram da vida esportiva. A maioria eram atletas desconhecidas, que não tiveram a oportunidades de se inserir na prática esportiva. Essas vozes têm muitas críticas, algumas comuns, quanto a forma de condução do esporte brasileiro, em termos de administração, investimento, motivação dos atletas e respeito, sobretudo por suas conquistas e dedicação. A política esportiva brasileira ressent-se de um planejamento a longo prazo e de programas que de fato coloquem os jovens em contato com o meio esportivo, pois o que se vê hoje são os clubes comandando as bases do esporte. Isso

significa esporte nas mãos das elites, o que faz com que setores menos favorecidos da sociedade fiquem alijados da oportunidade de apresentar seu potencial e usufruir do potencial do fenômeno esportivo na sociedade moderna, que na maioria das vezes passa despercebido e se perde no tempo.

4 - Mulheres em cargos de comando no esporte brasileiro: uma revolução em curso

O novo grande desafio das mulheres dentro do cenário esportivo, nos próximos anos, é conquistar mais cargos nos postos técnicos e diretivos. A diferença entre homens e mulheres nesse setor, atualmente, é talvez a mesma que existia dentro dos campos, quadras e pistas 100 anos atrás. Entretanto, “a mentalidade a respeito das mulheres evoluiu muito com o passar do tempo. Naturalmente esses ideais vão repercutir no movimento olímpico”, anunciou Samaranch, há vinte anos, quando assumiu a presidência do Comitê Olímpico Internacional (COI). Em 1981, Anita de Frantz ocupou um cargo no COI e é a atual vice-presidente do comitê. Nas diretorias executivas dos grupos regionais do COI apenas 14,4% dos cargos, entre 1970 e 1995, foram ocupados por mulheres. Em relação ao cargo de presidente, a participação feminina, no mesmo intervalo, cai para 4,5%. O COI estabeleceu, em 1996, que todos os órgãos envolvidos com o olimpismo no mundo tivessem, até o fim do ano 2000, pelo menos 10% dos cargos diretivos ocupados por mulheres. Até o fim de 2005, essa porcentagem deveria dobrar. Qual será a estatística atual no Brasil? Onde estão as mulheres na liderança esportiva, “dirigentes e técnicas”?

Embora não tenhamos condições de responder a essa pergunta com números, percebemos que é raro as mulheres ocuparem posições que permitam a tomada de decisão no esporte brasileiro, especialmente nos esportes de alta performance, em que normalmente os homens atuam como técnicos, tanto nas equipes masculinas como nas femininas. As mulheres técnicas formam um conjunto ainda insignificante, em termos quantitativos. Ilustramos essa tendência, de forma aproximada, com dez grandes clubes do Rio de Janeiro que contam com centenas de técnicos do sexo masculi-

no e apenas 34 técnicas, a maioria absoluta delas nas categorias de base, em times não profissionais (Souza de Oliveira 2002). Essa é uma situação comum no Brasil. Normalmente as mulheres ficam mais restritas às áreas de formação dos esportes competitivos e dos esportes de lazer e recreação. É muito raro mulheres técnicas acompanharem seus atletas quando eles se transferem para times competitivos. Mais comumente, os times femininos (de futebol, basquete e vôlei) têm homens na função de técnico. As dificuldades variam desde a resistência dos homens até a própria decisão das técnicas de não querer entrar no espaço competitivo de alta performance.

As idéias associadas à superação de barreiras pela mulher estão presentes nas vozes das técnicas Georgette Vidor, da ginástica olímpica, e Maria Helena Cardoso, do basquetebol, quando mostram a construção de uma rede entre mulheres que as projeta e dá visibilidade a sua competência profissional. Georgette Vidor comenta:

“(...) até que eu tive a sorte de aparecer em minha mão a Luíza Parente. Fui técnica dela por onze anos, dos 8 até os 20 anos, e ela ganhava tudo. Luíza me proporcionou muita coisa, porque eu fiquei conhecida. Ela foi para as Olimpíadas, e por causa dela eu fui para a seleção. No Brasil, todos os atletas queriam ser treinados pela técnica da Luíza Parente, e aí eu me tornei a Georgette Vidor, porque Luíza não aceitava ser treinada por outra (...) eu fui me aprimorando”. (citado por, Souza Oliveira, 2002, p.110)

Maria Helena Cardoso aponta:

“Eu comecei com categorias menores e depois apareceu a oportunidade de treinar a equipe principal do Piracicaba, em São Paulo, (...) onde tinha a Paula, a Vânia (...) e nós formamos um time muito forte, que foi campeão paulista. Aí apareceu para mim a oportunidade de trabalhar na equipe B de basquete feminino. Essas jogadoras acabaram me ajudando também, porque se você trabalha com uma grande equipe e a equipe é campeã seu nome vai aparecendo dentro do trabalho.” (Ibidem, p.113)

As barreiras à participação de mulheres nessa área incluem, além da “naturalizada” (como diria Bourdieu) resistência masculina à presença de mulheres em seu território, a própria decisão das mulheres de não se envolver com a competição de alto nível. Nas condições atuais, a ordem do gênero e a distribuição do poder mantêm-se associadas aos papéis desempenhados pela mulher e pelo homem na sociedade brasileira, designando as condições de ocupação de espaços de trabalho. Os papéis associados ao gênero feminino impedem as mulheres que aspiram envolver-se em esportes de alta performance. Viajar com seu time para disputar torneios, envolver-se em treinamentos de longa temporada supõe construir uma carreira dissociada das possibilidades de gerir o espaço doméstico. Essa disponibilidade ainda não está presente na trajetória de um número significativo de mulheres, que, embora muito dispostas a assumir diferentes cargos no mercado de trabalho, no esporte ainda procuram associar sua função aos cuidados com os filhos e com a casa. Podemos verificar no discurso da técnica de basquete de renome nacional, Maria Helena Cardoso, a presença desses obstáculos para muitas mulheres, quando, ao ser indagada sobre o motivo pelo qual a maioria das equipes é treinada por homens, ela responde:

“(...) o esporte exige (...) 24 horas de sua vida (...) E eu consegui isso porque, como disse para você, **eu casei com o basquete**. A minha família é o basquete, as minhas filhas são as jogadoras (...) eu dediquei minha vida para ele (...) E não é todo mundo que renuncia a tanta coisa boa da vida, como ser mãe, como ter um lar, uma casa (...) Eu tenho uma casa, eu tenho meu lar, mas não tenho filhos, não tenho meu marido (...) Porque dediquei minha vida ao basquete. Fiquei 24 horas no meu trabalho, não tive tempo para pensar na vida particular.(...) Em primeiro lugar na minha vida está o basquete, depois nós vamos ver o resto (...) poucas mulheres pensam assim. Porque toda mulher quer ser mãe, quer casar, aí fica difícil conciliar o treinamento com a casa, filho e tudo (...) Talvez por isso, porque para o homem é mais fácil, mas eu acho que as mulheres estão mudando (...) E quem sabe um dia a gente consegue.” (citado por, Souza de Oliveira, 2002, p.115)

Para Georgette Vidor, “os homens têm alguém para cuidar deles e do filho, que é a mulher, por isso eles predominam como treinadores. (...) Agora, quem vai cuidar da gente? (...) O treinamento é um mundo completamente masculino” (Ibidem p.112). Como se pode constatar pelos discursos apresentados, as mulheres com sucesso no cargo de técnica esportiva de alto nível fazem explodir a noção de fixidez, descortinando a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero, segundo Scott (1995).

Estamos diante de uma ambivalência do comportamento profissional das mulheres. Encerrada em seu corpo, essa continua a ser uma questão em aberto, pois nem é possível adquirir um padrão masculino de relação com o trabalho nem reduzir o potencial feminino de maternidade. Não se trata de liberar a mulher de seu determinismo social a respeito de seu destino natural nem de fixá-la exclusivamente nesse papel. Precisamos refletir sobre isso e respeitar que as escolhas sejam feitas de acordo com os desejos de cada uma, em vez de determinar sua trajetória profissional a partir da argumentação biológica.

Estamos diante de novas tendências e de velhas dificuldades, associadas ao projeto de modificar as relações de gênero no meio esportivo do país. As mulheres brasileiras enfrentam muitos desafios em sua trajetória rumo a maiores oportunidades para ocupar posições de decisão no esporte; esses desafios são mais ou menos os mesmos que se verificavam um século atrás. Não há mulheres entre os catorze membros do Comitê Olímpico Brasileiro, o que ilustra a falta de participação feminina na liderança esportiva⁵. Dada a proporção de participação de mulheres no movimento olímpico, sua ausência em postos de tomada de decisão requer explicação e mudança⁶. Apesar de a participação feminina no movimento olímpico completar 100 anos, a baixa frequência de mulheres dirigentes no esporte pode ser explicada, além de outros fatores socioculturais, pelas barreiras que os dirigentes masculinos erguem de forma sistemática e natural.

5 - Concluindo

Em comparação com o início do século XX, verifica-se hoje uma presença promissora da mulher brasileira nas atividades esportivas, mas sua atuação nos campos esportivos é menos visível que nas demais áreas de trabalho. As energias da mulher não estão mais centradas exclusivamente na reprodução, mas o lar continua a ser o ponto de referência central para sua vida, e continua também a restringir suas atividades fora de casa.

A idade, a origem étnica, o nível sócioeconômico, o status marital, a cultura e a política influenciam poderosamente as decisões da mulher brasileira em relação à prática de atividade física e esportiva. Como foi ressaltado, as mulheres geralmente diminuem a prática esportiva, quando não abandonam totalmente, ao se casar. Mulheres de classe social média e alta têm acesso mais democrático à prática de atividade física e ao esporte nos clubes e em academias brasileiros. Para as mulheres de classe social baixa, os espaços para a prática de atividades físicas e esportivas ainda estão representados pela escola e por poucos projetos sociais esportivos espalhados pelo país. Para que essas mulheres alcancem oportunidades de práticas esportivas de alto nível, é preciso que tenham a “sorte” de ser descobertas pelos caçadores de talentos esportivos que podem levá-las para o interior de clubes ou empresas, para que se aprimorem no esporte, rompendo as barreiras sociais e socioeconômicas.

Algumas secretarias municipais de esporte tentam estimular a prática esportiva gratuita em clubes ou academias de ginástica, mas tais propostas ainda não saíram da fase de projeto, de modo que os clubes continuam privados; isso quer dizer que o esporte continua elitizado, exclusivo para aqueles que podem pagar.

O espaço restrito destinado à participação das mulheres aprofunda as desigualdades de gênero e as impede de vivenciar na mesma medida que os rapazes a cidadania no campo da atividade física e esportiva.

O quadro mais injusto se verifica no esporte de alta performance. Pois, nas competições nacionais e muitas vezes internacionais, enquanto as equipes masculinas, sobretudo de futebol, recebem suporte financeiro vantajoso, as equipes femininas normalmente se vêem sem condições mínimas para representar o país, a exemplo

do que ocorreu nas Olimpíadas de Atlanta (1996) com o futebol feminino, que conquistou a quarta colocação.

O número de mulheres brasileiras presentes nos últimos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Sydney (2000) não deve ser tomado como indicador da existência de políticas públicas e de investimento privado, pois não configura o suporte das autoridades brasileiras para as mulheres envolvidas com esporte. Elas recebem muito pouco incentivo para se inserir no meio esportivo, ou para desenvolver atividade física como um hábito valioso em sua vida. Dessa forma, percebe-se que as conquistas femininas continuam representando práticas individuais e espírito de determinação de grupos de mulheres que, apesar de todas as dificuldades, superam as barreiras e os desafios e aparecem como excelentes valores no esporte nacional e no cenário internacional. É necessário que se desenvolvam programas para as jovens que querem tornar-se atletas de ponta, especialmente para aquelas sem recursos para pagar clubes, academias ou um personal trainer para aperfeiçoar-se. É preciso privilegiar o esporte como uma atividade para homens e mulheres.

Independentemente do progresso das mulheres dentro e fora das quadras esportivas, outros aspectos menos visíveis merecem ser mencionados. Se as atividades esportivas continuarem a se concentrar nos clubes, com foco na competição e nos times profissionais em vez de se desenvolverem na escola, a maioria das mulheres brasileiras ficará excluída das vantagens advindas da prática regular. Pois uma oportunidade ímpar para nossa sociedade experimentar a solidariedade local e regional e a coesão nacional será perdida. A escola sabe muito bem como produzir coesão e solidariedade. Também a ela cabe desenvolver nos estudantes a consciência do valor da atividade física, que tende a ser internalizado e mantido pela vida inteira.

O contexto esportivo nacional desafia educadores e outros setores responsáveis pelas políticas públicas a buscar novas idéias, projetos e programas, num movimento nacional que reúna universidades e escolas, igrejas e clubes, associações esportivas, organizações governamentais e não-governamentais, dirigentes e atletas. Esses programas e projetos deveriam criar mais espaço para as mulheres brasileiras experimentarem uma nova realidade, com mais democracia e justiça em relação a suas aspirações esportivas.

A análise aqui apresentada sobre o espaço ocupado pelas mulheres na sociedade brasileira e no esporte permite-nos concluir que o jogo de poder, relacionado à ordem do gênero, não representa uma luta entre os sexos. A interpretação que fica em pauta é que as mulheres, por meio de seu esforço individual, foram construindo sua trajetória de sucesso, mostrando sua aptidão e determinação e fizeram história em quase todas as modalidades esportivas. Estão descobrindo seus próprios caminhos, mesmo enfrentando as resistências e tensões próprias de um espaço que não era reservado para elas: o campo esportivo.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre (1999). *A dominação Masculina*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.
- CAPINUSSU, José Maurício. *Mulheres na administração esportiva*. (s.d.) Mimeo.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. Vol. II. Paz e Terra. São Paulo.
- GOLDEMBERG, Miriam (2002). *Nu e vestido. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Record. Rio de Janeiro.
- GONTIJO, Fabiano (2002). Carioquice ou Carioquidade? Ensaio etnográfico das imagens identitárias carioca. In: Goldemberg, Miriam (org.). *Nu e vestido. Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Record. Rio de Janeiro. p.41-78.
- MOURÃO, Ludmila (1998). *A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização*. Tese de Doutorado, Universidade Gama Filho.
- MOURÃO, Ludmila & PEREIRA, Guilherme B. P. (1995). O cotidiano da educação física escolar. In Votre, Sebastião & Vera L. M. Costa (orgs). *Cultura, atividade corporal e esporte*. EDUGF. Rio de Janeiro. p.139-148.

- MOURÃO, Ludmila (1996). A imagem da mulher esportista nos Jogos da Primavera nos anos 50. In: Votre, Sebastião (org). *A representação social da mulher na Educação Física e no Esporte*. EDUGF. Rio de Janeiro. p.61-94.
- MURARO, Rose Marie et al. (1996). *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro.
- SCOTT, Joan (1995). *Gênero uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*. Porto Alegre, V.20, n.2, p.5-255, jul/dez.
- SOUSA, Eustáquia S. & ALTMANN Helena (2000). *Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar*. UNICAMP, Caderno SEDES. Corpo e Educação.
- SOUZA DE OLIVEIRA, Gabriela A. (2002). *Representações sociais de mulheres técnicas sobre o comando de equipes esportivas de alto nível*. Dissertação de Mestrado. Universidade Gama Filho.
- TAVARES, Otávio & PORTELA, Fernando (1998). Jogos Femininos do Estado de São Paulo (1935): a primeira "olimpíada" feminina do Brasil. In *Anais do VI Congresso Brasileiro de História do Esporte Lazer e Educação Física*. Universidade Gama Filho. EDUGF: Rio de Janeiro.
- TUBINO, Manoel, J.G. (2002). *500 Anos de legislação esportiva brasileira. Do Brasil-colônia ao início do século XXI*. Shape. Rio de Janeiro.
- VOTRE, Sebastião & Mourão, Ludmila (2001). *Ignoring taboos: Maria Lenk, Latin American inspirationalist*, *The International Journal of the History of Sport*, Volume 18, Number 1, Freeing the Female Body, March 2001, p.196-218, Frank Cass Publishers.

Notas

- ¹ Essas olimpíadas femininas, sem dúvida, contribuíram para alavancar a esportividade das mulheres no Brasil, segundo Mourão 1998. O período de 1949 a 1972 representou o auge desse evento, que se mantém até hoje, mas sem contar com o glamour que o jornalista Mário Filho o conferia. A marca de Mário Filho como interventor no campo esportivo é patente; este jornalista foi um mediador cultural na invenção ou na construção da cultura esportiva do país.
- ² Esta entrevista especial foi concedida pela tenista ao jornalista Bruno Doro em 2002, para *A Gazeta Esportiva Net*. A matéria foi intitulada "O adeus da número 1 do Brasil".
- ³ Estas declarações estão na entrevista concedida ao jornalista Gustavo Casadio de *A Gazeta Esportiva NET* em 2002.
- ⁴ Estas declarações estão na entrevista concedida pela jogadora de voleibol, ao jornalista Jorge Nicola de *A Gazeta Esportiva NET* em 2002, a matéria recebeu o título "É preciso mais respeito aos atletas".
- ⁵ Segundo o estudo de Maurício Capinussu (2002) sobre mulheres envolvidas na organização do esporte.
- ⁶ Souza de Oliveira Gabriela (2002): Representações sociais de mulheres técnicas sobre o comando de equipes esportivas de alto nível. A autora constatou que o número e a importância relativa das mulheres nesse segmento do esporte é mais relevante do que se tem divulgado na literatura corrente.

Evolução da concepção do amadorismo no Movimento Olímpico Internacional: uma aproximação conceitual

Prof. Ms. José Geraldo do Carmo Salles

Universidade Federal de Viçosa – UFV – Viçosa – MG

Prof. Dr. Antonio Jorge G. Soares

Universidade Gama Filho – UGF - Rio de Janeiro – RJ

O esporte assumiu na sociedade moderna uma importância fundamental, passando a fazer parte central na dinâmica social. Se antes ele ocupava a função de passatempo e se vinculava a comemorações, hoje deve se entender como uma das mais poderosas forças econômicas, que se articula nas mais distintas esferas sociais (religiosidade, política, saúde, economia, etc). Todavia, à medida que o esporte se popularizou, que se tornou um evento de expressão mundial, novos comportamentos foram sendo apropriados pelos atletas, pelas organizações esportivas, e pelas nações, o que resultou na alteração do perfil do praticante. Inicialmente enquadrado como amador, passou a emoldurar novas conformações. Os percussores dos Jogos Olímpicos Modernos desejavam uma competição puramente amadora, querendo manter o status elitista dos jogos – um esporte aristocrático, onde a ideologia dominante dos jogos não admitia a participação de jogadores profissionalizados, ou falso amadorismo¹.

O conceito de amadorismo no esporte encontra-se desarticulado diante de variadas perspectivas analíticas. Trata-se de um conceito fluido, dotado de polissemia e ambigüidade, onde seus con-

tornos tornam-se obscuros, não se afinam, deixando margens para inúmeras possibilidades interpretativas. Desta forma, o controle que se buscava exercer sobre os esportistas esbarravam em questões de difícil mapeamento, originando uma discussão que o COI acabou por flexibilizar, de uma forma (a modo 'vista grossa'), devido à falta de critérios e argumentos que conseguissem solidificar uma definição que encampasse todos os atletas, todos os esportes e que se aplique a todas as nações.

Parece que inicialmente se buscava relacionar o amadorismo com sinônimo de olimpismo, onde o amor desinteressado pelo esporte fosse o valor vigente. Todavia, a definição de Olimpismo também permitir uma ampla possibilidade interpretativa². Nosso interesse neste artigo é refletir o conceito de amadorismo no movimento olímpico. Devido à fluidez do conceito visualizamos a necessidade de fazer uma breve análise história através dos Jogos Olímpicos antigos e modernos. Para uma ampla compreensão do fenômeno julgamos necessário compreender a estreita relação entre amadorismo, olimpismo e profissionalismo. Todavia, apesar da estreita relação entre tais questões, no presente enfocaremos nossas leituras nas gêneses do amadorismo.

O conceito de amador inicialmente estabelecido relacionava-se com a atitude do esportista, praticar esporte representava parte do estilo de vida e do pertencimento social identificado com os valores da nobreza. No entanto, para os Jogos Olímpicos Modernos reproduzidos pelo Barão Pierre de Coubertin, tal conceito visava livrar o esporte da "mentalidade do lucro", uma vez que esta atitude se apresentava contra ao processo de purificação, do exercício moral que se pretendia com os jogos (Tavares, 1999. p.31). Hoje tal preceito perdeu força e se tornou uma espécie de fantasia, que é reinventado em algumas situações, - uma espécie de "dever ser" esportivo -, que se fragmentou diante de concepções sociais, política e econômicas. O status de atleta amador idealizado pelo Barão perdeu-se com o tempo, onde outros fatores passaram a determinar a condição esportiva adotada por cada Estado. Portanto, os valores estabelecidos sobre amadorismo são apropriados em diferentes contextos, não aceitando as mesmas determinações em todos os países devido ao fato das estruturas políticas e culturais serem distintas. Diante deste campo fluido e ambíguo, como fundamentar um conceito que se aplique em diferentes contextos políticos, econômicos e culturais e históri-

cos? Provavelmente os ideais olímpicos estabelecidos (ou reinventados) por Coubertin tenham encontrado dificuldades em ancorar seus fundamentos diante das fronteiras entre os estados-nações. "De acordo com Coubertin é essencial no esporte não apenas 'desenvolver o corpo', mas cumprir a 'tarefa da perfeição moral', esforçando-se para que a realização atlética seja um meio de formação e desenvolvimento" (Tavares, 1999, p.31). Esta perfeição moral a qual fala Coubertin deparou-se com novas questões (mercados consumidores de eventos, bolsas de apostas, interesses públicos, tvs etc) - provavelmente não imaginadas por ele -, dotando o esporte de valores que não eram observados no final do século XIX e início do século XX, quando o esporte passava a despertar um comportamento global de interesse. Todavia, observa-se que o processo de incorporação destes novos valores não fogem da estrutura que ocorrem em praticamente todas as questões sociais. A transição necessária para a evolução (ou renovação) dos comportamentos humanos em geral se relaciona a entraves temporais, tais como preconceito, medo, conservadorismo entre outros. Parece ser também o mesmo que ocorre no esporte; o conservadorismo permanece criando uma barreira a novas reflexões e mudanças.

As "fraudes" detectadas a partir dos valores do amadorismo desde cedo passaram a aparecer nas margens do movimento olímpico. Cada Estado buscava ostentar seus ideais econômicos e políticos – reforçando a sua ideologia -, mediante as provas esportivas, colocando em xeque a ética do esporte. Nos estados soviéticos os atletas eram 'funcionários' do Estado, uma vez que o regime vigente naquela época era o empregador. O esporte, dentre outros objetivos sociais e políticos, funcionava como meio de afirmação da URSS no cenário internacional. Com o mesmo propósito nos EUA o treinamento dos atletas era subsidiado pela concessão de bolsas universitárias no sentido de garantir total dedicação ao esporte. Diante deste procedimento, como se controlar os princípios amadores estabelecidos perante os poderes soberanos dos Estados? Tal força ficou ainda mais evidente no período da guerra fria, na disputa esportiva entre o bloco soviético e os EUA. As olimpíadas de Moscou (1980) e Los Angeles (1984), ficaram marcadas pelo boicote das principais forças esportivas em apoio a EUA e URSS respectivamente.

Desde 1986 o COI retirou o termo "amador" da Carta Olímpica, não limitando a participação dos atletas a um tipo específico de

vinculação. Anteriormente, a Carta Olímpica estabelecia o seguinte conceito de atleta amador:

“Amador é que pratica esporte apenas por prazer e para usufruir tão somente dos benefícios físicos, metais e sociais que derivam dele, e cuja participação não é nada mais do que recreação sem ganho material de nenhuma natureza, direta ou indireta”. (COI).

Tal concepção não se adequava a realidade esportiva e talvez nunca tenha se adequado, mas durante muito tempo se tentou fazer valer esse princípio para os atletas olímpicos. Neste texto pretendemos discutir o perfil desta mudança, bem como compreender a raiz inicial do problema.

O Conselho da Europa (CE) em 1980³ apresentou um extenso relatório, onde defendiam a criação de um espaço olímpico definitivo, onde as forças esportivas se encontrassem a cada quatro anos, acabando com a mudança territorial para a realização dos jogos. Tal proposta centrava-se no que eles chamavam de recuperação do espírito olímpico. Mas que “espírito olímpico” é este? Parecem que insistem em ignorar a dinâmica social, idealizando princípios anacrônicos, onde o ideal do “Barão” ainda era colocado como norte das realizações esportivas. Todavia, o editor português da referida obra parece não comungar dos propósitos do CE, deixando marcado a dificuldade de estabelecer consensos sobre tais princípios. Prefaciando o relatório João C. Boaventura finaliza seu texto, afirmando: “o espírito olímpico não se perdeu. Afeiçou-se ao tempo”. O que estaria entendendo o senhor Boaventura com esta afirmativa? O prefácio do Sr. Boaventura parece entrar em contradição com o relatório do Conselho da Europa de 1980.

O amadorismo e os Jogos Olímpicos Antigos

Reportando ao CE, retomamos os argumentos que foram apresentados em seu relatório, referindo aos jogos antigos. Relatam que nos primeiros jogos a vitória e os prêmios eram colocados como uma espécie de valor espiritual. “A vitória era sinal de favor divino; o vencedor era um eleito dos deuses; a

sua maior recompensa era a de ficar na memória coletiva da Grécia" (1986. p.20).

"Uma coroa de oliveira – oliveira, a árvore da paz – era toda a recompensa. Para a receber, os vencedores colocavam uma faixa de lã vermelha envolvendo a frente e levavam uma palma na mão direita, dirigindo-se na alvorada para o templo de Zeus. Recebiam estes símbolos de distinção das mãos dos HELLANÓDICES, depois da vitória ter sido proclamada pelos arautos que anunciavam o seu nome, o nome do pai e o da cidade de onde eram originários" (CE, 1986. p.22).

Os relatores colocam ainda que aos vencedores tornavam-se prestigiados em todo o território Grego, prestígio que se estendia a sua cidade de origem. Tornava-se uma espécie de Semi-Deus, da sua cidade. Acreditava-se que a honra máxima que o esportista vencedor podia receber era o direito de ter uma estátua em Altis com o seu nome. Entretanto, desde aquele tempo alguns atletas poderiam ser recompensados dos seus feitos heróicos com valores financeiros, conforme o parágrafo 94 do relatório. "Cidades houve que tributavam recompensas materiais, por vezes substanciais, ao seu vencedor; essa recompensa que pode ter atingido os 500 dracmas⁴, era o equivalente a 500 carneiros" (p.22).

O relatório apresenta argumentos quanto se refere ao 'Espírito dos Jogos Olímpicos' que nos leva a relativizar o ideal coubertiniano da importância da participação como um valor situado acima do da vitória. No parágrafo 80, ao mencionar sobre as eliminatórias dos Jogos antigos, aponta a exigência de um grau de performance para a participação dos jogos em Olímpia⁵. No parágrafo 95 coloca que

"nas competições desportivas os antigos nunca tiveram outras ambições que as do triunfo dos seus concorrentes. A noção de recorde era-lhes totalmente estranha. A performance, que caracteriza o desporto moderno, não existia. Apenas era necessário ser o melhor" (p.23).

Entretanto, não podemos ratificar a interpretação da CE em afirmar que não havia performance. Sabemos que a palavra

performance, de origem inglesa, significa atuação, desempenho e rendimento, contudo, tanto os Jogos Modernos quanto os Antigos tiveram a excelência e a maximização do rendimento como ideal e objetivo de demonstração da superação humana. Os triunfos dos concorrentes nos Jogos Antigos simplesmente parece indicar a noção de performance e a emulação entre cidades na época.

A questão do profissionalismo esportivo também já se fazia presente desde os primeiros Jogos Olímpicos Gregos, conforme atesta o CE em seu relatório: "Numerosos atletas optaram por um carreirismo de alto lucro na competição, não hesitando mudar de cidadania, ou seja, alugarem-se à cidade que mais lhes pagasse" (p.24). À vontade de ver triunfar o nome da sua cidade fazia com que alguns imperadores alugassem ou comprassem a atuação de atletas de outras cidades, conforme lamentava o Filostrato de Lemnos, no terceiro século d.C., quando deplorava a decadência dos costumes atléticos, escrevendo a propósito dos heróis desportivos:

"O estado de regabofe em que os atletas vivem, libertinagem e imoderação de desejos ilícitos, induz neles a compra e venda de vitórias. Uns fazem dinheiro com a glória, penso que para fazerem face a muitos e numerosos desejos... Outros compram vitórias fáceis para enjeitarem a vida efeminada... Não exceptuo desta corrupção os treinadores que se tornaram preparadores físicos pelo desejo de lucros... não se importando minimamente com a glória dos atletas; são eles os conselheiros das maquinações apostadas nos seus interesses privados. Isto tem que ser dito contra esses mercadores, vendilhões do valor atlético" (p.24).

Nos argumentos acima poderemos vislumbrar dos tipos de crítica. A primeira que existia uma ampla negociação e intercâmbios de atletas entre as polis. Esse intercâmbio aponta para o fato que as raízes ou o grau de pertencimento dos atletas era frágil, pois, bastava uma melhor proposta para que ele trocasse a bandeira da cidade que defendia. O segundo refere-se à decadência dos valores e a corrupção no espaço das competições esportivas. Observe-mos que as críticas e o desgosto com o esporte apresentam o mesmo tipo de retórica ainda em nossos dias.

Um outro fato marcante relacionado ao profissionalismo nos Jogos Olímpicos Antigos teria ocorrido diante da invasão da Grécia pelos Romanos em 456 a.C. destituindo os Gregos de sua independência. Todavia, interessou aos Romanos manter a tradição dos jogos, quando passaram a incentivar seus jovens a desafiarem os povos helênicos. Tal atitude transformou os jogos em desavença e putrefação. Visando a superação dos Gregos, os Romanos profissionalizaram os seus atletas. E mesmo quando estes não conseguiam suplantar os helênicos de forma competitiva, tentavam suborná-los. A influência do dinheiro aumentou então a ira entre invasores e dominados, provocando uma crescente tensão entre estas duas nações.

Segundo o CE foi esta desvirtuação dos ideais olímpicos que provocou a sua abolição no ano 393 d.C. no império de Teodósio, por este acreditar que há muito estava morto o ideal olímpico pretendido pelos povos gregos. Tal descrição significa desvirtuação dos ideais olímpicos ou demonstra a imposição de valores avessos às dinâmicas sociais e culturais, que rapidamente perdem e perderam sua força e funcionalidade diante das interações humanas. Poderíamos refletir esta troca de cidadania por parte do atleta sobre a ótica da sobrevivência, onde ele buscava além do prestígio moral e de *status*, sua realização financeira.

O amadorismo e os Jogos Olímpicos Modernos

A retomada dos Jogos Olímpicos em 1896 em Atenas, buscou reativar as tradições esportivas gregas, promovendo os encontros e emulações esportivas entre as nações. Um evento que começou de forma inibida, com a participação de apenas 9 nações rapidamente difundiu-se e despertou um grande interesse. Até Estocolmo (1912) os jogos não provocam uma adesão popular significativa, tanto é assim que os Jogos aconteciam geralmente vinculados a outros eventos - por exemplo, vinculados a feiras internacionais. A partir desta data, os Jogos Olímpicos começaram a acontecer em forma de mega-eventos, como acontecimento de expressão mundial, provocando modificações organizacionais e de caráter político-econômico. Juntamente com o Campeonato Mundial de Fute-

bol, tornaram-se os eventos esportivos de maior interesse socioeconômico mundial.

Os Jogos Olímpicos que inicialmente eram sinônimos de amadorismo rapidamente se desvirtuaram dos ideais⁶ propostos pelo Barão de Coubertin. Desde suas primeiras edições começaram a surgir atropelos que provocassem incomodo aos organizadores, no tocante ao perfil dos participantes⁷. Coubertin, ao vincular os ideais olímpicos aos preceitos ingleses -, que fomentava um esporte de caráter aristocrático, fundamentado nas atitudes morais da classe elitista, anteriormente idealizado pelos cavalheiros na idade média -, não via com 'bons olhos' a apropriação deste movimento por parte das classes trabalhadoras, conforme relata Cardoso (1996):

“Os inventores do amadorismo queriam, em primeiro lugar, afastar da arena os trabalhadores, o esporte estava reservado a quem pudesse se dedicar a ele em tempo integral e desinteressadamente, enquanto o comum dos mortais suava para garantir o pão de cada dia. Este era o motivo oculto. Abertamente se temia que o dinheiro transformasse a competição esportiva em espetáculo de show-business” (p.7).

Na concepção de Coubertin, citado por Cardoso (1996), “O profissionalismo se constitui no pior inimigo dos esportes”. (...) “Os exercícios físicos tem absoluta necessidade para prosperar de uma atmosfera de desinteresse e de cavalheirismo” (p.7). Entendia o Barão que o profissionalismo traria perdas irremediáveis ao conceito esportivo que se pretendia com os Jogos Olímpicos.

Bastos (1987), assinala que, embora seja articulado o envolvimento de Coubertin com os ideais olímpicos, quanto ao amadorismo ele “nunca aprofundou na questão. Mal a conheceu, e nunca a compreendeu. Percebe-se o fato porque Coubertain foi *“sportman”* e *“gentleman”*. Tinha recursos mais do que suficientes de vida e praticava o “desporto pelo desporto” (p.79). Segundo Bastos (1987), para se absorver da pouca importância que se dava a definição do tema o Barão teria comentado: “para mim, o desporto é uma religião com igreja, dogmas e cultos..., sobretudo sentimentos religiosos. Assim julgo infantil todas estas “coisas grandes” o fato de alguém ganhar uma moeda de cem

francos...” (Coubertin, citado por Bastos 1987. p. 79). Todavia, freqüentemente ele era solicitado a apresentar uma intervenção neste sentido, quando julgavam que o ‘espírito olímpico’ estava sendo ferido.

A preocupação com uma definição da categoria dos atletas dentro do COI surgiu desde os primeiros jogos modernos. Relata Coubertin (1997) que desde 1909 no Congresso Olímpico de Berlim, havia sido enviado as federações de cada país integrante um formulário com as seguintes questões:

“Se o profissional em um desporto podia ser amador noutro; - se o professor podia ser amador nos desportos que não ensinava; - se o amador que se tornou profissional não podia recuperar a sua qualidade de amador; - se se devia admitir o pagamento de despesas de transporte e hotel; - se o amador devia perder a qualidade pelo simples contacto com um profissional” (p 119).

No Congresso Olímpico de Praga em 1925 buscou-se um entendimento da questão, quando foram estabelecidos dois critérios para filtrar a participação, conforme aponta Bastos (1987): “(a) aquele que foi ou tenha sido profissional no seu *sport* ou noutro qualquer; b) aquele que tenha recebido compensação por salário perdido”. (p.80)

Antes, porém em 1914 no Congresso Olímpico de Paris, apesar da tentativa, não foi possível estabelecer uma definição da palavra “amador”. (Garcia, citado por Bastos 1987. p.82).

Para Bastos, o COI nunca se aventurou em buscar uma definição para o profissionalismo, fato que na percepção do autor se deu por falta de idéias uniformes e também porque parecia não interessar chegar a uma clara definição.

Todavia, apesar da resistência e da tentativa em frear a participação de atletas que não contemplavam os ideais estabelecidos para os encontros, desde muito cedo, os jogos começaram a apresentar condutas diferenciadas quanto aos seus propósitos. Por um lado, o COI tentava impor restrições, mas esbarrava na imposição das nações em querer apresentar publicamente superando seus adversários políticos. Provavelmente esta tentativa de utilização do

esporte como mecanismo de auto-afirmação da nação tenha sido também um fator impulsionador dos novos rumos do esporte. Os dois blocos econômicos em vigência nas primeiras décadas do século XX utilizaram recursos internos para preestabelecer sua hegemonia e propagar suas concepção política via esporte, o mesmo teria acontecido com a Alemanha e seu período de nazismo⁸. Como exercer um controle que conseguisse neutralizar a utilização do esporte para disseminar projetos políticos? Como elaborar um mecanismo que conseguisse encampar todas as nações dentro de uma mesma perspectiva de interferência? Talvez estejam aí as principais dificuldades encontradas pelo COI na vigilância da manutenção dos ideais pretendidos para o amadorismo.

Cada regime político admitia para si uma forma de vinculação esportiva. Em algumas nações o Estado patrocinava a prática, em outros o incentivo vinha de fontes privadas. Desta forma, exercer um controle geral por parte do COI tornou-se praticamente inviável, uma atitude de difícil gerenciamento. Provavelmente as tensões entre nações impulsionaram a mudança no perfil da condição dos atletas.

Segundo Cardoso (1996), “o amadorismo caiu no início dos anos 80, quando o COI descobriu que o esporte era um bem de imenso valor agregado e que o dinheiro gerado por ele era suficiente para todos, inclusive para os atletas⁹” (p.8). Todavia, antes da década de 80, inúmeros foram os casos de atletas que feriam o conceito de amadorismo, mas que os mecanismos não conseguiam eliminar dos jogos. Cardoso (1996), traz um relato da dificuldade de padronizar as exigências frente a todos os competidores:

“Vasily Kusnetsov, medalha de bronze do decatlo em 1960, era professor de anatomia numa escola. Mas ele só dava aulas de manhã. As tardes estavam reservadas para treinar. Enquanto isso, no ocidente, dito capitalista, um atleta era proibido de dar aulas de educação física porque isso significava que ele estava tirando proveito pessoal de atividade esportiva” (p.8).

Algumas modalidades resistiram individualmente em admitir que os atletas profissionalizados competissem. Outras, ainda apresentam mecanismos de coibição para evitar que as seleções principais

participem dos jogos, como é o caso do futebol. Parece que havia um conflito de interesse entre os organismos internacionais que formalizam algumas modalidades e o COI no sentido de flexibilizar o direito a participação, que não se relaciona aos princípios do amadorismo. Para a competição de futebol, por exemplo, presente desde 1900 (Paris), vem sendo adotado medidas diferenciadas quanto à participação das equipes. A vitória da equipe Uruguai nos jogos de 1924 e 1928 provocou um desconforto aos organizadores do evento que viram a hegemonia da equipe latino-americana desbancar as forças esportivas européias. Alegavam que a equipe Uruguai utilizava em suas equipes, naqueles jogos atletas que eram semiprofissionais – ou ainda, atletas enquadrados em uma espécie de *profissionalismo marrom* -, contrariando aos ideais esportivos. Devido ao impasse de como coibir a participação dos atletas uruguaios e de outras nações que se apresentassem da mesma forma, os organizadores optaram por não realizar a competição de futebol em Los Angeles em 1932 (Cardoso, 2000). Tal atitude teria sido apoiada pela iniciativa da FIFA, que teria promovido em 1930 o primeiro Campeonato Mundial de Futebol no Uruguai, idéia esta que já vinha se arrastando desde 1905 quando a FIFA propôs a realização da primeira copa, mas que nenhum país se inscreveu (Duarte, 1994). A questão que fica em aberto e se tal medida teria sido eficiente para o controle do perfil do atleta de futebol, uma vez que em 1936 (Berlim), o futebol retornou ao quadro de modalidades dos jogos. Todavia, até hoje, alguns critérios são utilizados quanto à composição das equipes para os Jogos Olímpicos, proibindo que as equipes utilizem suas seleções principais¹⁰. O mesmo teria ocorrido com o basquetebol que somente em 1992 na XXV Olimpíada de Barcelona, quando os EUA puderam incluir em sua equipe os principais atletas da NBA. Esportistas consagrados e profissionais como Michael Jordan, Larry Bird, John Stocton e Magic Johnson estiveram presentes, além das outras principais forças do basquetebol mundial.

O relatório do CE (1986) lamentava a nova perspectiva dos jogos, que desvinculava a importância da competição, provocando uma alteração do domínio esportivo: “Não são os atletas, mas as nações que se defrontam. A vitória torna-se mais uma conquista de um Estado, cujas cores triunfam, do que a pertença atlética das

equipas vencedoras" (p.33). Parece que mesmo no período greco-romano descrito pelos relatores do CE os dilemas eram semelhantes em relação aos princípios adotados.

A profissionalização em todos os níveis tornou-se evidente nos jogos. O "espírito amador" cedeu lugar à nova dinâmica política-econômica do esporte mundial. As manifestações esportivas passaram a representar uma fonte de propagação de poder, de competência, de prestígio, não só pessoal, mas das coletividades. Os Estados apropriaram desta possibilidade e para sua autopromoção, começaram a ceder espaços aos investidores privados, aliando-se na perspectiva de fundamentar a imagem de nação soberana e forte, para os de "dentro" e para os de "fora". Neste sentido, o relatório da CE, se posiciona da seguinte forma:

"Hoje em dia as mais importantes competições dos Jogos deixaram de ser desportivas, tornaram-se financeiras, comerciais e publicitárias. Milhares de firmas de todo o gênero, desde empresas de betão armado, fabricantes de cronômetros, companhias de eletrônica, cadeias de televisão, passando pelas indústrias de solas de borracha dos sapatos de desporto, estão na mira dos lucros e da publicidade que podem fazer, graças aos Jogos que cada vez mais se confundem com a feira comercial, de que se tornaram pretextos" (p.34).

A abdicação da concepção de amadorismo diante da rápida abertura ao profissionalismo foi acompanhada pela influência cada vez mais freqüente dos patrocinadores e pela vinculação aos meios de comunicação, principalmente a tv que projetaram no evento uma forma imediata de promoção de espetáculo em escala planetária. O "*status*" de esporte amador perdeu o sentido, já não interessava se não pudesse demonstrar e propagar valores econômicos. As empresas e especificamente a tv trataram de fomentar um esporte capaz de impulsionar o consumo. Diante disso, como manter uma estrutura amadora para um evento que a cada nova edição se mostrava altamente tecnológico e financeiro? Esta posição é colocada por Carvalho (1997), quando se refere ao abandono dos princípios do amadorismo. "O abandono da referência do amadorismo pela progressiva abertura ao profissionalismo é acom-

panhada pela influência, cada vez mais acentuada, dos 'patrocinadores' financeiros e da intervenção dos grandes meios de comunicação (em especial da TV)". (p.5).

O 11º Congresso Olímpico realizado em Baden-Baden na Alemanha em 1981 tentou novamente reascender a discussão sobre o amadorismo, considerado por alguns representantes de Federações e Comitês Olímpicos como fundamental para o resgate dos ideais olímpicos, que segundo eles estariam se deteriorando. Todavia, mais uma vez os discursos a este respeito não se aperfeiçoaram, deixando frustrados seus defensores. (CIO, 1982).

Apesar de todas as transformações ocorridas quanto ao perfil dos atletas e as características dos Jogos Olímpicos perceptíveis já por volta da metade do século XX, somente a partir de 1981 é que o COI passou a responsabilidade de controle sobre as condições dos praticantes para as federações específicas, onde estas seriam responsáveis por gerenciar e controlar a condição do atleta. Para os saudosistas do estilo aristocrático esportivo, idealizadores de um esporte configurado como um estilo de vida, - o esporte amador -, este fato já alertaria para uma difícil retomada dos ideais, entretanto, a retirada do termo amador da Carta Olímpica em 1986 teria sedimentado uma derrota lamentável.

Conclusão

Este estudo objetivou uma aproximação conceitual sobre o termo amadorismo e seu entendimento nos espaços olímpicos. Por hora são pistas e questões que levantamos, onde nossa pretensão se volta para entender como este conceito se fragmenta nos discursos acadêmicos e jornalísticos.

Nossa hipótese é que nos jogos gregos, bem como nos Jogos Olímpicos Modernos, o esporte sempre conviveu com uma espécie de tensão entre os valores de pertencimento e os interesses dos indivíduos. Os ideais esportivos se fragmentam nesta transição entre o esporte espetáculo, - vinculado ao *show-business* -, e o esporte idealizado como representação de caráter de identidades coletivas.

Os argumentos do CE nos levam a algumas reflexões que poderiam ser contemporizadas, na tentativa de compreender os precei-

tos que determinaram o retorno dos Jogos Olímpicos Modernos. Entretanto, ao invés de realizarmos conclusões, preferimos apontar algumas questões: Em quais princípios Pierre de Coubertain fundamentou-se para compor o ideal olímpico moderno? Quais os pressupostos que fundamentaram sua concepção de amadorismo? Porque o discurso sobre o esporte amador permanece no âmbito do esporte profissional? Porque permanece um discurso de pertencimento, de amadorismo, de paixão em um esporte que se profissionalizou? Quais são as bases de sustentação e manutenção deste discurso?

Referencias bibliográficas

- Bastos, J. P. (1987). *Desporto profissional*. Lisboa. MEC/Desporto.
- Cardoso, M. (1996). 100 anos de Olimpíadas – De Atenas a Atlanta. São Paulo. Scritta
- _____. (2000). *Os arquivos das Olimpíadas*. São Paulo. Panda Books
- Comitê Olímpico Internacional (1991). Olympic Charter. Lausanne. COI.
- Comitê International Olympique. (1982). 11th Olympic Congress um Baden-Baden 1981. Vols 1, 2 e 3. Lausanne (Switzerland). IOC
- Conselho da Europa. (1986). *Os jogos Olímpicos e as suas perspectivas futuras*. Lisboa. MEC/Desporto.
- Coubertin, P. (1997). Memórias Olímpicas. Comitê Olímpico International Olympique. Lausanne: Suíza. Zimmermann Associados, S.L.
- Duarte, O. (1994). *Todas as Copas do Mundo*. São Paulo. Makron Books.
- Holmes, J. (1974). *Olimpíadas 1936 – Gloria do Reich de Hitler*. Rio de Janeiro. Renes Ltda.
- Lance – Enciclopédia do futebol brasileiro (2001). Vol 2. Rio de Janeiro. Araté Editorial.

Tavares, O. (1999). Referências teóricas para o conceito de 'Olimpismo', in: Tavares, O. & DaCosta, L. P. *Estudos Olímpicos*. Rio de Janeiro. Editora UGF.

Periódicos

O Globo 2000 (2000): *Amadorismo, no mau sentido*. Jornal o Globo. Vol 2. Rio de Janeiro.

Folha de São Paulo (1996). A História das Olimpíadas. 10 de junho de 1996. São Paulo.

Referências em documentações eletrônicas

Carvalho, A. M. (2001). *Contradições do Olimpismo*. Disponível em: www.pcp.pt/avante/20010111/415t2.html – 13k . Acesso em: 07 de junho de 2002.

The Olympic Games - Stockholm 1912. Comitê Olímpico Internacional. Disponível em: <[http://www.olympic games.coi.spc.html](http://www.olympicgames.coi.spc.html). spn > . Acesso em 07 de maio de 2002.

Notas

- ¹ -Também são utilizados os termos: amadorismo marrom, amadorismo encoberto, pseudo-amadorismo, entre outros.
- ² - Ver trabalho de Tavares, O (1999). Referências teóricas para o conceito de "Olimpismo. in: Tavares O. & DaCosta, L. P. *Estudos Olímpicos*. O autor apresenta no quadro 1 – Uma síntese dos valores, aspirações e objetivos do Olimpismo. (p.32).
- ³ - CONSELHO DA EUROPA. (1986). *Os Jogos Olímpicos e as suas perspectivas futuras*. Lisboa. MEC. Desporto.
- ⁴ - Moeda Grega na época.

- ⁵ "AS ELIMINATÓRIAS. Depois de trinta dias de preparação em Elis, os juizes-árbitros, os Hellanódices, selecionavam os concorrentes a fim de os apresentarem num espetáculo perfeito, digno da reputação de Olímpia. Durante essas eliminatórias, os atletas eram julgados pelas suas práticas, resistência, técnica e também pelo caráter e pelo valor moral". (p.21)
- ⁶ - Em edição especial – O Globo 2000 – coloca o desvirtuamento dos Ideais Olímpicos nos Jogos Olímpicos de Paris em 1900, no texto *Amadorismo, no mau sentido*: "A desorganização das competições influenciou diretamente os resultados. Na maratona, por exemplo, vários atletas estrangeiros se queixaram que o público francês não apenas torcia pelos seus compatriotas, mas também segurava seus concorrentes. O americano Dick Grant, que terminou a prova em sexto lugar, contou que um ciclista o derrubara quando ele estava preste a ultrapassar o vencedor". (p.32).
- ⁷ - Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo em 1912 o americano James Francis Thorpe, campeão das provas da pentatlo e decatlo foi acusado de ser um profissional e o COI em 1913 anulou todos seus feitos olímpicos, alegando o fato que este teria recebido dinheiro para jogar beisebol o que contrariava os ideais Olímpicos. (Folha de São Paulo. A História das Olimpíadas. 10 de junho de 1996 – São Paulo). Mas, o mesmo critério não teria sido aplicado para outros atletas, como o caso do campeão de Ginástica Olímpica Italiano Alberto Braglia - medalha de ouro e 1908 e 1912 -, que entre as duas olimpíadas se exibia em circos ganhando dinheiro. <<http://www.olympic.games.coi.spc.html>. spn.>
- ⁸ - Holmes, J. (1971). *Olimpíada 1936 – Glória do Reich de Hitler*. Rio de Janeiro. Editora Renes Ltda. A autora fala da tentativa de Hitler em transformar o espetáculo em uma supremacia da raça ariana.
- ⁹ - Holmes, J. (*op. cit*), Relata que algumas federações utilizavam seus atletas olímpicos para exibição visando arrecadações financeiras: "Embora os atletas não fossem remunerados, a A.A.U. recebeu bom dinheiro, o que fez muita gente pensar que os atletas amadores estavam sendo explorados para supor de ouro os cofres da A.A.U" (p.135).. Após as vitórias olímpicas de Jesse

Owens teve que percorrer vários países europeus se exibindo em nome da federação Norte-americana.

- ¹⁰ - A partir de 1984 (Los Angeles), foi permitida a inclusão de jogadores profissionais, desde que o país não tivesse disputado uma copa do mundo. Em Barcelona ocorreu nova mudança; as equipes só poderiam ter jogadores com menos de 23 anos e, se fosse do seu interesse, três com idade superior, mas sem a preocupação com a categoria amadora ou profissional. LANCE. Enciclopédia do Futebol Brasileiro (2001) Vol 2. Arete Editorial S/A.

Estudos de gênero em aulas de ginástica localizada

Profa. Iomar Feital

lufeital@uol.com.br

Resumo

O objetivo deste estudo é verificar entre as mulheres (praticantes de ginástica localizada) os critérios utilizados para definirem a preferência pelo professor homem na ginástica local, assim como também analisar o discurso da proprietária de academia quanto a preferência e permanência do(a) profissional de ginástica local, e também compreender de que maneira a mulher profissional de ginástica localizada constrói sua imagem e representação nas relações face a face com as alunas.

O significado da palavra gênero e estudos sociais (Scott, 1990) permitiu compreender os valores de ser homem e ser mulher numa sociedade que valoriza as relações de poder, ou seja, uma cultura que acredita nos interesses pessoais visando obter valores materiais, esquecendo de avaliar a competência e capacidade profissional. Assim, foi possível comprovar que na ginástica localizada, o homem é preferido pelas alunas atuando como professor nos levando a acreditar que a própria mulher coopera na reprodução do mecanismo de exclusão e desvalorização na sociedade.

